UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUÍS HENRIQUE JUNQUEIRA DE ALMEIDA RECHDAN

CONSTITUIÇÃO E RESPONSABILIDADE
*A articulação de mecanismos para controlar os atos ministeriais
pela Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826-1829).*

São Paulo

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUÍS HENRIQUE JUNQUEIRA DE ALMEIDA RECHDAN

CONSTITUIÇÃO E RESPONSABILIDADE

*A articulação de mecanismos para controlar os atos ministeriais
pela Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826-1829).*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Regina Berbel

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior – Programa de
Excelência Acadêmica

São Paulo

2016

Aos meus pais

Ao Marcos Glicério

RESUMO

A tese tem por objeto a articulação político-institucional de mecanismos de controle dos atos ministeriais – os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos e a responsabilidade penal com efeitos políticos dos ministros e secretários de Estado –, durante a Primeira Legislatura (1826-1829), com o objetivo de consolidar o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824, de modo a estabelecer limites às amplas atribuições conferidas pelo texto constitucional ao imperador, e tornar seu papel possível e viável, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa. A partir da reflexão sobre a relação existente entre constituição e responsabilidade, na teoria política e nas experiências legislativo-constitucionais inglesa, norte-americana, francesa e portuguesa, de modo a possibilitar a compreensão do significado do conceito de *responsabilidade* na década de 1820, debruça-se sobre a estratégia articulada pelos membros do Corpo Legislativo, em especial os deputados da oposição, para atingir seus objetivos e as conquistas político-institucionais obtidas no decorrer das quatro primeiras sessões anuais legislativas. Com a presente tese, pretende-se contribuir para a compreensão da forma como estabeleceu na prática político-institucional o diálogo entre os membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Moderador, o qual teve no conceito de *responsabilidade* um de seus principais componentes.

Palavras-chave: Primeiro Reinado - História política - Governo representativo - Assembleia Geral Legislativa - Responsabilidade dos ministros e secretários de Estado - Mecanismos de controle dos atos ministeriais.

ABSTRACT

This thesis aims to analyse the political articulation of measures of control over the ministers' decisions – parliamentary proceedings to obtain informations about ministerials' decisions, and to promote ministers' accountability – during the First Legislature (1826-1829) with the aim to consolidate the representative constitutional hereditary monarchy system proclaimed by the Charter of 1824, in order to establish limits to the royal prerogatives established by the constitutional text and to construct a possible and feasible role to the emperor, in view aspirations of the various economic and social sectors of the provinces represented in the General Assembly. From the reflection on the relationship between constitution and accountability in political theory and in the legal and constitutional experiments made in England, in North America, in France and in Portugal to enable the understanding of the meaning of the concept of responsive and accountable government in the 1820s, this thesis shows how the Chambers' members – especially the opposition's members – had achieved their purposes, as well the political and institutional achievements had accomplished during the four first legislative annual sessions. With this thesis is intended to contribute to the understanding about how has established, in the political and institutional practice, a dialogue between the members of the Legislative, Executive and Moderator Powers to which the concept of responsive and accountable government had a central role.

Keywords: First Reign - Political history - Representative government - General Assembly - Accountability and responsibility of ministers - Mechanisms to control the ministerial acts.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Márcia Regina Berbel pela orientação firme e precisa, sempre aberta ao diálogo e disposta a contribuir para os rumos da pesquisa.

Às Professoras Doutoras Cecília Helena de Salles Oliveira e Miriam Dolhnikoff pelas sugestões e críticas feitas no exame de qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no âmbito do Programa de Excelência Acadêmica, pelo financiamento desta pesquisa.

À Professora Doutora Márcia Mansor D'Alessio por acreditar que um advogado-arquiteto poderia bem desempenhar o ofício de historiador.

Aos mestres que tive nesse percurso na História, desde meus primeiros passos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo até a finalização da graduação na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São muitos os nomes que citar alguns é ser injusto com os demais.

Aos funcionários da Comissão do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino, em especial à Fátima Morashashi, sempre atentos às solicitações formuladas pelos alunos.

A minha mãe pela paciência e dedicação na revisão do texto, sempre disposta a encontrar as melhores soluções gramaticais.

A meu companheiro Marcos Glicério, pelo apoio dado durante todo o percurso da pesquisa e elaboração desta tese.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	10
<i>Contextualismo linguístico e história conceitual do político – impactos sobre a historiografia do Primeiro Reinado</i>	13
<u>CAPÍTULO 1 – Constituição e responsabilidade dos ministros de Estado</u>	20
1.1 – A responsabilidade enquanto novidade político-institucional	22
1.2 – Responsabilidade dos ministros e secretários de Estado no Reino Brasil antes da independência – a experiência constitucional das Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (1821-1822)	26
1.3 – Responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e inviolabilidade do imperador na <i>Constituição Política do Império do Brasil</i> (1824)	38
1.4 – Experiência legislativo-constitucional inglesa: origens do <i>impeachment</i>	57
1.5 – Experiência constitucional norte-americana – o <i>impeachment</i> na <i>Constituição dos Estados Unidos</i> (1787)	68
1.6 – Experiência legislativo-constitucional francesa: a responsabilidade penal com efeitos políticos da Segunda Restauração	74
1.7 – Benjamin Constant – a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado como condição indispensável de toda monarquia constitucional representativa	83
1.8 – Historiografia brasileira, permanências de uma interpretação clássica sobre a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado	92
<u>CAPÍTULO 2 – Por uma lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado para o nascente Império do Brasil</u>	107
2.1 – <i>Sem lei de responsabilidade não há constituição</i>... – projeto de lei geral	

<i>versus</i> projeto de lei particular.....	109
2.2 – Discussão do projeto de lei da responsabilidade na Câmara dos Deputados – do projeto de lei geral para o particular.....	130
2.3 – Discussão do projeto de lei da responsabilidade no Senado – emendas ao projeto elaborado e aprovado pela Câmara dos Deputados.....	151
2.4 – Reiterados pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos <i>versus</i> relutância ministerial em prestar informações ou esclarecimentos.....	159

CAPÍTULO 3 – Novos ministros, velhos problemas.....193

3.1 – Reforma ministerial de 20 de novembro de 1827 – tentativas de conciliação entre o Governo e a opinião pública em um ano eleitoral.....	195
3.2 – <i>O povo não é corcunda, o povo quer ser livre...</i> – novos ministros, velhos problemas.....	216
3.3 – Em defesa de uma conduta conforme a lei – <i>este ministério poderá ser bom, mas é necessário fazê-lo entrar nos seus deveres...</i>	229
3.4 – Reforma ministerial de junho de 1828 e desgaste na relação entre dos deputados da oposição e o Governo.....	240
3.5 – Três ex-ministros em plenário – questão do crédito suplementar.....	255

CAPÍTULO 4 – Processo de Responsabilidade.....284

4.1 – <i>Por assim pedir o bem do Império...</i> mas, qual o bem do Império?.....	286
4.2 – <i>O ministério atual tem perdido a confiança da nação...</i> – a indignação dos deputados diante dos Decretos de 27 de fevereiro de 1829.....	288
4.3 – Persistência dos deputados da oposição e temor do Governo – dúvidas acerca do adiamento da abertura da sessão anual legislativa ordinária da Assembleia Geral Legislativa.....	295
4.4 – Indignação convertida em ação – articulações para a efetiva aplicação da lei da responsabilidade.....	305
4.5 – Relatórios ministeriais e parecer da comissão de constituição favorável à denúncia em face de Oliveira Álvares.....	311
4.6 – Frente à denúncia, a resposta Oliveira Álvares – um <i>mártir da constituição?</i>	328

4.7 – Duas discussões de um parecer.....	342
4.7.1 – Em defesa da acusação de Oliveira Álvares – <i>a responsabilidade é o único freio de ministros despóticos...</i>	345
4.7.2 – Em defesa da não acusação de Oliveira Álvares – <i>não há lei definida nem crime definido, e na dúvida, segundo a máxima de direito criminal, o juiz deve antes absolver que condenar...</i>	351
4.8 – Presumível vitória do Governo – a profecia de Holanda Cavalcanti.....	366
4.9 – E os (ex-)ministros-marqueses... ..	376
 <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>.....	390
 <u>ANEXO 1 – Cronologia</u>.....	399
 <u>ANEXO 2 – Conselheiros de Estado nas Secretarias de Estado (1822-1829)</u>.....	408
 <u>ANEXO 3 – Votação do decreto acusatório em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra – Joaquim de Oliveira Álvares</u>.....	409
 <u>FONTES</u>.....	410
 <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>.....	416

INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objeto os mecanismos de controle dos atos ministeriais¹ – os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos e a responsabilidade penal com efeitos políticos dos ministros e secretários de Estado –, articulados durante a Primeira Legislatura (1826-1829). Ao se reconstituir seu processo de elaboração – desde sua proposição em plenário até sua aprovação e, no caso do projeto de lei da responsabilidade, seu envio à sanção pelo imperador – e de sua efetiva aplicação aos casos concretos, desvela-se como os membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, em especial os deputados da oposição, articularam-se de forma a vislumbrar na instituição e fixação desses mecanismos uma das principais estratégias para a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824, de modo a estabelecer limites às amplas atribuições conferidas pelo texto constitucional ao imperador, e tornar seu papel possível e viável, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa.

Com esse intuito, realiza-se uma reflexão sobre o que se entendia por *responsabilidade* dos ministros e secretários de Estado na década de 1820, em especial durante a Primeira Legislatura da Assembleia Geral Legislativa, e quais os efeitos que se almejavam naquele momento ao se elaborar mecanismos de controle dos atos ministeriais, de modo a, frente a reiterados pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos e a múltiplas denúncias de infrações cometidas aos textos legais, almejar-se a abertura de processos de responsabilidade, com ou sem a condenação final e efetiva punição do condenado. Se não se objetivava, necessariamente, a efetiva punição dos ministros e secretários de Estado formalmente denunciados, o que movia membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa a se empenharem na elaboração desses mecanismos de controle? Para tanto, é essencial perscrutarmos as origens e as características, nem sempre uniformes ao longo dos séculos, tanto do *impeachment* inglês e norte-americano, quanto da *responsabilidade* – mecanismo de

¹ Atos ministeriais são os atos praticados pelos diversos ministros e secretários de Estado, no âmbito de suas respectivas Secretarias de Estado. Conforme analisado no decorrer desta tese, na década de 1820 ainda não se encontrava perfeitamente delineado o conceito de governo parlamentar. Nesse sentido, ver notas 71 e 75, p.41-43.

controle dos atos ministeriais concebido a partir de uma concepção idealizada da monarquia constitucional britânica, e sua apropriação pelos delegados norte-americanos presentes na Convenção da Filadélfia – nas experiências legislativo-constitucionais francesa e portuguesa; esta última, conforme exposto no Capítulo 1, com impacto direto sobre o então Reino do Brasil, sob o Governo do príncipe-regente dom Pedro.

Desse modo, sobre as decisões político-institucionais adotadas no Brasil, em sua primeira década da independência², dentre outros aspectos relacionados à *responsabilidade* em geral e, no particular, aos pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos e à *responsabilidade dos ministros e secretários de Estado*, pode-se questionar: Qual a relação existente entre sistema de governo representativo constitucional e *responsabilidade*? Qual a natureza jurídica da *responsabilidade dos ministros e secretários de Estado* proclamada pela Carta de 1824? Como os membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, quer os favoráveis quer os contrários à imediata aprovação do projeto de lei da responsabilidade, atuaram em relação a esse tema? Qual o papel desempenhado pela elaboração e fixação dos pedidos de controle e solicitações de esclarecimentos sobre a elaboração e aplicação da lei da responsabilidade? O que se obteve efetivamente através da aplicação dos mecanismos de controle dos atos ministeriais articulados no decorrer da Primeira Legislatura?

Ao articularem mecanismos de controle dos atos ministeriais – tais como os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos e a responsabilidade penal com efeitos políticos dos ministros e secretários de Estado –, os membros da Assembleia Geral Legislativa não apenas reiteravam atribuições que lhes foram conferidas pelo texto constitucional, como também, sobretudo, firmavam os instrumentos necessários para o estabelecimento do efetivo diálogo entre os membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Moderador e assim foi realizado. De tal modo que através da formalização de denúncias em face de ministros e secretários de Estado, em decorrência de eventuais infrações cometidas aos textos legais, almejava-se muito mais

² Sobre a articulação da sinonímia entre “independência” e “separação”, “no decorrer do movimento de luta política, entre 1821 e 1822” ver OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), p.154-155, 174-196, 197-); BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.153-178.

do que o mero fortalecimento do Corpo Legislativo em si, mas a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824, por meio da fixação dos mecanismos de controle dos atos ministeriais articulados em plenário, a partir da regulamentação e/ou interpretação dos dispositivos constitucionais.

Nesse sentido, de estabelecimento do efetivo diálogo entre os membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Moderador, interpretar-se-ão nesta tese, os desdobramentos na Câmara dos Deputados e depois na composição de todas as Secretarias de Estado, dos acontecimentos ocorridos na província de Pernambuco no início de fevereiro de 1829 que levaram o Governo a expedir os decretos do dia 27 do mesmo mês, conforme analisado no Capítulo 4 desta tese. Sublinhe-se que a revolta ocorrida no início de fevereiro de 1829, na província de Pernambuco, costuma ser mencionada por grande parte da historiografia dedicada ao Primeiro Reinado (1822-1831), desde John Armitage até os dias de hoje, via de regra, com o intuito de sublinhar o despotismo de dom Pedro I – ao se criticar os excessos cometidos pelo Governo em sua repressão³ –, e não para se refletir sobre a utilização deste acontecimento pelos

³ Nesse sentido, de se vislumbrar um imperador despótico sob a má influência dos ministros e secretários de Estado, a narrativa feita por Luís Francisco da Veiga, sob o pseudônimo *Um Fluminense amante da Constituição*, em 1862, na qual há inúmeras citações de John Armitage, do general Abreu e Lima e de Francisco Solano Constâncio, e uma relativa confusão tanto em relação ao que de fato ocorreu, quanto às datas dos acontecimentos e as consequências desse evento no *ministério*: “No começo do ano de 1829 um pequeno motim houve em Pernambuco, que ofereceu ao paternal governo de D. Pedro mais uma ocasião de exercer sua influência benéfica e salvadora. Um ajuntamento tumultuoso de perto de setenta indivíduos conseguiu arrombar a cadeia da Capital [*sic*], e, soltando os presos que nela se achavam, apoderou-se das armas que encontrou em um aquartelamento. Esta desordem, que foi imediatamente sufocada pelas autoridades do lugar, deu contudo origem aos dois tremendos Decretos de 17 de Fevereiro [*sic*], suspendendo o primeiro as leis garantidoras da liberdade individual, e o segundo criando uma comissão militar para julgar sem apelação os indivíduos comprometidos nesse alevantamento [*sic*]. Esses atos de despotismo e inconstitucionalidade excitarão violentas censuras da parte dos liberais, que logo exigirão pela imprensa a responsabilidade dos Ministros que haviam assinado os citados Decretos. A Câmara dos Deputados que tinha sido aberta, segundo a lei, no dia 3 de Maio, nomeou uma comissão para dar seu Parecer sobre a inconstitucionalidade dos referidos Decretos. Esta comissão opinou que se devia exonerar [*sic*] o Ministro da Justiça, por ter obrado segundo a lei, e decretar a acusação contra o da guerra por haver violado a Constituição do Estado criando a comissão militar. Este parecer, que deu origem a uma tempestuosa discussão, foi contudo abraçado [*sic*] em 19 de Julho pela maioria da Câmara” (VEIGA, Luís Francisco da (sob o pseudônimo *um Fluminense amante da Constituição*). *A Revolução de 7 de abril de 1831 e Evaristo Ferreira da Veiga*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp., 1862, p.20). Ou seja, para o autor anônimo desse texto (identificado como o filho do jornalista nele homenageado, Luís Francisco da Veiga), publicado 1862 – no mesmo ano em que foi inaugurada uma estátua equestre em homenagem a dom Pedro I, na Praça da Constituição –, o que importava não era o rigor na narrativa (apesar das inúmeras referências bibliográficas e documentais inseridas em notas de rodapé), mas a articulação de um discurso do qual o primeiro imperador do Brasil aparecia como o déspota cuja conduta levou a sua abdicação em abril de 1831. Assim, todos os fatos convergiam para a ideia inicial exposta no início da introdução, pela qual *o príncipe, que aderiu à nossa independência, que plantou a monarquia no Brasil e doou-nos com a mais liberal das constituições escritas, é, sem dúvida*

deputados da oposição para a consolidação dos mecanismos de controle dos atos ministeriais por eles elaborados desde o início da Primeira Legislatura. Contudo, aquela sentença condenatória, estabelecida por grande parte da historiografia, de um imperador que tudo decidia e por tudo era responsável, continua a ressoar até os dias de hoje.

Contextualismo linguístico e história conceitual do político – impactos sobre a historiografia do Primeiro Reinado

Com o desenvolvimento do *contextualismo linguístico*⁴, da *história conceitual do político*⁵, da *história dos conceitos*⁶ e da *história atlântica*⁷, um amplo instrumental

um cidadão recomendável; o imperador, que violou mil vezes a constituição outorgada, que esbanjou as finanças do Estado, que embarcou o país em aventuras ruinosas e nunca se mostrou verdadeiramente brasileiro, recebe aqui também a sentença severa e imparcial de sua condenação.

Apesar de John Armitage ter criticado mais o caráter bélico de dom Pedro I, do que seus atos arbitrários; poucos anos depois, Francisco Solano Constâncio sublinhou o comportamento arbitrário do monarca e nesse sentido se posicionou grande parte da historiografia voltada à análise política do Primeiro Reinado a partir de então (ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981; CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador dom Pedro I*. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1839, tomo II, p.298-301, 407-408; CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquês de Barbacena*. Brasília: UnB, 1982 (1ª edição: 1936), p.79-80 MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 1, p.171, 173-174); SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de D. Pedro I*. (1ª edição: *A vida de D. Pedro I*, 1952) São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988; VARELLA, Flávia Florentino. *Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage*. 2011, 127f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011, p.77-79). Para um posicionamento crítico a essas interpretações, ver MACAULAY, Neil. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1993; ALVES, João Victor Caetano. *O Conselho de Estado e o Princípio da Divisão de Poderes (1828 – 1834)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado em História e Cultura, 2008; RIBEIRO, Eder da Silva. *O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade do Primeiro Reinado (1826 – 1831)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2010.

⁴ Em relação ao *contextualismo linguístico*, da Escola de Cambridge, consultar SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno* (1ª edição: 1978). São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (1ª edição: 1969); POCKOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003. _____. *The Machiavellian Moment: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition*. Princeton : Princeton University Press, 2003 (1ª edição: 1975). Em relação ao o debate contemporâneo sobre o tema, suas potencialidades e limites ver: SILVA, Ricardo Virgílio da. *O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo*. In: *Dados*. 2010, vol.53, n.2, p. 299-335. _____. *História intelectual e teoria política*. In: *Revista de Sociologia e Política*. 2009, vol.17, n.34, p. 301-318.

⁵ As reflexões de Pierre Rosanvallon voltadas tanto à elaboração de uma metodologia para a *história conceitual do político* quanto à compreensão do regime político francês de 1814 a 1848, a partir da análise dos textos constitucionais de 1814 e 1830 (ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985 ; e do mesmo autor, *La Monarchie Impossible: Les Chartes de 1814 et de 1839*. Paris: Fayard, 1994), fornecem instrumentos para uma nova abordagem da construção político-institucional do papel a ser desempenhado pelo imperador à frente dos Poderes Moderador e Executivo, a partir do diálogo estabelecido entre os representantes desses Poderes Estatais e os do Legislativo. Dentre os

teórico-metodológico foi disponibilizado aos historiadores de forma a elaborar novas abordagens de temas clássicos da historiografia – sobre os quais havia, muitas vezes, consenso entre os historiadores –, questionando-os e redefinindo-os. Frente às periodizações e às classificações consagradas, novas abordagens geraram novas problematizações e novas interpretações de temas considerados quer consolidados, quer secundários em reflexões anteriores.

Parte da recente historiografia brasileira dedicada ao Primeiro Reinado, valendo-se tanto das perspectivas abertas pela *nova história política* quanto dos questionamentos trazidos pela *história cultural*, voltou-se à compreensão do *vocabulário político* da independência, a partir das reflexões metodológicas articuladas por Quentin Skinner, John Pocock e Reinhart Koselleck.⁸ Ao se utilizarem não apenas da documentação de caráter oficial, mas também dos periódicos, folhetos e panfletos como fontes para a história, buscaram desvendar os múltiplos e cambiantes significados que os conceitos assumiam em um período em rápida transformação político-social; e, dessa forma, questionaram as interpretações clássicas dadas aos acontecimentos considerados fundadores do Estado e da Nação brasileiros desde José da Silva Lisboa. Dentro dessa vertente historiográfica, a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, antes de desemaranhar a trama dos acontecimentos políticos ocorridos entre 1820 e 1822 – ao analisar folhetos e panfletos publicados nesses anos no Brasil e em Portugal –, elaborou um minucioso estudo acerca do vocabulário político dos anos da independência, o qual

aspectos abordados pelo pensador político francês, destaca-se a *aprendizagem da política* em curso nas décadas de 1820 e 1830, ou seja, de acordo com Rosanvallon, no decorrer desses anos se buscava a construção do novo representado pela prática política de um sistema constitucional, base do Estado nacional a ser consolidado. Além disso, a partir da leitura desse autor, verifica-se o quanto a historiografia brasileira tradicional buscou interpretar o Primeiro Reinado a partir dos modelos interpretativos elaborados pela historiografia francesa para a compreensão da França entre anos de 1814 e 1848. Para uma síntese de sua concepção de *história conceitual do político*, em português, consultar ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. São Paulo: Alameda, 2010 (1ª edição em francês: 2003, sob o título *Pour une histoire conceptuelle du politique, leçon inaugurale au Collège de France faite le jeudi 28 mars 2002*).

⁶ Em relação à *história dos conceitos* ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (1ª edição: 1990). Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006; e, do mesmo autor, *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997.

⁷ Em relação à *história atlântica* ver BAILYN, Bernard. The Idea of Atlantic History. In: *Itinerario*, vol. 20, n. 1, 1996, p. 19-44 e, do mesmo autor *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard, Harvard: University Press, 2005; TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. In: *Estudos Afro-asiáticos*, 26 (2), p.221-240, mar.-ago. 2004.

⁸ Nesse sentido, ver NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Revan, 2003 (Tese de doutorado em História Social – 1992), p.16; PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (dissertação de Mestrado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2009), p.20-21;

constitui uma importante contribuição teórico-metodológico-conceitual à pesquisa que resultou nesta tese.⁹ Em sua interpretação dos acontecimentos daqueles anos, a autora mostra o quanto apenas a partir da ação e da prática política é que se compreende a dinâmica de uma sociedade em transformação. Outro aspecto importante de sua pesquisa é a preocupação em entender a política, a partir do que ocorria em ambos os lados do Atlântico, tendo em vista o *mundo luso-brasileiro comum* por ela abordado. No entanto, em sua obra, deve-se relativizar a interpretação por ela dada em relação às permanências do *Antigo Regime* na cultura política da independência¹⁰, de forma a sublinhar em demasia a conjuntura política da Restauração (e da ideia política de um Império Luso-brasileiro) no curso dos acontecimentos.

Nesta tese, trabalha-se com o discurso parlamentar, quer o produzido oralmente, e transcrito nos *Anais do Parlamento Brasileiro*¹¹, pelos deputados e senadores nas duas câmaras da Assembleia Geral do Império do Brasil, quer o apresentado oralmente pelo imperador (através das falas do trono, previamente escritas e lidas na sessão conjunta de abertura da sessão anual da Assembleia Geral); ou, por escrito, pelos ministros e secretários de Estado (através de relatórios e ofícios) à análise pelas referidas câmaras. Contudo, para a interpretação e reflexão, atentou-se para o fato de o discurso nunca ser neutro, ou seja, ele sempre tem uma finalidade – explícita ou não – a ser atingida. Em relação aos *atos de fala*, deve ser investigado em quais circunstâncias determinadas palavras e conceitos foram pronunciados, e frente aos silêncios, questionar-se sobre os motivos que levaram os deputados a permanecerem calados. Conforme adverte Quentin Skinner, não se deve imputar aos autores e suas obras intenções e significados que jamais tiveram, nem poderiam ter tido, em seus contextos originais de produção.¹²

⁹ No campo do vocabulário político, destaca-se o dicionário coordenado por Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FRANCISCO FUENTES, Juan. *Diccionario político y social del siglo XIX español*. Madri: Alianza Editorial, 2002), o qual, ao abordar a Espanha, fornece elementos para a melhor compreensão daqueles anos “revolucionários”, nos quais o radicalmente novo estava a ser construído.

¹⁰ NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Revan, 2003 (Tese de doutorado em História Social – 1992), p.414-418.

¹¹ Durante a Primeira Legislatura, foram publicados tanto o *Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral do Império do Brasil*, quanto o *Diário da Câmara dos Senadores do Império do Brasil*, os quais seriam organizados e reeditados (através da adição de diversos discursos e documentos que foram transcritos apenas nos periódicos do período), respectivamente, pela Câmara dos Deputados (1874-1878) e pelo Senado (1879, 1910-1914).

¹² JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. 2005, vol.20, n.57, p.27-28.

A metodologia da *análise de discurso*, a seu turno, auxilia na tarefa de desemaranhar a trama discursiva do discurso parlamentar, de forma a ampliar o conhecimento do tema objeto de investigação. Além das palavras e dos conceitos utilizados, investiga-se quem as proferiu (os emissores dos *atos de fala*¹³), quais foram suas intenções¹⁴, em quais circunstâncias (o *contexto*), perante qual público (os receptores dos *atos de fala*), quais as ideias políticas defendidas (os *conceitos*) e em oposição às quais foi emitido? Desloca-se a atenção das ideias para o autor delas e para o contexto no qual foram produzidas. Nessa perspectiva, um mesmo discurso pode assumir significados completamente diversos, mudando-se o público receptor, o parlamentar emissor ou a data na qual foi proferido um determinado ato de fala.

Até recentes estudos que, a partir de novos referenciais teórico-metodológicos, retomaram a análise dos principais acontecimentos políticos que pontuaram o Primeiro Reinado, era comum vislumbrar no início desse período, com a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa em novembro de 1823, a semente da abdicação que ocorreria apenas em 1831, de modo que os dez primeiros anos da independência se resumiam a dois grandes acontecimentos: seu nascimento e sua morte. Destarte, ao se considerar a abdicação como grande acontecimento a ser objeto de interpretação, depois do processo de independência – incontestavelmente o tema mais abordado pela historiografia dedicada a esse período –, o ano de 1830, por ser o que antecede ao da abdicação, talvez seja um dos mais analisados pelos pesquisadores que abordaram, ainda que de forma breve, o Primeiro Reinado. Para todo o governo de dom Pedro I, ainda é predominante na historiografia a interpretação elaborada pelos liberais moderados na década de 1830, por meio da imprensa, e reiterada na segunda metade do século XIX, pela qual o acirramento do confronto entre o *despótico e bélico* imperador, apoiado pelos absolutistas (tanto em 1822 e 1824, quanto em 1831), e os liberais [da oposição], entremeado com episódios de cunho nativista, teve por resultado o ato da abdicação. Nessa interpretação maniqueísta, o bem – associado aos liberais – derrotou o

¹³ Para Austin, os enunciados linguísticos são performativos, ou seja, “a emissão de um enunciado é a efetuação de uma ação”. Assim, toda fala envolve uma ação objetivando um determinado resultado, nunca é neutra.

¹⁴ John Pocock, em relação à possibilidade de se atingir as intenções do autor de um discurso, afirma: “quanto mais provas o historiador puder mobilizar na construção de suas hipóteses acerca das intenções do autor, que então poderão ser aplicadas ao texto ou testadas em confronto com o mesmo, maiores serão as suas chances de escapar do círculo hermenêutico, ou mais círculos desse tipo seus críticos terão de construir na tentativa de desmontar essas hipóteses” (POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003, p.27)

mal e, como resultado, o imperador não apenas abdicou como teve que deixar o país, deixando-o como herança para seu filho, nascido em terras brasileiras.

Sublinhe-se que, nesta tese, não se aborda diretamente a problemática da abdicação e, apesar da questão dos mecanismos de controle dos atos ministeriais, bem como de seus efeitos políticos, terem provavelmente impactado no desenrolar dos acontecimentos que conduziram ao 07 de abril, de modo paulatinamente deteriorar a imagem de dom Pedro I junto à nascente *opinião pública*, ela não é suficiente para explicar a decisão do imperador de abdicar em nome de seu filho; aliás, uma manobra política arriscada, tentada sem sucesso tanto por Napoleão quanto por Carlos X. Juntamente com os desdobramentos da aplicação da lei da responsabilidade em 1829, juntamente com os reiterados pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos diuturnamente encaminhados aos ministros e secretários de Estado, há diversos outros acontecimentos que muito mais do que explicarem, aprofundam a compreensão da abdicação em si, desvelando-lhe sentidos antes não vislumbrados pela historiografia.

* * *

No Capítulo 1, refletir-se-á, por meio de diversas experiências legislativo-constitucionais atlânticas contemporâneas, sobre a novidade político-institucional representada pela articulação de mecanismos de controle dos atos ministeriais, tais como os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos e a responsabilidade penal, com a obtenção de efeitos políticos, dos titulares das diversas pastas ministeriais por eventuais infrações cometidas aos textos legais. Verificar-se-á que, apesar de estar prevista no texto da Carta de 1824, em seu artigo 133, e ser considerada, por grande parte da doutrina política das primeiras décadas dos oitocentos, *condição indispensável de toda monarquia constitucional*, conforme expresso por Benjamin Constant ao tratar do tema¹⁵; para ser aplicada, havia a necessidade de se elaborar uma *lei particular* (artigo 134), na qual deveriam ser descritas não apenas as condutas puníveis e as penas aplicáveis proporcionalmente a cada uma delas, como também o rito processual a ser seguido em ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, ou seja, através do processo legislativo analisado no Capítulo 2, desta tese. Contudo, uma vez

¹⁵ No texto original em francês: « La responsabilité des Ministres est la condition indispensable de toute monarchie constitutionnelle » (CONSTANT, Benjamin. De la Responsabilité des Ministres. Paris: H. Nicolle, 1815, p.1).

regulamentados os dispositivos constitucionais, sancionada a *lei particular* exigida pelo texto constitucional para se aplicar a um caso concreto o disposto em seu artigo 133, surgiram novos obstáculos a serem superados pelos membros do Poder Legislativo. Em primeiro lugar, competia-lhes a decisão sobre o momento oportuno de ação, nos termos da lei da responsabilidade, de modo a não ferir os brios de um monarca que poucos anos antes dissolvera a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa (novembro de 1823) e, caso contrariado, poderia repetir o mesmo ato, na medida em que conservara para si, no texto constitucional por ele outorgado à Nação, em seu artigo 102, §5 combinado com o artigo 142, a atribuição de, após consulta ao Conselho de Estado, dissolver a Câmara dos Deputados e convocar, imediatamente, novas eleições que a substitua. Em segundo, uma vez formalizada a denúncia em face de um ministro e secretário de Estado, como articular as forças político-provinciais de modo a obter tanto a aprovação do decreto acusatório na Câmara dos Deputados, como também seu prosseguimento no Senado até a condenação final e a punição dos condenados. E, por fim, caso o processo não chegasse até a efetiva punição dos condenados, como proceder para dele extrair efeitos políticos imediatos? Além disso, analisar-se-á como os deputados, desde o início dos trabalhos legislativos, articularam outro mecanismo de controle dos atos do Governo: os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos, os quais seriam fundamentais na instrução e formalização de eventuais denúncias por [crime de] responsabilidade em face dos membros da Alta Administração do Império do Brasil.

No capítulo 3, refletir-se-á sobre o impacto causado entre os membros e nas discussões travadas em plenário de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa pela nomeação de três deputados para o cargo de ministro e secretário de Estado no final de 1827, logo após o encerramento dos trabalhos legislativos, e pela aproximação das eleições para a Segunda Legislatura (1830-1833): em que medida esses acontecimentos retardaram a aplicação da lei da responsabilidade a um caso concreto no decorrer de 1828? Se por um lado as denúncias se multiplicavam, por outro, provavelmente, temia-se a abertura de um processo de responsabilidade em face de um membro da alta administração do império, quer fosse um titular de uma pasta ministerial, quer fosse um conselheiro de Estado. No capítulo 4, refletir-se-á sobre as denúncias formuladas no início da sessão legislativa extraordinária de 1829 em relação a ministros e secretários de Estado, pelos decretos de 27 de fevereiro desse ano referente à repressão da denominada *Rebelião dos Afogados*, ocorrida na província de

Pernambuco no início daquele mês, e que resultou no processo de responsabilidade em face de Joaquim de Oliveira Álvares, titular da pasta dos Negócios da Guerra. Verificar-se-á que ao término da primeira fase do processo na Câmara dos Deputados, apesar da mobilização da imprensa e dos deputados da oposição, o decreto acusatório não foi aprovado. Contudo, apesar de os deputados ministeriais terem se considerado a princípio vitoriosos nessa contenda, foram os deputados da oposição que colheram os frutos de sua ação: não apenas o titular da pasta dos Negócios da Guerra foi demitido, como também todos os demais ministros e secretários de Estado foram substituídos poucos meses depois do encerramento dos trabalhos.

* * *

Nota – nas citações foi atualizada a ortografia, porém foram conservadas as letras maiúsculas e a pontuação.

CAPÍTULO 1 – Constituição e responsabilidade dos ministros de Estado

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), Artigo 16 –
Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não estiver assegurada,
nem determinada a separação dos poderes, não tem Constituição.¹⁶

A *responsabilidade* dos ministros de Estado, nas primeiras décadas do século XIX, não apenas era uma novidade jurídico-institucional, como também lexical, fruto das revoluções liberais setecentistas que derrubaram os regimes de governo monárquicos absolutos e propuseram em seu lugar quer monarquias constitucionais mistas e limitadas, inspiradas em uma concepção idealizada do regime de governo monárquico britânico, difundida pela Europa do século XVIII; quer repúblicas presidencialistas, inspiradas nos ideais do republicanismo inglês do século XVII. Por um lado, havia a questão de como conciliar e garantir a autoridade dos membros dos Poderes Executivo e Legislativo e os direitos e garantias individuais, sem correr o risco de qualquer *derrapagem revolucionária*.¹⁷ Por outro, os textos constitucionais promulgados ou outorgados durante esses anos, tais como a *Constituição Política do Império do Brasil* de 1824, quanto as Cartas Constitucionais Francesas de 1814 e 1830, pouco dispunham a respeito das relações a serem estabelecidas entre os Poderes Legislativo, Executivo e Moderador, de modo a deixar para a prática político-institucional delimitar os meios pelos quais o texto constitucional seria efetivamente aplicado. Diante desse quadro, coube em especial ao Corpo Legislativo articular, por meio das discussões travadas em plenário, limites às amplas atribuições conferidas em abstrato pelo texto constitucional ao imperador, construindo-lhe um papel possível e

¹⁶ Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: “Toute Société dans laquelle la garantie des Droits n'est pas assurée, ni la séparation des Pouvoirs déterminée, n'a point de Constitution. art.16 de Déclaration de Droits de 1789”. Para o texto integral da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão consultar: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/la-constitution-du-4-octobre-1958/declaration-des-droits-de-l-homme-et-du-citoyen-de-1789.5076.html>, Acesso em : em 13 de abril de 2016.

¹⁷ De acordo com Alain Laquièze, ao analisar as origens do regime parlamentar francês e, de certa forma, distanciando-se da historiografia tradicional sobre o tema, a grande preocupação dos homens da primeira metade do século XIX foi encontrar os meios de fundar de fato um regime político, de modo a conciliar autoridade e liberdades individuais, que pudesse dispor de uma estabilidade suficiente para evitar toda “derrapagem revolucionária” (LAQUIÈZE, Alain. *Les origines du régime parlementaire en France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p.3). Cumpre-se notar que, mantendo-se ou não o texto constitucional, revoluções eclodiram em busca da estabilidade almejada – ou conciliação, tal como articulada por Guizot (nas décadas de 1830 e 1840 na França) e pelo marquês de Paraná (na década de 1850 no Brasil) –, sem contudo obterem plenamente sucesso. Nesse sentido, verificar os inúmeros reveses que sofreram os regimes de governo constitucionais no decorrer do século XIX.

viável, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa. Nesse sentido, houve a discussão acerca da regulamentação e efetiva aplicação da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, bem como dos pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos, ambos os mecanismos de controle dos atos ministeriais tratados ao longo desta tese.

Neste capítulo, após uma reflexão sobre a novidade político-institucional representada pela formulação da concepção moderna de responsabilidade dos ministros de Estado, a partir das revoluções liberais setecentistas que derrubaram os regimes de governo monárquicos absolutos e propuseram em seu lugar quer monarquias constitucionais mistas e limitadas, quer repúblicas presidencialistas (subtítulo **1.1**), analisar-se-á como ocorreu sua apropriação pelas Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (1821-1822), a qual impactou não apenas no período anterior à independência (subtítulo **1.2**), como também na articulação de um sistema de governo monárquico hereditário representativo constitucional para o nascente Império do Brasil em 1823-1824 (subtítulo **1.3**). A seguir, para melhor compreensão do mecanismo de controle dos atos praticados pelo Poder Executivo (e, eventualmente, do Moderador, no caso do Império do Brasil, em virtude da adoção da divisão quadripartite do Poder), narrar-se-á sua evolução histórica através das experiências legislativo-constitucionais britânica, norte-americana e francesa. Ou seja, desde suas origens britânicas, com a criação do mecanismo jurídico-penal do *impeachment* (subtítulo **1.4**), e sua reformulação pela *Constituição dos Estados Unidos* de 1787 (subtítulo **1.5**); até a articulação da responsabilidade penal com efeitos políticos pelos parlamentares franceses durante a Segunda Restauração (subtítulo **1.6**). A partir dessas experiências legislativo-constitucionais, no subtítulo **1.7**, expor-se-á a concepção de responsabilidade dos ministros de Estado defendida por Benjamin Constant, principal defensor da criação de um Poder Real, adotado pelo Império do Brasil sob a denominação de Poder Moderador. Por fim, no subtítulo **1.8**, analisar-se-á como a historiografia brasileira abordou a questão das origens da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado no Império do Brasil a partir de uma interpretação elaborada no debate jurídico-político travado na década de 1860 entre conservadores e liberais, sobre o *poder pessoal do imperador*, de modo a minimizar, ou mesmo desconsiderar, a ampla discussão travada

na Assembleia Geral Legislativa, em especial na Câmara dos Deputados, durante a Primeira Legislatura, sobre esse tema.

1.1 – A responsabilidade enquanto novidade político-institucional

Após as revoluções liberais das últimas décadas do século XVIII, nas quais não apenas se questionou a organização política dos Estados como também, em algumas delas, obteve-se a efetiva ruptura político-institucional com a proclamação dos princípios dos sistemas de governo constitucionais, aflorou a questão de como colocar em prática aquilo que na teoria política parecia ser perfeito. Não bastava afirmar que a revolução tinha acabado¹⁸, se permanecia a dúvida sobre qual seria de fato o novo Estado a ser construído. Conforme sublinha Reinhart Koselleck, nesse momento os homens passaram a ter consciência de que viviam em um período de transição, o qual ordenava de maneira temporalmente diversa a diferença entre *experiência* e *expectativa*.¹⁹ Dessa forma, múltiplas foram as experiências constitucionais – algumas bem sucedidas, outras nem tanto –, vividas nesse período em que a velha ordem desabara, mas ainda não se sabia exatamente qual a nova ordem possível e viável, de acordo com os novos tempos em constante transformação. Nesse momento, o sistema de governo monárquico-constitucional foi apenas uma das múltiplas soluções possíveis para a reorganização do Estado. Concebido a partir do que se acreditava serem as vantagens do regime de governo britânico e com o propósito de barrar os excessos revolucionários, foi adotado em Estados de ambos os hemisférios, dentre os quais o nascente Império do Brasil.

Sublinhe-se que, por sistema de governo constitucional, nos termos do artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1791)²⁰, em epígrafe, reafirmado

¹⁸ Refiro-me à proclamação feita pelos cônsules da República, tendo à frente Napoleão Bonaparte (Primeiro Cônsul), que dois dias depois da outorga da *Constituição do Ano VIII* (1799) afirmou: “Citoyens, la Révolution (...) est finie” (tradução livre do autor: “Cidadãos, a Revolução (...) acabou”).

¹⁹ De acordo com Koselleck: “tanto o progresso sociopolítico quanto o progresso técnico-científico modificam os ritmos e os prazos do mundo-da-vida graças à aceleração (...) ... a partir de 1789 a mudança da organização social e política realmente parecia ter rompido todas as experiências tradicionais. (...) Não apenas o fosso entre o passado e o futuro aumenta; a diferença entre experiência e expectativa é sempre superada, e de forma cada vez mais rápida, para que possa continuar viva e atuante (KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (1ª edição: 1990). Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006, p.321-322).

²⁰ Sobre a relevância do artigo 16 para a delimitação do conceito de Constituição, articulado a partir das Revoluções Liberais das últimas décadas do século XVIII, ver FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FRANCISCO FUENTES, Juan. *Diccionario político y social del siglo XIX español*. Madri: Alianza

no Preâmbulo das *Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa* (1821)²¹ e no artigo 9 da Constituição Política do Império do Brasil (1824)²², entendia-se aquele no qual não apenas eram garantidos os direitos individuais dos cidadãos, como também organizados e limitados os Poderes Públicos do Estado. Dessa forma, para o cumprimento do disposto no texto constitucional, de modo a assegurar o pleno funcionamento político-institucional dos Poderes Estatais – de acordo com as atribuições e os limites estabelecidos pela própria Carta de 1824 – e garantir o respeito aos direitos individuais nele elencados, o tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado por eventuais infrações, ao disposto no texto legal²³, cometidas no desempenho de suas funções se tornou central desde a abertura da Assembleia Geral Legislativa no dia 06 de maio de 1826. Conforme sublinha António Manuel Hespanha, para a experiência constitucional portuguesa de 1821-22, mas perfeitamente aplicável à brasileira:

A grande atenção que se dedicou à questão da responsabilidade dos agentes políticos durante a primeira geração do liberalismo explica-se, por um lado, pela desconfiança que alguns autores (nomeadamente J. Bentham) tinham instilado em relação aos titulares de cargos públicos e, em geral, à burocracia. Por outro lado explica-se pela má fama – de prepotência, de prevaricação, de suborno – que “os ministros” já tinham na cultura popular portuguesa da época. A lista dos atos que faziam incorrer os ministros em responsabilidade (falta de observância das leis; abusos do poder; atentado à liberdade, segurança, ou propriedade dos cidadãos; dissipação ou mau uso dos bens públicos) era um bom indício dos sentimentos dominantes em relação à classe.²⁴

Assim, verifica-se que a questão da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado por eventuais infrações, ao disposto no texto legal, cometidas no desempenho de suas funções é um tema clássico do direito público e despertou o interesse tanto de

Editorial, 2002; FIORAVANTI, Maurizio. *Constitución: De la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Trotta, 2001.

²¹ De acordo com as *Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa* em seu Preâmbulo: “As Cortes gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa, antes de procederem a formar a sua constituição política, reconhecem os mais adequados para assegurar os direitos individuais do cidadão, e estabelecer a organização e limites dos poderes públicos do Estado” (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 30 de 09 de março de 1821, p.232).

²² De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 9: “A Divisão, e harmonia dos Poderes Políticos é o princípio conservador dos Direitos dos Cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias, que a Constituição oferece”.

²³ Texto legal em sentido amplo de modo a abranger desde a Constituição até a legislação ordinária em vigor no Império do Brasil.

²⁴ HESPANHA, António Manuel. *Hercules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. Curitiba: Juruá, 2010, p.118. Aliás, a desconfiança da população frente ao *despotismo ministerial* era generalizada e objeto de combate nas diversas experiências constitucionais levadas a cabo desde as Revoluções Liberais das últimas décadas do século XVIII.

juristas quanto de historiadores desde o momento em que ocorreram as primeiras experiências constitucionais e legislativas decorrentes das Revoluções Liberais das últimas décadas do século XVIII.²⁵ Contudo, isso não significa que até esse momento algum ministro e secretário de Estado tenha sido condenado e/ou punido em decorrência de atos praticados no exercício de seu cargo; mas que, a partir de então, o tema não apenas foi resgatado e reelaborado no plano teórico, inclusive com a utilização de um novo vocabulário jurídico-político a ele relacionado, como também convertido em um dos pilares dos sistemas de governo constitucionais em construção em ambas as margens do Atlântico. A *responsabilidade política*, tal como se conhece hoje, era de uma novidade político-institucional cujos primeiros esboços prático-teóricos se encontram nas experiências constitucionais e parlamentares norte-americana e francesa, inclusive do período pré-revolucionário. Em ambos os casos, sempre com a referência ao modelo ideal do Parlamento Britânico, o qual em geral funcionava mais como argumento retórico do que como fiel relato da prática parlamentar inglesa, como a seguir exposto neste capítulo. Assim, se até então a responsabilidade se limitava ao plano penal, através da utilização do *impeachment*, inclusive com a efetiva execução dos condenados, passou-se a articular mecanismos para a responsabilidade política de altos dignitários do Estado, como a seguir será analisado neste capítulo.

Sublinhe-se que a expressão *responsabilidade dos ministros* abrange as mais diversas formas de responsabilidade dos titulares das diversas pastas ministeriais em um determinado Estado por eventuais infrações, ao disposto no texto legal, cometidas no desempenho de suas funções. Dentre elas, destacam-se, por estarem diretamente relacionadas ao tema desta tese, as responsabilidades moral, penal e política, cujos conceitos foram articulados por meio da prática político-parlamentar, reiterada ao longo das diversas legislaturas e consagradas como um costume a ser respeitado²⁶, mais do

²⁵ Sobre o sistema de garantias e direitos individuais frente aos atos de poder do Antigo Regime pré-iluminista, ver HESPANHA, António Manuel. *Hercules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. Curitiba: Juruá, 2010. Nesse texto, antes de analisar os textos constitucionais portugueses de 1822, 1826 e 1838, o autor tece algumas reflexões sobre as continuidades entre a constituição do Antigo Regime e os diversos textos constitucionais portugueses posteriores à Revolução do Porto, em especial, na Constituição da Monarquia Portuguesa de 1822, na qual se verificava “a permanência de fontes da ordem jurídica de Antigo Regime, que acaba por funcionar como uma moldura normativa que enquadra a própria constituição, o direito que dela resulta e a atividade judicial e administrativa que aplicam uma e outro” (HESPANHA, António Manuel. *Hercules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. Curitiba: Juruá, 2010, p.131).

²⁶ Depara-se, na leitura dos *Anais* de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, com inúmeras referências de seus membros em relação às práticas consagradas em outras sessões

que previamente estabelecidos na doutrina jurídica e/ou em textos legais.²⁷ Cumpre-se notar que, no decorrer no Primeiro Reinado do Império do Brasil, conforme analisado no próximo capítulo, em um primeiro momento, o empenho dos deputados foi no sentido de ser regulamentada a responsabilidade penal dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado, nos termos dos artigos 133 a 135 e 143 da *Constituição Política do Império do Brasil*; de modo que, apenas a partir do final da Primeira Legislatura, buscou-se atingir objetivos políticos através da aplicação de um dispositivo penal.²⁸

A *Responsabilidade moral* é a perante a opinião pública, ou seja, existe *ex facto* (isto é, decorrente do fato e não do direito) e não necessita de consagração jurídica para ser invocada. Desse modo, difere da *responsabilidade legal* ou *jurídica*, a qual decorre de expressa previsão legal, tal como a *responsabilidade penal* dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado, expressamente prevista na *Constituição Política do Império do Brasil* e regulamentada pela lei de 15 de outubro de 1827, fruto do procedimento legislativo analisado no próximo capítulo. Sublinhe-se que nesses textos legais há a referência apenas à *responsabilidade penal* dos ministros e

legislativas e que, por isso, deveriam ser respeitadas independente do fato de estarem ou não inseridas no Regimento Interno. Nesse sentido, verifica-se, durante o período objeto de análise nesta tese, um esforço contínuo dos membros do Corpo Legislativo de articularem mecanismos de controle dos demais Poderes Estatais, não expressamente previstos no texto constitucional mas passíveis de serem consagrados a partir da prática político-parlamentar. Conforme sublinha Sir Ivor Jennings em relação ao papel das convenções dentro da tradição constitucional inglesa, referindo-se a uma determinada prática presente no Parlamento Britânico desde o início do século XIX: “Cada ato é um precedente, mas nem todos os precedentes criam uma regra. (...) É mais importante que exista uma série de precedentes. (...) É um fato de maior relevância que nenhum monarca desde a Rainha Ana tenha vetado um *Bill*. (...) Os precedentes criam convenções porque há razões de natureza geral que os relacionam com as condições políticas existentes e porque são geralmente reconhecidos como adaptações sensatas de regras convencionais existentes para atender a condições políticas mudadas ou em mudança” (JENNINGS, Sir Ivor. *Governo de Gabinete*. Brasília; Senado Federal, 1979 (1ª edição em inglês: 1936), em especial Capítulo I, p.1-18).

²⁷ Neste sentido ver LAQUIÈZE, Alain. *Les origines du régime parlementaire en France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, em especial a introdução geral, na qual o autor faz uma reflexão sobre a relação entre responsabilidade política e regime de governo parlamentar.

²⁸ Apesar de a lei de 15 de outubro de 1827 ter regulamentado tanto a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado como também a dos conselheiros de Estado, a ênfase nesta tese será na responsabilidade dos primeiros, a qual não apenas foi regulamentada pela mencionada lei como também aplicada no final da Primeira Legislatura ao ser iniciado o processo de responsabilidade em face de Joaquim de Oliveira Álvares, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Nesse sentido, ver capítulo quarto supra.

Em relação aos conselheiros de Estado, apesar de a responsabilidade ter sido igualmente regulamentada pela lei de 15 de outubro de 1827, houve pouca movimentação dos deputados da oposição no sentido de sua efetiva aplicação. Muitas denúncias de infrações cometidas pelos (ex-)ministros-conselheiros foram feitas em plenário, mas nenhuma foi formalizada nos termos da lei da responsabilidade. No subtítulo 4.9, são levantadas algumas hipóteses para esse silêncio dos deputados em relação aos conselheiros de Estado.

secretários de Estado e dos conselheiros de Estado pela qual diante de uma eventual infração ao texto legal deve ser cominada uma determinada pena prevista em lei.

A *responsabilidade política* – característica dos governos parlamentares, mas não restrita a eles – é a decorrente da perda de confiança dos membros do Poder Legislativo em relação aos do Poder Executivo, cujas atividades são analisadas independentemente de qual tenha sido seu autor. Trata-se de uma presunção de responsabilidade que obriga o Gabinete a pedir demissão, ou ser demitido *ad nutum* (por simples vontade), diante da perda da confiança do responsável por sua nomeação.²⁹ Sublinhe-se que a *responsabilidade política*, tal como foi articulada no decorrer do século XIX (na França durante a Monarquia de Julho e na Inglaterra após a Reforma Eleitoral de 1832), não foi diretamente objeto de discussão legislativa durante o Primeiro Reinado, apesar de alguns deputados, em momentos mais tensos, levantarem a possibilidade de o Corpo Legislativo deliberar uma *moção de censura* e solicitar ao imperador a demissão de parte ou de todos os ministros e secretários de Estado. No entanto, apesar de não estar prevista nem no texto constitucional, nem na legislação ordinária, os deputados obtiveram, em alguns momentos, ganhos políticos pela aplicação da lei da responsabilidade e, nesse sentido, consultar os capítulos seguintes desta tese.

1.2 – Responsabilidade dos ministros e secretários de Estado no Reino Brasil antes da independência – a experiência constitucional das Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (1821-1822)

Na medida em que a questão da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado foi discutida, em diversos momentos, nas Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa e proclamada pelas Bases da Constituição³⁰ em seu

²⁹ Para as diversas concepções e requisitos da responsabilidade política na doutrina jurídica e de sua distinção frente às demais espécies de responsabilidade ministerial, consultar HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.25-34.

³⁰ O decreto das *Bases da Constituição Política da Nação Portuguesa* foi assinado na sessão do dia 09 de março de 1821 e promulgado no dia seguinte (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 30 de 09 de março de 1821, p.232-235).

Sobre os acontecimentos que levaram à convocação das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, bem como de seus primeiros desdobramentos político-institucionais ver VARGUES, Isabel Nobre. *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva, 1997 (a partir da dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em

artigo 31³¹, ela aportou no Rio de Janeiro juntamente com esse diploma legal no dia 21 de maio de 1821³². A questão era aparentemente simples, frente à inviolabilidade do rei, alguém tinha que responder pelas ações e omissões praticadas pelo Governo. Destarte, nas Cortes de Lisboa, não apenas se ressaltou a relação existente entre a inviolabilidade do monarca e a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, de modo que aquela apenas podia existir diante do reconhecimento desta, como também proclamou-se o temor diante do papel maléfico eventualmente desempenhado pelos titulares das diversas pastas ministeriais junto ao rei, de modo a justificar a responsabilização daqueles pelas infrações aos textos legais porventura cometidas no exercício de seus cargos. Assim, na sessão do dia 27 de fevereiro de 1821, durante a discussão da questão da iniciativa legislativa, João Pereira da Silva (deputado eleito pela província do Minho) alertou para o perigo de se atribuir ao Poder Executivo – o rei e seus ministros de Estado – a exclusividade na proposição das leis, tal como disposto na Carta Constitucional francesa de 1814. Para esse deputado, essa solução tornaria ilusória toda a liberdade política, pois:

Ha muitas Leis, e até mesmo Leis fundamentais que nunca seriam propostas se chocassem os interesses do Ministério, uma vez que ele tivesse na sua mão exclusivamente o direito da iniciativa. A França por exemplo determinou na sua Constituição, que os Ministros seriam responsáveis, mas como era necessaria uma tal Lei que fizesse efetiva e a responsabilidade, e o direito de iniciativa estava só nas mãos

1993). Em relação à participação dos deputados brasileiros nas Cortes lisboetas, ver BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2010 (1ª edição: 1998, a partir de tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo em 1997); FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Deputados Portugueses e Redatores Fluminenses na Construção da Monarquia Constitucional Portuguesa (1821-1822)*. 2010, 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Sobre o impacto da Revolução do Porto de 1820 na corte portuguesa no Rio de Janeiro, ver ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993 (a partir de tese de doutoramento apresentada na Universidade Nova de Lisboa em 1988 e defendida em 1989).

³¹ De acordo com as *Bases da Constituição Política da Nação Portuguesa* em seu artigo 31: “O rei é inviolável na sua pessoa. Os seus ministros são responsáveis pela falta de observância das leis, especialmente pelo que obrarem contra a liberdade, segurança e propriedade dos cidadãos, e por qualquer dissipação ou mau uso dos bens públicos” (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 30 de 09 de março de 1821, p.233).

³² Nesse sentido ver SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de D. Pedro I*. (1ª edição: 1952) São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988, Tomo I, p.228-229.

do Ministério, nunca ela se pode conseguir. É por tanto indubitável que o direito de iniciativa deve pertencer às Cortes.³³

Na mesma sessão, pouco depois, Manoel Borges Carneiro (deputado eleito pela província da Extremadura)³⁴ sugeriu que se fizesse referência expressa à obrigariedade de os ministros assinarem todas as ordens por eles emitidas, de modo a se fazer efetiva sua responsabilidade, além de serem elencadas não apenas as atribuições, mas também as proibições a respeito do rei. Cumpre-se notar que nenhum deputado se posicionou em oposição à inclusão da responsabilidade dos ministros de Estado no texto das Bases da Nação Portuguesa.³⁵ E, ainda nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, na sessão do dia 03 de março do mesmo ano, por ocasião da discussão acerca da necessidade e da utilidade de se criar um Conselho de Estado, com membros propostos pelas Cortes e de consulta facultativa, nos moldes do articulado pelo constituinte gaditano, o deputado Miranda (em oposição ao posicionamento de Borges Carneiro e demais deputados liberais) alertou para o perigo de se prever um órgão irresponsável entre o rei e os ministros de Estado, de modo a inviabilizar a aferição da responsabilidade destes últimos, pois cobertos pelas decisões secretas adotadas por aquele órgão colegiado, tal como exposto pelo deputado Girão pouco antes. Sublinhe-se que a criação de um Conselho de Estado foi aprovada por 42 votos contra 41, o que mostra o acirramento da discussão em torno dessa questão.³⁶ Além disso, referências a abusos cometidos por ministros e secretários de Estado eram comuns nas Cortes, bem como a deliberação sobre *ordens mais restritas* a serem a eles enviadas com o objetivo de coibir os abusos.

³³ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 23 de 27 de fevereiro de 1821, p.171, 173-174.

³⁴ Manuel Borges Carneiro nasceu em Resende, Portugal à 02 de novembro de 1774 e faleceu na prisão, em Cascais, a 04 de julho de 1833. Formou-se em Cânones pela Universidade do Coimbra, em 1800. Nomeado desembargador na Relação do Porto (1820), integrou o Sinédrio e participou da Revolução ocorrida naquela cidade. Eleito deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, foi um de seus mais ativos membros. Promulgado o texto constitucional, foi eleito para as novas Cortes, as quais seriam dissolvidas, após a Vilafrancada (17 de maio de 1823), no dia 02 de junho de 1823. Com o falecimento de dom João VI e a outorga da Carta de 1826 por dom Pedro IV (I do Brasil), foi eleito para a nova Legislatura. Em dezembro de 1827, foi nomeado desembargador da Casa de Suplicação de Lisboa, contudo, com o retorno de dom Miguel e a restauração do absolutismo em Portugal, foi preso e na prisão faleceu anos depois.

³⁵ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 23 de 27 de fevereiro de 1821, p.171, 173-174.

³⁶ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 26 de 03 de março de 1821, p.197-201.

No Reino do Brasil, dom Pedro, então príncipe-regente³⁷, fundamentado no artigo 31 das Bases da Nação Portuguesa, através do decreto de 05 de junho de 1821, criou uma Junta Provisional, composta por *nove Deputados escolhidos de todas as Classes*, para a verificação da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado em exercício (Pedro Álvares Diniz, conde de Louzã, Carlos Frederico da Caula e Manoel Antonio Farinha, respectivamente, nas pastas dos Negócios do Reino, da Fazenda, da Guerra e da Marinha) – conforme prevista no decreto de 22 de abril³⁸ –, a qual deveria ser responsável perante as Cortes de Lisboa. Além disso, o mesmo decreto estabelecia que deveriam ser submetidos à recém-criada Junta Provisional, todos os projetos de lei, *que pela necessidade pública* o príncipe-regente fosse *obrigado a fazer*, o que resultava, de certa forma, em um controle prévio da legalidade dos atos dos diversos titulares das pastas ministeriais, pelos atos por eles referendados.³⁹ Ao assim agir, o príncipe-regente

³⁷ O príncipe real primogênito, herdeiro e sucessor do trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, dom Pedro de Alcântara se tornou príncipe-regente do Governo Provisório do Reino do Brasil e lugar-tenente de dom João VI através do decreto de 22 de abril de 1821, mas assumiu a regência apenas quatro dias depois, no dia 26 de abril (CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Historia dos principaes successos políticos do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1827, tomo I, p.89). Nas instruções foram designados ministros e secretários de Estado: o conde dos Arcos, o conde de Lousã, o Marechal de Campo Carlos Frederico de Caula, o Major General da Armada Manoel Antônio Farinha respectivamente para as Secretarias de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, Fazenda, Guerra e Marinha – os dois últimos interinos (*Coleção das Leis do Brasil de 1821*. Tomo II: *Decretos, Cartas e Alvarás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p.71-72; *Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brazil desde 1808 até 1831 inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas*, coligidas pelo. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, terceiro tomo [1819-1822], p.178-182).

Conforme sublinha Vera Lúcia Nagib Bittencourt, a Regência de dom Pedro abrange o período de 26 de abril de 1821 a 12 de outubro de 1822, quando foi aclamado imperador do Brasil. Sobre o retorno da Corte para Lisboa e o início do governo do príncipe-regente dom Pedro, ver SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de D. Pedro I*. (1ª edição: 1952) São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988, Tomo I, p.213-237; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986); BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

³⁸ De acordo com as instruções deixadas por dom João VI ao príncipe-regente: “O Príncipe Real tomará as suas resoluções em Conselho, formado dos Ministros de Estado [os condes dos Arcos e de Lousã] e dos dous Secretários de Estado interinos [Carlos Frederico da Caula e Manoel Antonio Farinha], e as suas determinações serão referendadas por aquele dos Ministros de Estado, ou Secretários da competente Repartição, os quais ficarão responsáveis” (*Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brazil desde 1808 até 1831 inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas*, coligidas pelo. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, terceiro tomo [1819-1822], p.179).

³⁹ De acordo com o decreto de 22 de abril de 1821, o príncipe-regente deveria tomar suas resoluções “em Conselho, formado dos Ministros de Estado, e dos dous Secretários de Estado interinos”, de modo que elas deveriam ser referendadas pelos ministros e secretários de Estado competentes para sua execução, os quais ficavam responsáveis pelos atos por ele referendados (*Coleção das Leis do Brasil de 1821*. Tomo II: *Decretos, Cartas e Alvarás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p.72). Cumpre-se notar que, até

dava uma resposta ao pronunciamento das tropas da Corte, *arvorada em intérprete do pensamento constitucional e fiscal da execução dos atos do Soberano Congresso*⁴⁰, com o apoio do povo, na defesa do juramento do texto promulgado pelas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (jurado pelo príncipe-regente no dia 08 de junho), da demissão do conde dos Arcos⁴¹ (ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros⁴²), o qual seria, poucos dias depois, preso e deportado, sob a acusação de ter influenciado o príncipe dom Pedro a não jurar as *Bases da Constituição Política da Nação Portuguesa* e conspirado contra as Cortes lisboetas.⁴³ Nesse

este momento, não era regra a referenda dos atos emitidos pelo rei, o qual se limitava a rubricá-los ou a escrever “Rei”. Sobre o decreto de 22 de abril de 1821, ver SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo I, p.232-233.

⁴⁰ SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo I, p.227.

⁴¹ Dom Marcos de Noronha e Brito (oitavo conde dos Arcos) nasceu em Lisboa, a 07 de julho de 1771 e faleceu na mesma cidade em 1828. Militar, Último vice-rei do Brasil (1806-1808). Governador e capitão-geral das Capitanias do Grão-Pará (1803-1806) e da Bahia (1810 a 1818), atuou na repressão aos revolucionários de 1817. Foi nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, por dom João VI, onde permaneceu até o pronunciamento de 26 de fevereiro de 1821 no qual se opuseram, a princípio, os *verdadeiros constitucionais* (articulados em torno de Ledo, Cunha Barbosa e Clemente Pereira, em defesa das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa) em face dos *agentes do despotismo* (nobres emigrados, altos burocratas e proprietários fluminenses mais abastados). Conforme sublinha Cecília Helena de Salles Oliveira, “nesse momento a expressão ‘independência nacional’ aparecida associada à proposta de atuação conjunta dos liberais portugueses e fluminenses no sentido da derrubada das leis e instituições que sustentavam a monarquia absoluta e o poder dos ‘grandes do Reino’”. Após o retorno do rei para Portugal, através do decreto de 22 de abril, foi nomeado para a pasta dos Negócios do Brasil e Estrangeiros – tornando-se uma espécie de *valido* do príncipe-regente – onde permaneceria até 05 de junho, quando foi substituído por Pedro Álvares Diniz. Na Corte do Rio de Janeiro, tornou-se o principal conselheiro do príncipe regente, sobre quem exercia considerável influência. De acordo com Otávio Tarquínio de Sousa, coube ao conde dos Arcos (espécie de *éminence grise* do Governo) incutir em dom Pedro a preferência pelo Brasil e de aqui permanecer (SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo I, p.182-188, 221-232; sobre a articulação da manifestação de 26 de fevereiro de 1821, ver OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSE, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), p.108-128). Após a morte de dom João VI, foi nomeado para a Regência sob a presidência da Infante Dona Isabel Maria e, em 1826, par do Reino, por dom Pedro IV (I do Brasil).

⁴² Através do decreto de 22 de abril de 1821, de dom João VI, antes de seu retorno à Portugal, foram nomeados ministros e secretários de Estado do príncipe regente dom Pedro: os condes dos Arcos e de Lousã, Carlos Frederico de Caula, Manuel Antônio Farinha, respectivamente, para as Secretarias de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, da Fazenda (“como atual é”), da Guerra e da Marinha. A demissão do conde dos Arcos é deduzida do decreto de 05 de junho de 1821, pelo qual o desembargador do Paço Pedro Alves Dinis foi mencionado como ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros (*Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brasil desde 1808 até 1831 inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas*, coligidas pelo. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, terceiro tomo [1819-1822], p.179, 196).

⁴³ Sobre esse episódio da prisão do conde dos Arcos ver o relato coevo do visconde de Cairu, em defesa do conde dos Arcos, de modo a denunciar eventual a arbitrariedade contra ele cometida ao passar pela capitania da Bahia (ou desde o Rio de Janeiro, com sua prisão pelas tropas portuguesas comandadas pelo General Jorge Avilez, de acordo com outros autores), em sua viagem de retorno à Lisboa (CAIRU, José

movimento, apenas ficou reservada ao príncipe-regente a atribuição da escolha do substituto do conde dos Arcos na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, a qual recaiu sobre o desembargador do Paço Pedro Álvares Diniz⁴⁴, e a organização de um governo provisório.

Foram escolhidos, no dia 05 de junho de 1821, pelos eleitores da Comarca [da Corte], para integrarem a Junta Provisional: Mariano José Pereira da Fonseca, Bispo Capelão-Mór, José de Oliveira Barbosa, José Caetano Ferreira de Aguiar, Joaquim de Oliveira Álvares, Joaquim José Pereira de Faro, Sebastião Luiz Tinoco, Francisco José Fernandes Barboza, Manoel Pedro Gomes. Contudo, apesar de toda essa movimentação de povo e tropa, não apenas o príncipe-regente dom Pedro manteve no Governo das Armas o Tenente-general Jorge de Avilez Juzarte de Souza Tavares, agora membro (juntamente com o Brigadeiro Quartel Mestre General Verissimo Antonio Cardoso e o Brigadeiro Graduado Francisco Saraiva da Costa Refoios) da comissão militar criada

da Silva Lisboa, visconde de. *Historia dos principaes successos políticos do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1827, tomo I, p.94-100; e, em sentido similar, na década de 1870, MELLO MORAES, Alexandre José de. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982 (1ª edição: 1871), tomo I, p.155-169; MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: a elaboração da Independência* (1ª edição: 1927). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981 (1ª edição: 1927), tomo 1, p.361-373). Em sentido parcialmente diverso, porém sem se deter na questão da responsabilidade do conde dos Arcos e sua prisão logo ao chegar em Lisboa, LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência. O Império Brasileiro (1821-1889)*. São Paulo, Rio: Companhia Melhoramentos, 1962 (1ª edição: 1921-1927), p.78-79. Vera Lúcia Nagib Bittencourt (BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, em especial, o subtítulo 2.4, p.104-118).

Dos autores acima elencados, apenas Mello Moraes e Oliveira Lima abordaram o tema das acusações em face do conde dos Arcos nas Cortes de Lisboa, sem, contudo, desenvolver a questão da responsabilidade tal como proposta nesta tese. Enquanto na narrativa de Oliveira Lima foram abordados rapidamente aspectos da discussão sobre a responsabilidade do conde dos Arcos pelos deputados em plenário, na de Mello Moraes – os “sofrimentos do conde dos Arcos”, de acordo com aquele autor –, tal como a do visconde de Cairu na década de 1820, há um viés laudatório, de modo a ressaltar as contribuições positivas do conde dos Arcos desde os tempos dos vice-reis. Nessa narrativa, o principal causador da ruína temporária do conde dos Arcos foi o conde de Lousã “tão curto de ideias, como vaidoso ou presumido de financeiro”, nas palavras de Mello Moraes.

⁴⁴ CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Historia dos principaes successos políticos do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1827, tomo I, p.97; MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: a elaboração da Independência* (1ª edição: 1927). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981 (1ª edição: 1927), tomo 1, p.366; SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo I, p.232. De acordo com Vera Lúcia Nagib Bittencourt, Pedro Álvares Diniz era desembargador da Casa de Suplicação (BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.110-112).

para seu exercício⁴⁵; como também não procedeu a devida regulamentação do procedimento a ser seguido na apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado por eventuais infrações, ao disposto no texto legal, cometidas no desempenho de suas funções.⁴⁶ Mesmo assim, de acordo com Francisco Solano Constâncio, foi graças a esse movimento que os condenados à pena de morte pela participação dos acontecimentos do dia 21 de abril (Praça do Comércio) tiveram suas vidas poupadas.⁴⁷

Nas discussões, travadas nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, sobre a prisão e as eventuais infrações, ao disposto nos textos legais, cometidas pelo conde dos Arcos no Reino do Brasil⁴⁸, além da inexistência de uma lei a regulamentar o procedimento a ser adotado na aplicação do disposto no artigo 31 das Bases da Constituição, constata-se o quanto ainda não estava delimitada a diferença entre a responsabilidade penal em geral, aplicável a todos os cidadãos, e a responsabilidade decorrente do exercício do cargo de ministro e secretário de Estado. Dessa forma, frente à prisão sem culpa formada do conde dos Arcos, Braamcamp questionou – nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, na sessão do dia 17 de setembro de 1821, durante a discussão do parecer da Comissão de Constituição (firmada pelos deputados Manoel Fernandes Tomás, José Joaquim Ferreira de Moura, João Maria Soares de Castelo Branco, Manoel Borges Carneiro, Bento Pereira do

⁴⁵ De acordo com o decreto de 06 de junho de 1821, os três oficiais nomeados para integrarem a comissão militar deviam decidir “de maneira que todos os negócios da competencia do dito Governo das Armas sejam por eles discutidos, e decididos a pluralidade de votos, e assinados por todos; e que todas os Ordens que se expedirem sejam por eles vistas, e rubricadas” (*Coleção das Leis do Brasil de 1821*. Tomo II: *Decretos, Cartas e Alvarás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p.96-97). Sobre o decreto de 06 de junho de 1821, ver SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo I, p.233-234.

⁴⁶ CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador dom Pedro I*. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1839, Tomo II, p.255-257; LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência. O Império Brasileiro (1821-1889)*. São Paulo, Rio: Companhia Melhoramentos, 1962 (1ª edição: 1921-1927), p.75-79. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo I, p.233.

⁴⁷ CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador dom Pedro I*. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1839, Tomo II, p.255-257.

⁴⁸ A notícia dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro no dia 05 de junho de 1821, juntamente com os três ofícios encaminhados pela Junta Provisional da Bahia, foram comunicados às Cortes de Lisboa, pelo deputado João Batista Felgueiras, na sessão do dia 07 de agosto. Proibido o desembarque do conde dos Arcos, logo que chegasse ao porto de Lisboa, ele permaneceu em custódia dentro do navio até sua posterior condução preso à Torre de Belém “em casa decente e segura” (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, números 146, 148 e 149 sessões dos dias 07, 09 e 10 de agosto de 1821, p.1809, 1816; 1835-1836, 1838-1839; 1841-1842)

Carmo, lido e aprovado na sessão do dia 10 de agosto)⁴⁹ – a legalidade da medida coercitiva adotada, a qual, a princípio, contrariava o disposto no artigo 4 das Bases da Constituição⁵⁰:

Tenho ouvido tratar da prisão de um cidadão em particular, e tratar do seu processo com a mesma particularidade; isto é o que jamais me pareceu próprio de um Congresso legislativo. Sempre julguei que ao Congresso pertencia vigiar sobre as autoridades públicas, decidir se elas prevaricam ou não: [n]o mais, como é conhecer dos réus, pronunciá-los, tratar da sua prisão etc., pertence ao Poder judiciário, e não ao legislativo.⁵¹

⁴⁹ De acordo com o parecer da comissão de constituição, datado do dia 09 de agosto e lido em plenário no dia seguinte: “A Comissão de Constituição tendo de formar a sua opinião sobre a resposta ao ofício do Ministro da marinha, relativo à chegada, do Conde dos Arcos ao porto desta cidade; observa, que no ofício da Junta Provisional da Província da Bahia de 20 de Junho, se diz, que havendo ali chegado o dito Conde, conduzido em custódia, em consequencia dos gloriosos acontecimentos, que no dia 5 do dito mês de Junho tiveram lugar no Rio de Janeiro, onde segunda vez a causa da Justiça havia triunfado das maquinações do hediondo despotismo, resolvera a mencionada Junta unanimemente fazer sair no mesmo dia o vaso, que conduzia o Conde em direitura para Lisboa, sob a estrita responsabilidade do Oficial comandante do dito vaso; medida esta, que tomara por haverem muitos dos Membros da mesma Junta recebido cartas de pessoas de íntima confiança, escrupulosa probidade, e decidi-do amor á Monarquia constitucional, das quais cartas resultava estar o Conde implicado em uma horrenda conspiração, tendente a desligar os Portugueses dos dois hemisférios, e a separar os interesses comuns da Nação e do Rei; na qual conspiração se mostrava pelas duas cartas ser também implicado o Governador de Pernambuco Luiz do Rego Barreto, cuja conduta anti-constitucional era já conhecida: pelo que, depois de recomendar a mais desvelada segurança da pessoa do Conde, mandara recolher a mala que no mesmo vaso se dirigia, do Rio de Janeiro a Pernambuco para a remeter prontamente pela primeira, embarcação.

Observa mais a Comissão, que por outras cartas recebidas neste Rei ao consta, e mesmo se pode inferir daquela que S. A. Real dirigiu a S. Magestade, que o Conde depois de recebidas no Rio de Janeiro as Bases da Constituição demorou jurá-las, e aconselhou entretanto a S. A. Real; pelo que crescendo a má opinião que já o público dele tinha, pediu o povo por uma Deputação ao Príncipe que depusesse o Conde, e o fizesse sair da Provincia; por estar persuadido de que ou ele se tinha conspirado com alguns Áulicos para a divisão do Império português, como se fez constar à Junta da Bahia, ou como talvez mais provavelmente outros opinião, era sufocarem em seu nascimento a desenvolução dos sistema constitucional, havendo algum partido que o Conde ainda tivesse, na Bahia desde o tempo em que ali estivera, de cooperar nisso com ele, bem como Luiz do Rego da parte de Pernambuco, a fim de atacarem de um e outro lado aquela cidade, santuário da liberdade do Brasil; para o que se havia feito recrutamento, e tomado outras disposições no Rio de Janeiro.

Parece por tanto à Comissão, que enquanto não se adquirem ulteriores e maiores provas sobre este negócio, deve o Conde ser posto na torre de Belém, em casa decente e segura; e que havidas que sejam as ditas provas, se lhe mande formar processo em que seja ouvido regularmente nos termos das leis: devendo por tanto, para se formar sem perda de tempo o processo, ordenar o Governo que na Bahia e Rio de Janeiro se mande abrir devassa sobre os referidos fatos, para ser remetida ao mesmo Governo” (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 149, sessão do dia 10 de agosto de 1821, p.1841-1842).

⁵⁰ De acordo com as *Bases da Constituição da Nação Portuguesa* em seu artigo 4: “Nenhum indivíduo deve jamais ser preso sem culpa formada” (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 30 de 09 de março de 1821, p.232).

⁵¹ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 177, sessão do dia 17 de setembro de 1821, p.2303.

Ou seja, se, por um lado, os eventuais conselhos dados pelo conde dos Arcos ao príncipe-regente dom Pedro, como ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, no sentido de não jurar as *Bases da Constituição Política da Nação Portuguesa* podiam ser considerados, em sentido amplo, infrações ao texto legal e, dessa forma, serem julgados pelas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa; por outro, a eventual articulação de uma conspiração que contava com o apoio de um *partido de servis na Bahia para a divisão do Império português*⁵², era um crime cometido por um cidadão particular, o qual devia ser processado e julgado pelo Poder Judiciário.⁵³ Assim, a princípio, caso fosse julgado pelas Cortes de Lisboa por essa segunda infração, estar-se-ia infringido o princípio da Separação dos Poderes proclamado pelo artigo 23 das *Bases da Constituição Política da Nação Portuguesa*.⁵⁴ Contudo, de acordo com o deputado Fernandes Tomás, em posicionamento vitorioso em plenário, a situação política do Estado português justificava não apenas a continuação do processo junto ao Congresso Soberano, como também a manutenção do conde dos Arcos na prisão:

Este negocio é de muita ponderação; o Congresso não se intromete a julgar o Conde dos Arcos; o Congresso não tem feito mais do que dar providências sobre a segurança do Estado, e da Nação. Isto se faz em todos os Congressos do mundo; quando a salvação pública está em perigo, todas as nações revogam as suas leis. O habeas corpus tem-se revogado muitas vezes; quanto mais que não é necessario que se faça esta revogação. Não pode deixar de vir o negócio ao Congresso, já que ele começou a conhecer deste negócio; para se alterar o destino do Conde é necessario que o Congresso decida; não há perigo nenhum em que depois de tiradas as testemunhas se remeta tudo ao Congresso, porque de duas uma: se resulta culpa, remete ao poder judiciário para ele proceder

⁵² Conforme exposto no voto de José Joaquim Ferreira de Moura, Manoel Fernandes Thomaz e João Maria Soares de Castelo Branco sobre a manutenção ou não do conde dos Arcos na prisão publicado nos *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 181, sessão do dia 21 de setembro de 1821, p.2361-2362.

⁵³ Nesse sentido, os questionamentos formulados por diversos deputados na sessão do dia 17 de setembro de 1821, ver *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 177, sessão do dia 17 de setembro de 1821, p.2297-2306.

⁵⁴ Nesse sentido se posicionaram os deputados que defenderam a remessa dos autos do conde dos Arcos para o Poder Judiciário, dentre os quais, os que declararam seu voto nessa questão (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 178, sessão do dia 18 de setembro de 1821, p.2309).

De acordo com as *Bases da Constituição da Nação Portuguesa* em seu artigo 23: “Guardar-se-á na Constituição uma bem determinada divisão dos três Poderes, Legislativo, Executivo, e Judiciário. (...)” (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 30 de 09 de março de 1821, p.233).

segundo as leis; senão resulta culpa, o Congresso o mandará soltar: por isso em todo o caso este negócio deve voltar ao conhecimento do Congresso.⁵⁵

Por fim, frente à ausência de provas a incriminar o ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, a comissão de constituição (sem a assinatura de Fernandes Tomás) apresentou, na sessão do dia 27 de novembro de 1821, um relatório favorável à absolvição do conde dos Arcos, o qual foi aprovado em plenário, na medida em que as acusações contra ele formuladas se baseavam tão somente em cartas escritas por *pessoas de íntima confiança* [dos membros da Junta Provisional do Governo da Província da Bahia], *escrupulosa probidade, e decidido amor pela Monarquia*, as quais não foram apresentadas e anexadas ao processo. Além disso, as testemunhas inquiridas pelo corregedor do crime da Corte [Lisboa] provaram não ter existido a alegada conspiração em curso na província da Bahia.⁵⁶ No entanto, ainda que absolvido das acusações que lhe foram feitas pela Junta Provisional do Governo da Província da Bahia, tanto a prisão do conde dos Arcos – ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros –, logo que chegou a Lisboa; quanto à verificação de sua responsabilidade por eventuais infrações, ao disposto nos textos legais, nos termos do disposto no artigo 31 das Bases da Constituição, representaram um primeiro passo rumo à articulação de um mecanismo de controle dos atos dos titulares das diversas pastas ministeriais, conforme analisado ao longo desta tese. Sublinhe-se que, não apenas o conde foi mantido na prisão durante todo o processo, como também, no texto da Constituição Política da Nação Portuguesa, em contrapartida à proclamação da inviolabilidade e da irresponsabilidade do rei⁵⁷, a

⁵⁵ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 177, sessão do dia 17 de setembro de 1821, p.2306.

⁵⁶ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 236, sessão do dia 27 de novembro de 1821, p.3241-3244, 3246). Sublinhe-se que após chegar em Portugal, o Conde dos Arcos foi mantido preso na Torre de Belém, e depois noutra prisão menos úmida até ser declarado inocente e libertado no dia 28 de novembro (SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo I, p.182-188, 221-233).

⁵⁷ De acordo com a *Constituição Política da Nação Portuguesa*, em seu artigo 127, primeira parte: “A pessoa do Rei é inviolável, e não está sujeita a responsabilidade alguma.”

referenda de todos os atos do Governo passou a ser obrigatória⁵⁸ e a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado consagrada em seus artigos 103, §15, 159 e 160⁵⁹.

O tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado (artigo 132 do Projeto de Constituição⁶⁰) foi objeto de discussão na sessão do dia 14 de dezembro de 1821, ou seja, poucas sessões após a da absolvição do conde dos Arcos, e despertou ampla discussão em plenário não apenas formal, mas também substancial no sentido de se ampliar e, ao mesmo tempo, delimitar as condutas puníveis. Por um lado, a partir das considerações feitas por Joaquim Pereira Annes de Carvalho, na redação final, deixou-se de considerar *qualquer* abuso de poder passível de responsabilização, de modo a evitar que os ministros fossem chamados a juízo por *qualquer bagatela*, inclusive as praticadas enquanto cidadãos, fora do exercício de seu cargo⁶¹; da mesma forma que foi eliminado o advérbio *geralmente* do início do dispositivo constitucional, de modo a explicitar que a responsabilidade dos ministros de Estado era específica para os atos praticados no exercício de seu cargo. Por outro, foi ampliada a abrangência da punição por *dissipação ou mau uso dos bens públicos* ao inserir o pronome indefinido *qualquer* antes do substantivo *dissipação*, em respeito ao disposto no artigo 31 das Bases da Constituição. Além disso, foram incluídos tanto a punição *pela falta de observância das leis* (em respeito ao disposto no artigo 31 das Bases da Constituição), quanto a referência a uma lei posterior a regulamentar o assunto. Contudo, permaneceram inalteradas as disposições referentes tanto à punição dos atos que *obram contra a Liberdade, segurança, ou propriedade dos Cidadãos*; quanto a não possibilidade de o

⁵⁸ De acordo com a *Constituição Política da Nação Portuguesa*, em seu artigo 161: “Todos os decretos ou outras determinações do Rei, Regente, ou Regência, de qualquer natureza que sejam, serão assinadas pelo respectivo Secretário de Estado, e sem isso não se lhes dará cumprimento.”

⁵⁹ De acordo com a *Constituição Política da Nação Portuguesa*, em seus artigos 103, Competem às Cortes, sem dependência da sanção Real, as atribuições seguintes: (...) §15. Fazer verificar a responsabilidade dos Secretários de Estado, e dos mais empregados públicos; 159. Os Secretários de Estado serão responsáveis às Cortes: §1. Pela falta de observância das leis; §2. Pelo abuso do poder que lhes foi confiado; §3. Pelo que obrarem contra a liberdade, segurança, ou propriedade dos cidadãos; §4 Por qualquer dissipação ou mau uso dos bens públicos. Esta responsabilidade, de que os não escusará nenhuma ordem do Rei verbal ou escrita, será regulada por uma lei particular; e 160. Para se fazer efectiva a responsabilidade dos Secretários de Estado procederá decreto das Cortes, declarando que tem lugar a formação de culpa. Com isto o Secretário ficará logo suspenso; e os documentos relativos à culpa se remeterão ao tribunal competente (artigo 191.º).

⁶⁰ De acordo com o artigo 132 do *Projeto de Constituição*: “Os Secretarios de Estado são geralmente responsáveis às Cortes por qualquer abuso do poder que lhes foi confiado; e particularmente pelo que obrarem contra a liberdade, propriedade, ou segurança dos cidadãos, e pelo mau uso ou indevida aplicação dos dinheiros destinados às despesas das suas repartições. Desta responsabilidade não os escusará o haverem obrado por ordem do Rei verbal ou escrita” (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 250, sessão do dia 14 de dezembro de 1821, p.4008).

⁶¹ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 250, sessão do dia 14 de dezembro de 1821, p.4008,

ministro se eximir de sua responsabilidade alegando ordem real vocal ou expressa. Por fim, inseriu-se a remissão à *lei particular*, a ser posteriormente elaborada, a regulamentação da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, tanto no que se refere à fixação das penas aplicáveis quanto no procedimento a ser adotado para a verificação da responsabilidade. De acordo com o deputado eleito pela província do Alentejo (com o apoio expresso de Moura, Freire, Peixoto, Serpa Machado, Ribeiro Saraiva, Pessanha)⁶², *as Cortes devem nomear uma Comissão que faça uma lei orgânica sobre a responsabilidade dos ministros: é verdade que isto é difícil. mas nem por isso se deve deixar assim. Temos já ministros constitucionais, e é necessário que saibam quando são, ou não são responsáveis.*⁶³

Conforme sublinhava Moura, em defesa da redação original proposta pelo projeto de constituição, mas aplicável ao tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado como um todo, tratava-se de uma *melindrosa e importante questão* a ser objeto de deliberação em plenário, de modo que era fundamental a precisão no uso das palavras, sobretudo porque a responsabilidade decorria do princípio da inviolabilidade do rei, ou seja, em uma ficção apenas possível se fundada na responsabilidade ministerial. Para o deputado: *a bela ideia de que o Rei nunca pode fazer uma coisa má desapareceria como um sonho, se os Ministros não fossem responsáveis.*⁶⁴ Assim, de modo a preservar o rei, frente a acusações infundadas, mas ao mesmo tempo assegurar a punição aos ministros e secretários de Estado, para a verificação da responsabilidade nos termos da Constituição Política da Nação Portuguesa, previam-se duas etapas: a primeira, referente à formação da culpa (com a automática suspensão do ministros *sub judice*⁶⁵), submetida à apreciação e aprovação

⁶² Em sentido contrário, de forma a sublinhar a impossibilidade de se prever em um texto legal todas as infrações possíveis de serem cometidas pelos ministros e secretários de Estado, posicionaram-se Miranda e Moura.

⁶³ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 250, sessão do dia 14 de dezembro de 1821, p.4009-4013.

⁶⁴ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 250, sessão do dia 14 de dezembro de 1821, p.4008.

⁶⁵ Borges Carneiro, na sessão do dia 14 de dezembro de 1821, propôs, sem sucesso, que houvesse a possibilidade de as Cortes, de acordo com a gravidade da infração ao texto legal verificada na formação de culpa, decretar a demissão do ministro e secretário de Estado *sub judice* (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, número 250, sessão do dia 14 de dezembro de 1821, p.4009).

pelas Cortes; e, a segunda, o julgamento do mérito pelo Supremo Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 191, §1 do texto constitucional.⁶⁶

1.3 – Responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e inviolabilidade do imperador na *Constituição Política do Império do Brasil* (1824)

Apesar de ter sido amplamente discutida nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, o substantivo *responsabilidade*, utilizado diversas vezes na *Constituição Política do Império do Brasil*, era de uso recente na língua portuguesa, de modo que, sua utilização, pelos redatores do texto constitucional, significava não apenas adoção de um recém-criado mecanismo de controle dos atos praticados pelos ministros e conselheiros de Estado, quanto à adoção de uma determinada concepção de poder político defendida, dentre outros, por Benjamin Constant. Desse modo, apesar de o instituto do *impeachment* ser antigo no direito inglês, sua atual configuração prático-teórica remonta às últimas décadas do século XVIII, em especial, a partir das experiências constitucionais norte-americana e francesa. Do mesmo período é sua dicionarização nas línguas latinas, dentre as quais o francês e o português. Assim, ao passo que na língua francesa, o substantivo *responsabilité* foi reconhecido oficialmente pela Academia apenas no ano de 1798⁶⁷; na língua portuguesa, coube ao dicionário de Antônio Moraes Silva a dicionarização tanto do substantivo *responsabilidade*, quanto do adjetivo *responsável* (adjetivo), o que indica a data de sua provável introdução em nosso idioma a partir da adaptação do vocábulo francês *responsable* – derivado culto do latim *responsu*, particípio passado de *respondere*, com o sentido de *ficar por fiador*.⁶⁸ De acordo com Antônio Moraes Silva:

⁶⁶ De acordo com a *Constituição Política da Nação Portuguesa*, em seu artigo 191. “Haverá em Lisboa um *Supremo Tribunal de Justiça*, composto de Juizes letrados, nomeados pelo Rei, em conformidade do artigo 123. As suas atribuições são as seguintes: §1. Conhecer dos erros de ofício, de que forem arguidos os seus Ministros, os das Relações, os Secretários e Conselheiros de Estado, os Ministros diplomáticos, e os Regentes do Reino. Quanto a estas quatro derradeiras classes as Cortes previamente declararão, se tem lugar a formação de culpa, procedendo-se na conformidade do artigo 160.”

⁶⁷ De acordo com Nathalie Havas, em sua pesquisa dedicada à responsabilidade ministerial na França de 1789 à V República, a referência mais antiga ao substantivo *responsabilité* foi encontrada em um dicionário publicado em 1787-1788 (HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.3-4 e nota 8). No mesmo sentido, consultar <http://www.cnrtl.fr/etymologie/responsabilité>. Acesso em : em 27 de abril de 2016.

⁶⁸ MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Editorial Confluência, 1959, volume II, p.1886-1887; CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.XV, 679.

RESPONSABILIDADE, s.f.usual. O ser responsável, obrigado a dar conta, e recado de alguma coisa que se manda fazer por autoridade pública, ou por obrigação particular; a responsabilidade *que lhe impõe a Lei; a que se sujeitou*, recebendo o depósito, obrigando-se por dívida &c.

(...)

RESPONSÁVEL, adj. Sujeito a reparar a perda, ou dano por que se obrigou, ou que tem obrigação de evitar em razão de seu ofício.⁶⁹

Na Carta de 1824, a palavra *responsabilidade* aparece cinco vezes, das quais quatro diretamente relacionadas à responsabilidade dos ministros e secretários de Estado – exatamente nas conotações dicionarizadas por Antônio Moraes Silva, em especial de *responsabilidade que lhe impõe a Lei*:

Artigo 47. É da atribuição exclusiva do Senado. (...) §2 Conhecer da *responsabilidade* dos Secretários, e Conselheiros de Estado.

Artigo 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a *responsabilidade* alguma.

Artigo 135. Não salva aos Ministros da *responsabilidade* a ordem do Imperador vocal, ou por escrito.

Artigo 156. Todos os Juizes de Direito, e os Officiais de Justiça são responsáveis pelos abusos de poder, e prevaricações, que cometerem no exercício de seus Empregos; esta responsabilidade se fará efetiva por Lei regulamentar.

Artigo 179. (...) §30. Todo o Cidadão poderá apresentar por escrito ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expor qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Autoridade a efetiva *responsabilidade* dos infratores.

Além disso, a noção de responsabilidade dos ministros e secretários de Estado também aparece nos artigos que utilizam a palavra *responsável(eis)*, sempre no sentido daquele *que tem obrigação de evitar* o dano – ao sistema de governo monárquico

⁶⁹ De acordo com o dicionário de Antônio Moraes Silva: Responsabilidade MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p.616.

hereditário constitucional representativo, proclamado pelo texto constitucional – *em razão de seu ofício*:

Artigo 129. Nem a Regência, nem o Regente será *responsável*.

Artigo 133. Os Ministros de Estado serão *responsáveis*. §1. Por traição. §2 Por peita, suborno, ou concussão. §3 Por abuso do Poder. §4 Pela falta de observância da Lei. §5 Pelo que obrarem contra a Liberdade, segurança, ou propriedade dos Cidadãos. §6 Por qualquer dissipação dos bens públicos.

Artigo 143. São responsáveis os Conselheiros de Estado pelos conselhos, que derem, opostos às Leis, e ao interesse do Estado, manifestamente dolosos.

Artigo 179. (...) §35. Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-á fazer por ato especial do Poder Legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunida a Assembleia, e correndo a Pátria perigo iminente, poderá o Governo exercer esta mesma providência, como medida provisória, e indispensável, suspendendo-a imediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou; devendo num, e outro caso remeter á Assembleia, logo que reunida for, uma relação motivada das prisões, e d'outras medidas de prevenção tomadas; e quaisquer Autoridades, que tiverem mandado proceder a elas, serão responsáveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito.⁷⁰

E há situações ainda em que se fica em aberto sobre a aplicação ou não da responsabilidade, mesmo sem a utilização expressa deste vocábulo no dispositivo constitucional como, por exemplo, no artigo 172, pelo qual o *Ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos às despesas das suas Repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas publicas do ano futuro, e da importância de todas as contribuições, e rendas publicas*. Em caso de

⁷⁰ A palavra responsável(eis) também é utilizada para os demais empregados públicos no artigo 179, §§27. O Segredo das Cartas é inviolável. A Administração do Correio fica rigorosamente responsável por qualquer infração deste Artigo; (...) 29. Os Empregados Públicos são estritamente responsáveis pelos abusos, e omissões praticadas no exercício das suas funções, e por não fazerem efetivamente responsáveis aos seus subalternos.

descumprimento desse dispositivo constitucional, deveria ou não ser verificada a responsabilidade do ministro e secretário de Estado faltoso?

Sublinhe-se que, nos termos da Carta de 1824, não há que se falar em *responsabilidade ministerial*, mas tão somente em *responsabilidade dos ministros e secretários de Estado*, na medida em que eles atuavam separadamente na condução dos assuntos de suas respectivas pastas. Assim, se por um lado não havia um *Gabinete* propriamente dito sob a chefia de um ministro de Estado⁷¹; por outro, era atribuição privativa do imperador a livre nomeação e demissão dos ministros e secretários de Estado, independente de prévia consulta ao Conselho de Estado⁷² e sem levar em consideração quer a *opinião pública*, quer a composição da Câmara dos Deputados⁷³. Inclusive, durante o Primeiro Reinado, os deputados normalmente se utilizavam do

⁷¹ O cargo de *primeiro-ministro* tem sua origem na prática legislativo-constitucional britânica do século XVIII, durante os reinados dos primeiros monarcas hanoverianos (Jorge I e Jorge II). A partir dessa experiência, de certa forma idealizada pela publicística francesa desde meados do século XVIII, na experiência legislativo-constitucional francesa o cargo de *presidente do Conselho de Ministros* foi criado na Segunda Restauração, com a nomeação de Charles-Maurice de Tayllerand-Périgord no dia 09 de julho de 1815. No entanto, em ambos os casos, apesar da denominação *primeiro-ministro* ou *presidente do conselho de ministros*, a responsabilidade solidária de todos os ministros em decorrência de uma infração eventualmente cometida por qualquer um deles ainda aguardaria o final do século XIX para se estabelecer na prática parlamentar europeia. Nesse sentido, ver LAQUIÈZE, Alain. *Les origines du régime parlementaire en France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p.233-245; HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.283-286. Em sentido inverso, ver JOSEPH-BARTHÉLEMY, Joseph. *L'introduction du régime parlementaire en France sous Louis XVIII et Charles X*. Paris: V. Giard et E. Brière, 1904, p.120-124. Da mesma forma, ocorreu no Império do Brasil com a criação do cargo de *presidente do Conselho de Ministros* ocorreu através do decreto número 523, de 20 de julho de 1847, seguido pela nomeação de Manuel Alves Branco para o cargo (SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.344-346; JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.99-100) Em relação ao regime de governo monárquico constitucional implantado no Primeiro Reinado e da não aplicabilidade do conceito de governo parlamentar nesse momento, quer no Império do Brasil, quer em monarquias como a francesa ou a inglesa, na medida em que o que se discutia e se defendia, nesse momento, era o governo representativo, ver LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007.

⁷² De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seus artigos 101, §6 – “O Imperador exerce o Poder Moderador: (...) VI. Nomeando, e demitindo livremente os Ministros de Estado”; e 142 – “os Conselheiros serão ouvidos em todos os negócios graves, e medidas gerais da publica Administração; principalmente sobre a declaração da Guerra, ajustes de paz, negociações com as Nações Estrangeiras, assim como em todas as ocasiões, em que o Imperador se proponha exercer qualquer das atribuições próprias do Poder Moderador, indicadas no Art. 101, à exceção da VI.”

⁷³ A *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 29 dispõe expressamente que “os Senadores, e Deputados poderão ser nomeados para o Cargo de Ministro de Estado, ou Conselheiro do Estado” (grifos meus), e não que eles *serão* os nomeados para estes cargos. Sublinhe-se que a solução adotada pelo legislador constitucional brasileiro não era a única possível, na medida em que outros textos constitucionais estabeleciam o inverso – a proibição da nomeação de parlamentares para o cargo de ministro de Estado – justamente em defesa do princípio da separação dos poderes, pelo temor de se confundirem os Poderes Legislativo e Executivo nas mãos das mesmas pessoas.

substantivo *Ministério*, no sentido do conjunto de todos os ministros e secretários de Estado, quando criticavam alguma medida adotada por um determinado ministro e secretário de Estado. Aliás, conforme analisado no último capítulo desta tese, essa maneira de se referir pejorativamente ao conjunto de ministros e secretários de Estado foi reiteradamente utilizada pelos deputados da oposição, no Primeiro Ano da Segunda Legislatura, ao criticarem o, por eles denominado, *ministério clementino*⁷⁴ – forma pela qual tratavam em plenário os ministros e secretários de Estado que atuaram durante o período em que José Clemente Pereira permaneceu à frente da Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

Diante desse quadro, verifica-se que, durante o Primeiro Reinado houve a articulação de mecanismos para serem jurídica, penal e individualmente responsabilizados os ministros e secretários de Estado e não a obtenção da *responsabilidade política* do *Ministério* ou *Gabinete* como um todo. Logo, não há que se vislumbrar a adoção de um regime de governo parlamentarista na Carta de 1824 – com a formação de um *Gabinete* a partir da composição do *Parlamento* –, regime esse que não estava perfeitamente delineado em nenhum Estado – quer europeu, quer americano – na década de 1820.⁷⁵

⁷⁴ Nesse sentido, dentre inúmeras outras no decorrer da Sessão Anual Legislativa de 1830, as referências ao *Ministério Clementino* nos discursos proferidos por Vasconcelos e Rebouças na sessão do dia 21 de maio; e Holanda Cavalcanti na do dia 29 de maio (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da segunda legislatura, sessão de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto & C.^a, rua do Hospício, 218, 1878, tomo primeiro, sessões dos dias 21, 29 de maio de 1830, p.185 e 188; 271).

⁷⁵ Conforme sublinha LYNCH, no momento de redação do texto constitucional, o debate teórico e político se dava em torno do governo constitucional representativo e não do parlamentarismo: “Entendendo-se por governo parlamentar aquele no qual a escolha e a duração dos gabinetes depende da confiança do rei, mas também do parlamento – sistema também conhecido como de dupla confiança, esse governo jamais existiu na França durante o período em estudo (1815-1830), sendo inaugurado apenas com a Monarquia de Julho. *A publicística francesa da década de 1820 não falava em governo parlamentar, muito menos em parlamentarismo; falava em governo constitucional representativo, gênero cuja espécie por excelência era a monarquia constitucional, temperada ou mista*. Amparado na Carta, o príncipe estava livre para nomear quem bem entendesse, independentemente do humor das câmaras; da mesma forma, a vida dos ministérios dependia exclusivamente dele. Para Constant, a possibilidade de demissão *ad nutum* dos ministros pelo Rei era indispensável para desarmar e remover o golpismo, sempre que sua ameaça se fizesse presente. O que o Legislativo fazia era se opor ao governo com tal tenacidade que, obstruindo ou derrotando seus projetos, acabasse por convencê-lo da inutilidade de continuar pelejando e da necessidade de conquistar a confiança parlamentar ou renunciar diante do príncipe. De fato, aos poucos os ministros começaram a perceber que eles precisavam do apoio da maioria dos deputados para governar – o que, repito, ainda estava longe de ser um regime parlamentar ou parlamentarista” (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.80, grifos meus).

A propósito, coube ao deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (com o apoio parcial de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Manuel Odorico Mendes, Raimundo José da Cunha Matos e José Clemente Pereira), durante a discussão do projeto de lei sobre a organização das Secretarias de Estado (elaborado pelo Senado), a defesa da criação de um *Conselho de Ministros*, pelo qual passariam todas as deliberações tomadas pelos ministros e Secretários de Estado. Contudo, naquele momento, a partir da recente experiência francesa do ministério *in solidum*, foi vitorioso o argumento contrário defendido por José Lino Coutinho pelo qual, caso fosse aprovada a emenda proposta por Vergueiro, dificultar-se-ia a apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado em *negócios de grande monta*.⁷⁶ Mesmo assim, apesar do fracasso da tentativa de se criar formalmente um Conselho de Ministros, de acordo com a historiografia clássica sobre o período, durante o Primeiro Reinado, na prática a primeira articulação de um *ministério* coeso, ainda que de forma incompleta, foi através da provável articulação pelo marquês de Barbacena, com o auxílio de José Bonifácio, de um novo *Gabinete*, o qual foi nomeado pelo imperador no dia 04 de dezembro de 1829, às vésperas da abertura da Segunda Legislatura.⁷⁷

Verifica-se que, a partir da reflexão sobre as experiências legislativo-constitucionais inglesa e francesa, o cargo de *primeiro-ministro* teve sua origem na prática parlamentar britânica do século XVIII, durante os reinados dos primeiros monarcas hanoverianos (Jorge I e Jorge II), mas não exatamente no sentido em que, a partir de meados do século XIX, passou a ser compreendida essa função. O mesmo, de

Em sentido inverso, parte da doutrina jurídica, até os anos 1990, vislumbrava na demissão de lorde North e seu *gabinete*, o nascimento do regime parlamentarista de governo (nesse sentido, ver FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional* (16ª edição). São Paulo: Saraiva, 1987, p.138).

⁷⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo terceiro, sessão do dia 21 de julho de 1827, p.226-227.

⁷⁷ Sobre o *ministério Barbacena*, enquanto uma primeira tentativa de se articular um *governo de gabinete*, com apoio na Câmara, ver CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquês de Barbacena*. Brasília: UnB, 1982 (1ª edição: 1936), p.82; SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume VI – Evaristo da Veiga*. São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988 (1ª edição: 1934, Coleção Brasileira, volume 157); CUNHA, Pedro Carneiro da. *A Fundação de um Império Liberal: Primeiro Reinado, Reação e Revolução*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 1: *O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.391. Apenas recentemente este posicionamento passou a ser parcialmente questionado, em especial após a tese de LYNCH, Christian Edward Cyril Lynch, contudo, mesmo esse autor vislumbra no denominado *ministério Barbacena* uma exceção no *voluntarismo* do imperador, pelo qual governava sem pedir o apoio das Câmaras da Assembleia Geral Legislativa (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, p.148, nota 43; 160).

certo modo, ocorreu no Reino da França, com a criação do cargo de *presidente do Conselho de Ministros*, no início da Segunda Restauração (1815-1830), com a nomeação de Charles-Maurice de Tayllerand-Périgord no dia 09 de julho de 1815; contudo, sem a previsão da responsabilidade solidária de todos os membros do Conselho de Ministros em decorrência de uma eventual infração ao texto legal cometida por qualquer um deles.⁷⁸ Em ambos os casos, ter-se-ia que aguardar até o final do século XIX para a consolidação dessa prática parlamentar.⁷⁹ Pode-se dizer, de certa forma, que o mesmo ocorreu no Império do Brasil com a criação do cargo de *presidente do Conselho de Ministros* através do decreto número 523, de 20 de julho de 1847, seguido pela nomeação de Manuel Alves Branco para o cargo.⁸⁰ Ou seja, no caso do Império do Brasil, criou-se um cargo, mas não se instituiu verdadeiramente um regime de governo monárquico parlamentar.

De acordo com o disposto na Carta de 1824, os ministros e secretários de Estado assumiam, a partir de sua nomeação pelo imperador, a responsabilidade pelos atos praticados à frente das Secretarias de Estado por eles comandadas, na medida em que lhes competia o exercício do Poder Executivo, cuja chefia foi delegada pela Nação ao imperador. Contudo, para ser efetivamente aplicada, havia a necessidade de se elaborar

⁷⁸ Conforme sublinha Alain Laquière em relação à criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros em 1815, durante a Segunda Restauração, perfeitamente aplicável às demais experiências parlamentares do século XIX, *não é porque há um presidente do Conselho que haverá automaticamente um colegiado de decisões* (tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: « ce n'est donc pas parce qu'il existe un président du Conseil qu'il y aura automatiquement une collégialité des décisions » LAQUIÈRE, Alain. *Les origines du régime parlementaire em France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p.259).

Sobre as origens do governo de Gabinete na monarquia britânica ver NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.313-318, de acordo com a autora “Le régime britannique ne devint “parlementaire” au sens juridique du terme – c’est-à-dire fondé sur la responsabilité collective du cabinet devant le Parlement – qu’en 1841”.

⁷⁹ Alain Laquière é enfático ao afirmar que não houve a formação de um gabinete, propriamente dito, no decorrer do período da Restauração: “ni la Restauration, ni la monarchie de Juillet n’ont vraiment connu de cabinets, dans le sens où nous l’entendons. Il y a eu des combinaisons ministérielles, des ministères, mais pas des cabinets, excepté peut-être durant quelques très courtes périodes” (LAQUIÈRE, Alain. *Les origines du régime parlementaire em France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p.235). No mesmo sentido HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.283-286. Sublinhe-se que não apenas no Brasil inexistia propriamente um regime de governo parlamentar neste período, mas também na França sob a Restauração (1814-1830) e no Reino Unido antes da reforma eleitoral de 1832.

⁸⁰ De acordo com o Decreto 523, de 20 de julho de 1847, referendado por Francisco de Paula [e] Souza e Melo, então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, “Tomando em consideração a conveniência de dar ao Ministério huma organização mais adaptada às condições do Sistema Representativo: Hei por bem criar um Presidente do Conselho dos Ministros; cumprindo ao dito Conselho organizar o seu Regulamento, que será submettido à Minha Imperial Aprovação” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1847*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848, Tomo X, parte segunda, seção 25ª, p.83).

uma *lei particular* a regulamentar o tema e, nesse sentido, atuaram os deputados no decorrer da Primeira Legislatura, conforme analisado no próximo capítulo desta tese.

Cumpre-se notar que o texto constitucional previu as hipóteses de responsabilidade penal dos ministros e secretários de Estado e de outros membros do Governo pelos atos por eles praticados, porém dela excluiu expressamente o imperador (salvo no caso dele se ausentar do Império do Brasil sem o consentimento da Assembleia Geral Legislativa⁸¹), o regente e, de certa forma, os membros do Poder Legislativo. O primeiro, por ser inviolável e sagrado (artigo 99, salvo na hipótese do artigo 104)⁸², o segundo, por governar em nome do imperador (artigos 128 e 129⁸³), e os deputados e os senadores, na medida em que eram invioláveis pelas opiniões proferidas no exercício de suas funções (de acordo com o artigo 26 da Carta de 1824⁸⁴).

⁸¹ Sobre a questão da responsabilidade política atípica e/ou excepcional do rei consultar GLÉNARD, Guillaume. *L'exécutif et la constitution de 1791*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010, p.429-430, HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.119-121.

⁸² A *Constituição Política do Império do Brasil* de 1824 estabeleceu a sacralidade, inviolabilidade e irresponsabilidade do imperador, de modo que a simples menção do nome ou título de dom Pedro I era vedada em plenário e o membro do Corpo Legislativo era chamado à ordem.

⁸³ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 128, “Os Atos da Regência, e do Regente serão expedidos em nome do Imperador pela formula seguinte – Manda a Regência em nome do Imperador... – Manda o Príncipe Imperial Regente em nome do Imperador”; e em seu artigo 129, “Nem a Regência, nem o Regente será responsável”.

⁸⁴ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 26: “Os Membros de cada uma das Câmaras são invioláveis pelas opiniões, que proferirem no exercício das suas funções”. Nesse sentido, a argumentação desenvolvida, dentre outros, no decorrer da Primeira Legislatura, por Lino Coutinho, na sessão do dia 07 de julho de 1826, durante a primeira discussão do projeto de lei sobre os abusos da liberdade de imprensa, sem ser questionado e/ou impugnado pelos demais deputados: “o imperador é inviolável, e sagrado pelos abusos de poder, assim como o é o corpo legislativo, que não tem responsabilidade, salva a responsabilidade moral, ninguém lhe tomará contas pelo que diz, e pelo que obra” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 07 de julho de 1826, p.79). No mesmo sentido, no que se refere à irresponsabilidade dos membros da Assembleia Geral, sem abordar diretamente a questão da *responsabilidade moral* do monarca, manifestar-se-iam, dentre outros no decorrer da Primeira Legislatura, Vasconcelos na sessão do dia 15 de junho de 1827, durante a terceira discussão do projeto de lei sobre os abusos da liberdade de imprensa: “irresponsáveis no império do Brasil só são o imperador, a assembleia geral, e os conselhos gerais de província em minha opinião; todos os mais empregados públicos são responsáveis” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo segundo, sessão do dia 15 de junho de 1827, p.68). E Custódio Dias, na sessão do dia 19 de julho de 1827 – durante a discussão da proposta de lei, elaborada pelo governo nos termos do artigo 53 do texto constitucional, na qual se pleiteava a criação de um corpo de brigada da Marinha –, na presença do marquês de Maceió, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, após este ter se eximido de eventual responsabilidade caso a proposta governamental não fosse aprovada pelos deputados (de acordo com o ministro, “[o] governo entende que isto é necessário, e se não adotar-se o meu projeto, o governo tirará de si toda a responsabilidade”). Argumentou Custódio Dias: “Enquanto a dizer que tira de si a responsabilidade, nós também não tomamos responsabilidade, porque temos muita força. O poder legislativo é soberano, e sobre o soberano não há responsabilidade; desse modo a responsabilidade (*voltou*

Sublinhe-se que a Carta de 1824 estabeleceu a sacralidade, inviolabilidade e irresponsabilidade do imperador, de modo que a simples menção do nome ou título de dom Pedro I era vedada em plenário e o membro do Corpo Legislativo era chamado à ordem. Nesse sentido, as advertências feitas por Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (deputado eleito pela província de Pernambuco)⁸⁵, a primeira delas durante a discussão do formulário de recepção do imperador na sessão imperial de abertura proposto pelo Senado e parcialmente rejeitado pela Câmara dos Deputados: (...) *a pessoa de Sua Majestade Imperial é sagrada: o seu nome não deve ser proferido nos debates sobre quaisquer matérias, que se nos ofereçam a tratar. Os vocábulos admitidos, e que nos convém, são o trono, o governo.*⁸⁶ Da mesma forma que advertiu o então visconde de Caravelas⁸⁷, senador e ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, no Paço do Senado: *Sr. presidente, por bem da ordem, é costume geral de*

se para o ministro) é de V. Ex. do que tem feito, e há de fazer; porque marchamos segundo a vontade da nação; desejamos o bem da nação, e para o alcançar, são necessárias aquelas luzes, que se nos devem dar, e que se nos pretendem negar, para que marchemos às escuras” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo terceiro, sessão do dia 19 de julho de 1827, p.205-208).

Sobre a *responsabilidade moral* dos ministros de Estado consultar *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo segundo, sessão do dia 26 de junho de 1827, p.155.

O tema da *responsabilidade moral* do imperador foi retomado na década de 1860, em sentido próximo ao defendido por Lino Coutinho na sessão anual legislativa de 1826, nesse sentido ver VEIGA, Luís Francisco da (sob o pseudônimo *um Fluminense amante da Constituição*). *A Revolução de 7 de abril de 1831 e Evaristo Ferreira da Veiga*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp., 1862, p.5-6.

⁸⁵ Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (barão de Cimbres em 21 de outubro de 1853, com grandeza, em 02 de dezembro de 1854), nasceu no Recife, a 03 de novembro de 1788 e faleceu em Cimbres, Pernambuco, a 10 de dezembro de 1859. Sobrinho de Gervásio Pires Ferreira. Bacharel em Matemáticas pela Universidade de Coimbra. Deputado por Pernambuco nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa e na Primeira Legislatura da Assembleia Geral do Império do Brasil. Nomeado presidente da província das Alagoas em 1823, não aceitou o cargo. (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.130).

⁸⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão preparatória de 03 de maio de 1826, p.18.

⁸⁷ José Joaquim Carneiro de Campos (visconde com grandeza em 1824, marquês de Caravelas em 1826) nasceu na cidade da Bahia à 04 de março de 1768 e faleceu no Rio de Janeiro, a 8 de setembro de 1836. Bacharel em Teologia e em Direito pela Universidade de Coimbra (1797), foi preceptor dos filhos do Conde de Linhares. Retornou ao Brasil em 1807. Foi eleito deputado à Assembleia Legislativa Geral e Constituinte de 1824 e nomeado senador pelo imperador em 1826. Exerceu os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros (de 17 de julho a 10 de novembro de 1823), do Império (de 23 de janeiro a março e de 13 de novembro de 1826 a 14 de janeiro de 1827) e da Justiça (de 20 de janeiro de 1826 a 15 de janeiro de 1827) (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.112-113).

*todas as cortes representativas nunca se falar no nome de Sua Majestade. Nós todos sabemos que à pessoa de Sua Majestade Imperial se deve o maior decoro e respeito.*⁸⁸

Na *Constituição Política do Império do Brasil*, os Poderes Moderador e Executivo foram colocados sob o título quinto intitulado *Do imperador*⁸⁹, porém com uma diferença fundamental entre eles: o primeiro era exclusivo do monarca enquanto *delegado privativo da nação e Seu Primeiro Representante* e por ele exercido diretamente, após consulta ao Conselho de Estado (salvo na hipótese da livre nomeação e demissão de ministros e secretários de Estado); enquanto que o segundo, apesar de também ser delegado pela nação, nos termos do artigo 12, era tão somente chefiado pelo imperador, cabendo seu exercício aos ministros e secretários de Estado. No entanto, na prática político-institucional, não apenas ambos foram exercidos (in)diretamente por dom Pedro I⁹⁰, como também suas decisões muitas vezes extrapolaram os limites estabelecidos pelo texto constitucional e usurpam atribuições, a princípio, conferidas a outros poderes estatais. Ocorre que não estava claro naquele momento a real extensão das atividades a serem desenvolvidas pelos diversos ministros e secretários de Estado, na medida em que a especialização exigida para os ocupantes desses cargos era uma

⁸⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão preparatória de 30 de abril de 1826, p.13.

⁸⁹ Pela Carta de 1824, ao se atribuir ao imperador a chefia de dois dos quatro poderes delegados pela nação soberana (conforme o disposto nos artigos 10 e 12 combinados com os artigos 98 e 102), objetivou-se, a princípio, limitar a atuação do Poder Legislativo tal como anteriormente previsto na constituição portuguesa de 1822. Neste sentido, consultar HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível. Direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004, ao analisar a introdução do *poder real* na constituição portuguesa de 1826.

⁹⁰ John Armitage questionou o papel desempenhado pelo *gabinete secreto* nas decisões tomadas pelo Governo durante o Primeiro Reinado, inclusive aquelas que, a princípio, eram atribuições específicas dos ministros e secretários de Estado e por eles referendadas. “Podia o Ministério ser responsabilizado por aquilo de que nem mesmo tinha conhecimento?” questionava o inglês (ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D.Pedro I, em 1831*, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.186).

Sobre a atuação direta de dom Pedro I na condução dos negócios do Estado, consultar SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.203-204, 367; PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil – colônia e império* (1ª edição: 1933). São Paulo: Brasiliense, 1988, p.61-62; SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo II; MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 1; MACAULAY, Neil. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1993. Em relação aos ministros e secretários de Estado, Tobias Monteiro afirmou, a partir da interpretação anteriormente elaborada por João Manuel Pereira da Silva: “Os ministros, porém, não tinham condição alguma de independência, sua existência estava à mercê do Monarca, sujeito unicamente às inspirações da sua consciência, aos deveres da sua missão” (MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 1, p.33).

novidade, fruto das revoluções liberais do final do século XVIII. Se durante as monarquias absolutas o papel de ministro de Estado se confundia com o de conselheiro, nas monarquias constitucionais do início do século XIX os ministros de Estado, apesar de paulatinamente passarem a ser escolhidos com base em suas respectivas especialidades, ainda continuavam a ser tratados como simples conselheiros pelo monarca. Cumpre-se notar que, de acordo com o artigo 131⁹¹, ainda dependiam de regulamentação a definição tanto do número de Secretarias de Estado, como dos negócios pertencentes a cada uma delas. Ou seja, como se escolher ministros e secretários de Estado especialistas nos assuntos de suas respectivas pastas se ainda não estavam claramente definidos os negócios a serem exercidos por cada uma delas. Além disso, pode-se questionar até que ponto os ministros podiam se recusar a referendar os atos praticados pelo monarca sem serem por esse imediatamente demitidos. Desse modo, a partir da leitura das discussões travadas em plenário, sobretudo na Câmara dos Deputados, se fosse simples um ministro e secretário de Estado se contrapor às ordens dadas pelo imperador, Vasconcelos não precisaria defender o direito dele se recusar a referendar e executar um ato contrário a sua vontade.⁹² Além disso, juridicamente não se previa a transferência de poder para os ministros e secretários de Estado, mas tão somente o exercício de atos sob a chefia do imperador.

No Brasil, a intervenção direta de dom Pedro I ocorria não apenas em relação aos membros do Poder Executivo, como também através da usurpação de atribuições conferidas pela Carta de 1824 aos membros do Poder Legislativo.⁹³ Nesse sentido, observam-se as discussões travadas nas duas câmaras da Assembleia Geral Legislativa – durante as sessões preparatórias da abertura da Primeira Legislatura (ocorridas do dia 29 de abril a 05 de maio de 1826) – sobre o quórum mínimo para a realização da sessão imperial de abertura e sobre o cerimonial de recepção do imperador pelo Corpo Legislativo reunido em sessão conjunta.

⁹¹ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 131: “Haverá diferentes Secretarias de Estado. A Lei designará os negócios pertencentes a cada uma, e seu número; as reunirá, ou separará, como mais convier.”

⁹² Nesse sentido, *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.240-241.

⁹³ Não se trata, neste caso, do tema do poder pessoal do imperador, objeto de discussão durante o Segundo Reinado, o qual estava diretamente relacionado às críticas formuladas pelos liberais às atribuições conferidas pela Carta de 1824 ao Poder Moderador e à responsabilidade dos ministros e secretários de Estado aos atos praticados pelo monarca como delegado privativo desse poder estatal.

De um lado, em relação ao quórum exigido para a realização da sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa, dom Pedro I se sobrepôs à interpretação dada pela Câmara dos Deputados ao artigo 23 da Carta de 1824⁹⁴ – no sentido de que a referida sessão poderia ser realizada mesmo sem se atingir o quórum mínimo (na medida em que se tratava de uma sessão não deliberativa)⁹⁵ – e impôs sua própria interpretação de adiar a abertura do Corpo Legislativo até se completar o número mínimo de deputados.⁹⁶ Ou seja, ao assim se pronunciar, o imperador não apenas assumia, de modo a usurpar uma das atribuições reservadas constitucionalmente à Assembleia Geral Legislativa – a interpretação das leis e a guarda da Constituição (de acordo com o artigo 15, parágrafos oitavo e nono⁹⁷) –, como também prenunciava a tensa relação que se estabeleceria, no decorrer do Primeiro Reinado, entre os membros dos Poderes Moderador e Executivo, de um lado, e os do Legislativo, em especial a Câmara dos Deputados, de outro⁹⁸. Assim, explicitamente se rompia (se rompido já não estivesse em virtude de o imperador não ter convocado a Assembleia Geral Legislativa logo após a outorga do texto constitucional em 1824, ou mesmo, no decorrer de 1825),

⁹⁴ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 23, “não se poderá celebrar Sessão em cada uma das Câmaras, sem que esteja reunida a metade, e mais um dos seus respectivos Membros”.

⁹⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão preparatória de 30 de abril de 1826, p.8.

⁹⁶ O imperador, frente à divergência entre as câmaras da Assembleia Geral Legislativa em relação à interpretação do artigo 23 da *Constituição Política do Império do Brasil*, posicionou-se em sentido oposto ao deliberado pela Câmara dos Deputados, de modo a adiar o início dos trabalhos legislativos do primeiro ano da Primeira Legislatura. Por meio de ofício referendado por José Feliciano Fernandes Pinheiro, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, afirmou que a Câmara dos Deputados deveria continuar seus trabalhos preparatórios “até que haja o número de deputados determinado pela constituição, e comunicar então ao governo, que se acha preenchida esta legalidade, a fim de se darem as convenientes providências para a solene abertura da assembleia” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão preparatória de 01 de maio de 1826, p.8). De acordo com a interpretação dada pelos deputados ao artigo 23 da *Constituição Política do Império do Brasil*, o quórum mínimo nele exigido era aplicado apenas às sessões deliberativas de caráter legislativo, o que não era o caso das sessões preparatórias e da sessão imperial de abertura, pois nelas não havia assuntos a serem deliberados. Nesse sentido, os deputados, após discussão em plenário na sessão do dia 30 de abril, posicionaram-se a favor da instalação da Assembleia Geral Legislativa no dia 03 de maio, mesmo não completo o número mínimo de deputados exigido pelo artigo 23 da Carta de 1824, conforme estabelecido no artigo 18 do texto constitucional: “A Sessão Imperial de abertura será todos os anos no dia três de Maio” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão preparatória de 30 de abril de 1826, p.5-8).

⁹⁷ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 15: “É da atribuição da Assembleia Geral: (...) §8. Fazer Leis, interpretá-las, suspendê-las, e revogá-las. §9. Velar na guarda da Constituição, e promover o bem geral do Nação”.

⁹⁸ O tema da responsabilidade ministerial pela usurpação de qualquer das atribuições dos poderes legislativo e judiciário foi amplamente debatido nas sessões de 1826 e 1827 e se encontra analisado a seguir neste capítulo.

através deste pequeno gesto, o almejado equilíbrio entre os poderes e colocava-se em risco a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional e representativo do Império do Brasil.⁹⁹ Ora, qual a justificativa possível para o imperador estabelecer uma interpretação definitiva sobre um preceito constitucional? Tratava-se da atuação do Imperador, enquanto delegado privativo do Poder Moderador, ao qual cabia velar *sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos* (de acordo com o previsto na Carta de 1824, em seu artigo 98)? Mas, ao interpretar um artigo constitucional, não estaria ele, ao mesmo tempo, a usurpar uma atribuição privativa do Poder Legislativo que lhe cumpria defender enquanto Poder Moderador? Sublinhe-se que, dentre as atribuições do monarca, tanto como delegado privativo do Poder Moderador, quanto como chefe do Poder Executivo, através de seus ministros e secretários de Estado, não havia a previsão dele se posicionar no papel de intérprete do texto constitucional; dessa forma, como justificar a interpretação imperial de um dispositivo constitucional? E, quem era o responsável pela prática desse ato manifestamente contrário ao texto constitucional, o monarca – a princípio, sagrado, inviolável e irresponsável – ou o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, que referendou a interpretação imperial do artigo 23? Conforme exposto acima, Sua Majestade Imperial era irresponsável e, dessa forma, quem podia ser julgado e punido em situações como essas?¹⁰⁰

De outro, dom Pedro I¹⁰¹, ao decidir sobre o cerimonial a ser adotado em sua recepção na sessão imperial de abertura a ser realizada no Paço do Senado, usurpou

⁹⁹ Apesar da polêmica suscitada pelo posicionamento do governo frente ao quórum mínimo para a realização da sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa, o qual poderia acarretar seu adiamento, a questão foi resolvida no mesmo dia da leitura do ofício do ministro dos negócios do império, supracitado: atingiu-se o número mínimo de deputados exigidos pelo dispositivo constitucional para a instalação das sessões e foi redigido um ofício nesse sentido comunicando o fato ao imperador. Contudo, conforme sublinha Teixeira de Gouveia, mesmo tendo atingido o número mínimo de deputados (52 deputados), nada garantia que a sessão de abertura de fato ocorresse no dia 3 de maio. Ainda fazia pouco tempo que dom Pedro I fechara a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 e muitos dos constituintes de então foram eleitos deputados gerais para a Primeira Legislatura e tinham lembranças vivas daqueles acontecimentos.

¹⁰⁰ Esse incidente a envolver dom Pedro I e seus ministros e secretários de Estado de um lado, e os deputados de outro, apesar de sua importância para a compreensão do modo como o imperador se posicionou nas primeiras sessões diárias da Assembleia Geral Legislativa em 1826, não foi abordado por nenhum dos autores consultados para a elaboração desta tese.

¹⁰¹ De acordo com o artigo sétimo do projeto de *Formulário de recepção de Sua Majestade o Imperador*, elaborado e aprovado pelo Senado e enviado à Câmara para análise e aprovação, estabelecia-se: “Haverá de um e de outro lado do trono, cadeiras para a corte, que acompanhar Sua Majestade o imperador, no caso de querer o mesmo augusto senhor dar-lhe assento” (Apud *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão preparatória de 01 de maio de 1826, p.10).

outra atribuição privativa das câmaras da Assembleia Geral Legislativa – a deliberação sobre seu Regimento Interno. Frente à discordância entre as câmaras, o imperador acolheu o texto originalmente proposto pelo Senado e não apenas ingressou no plenário portando a coroa – apenas a depositando sobre uma mesa durante sua permanência no interior da sala –, como também autorizou a todos os integrantes da comitiva imperial se sentarem durante a sessão imperial de abertura.¹⁰²

Na câmara temporária, o principal argumento dos deputados contrários ao formulário da recepção do imperador elaborado pela Câmara dos Senadores era o fato de o assunto ter sido tratado pelo Regimento Interno parcialmente aprovado pela Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 o qual estaria em vigor, até a elaboração de um novo diploma legal. Nesse sentido, deliberou-se em plenário e, a despeito do posicionamento adotado pelos deputados, dom Pedro I se posicionou em defesa do artigo supracitado, redigido pelos senadores.¹⁰³

Frise-se que o cerimonial de recepção do imperador tinha, naquele momento, grande significado político-institucional, como se apreende da discussão ocorrida na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, no dia 30 de abril, referente aos artigos do projeto de regimento interno relacionados às formalidades a serem adotadas na recepção do imperador pelos deputados. Ao ser discutido o artigo 27 desse projeto,

¹⁰² De acordo com a descrição feita pelo *Diário Fluminense* (vol.7º, nº 102, de 8 de maio de 1826 p.405-406).

¹⁰³ Na historiografia consultada para a elaboração desta tese, há referência a esse episódio apenas nas obras de João Manuel Pereira da Silva (1871), de Otávio Tarquínio de Souza (1952) e de Eder da Silva Ribeiro (2006). Ao passo que em Pereira da Silva há a ênfase na simples descrição desta *pequena questão que tomou largas proporções de conflito entre as duas câmaras* (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.98-99), no estudo monográfico sobre dom Pedro I elaborado por Otávio Tarquínio de Souza, este autor, logo após tratar da abertura da Assembleia Geral, tece considerações sobre os possíveis significados desta discussão legislativa e afirma, em análise oposta à desenvolvida nesta tese: “Um pormenor do cerimonial da sessão de abertura já revelara o empenho da Câmara dos Deputados em resguardar a sua dignidade: mais exigente e sobranceira do que o Senado, entendia que os oficiais da Casa Imperial, do séquito do monarca, deveriam conservar-se de pé. Como a solenidade se celebrou no edifício do Senado, foram colocados mochos para que os mesmos se sentassem, por sugestão do Imperador” (SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo II, p.205 e 207). O autor, entusiasta da vida de dom Pedro I, sobre o qual realiza pesquisa pioneira nos arquivos pessoais do imperador, verifica neste episódio a atitude *sobranceira* da Câmara dos Deputados ao invés de nele vislumbrar um posicionamento firme do monarca em defesa de suas atribuições à frente, sobretudo, do Poder Moderador, como a seguir será desenvolvido neste subitem. Em sentido inverso, de modo a vislumbrar uma posição respeitosa da Câmara dos Deputados em relação ao Senado, mas sem se referir à decisão acolhida pelo imperador, ver as considerações sobre esse episódio tecidas por Eder da Silva Ribeiro em sua dissertação de mestrado (RIBEIRO, Eder da Silva. *O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade do Primeiro Reinado (1826 – 1831)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2010, p.94-95).

no qual se estabelecia que o imperador entraria e permaneceria *descoberto* no recinto daquela assembleia, o então deputado, pela província do Rio de Janeiro, José Joaquim Carneiro de Campos (futuro marquês de Caravelas, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça em maio de 1826) defendeu a ideia de que a coroa, o manto e o cetro eram as principais insígnias do imperador – enquanto chefe da nação – e, deste modo, deviam ser conservadas do início ao fim da sessão. Em sentido contrário, posicionou-se o deputado eleito pela província de São Paulo, e um dos redatores do projeto em discussão, Antônio Carlos Andrada Machado com a defesa da ideia de que por serem Sua Alteza Imperial e os deputados poderes constitucionais, não havia motivo para distinções entre ambos: *Se a coroa é propriamente uma cobertura a decisão deve ser a mesma para este caso que é em outro qualquer*, afirmou naquela ocasião o deputado. Após discussão, não reproduzida nos anais, os deputados deliberaram que o imperador permaneceria descoberto, desde a entrada até a saída do plenário, e que suas insígnias seriam conduzidas por seus oficiais-mores e depositadas em uma Mesa à direita do trono.

Em relação a todos os integrantes da comitiva imperial se sentarem, trata-se de procedimento diverso do adotado pela Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, na qual, de acordo com o artigo 23 de seu regimento interno, apenas tiveram assento raso os secretários de Estado à direita do mordomo-mor. Aliás, foi em defesa da vigência desses artigos que se posicionaram os deputados, até serem silenciados pelo decreto imperial de 05 de maio de 1826, pelo qual a sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa desse ano se converteu em exibição do poder do imperador.¹⁰⁴

Sublinhe-se que dom Pedro I, nos dois anos que separam a outorga da Carta (25 de março de 1824) e a abertura da Assembleia Geral Legislativa (06 de maio de 1826), não apenas participou ativamente das decisões tomadas por seus ministros e secretários de Estado, responsáveis pelos atos praticados no exercício do Poder Executivo, como também exerceu atribuições que lhe foram conferidas enquanto delegado privativo do Poder Moderador, além de outras atribuições reservadas quer ao Poder Legislativo quer

¹⁰⁴ A intenção de dom Pedro I de tornar mais *aparatoso* a sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa foi sublinhada por João Manuel Pereira da Silva (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.99-100), porém a historiografia posterior pouca importância atribuiu a este episódio.

ao Poder Judiciário. No exercício do Poder Executivo, os ministros e secretários de Estado praticaram diversos atos que, de acordo com o texto constitucional (em especial, no seu artigo 15), seriam ou da competência exclusiva ou dependentes da prévia autorização da Assembleia Geral Legislativa. Dessa forma, foram autorizadas as entradas de estrangeiros para integrarem as forças de terra e de mar, criados batalhões e postos militares, contraídos empréstimos, criados e suprimidos empregos públicos, estabelecidos salários, suspensas formalidades que garantem as liberdades individuais (de acordo com os termos do artigo 179), criadas e extintas comissões militares, recrutados cidadãos dentre outros atos dependentes da prévia consulta ou da autorização expressa do Corpo Legislativo para serem exercidos.¹⁰⁵ Enquanto delegado privativo do Poder Moderador, o imperador antes da abertura da Assembleia Geral Legislativa, nos termos do artigo 101, em atos referendados por seus diversos ministros e secretários de Estado, nomeou senadores – a partir de listas enviadas pelas províncias – através do decreto de 22 de janeiro de 1826¹⁰⁶, adiou a Assembleia Geral, pela não convocação de sua primeira reunião, nomeou e demitiu livremente os ministros e secretários de Estado, suspendeu magistrados, concedeu o perdão ou a moderação das penas aos condenados, e exerceu o direito de anistiar os acusados de algum delito. Todas essas atribuições estão expressamente previstas no artigo 101 da *Constituição Política do Império do Brasil*.¹⁰⁷ Apenas não foram exercidas aquelas atribuições que demandavam o efetivo funcionamento do Corpo Legislativo para serem efetivamente aplicadas, tais como, a convocação extraordinária ou a prorrogação da Assembleia Geral Legislativa, a dissolução da Câmara dos Deputados, a sanção de decretos e resoluções da Assembleia

¹⁰⁵ Nesse sentido, verificar diversos decretos, cartas imperiais e decisões dos ministros de Estado publicados no decorrer de 1824 e 1825, os quais estão reunidos nas compilações de leis, decretos, cartas imperiais, alvarás, decisões do Poder Executivo, disponíveis para consulta no sítio da Câmara dos Deputados (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1824 e Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1825* <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>).

¹⁰⁶ O decreto de 22 de janeiro de 1826 foi referendado pelo então barão de Lajes, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios do Império (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1826. Parte II – Atos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880, p.3-6).

¹⁰⁷ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 101: “O Imperador exerce o Poder Moderador: I. Nomeando os Senadores, na forma do Art. 43. II. Convocando a Assembleia Geral extraordinariamente nos intervalos das Sessões, quando assim o pede o bem do Império. III. Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembleia Geral, para que tenham força de Lei: Art. 62. IV. Aprovando, e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciais: Arts. 86, e 87. V. Prorrogando, ou adiando a Assembleia Geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando imediatamente outra, que a substitua. VI. Nomeando, e demitindo livremente os Ministros de Estado. VII. Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 154. VIII. Perdoando, e moderando as penas impostas e os Réus condenados por Sentença. IX. Concedendo Anistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado”.

Geral Legislativa e a aprovação e suspensão interina das resoluções dos Conselhos Provinciais.¹⁰⁸

Mesmo depois de iniciados os trabalhos legislativos, dom Pedro I se posicionaria expressamente em defesa da *prerrogativa real*. Nesse sentido, a defesa de suas amplas atribuições na fala do trono de 1827, quando afirmou, de modo a intimidar os membros do Corpo Legislativo, muito mais do que a incentivá-los à elaboração das leis regulamentares necessárias à efetiva aplicação do texto constitucional: *Ninguém mais do que eu busca cingir-se à lei: mas quando os que saem dela não acham de pronto outra que os coíba, é mister que o governo tenha essa autoridade, enquanto o sistema geral não estiver totalmente organizado, e tudo marchando perfeita, regular e constitucionalmente*.¹⁰⁹

Ao assim se pronunciar, dom Pedro I advertia os membros do Poder Legislativo que agiria mesmo na ausência de regulamentação legal, o que afrontava diretamente diversas atribuições reservadas à Assembleia Geral Legislativa, muitas das quais de iniciativa privativa da Câmara dos Deputados, tais como a criação de impostos e a realização novos de recrutamentos (de acordo, respectivamente, com os artigos 15, 36, §§1 e 2 do texto constitucional). Se, por um lado, o imperador se referia a uma ideia central das monarquias constitucionais, a de que as suas ações deviam estar restritas à lei (o *cingir-se à lei*, diretamente relacionado ao *Princípio da Legalidade* proclamado pelo texto constitucional); por outro, ao usar a conjunção adversativa *mas*, negava o disposto na primeira parte do parágrafo e afirmava que diante da ausência das leis, o Governo devia agir para coibir aqueles que atentassem à plena execução do texto constitucional. Sublinhe-se que essa disposição seria, logo a seguir, reiterada no tocante

¹⁰⁸ Esse posicionamento ativo do imperador em todas as decisões do Governo pode ser verificado nas falas do trono, de tal forma que se converteram em peças régias, nas quais era o próprio imperador que se manifestava e se posicionava diante dos membros do Poder Legislativo, ao invés delas serem o momento no qual os ministros faziam um balanço do ano anterior e propunham medidas a serem adotadas no próximo, nos moldes das experiências constitucionais britânica e francesa objeto de reflexão no capítulo anterior desta tese.

¹⁰⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, p.17-18. Frente a este quadro, o imperador elencou os temas a serem, preferencialmente, tratados pelos representantes nacionais no decorrer do segundo ano da Primeira Legislatura: a (re)organização do sistema de finanças, a regulamentação do Poder Judiciário e exigiu que a assembleia deixasse as *divagações* para outras matérias e aproveitasse o tempo na elaboração das leis regulamentares necessárias a “literal” execução do texto constitucional. De acordo com o monarca, tal empenho era necessário, sobretudo, em virtude de o país estar em meio de uma guerra e o governo necessitar dos meios de bem desempenhar suas atribuições.

à interpretação do que era ou não relevante à defesa dos interesses do Império, ao afirmar: *Tornando aos negócios do Império, estou intimamente persuadido, que todos aqueles que não pensam relativamente a eles [= os negócios do Império] do modo que nesta minha imperial fala me exprimo, não são verdadeiramente amigos do Império, não são imperialistas constitucionais, mas sim disfarçados monstros, que só estão esperando ocasião de poderem saciar sua sede no sangue daqueles que defendem o trono, a pátria e a religião.*¹¹⁰

Desse modo, para o imperador eram constitucionais aqueles que pensavam como expresso em seu discurso, ao passo que todos os que dele desviava eram *disfarçados monstros*. Assim sendo, reiterava a ideia expressa no início da fala do trono de 1827 quando abordou a relevância do conflito na região do Prata: quem dele discordasse era contra os interesses do nascente Império *só estão esperando ocasião de poderem saciar sua sede no sangue daqueles que defendem o trono, a pátria e a religião.*¹¹¹ Sublinhe-se que, no decorrer de 1827, apesar do imperador enfrentar sérios problemas internos e externos (com o acirramento dos conflitos na região da Bacia do Prata), ele tinha os grandes trunfos de ter conseguido implantar um sistema de governo constitucional no Reino de Portugal e celebrado os esponsais de sua filha dona Maria da Glória com seu irmão dom Miguel, o que não apenas lhe conferia o papel de monarca defensor dos princípios liberais como também reforçava sua adesão à causa do Brasil.¹¹²

Frente a esse quadro, no qual as atribuições do Poder Moderador foram conferidas a uma pessoa inviolável e irresponsável – o imperador –, a qual igualmente participava ativamente das decisões tomadas pelo Poder Executivo, a grande questão no decorrer do Primeiro Reinado foi encontrar meios para estabelecer limites à atuação do monarca, de forma a lhe construir um papel possível e viável dentro do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela *Constituição Política do Império do Brasil*. Desse modo, após a abertura da Assembleia Geral Legislativa, os deputados dedicaram-se à elaboração dos meios necessários a

¹¹⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, p.17-18.

¹¹¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, p.17-18.

¹¹² Neste sentido, consultar SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo II; MAIA, Fernanda Paula Sousa. *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: A Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

limitar a atuação do monarca, dentre os quais a regulamentação da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado constituiu uma das principais estratégias por eles adotadas. Ou seja, num momento em que tudo estava a ser construído, optaram por primeiro estabelecer as bases da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado para paulatinamente construir todo o aparato jurídico-institucional necessário à consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824. Trata-se, portanto, de uma discussão distinta da ocorrida na década de 1860, analisada no capítulo primeiro, na qual a ênfase foi a discussão sobre natureza, atributos e dos limites do Poder Moderador, na medida em que, após o fim da *política da conciliação* articulada pelo marquês de Paraná, houve a necessidade de se encontrar uma nova articulação entre as forças políticas entre si e diante do imperador – com foco na questão do *poder pessoal* –, de modo a assegurar a manutenção do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pelo texto constitucional.

Dessa forma, o tema da responsabilidade – ainda que limitado ao aspecto jurídico-penal e sem abordar a responsabilidade política dos ministros e secretários de Estado, tal como estabelecido pela constituição, mas dependente de regulamentação para ser aplicado – era perfeito para se questionar (in)diretamente o papel efetivamente exercido pelo papel imperador na prática político-institucional e, assim, redimensioná-lo, de modo a se articular um regime de governo monárquico hereditário constitucional representativo possível e viável ao novo Império que ora se construía.

Para a compreensão de como ocorreu a articulação político-institucional da responsabilidade penal dos ministros e secretários de Estado enquanto um mecanismo de controle dos atos dos membros do Poder Executivo e, desse modo, construir um papel possível e viável para o imperador, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa, os membros do Poder Legislativo, em especial os deputados da oposição ao Governo, se depararam com diversas experiências constitucionais e legislativas ocorridas nos vários Estados que, após a adoção de uma Constituição, enfrentaram o desafio de sua aplicação a um caso concreto e diante de múltiplos interesses em jogo. Dessa forma, verifica-se que, diante da questão da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, não apenas foram múltiplas as soluções dadas, como também

houve intensa troca de informações entre seus principais atores políticos, quer através da imprensa, quer através de viagens por eles realizadas. Especificamente no caso brasileiro, três experiências constitucionais e legislativas eram reiteradamente citadas pelos membros de ambas as Câmaras do Poder Legislativo no que se referia à questão da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado: a inglesa, a francesa e a norte-americana.

1.4 – Experiência legislativo-constitucional inglesa: origens do *impeachment*

Diz-se que a nossa constituição era cópia da constituição inglesa: não há tal, a nossa constituição é muito mais liberal do que a inglesa, e muito mais perfeita; é verdade que eles a tem em prática, e nós em papel, mas que a nossa é muito mais liberal não há dúvida nenhuma. Na constituição inglesa não se diz que os poderes são delegações da nação, que o imperador é delegado da nação etc. Estou ainda na minha ideia, quando disse que a nossa constituição não administra a oposição.¹¹³

Na história parlamentar inglesa, apesar de as origens do *impeachment* – procedimento penal que, desde o início, produzia efeitos na ordem política¹¹⁴ – remontarem à segunda metade do século XIV¹¹⁵, com a condenação pela Câmara dos Lordes de vários ministros de Estado, dentre os quais lorde Latimer, em 1376¹¹⁶; apenas

¹¹³ Trecho do discurso proferido por Paula Cavalcanti em resposta à Vasconcelos que afirmou ser a Carta de 1824 *cópia fiel da da nação inglesa* (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 17 de junho de 1829, p.117).

¹¹⁴ Conforme sublinha Philippe Ségur, “L’analyse démontre que les premiers *impeachments* ont eu immédiatement une nature politique. La Chambre des communes et la Chambre de lords se comportaient de manière complètement arbitraire et envoyaient parfois à la peine capitale des hommes politiques dont elle voulait se débarrasser. Non seulement les formes de la procédure n’étaient pas celles du droit penal, mais encore les règles de droit étaient délibérément écartées” (Apud HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.108). Neste sentido, as execuções de Laud e Strafford no final do reinado de Carlos I (1640).

¹¹⁵ O Estatuto de 1352 (*Declaration what Offences shall be adjudged Treason*, 25 Edw 3 St 5 c 2) ao enumerar os casos de *high treason* (alta traição), distinguindo-os dos da *petty treason* (pequena traição), é considerado o mais antigo texto inglês relacionado ao procedimento penal do *impeachment* e ainda está em vigor, com diversas emendas que lhe foram feitas ao longo dos séculos. Sobre a importância do *Treason Act* de 1352, para os primórdios do *impeachment* ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.106-108. Para o texto atual do *Treason Act* consultar a página <http://www.legislation.gov.uk/aep/Edw3Stat5/25/2>. Acesso em: 17 de abril de 2016.

¹¹⁶ De acordo com a análise clássica de David Hume, citada por grande parte da historiografia inglesa do *impeachment*: “The parliament, therefore, rose into greater consideration during his reign, and acquired

a partir da Revolução de 1688, com a subsequente negociação do *Bill of Rights*¹¹⁷ para possibilitar a coroação dos príncipes de Orange no trono inglês, paulatinamente ele se transformou em um efetivo mecanismo de controle político sobre a atividade governamental.¹¹⁸ Tanto que, de acordo com o *The Oxford English Dictionary*, a

more regular authority than in any former time; and even the house of commons, which, during turbulent and factious periods, was naturally depressed by the greater power of the crown and barons, began to appear of some weight in the constitution. In the later years of Edward, the king's ministers were impeached in parliament, particularly lord Latimer, who fell a sacrifice to the authority of the commons; and they even obliged the king to banish his mistress by their remonstrances. Some attention was also paid to the election of their members; and lawyers, in particular, who were, at that time, men of a character somewhat inferior, were totally excluded the house during several parliaments" (HUME, David. *The History of England*. Indianápolis: Liberty Fund, volume II, capítulo XVI, p.273-274. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/titles/hume-the-history-of-england-vol-2> Acesso em 03 de outubro de 2015). GAY, Oonagh; DAVIES, Nerys. Commons Briefing papers SN02666 – Impeachment. The House of Commons Library. Published Wednesday, November 16, 2011. Disponível em: <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN02666>. Acesso em: 10 de setembro de 2015, p.1-2.

Cumpra-se notar que, apesar de ter sido condenado, preso e punido com a perda de seus títulos e cargos junto ao rei, pelo Parlamento inglês, lorde Latimer (William Latimer, 4º barão Latimer, 1330-1381) foi reabilitado pelo rei Eduardo III (1312-1377, reinado: 1327-1377), poucos meses depois, através do perdão real.

¹¹⁷ Por meio dessa Declaração o rei inglês passou a ocupar o trono em virtude de um *título parlamentar*, outorgado unilateralmente pelas Câmaras do Parlamento (NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.218-222). Sobre a ascensão do príncipe holandês Guilherme de Orange juntamente com sua consorte Maria (filha de Jaime II, deposto pela Revolução de 1688) ao trono inglês, bem como a articulação de uma declaração de direitos a regulamentar a sucessão do trono, ver HOPPIT, Julian. *A Land of Liberty? England 1689-1727*. Oxford: University Press, 2000, p.19-27. O texto completo do *Bill of Rights (An Act declareing the Rights and Liberties of the Subject and Settling the Succession of the Crown)* publicado em 1688, 1 William & Mary Sess 2 c 2) está disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/aep/WillandMarSess2/1/2/introduction>. Acesso em: 17 de abril de 2016.

De acordo com Christopher Hill, o *Bill of Rights* foi satisfatório como declaração de direitos políticos e coube à legislação posterior esclarecer o que ainda era vago, como por exemplo: pelo *Triennial Act* (1694) ficou estabelecido que os Parlamntos não apenas deveriam se reunir a cada três anos, como também que eles não deveriam durar mais do que três anos; e pelo *Act of Settlement* (1701) foi proibida a petição de anistia real a um *impeachment* de modo a remover a última barreira ao controle dos ministros pelo Parlamento. Desse modo, para o autor, mesmo após o *Bill of Rights*: "O rei ainda detinha poderes consideráveis dentro da estrutura da regra 'dos livres', mas os limites ao poder do soberano eram genuínos e reconhecidos. Guilherme vetou cinco projetos de lei antes de 1696, mas posteriormente todos eles se tornaram leis; após essa data ele não utilizou mais o veto. O veto solitário de Ana em 1708 é o último na história inglesa" (HILL, Christopher. *O século das revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.297).

¹¹⁸ Cumpra-se notar que, a historiografia britânica, a partir da década de 1980, passou a questionar a relevância dos acontecimentos que levaram à abdicação de Jaime II e à coroação dos príncipes de Orange em 1688 na efetiva construção de uma nova relação entre o monarca e o Parlamento inglês (britânico a partir de 1707), na medida em que consagrou uma forte aliança entre a Igreja oficial anglicana e o Estado por todo o século XVIII. Em relação ao período que se estende entre 1660 (Restauração de Carlos II) e 1829-1832 (Revogação das leis de fé - Reforma Eleitoral), historiadores tem empregado o conceito de um *longo século XVIII* ou mesmo de um *ancien régime* britânico. No entanto, conforme alerta J.G.A Pocock, deve-se tomar cuidado com as novas interpretações. Nesse sentido, a tese de doutorado de Iris Nyguên-Duy que retoma o debate sem negar a importância de 1688 para a consolidação da soberania do Parlamento inglês no século seguinte NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011).

Ver em Édouard Tillet o impacto político e social dos acontecimentos que levaram à Revolução Gloriosa de 1688 no reinado de Luís XIV (1643-1715) e na posterior elaboração teórica da monarquia mista limitada, com a soberania compartilhada entre o monarca inglês e o Parlamento (o *King in Parliament*),

utilização do vocábulo *impeachment*, no sentido de acusação e julgamento por *treason* ou outro *high crime* ou *misdeemeanour* diante dos tribunais competentes, remonta ao século XVII, ou mais exatamente 1640-44.¹¹⁹ Aliás, amplo é o debate historiográfico na Inglaterra sobre as origens desse instituto, em especial a partir dos primeiros monarcas da Casa de Hanover (1714-1901), com o fortalecimento do Parlamento e o início da articulação de um governo de Gabinete, sob a liderança de Sir Robert Walpole (1676-1745, *whig*, 1º conde de Oxford, Primeiro-ministro de 1722 a 1742), por grande parte da historiografia considerado como o primeiro a assumir de fato a função de Primeiro-ministro na história do Reino Unido.¹²⁰ Assim, na medida em que está relacionado ao fortalecimento do papel desempenhado pelo Parlamento britânico no decorrer do século XVIII e à consolidação da soberania parlamentar – o *King-in-Parliament* –, é tema clássico da historiografia inglesa e presente e objeto de reflexão obrigatório para todos os pesquisadores que se debruçam a temas a eles relacionados. Ou, de acordo com Christopher Hill:

No transcurso do século XVII, a monarquia pessoal foi minada de várias maneiras. Nos vinte anos que se seguiram ao Interregno, dois *Convention Parliaments* haviam decidido as questões do país e escolhido um rei. O Parlamento derivava sua significância não do monarca, mas daqueles que representava. Os estatutos de 1696 e 1708 estipulavam que o Parlamento deveria continuar a se reunir em caso de morte do soberano, e que o *Privy Council* e todos os servidores públicos e militares deveriam continuar em seus cargos por seis meses, a menos que fossem exonerados pelo sucessor do rei. No reinado dos primeiros Stuart a frase: ‘O Rei não pode fazer mal algum’ havia sido utilizada para justificar atitudes arbitrárias do rei. O que havia, então sido uma interpretação revolucionária da frase era agora amplamente aceito: se algum mal fosse feito, seria obra de algum ministro. Portanto, a frase foi deturpada para se tornar uma

em oposição à monarquia absoluta em vigor nos Estados continentais. Nesse sentido, obras como as *Cartas Filosóficas* (1733-34) de Voltaire (1694-1778), *O Espírito das Leis* (1748) de Montesquieu (1689-1755), os *Comentários sobre as leis da Inglaterra* (1765-1769) de Blackstone (1723-1780) e a *Constituição da Inglaterra* (1771) de Lolme (1740-1806). Apenas no último quartel do século XVIII, sob o reinado de Jorge III (1760-1820), foi articulado um pensamento crítico mais consistente em relação ao regime político inglês e o interesse dos autores se voltou para a experiência constitucional norte-americana (TILLET, Édouard. *La Constitution anglaise, un modèle politique et institutionnel dans la France des Lumières*. Aix-en-Provence: Presses universitaires d’Aix-Marseille, 2001).

¹¹⁹ *The Oxford English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1933, volume V, letra I, p.79.

¹²⁰ Sobre o início, bem como os motivos, da proeminência de Robert Walpole na política britânica, a partir de 1722, durante o reinado de Jorge I, bem como de sua longa permanência nesta função, apesar de contar com desafios tanto dentre os *whigs* quanto entre os *tories*, ver HOPPIT, Julian. *A Land of Liberty? England 1689-1727*. Oxford: University Press, 2000, p.45, 407-413. Para o autor, foram as habilidades de Walpole em controlar a política oligárquica e satisfazer a opinião pública, de forma a convencer a todos de que apenas ele poderia manter a estabilidade e a prosperidade da nação política.

doutrina da responsabilidade – não da irresponsabilidade – do Executivo. Os *Whigs* que aplicaram o *impeachment* a Donby [*sic* Danby] em 1678, os *Tories* que decretaram o *impeachment* do *Junto* em 1701 – cada um deles fez valer essa doutrina.¹²¹

Desse modo, a princípio, a preocupação dos parlamentares de encontrar um meio de se controlar os ministros de Estado decorria do desequilíbrio intrínseco presente no *Bill of Rights*. Se por um lado, o rei deixou de ter a atribuição legislar sozinho e as leis passaram a ser primeiro objeto de deliberação nas câmaras do Parlamento, para depois serem enviadas à sanção real – o *King-in-Parliament* –; por outro, manteve o direito de dissolução da Câmara dos Comuns.¹²² Assim, diante do secular adágio *The King can do no wrong* (O Rei não pode fazer mal algum) que impedia o questionamento das decisões reais, acrescido pela transferência de poder do monarca para os ministros de Estado – em virtude de os primeiros monarcas da Casa de Hanover não falar bem o inglês –, os parlamentares vislumbraram no controle político das atividades daqueles uma forma de não apenas preservar a soberania parlamentar, como também de limitar os poderes reais no âmbito do Poder Executivo. Os atos praticados pelo rei – juridicamente irresponsável – passaram a depender da referenda ministerial para serem executados, na medida em que os ministros eram considerados responsáveis pelos atos por ele referendados. Ao passo que Guilherme III e Jorge I ainda detinham um poder ativo e autoridade executiva, no fim do reinado de Jorge III¹²³ – apesar da adoção, por esse monarca, de medidas relacionadas ao fortalecimento do poder real – o rei ocupava na

¹²¹ HILL, Christopher. *O século das revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.308.

¹²² Sublinhe-se que até hoje o rei inglês possui, dentre suas prerrogativas pessoais, as atribuições de nomear o primeiro-ministro, de sancionar as leis e de dissolver o Parlamento e convocar a realização de novas eleições. De acordo com as pesquisadoras Lucinda Maer e Oonagh Gay: “The sovereign normally accepts the advice of the Prime Minister and grants dissolution when it is requested; a refusal would probably be treated by the Prime Minister as tantamount to a dismissal. These areas of the prerogative are the subject of continuing academic debate” (MAER, Lucinda; GAY, Oonagh. Commons Briefing papers SN03861 – The Royal Prerogative. The House of Commons Library. Last updated: 30 December 2009, p.5. Disponível em <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN03861>. Acesso em 10 de setembro de 2015. Sobre as prerrogativas reais ver BRAZIER, Rodney. *Constitutional Practice: The Foundations of British Government*. Oxford: University Press, 2001, em especial capítulo 9. Aliás, esse autor travou na revista *Public Law* um debate com Robert Blackburn sobre a prerrogativa real no atual direito público inglês (BLACKBURN, Robert. *Monarchy and the Personal Prerogatives*. In: *Public Law*, Autumn 2004; BRAZIER, Rodney. *Monarchy and the Personal Prerogatives- A personal response to Professor Blackburn*. In: *Public Law*, Spring 2005).

¹²³ A partir de 1810, Jorge III (Londres, 1738-1820, reinado: 1760-1820), por motivos de saúde agravados pelo falecimento de sua filha favorita – a Princesa Amélia –, o príncipe de Gales assumiu a Regência até o o falecimento do rei em janeiro de 1820, quando o sucedeu na coroa britânica como Jorge IV (Londres, 1762-1830, reinado: 1820-1830, príncipe regente desde 1810) (HILTON, Boyd. *A Mad, bad & dangerous people? England 1783-1846*. Oxford: Clarendon Press, 2006).

prática político-institucional uma função de árbitro.¹²⁴ Ou seja, a partir do *Bill of Rights* não era mais possível ao rei agir sem o consentimento do Parlamento pois os ministros eram escolhidos dentre seus membros.¹²⁵ Diante desse quadro eram *censores da responsabilidade ministerial* tanto o rei – na medida em que os ministros de Estado eram por ele nomeados e demitidos – quanto o Parlamento do Reino Unido através de mecanismos de controle político, tais como a não aprovação dos créditos solicitados e o *impeachment*.¹²⁶

Sublinhe-se que a utilização política do *impeachment* era corrente desde a articulação desse instrumento de caráter penal com efeitos na ordem política, em especial durante os séculos XIV e XVII¹²⁷, mas novidades político-institucionais foram

¹²⁴ NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.314-315. HILTON, Boyd. *A Mad, bad & dangerous people? England 1783-1846*. Oxford: Clarendon Press, 2006, p.220-222, 280-286.

¹²⁵ Inclusive, para John Russel (1792-1878, 1º conde de Russel, mais conhecido por lorde John Russel), em texto publicado pela primeira vez em 1821, e que embasaria toda a historiografia inglesa voltada a exaltação da Constituição Inglesa, a Inglaterra se tornou uma monarquia parlamentar a partir da Revolução de 1688. Além disso, desde Walpole, os partidos começaram a dirigir o país através da Câmara dos Comuns. De acordo com John Russel, “O maior benefício que produz o espírito de partido é, talvez, o de formar um corpo das diferentes opiniões existentes em um país em um dado momento”. Contudo, conforme sublinha Joaquin Varela Suanzes, a interpretação dada por John Russel à história constitucional britânica refletia muito mais o que ele gostaria que tivesse acontecido, do que o que realmente ocorreu (VARELA SUANZES, Joaquín. *La monarquía en la teoría constitucional británica durante el primer tercio del siglo XIX*, In: Revista de Estudios Políticos, nº 96, abril- junho, Madrid, 1997, p.17-18).

¹²⁶ BARANGER, Denis. *Parlementarisme des origines*. Paris: PUF, Léviathan; NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.246-247; HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.105. HILTON, Boyd. *A Mad, bad & dangerous people? England 1783-1846*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

¹²⁷ Para Oonagh Gay, foram os exageros cometidos na aplicação do *impeachment*, durante os séculos XVII e XVIII que levaram ao desuso deste procedimento de caráter penal no Reino Unido, onde não é aplicado desde 1806, quando lorde Melville (Henry Dundas, 1742-1811), acusado pela Câmara dos Comuns, foi absolvido. De acordo com o autor: “Impeachment in the 17th and early 18th centuries was a means for ‘liquidating’ opponents, and the procedure may now be regarded as obsolete, given its growth of the doctrine of collective ministerial responsibility. Different mechanisms have developed in modern politics to allow for the scrutiny of the executive. These include parliamentary questions, inquiries by select committees and independent committees of inquiry. The growth of the doctrine of collective cabinet responsibility, and of resignation of the cabinet following a successful vote of censure against a minister, resulted in the disuse of impeachments in modern times.

There have been less than seventy impeachments during the whole course of English history. There are two distinct periods in which impeachment was relatively common; firstly in the 14th century until the establishment of the Tudor dynasty and secondly in the 17-18th century. A full quarter of all of them belong to the years 1640-2, when parliamentarians revived the ancient right. Two of the most celebrated cases, against the Earl of Strafford and Archbishop Laud were dropped in favour of bills of attainder, due to the flimsy nature of the charges of high treason” (GAY, Oonagh; DAVIES, Nerys. Commons Briefing papers SN02666 – Impeachment. The House of Commons Library. Published Wednesday, November 16, 2011. Disponível em: <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN02666> Acesso em: 10 de setembro de 2015, p.3).

Sobre a não utilização do mecanismo do *impeachment* pelo Parlamento britânico, durante o debate sobre a aprovação do decreto acusatório, nos termos da lei da responsabilidade, em face de Joaquim de Oliveira

articuladas paulatinamente no decorrer do século XVIII, de modo a fortalecer o papel desempenhado pelo Parlamento no controle político da atividade governamental e não necessariamente sentenciar à morte o ministro de Estado condenado por *impeachment*. Em 1742, através da simples ameaça de sua utilização, os parlamentares obtiveram a demissão do primeiro-ministro Sir Robert Walpole (*whig*¹²⁸), apesar desse continuar com a confiança da Coroa.¹²⁹ Em 1782, o Gabinete de lorde North (*tory*) se demitiu

Álvares, Ledo proclamou em plenário, na sessão do dia 16 de julho de 1829, em defesa do então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra: “os povos livres e que sabem apreciar a liberdade, raras vezes manejam esta arma, para não se exporem aos riscos que podem sobrevir. (...) Há cento e trinta e quatro anos que a Inglaterra tem instituições liberais, há cento e trinta e quatro anos que o partido da oposição denuncia os ministros ingleses, que pela lei comum são sujeitos à uma responsabilidade indefinida, e em todo este espaço de tempo muitos ministros tem sido denunciados, mui pequeno número acusado, só o ministro Strafford foi punido” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão de 16 de julho de 1829, p. 130).

¹²⁸ Os partidos *whig* e *tory* tem suas origens na Crise da Exclusão (de janeiro de 1679 a março de 1681), decorrente do movimento em defesa da exclusão de Jaime, então duque de York e irmão do rei Carlos II (que em seu leito de morte, em fevereiro de 1685, se declarou papista), da linha sucessória em virtude de sua suposta conversão ao catolicismo. Aos *peticionários* – futuros *whigs* –, adeptos da noção de uma monarquia limitada pelo Parlamento, contrapunham-se os *repudiantes* – futuros *tories* – que defendiam o respeito à sucessão hereditária, apesar de também se preocuparem com a interferência dos católicos romanos na Inglaterra. No plano teórico, houve a contraposição dos escritos políticos de Locke e de Filmer (em especial, o *Patriarcha*, com a defesa da prerrogativa real e que foi reeditado inúmeras vezes na década de 1680, mais de vinte anos após sua morte), utilizados, respectivamente, para fundamentar as posições dos peticionários e dos repudiantes. Nesse embate, foram vitoriosos os *repudiantes* e o duque de York foi coroado Jaime II em 1685, após o falecimento de irmão. Contudo, com a Revolução de 1688, prevaleceu o pensamento *whig*, o que possibilitou a publicação dos *Dois Tratados sobre o Governo* de Locke, em 1689-1690, escritos como uma refutação ao patriarcalismo articulado por Robert Filmer: “Não me disporia eu a falar com franqueza tamanha de um fidalgo já há muito privado da possibilidade de defender-se não houvesse o púlpito se apossado publicamente de sua doutrina nos últimos anos, convertendo-a na teologia corrente de nossos tempos” (LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.198-199) Neste sentido ver: HILL, Christopher. *O século das revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, em especial, p.212-213; LASLETT, Peter. Introdução. In: LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.1-193; ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira de. *Escravos, súditos e homens: a noção de consentimento na polêmica Locke-Filmer*. 2006, 142f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

¹²⁹ Nesse sentido, ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.109.

Sublinhe-se que o prestígio político de Robert Walpole (1676-1745, primeiro-ministro: 1721-1742) se encontrava em declínio há algum tempo, porém sua permanência no cargo decorria da confiança que lhe depositava o rei Jorge II (1683-1760, reinado: 1727-1760). Contudo, dois acontecimentos ocorridos em 1741, juntamente com a ameaça de *impeachment* do ano seguinte, o levariam a se retirar do Governo, apesar de ainda contar com a confiança do rei: a vitória de seus principais adversários políticos – dentre os quais, os dissidentes de seu partido, denominados de *Patriot Whigs* – nas eleições gerais; e a derrota da frota britânica frente aos espanhóis na batalha de Cartagena das Índias. Diante desse quadro, entende-se o motivo de Carl Schmitt não considerar a demissão de Robert Walpole como uma vitória do Parlamento. De acordo com o jurista alemão “Pendant tout le XVIII^e siècle, la dépendence du cabinet envers le Parlement resta loin d’être établie. Encore en 1741, Walpole a refusé de démissionner comme le Parlement le lui demandait” (SCHMITT, Carl. *Théorie de la Constitution*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993, p.468).

Sublinhe-se que durante o governo whig de Robert Walpole, Bolingbroke (1678-1751) publicou sua principal obra política *Dissertation upon Parties* na qual utiliza o conceito de constituição para questionar

coletivamente antes de ser votado pelo Parlamento um *vote of no confidence* (moção de não confiança) pelo qual se solicitava ao rei Jorge III a demissão de todo o ministério.¹³⁰ Frente a esse quadro, anos mais tarde, durante a Primeira Restauração Francesa, Benjamin Constant se referiria a esse episódio como um exemplo da excelência da solução da *constituição inglesa* para a questão da responsabilidade dos ministros de Estado, citando-o como um eficiente mecanismo de controle dos atos dos membros do Poder Executivo, independentemente de efetiva condenação e punição final dos acusados. De acordo com o pensador político franco-suíço: *Lorde North não foi nem mesmo acusado. Mas, através da ameaça de uma acusação, seus antagonistas reproduziram os princípios da liberdade constitucional e proclamaram o direito, de cada fração de um Estado, de suportar apenas os encargos com os quais consentiram.*¹³¹

Contudo, ao contrário da argumentação articulada por Benjamin Constant em defesa do regime político adotado pela Inglaterra, tratava-se de um mero episódio que não refletia exatamente quer o papel desempenhado pelo Parlamento britânico, quer pelo rei Jorge III e seus ministros de Estado no Reino Unido.¹³² Terceiro monarca da

as novas atribuições assumidas pelos ministros de Estado, em especial pelo primeiro-ministro (ao mesmo tempo chefe de governo e da maioria parlamentar) em desacordo com a tradição representada pela Constituição da Inglaterra e proclamada por Locke. De acordo com Bolingbroke: “aquele conjunto de leis, instituições e costumes, derivadas de certos princípios imutáveis da razão e dirigidas a certos fins imutáveis do bem comum, que constituem o conjunto do sistema segundo o qual a comunidade convencionou e aceitou ser governada.” No entanto, conforme sublinha Maurizio Fioravanti, o autor, ao defender a prerrogativa real, contribuiu para a argumentação contrária pela qual a instituição do *King-in-Parliament* estava presente desde suas origens e por isso devia ser respeitada e, neste sentido, foi difundida a ideia de constituição de constituição inglesa enquanto a mais capaz de impedir toda a absolutização do poder (FIORAVANTI, Maurizio. *Constitución: De la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Trotta, 2001, p.95-97).

¹³⁰ Nesse sentido: SCHMITT, Carl. *Théorie de la Constitution*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993, p.468; HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.109. NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.317. A demissão coletiva do chefiado por Lorde North (Frederick North, 1732-1792, primeiro-ministro: 1770-1782) ocorreu durante a guerra de independência das colônias inglesas na América do Norte. Sobre o ministério de lorde North, ver LANGFORD, Paul. *A Polite and Commercial People: England, 1727-1783*. Oxford: Clarendon Press, 2010 (1ª edição: 1989), p.521-555.

¹³¹ Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: “Lord North n’a pas même été accusé. Mais en le menaçant d’une accusation, ses antagonistes ont reproduit les principes de la liberté constitutionnelle et proclamé le droit de chaque fraction d’un État, à ne supporter que les charges qu’elle a consenties” (CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.74).

¹³² Em relação ao modo de governar de Jorge III, o historiador norte-americano Gordon S. Wood afirma, ao tratar das *origens* da Revolução Americana: “Hoje, os historiadores já não retratam Jorge III como um tirano que pretendia minar a Constituição inglesa ao escolher seus ministros à revelia das expectativas do Parlamento. No entanto, não resta dúvida de que os contemporâneos de Jorge III consideravam que o rei, de caso pensado ou não, violava as convenções políticas da época. Ao escolher lorde Bute, seu favorito,

Casa de Hanover, mas o primeiro nascido em solo inglês, Jorge III se empenhou pelo fortalecimento de seu poder na condução dos negócios britânicos, utilizando-se das prerrogativas que lhe foram garantidas pelo *Bill of Rights* em detrimento de alguns dos mecanismos de controle político recentemente articulados pelo Parlamento em face dos ministros de Estado. Além disso, a nomeação e a demissão dos ministros ainda continuava sob seu controle – *consentimento discricionário do monarca* – e assim agiu tanto na demissão do Gabinete de lorde North (1782), quanto na manutenção do de William Pitt, o jovem (1783-1801; 1804-1806) no cargo de primeiro-ministro, a despeito das inúmeras moções de não confiança contra ele votadas no Parlamento, em especial na crise de 1783-1784 decorrente da independência das treze colônias inglesas na América do Norte.¹³³

Além disso, o próprio Parlamento – apesar de ser para os britânicos, *o grande bastião da liberdade, o protetor contra os abusos reais*¹³⁴ – muitas vezes se curvava diante do monarca em troca de graças e favores de forma que a tão criticada corrupção se alastrava por todos os meandros do Governo britânico.¹³⁵ Aliás, o tema da *corrupção* no Parlamento da era jorgeana é clássico na historiografia britânica e norte-americana e se encontra diretamente relacionado com a análise dos antecedentes da independência

um homem com pouco poder no Parlamento, para presidir o gabinete, deixando de lado ministros whig como William Pitt e o duque de Newcastle, nomes com força política, o novo rei não feriu a Constituição, mas certamente violou o costume político em voga. A aposentadoria de Bute, em 1763, não aplacou a desconfiança da oposição de que o rei pedia, por debaixo dos panos, conselhos de aliados do partido *tory*, e de que tentava impor suas decisões aos principais grupos do Parlamento em vez de governar por meio deles. Ao tenazmente bancar seu modo teimoso e peculiar de governar, algo que acreditava ser uma responsabilidade constitucional, Jorge III ajudou a aumentar a confusão política na década de 1760” (WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.42).

Referências negativas ao reinado de Jorge III foram comuns entre os autores brasileiros críticos ao fortalecimento do poder pessoal de dom Pedro II, no decorrer da segunda metade do século XIX, após o fim do Quinquênio Liberal (1844-1848). Nesse sentido, ver HOMEM, Francisco Salles Torres. O libelo do povo (1ª edição: 1849). In: MAGALHÃES, Raimundo (org). Três panfletários do segundo reinado. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p.102-103.

¹³³ LANGFORD, Paul. *A Polite and Commercial People: England, 1727-1783*. Oxford: Clarendon Press, 2010 (1ª edição: 1989); HAGUE, William. *William Pitt, the younger*. London: Harper Press, 2004; HILTON, Boyd. *A Mad, bad & dangerous people? England 1783-1846*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

¹³⁴ WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.68.

¹³⁵ O tema da corrupção do Poder Legislativo, de modo a se tornar despótico e anular os demais poderes, aparece até em Montesquieu que, após elogiar o regime político inglês, contemporiza ao afirmar: “não é da minha alçada examinar se os ingleses gozam atualmente desta liberdade [política] ou não. Para mim é suficiente dizer que ela está estabelecida por suas leis, e não vou além” (MONTESQUIEU, Charles de Secondat, barão de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.178)

das colônias inglesas da América do Norte e da articulação pelos norte-americanos de um sistema de governo garantidor das liberdades de seus cidadãos.¹³⁶

Ao mesmo tempo em que ficara claro que, a partir da Revolução de 1688, o rei precisaria governar com o Parlamento, devido a sua presença no Corpo Legislativo, através da fórmula do *King-in-Parliament*¹³⁷; tornava-se central no regime político britânico a manipulação dos membros da corrente majoritária – os *whigs* – por meio da patronagem da nobreza e da pequena nobreza sobre as estruturas.¹³⁸ O rei, por um lado, deliberava conjuntamente com o Parlamento (através de mecanismos como o poder de veto aos projetos de lei aprovados pelo Corpo Legislativo que, apesar de não utilizado desde 1706, ainda continuava como prerrogativa real¹³⁹), mas por outro, manipulava – com o auxílio da nobreza e da pequena nobreza – parte das eleições para conseguir apoio aos ministros de Estado por ele nomeados dentre os membros da corrente majoritária. Ou seja, foi esse quadro político-institucional que, devidamente reelaborado retoricamente, serviu para o pensamento político do século XVIII¹⁴⁰ e, posteriormente, para os [contrar]revolucionários de ambos os hemisférios, a partir do final deste mesmo século, articularem um novo sistema de governo monárquico ou republicano, tendo por base um texto constitucional.

Sublinhe-se que, após a independência das treze colônias inglesas da América do Norte, os *whigs* foram substituídos pelos *tories* no Governo britânico de forma a

¹³⁶ Sobre a utilização retórica deste argumento pelos colonos americanos para desafiar o conceito de governo parlamentar em sua totalidade ver POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

¹³⁷ Em seu sentido moderno, após 1688, o *King-in-Parliament* se refere a uma entidade artificial composta por três órgãos distintos, o rei (com o poder de veto), a Câmara dos Comuns e a Câmara dos Lords que compartilham o exercício do Poder Legislativo como co-soberanos (consagração de uma *soberania legislativa compartilhada* em oposição à *soberania absoluta* do rei). Para a evolução histórica desse conceito no direito inglês até o abandono da prática do poder de veto pelo rei de modo a consolidar a soberania do Parlamento após a Revolução Gloriosa, ver NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011.

¹³⁸ Ver, nesse sentido, a apresentação do professor Cícero Araújo ao livro de J. G. A. Pocock (POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003, p.9-21).

¹³⁹ Sobre o significado da *prerrogativa real* no direito inglês no final do século XVII, ver LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o governo. Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. São Paulo: Martins Fontes, capítulo XIV – Da Prerrogativa, p.528-536.

¹⁴⁰ Conforme sublinhava William Blackstone, em seus *Comentários sobre as Leis da Inglaterra* (1765-1769), obra-síntese da doutrina *whig* sobre a soberania parlamentar: “(...) o poder legislativo [o *King-in-Parliament*, no caso inglês] (...) é o maior ato de superioridade que pode ser exercido por um ser sobre outro. Eis porque é indispensável à essência mesmo de uma lei que ela seja feita pelo poder supremo. Soberania e poder legislativo são termos intercambiáveis.” Sobre a obra de William Blackstone, ver NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.256-262; FIORAVANTI, Maurizio. *Constitución: De la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Trotta, 2001, p.98-100.

permanecerem no poder durante as três primeiras décadas do século XIX.¹⁴¹ Durante esse período, não apenas dominaram a cena política na ilha, como também, até a Reforma Eleitoral de 1832, pouco se avançou no sentido da articulação de um efetivo controle parlamentar em face dos ministros de Estado, a despeito da existência do *impeachment*, porém como um mecanismo de controle político em desuso. Conforme sublinha Gordon S. Wood:

Durante o século XVIII, o eleitorado britânico compreendia apenas uma minúscula parte da nação. Estima-se que apenas um em cada seis homens adultos britânicos tivesse direito a voto (...). Além disso, os distritos eleitorais britânicos constituíam uma mistura confusa de tamanhos e formas moldada por séculos de história. Algumas seções eleitorais eram enormes, com milhares de eleitores, enquanto outras eram muito pequenas e, em maior ou menor medida, cabiam nos bolsos de um único grande proprietário de terras. Muitos distritos eleitorais tinham poucos votantes, e alguns dos chamados burgos podres não tinham sequer um habitante. Uma cidade chamada Dunwich continuava mandando representantes ao Parlamento muito depois de ter sido engolida pelo Mar do Norte. Ao mesmo tempo, algumas das maiores cidades da Inglaterra, como Manchester e Birmingham, cujo súbito crescimento se deu em meados do século XVIII, não enviavam representantes ao Parlamento. Embora alguns reformistas radicais, como John Wilkes, criticassem de maneira cada vez mais intensa a confusa estrutura política, a reforma parlamentar tardaria a chegar e só teria início em 1832.¹⁴²

Na Inglaterra das primeiras décadas do século XIX, apesar de a soberania parlamentar – o *King-in-Parliament* – ser inquestionável na prática político-institucional¹⁴³, não havia uma definição precisa dos requisitos para ser eleitor e sobre aqueles que podiam ser votados. Além disso, não havia listas eleitorais regulares, de modo que era difícil se conhecer o número exato de eleitores que estavam habilitados a participar de cada processo eleitoral. Dessa forma, conforme sublinha Iris Nguên-Duy, até a Reforma Eleitoral de 1832 o povo era *virtualmente* representado pela Câmara dos Comuns e devia se submeter ao Parlamento¹⁴⁴, o que impossibilitava a apuração da

¹⁴¹ Os *Whigs* apenas retornariam ao poder com lorde Grey em 22 de novembro de 1830 (VARELA SUANZES, Joaquín. *La monarquía en la teoría constitucional británica durante el primer tercio del siglo XIX*, In: Revista de Estudios Políticos, nº 96, abril-junio, Madrid, 1997, p.20).

¹⁴² WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.64-65.

¹⁴³ NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.267.

¹⁴⁴ NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.309.

responsabilidade dos ministros de Estado no sentido moderno deste mecanismo de controle do Governo. Eleitores eram apenas uma pequena fração dos proprietários de terras, os *men of substance / men of property*. Dessa forma, a Câmara dos Comuns não exercia propriamente a função de representação popular, no sentido moderno da palavra, mas representante dos diversos interesses religiosos, fundiários, econômicos e aristocráticos da nação.¹⁴⁵ Sem livre representação não há responsabilidade ministerial propriamente dita, na medida em que tanto o controle penal quanto o político dependem da composição do Parlamento. Assim, com o *An Act to amend the representation of the people in England and Wales* (mais conhecido como *Great Reform Act*), de 07 de junho de 1832¹⁴⁶, promovida pelo Gabinete *whig* de lorde Grey, manteve-se o número de membros da Câmara dos Comuns (658 membros), mas eles foram redistribuídos entre os condados e burgos da Grã-Bretanha; tornou-se obrigatória a elaboração de listas com os nomes dos eleitores, previamente à realizadas das eleições; e estabeleceu-se que as eleições deveriam ser realizadas em, no máximo, dois dias em toda a Grã-Bretanha. Foram criadas novas classes de eleitores e suprimidos 57 *burgos podres* [*rotten boroughs*] os quais eram responsáveis pela eleição de pelo menos dois representantes cada para a Câmara dos Comuns, e os assentos redistribuídos de acordo com a nova distribuição dos eleitores pela Grã-Bretanha. No entanto, o voto continuou oral, com a obrigatoriedade de o eleitor o proclamar a meia-voz e foram mantidos os *burgos de bolso* (*pocket* ou *proprietary boroughs*, pois eram tão pequenos que podiam metaforicamente caber nos bolsos de seus proprietários) os quais seriam extintos apenas em 1867, quando o número de representantes na Câmara dos Comuns passou a ser estabelecido de acordo com o número de eleitores de cada *burgo parlamentar* (*parliamentary borough*). Mesmo assim, a Reforma foi um primeiro passo para o povo se tornar politicamente soberano, enquanto a soberania jurídica permanecia no Parlamento. Além disso, ela impôs a supremacia da Câmara dos Comuns – eleita pelo povo e representante de sua vontade – frente ao Rei e à Câmara dos Lordes.¹⁴⁷

¹⁴⁵ NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.311.

¹⁴⁶ *An Act to amend the representation of the people in England and Wales (Great Reform Act)* 1832 2 & 3 Will. IV c.45.

¹⁴⁷ Sobre a articulação político-parlamentar com o objetivo de aprovar a Reforma Eleitoral de 1832, bem como seu impacto na composição da Câmara dos Comuns, ver HILTON, Boyd. *A Mad, bad & dangerous people? England 1783-1846*. Oxford: Clarendon Press, 2006, p.420-438. Em relação a seus desdobramentos, no direito público britânico, em especial nas obras de J.J.Park e John Stuart Mill (sob o impacto do utilitarismo de Jeremy Bentham) ver VARELA SUANZES, Joaquín. *La monarquía en la*

1.5 – Experiência constitucional norte-americana – o *impeachment* na *Constituição dos Estados Unidos* (1787)

Ao se rebelarem contra o Parlamento britânico, em especial contra o *King-in-Parliament* soberano¹⁴⁸, os povos das treze colônias inglesas da América do Norte reunidos em Congresso, negaram tanto sua autoridade quanto sua soberania – por não estarem nele representados – e, frente aos abusos imputados ao Governo colonial, refletiram sobre as relações a serem estabelecidas entre os Poderes Estatais, em especial entre os membros do Poder Executivo e os do Corpo Legislativo. Assim, passados os anos mais tensos da Revolução Norte-americana (dos primeiros atritos com o Governo colonial no início da década de 1760 ao Tratado de Paz com a Inglaterra em 1783)¹⁴⁹, se por um lado os britânicos reafirmaram sua concepção clássica de soberania parlamentar (tal como ocorrera nos processos revolucionários de 1640-1660 e 1688-1689); por outro, os norte-americanos – ex-colonos ingleses –, após refletirem sobre os limites da própria soberania parlamentar, articularam um novo regime de governo que tem no processo eleitoral seu único critério de representação, de modo a permanecer no povo a autoridade suprema. Conforme sublinha Gordon Wood, *o conceito de que a soberania residia no povo como um todo em vez de ser depositada em qualquer instituição governamental* [como o Parlamento, no Reino Unido] *abriu caminho para concepções totalmente novas de governo* [como, por exemplo, as democracias representativas].¹⁵⁰

Rompidos os laços com a Metrópole, em um primeiro momento, os povos dos diversos estados norte-americanos¹⁵¹, a partir da experiência colonial e do debate

teoría constitucional británica durante el primer tercio del siglo XIX, In: Revista de Estudios Políticos, nº 96, abril- junho, Madrid, 1997, p.19-33.

¹⁴⁸ POCKOCK, J.G.A. 1776 – A Revolução contra o Parlamento. (1ª edição do ensaio em inglês: 1976). In: _____. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003, p.269-271. NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011, p.249-255. WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.63-70

¹⁴⁹ Para uma síntese do movimento revolucionário nas colônias inglesas da América do Norte até a aprovação da *Constituição dos Estados Unidos*, ver WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002).

¹⁵⁰ WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.192-195.

¹⁵¹ Conforme sublinha Gordon Wood, no momento da independência é difícil falar em *sentimentos nacionalistas americanos*, na medida em que “eles não passavam de uma imagem pálida diante da lealdade do povo ao estado natal”. A própria Declaração de Independência, após elencar os diversos abusos cometidos pelo rei britânico, foi expressa ao afirmar que as colônias unidas eram “Estados Livres e Independentes; que estão liberadas de toda e qualquer Lealdade à coroa britânica, e que toda conexão política entre elas e o Estado da Grã-Bretanha é, e deve ser, totalmente dissolvida; e que, como Estados livres e independentes, elas tem plenos poderes para fazer guerra, concluir a paz, contratar alianças,

político-institucional a respeito do Parlamento e do Governo britânicos, por meio da redação de Constituições Estaduais (elaboradas logo após a Declaração da Independência¹⁵²), articularam limites à ação dos membros do Poder Executivo, ou Governamental, de forma a não ameaçar a liberdade, identificada com o povo ou seus representantes no Poder Legislativo.¹⁵³ Com esse propósito, fundamentados no princípio da Separação dos Poderes¹⁵⁴, e ciosos da autonomia dos Estados confederados, não apenas transferiram para os Corpos Legislativos, Central e Estaduais, diversas atribuições antes reservadas ao Governo, como também trouxeram o instituto do *impeachment* do direito inglês para os textos constitucionais estaduais¹⁵⁵, porém com um novo sentido que seria, em breve, apropriado pelo texto constitucional da União de 1787, conforme exposto a seguir. Dessa forma os povos dos diversos Estados da Confederação acreditavam não apenas resgatarem os ideais republicanos abandonados pelo Governo britânico, como também estarem protegidos da corrupção que se alastrara pelo Parlamento britânico, sob o reinado de Jorge III.¹⁵⁶ Cumpre-se notar que, conforme

instituir o comércio e fazer todas as outras leis e coisas que os Estados independentes tem o direito de fazer” (SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, s/d, p.67).

¹⁵² WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.90-96.

¹⁵³ WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.92-93.

¹⁵⁴ Sobre o significado do princípio da separação dos poderes no último quartel do século XVIII, em especial para os delegados que participaram da redação da *Constituição dos Estados Unidos* na Convenção da Filadélfia (1787), ver LAHMER, Marc. *La Constitution Américaine dans le Débat Français: 1795-1848*. Paris: L'Harmattan, 2001, p.7-23. De acordo com o autor, o princípio defendido pelos federalistas não era o da separação absoluta entre os poderes, mas o regime de *checks and balances*, do *balanço* e equilíbrio entre os três Poderes Estatais. Nesse sentido, enquanto uma interpretação doutrinal redigida por um dos redatores do texto constitucional, James Madison nos dois textos dedicados a esse tema publicados no jornal New York Packet, nos dias 01 e 05 de fevereiro de 1788, posteriormente reunidos em *O Federalista* (MADISON, James. *O Federalista – 47, 48 e 51 – Separação dos Poderes I e II, Freios e Contrapesos*. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Brasília: Editora da UnB, 1984, p.393-405, 417-421. O texto em inglês integral de *O Federalista* está disponível em: <https://www.congress.gov/resources/display/content/The+Federalist+Papers>. Acesso em: 20 de abril de 2016).

¹⁵⁵ Dentre as *Constituições Estaduais* que preveram o *impeachment*, encontram-se a da Carolina do Norte (1776), artigo 23; a do Delaware (1776), artigo 23; a da Virgínia (1776); a de Nova York (1777), artigos 32-34; a de Vermont (1777), Capítulo 2, Seção 20. Nesse sentido, consultar o levantamento feito pela Universidade de Chicago, no projeto *The Founders' Constitution*, sob a supervisão Philip B. Kurland e Ralph Lerner, disponível em: <http://press-pubs.uchicago.edu/founders/tocs/toc.html>. Acesso em: 19 de abril de 2016). Sublinhe-se que, nos *Artigos da Confederação* (1777-1781) não há qualquer menção ao mecanismo do *impeachment*, pois nesse texto constitucional não se tratou do Governo Central, propriamente dito: “não havia um Poder Executivo de fato, apenas uma série de comissões no Congresso, com participação flutuante”, afirma Gordon Wood. Sobre o processo de elaboração das Constituições Estaduais, a partir de 1776, e a redação dos *Artigos da Confederação* (1777-1781) ver WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.90-101.

¹⁵⁶ WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.151-167. Para um aprofundamento no tema do humanismo cívico e seu impacto no movimento revolucionário norte-americano ver BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução*

sublinha J.G.A. Pocock, a *corrupção, na linguagem do século XVIII – na qual era um termo extremamente comum – significava, não apenas venalidade, mas também perturbação das condições políticas necessárias para a virtude e liberdade humanas* (...) [de modo que] *o rei exerce autoridade despótica porque monopoliza a patronagem parlamentar*.¹⁵⁷ E, frente àqueles que temiam uma eventual *tiranía parlamentar*, citava-se, dentre outros defensores dos ideais republicanos, John Adams que, em 1775, afirmara: *o despotismo democrático* [fundado nos ideais republicanos] *é uma contradição em termos*.¹⁵⁸

Portanto, na experiência constitucional norte-americana, o *impeachment* foi incluído no texto final da *Constituição dos Estados Unidos* de 1787, a partir não apenas da experiência parlamentar britânica, mas também de sua adoção por vários Governos durante o período colonial e por diversas Constituições Estaduais (*state constitutions*); porém com um objetivo mais restrito, qual seja, o de tornar *responsáveis* (*accountables*¹⁵⁹) os funcionários civis da União, inclusive o Presidente da República, pelos *delitos* elencados no texto constitucional: traição (*Treason*), suborno (*Bribery*), ou outros grandes crimes e faltas graves (*or other high Crimes and Misdemeanors*).¹⁶⁰ Destarte, dentre as inovações trazidas pelos debates que antecederam a assinatura do texto constitucional em 1787 – inclusive durante a Convenção da Filadélfia¹⁶¹ –, houve

Americana. Bauru: Edusc, 2003 (1ª edição em inglês: 1967) e POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian Moment: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition*. Princeton : Princeton University Press, 2003 (1ª edição: 1975).

¹⁵⁷ POCOCK, J.G.A. 1776 – A Revolução contra o Parlamento. (1ª edição do ensaio em inglês: 1976). In: _____. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003, p.275.

¹⁵⁸ John Adams *Apud* WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.96.

¹⁵⁹ Na língua inglesa há a distinção entre *accountable* e *responsible*. No *impeachment* norte-americano é verificado a *accountability* do denunciado, ou seja, se cumpriu com seu dever de prestar as *contas*, os *relatos*, as *explicações* necessárias para o esclarecimento dos fatos. É diferente da *responsible*, relacionada à *responsibility*, ou seja, capacidade de cumprir com uma determinada obrigação legal (HOUAISS, Antônio. *Webster's Dicionário Inglês-Português*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1998 (1ª edição: 1982), p.7, 663).

¹⁶⁰ SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix, s/d, p.89. O texto integral da *Constituição dos Estados Unidos*, de 17 de dezembro de 1787, está disponível em http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm. Para a tradução de *high Crimes* e *Misdemeanors*, utiliza-se a sugestão dada por Paulo Brossard de modo que *high Crimes* foi traduzido por “grandes crimes” e *Misdemeanors*, por “faltas graves”. Conforme sublinha o jurista, fundamentado em ampla doutrina e jurisprudência norte-americana, *high Crimes* e *Misdemeanors* “a que se refere a Constituição, não precisam ser penalmente puníveis. Nesse sentido é quase unânime a doutrina” (BROSSARD de Souza Pinto, Paulo. *O impeachment*. Porto Alegre: Globo, 1965 (1ª tiragem: 1964), p.47)

¹⁶¹ A Convenção da Filadélfia foi realizada nessa cidade, então capital do Estado da Pensilvânia, de 25 de maio a 17 de setembro de 1787 com o objetivo inicial de revisão do texto dos *Artigos da Confederação* - aprovados em 1777, mas ratificados por todos os Estados apenas em março de 1781 (WOOD, Gordon

não apenas a delimitação do rol dos funcionários a serem eventualmente responsabilizados, como também a definição do Senado para a realização do julgamento, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal (apenas para a hipótese do processo ser em face do Presidente dos Estados Unidos). Essa segunda solução foi adotada apesar do posicionamento em contrário de alguns delegados como Charles Cotesworth Pinckney (delegado pelo Estado da Geórgia) e James Madison que, no *Plano da Virgínia*, defendeu a realização do julgamento no Poder Judiciário, de modo a não tornar o Presidente muito dependente do ramo legislativo.¹⁶² Aliás, a solução final adotada pelo texto constitucional – e defendida por Alexander Hamilton no periódico *New York Packet* do dia 07 de março de 1788¹⁶³ – reproduzia a adotada não apenas na Grã-Bretanha (onde o julgamento do *impeachment* era realizado pela Câmara dos Lordes), como também pela Constituição Estadual de Massachusetts de 1780, pela qual todos os funcionários estaduais processados por *impeachment* pela Câmara dos Representantes Estadual, deveriam ser julgados pelo Senado Estadual, o qual tinha competência de julgar todos os *impeachments*.¹⁶⁴ Contudo, cumpre-se lembrar que, no Reino Unido, à Câmara dos Lordes era não apenas atribuída a função de julgar o *impeachment*, como também exercia a função de mais alta Corte de Apelação daquele reino¹⁶⁵; ao passo que, nos Estados Unidos da América houve a

Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.96-101, 168-200)

¹⁶² De acordo com James Madison, no *Plano da Virgínia* de 1787, tal como disposto na Constituição deste Estado (1776), apresentado para apreciação dos delegados na Convenção da Filadélfia, em seu artigo 13, o *impeachment*, de todos os funcionários federais, deveria ser julgado pelo Poder Judiciário nacional: “the jurisdiction of the national Judiciary shall extend to cases which respect the collection of the national revenue: impeachments of any national officers”. O texto integral do *Plano da Virgínia* está disponível em: <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=7&page=transcript>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

¹⁶³ HAMILTON, Alexander. *O Federalista 65 – Senado: competência para nomear e julgar*. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Brasília: Editora da UnB, 1984, p.499-503. O texto em inglês integral de *O Federalista* está disponível em: <https://www.congress.gov/resources/display/content/The+Federalist+Papers> Acesso em 20 de abril de 2016.

¹⁶⁴ De acordo com a Constituição de Massachusetts de 1780 (Constitution of the Commonwealth of Massachusetts), em sua Parte Segunda, Capítulo I, Seção II, artigo VIII: “The senate shall be a court with full authority to hear and determine all impeachments made by the house of representatives, against any officer or officers of the commonwealth, for misconduct and mal-administration in their offices. But previous to the trial of every impeachment the members of the senate shall respectively be sworn, truly and impartially to try and determine the charge in question, according to evidence. Their judgment, however shall not extend further than to removal from office and disqualification to hold or enjoy any place of honor, trust, or profit, under this commonwealth: but the party so convicted, shall be, nevertheless, liable to indictment, trial, judgment, and punishment, according to the laws of the land”. O texto integral da Constituição do Estado de Massachusetts está disponível em: <https://malegislature.gov/Laws/Constitution>. Acesso em 21 de abril de 2016.

¹⁶⁵ A Câmara dos Lordes manteve a função de mais alta Corte de Apelação do Reino Unido, com algumas alterações regimentais no decorrer de sua história (de 1399 a 2009), até a Lei sobre a Reforma da

criação de uma Suprema Corte, com atribuições previamente determinadas, desde o início.¹⁶⁶ Mesmo assim, de acordo com Alexander Hamilton, em defesa da solução adotada pelo texto constitucional de 1787, a opção pelo julgamento no Senado se devia à *severa descrição que deve caracterizar uma corte destinada a apreciar denúncias, cujas sentenças dirão respeito à honra de destacados membros da comunidade*, de tal modo que impedia que tal encargo fosse *cometido a um pequeno número de pessoas*.¹⁶⁷

Com a *Constituição dos Estados Unidos* de 1787, corrigidos os excessos decorrentes de um fortalecimento inicial das Assembleias Legislativas Estaduais, em particular das câmaras baixas, em detrimento dos respectivos Governos locais, pelas primeiras Constituições Estaduais (reformadas na década de 1780, a partir do modelo da Constituição Estadual de Massachusetts)¹⁶⁸, e redistribuídas as atribuições entre os Poderes Estatais, o *impeachment*, enquanto mecanismo de controle dos funcionários civis da União se tornou central no regime político norte-americano. Assim, ao mesmo tempo em que se atribuíam diversas atribuições ao Governo Central, proclamava-se sua responsabilidade em decorrência de eventuais infrações cometidas ao disposto nos textos legais ou, conforme afirma Alexander Hamilton – de modo a confundir as responsabilidades penal e política dos agentes públicos –, *do abuso ou violação de confiança neles depositada*.¹⁶⁹ Conforme se verá a seguir, nas experiências

Constituição de 2005 (*Constitutional Reform Act 2005*) que criou a Suprema Corte do Reino Unido, a qual iniciou seus trabalhos no dia 01 de outubro de 2009 (Disponível em: <http://www.parliament.uk/>; <https://www.supremecourt.uk/about/the-supreme-court.html>. Acesso em: em 20 de abril de 2016).

Esse aspecto da Câmara dos Lordes foi, inclusive, ressaltado por James Madison em *O Federalista 47*, ao sublinhar que, mesmo na *Constituição britânica*, considerada o espelho da liberdade política para Montesquieu, “os ramos legislativo, executivo e judiciário estão longe de ser separados e distintos uns dos outros”, de modo a um “ramo do Legislativo” ser “o único depositário do Poder Judicial em casos de *impeachment*, sendo investido da suprema instância apelatória em todos os demais casos”. Desse modo, apenas haveria infração ao princípio da separação dos poderes no caso de *todo* o poder de um dos ramos for “concentrado nas mesmas mãos que enfeixam *todo* o poder de outro ramos” (MADISON, James. *O Federalista 47 – A Separação dos Poderes – I*. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Brasília: Editora da UnB, 1984, p.394.

¹⁶⁶ De acordo com a *Constituição dos Estados Unidos* (1787), em seu artigo 3, Seção I – “The judicial Power of the United States, shall be vested in one supreme Court, and in such inferior Courts as the Congress may from time to time ordain and establish. The Judges, both of the supreme and inferior Courts, shall hold their Offices during good Behaviour, and shall, at stated Times, receive for their Services, a Compensation, which shall not be diminished during their Continuance in Office”.

¹⁶⁷ HAMILTON, Alexander. *O Federalista 65 – Senado: competência para nomear e julgar*. In: HAMILTON, MADISON, JAY, . *O Federalista*. Brasília: Editora da UnB, 1984, p.501.

¹⁶⁸ WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002), p.174.

¹⁶⁹ Paulo Brossard sublinha que esta indefinição quanto à natureza jurídica do *impeachment*, se penal ou política, foi solucionada *muito cedo*, com o caso [William] Blount (1797), no qual “Bayard sustentou que se tratava de processo exclusivamente político, que mais visava a proteger o Estado do que a punir o delinquente, e esse conceito ainda hoje é reproduzido por autores de prol.” Contudo, para o autor, ao assim se definir, o modelo de *impeachment* norte-americano acabou por se tornar um meio de se obter,

constitucionais e parlamentares francesa e brasileira, buscou-se não apenas distinguir claramente essas formas de responsabilidade como também, em um primeiro momento, houve a articulação de uma responsabilidade penal com efeitos políticos.

De acordo com a *Constituição dos Estados Unidos*, em seu artigo 2, seção 4, o presidente, o vice-presidente e todos os funcionários civis dos Estados Unidos, serão destituídos de seus cargos por impeachment quando condenados por traição (*Treason*), suborno (*Bribery*), ou outros grandes crimes e faltas graves (*other high Crimes and Misdemeanors*).¹⁷⁰ O processo tem início na Câmara dos Representantes (*House of Representatives*) – detentora do poder exclusivo (*sole Power*) de o iniciar – de onde, após a aprovação de dois terços dos Membros presentes em plenário, é enviado ao Senado para julgamento, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal (*Chief Justice*), caso seja acusado o Presidente dos Estados Unidos. Sublinhe-se que, no Senado, antes da realização do julgamento, os senadores devem solenemente declarar e jurar dizerem a tão somente verdade (*Oath or Affirmation*).

No que se refere às penas, há algumas particularidades em relação à experiência parlamentar britânica, na qual foram inúmeros os ministros de Estado sentenciados à pena capital: uma vez condenado o funcionário federal, pelo voto de dois terços dos Membros do Senado, o julgamento não se estende além da destituição do cargo e da desqualificação para exercer e desfrutar qualquer cargo de honra, confiança ou proveito dos Estados Unidos, de modo que a parte condenada, se for o caso, ainda terá que se sujeitar à indicição, processo, julgamento e castigo de acordo com a lei.¹⁷¹ Em outras

através de um processo moroso, o mesmo que se obteria através do *voto parlamentar de censura* “que, de modo rápido, afasta do governo a autoridade que haja decaído da confiança da maioria. A solução americana, enclausurada pela codificação, fixa um instante da evolução institucional britânica, que prosseguiu e foi além da fórmula legislada” (BROSSARD de Souza Pinto, Paulo. *O impeachment*. Porto Alegre: Globo, 1965 (1ª tiragem: 1964), p.31). Em sentido diverso, de modo a sublinhar o caráter penal do *impeachment* e seus desdobramentos após o processo movido em face do presidente William Jefferson (Bill) Clinton, ver LAHMER, Marc. *La Constitution Américaine dans le Débat Français: 1795-1848*. Paris: L’Harmattan, 2001, p.100-103.

¹⁷⁰ SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix, s/d, p.89.

¹⁷¹ De acordo com o disposto na *Constituição dos Estados Unidos* em seu artigo 1, seções 2, cláusula 5 – “The House of Representatives shall chuse their Speaker and other Officers; and shall have the sole Power of Impeachment”; e 3, cláusulas 6 – “The Senate shall have the sole Power to try all Impeachments. When sitting for that Purpose, they shall be on Oath or Affirmation. When the President of the United States is tried, the Chief Justice shall preside: And no Person shall be convicted without the Concurrence of two thirds of the Members present” e 7 “Judgment in Cases of Impeachment shall not extend further than to removal from Office, and disqualification to hold and enjoy any Office of honor, Trust or Profit under the United States: but the Party convicted shall nevertheless be liable and subject to Indictment, Trial, Judgment and Punishment, according to Law”

palavras, a princípio, ao Senado norte-americano compete tão-somente o julgamento político, enquanto o aspecto criminal da questão, se for o caso, é da competência do Poder Judiciário.¹⁷² Além disso, trata-se do único caso no qual é vedado o perdão presidencial.¹⁷³

1.6 – Experiência legislativo-constitucional francesa: a responsabilidade penal com efeitos políticos da Segunda Restauração

Tal como ocorre na historiografia britânica, na francesa igualmente há amplo debate sobre o tema da responsabilidade dos ministros de Estado e, em ambas, há um questionamento quanto às origens, ao contrário da norte-americana que vislumbra nas primeiras Constituições Estaduais, contemporâneas à Declaração de Independência, a gênese do *impeachment*, da forma como foi adotado pelo texto constitucional de 1787, e não problematiza tanto quanto a francesa a distinção entre as diversas formas de responsabilidade ministerial. Ao passo que na primeira, vislumbram-se no século XIV os primeiros indícios de articulação de uma responsabilidade penal com efeitos políticos; na segunda, a ênfase é nas primeiras décadas do século XIX, em especial o período da Segunda Restauração (1815-1830, o qual coincide com o analisado nesta tese – 1826-1830) –, desde a polêmica entre Joseph-Barthélemy¹⁷⁴ e Joseph Bonnefon¹⁷⁵, no início do século passado, até recentes pesquisas acadêmicas responsáveis pela renovação dos estudos e ampliação do debate, dentre as quais as de Alain Laquière¹⁷⁶ e de Nathalie Havas.¹⁷⁷ Além disso, o tema da responsabilidade dos

O texto completo da *Constituição dos Estados Unidos*, com todas as emendas está disponível em: http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm. Acesso em 18 de abril de 2016.

¹⁷² BROSSARD de Souza Pinto, Paulo. *O impeachment*. Porto Alegre: Globo, 1965 (1ª tiragem: 1964), p.21-24. Em sentido parcialmente diverso, ao sublinhar que mesmo nos Estados Unidos há ampla discussão sobre a natureza jurídica do *impeachment*, ver LAHMER, Marc. *La Constitution Américaine dans le Débat Français: 1795-1848*. Paris: L'Harmattan, 2001, p.100-103.

¹⁷³ De acordo com a Constituição dos Estados Unidos de 1787, em seu artigo 2, seção 2, cláusula 1 – “[o presidente] terá o poder de adiar a execução de sentenças e perdoar crimes contra os Estados Unidos, exceto em casos de impedimento” SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix, s/d, p.88).

¹⁷⁴ JOSEPH-BARTHÉLEMY, Joseph. *L'introduction du régime parlementaire en France sous Louis XVIII et Charles X*. Paris: V. Giard et E. Brière, 1904.

¹⁷⁵ BONNEFON, Joseph. *Le régime parlementaire sous la Restauration* (thèse Sciences politiques). Paris: V. Giard et E. Brière, 1905.

¹⁷⁶ LAQUIÈRE, Alain. *Les origines du régime parlementaire em France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, publicado a partir de sua tese de doutorado em Direito, defendida em dezembro de 1995, na Universidade de Paris II.

¹⁷⁷ HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, publicado a partir de sua tese de doutorado em Direito, defendida em setembro de 2010, na Universidade de Caen, Basse-Normandie.

ministros de Estado foi objeto de reflexão pelos pensadores franceses da segunda metade do século XVIII que, ao analisarem a *constituição inglesa* teceram considerações sobre a (ir)responsabilidade dos membros dos Poder Executivo.

Para Montesquieu, no Capítulo VI – *Da constituição da Inglaterra*, do Livro Décimo-primeiro de *O Espírito das Leis*, publicado em 1748 (ou seja, pouco depois da demissão de Walpole do cargo de primeiro-ministro da Inglaterra), a irresponsabilidade do chefe do Poder Executivo apenas era possível em virtude da responsabilidade dos ministros de Estado. Assim, proclamava que *aquele que executa não pode executar mal sem ter maus conselheiros, que odeiam as leis enquanto ministros, ainda que elas os favoreçam enquanto homens, estes podem ser procurados e punidos*. Conforme o argumento articulado pelo filósofo político francês, em defesa da Separação e Equilíbrio entre os Poderes Estatais, se por um lado competia aos membros ao Poder Executivo limitar as iniciativas do Poder Legislativo, por outro caberia a este controlar os membros daquele:

Se o poder executivo não tiver o direito de limitar as iniciativas do corpo legislativo, este será despótico¹⁷⁸; pois como ele poderá outorgar-se todo o poder que puder imaginar, anulará os outros poderes.

Mas não é preciso que o poder legislativo tenha reciprocamente a faculdade de limitar o poder executivo. Pois, sendo a execução limitada por natureza, é inútil limitá-la; além do que o poder executivo exerce-se sempre sobre coisas momentâneas. (...)

Mas, se, num Estado livre, o poder legislativo não deve ter o direito de frear o poder executivo, tem o direito e deve ter a faculdade de examinar de que maneira as leis que criou foram executadas (grifos meus).¹⁷⁹

Para uma reflexão sobre a responsabilidade dos ministros de Estado no período revolucionário francês de 1789-1791, ver o livro de Guillaume Glénard que, ao tratar do Poder Executivo na *Constituição de 1791* (3 e 4 de setembro de 1791), aborda a questão da responsabilidade enquanto um mecanismo de controle dos atos praticados pelos ministros de Estado pelos membros do Poder Legislativo, o que implicava em uma relação difícil entre estes Poderes Estatais (GLÉNARD, Guillaume. *L'exécutif et la constitution de 1791*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010, publicado a partir de sua tese, defendida em dezembro de 1999, na Universidade de Paris II, p.427-482).

¹⁷⁸ Como formas de limitação do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, Montesquieu cita as atribuições concedidas ao Poder Executivo de não apenas convocar como também de prorrogar a reunião do Poder Legislativo (MONTESQUIEU, Charles de Secondat, barão de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (1ª edição: 1748), p.173).

¹⁷⁹ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, barão de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (1ª edição: 1748), p.173-174. HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.110,

No mesmo sentido da afirmação da responsabilidade penal dos ministros de Estado como um meio de se preservar a inviolabilidade e a não responsabilidade do monarca se posicionaram outros admiradores e divulgadores das instituições britânicas na França¹⁸⁰, desde Blackstone¹⁸¹ e De Lolme (Genebra, 1740 – Seewen, 1806)¹⁸² até Necker (Genebra, 1732 – Coppet, 1804, ministro de Estado das Finanças de Luís XVI de 1776 a 1781, de 1788 a 1789 e de 1789 a 1790¹⁸³), sua filha Madame De Staël (Paris, 1766 – 1817), os *monarquianos*¹⁸⁴ Mounier (Grenoble, 1758 – Paris, 1806), Bergasse (Lyon, 1750 – Paris, 1832), Mallet du Pan (Genebra, 1749 – Richmond, 1800), Clermont-Tonnerre (Harnonville, 1757 – Paris, 1792), Lally-Tollendal (Paris, 1751-1830) e, no século XIX, Benjamin Constant (Lausanne, 1767 – Paris, 1830)¹⁸⁵. Porém, comum a todos esses pensadores, a despeito de divergências pontuais no pensamento de cada um deles, havia além da descrição idealizada da monarquia constitucional mista britânica, a rejeição da *responsabilidade política*, apesar de a conhecerem a partir da experiência parlamentar britânica e de exemplos como os da demissão de Walpole (1742) e do Gabinete North (1782).¹⁸⁶

¹⁸⁰ Para uma análise da *anglomania* do final do século XVIII na França, ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.110-114.

¹⁸¹ BLACKSTONE, William, nasceu em Londres, a 10 de julho de 1723 e faleceu Wallingford, a 14 de fevereiro de 1780. Foi advogado, professor de Direito Civil e Político em Oxford, deputado (pelo partido *tory*) na Câmara dos Comuns de 1761 a 1768 e *Justice of the Common Pleas* de 1770 até seu falecimento em 1780. Sua principal obra *Commentaries on the Laws of England*, em quatro volumes, foi publicada de 1765 a 1769 e se tornou uma das principais descrições da *monarquia moderada* (ou *mista*, de acordo com outros autores) britânica no século XVIII. Nela destaca a soberania do Parlamento como a característica fundamental do direito público inglês, em detrimento da soberania do povo proclamada por John Locke no final do século anterior (VARELA SUANZES, Joaquín. *La monarquía en la teoría constitucional británica durante el primer tercio del siglo XIX*, In: Revista de Estudios Políticos, nº 96, abril- junho, Madrid, 1997, p. 9-10).

¹⁸² Jean-Louis De Lolme, após viajar para a Inglaterra para conhecer o regime jurídico desse reino, publicou sua principal obra *Constitution de l'Angleterre*, em Amsterdam, no ano de 1771. LOLME, Jean-Louis De. *Constitution de l'Angleterre*. Amsterdam: Chez E. Van Harrevelt, 1774. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/>. Acesso em: 18 de abril de 2016, p.102.

Jean-Louis Delolme nasceu em Genebra a 1740 e faleceu Seewen, Suíça, a 16 de julho de 1806.

¹⁸³ Jacques Necker, dentre outras obras nas quais teceu elogios ao regime de governo britânico, analisa a questão da responsabilidade dos ministros de Estado no obra *Du Povoir Exécutif dans les Grands États* NECKER. Cumpre-se notar que ele próprio, ao ser demitido por Luís XVI no dia 11 de julho de 1789, provocou a imediata reação contrária da Assembleia Nacional que, juntamente com o apoio popular da Paris revolucionária, obteve o seu retorno ao ministério poucos dias depois, a 16 de julho seguinte (GLÉNARD, Guillaume. *L'exécutif et la constitution de 1791*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010, p.407-413).

¹⁸⁴ Nessa tese, para a tradução da palavra *monarchien*, utiliza-se a adotada por Christian Edward Cyril Lynch em sua tese de doutorado (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro).

¹⁸⁵ CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815.

O principal obstáculo à aceitação da *responsabilidade política* dos ministros de Estado diante do Corpo Legislativo se encontrava na aplicação, em sentido estrito, do princípio da separação dos poderes pelos revolucionários de 1789.¹⁸⁷ No entanto, a despeito do disposto na *Constituição de 1791* e em virtude da desconfiança dos parlamentares ante os membros do Poder Executivo (isto é, ante o denominado *despotismo ministerial*), foram articulados mecanismos de controle político dos ministros de Estado, ainda que sem o poder de efetivamente os demitir diretamente. Dentre esses, destacaram-se a regra da referenda ministerial¹⁸⁸, a obrigatoriedade de os ministros de Estado prestarem contas à Assembleia sempre que demandados e a conquista do direito de *adresse* ao rei (ou seja, do discurso pelo qual os parlamentares manifestam ao rei a perda de confiança frente a um determinado ministro de Estado, mas que não implicava na efetiva demissão do ministro pelo monarca, na medida em que esse ato era de sua atribuição exclusiva¹⁸⁹). Além disso, a indefinição da *responsabilidade penal* – expressamente prevista no texto constitucional¹⁹⁰, mas não regulamentada por lei complementar – possibilitava ao Corpo Legislativo acusar a todo momento ministros de Estado por qualquer delito, muitas vezes com o objetivo de obter sua demissão do cargo ministerial, o que, de fato, significava a aplicação da *responsabilidade penal com fins políticos*.¹⁹¹ E assim foi feito, utilizando-se do preceito

¹⁸⁶ Nesse sentido HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.115-117.

¹⁸⁷ Sobre a responsabilidade penal dos membros do Poder Executivo na *Constituição de 1791*, a rejeição da responsabilidade política e a articulação de mecanismos de controle dos atos praticados pelos dos ministros de Estado, em especial o direito de *adresse*, ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.115-146; GLÉNARD, Guillaume. *L'exécutif et la constitution de 1791*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010, p.430-435. Contudo, conforme sublinha Marc Lahmer, não se deve vislumbrar no último quartel do século XVIII, o que se entende hoje por princípio da separação dos poderes (LAHMER, Marc. *La Constitution Américaine dans le Débat Français: 1795-1848*. Paris: L'Harmattan, 2001, p.7-23).

¹⁸⁸ Através da lei de 27 de abril – 25 de maio de 1791 sobre a organização dos ministérios, artigos 19, 21 a 24, 27 e 28; *Constituição de 1791*, título III, capítulo II, seção IV, artigo 4. “Aucun ordre du roi ne pourra être exécuté, s'il n'est signé par lui et contresigné par le ministre ou l'ordonnateur du département” (HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.131-136)

¹⁸⁹ De acordo com a *Constituição de 1791*, em seu título III, capítulo II, seção IV, artigo 1. “Au roi seul appartiennent le choix et la révocation des ministres”.

¹⁹⁰ De acordo com a *Constituição de 1791*, em seu Título III, Capítulo II, seção IV, artigos 5. “Les ministres sont responsables de tous les délits par eux commis contre la sûreté nationale et la Constitution ; - De tout attentat à la propriété et à la liberté individuelle ; - De toute dissipation des deniers destinés aux dépenses de leur département”; e 6. “En aucun cas, l'ordre du roi, verbal ou par écrit, ne peut soustraire un ministre à la responsabilité”.

¹⁹¹ De acordo com Nathalie Havas: “Par ce refus de légiférer, se dessine la volonté de garantir, grâce à un instrument penal très malléable, une certaine subordination des ministres à la politique de l'Assemblée.

constitucional que autorizava a prisão decorrente de um decreto de acusação do Corpo Legislativo.¹⁹² Ou seja, apesar de ser exclusiva do rei a atribuição de nomear e demitir os ministros de Estado, estes podiam – na prática político-institucional – ser suspensos de suas funções, e até mesmo presos, em virtude de um decreto acusatório até seu julgamento pela Alta Corte Nacional.

Após a abolição da monarquia, a *Constituição do Ano I*, datada de 24 de junho de 1793 – redigida pela *montanha*, aprovada por referendo popular, mas nunca colocada em prática¹⁹³ –, enfraqueceu o Poder Executivo de tal forma que, praticamente, eliminava o instituto da *responsabilidade* dos ministros de Estado, apesar dele estar previsto nos artigos 71 e 72 do Ato Constitucional.¹⁹⁴ Com forte influência do pensamento de Jean-Jacques Rousseau (Genebra, 1712 – Ermenonville, 1778), em especial de sua concepção de *vontade geral*, ela previa, ao invés de um chefe de Estado, um *Conselho Executivo* composto por vinte e quatro membros, renovado pela metade a cada legislatura – ou seja, a cada ano¹⁹⁵ – exatamente com o objetivo de prevenir a personificação do poder em uma única pessoa. Cumpre-se notar que, durante a discussão do texto constitucional, chegou-se mesmo a se cogitar na eliminação do título *ministro* [de Estado], tal era a desconfiança mantida pelos *montagnards* ante aqueles

Les députés cherchent à consolider leur autorité sur la personne du Roi en agissant sur ses conseillers. Cette volonté de maintenir une pression sur les ministres se manifeste justement dans la détermination laconique et imprécise de leur responsabilité pénale, qui entretient ainsi le doute à la fois sur les causes et sur les conditions de mise en oeuvre de cette responsabilité” (HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.103).

¹⁹² De acordo com a *Constituição de 1791*, em seu Título III, Capítulo V, artigo 10: “Nul homme ne peut être saisi que pour être conduit devant l'officier de police ; et nul ne peut être mis en état d'arrestation ou détenu, qu'en vertu (...), d'un décret d'accusation du Corps législatif dans le cas où il lui appartient de le prononcer, (...)”.

Nesse sentido ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.147-148, 158-169.

¹⁹³ A *Constituição do Ano I*, transformada em guia de ação, foi recuperada pelos revolucionários de 1848 (HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.184-185).

¹⁹⁴ De acordo com a *Constituição do Ano I* (Primeira República, 24 de junho de 1793), em seus artigos 71. “Les membres du Conseil, en cas de prévarication, sont accusés par le Corps législatif”, e 72. “Le Conseil est responsable de l'inexécution des lois et des décrets, et des abus qu'il ne dénonce pas”.

¹⁹⁵ De acordo com a *Constituição do Ano I*, em seus artigos 62. “Il y a un Conseil exécutif composé de vingt-quatre membres”; 63. “L'Assemblée électorale de chaque département nomme un candidat. Le Corps législatif choisit, sur la liste générale, les membres du Conseil”; e 64. “Il est renouvelé par moitié à chaque législature, dans les derniers mois de sa session.”

altos funcionários estatais.¹⁹⁶ Assim, com o órgão executivo subordinado à Assembleia Nacional, essa detinha o poder de não apenas acusar, como também de demitir os membros do Conselho Executivo. Contudo, suspensa a aplicação do texto constitucional de 1793, não há como vislumbrar no *Comitê de Saúde Pública* uma espécie de ministério responsável politicamente perante a Assembleia Nacional, na medida em que era eleito mensalmente pelo Corpo Legislativo, enquanto órgão responsável pela função executiva.¹⁹⁷

Sublinhe-se que, mesmo com a aprovação de uma nova constituição, a *do Ano III*, datada de 22 de agosto de 1795 (que teve por principal redator, Pierre Daunou)¹⁹⁸, e a reestruturação do Poder Executivo em dois órgãos – o Diretório¹⁹⁹ e o Corpo de Ministros²⁰⁰ –, ele se manteve subordinado aos dois Conselhos da Assembleia Nacional, composto por membros eleitos pelo povo, os quais podiam acusar apenas os diretores²⁰¹, porém não os ministros de Estado que eram livremente nomeados e demitidos por seus superiores hierárquicos.²⁰² Ou seja, característico de todo o período revolucionário (1789-1799) é a instrumentalização da responsabilidade penal (consagrada pelo texto constitucional, mas não regulamentada por lei complementar) para a obtenção de efeitos políticos; assim, no Diretório, a simples ameaça de acusação

¹⁹⁶ HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.181.

¹⁹⁷ Sobre o amplo debate historiográfico acerca da caracterização do Comitê de Saúde Pública como Gabinete Ministerial ou como órgão da Assembleia Nacional ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.169-195.

¹⁹⁸ HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.169-172.

¹⁹⁹ De acordo com a *Constituição do Ano III* (Diretório, 22 de agosto de 1795), em seu artigo 132, o Diretório era composto por cinco membros eleitos pelo Corpo Legislativo para um mandato de cinco anos, proibida a reeleição.

²⁰⁰ De acordo com a *Constituição do Ano III*, em seus artigos 148 a 150, o Corpo de Ministros era composto por seis (no mínimo) a oito (no máximo) ministros cujas atribuições deveriam ser objeto de deliberação pelo Corpo Legislativo.

²⁰¹ De acordo com a *Constituição do Ano III*, em seus artigos 104, 265, os diretores podiam ser acusados pelos membros dos Conselhos da Assembleia Nacional na Alta Corte de Justiça e obter indiretamente sua demissão.

²⁰² HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.205.

diante da Alta Corte de Justiça acarretava a demissão voluntária dos diretores nela envolvidos.²⁰³

Conforme sublinha Nathalie Havas, durante o Consulado e o Primeiro Império (1799-1814), pouco se inovou no que se refere à responsabilidade dos ministros de Estado. Durante esse período, houve o fortalecimento do Poder Executivo, a partir de então caracterizado pelo poder pessoal de Napoleão Bonaparte, cujos ministros de Estado eram simples agentes da execução de sua vontade. Além disso, pela *Constituição do Ano VIII*, datada de 13 de dezembro de 1799, eram considerados irresponsáveis não apenas os cônsules como também os conselheiros de Estado e os membros do Senado, do Corpo Legislativo, do Tribunato.²⁰⁴ Assim, no que se refere à responsabilidade dos ministros de Estado, apesar de prevista nos textos constitucionais do período, ela raramente foi aplicada.²⁰⁵

Após a abdicação de Napoleão I, o tema da responsabilidade dos ministros de Estado foi objeto de ampla discussão tanto na doutrina jurídico-política quanto na prática político-parlamentar. Contudo, cumpre-se notar que, na *Carta Constitucional de 1814*, de 04 de junho de 1814, da mesma forma que nos textos do período revolucionário, não apenas a responsabilidade penal dos ministros de Estado foi tratada em termos gerais e imprecisos nos artigos 13, 55 e 56²⁰⁶, como também não foi acolhida expressamente a *responsabilidade política* pelo texto constitucional. Remeteu-se aos membros da Assembleia Nacional, a despeito do fracasso de se regulamentar o assunto através de uma *lei particular*, a articulação, na prática político-institucional, de efeitos políticos para a responsabilidade penal dos ministros de Estado. O principal argumento utilizado em favor da adoção da *responsabilidade política* na *Carta Constitucional de 1814* foi o da não definição pelo artigo 13 de qual a responsabilidade a que ele se

²⁰³ HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.208-210.

²⁰⁴ De acordo com a *Constituição do ano VIII* (Consulado, 13 de dezembro de 1799), em seu artigo 69: “Les fonctions des membres soit du Sénat, soit du Corps législatif, soit du Tribunat, celles des consuls et des conseillers d'Etat ne donnent lieu à aucune responsabilité.”

²⁰⁵ HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.77-81, 238-240.

²⁰⁶ De acordo com a *Carta Constitucional de 1814*, em seus artigos 13: “La personne du roi est inviolable et sacrée. Ses ministres sont responsables. (...)”; 55: “La Chambre des députés a le droit d'accuser les ministres, et de les traduire devant la Chambre des pairs qui seule a celui de les juger”; e 56: “Ils ne peuvent être accusés que pour fait de trahison ou de concussion. Des lois particulières spécifieront cette nature de délits, et en détermineront la poursuite”.

referia, se apenas à penal (tratada nos artigos 55 e 56 do mesmo texto constitucional) ou se também à política e, mesmo, à civil. Apenas foi afirmado serem os ministros *responsáveis* - e não cabe ao intérprete estabelecer limites onde o texto constitucional não os colocou.

Assim, de 1814 a 1819 foram apresentados seis projetos de *lei particular* com a finalidade de regulamentar a responsabilidade dos ministros de Estado na França sem contudo se obter a aprovação final para qualquer um deles: três projetos durante a Primeira Restauração, mais três, na Segunda Restauração, dois dos quais de autoria do Governo. Porém, após 1819, nenhum novo projeto de lei da responsabilidade foi apresentado para apreciação das Câmaras Legislativas.²⁰⁷ Conforme argumenta Nathalie Havas, a não regulamentação da responsabilidade penal pelos membros do Corpo Legislativo visava no fundo preservar as instituições políticas, na medida em que aquele mecanismo de controle penal, dependente de regulamentação, poderia ser utilizado para a obtenção de efeitos políticos e, dessa forma, atingir a coroa. Ou seja, o temor da utilização da responsabilidade penal para desestabilizar o sistema político instaurado após a queda de Napoleão I impossibilitou a aprovação da *lei particular* indicada pelo artigo 56 da *Carta Constitucional de 1814*.

Diante desse quadro, não há que se mencionar falta de clareza, entre os atores políticos franceses, no que se refere à relação à diferença entre a *responsabilidade penal* e a *responsabilidade política*²⁰⁸: a primeira via de regra utilizada como pretexto para se

²⁰⁷ Para uma análise dos diversos projetos de lei da responsabilidade apresentados durante a Restauração, ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.267-276.

²⁰⁸ Nesse sentido, ver VITROLLES, E.F.d'Arnauld, (barão de). *Du ministère dans le gouvernement représentatif*. Paris: Dentu, 1815, p.25-31 ; CONSTANT, Benjamin. *De la responsabilité des Ministres*, Paris, H. Nicolle, 1815 ; CHATEAUBRIAND, François-René, vicomte de. *De la monarchie selon la Charte*. Paris : Imprimerie de Le Normant, 1816. Em ambos os textos, os autores sublinham a relação existente entre o princípio da inviolabilidade do monarca e a responsabilidade dos ministros de Estado, de modo a distinguir claramente a *responsabilidade política* da *responsabilidade penal*. De acordo com Vitrolles, a partir da observação da prática parlamentar inglesa, um tanto quanto idealizada, a responsabilidade penal é individual, ao passo que a política pode ser individual ou coletiva, porém ambas se verificam diante do Corpo Legislativo. Para Chateaubriand, as câmaras tem o direito de perguntar tudo o que quiser aos ministros de Estado, os quais devem sempre responder ou, se necessário, vir até o plenário para prestar as informações solicitadas, salvo na hipótese de a razão de Estado impedir que elas sejam prestadas. Ou seja, o apoio da maioria parlamentar é fundamental para a manutenção do Governo. Quem tem o direito de acusar, tem o direito de pedir informações. Interessante notar que, no Reino da França, no início da Segunda Restauração, foram os ultrarealistas que defenderam a prerrogativa parlamentar, na medida em que eram maioria no Corpo Legislativo, ao passo que os liberais (Benjamin Constant) os doutrinários (Guizot e Royer-Collard) empreenderam a defesa da prerrogativa real. Posteriormente, ao perderem a maioria parlamentar passaram a defender a prerrogativa real e o poder dos

tratar da segunda e com o objetivo de articular um mecanismo de controle político dos membros do Poder Executivo pelos parlamentares de ambas as Câmaras do Corpo Legislativo.²⁰⁹ Contudo, ainda que fossem regulamentadas as responsabilidades penal e, até mesmo, a política, deve-se considerar o fato de que sob os reinados de Luís XVIII e de Carlos X (ambos irmãos de Luís XVI), os ministros de Estado continuavam sem poder político propriamente dito, de modo que as decisões *ministeriais* eram, de fato, tomadas pelo rei e a *referenda (contreseing ministériel)* – não abordada expressamente pelo texto constitucional, apesar de ter se tornado corrente na prática político-institucional – possuía, formal e juridicamente, um caráter de simples autenticação da assinatura real, tal como acontecia durante o *Ancien Régime*: não havia, por exemplo, a possibilidade de o ministro de Estado se recusar a referendar o ato real, sem se sujeitar a sua imediata demissão pelo rei.²¹⁰

Mesmo assim, durante as Restaurações francesas, foram articulados meios de pressão e de crítica ao Governo de modo a consolidar a ideia de um direito parlamentar de controle dos ministros de Estado: a resposta à fala do trono, os direitos de petição e de questão e a utilização da responsabilidade penal com finalidades políticas, tais como nos processos movidos em face do então presidente do Conselho de Ministros, Élie Louis, duque de Decazès²¹¹; e, dos ex-ministros integrantes do Gabinete chefiado por

ministros de Estado (HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.264-267).

²⁰⁹ HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.258-263.

Em sentido inverso, ver LAQUIÈZE, Alain. *Les origines du régime parlementaire em France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p.151.

²¹⁰ Na *Carta Constitucional de 1814* não há qualquer menção à obrigatoriedade de os ministros de Estado referendarem os atos emanados do rei. Nesse sentido HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.278-280, 282-283; LAQUIÈZE, Alain. *Les origines du régime parlementaire em France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p.354-355.

Sobre o tema da referenda ministerial, consultar HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.39-40 e 282-283. De acordo com a autora, durante a Restauração francesa, apesar de todos os atos reais possuírem a referenda ministerial (*contreseing ministériel*), isto não significava que os ministros assumiam a responsabilidade penal ou política pelo que neles era veiculado. Tratava-se de mera autenticação da assinatura real na medida em que não ocorria, de fato, transferência de poder de decisão e ação do rei para os ministros de Estado que atuavam como meros conselheiros reais, de forma similar ao que ocorria no Antigo Regime.

²¹¹ Sobre a demissão de Élie Louis, duque de Decazès (1780-1860, presidente do Conselho de Ministros: 1819-1820), ver MANSEL, Philip. *Louis XVIII*. Paris: Perrin, 2013 (1ª edição em inglês: 1981), p.411-414.

Jean-Baptiste Guillaume Joseph, conde de Villèle, de modo a impedir seu retorno ao Governo.²¹² Em ambos os casos, os deputados obtiveram sucesso: Decazès abandonou o ministério e Villèle não retornou ao ministério.²¹³

1.7 – Benjamin Constant – a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado como condição indispensável de toda monarquia constitucional representativa

Frente aos inúmeros textos constitucionais que se limitaram a traçar em termos gerais e pouco precisos a responsabilidade dos ministros de Estado, o *Ato Adicional às Constituições do Império de 22 de abril de 1815*²¹⁴ – redigido por Benjamin Constant²¹⁵ a pedido de Napoleão I, durante seu retorno ao poder e promulgado antes da derrota final do imperador dos franceses em Waterloo²¹⁶ – é uma exceção com o Título IV (*Des ministres, et la responsabilité*, composto por treze artigos) dedicado ao tema.²¹⁷ Nesse texto legal, o pensador político franco-suíço não apenas estabeleceu a obrigatoriedade

²¹² Sobre a demissão de Jean-Baptiste Guillaume Joseph, conde de Villèle (Toulouse, França, 1773-1854, presidente do Conselho de Ministros: 1822-1828), ver CLÉMENT, Jean-Paul. *Chales X: Le dernier Bourbon*. Paris: Perrin, 2015, p.314-320.

²¹³ HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.296-298.

²¹⁴ De acordo com o *Ato Adicional às Constituições do Império de 22 de abril de 1815*, em seu artigo primeiro: “Les constitutions de l’Empire, nommément l’acte constitutionnel du 22 frimaire an VIII, les sénatus-consultes des 14 et 16 thermidor an X, et celui du 28 floréal an XII, seront modifiés par les dispositions qui suivent. Toutes leurs autres dispositions sont confirmées et maintenues” (grifos meus). De acordo com Nathalie Havas, as principais modificações feitas pelo Ato Adicional se referem ao Poder Legislativo, com a função legislativa compartilhada entre o imperador e as duas Câmaras (artigo 2) – a Câmara dos Pares (hereditária e aristocrática – artigos 3 a 6) e a Câmara dos Representantes (eleita pelo povo – artigos 7 a 13). Contudo, a iniciativa legislativa (tal como na Constituição Francesa de 1814, em seu artigo 19) era exclusiva do imperador, possibilitando-se às Câmaras a faculdade de lhe propor um projeto de lei a ser discutido em plenário; e as emendas ao projeto de lei apenas podiam ser apresentadas com o aval do governo (artigos 23 e 24) (HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.236-237).

O texto integral do *Ato Adicional às Constituições do Império de 22 de abril de 1815* está disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/acte-additionnel-aux-constitutions-de-l-empire-du-22-avril-1815.5103.html>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

²¹⁵ Benjamin Constant nasceu em Lausanne, Cantão de Vaud, Suíça, a 25 de outubro de 1767 e faleceu em Paris a 8 de dezembro de 1830.

²¹⁶ Napoleão Bonaparte voltou para a França, de seu exílio na ilha de Elba, no dia 01 março de 1815 e, após vinte dias de caminhada, reconquistou o poder, no qual permaneceria até o dia 22 de junho do mesmo ano, quando abdicou pela segunda vez e foi exilado na ilha de Santa Helena.

²¹⁷ Para a análise da concepção de responsabilidade ministerial contida neste diploma legal – denominado *Benjamine*, na medida em que foi redigido por Benjamin Constant –, consultar HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.236-243.

da referenda ministerial para todos os atos do Governo, de modo a tornar responsáveis os ministros de Estado pelos atos por eles referendados²¹⁸; como também traçou em linhas gerais o procedimento a ser adotado para a verificação da responsabilidade ministerial, desde a acusação feita pela Câmara dos Representantes até o julgamento pela Câmara dos Pares.

Tratou-se, portanto, para Benjamin Constant de um momento excepcional para pôr em prática sua concepção de Estado constitucional articulada desde o início do século XIX, mesmo tendo ocorrido por meio da aproximação com o Governo de Napoleão I, em relação ao qual fora um dos líderes da oposição. Acusado por seus inimigos políticos de oportunista, tal fato, por si só, constitui um dos aspectos mais polêmicos de sua vida. Conforme sublinha Silvana Mota Barbosa, de modo a minimizar as críticas endereçadas a Benjamin Constant por ter contribuído nos Cem Dias de Napoleão (de 01 março a 22 de junho de 1815), *cotejando as diversas informações sobre sua teoria e sua vida, é possível afirmar que ele não foi apenas o idealizador da ideia de quatro poderes, nem um defensor da monarquia constitucional, mas um pensador preocupado com os impasses que a Revolução Francesa lançara aos homens e também preocupado em estabelecer as condições para o governo representativo.*²¹⁹ Contudo, a mesma pesquisadora alerta aos leitores daquele autor sobre o cuidado que se deve ter ao citá-lo, na medida em que sua obra foi reescrita inúmeras vezes, de acordo com o momento político no qual ele atuava. Para Silvana Mota Barbosa:

A maior parte da produção de Benjamin Constant a respeito do sistema representativo e da organização dos poderes é, assim, um grande emaranhado de edições diferentes, transformadas e reapropriadas em virtude do seu envolvimento na política francesa, e cujo divisor de águas foi esta passagem pelo governo de Napoleão Bonaparte. (...) a questão é como proceder diante da obra de Constant sem reduzi-la a um amontoado de

²¹⁸ De acordo com o *Ato Adicional às Constituições do Império de 22 de abril de 1815*, em seus artigos 38. “Tous les actes du gouvernement doivent être contresignés par un ministre ayant département”; e 39. “Les ministres sont responsables des actes du gouvernement signés par eux, ainsi que de l'exécution des lois”.

²¹⁹ BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e politica imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.53.

citações, desprovidas de historicidade, e que serviriam para comprovar ou negar a tradução de seus escritos para a Constituição do Império.²²⁰

Em que pese as diversas redações dadas a seus textos teórico-políticos, sublinhe-se que a questão da responsabilidade dos ministros de Estado nos sistemas de governo absolutos e de sua diferença com a prevista e regulamentada nos sistemas de governo constitucionais – enquanto meio de se limitar as atribuições exercidas pelo monarca e, dessa forma, indispensável a toda monarquia constitucional – é central no pensamento de Benjamin Constant, à qual esse autor não apenas dedicou o opúsculo *Da Responsabilidade dos Ministros*²²¹, publicado no início de 1815, como também em diversas outras obras anteriores e posteriores ao supracitado título IV do Ato Adicional às Constituições do Império.²²² Para esse autor, em ambos os sistemas de governo há a responsabilidade dos ministros por infrações eventualmente cometidas no exercício do poder que lhes foi conferido, porém, a responsabilidade nas monarquias absolutas é perante o monarca, enquanto que nas monarquias constitucionais, perante a nação.²²³ Benjamin Constant era enfático ao afirmar que os ministros de Estado, nas

²²⁰ BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.53, 59.

²²¹ CONSTANT, Benjamin. *De la responsabilité des Ministres*, Paris, H. Nicolle, 1815. Disponível em : <http://www.droitpolitique.com/spip.php?rubrique36>. Acesso em : 19 de fevereiro de 2016.

Sobre a centralidade da obra de Benjamin Constant na elaboração da *Constituição Política do Império do Brasil*, e a importância de se reavaliar a obra desse pensador, consultar BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001; LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007.

É importante sublinhar que o tema da responsabilidade dos ministros de Estado foi central no debate político francês desde os primórdios da revolução francesa, na medida em que eles incarnavam o arbitrário e o despotismo a ser erradicado no processo revolucionário. Neste sentido ver GLÉNARD, Guillaume. *L'exécutif et la constitution de 1791*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010, p.430-435.

²²² Nesse sentido, o tratamento dispensado à responsabilidade dos ministros de Estado nas obras *Refléxions sur les Constitutions, la distribution des pouvoirs et les garanties dans une monarchie constitutionnelle*, publicado no momento em que se discutia a Carta Francesa de 1814, e sobre o qual afirma Pierre Rosanvallon, de modo a ressaltar a importância do pensamento de Benjamin Constant na Restauração francesa: « Il est frappant de constater, nous y reviendrons, que très peu de publicistes saisissent au printemps de 1814 le mécanisme de la responsabilité ministérielle, qui est pourtant au coeur du système parlementaire » (ROSANVALLON, Pierre. *La Monarchie Impossible: Les Chartes de 1814 et de 1839*. Paris: Fayard, 1994, p.64) ; e *Principes de Politique* de 1815, publicado após os Cem Dias de Napoleão, acrescidos por diversos anexos escritos pelo autor nos anos seguintes (CONSTANT, Benjamin. *Principes de Politique applicables à tous les gouvernements représentatifs et particulièrement à la constitution actuelle de la France*. (1ª edição: 1815) In: CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Paris : Gallimard, 1997, p.303-619.).

²²³ De acordo com Benjamin Constant “le roi n’a pas besoin de convaincre ses ministres d’une faute, d’un crime ou d’un projet coupable pour les renvoyer ; il les renvoie sans les punir : ainsi, tout ce qui est nécessaire a lieu, sans rien de ce qui est injuste ; et, comme il arrive toujours, ce moyen, parce qu’il est

monarquias constitucionais, não eram agentes passivos e cegos do monarca e, desse modo, assumiam a responsabilidade perante a nação pelos atos praticados. Assim, em seu pensamento político, era fundamental a distinção entre os poderes real e ministerial, de modo a possibilitar ao monarca (titular do poder real) a livre nomeação e demissão dos ministros de Estado sem necessariamente os julgar e/ou punir, tal como ocorria nas monarquias absolutas. De acordo com o autor:

Se nós os considerarmos como agentes passivos e cegos, a responsabilidade deles seria absurda e injusta, ou ao menos seria necessário que eles fossem responsáveis perante o monarca pela estrita execução de suas ordens. Mas a constituição quer que eles sejam responsáveis perante a nação, e que em alguns casos as ordens o monarca não possam lhes servir de desculpa. Está claro que eles não são agentes passivos. O poder ministerial, apesar de emanado do poder real, tem entretanto existência realmente separada desde último : e a diferença entre a autoridade responsável e a autoridade inviolável.²²⁴

Desse modo, nas monarquias absolutas, ao se confundirem os papéis exercidos pelos ministros com aqueles reservados ao rei, havia a necessidade de os ministros serem questionados e/ou perseguidos para sua destituição, ao passo que nas monarquias constitucionais não havia relação direta entre demissão (em decorrência de uma eventual infração, ou não) e responsabilidade [penal] dos ministros. Se por um lado, o monarca podia nomear e demitir livremente seus ministros de Estado, por outro o Corpo Legislativo podia responsabilizá-los penalmente a qualquer momento, desde que presente uma das hipóteses elencadas pelo texto constitucional. Em tese, não havia nenhuma relação entre essas ações: tanto um ministro podia ser demitido pelo imperador, no exercício do Poder Moderador, sem ter cometido qualquer infração; quanto podia ser denunciado, acusado e julgado por responsabilidade e, durante todo o processo, permanecer em seu cargo ministerial. Assim, de acordo com o pensador franco-suíço, o *poder real* não era meramente espectador, tal como propunha François-

juste, est encore utile sous un autre point de vue » (CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Paris : Gallimard, 1997, p.329).

Frise-se que esta argumentação articulada por Benjamin Constant foi central nos debates sobre a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado ocorridos na década de 1860 – referentes ao poder pessoal do imperador – e, a seguir, analisados neste capítulo.

²²⁴ Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: « Si on ne les considérait que comme des agents passifs et aveugles, leur responsabilité serait absurde et injuste, ou du moins il faudrait qu'ils ne fussent responsables qu'envers le monarque, de la stricte exécution de ses ordres. Mais la constitution veut qu'ils soient responsables envers la nation, et que dans certains cas les ordres du monarque ne puissent leur servir d'excuse. Il est donc clair qu'ils ne sont pas des agents passifs. Le pouvoir ministériel, bien qu'émané du pouvoir royal, a cependant une existence réellement séparée de ce dernier : et la différence est essentielle et fondamentale, entre l'autorité responsable, et l'autorité investie de l'inviolabilité » (CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Paris : Gallimard, 1997, p.323).

René de Chateaubriand²²⁵, mas deveria agir sempre que o equilíbrio entre os demais poderes se encontrasse ameaçado. Em suas palavras, *quando o rei vê um ministro prestes a cometer uma falta, ele não fica impassível. Ele não deixa cometer uma falta*

²²⁵ François-René de Chateaubriand (visconde de Chateaubriand), nasceu em Saint-Malo, França, a 4 de setembro de 1768 e faleceu em Paris a 4 de julho de 1848. Escritor e político francês.

De acordo com François-René de Chateaubriand, contemporâneo de Benjamin Constant, “o ministério age, erra, cai, e o rei muda seu ministério” (*Apud* BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.70).

Em sentido contrário, Cyril Lynch sublinha a convergência nas concepções de poder real articuladas por Benjamin Constant e François-René de Chateaubriand, ao considera-las “praticamente idêntica[s]” (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.83). No entanto, a citação, feita por Lynch, de um trecho escrito por Chateaubriand, reforça a interpretação dada a esta questão por Silvana Mota Barbosa. De acordo com o escritor e político francês: “A doutrina sobre a prerrogativa régia constitucional é: que nada proceda diretamente do rei nos atos do governo; que tudo seja obra do ministério, mesmo o que se faça em nome do rei e com sua assinatura, projetos de lei, decretos, escolha de homens. O rei, numa monarquia representativa, é uma divindade que nada pode atingir: inviolável e sagrado, ela é ainda infalível; pois, se houver um erro, esse erro é do ministro e não do rei. Assim, pode-se tudo examinar, sem ferir a majestade real, pois tudo decorre de um ministério responsável” (*Apud* LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.83).

De acordo com Silvana Mota Barbosa, “esta é uma das ressalvas de Benjamin Constant às interpretações e apropriações que M. de Chateaubriand fez de seus princípios pois, ainda que este houvesse citado e mesmo parafraseado seus textos, exagerou tais princípios ao ponto de reduzir o rei à qualidade de expectador dos atos de seus ministros” (BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.70).

Sobre o pensamento político de François-René de Chateaubriand, consultar CLÉMENT, Jean-Paul. *Chateaubriand ou la la religion de la liberte*. In: CHATEAUBRIAND, François-René, vicomte de. *De l’Ancien Régime au Nouveau Monde – Écrits politiques* (textes choisis, présentés et annotés par Jean-Paul Clément). Paris : Hachette, 1987, p.9-70; COSTA, Wilma Peres da. *Entre Viena e Verona: Chateaubriand, a confluência dos tempos e dos mundos (1815-1822)*. Guarulhos: Unifesp-Filosofia e Ciências Humanas, s.d. Disponível em: www.humanas.unifesp.br/txtwilma.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2011. Em seu texto, Wilma Peres da Costa tece considerações sobre o papel desempenhado pelos homens de letras na política dos sistemas de governo constitucional, nas primeiras décadas do século dezenove, enquanto formadores de opinião. Para a autora, a trajetória política de François-René de Chateaubriand “permite visualizar a cristalização de novos caminhos de peregrinação que levavam os homens de letras para postos elevados do poder político na nova ordem, atendendo exigências que operavam tanto no interior da vida interna dos estados, como nos cenários da diplomacia. Ainda que de modo mitigado em relação aos momentos mais férvidos do período revolucionário, os governos passavam a depender da formação da opinião, tanto do grupo ainda restrito de eleitores, quanto das vontades inconstantes das câmaras eleitas, ao mesmo tempo em que, no plano externo, a acerba rivalidade que se desenvolvia entre as potências exigia homens dotados de refinada cultura e extrema combatividade, capazes de manejar a pena e a palavra nos jornais, nas tribunas e nos conclave diplomáticos que se tornaram o modo privilegiado de tomada de decisões nos anos que se seguiram as guerras napoleônicas” (COSTA, Wilma Peres da. *Entre Viena e Verona: Chateaubriand, a confluência dos tempos e dos mundos (1815-1822)*. Guarulhos: Unifesp-Filosofia e Ciências Humanas, s.d. Disponível em: www.humanas.unifesp.br/txtwilma.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2011, p.14).

*da qual a nação sofreria a consequência. Ele não força seu ministro, mas demite antes que a falta seja cometida.*²²⁶

Assim, em Benjamin Constant a responsabilidade política dos ministros de Estado existia apenas diante do rei, enquanto Poder Neutro, ao passo que a penal era franqueada ao Poder Legislativo, de acordo com o disposto no texto constitucional. Ou seja, em sua obra, se por um lado, a partir de uma concepção idealizada da experiência legislativo-constitucional britânica, há a clara distinção entre a *responsabilidade penal* e a *responsabilidade política* (diante do Corpo Legislativo, *todas as vezes que eles* [os ministros] *perdem a maioria dentro das assembleias*²²⁷)²²⁸; por outro, frente às particularidades do Reino da França, ainda considerava perigosa a implementação nele dessa segunda forma de responsabilidade. Primeiro, porque os ministros não eram escolhidos, nem agiam de acordo com a maioria parlamentar. Assim, no caso francês, ao substituírem a acusação pelo direito de declararem que os ministros perderam a confiança da nação, sem mesmo necessitar de provas concretas para fundamentar sua decisão (ao contrário do que ocorreria caso fosse apresentada uma acusação formal em face dos ministros de Estado diante da Alta Corte) os membros do Corpo Legislativo atingiriam indiretamente a Coroa, de modo a ferir a prerrogativa real de livremente nomear e demitir seus ministros de Estado:

Os ministros podem se tornar culpados sem que o Monarca tenha agido errado ao nomeá-los, antes que o fossem. Quando os senhores acusam os Ministros, são somente eles que os senhores atacam: mas quando os senhores os declaram indignos da confiança pública, o Príncipe é

²²⁶ Apud BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.70.

Texto original de Benjamin Constant em francês: « quand le roi voit un ministre prêt à faire une faute, il ne reste pas impassible. Il ne laisse pas commettre une faute dont la nation porterait la peine. Il ne force pas son ministère, mais le renvoie avant que la faute ne soit commise » (CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Paris : Gallimard, 1997, p.800).

²²⁷ Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: « toutes les fois qu'ils perdent la majorité dans les assemblées »

²²⁸ Em sentido inverso, fundamentado em parte da historiografia francesa sobre o tema, ver Christian Edward Cyril Lynch: “a responsabilidade dos ministros diante das câmaras era puramente jurídica ou criminal na forma de *impeachment*, e não política, como é característica dos governos parlamentares, tendo o próprio Constant dificuldade em dissociar uma da outra” (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.139).

inculpado quer em suas intenções quer em suas luzes, o que nunca deve acontecer em um governo constitucional.²²⁹

Benjamin Constant considerava claramente distintos os *Poderes Real* (*irresponsável e neutro*) e *Ministerial* (*responsável e ativo*) nas monarquias constitucionais e, essas, das monarquias absolutas, nas quais todos os poderes estatais e, em especial, os poderes real e ministerial se confundiam sob a figura do rei. Dessa forma, vislumbrava na *inviolabilidade do monarca* – fundamentado no secular adágio inglês, *The King can do no wrong* – o primeiro princípio da monarquia constitucional, o qual se referia a uma *imunidade total* em matéria penal, de modo a abranger tanto os atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, quanto todos os demais atos por ele praticados.²³⁰ Assim, para o autor, havia uma relação direta entre o princípio da inviolabilidade do monarca e a responsabilidade ministerial, o primeiro sendo possível em virtude da proclamação da segunda. Esta relação entre a responsabilidade ministerial e a própria existência do sistema de governo constitucional constitui um dos fundamentos do pensamento de Benjamin Constant que o expõe no início de seu opúsculo dedicado a este tema:

A responsabilidade dos ministros e secretários de Estado é a condição indispensável de toda monarquia constitucional. É esta responsabilidade que coloca o Rei em uma esfera à parte sobre todas as agitações do Governo propriamente dito. Ao distinguir entre o poder real e o poder

²²⁹ Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: « Les Ministres peuvent être devenus coupables sans que le Monarque ait eu tort de les nommer, avant qu'ils le fussent. Quand vous accusez les Ministres, ce sont eux seuls que vous attaquez: mais quand vous les déclarez indignes de la confiance publique, le Prince est inculpé ou, dans ses intentions ou dans ses lumières, ce qui ne doit jamais arriver dans un gouvernement constitutionnel » (CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.41).

Nesse sentido, ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.241-243.

²³⁰ De acordo com o político-jurista suíço-francês: « il faut remonter au premier principe de la monarchie constitutionnelle, je veux dire à l'inviolabilité. L'inviolabilité suppose que le Monarque ne peut pas mal faire. Il est évident que cette hypothèse est une fiction légale, qui n'affranchit pas réellement des affections et des faiblesses de l'humanité, l'individu placé sur le trône. Mais l'on a senti que cette fiction légale étoit nécessaire, pour l'intérêt de l'ordre et de la liberté même, parce que sans elle tout est désordre et guerre éternelle entre le Monarque et les factions. Il faut donc respecter cette fiction dans toute son étendue. Si vous l'abandonnez un instant, vous retombez dans tous les dangers que vous ayez tâché d'éviter. Or, vous l'abandonnez, en restreignant les prérogatives du Monarque, sous le prétexte de ses intentions. Car c'est admettre que ses intentions peuvent être soupçonnées. C'est donc admettre qu'il peut vouloir le mal, et par conséquent le faire. Dès-lors vous avez détruit l'hypothèse sur laquelle son inviolabilité repose dans l'opinion. Dès-lors le principe de la monarchie constitutionnelle est attaqué. D'après ce principe, il ne faut jamais envisager dans l'action du pouvoir, que les Ministres ; ils sont là pour en répondre. Le Monarque est dans une enceinte à part et sacrée ; vos regards, vos soupçons ne doivent jamais l'atteindre. Il n'a point d'intentions, point de faiblesses, point de connivence avec ses Ministres, car ce n'est pas un homme ; c'est un pouvoir neutre et abstrait, au-dessus de la région des orages » (CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.66-67)

executivo ou ministerial, ela faz do primeiro uma autoridade neutra e preservadora que decide entre os poderes ativos em caso de dissenso, e que, mantendo-se sempre calma, porque ela nunca se compromete, reestabelece o repouso, reestabelece a tranquilidade, fazendo cessar as lutas, e a ação, afastando os obstáculos.²³¹

Para Benjamin Constant, mais importante do que se efetivamente punir um ministro de Estado, por eventual infração cometida aos textos legais, era a defesa do governo representativo em si e no significado de se possibilitar a abertura de um processo de responsabilidade em face de um membro do Governo. De acordo com o pensador franco-suíço, em seu texto sobre a responsabilidade dos ministros de Estado de 1815, esses seriam frequentemente denunciados, algumas vezes acusados, raramente condenados e quase nunca punidos. Contudo, apesar de parecer absurda essa conclusão, complementava seu pensamento ao perguntar a seu leitor, de maneira provocativa: *se a constituição for livre e a não enérgica, o que importa a punição de um Ministro, quando, atingido por um julgamento solene, retorna à classe vulgar, menos poderoso do que o último cidadão, na medida em que a desaprovação o acompanha e o persegue?*²³²

Cumpra-se notar que, em Benjamin Constant, há a defesa da representação política, e não da monarquia constitucional, propriamente dita. Nesse sentido, tanto sua participação no governo dos Cem Dias de Napoleão I, no qual vislumbrou uma oportunidade para colocar em prática os princípios político-institucionais defendidos em sua obra teórica; quanto as diversas edições de suas obras, nas quais o fio condutor sempre foi a busca dos meios necessários para estabelecer uma constituição durável e consolidar a representação política no conturbado estado francês.²³³ Além disso, a

²³¹ Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: « La responsabilité des Ministres est la condition indispensable de toute monarchie constitutionnelle. C'est cette responsabilité, qui place le Roi dans une sphère à part, au dessus de toutes les agitations du Gouvernement proprement dit. En distinguant entre le pouvoir royal et le pouvoir exécutif ou ministériel, elle fait du premier une autorité neutre et préservatrice, qui départage les pouvoirs actifs en cas de dissentiment, et qui, demeurant toujours calme, parce qu'elle n'est jamais compromise, rétablit le repos, en faisant cesser les luttes, et l'action, en écartant les obstacles » CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.1.

²³² Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: « de la réunion de toutes les dispositions précédentes, il résulte que les Ministres seront souvent dénoncés, accusés quelquefois, condamnés rarement, punis presque jamais (...) Mais si la constitution est libre et si la nation est énergique, qu'importe la punition d'un Ministre, lorsque, frappé d'un jugement solennel, il est rentré dans la classe vulgaire, plus impuissant que le dernier citoyen, puisque la désapprobation l'accompagne et le poursuit? » (CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.70, 73).

²³³ Nesse sentido, ver BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.54-60); FALCÃO, Luís Alves. Benjamin

concepção de *Poder Real* ou *Neutro* distinto do *Poder Ministerial*, defendida por Benjamin Constant, decorria da imagem difusa e idealizada da Inglaterra, no momento da Restauração francesa (1814-1830), enquanto *terra da liberdade governada por sábias instituições representativas*²³⁴. Contudo, tal imagem não correspondia à prática político-institucional da monarquia constitucional inglesa, antes das reformas eleitorais de 1832 e 1867, em que predominavam a corrupção²³⁵ e o sistema de favores entre os ministros e os membros do Parlamento.²³⁶ Mesmo assim, para Pierre Rosanvallon, Benjamin Constant foi um dos raros teóricos a propor uma verdadeira teoria do novo sistema de governo monárquico constitucional a ser edificado na França da Restauração, na medida em que não apenas elaborou uma defesa do bicameralismo, como também procurou descrever com precisão o princípio da solidariedade ministerial, a responsabilidade parlamentar e o mecanismo de dissolução da câmara temporária seguida pela convocação de novas eleições quando o partido majoritário se decompõe.²³⁷ Aliás, foi para solucionar os possíveis conflitos entre os diversos poderes estatais de modo a assegurar o bom funcionamento das instituições que Benjamin Constant articulou a teoria do Poder Neutro de modo a colocar o rei *em uma esfera à*

Constant: os Princípios e as Repúblicas. In: *Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política*, número 3, p. 190-221, 2011.

²³⁴ ROSANVALLON, Pierre. *La Monarchie Impossible: Les Chartes de 1814 et de 1839*. Paris: Fayard, 1994, p. 62. No sentido de que a concepção de poder real elaborada por Benjamin Constant correspondia à observação das práticas adotadas pela monarquia inglesa, consultar BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.76; ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013, p.32-40.

²³⁵ De acordo com J.G.A. Pocock, “corrupção na linguagem do século XVIII – no qual era um termo extremamente comum – significava, não apenas venalidade, mas também perturbação das condições políticas necessárias para a virtude e liberdade humanas” (POCOCK, J.G.A. 1776 – A Revolução contra o Parlamento. (1ª edição do ensaio em inglês: 1976). In: _____. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003, p.275)

²³⁶ ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013, p.36-37 e 39-40.

²³⁷ ROSANVALLON, Pierre. *La Monarchie Impossible: Les Chartes de 1814 et de 1839*. Paris: Fayard, 1994, p.63. Christian Edward Cyril Lynch, a partir das reflexões de Pierre Rosanvallon, afirma: “Essa interpretação da Constituição britânica como *equilibrada* teve um impacto enorme sobre a ideia que os políticos e filósofos continentais formaram do Estado de direito, de sorte que a *via inglesa* passou rapidamente a gozar de grande popularidade entre os combatentes do absolutismo. A Constituição inglesa se converteu num paradigma de governo constitucional e representativo, entendido como um governo misto, cujos poderes eram separados por especialização e se relacionavam por mecanismos de freios e contrapesos, que preservavam o equilíbrio entre a autoridade régia e as representações da nobreza e do povo. Daí os diversos retratos que lhe fizeram autores de língua francesa, entre os quais Lolme e Burlamaqui” (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monárquico: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.32-38, 301).

parte, sobre todas as agitações do governo propriamente ditas.²³⁸ Apenas ao monarca inviolável é possível reestabelecer a ordem, de modo a cessar as lutas e a remover os obstáculos. Conforme sublinha Cyril Lynch:

(...) a figura de Benjamin Constant é especial, pois sua teoria do governo constitucional representativo ocupou até pelo menos a década de 1860 um lugar de absoluta centralidade no panorama do liberalismo franco-continental e ibero-americano. (...) Publicada no começo da Restauração, a obra de Benjamin Constant obteve sucesso internacional quase imediato e durante meio século seu *Curso de Política Constitucional* tornou-se a bíblia do liberalismo continental. Por conseguinte, a teoria do poder régio ou neutro difundiu-se entre todos aqueles que aspiravam a reduzir o poder do monarca.²³⁹

1.8 – Historiografia brasileira, permanências de uma interpretação clássica sobre a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado

Na historiografia brasileira, o tema da responsabilidade dos ministros de Estado, quer seja a penal quer seja a política, costuma estar relacionado ao da natureza, atributos e limites do Poder Moderador. Isso ocorre não apenas porque a *Constituição Política do Império do Brasil*, outorgada por dom Pedro I no dia 25 de março de 1824, proclamou ser o monarca inviolável, sagrado e, dessa forma, irresponsável²⁴⁰; mas, sobretudo, em

²³⁸ Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: « dans une sphère à part, au-dessus de toutes les agitations du Gouvernement proprement dit. » (CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.1).

Sobre o significado da teoria do Poder Neutro na obra de Benjamin Constant, ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.242-243.

Frente aos diversos textos publicados pelo pensador político franco-suíço a respeito do Poder Moderador, desde sua gênese nos *Fragments d'un ouvrage abandonné sur la possibilité d'une république dans un grand pays* de 1803, e as mudanças em seu pensamento, de acordo com as transformações político-institucionais vividas na França do primeiro quartel do século XIX, consultar BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. UNICAMP. Tese de doutorado. 2001, em especial p.49-87.

²³⁹ LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.71.

²⁴⁰ De acordo com o artigo 99 da *Constituição Política do Império do Brasil*: “A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma”.

Nathalie Havas sublinha a importância de se distinguir *inviolabilidade* de *irresponsabilidade*, na medida em que a primeira é muito mais ampla do que a segunda. Ao passo que *inviolabilidade real* é a imunidade total em matéria penal, sejam os atos ligados ou não à função; a *irresponsabilidade* subtrai o rei das consequências dos atos por ele praticados enquanto titular da Coroa. Em relação ao termo *sagrado*, adverte a autora, a referência é a uma dimensão moral e religiosa do monarca: o texto da *Carta Constitucional de 1814* previa, inclusive, a realização da cerimônia de sagração do rei em seu artigo 74, na qual era realizado o juramento do texto constitucional (HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.255-256).

decorrência do modo pelo qual os políticos e juristas do terceiro quartel do século XIX interpretaram o papel a ser exercido pelo imperador, enquanto *chefe supremo da nação e seu primeiro representante*.²⁴¹ Assim sendo, apesar de ter sido amplamente discutido desde as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822), e retomado nas duas câmaras da Assembleia Geral Legislativa, desde sua instalação em 1826²⁴², foram perpetuadas as interpretações elaboradas no acirrado debate jurídico-político travado na década de 1860 na imprensa e no Corpo Legislativo²⁴³, por José Antônio

²⁴¹ Christian Edward Cyril Lynch, ao analisar a origem e os significados dessa expressão no discurso monarquiano presente no *contexto* revolucionário francês de 1789, afirma: “na qualidade de primeira representante da Nação, a Coroa deveria estar devidamente aparelhada para defender o interesse público contra as possíveis inconstâncias, excessos ou facciosismos do Legislativo. (...) Conforme salientava Mirabeau, apenas a Coroa conseguiria reunir todas as parcialidades da Nação e voltar sua atividade para um centro comum, quando ela estivesse em perigo (MIRABEAU, 1996:370). Sendo o Rei “o representante perpétuo do povo”, tais prerrogativas eram essenciais para que a classe política não constituísse uma nova aristocracia”. De acordo com Lynch, essa concepção seria, em 1822, adotada pelos articuladores da independência para construir a tese de que no momento da aclamação, “de corpo presente, a massa da Nação fizera do príncipe o primeiro representante de sua soberania; que ela lhe havia delegado diretamente, sem intermediação, o exercício do poder soberano indispensável para que, naquela qualidade, o Imperador pudesse velar pelos seus interesses; e que correspondia, naturalmente, ao conjunto de prerrogativas que cabiam à Coroa, em qualquer *verdadeira* monarquia constitucional” (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.57-58, 122). Cumpre-se notar que Lynch utiliza o galicismo *monarquiano* (tradução para o português da palavra francesa *monarchien*) para se referir ao “discurso da direita brasileira no período da independência”, o qual não pode ser expresso por meio das palavras *monarquista* ou *monárquica* presentes nos dicionários de língua portuguesa. De acordo com o autor: o discurso monarquiano tentava conciliar, no início da Revolução Francesa, a tradição despótica ilustrada, convertida pelos fisiocratas numa ciência do Estado, com o constitucionalismo liberal que, a partir da interpretação hegemônica da Constituição Inglesa, a descrevia como um governo misto em que o elemento monárquico era fundamental. Para os monarquianos, o monarca era o depositário do interesse público contra as facções; desse seu posicionamento, decorria a defesa de um projeto político caracterizado por um sistema bicameral, em que a câmara vitalícia seria formada de senadores eleitos pelas províncias, mas escolhidos em lista tríplice pelo Rei; e de uma Coroa forte, dotada do direito de veto e de amplas competências governativas” (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.21).

²⁴² Conforme sublinha Cecília Helena de Salles Oliveira, os temas da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado por atos praticados pelo Poder Moderador e da definição do perfil do Estado articulado pela Carta de 1824, foram objeto de debates desde o momento em que esta foi outorgada. De acordo com a autora, “a existência do quarto poder e o perfil do Estado definido pela constituição do Império foram alvos de controvérsias e críticas desde o momento em que dom Pedro I outorgou a Carta em março de 1824. A contundência da oposição aos dispositivos constitucionais nessa época pode ser observada na postura adotada por frei Caneca quanto, às vésperas da Confederação do Equador, recusou-se a jurar a Constituição porque considerava o poder Moderador suporte da centralização política, que condenava, e ‘a chave mestra da opressão da nação brasileira’” In: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. In _____. *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002, p.27.

²⁴³ Silvana Mota Barbosa, em sua tese de doutorado, elabora uma minuciosa análise dos debates, através da imprensa e do *Parlamento*, ocorridos na década de 1860 dos quais resultaram a publicação das principais obras sobre a responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estados pelos atos praticados pelo Poder Moderador (BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.269 a 379).

Pimenta Bueno, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Teófilo Otoni, Paulino José Soares de Sousa e Braz Florentino Henriques de Souza referente ao tema dos limites do Poder Moderador. Suas interpretações, tanto do texto constitucional quanto dos principais acontecimentos da história do império foram tão contundentes e convincentes que suas reflexões embasa(ra)m teórica e factualmente grande parte da historiografia brasileira que lhes seguiu os passos indicados nessas obras seminais.²⁴⁴

No entanto, o enfoque dado pelos juristas no decorrer da década de 1860, logo após o falecimento do marquês de Paraná (1856²⁴⁵), o fim da denominada *política da conciliação* (1853-1856), e o subsequente fortalecimento do partido liberal²⁴⁶, não

²⁴⁴ Sobre a construção de uma memória do Poder Moderador no decorrer do século XIX, a qual impactaria na historiografia elaborada no século seguinte, consultar OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. In _____. *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002, p.27; _____. Contribuição para o estudo do poder moderador. In: _____. BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. *Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010, p.185-235. De acordo com a Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, “o descolamento dessas obras das circunstâncias em que foram produzidas, bem como das lutas político-partidárias de que fizeram parte e registraram a memória, contribuiu para promover uma separação entre os eventos ali relatados e a trama de argumentos criada para lhes dar sustentação e inteligibilidade. São compreendidas até hoje como referenciais, não como textos passíveis de problematização. Ademais sua influência pode ser percebida nas reflexões de historiadores que acabaram por definir premissas com as quais a história do Império vem sendo construída, a exemplo de Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Oliveira Torres e José Murilo de Carvalho” (OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Contribuição para o estudo do poder moderador. In: _____. BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. *Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010, p.189).

²⁴⁵ Honório Hermeto Carneiro Leão (visconde com grandeza em 1852, conde em 1853, depois marquês do Paraná em 1854) nasceu em Jacuí, Minas Gerais, a 11 de janeiro de 1801, e faleceu no Rio de Janeiro, a 03 de setembro de 1856. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1825). Magistrado, aposentou-se como ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Deputado de 1829 a 1841 (da Segunda à Quarta Legislaturas), foi nomeado senador por sua província natal em 1842. Foi diversas vezes ministro de Estado e foi o articulador da chamada *política da conciliação* na primeira metade da década de 1850 (SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres* – volume I: os contemporâneos. Brasília: Senado Federal, 1999 [1ª edição:1859-1860], p.19-24; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.331-332; JANOTTI, Aldo. *O Marquês de Paraná: inícios de uma carreira política num momento crítico da história da nacionalidade*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990).

²⁴⁶ Com o fim da *política da conciliação* articulada pelo marquês de Paraná, os ânimos se exaltaram e os liberais recuperaram o fôlego para voltar à cena política e questionar diversos aspectos do sistema político adotado pela Carta de 1824, dentre os quais, a responsabilidade dos ministros de Estado pelos atos praticados pelo imperador enquanto delegado privativo do Poder Moderador. Sobre o *gabinete* da conciliação e os desdobramentos da morte do marquês de Paraná na década de 1860 consultar ROCHA, Justiniano José da. *Ação; Reação; Transação* (1ª edição: 1855). In: MAGALHÃES, Raimundo (org). *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009; NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, volume I (1ª edição: 1899). Rio de Janeiro: Topbooks, 1998; IGLÉSIAS, Francisco. *Vida Política*, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, volume 3: O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.38-112. Conforme sublinha Silvana Mota Barbosa, na década de 1860 foram “destacadas as diferenças em torno do poder moderador presentes nos princípios de cada grupo (...) as interpretações sobre o poder moderador não estavam dadas a priori e foram resultado dos debates ao longo dos anos 60 em torno da estrutura do Estado monárquico” (BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge*

corresponde exatamente com os questionamentos formulados pelos deputados e senadores durante o Primeiro Reinado, os quais são objeto de análise nesta tese. Ao ler as discussões travadas na década de 1820 com o olhar de 1860, parte da historiografia ora exaltou o regime monárquico constitucional instituído pelo texto constitucional de 1824 – na esteira das interpretações elaboradas pelos conservadores de 1860 –, ora vislumbrou a *constitucionalização do absolutismo*²⁴⁷ – tal como denunciavam os periódicos liberais do terceiro quartel do século dezenove. Nesse segundo sentido, os argumentos utilizados pelo *Diário do Rio de Janeiro* (em 1860) na defesa da responsabilidade dos ministros de Estado pelos atos praticados pelo imperador no exercício do Poder Moderador, os quais foram analisados por Silvana Mota Barbosa. De acordo com esse periódico: *Todos os que compreendem o valor das liberdades e garantias constitucionais, estão persuadidos de que praticamente não passam elas de fantasmagoria; pois que o que temos realmente é o absolutismo, sem uma só de suas vantagens, disfarçado com as fórmulas constitucionais, e com todas as desvantagens deste sistema de governo.*²⁴⁸ Sublinhe-se que, em ambos os casos, distanciou-se dos anseios, das dúvidas e das estratégias que moviam as ações daqueles homens que conduziram a política do Império do Brasil entre a abertura da Assembleia Geral Legislativa e a abdicação de dom Pedro I.

Nos primeiros anos de vigência da *Constituição Política do Império do Brasil*, em especial após a abertura da Assembleia Geral Legislativa em 1826²⁴⁹, conforme analisado a partir do próximo capítulo desta tese, a principal preocupação dos membros do Poder Legislativo – os senadores e os deputados – foi encontrar meios para a consolidação do sistema de governo²⁵⁰ monárquico hereditário constitucional

Monárquica: o poder moderador a e politica imperial. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.273).

²⁴⁷ Neste sentido, consultar BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil* (1ª edição: 1988). Brasília: OAB Editora, 2008, p.105-107.

²⁴⁸ Editorial programa, *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de março de 1860, Apud BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e politica imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.276.

²⁴⁹ A Assembleia Geral Legislativa foi aberta por dom Pedro I no dia 06 de maio de 1826, mais de dois anos após a outorga da *Constituição Política do Império do Brasil* pelo mesmo imperador.

²⁵⁰ Em relação às expressões *forma*, *sistema* e *regime político(s)*, utiliza-se a conceituação jurídica adotada por Manuel Gonçalves Ferreira Filho e a maior parte dos constitucionalistas brasileiros até hoje: “*Forma de governo* é a definição abstrata de um modo de atribuição de poder. (...) *Sistema de governo* é a decorrência de cada uma dessas formas, traduzidas em normas que a institucionalizaram. É o sistema que se imprime na constituição. (...) *Regime de governo* é o modo efetivo por que se exerce o poder num determinado Estado em determinado momento” (FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional* (16ª edição). São Paulo: Saraiva, 1987, p.71).

representativo²⁵¹ proclamado pela Carta de 1824 em seu artigo terceiro.²⁵² Com esse propósito de vislumbrar limites à atuação do imperador, construindo-lhe um papel possível e viável, não apenas através das atribuições exercidas enquanto delegado²⁵³ privativo do Poder Moderador, mas também enquanto chefe do Poder Executivo, por meio de seus ministros e secretários de Estado, era central nas discussões travadas em ambas as Câmaras legislativas.²⁵⁴ Se na década de 1860, o questionamento se relacionava ao fortalecimento da autoridade do monarca, e a responsabilidade pelos atos por ele praticados, frente ao esmaecimento das disputas entre os políticos ministeriais e os da oposição²⁵⁵; no período objeto desta tese, o esforço era mais construtivo, no sentido de articulação de um monarca de acordo com os novos tempo que se inauguravam com a proclamação de um regime de governo constitucional e representativo para o nascente Império do Brasil.

²⁵¹ No recém-emancipado Estado do Brasil, o sistema de governo monárquico escolhido pelos redatores da *Constituição Política do Império do Brasil* foi triplamente adjetivado. Não se tratava apenas de uma *monarquia hereditária* – o que conduzia à concepção absoluta de governo –, mas também *representativa* – de modo a enfatizar o papel desempenhado pelos representantes da nação, o imperador e a Assembleia Geral, na condução do novo Estado fruto da independência frente a Portugal – e *constitucional* – ou seja, regulado por uma lei fundamental, um corpo de normas que se posicionava acima de todas as demais de forma a organizar o Estado e garantir os direitos e liberdades individuais. Em relação ao adjetivo *constitucional*, sublinha Lúcia Maria Pereira das Neves: “nas primeiras décadas do século XIX os vocábulos constitucional/constituição e liberal/liberalismo estavam muito próximos, de forma que defender a Constituição significava estar de acordo com os princípios norteadores do liberalismo político, e vice-versa” (NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Revan, 2003 (Tese de doutorado em História Social – 1992), p.141-153).

²⁵² De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 3: “O seu Governo é Monárquico Hereditário, Constitucional, e Representativo”.

²⁵³ Cumpre-se notar que o verbo delegar (“dar a sua jurisdição, poder, autoridade a outro, que faça às vezes do delegante” de acordo com MORAES SILVA, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa – recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, p.524) é utilizado apenas duas vezes na *Constituição Política do Império do Brasil* – nos artigos 13 e 98 (referentes, respectivamente, aos poderes Legislativo e Moderador) e, em ambos, para reforçar a concepção de que os poderes estatais pertenciam à Nação (conforme disposto no artigo 12 – “Todos estes Poderes no Império do Brasil são delegações da Nação”).

²⁵⁴ Na primeira década da independência, a grande preocupação de todos não era a articulação político-institucional de um sistema de governo monárquico parlamentar ou mesmo do parlamentarismo, o qual, aliás, ainda não tinha sido concebido em nenhum estado até aquele momento. Neste sentido consultar ROSANVALLON, Pierre. *La Monarchie Impossible: Les Chartes de 1814 et de 1839*. Paris: Fayard, 1994 ; LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monárquico: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007. Sobre a construção do regime parlamentar na França, experiência constitucional inúmeras vezes citada pelos membros do Poder Legislativo nas discussões legislativas, consultar LAQUIÈZE, Alain. *Les origines du régime parlementaire em France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002; NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L’Harmattan, 2011, p.313-318; HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012.

²⁵⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, volume 5: O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.61.

No Império do Brasil, coube a José Antônio Pimenta Bueno²⁵⁶ a elaboração da primeira síntese sobre o tema da responsabilidade dos ministros de Estado ao propor uma interpretação da *Constituição Política do Império do Brasil* em 1857²⁵⁷, no viés teórico defendido pelos conservadores.²⁵⁸ Para o jurista paulista, os atos praticados pelo imperador no exercício do Poder Moderador eram apenas autenticados pelas assinaturas dos ministros e secretários de Estado de modo que esses não intervinham no exercício daquele poder. Assim, não havia que se falar em responsabilidade dos ministros e secretários de Estado por esses atos, mas, apenas, dos conselheiros de Estado pelos conselhos que dessem opostos às leis, *a quem juraram fidelidade, ou quando no silêncio delas são eles manifestamente dolosos*. E complementava o autor:

Nem se diga que sua audiência é de pouca importância, por isso que seu voto é puramente consultivo, e pode por isso ser preterido. Posto que puramente consultivo é uma soma de votos de alta garantia; se não é unânime, obtém-se a segurança da responsabilidade dos que se pronunciaram em favor da medida adotada; se é unânime, nunca ou quase nunca essa unanimidade, essa força moral será preterida.²⁵⁹

Ou seja, para Pimenta Bueno, o Conselho de Estado retomava a relevância que possuía na redação original do texto constitucional, na qual, em virtude do disposto em seu artigo 142, a consulta pelo imperador era obrigatória para o exercício de todas as

²⁵⁶ José Antônio Pimenta Bueno (visconde com grandeza, em 1867, depois marquês de São Vicente, em 1872), nasceu em Santos, São Paulo, a 4 de dezembro de 1803, e faleceu no Rio de Janeiro, a 19 de fevereiro de 1878. Doutor em Ciências Sociais e Jurídicas pela faculdade de direito de São Paulo (na primeira turma desta instituição criada pela lei sancionada pelo imperador no dia 11 de agosto de 1827). Magistrado, aposentou-se como ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Pela província de São Paulo foi eleito deputado (para a Sexta Legislatura, 1845-1847) e nomeado senador em 1853. Como senador Pimenta Bueno apoiou a *política da conciliação* conduzida pelo marquês do Paraná. Em 1859, dois anos após publicar sua análise da Carta de 1824, passou a integrar o Conselho de Estado. Exerceu os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, depois da Justiça e de Presidente do Conselho de Ministros (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, p.303-304; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.467-468; KUGELMAS, Eduardo. Pimenta Bueno, o jurista da Coroa, In: SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.46-49)

²⁵⁷ SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857).

²⁵⁸ Trata-se de obra redigida durante o *Ministério Paraná*, responsável pela articulação da *política da conciliação*, e publicada logo após o falecimento do marquês de Paraná em 1856. Neste sentido, consultar BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.306-309; KUGELMAS, Eduardo. *Pimenta Bueno, o jurista da Coroa*, In: SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.46-49.

²⁵⁹ SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.292.

atribuições conferidas ao Poder Moderador, salvo a de livremente nomear e demitir ministros e secretários de Estado.²⁶⁰ Assim, o autor lamentava, inclusive, o fato de naquele momento a consulta àquele órgão não ser mais obrigatória, nos termos do artigo 7 da lei nº 234 de 23 de novembro de 1841.²⁶¹ Destarte, o autor não apenas restaurava a função constitucional do Conselho de Estado, como também relativizava a função de Presidente do Conselho de Ministros, criada em 1847. Conforme sublinha Cyril Lynch, *para o marquês, o governo parlamentar deveria se acomodar com uma interpretação literal do texto constitucional, segundo a qual a direção da alta política incumbia ao Imperador, ficando o Presidente do Conselho em segundo plano.*²⁶²

No que se refere ao Poder Executivo, a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado assumia o papel de anteparo do imperador frente a eventuais usurpações ou desvios por eles cometidos, de modo que *todas as vezes que um ministro violar a Constituição ou as Leis, ou seja, contra o Estado ou contra os particulares, pode ou deve ser chamado à responsabilidade*, nos termos do disposto na lei da responsabilidade de 15 de outubro de 1827. Para o autor, *o monarca nunca pode querer o mal, apenas poderá, um ou outra vez, enganar-se sobre os meios de fazer o bem, e então cumpre ao ministro demonstrar-lhe respeitosamente o como esse equívoco afeta ou contraria a lei.*²⁶³

²⁶⁰ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 142: “Os Conselheiros serão ouvidos em todos os negócios graves, e medidas gerais da publica Administração; principalmente sobre a declaração da Guerra, ajustes de paz, negociações com as Nações Estrangeiras, assim como em *todas as ocasiões, em que o Imperador se proponha exercer qualquer das atribuições próprias do Poder Moderador*, indicadas no Art. 101, a exceção da VI” (grifos meus).

²⁶¹ SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.291-292.

De acordo com a lei nº234 de 23 de novembro de 1841, em seu artigo 7, caberia ao imperador optar por ouvir ou não seu Conselho de Estado: “Incumbe ao Conselho de Estado consultar em todos os negócios, *em que o Imperador Houver por bem ouvi-lo*, para resolvê-los; e principalmente: 1º Em todas as ocasiões, em que o Imperador se propuzer exercer qualquer das atribuições do Poder Moderador, indicadas no artigo cento e um da Constituição. 2º Sobre declaração de guerra, ajustes de paz, e negociações com as Nações estrangeiras. 3º Sobre questões de presas, e indenisações. 4º Sobre conflitos de jurisdição entre as Autoridades Administrativas, e entre estas, e as Judiciárias. 5º Sobre abusos das Autoridades Eclesiásticas. 6º Sobre Decretos, Regulamentos, e Instruções para a boa execução das Leis, e sobre Propostas, que o Poder Executivo tenha de apresentar á Assembleia Geral” (grifos meus).

²⁶² LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.209.

²⁶³ SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.341-342.

Sublinhe-se apenas que as afirmações de Pimenta Bueno constituem não uma descrição do que vigorava naquele momento²⁶⁴, mas a articulação e sistematização de uma interpretação para o texto da Carta constitucional de 1824, que de um lado foi aprofundada em autores conservadores como o Visconde do Uruguai e Brás Florentino, e de outro foi severamente criticada pelos liberais na década de 1860, dentre os quais se destaca Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Para Zacarias de Góis²⁶⁵, apesar de o Poder Moderador ser prerrogativa do imperador (de acordo com o artigo 98 da Carta de 1824), essa não excluía nem a intervenção dos conselheiros de Estado com os seus conselhos e com a garantia de sua responsabilidade pelos conselhos manifestamente dolosos que derem opostos às leis e aos interesses de Estado; nem a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pela sua execução. Casos em que a responsabilidade – quer do conselheiro de Estado, quer dos ministros e secretários de Estado – preservaria o monarca das críticas elaboradas pela opinião pública. E, nesse sentido, afirmava que *a ideia de que a referenda dos ministros nos atos do Poder Moderador serve apenas para atestar que a assinatura é realmente do imperador, tem o duplo inconveniente de descobrir a coroa e de rebaixar o ministério*.²⁶⁶ Desse modo, a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pelos atos do imperador, enquanto delegado privativo do Poder Moderador, decorria do espírito da constituição que, ao afirmar ser o monarca inviolável e sagrado ao mesmo tempo estabelecia implicitamente a responsabilidade de todos os titulares de pastas ministeriais por aqueles atos²⁶⁷: (...) *a pessoa, a quem esse poder superior se*

²⁶⁴ Nesse sentido, o amplo debate descrito por Silvana Mota Barbosa sobre a responsabilidade ministerial na imprensa no decorrer da década de 1860 (BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.269-305).

²⁶⁵ Zacarias de Góis e Vasconcelos, nasceu em Valença, Bahia, a 5 de novembro de 1815 e faleceu no Rio de Janeiro, a 28 de dezembro de 1877. Doutor em Direito pela faculdade de direito de Olinda, onde se tornou professor. Magistrado. Foi eleito deputado pela província da Bahia e nomeado senador em 1864. Foi presidente do Conselho de Ministros em três momentos na década de 1860: articulou os *gabinetes* de 24 de maio de 1862 (o denominado *ministério dos três dias*), 15 de janeiro de 1864 e 3 de agosto de 1866. Conservador nos primeiros anos de sua atuação na política, passou para o partido liberal em 1862. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: sétimo volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1902, p.408-410; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. In _____. *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002, p.9-58)

²⁶⁶ VASCONCELOS, Zacarias de Goes de. *Da natureza do Poder Moderador*. (Introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira) (1ª edição: 1860; 2ª edição revista e ampliada: 1862) São Paulo: Editora 34, 2002, p.86.

²⁶⁷ VASCONCELOS, Zacarias de Goes de. *Da natureza do Poder Moderador*. (Introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira) (1ª edição: 1860; 2ª edição revista e ampliada: 1862) São Paulo: Editora 34, 2002, p.95.

*delega, quaisquer que sejam as suas virtudes e talentos, é um homem, e o homem, colocado no cume do poder, está naturalmente exposto ao erro, senão ao abuso. O Poder Moderador vigia as Câmaras, os ministros, os tribunais. Mas o Poder Moderador quem o vigiará? 'Quis cutodiet custodem?'*²⁶⁸

Zacarias de Góis vislumbrava na *Constituição Política do Império* uma *metafísica constitucional*, ao engendrar a divisão das atribuições do imperador à frente dos dois Poderes Estatais que lhe foram por ela delegados – o Moderador e o Executivo. E, dessa forma, não havia que se distinguir a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado frente aos atos praticados pelo imperador enquanto delegado *privativo* do Poder Moderador ou chefe do Poder Executivo. Em ambos os casos, emergia a responsabilidade dos titulares das diversas pastas ministeriais enquanto agentes que tudo fazem em nome do imperador. No entanto, alertava o autor, *a divisão de que se trata não embaraça que os ministros se cheguem à Coroa no exercício do Poder Moderador para esclarecê-la com os seus conselhos, e cobri-la com a sua responsabilidade, porque, de outra sorte, tornar-se-ia ela irremediavelmente alvo de imputações de que, por utilidade pública, deve estar isenta.*²⁶⁹

Coube ao visconde do Uruguai²⁷⁰ aprofundar as ideias expostas por Pimenta Bueno e sistematizar a crítica formulada pelos conservadores ao panfleto de Zacarias de Góis.²⁷¹ Contudo, cumpre-se notar que, se de um lado, o visconde do Uruguai integrava

²⁶⁸ VASCONCELOS, Zacarias de Goes de. *Da natureza do Poder Moderador*. (Introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira) (1ª edição: 1860; 2ª edição revista e ampliada: 1862) São Paulo: Editora 34, 2002, p.93.

²⁶⁹ VASCONCELOS, Zacarias de Goes de. *Da natureza do Poder Moderador*. (Introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira) (1ª edição: 1860; 2ª edição revista e ampliada: 1862) São Paulo: Editora 34, 2002, p.86.

²⁷⁰ Paulino José Soares de Souza (visconde com grandeza de Uruguai em 1854), nasceu em Paris, França, a 4 de outubro de 1807, e faleceu no Rio de Janeiro, a 15 de julho de 1866. Coursou a Universidade de Coimbra, mas finalizou o curso de ciências jurídicas e sociais na faculdade de São Paulo (1831). Magistrado. Foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro na Assembleia Geral Legislativa (da Terceira à Sétima Legislaturas, de 1834 a 1848), nomeado senador – pela mesma província, em 1849 e conselheiro de Estado em 1853. Exerceu os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, em diversos períodos. (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.519-520).

²⁷¹ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial* (1ª edição: 1986). São Paulo: Hucitec, 2004, p.196-197; BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.326.

Em alguns trechos de seu *Estudo* o visconde de Uruguai é expresso ao se contrapor a Zacarias de Góis, como por exemplo no seguinte: “Em um folheto publicado em 1860, intitulado *Da natureza e limite do poder Moderador*, geralmente atribuído à pessoa que tem brilhado e brilha pela sua posição, merecimento e luzes, encontro, entre outras com as quais não conformo, a asserção seguinte: (...) Felizmente não é exata a referida asserção, e se não vejamos” URUGUAI, Paulino José Soares de Souza, visconde do.

o Conselho de Estado desde 1853 (ou seja, a partir deste cargo foi que redigiu seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo*) e Pimenta Bueno, pouco depois de publicar seu livro sobre o *direito público brasileiro*, foi nomeado conselheiro de Estado (1859); por outro, Zacarias de Góis foi três vezes nomeado presidente do Conselho de Ministros, no decorrer da década de 1860. Ou seja, o debate sobre o tema da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado pelos atos do Poder Moderador ocupava o centro da arena política.²⁷² Conforme sublinha Silvana Mota Barbosa:

(...) nesta discussão em torno da monarquia parlamentar é possível notar a interpretação que faziam do Brasil da década de 1860. Uruguai negava a existência de partidos definidos exatamente num momento de redefinições políticas, quando estavam se aproximando conservadores moderados e liberais para a formação da Liga, depois Partido Progressista. Talvez por esse motivo, considerasse a prática partidária ainda mal organizada no Brasil. Além disso, um conselheiro já há muitos anos presente na política nacional poderia de fato considerar “os moços” da Câmara mal preparados para participarem do ministério. Zacarias de Góis, por sua vez, quando preparou a 2ª edição de seu panfleto, já tinha passado pela experiência de ser o primeiro deputado escolhido pelo Imperador para organizar um Gabinete. Foi, contudo, uma experiência fugaz, pois o ministério durou apenas 6 dias, sendo substituído em 30 de maio de 1862 pelo gabinete do Marquês de Olinda.²⁷³

Para Uruguai, a *Constituição Política do Império do Brasil* distinguia claramente os Poderes Moderador e Executivo, tanto que apenas em relação ao segundo havia a previsão da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, na medida em que esse Poder Estatal, cuja chefia pertencia ao Imperador, era exercido pelos ministros e secretários de Estado: *não é ele [o imperador] o Poder Executivo. É somente chefe do Poder Executivo*, proclamava o visconde do Uruguai²⁷⁴ em oposição a Zacarias de Góis.²⁷⁵ Assim, em sua análise, considerar os ministros e secretários de Estado

Ensaio sobre direito administrativo (1ª edição: 1862). In: *Visconde de Uruguai*. Introdução e organização de José de Murilo de Carvalho. São Paulo, Editora 34, 2002, p.349.

²⁷² JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.129-149, 426-427.

²⁷³ BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.335.

²⁷⁴ URUGUAI, Paulino José Soares de Souza, visconde do. Ensaio sobre direito administrativo (1ª edição: 1862). In: *Visconde de Uruguai*. Introdução e organização de José de Murilo de Carvalho. São Paulo, Editora 34, 2002, p.338.

²⁷⁵ De acordo com Zacarias de Góis, para fundamentar a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado tanto para os atos provenientes do Poder Executivo quanto do Moderador, *o imperador é o poder Executivo, como é o Moderador* (VASCONCELOS, Zacarias de Goes de. *Da natureza do Poder*

responsáveis pelos atos do Poder Moderador, utilizando-se, muitas vezes, da prática e da doutrina elaboradas no exterior, significava tanto desconsiderar a obra dos redatores da Carta de 1824, quanto infringir o texto constitucional. De acordo com o autor:

(...) aplicai a referenda e a responsabilidade aos atos do poder Moderador; o imperador, pelas mesmas razões não será também o poder Moderador, mas simplesmente chefe do poder Moderador. Ora isso é contra a constituição. A constituição distingue formalmente no imperador representante e chefe supremo da nação, a quem ela delegou privativamente as atribuições que formam o poder Moderador; e o chefe do poder Executivo. Esta distinção é importantíssima na nossa Constituição, e é mais uma prova da sua grande sabedoria.²⁷⁶

Frente aos inúmeros exemplos colhidos tanto na doutrina quanto na prática de outros Estados, elencados no texto de Zacarias de Góis, o visconde do Uruguai citava, como fundamento de seu *Ensaio*, os discursos proferidos pelos senadores e ministros e secretários de Estado nas legislaturas passadas, em especial nas sessões de 1841²⁷⁷, de modo a sublinhar a especificidade da experiência brasileira na construção do Poder Moderador, além de resgatar a obra política de dom Pedro I. Cumpre-se notar que o *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, escrito pelo visconde do Uruguai, insere-se no esforço de reavaliação do Governo de dom Pedro I, empreendido pelos conservadores, na década de 1860, e foi publicado no mesmo ano em que se inaugurou a estátua equestre do primeiro imperador na Praça da Constituição.²⁷⁸

Na medida em que os políticos-juristas da década de 1860, a partir de questionamentos específicos da política neste momento histórico, relacionaram a questão da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado à dos limites do

Moderador. (Introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira) (1ª edição: 1860; 2ª edição revista e ampliada: 1862) São Paulo: Editora 34, 2002, p.84).

²⁷⁶ URUGUAI, Paulino José Soares de Souza, visconde do. *Ensaio sobre direito administrativo* (1ª edição: 1862). In: *Visconde de Uruguai*. Introdução e organização de José de Murilo de Carvalho. São Paulo, Editora 34, 2002, p.350.

²⁷⁷ BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e politica imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.33, nota 141.

²⁷⁸ Sobre a polêmica em torno da construção e inauguração deste monumento consultar SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroadada. O Brasil como Corpo Político Autônomo- 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999, capítulo 8; RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Memória em bronze, estátua equestre de dom Pedro I. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999; KNAUSS, Paulo. A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2014.

Poder Moderador²⁷⁹, parte da historiografia seguiu esse movimento e interpretou o Primeiro Reinado sob esse foco. Desse modo, frente a essa historiografia, matizada pelas recentes contribuições historiográficas²⁸⁰, analisar-se-á, nesta tese, aquela questão, com a qual se encontra intrinsecamente relacionada a dos pedidos de informações e das solicitações de esclarecimentos, a partir da visão articulada pelos deputados e senadores, entre si e com membros dos Poderes Executivo e Moderador, nas discussões legislativas travadas no decorrer do Primeiro Reinado, de 1826 a 1830. Além disso, verificar-se-á o quanto essa discussão representou uma estratégia por eles elaborada para a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824, através do estabelecimento de limites às amplas atribuições

²⁷⁹ Sobre a polêmica travada entre Zacarias de Góis e o visconde do Uruguai consultar BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas; LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007.

²⁸⁰ Dentre as obras dedicadas à compreensão do Poder Moderador desde suas fontes teóricas até o amplo debate ocorrido nas décadas de 1850 e 1860, referente à responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, ver Silvana Mota Barbosa (BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001; _____. Vontade irresponsável e poder responsável Benjamin Constant e o sistema representativo no Império. In: RIBEIRO, Gladys Sabina. (Org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política: 1822-1930*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p.131-148), Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira (OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. In _____. *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002, p.9-58. _____. Teoria política e prática de governar: o delineamento do Estado imperial nas primeiras décadas do século XIX. In: _____. PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (org.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006. _____. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.15-54. _____. Contribuição para o estudo do poder moderador. In: _____. BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. *Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010, p.185-235. _____. A carta de 1824 e o poder do monarca: memórias e controvérsias em torno da construção do governo constitucional do Brasil. In: _____. BERBEL, Márcia (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, p.219-250), e Christian Edward Cyril Lynch (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007). No que se refere a trabalhos dedicados a outros temas que abordaram aspectos relacionados às conexões da elaboração da lei da responsabilidade ministerial com os temas centrais de suas respectivas pesquisas, destacam-se as obras de Andréa Slemian (SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2009 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2006), Tâmis Parron (PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (dissertação de Mestrado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2009), Aline Pinto Pereira (PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007, 269f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007) e João Victor Caetano Alves (ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013).

conferidas pelo texto constitucional ao imperador, de modo a tornar seu papel possível e viável, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa.²⁸¹

Em abstrato, a *Constituição Política do Império do Brasil* conferiu ao imperador – quer à frente do Poder Moderador, quer à frente do Executivo – diversas atribuições; porém o papel a ser por ele efetivamente exercido à frente das atribuições que lhe foram conferidas em abstrato pelo texto constitucional foi objeto de ampla discussão na qual os membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa desempenharam papel fundamental.²⁸² Desse modo, os questionamentos dos atos dos ministros e secretários de Estado, no decorrer do Primeiro Reinado, quer através de pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos, quer através da formalização de denúncias por eventuais infrações cometidas aos textos legais, nos termos da lei da responsabilidade, a ser elaborada pelo Corpo Legislativo, eram meios de se problematizar as atribuições, exclusivas ou não, conferidas ao monarca à frente, respectivamente, dos Poderes Moderador e Executivo.²⁸³ Isso ocorria porque, apesar de,

²⁸¹ Cumpre-se lembrar que, pelo menos, desde os desdobramentos político-institucionais da Revolução do Porto de 1820 na América portuguesa, o papel reservado ao rei em uma monarquia constitucional era objeto de amplo debate. Nesse sentido, Cecília Helena de Salles Oliveira sublinha: “as polêmicas envolvendo o lugar a ser ocupado pelo rei em um governo constitucional, manifestaram-se com veemência na Corte do Rio de Janeiro, logo no início de 1821, quando das movimentações de rua que obrigaram o governo joanino a reconhecer a “regeneração da monarquia portuguesa” e a jurar as bases da futura constituição que as Cortes em Lisboa deveriam elaborar. Foi nesse momento, também, que ganharam ressonância artigos e propostas presentes no texto constitucional produzido pelas Cortes de Cádiz, em 1812” (OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. A carta de 1824 e o poder do monarca: memórias e controvérsias em torno da construção do governo constitucional do Brasil. In: ____; BERBEL, Márcia (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, p.237). E, a partir desta ideia, a autora elenca diversos projetos de governo constitucional que foram articulados no ano da independência e no decorrer das discussões na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823.

²⁸² Em sentido diverso ao proposto nesta tese, na qual se vislumbra, desde as sessões preparatórias da Assembleia Geral Legislativa de 1826, um confronto entre os membros do Poder Legislativo, de um lado, e os dos poderes moderador e Executivo, de outro, encontram-se autores que procuraram mostrar uma comunhão de propósitos e objetivos entre os membros desses três poderes e, se atritos porventura ocorriam, eles decorriam de situações excepcionais, e eram rapidamente solucionados. Refiro-me aos trabalhos de Eder da Silva Ribeiro (RIBEIRO, Eder da Silva. *O Conselho de Estado no tempo de DOM Pedro I: um estudo da política e da sociedade do Primeiro Reinado (1826 – 1831)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2010) e João Victor Caetano Alves (ALVES, João Victor Caetano. *O Conselho de Estado e o Princípio da Divisão de Poderes (1828 – 1834)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado, 2008). Em ambas as monografias, os autores estudaram o Conselho de Estado e refletiram sobre o diálogo estabelecido entre os poderes estatais. Onde nesta tese são vislumbrados conflitos, eles sublinharam a harmonia de propósitos.

²⁸³ Na análise de aspectos específicos da lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, sem contudo se aprofundar na abordagem deste tema – de modo a analisar o impacto político-institucional da discussão legislativa travada no decorrer do Primeiro Reinado –, consultar, no tocante ao tráfico de escravos e à formação de uma política da escravidão no Império do Brasil, PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

no plano teórico sistematizado por Benjamin Constant²⁸⁴, o *poder real* (exercido diretamente pelo imperador, enquanto *chefe supremo da nação e seu primeiro representante*, denominado Poder Moderador na Carta de 1824²⁸⁵) não se confundia com o *poder ministerial* (exercido pelos ministros e secretários de Estado, nomeados diretamente pelo imperador), na prática político-institucional do Primeiro Reinado ambos se relacionavam diretamente com a pessoa do monarca, na medida em que eram

(dissertação de Mestrado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2009), p.72-80. Sobre a relação entre a continuidade do conflito da região do Prata e a aprovação da lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado consultar PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008); PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007, 269f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.

²⁸⁴ Sublinhe-se que não apenas os deputados e os senadores da Primeira Legislatura, mas também a maior parte da historiografia dedicada ao Primeiro Reinado se referem a Benjamin Constant como a principal referência teórica dos redatores do texto constitucional de 1824, no que se refere à adoção da *teoria dos quatro poderes*. Neste sentido, consultar as recentes pesquisas acadêmicas, parte delas publicadas, desenvolvidas por Sylvana Mota Barbosa, Christian Edward Cyril Lynch e Vantuil Pereira (BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001; LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007; PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008).

²⁸⁵ Silvana Mota Barbosa analisa a escolha da palavra “moderador” pelo legislador constitucional e não a considera fortuita, “mas obra deliberada para garantir que este poder ao mesmo tempo conferisse ao monarca a capacidade de mediar, de conter os extremos [no sentido do substantivo “moderador”], mas também de fato lhe possibilitava ser aquele que reina, governa e dirige [no sentido do verbo “moderar”]” (BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e política imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p.85). Cumpre-se lembrar que o termo fora utilizado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, José Joaquim Carneiro de Campos e João Severiano Maciel da Costa durante as discussões legislativas na Assembleia Geral Legislativa e Constituinte de 1823, sendo que os dois últimos integraram o Conselho de Estado criado e nomeado pelo imperador com a finalidade de redigir um projeto de constituição (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.125-136).

A Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – denominada “Assembleia Luso-brasiliense” pelo decreto de sua convocação, datado de 03 de junho de 1822 – funcionou de 03 de maio a 12 de novembro de 1823. Ao dissolver a Constituinte, d.Pedro I prometeu a imediata convocação de um Conselho de Estado para a elaboração de um texto constitucional, o que ocorreu no dia seguinte ao da dissolução. Pelo decreto de 13 de novembro de 1823 foram nomeados: seis ministros e secretários de Estado (de acordo com a lei de 20 de outubro de 1823, pela qual se extinguiu o Conselho de Procuradores de Província e se instituiu, provisoriamente, um Conselho de Estado composto pelos ministros do imperador) – recém-nomeados pelo imperador; mais quatro ex-deputados constituintes pela província do Rio de Janeiro (o desembargador do Paço Antônio Luiz Pereira da Cunha, os conselheiros da Fazenda barão de Santo Amaro e José Joaquim Carneiro de Campos; e, Manoel Jacinto Nogueira da Gama). Dentre os ministros (todos foram deputados constituintes nas Cortes de Lisboa, 1820-1822), três foram deputados constituintes em 1823 – dois pela província de Minas Gerais (João Severiano Maciel da Costa e João Gomes da Silveira Mendonça) e um pela da Bahia (Luís José Carvalho e Melo).

por ele (in)diretamente exercidos.²⁸⁶ Ou seja, não havia no Império do Brasil um *poder real, neutro e intermediário*²⁸⁷, separado dos demais poderes, o qual apenas se manifestava para reestabelecer a harmonia entre eles, de acordo com a síntese elaborada pelo pensador político franco-suíço em suas reflexões sobre o tema, objeto de reflexão no capítulo anterior desta tese. Aliás, a própria arquitetura do texto constitucional, ao dispor os Poderes Moderador e Executivo como capítulos sob o título quinto – *Do imperador* –, e dar novo sentido à expressão *chave de toda a organização política*, proposta por Benjamin Constant²⁸⁸, favorecia esta interpretação, qual seja, a afirmação de um monarca, sob o qual se confundiam ambos os Poderes, dotado do papel de mantenedor da *independência, equilíbrio, e harmonia dos mais poderes políticos* (de acordo com o disposto na *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 98, *in fine*²⁸⁹). E, desse modo, dom Pedro I se posicionou em praticamente todo o Primeiro Reinado, com algumas particularidades analisadas a seguir nesta tese.

²⁸⁶ Nesse sentido, carta de dom Pedro I à Schäffer, datada de 13 de junho de 1824, ordenando-lhe o envio de mais *homens para soldados* a despeito da ordem em sentido contrário expedida pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, número 75, parte II, p.127; reiterador por MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 2, p.178-179).

²⁸⁷ Neste sentido, as atribuições conferidas ao monarca, enquanto delegado privativo do Poder Moderador (de acordo com o disposto no artigo 101 da *Constituição Política do Império do Brasil*): face às infrações ministeriais, à atribuição de os demitir e os nomear livremente (§6); face a um projeto de lei contrário aos interesses da nação, a atribuição de o vetar (§3); face ao Corpo Legislativo, as atribuições de prorrogar, de adiar, de dissolver a Câmara dos Deputados (em caso de salvação do Estado) e de convocar a Assembleia Geral Extraordinária, quando assim o pedir o bem do Estado (§§2 e 5); face aos conselhos provinciais, a atribuição de aprovar ou suspender interinamente suas resoluções (§4); face ao Poder Judiciário, as atribuições de perdoar ou moderar as penas impostas aos condenados, de anistiar e de suspender os magistrados por queixas contra eles formuladas pelos cidadãos (§§ 7 a 9).

²⁸⁸ CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Paris : Gallimard, 1997, p.799.

²⁸⁹ De acordo com o artigo 98 da *Constituição Política do Império do Brasil*: “O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que *incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos*” (grifos meus).

CAPÍTULO 2 – Por uma lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado para o nascente Império do Brasil

Neste capítulo será analisado em que medida a discussão do tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, em plenário, abrangeu a totalidade do papel reservado ao imperador, quer enquanto delegado privativo do Poder Moderador quer como chefe do Poder Executivo, de modo a, por meio dela, serem articulados limites às amplas atribuições que lhe foram conferidas, em abstrato, pela Constituição Política do Império do Brasil, construindo-lhe um papel possível e viável, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa. Assim, verificar-se-á o quanto os deputados – depois de discutirem e defenderem a urgência da elaboração e aprovação da lei da responsabilidade dos ministros e Secretários de Estado e os questionarem, desde o início da Primeira Legislatura, através de reiterados pedidos de informações e das solicitações de esclarecimento – visaram aspectos práticos do exercício do poder pelo imperador, e não a elaboração e a teorização desse assunto, nos moldes da empreendida pelos parlamentares brasileiro na década de 1860, e objeto de reflexão no capítulo anterior.

Em relação à verificação da responsabilidade dos ministros de Estado, sublinhe-se que, a princípio, a *referenda* era a assinatura aposta por um ou mais titulares de pastas ministeriais nos atos praticados pelo imperador, quer como chefe do Poder Executivo quer como delegado privativo do Poder Moderador. Contudo, se por um lado, em virtude do disposto no artigo 132 da *Constituição Política do Império do Brasil*, não se questionava a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pelos atos praticados no exercício do Poder Executivo por eles referendados; por outro, havia divergências sobre o significado da referenda ministerial nos atos emitidos pelo imperador enquanto delegado privativo do Poder Moderador. E, nesse segundo caso, a principal questão era definir se a(s) assinatura(s) era(m) meramente certificadora(s) da firmada pelo monarca (ou seja,), ou se, em virtude da inviolabilidade e irresponsabilidade do imperador, o(s) signatário(s) de seus atos assumia(m) a responsabilidade pelo que neles era vinculado. Em outras palavras, nesse segundo caso, a referenda possuía ou função formal jurídica – enquanto mera certificação de uma assinatura –, a qual já existia no Antigo Regime; ou função substancial ou política,

característica de regimes parlamentares – os quais, nas primeiras décadas do século XIX, não estavam ainda claramente delimitados. Conforme analisado no Capítulo 1, na década de 1860, travou-se amplo debate sobre esse tema entre os defensores e os opositores da ideia da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pelos atos do Poder Moderador. Contudo, qual o sentido da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado na primeira década da independência? Quais os objetivos dos membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa ao discutirem o texto do projeto de lei da responsabilidade a ser aprovado e, posteriormente, encaminhado ao imperador para sanção? Cumpre-se inclusive notar que nem o substantivo *referenda* (ou mesmo a forma masculina do mesmo – *referendo*) nem o verbo *referendar* estavam presentes no dicionário de Antônio Moraes Silva de 1813²⁹⁰, o que é um indício da novidade político-institucional do tema a ser discutido no decorrer da Primeira Legislatura.

Nesse capítulo, em primeiro lugar, serão analisadas as discussões travadas na Câmara dos Deputados tanto sobre a urgência de se regulamentar a questão da responsabilidade, prevista pelo texto constitucional em diversos dispositivos; quanto sobre a abrangência do projeto de lei a ser discutido em plenário: se geral, de modo a abranger todos os funcionários públicos, ou se particular, referente apenas aos ministros e secretários de Estado e aos conselheiros de Estado (subtítulo 2.1). A seguir, no subtítulo 2.2, narrar-se-á como ocorreu a discussão do projeto de lei da responsabilidade na Câmara dos Deputados, artigo por artigo, de modo a ser objeto de deliberação ambos os projetos de lei elaborados pela comissão de leis regulamentares, o particular e o geral. Além disso, verificar-se-á como, através da discussão desse projeto de lei, não apenas foram descritas novas condutas infracionais, como também foi abordada a questão da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado – e, indiretamente, a do imperador – pelo desenrolar dos acontecimentos na Bacia do Prata. A seguir (subtítulo 2.3), serão objeto de reflexão as emendas feitas pelos senadores ao projeto de lei original, elaborado pelos deputados. Por fim, examinar-se-á como os deputados articularam, antes mesmo do início da discussão do projeto de lei da responsabilidade em plenário, um mecanismo de controle dos atos dos titulares das diversas pastas

²⁹⁰ MORAES SILVA, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa – recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813. CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.XV, 670.

ministeriais, de modo a obrigá-los a um posicionamento tanto a respeito do estado do Governo e da Administração Pública, quanto das demais questões que diuturnamente chegavam ao plenário: os pedidos de informações e/ou solicitações de esclarecimentos articularam (subtítulo 2.4).

2.1 – Sem lei de responsabilidade não há constituição...²⁹¹ – projeto de lei geral versus projeto de lei particular

No decorrer das sessões de 1826 e 1827 – frente ao quadro teórico elaborado por Benjamin Constant e publicística francesa do primeiro quartel do século XIX (objeto de reflexão no capítulo primeiro desta tese, cujos conceitos parcialmente foram reelaborados ao serem inseridos na *Constituição Política do Império do Brasil*²⁹²), e de se construir um papel possível e viável ao imperador –, ficou consolidada a argumentação elaborada por Bernardo Pereira de Vasconcelos (deputado eleito pela província de Minas Gerais)²⁹³ no sentido da urgência de a Assembleia Geral Legislativa primeiro regulamentar a responsabilidade dos diversos agentes da administração pública

²⁹¹ Trecho do discurso proferido por Vasconcelos na sessão do dia 09 de maio de 1826 em defesa da urgência de se elaborar uma lei da responsabilidade (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 09 de maio de 1826, p.34). Em sentido semelhante, posicionar-se-iam diversos deputados no decorrer das duas primeiras sessões anuais legislativas da Primeira Legislatura, dentre os quais Batista Pereira, na sessão do dia 30 de maio de 1826, ao proclamar que “Enquanto não existir essa lei de responsabilidade, não haverá senão o poema da constituição” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.186).

²⁹² Nesse sentido, a apropriação feita pelo legislador brasileiro do conceito de *Poder Moderador* que, na versão de Benjamin Constant era simplesmente o poder neutro, régio, inerte, irresponsável – órgão imparcial, detentor de um poder discricionário –, cuja distinção do Poder Executivo é que era considerada a *chave* de todo o sistema de governo por ele concebido. Na versão brasileira, o *Poder Moderador* se tornou ele próprio a *chave* de toda organização política (*Constituição Política do Império do Brasil*, artigo 98; LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.74-77).

²⁹³ Bernardo Pereira de Vasconcelos (Vasconcelos) nasceu em Ouro Preto (então Vila Rica, capital da província de Minas Gerais), a 27 de agosto de 1795 e faleceu no Rio de Janeiro, a 1º de maio de 1850. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra e, inicialmente, atuou na magistratura. Foi juiz de fora e desembargador da relação do Maranhão. Eleito deputado geral pela sua província natal, para a Primeira Legislatura, permaneceu na Câmara dos Deputados até 1838, quando foi eleito e nomeado senador pela mesma província. Durante o período regencial, exerceu o cargo de ministro dos negócios da fazenda (1831), da justiça (1837) e do Império (1840), momento em que foi afastado após enviar o projeto de adiamento da declaração da maioridade do então príncipe d. Pedro – futuro II do nome (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: primeiro volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, p.415-416; CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. São Paulo: Editora 34, 1999, p.9-36).

para, a seguir, acusar aqueles que eventualmente infringiram algum dispositivo legal.²⁹⁴ Afirmava o deputado mineiro: *sem lei de responsabilidade não há constituição. Não há leis para fazer marchar a constituição: e a primeira que se deve fazer é aquela que há de marcar a natureza dos delitos dos funcionários públicos, e a ordem do respectivo processo.*²⁹⁵

E, sempre que algum deputado acusava algum ministro e secretário de Estado pela eventual infração de dispositivos constitucionais, Vasconcelos reafirmava sua defesa de primeiro ser elaborada a lei da responsabilidade para depois denunciar, acusar, julgar e punir os responsáveis.²⁹⁶ Nesse sentido, as considerações feitas por ele, ao não

²⁹⁴ Na historiografia, apesar de nenhum autor se dedicar especificamente ao tema da elaboração da lei da responsabilidade, há um consenso sobre o empenho de Vasconcelos na aprovação dessa lei. Nesse sentido, dentre outros, ver BROSSARD de Souza Pinto, Paulo. *O impeachment*. Porto Alegre: Globo, 1965 (1ª tiragem: 1964), p.18-20; PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. 2012, 302f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, p.19, 198, 204-206;

²⁹⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 09 de maio de 1826, p.34.

Cyril Lynch, em sua tese sobre o discurso monarquiano, aborda a questão da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, sob o viés do controle da constitucionalidade conferido à ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa pela *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 15, §9: “É da atribuição da Assembleia Geral: §9. Velar na guarda da Constituição, (...)” Para o autor, a responsabilidade foi uma arma política que os deputados se utilizaram, diante da ausência de um poder imparcial ao qual pudessem recorrer, em caso de eventuais violações da constituição pelo Governo. Além disso, para o autor “nomeados e demitidos *livremente* pelo Imperador, eram de sua exclusiva confiança que os secretários de Estado dependiam, razão pela qual eles não se sentiam obrigados a se apresentarem aos deputados”. Ou seja, para Cyril Lynch não há qualquer articulação de outro mecanismo de controle dos atos ministeriais, construídos pelos deputados no decorrer da Primeira Legislatura, salvo uma *arma política* que foi o controle da constitucionalidade através da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado. Frente a esse quadro, o denominado *ministério Barbacena* foi uma exceção, um experimento de governo parlamentar, cuja *queda*, juntamente com a radicalização do espectro político e a queda de Carlos X (1757-1836, reinado: 1824-1830) na França, acarretou o fim do próprio Primeiro Reinado (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.158-162). Nesta tese, reflete-se como desde o início da Primeira Legislatura, a articulação de mecanismos de controle dos atos ministeriais foi uma das principais preocupações dos deputados da oposição que obtiveram grandes conquistas através da consolidação de mecanismos como os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos e a aplicação da lei da responsabilidade por eles redigida, aprovada por ambas as Câmaras e sancionada pelo imperador. Cumpre-se sublinhar que, nesse último caso, sem a vontade política de ambas as Câmaras, e mesmo do imperador, seria impossível regulamentar o disposto na Carta de 1824 em relação à responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e, desse modo, construir um papel possível e viável ao imperador, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa.

²⁹⁶ Sobre a atuação de Bernardo Pereira de Vasconcelos na defesa da urgência da elaboração da lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, consultar PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. 2012, 302f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. p.204-206. Contudo, apesar de pertinente sua análise, essa autora acompanha a atuação do deputado mineiro sem se questionar sobre o autoelogio por ele feito em relação a sua própria atuação como deputado.

considerar urgente a indicação de Manuel José de Albuquerque (deputado eleito pela província do Ceará) referente à morte de quinhentos e cinquenta e três recrutas vindos de sua província para a corte no Rio de Janeiro²⁹⁷:

A indicação é muito importante, e contudo não a julgo urgente; porque não sou da opinião do ilustre deputado, que a propôs, de que o ministério não é o culpado. *Eu falo com a constituição*, e digo que o ministério é culpado, porque deve fazer verificar a responsabilidade dos empregados subalternos; e *não há melhor meio para o caso presente, do que esperar-se pela lei da responsabilidade dos ministros*; então chamar-se-á o ministro competente, para se saber a razão porque não fez castigar o causador ou causadores de tal assassinato.²⁹⁸ (grifos meus)

Contudo, esse posicionamento adotado por Vasconcelos, a princípio, não foi consenso e houve a defesa da punição imediata dos culpados pelas eventuais infrações, ao disposto no texto legal, cometidas antes mesmo da elaboração da lei exigida pelo texto constitucional, através da aplicação das disposições contidas no Livro quinto das Ordenações Filipinas, pelo qual as infrações eventualmente cometidas seriam pelo Poder Judiciário: *Não é a falta da lei da responsabilidade, que pode obstar as diligências, a que somos obrigados*, afirmava Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (deputado eleito pela província de São Paulo)²⁹⁹, e, no mesmo sentido, posicionavam-se

Assim Aline Pereira Pinto não problematiza a narrativa feita por Vasconcelos em sua *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*, um texto redigido para o convencimento dos eleitores mineiros para a reeleição de seu autor para o cargo de deputado geral nas eleições de 1828.

²⁹⁷ O episódio da morte dos recrutas vindos do Ceará e este primeiro debate sobre o tema, ocorrido em maio de 1826, foi narrado por Pereira da Silva (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.110-113), no entanto, o autor não desenvolveu as relações existentes entre esta discussão e a gênese da lei da responsabilidade penal dos ministros de Estado e o mistura com outra discussão ocorrida em julho do mesmo ano referente aos recrutamentos forçados ocorridos em Minas Gerais durante os festejos de *Corpus Christi*.

Retoma-se no tópico seguinte a análise dessa indicação elaborada por Albuquerque e seu impacto na articulação de mecanismos de controle dos atos dos ministros e secretários de Estado, tais como os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos.

²⁹⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.42. Cumpre-se lembrar que, durante a Restauração francesa (1814-1830), apesar dos cinco projetos de lei apresentados por membros do Corpo Legislativo, não se obteve sucesso na regulamentação dos artigos da *Carta Constitucional de 1814* referentes à responsabilidade dos ministros de Estado. Nesse sentido ver capítulo primeiro desta tese.

²⁹⁹ Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Vergueiro) nasceu em Bragança (Portugal), a 20 de dezembro de 1778, e faleceu no Rio de Janeiro, a 17 de setembro de 1859. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, exerceu a advocacia em São Paulo desde 1805. Retirou-se para sua fazenda em Ibicaba, onde iniciou o trabalho livre com colonos europeus. Deputado por São Paulo nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa e na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, foi nomeado senador em 1828. Exerceu o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do império

José Lino dos Santos Coutinho³⁰⁰, José Custódio Dias³⁰¹ e Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque³⁰² (deputados eleitos pelas províncias da Bahia, de Minas Gerais e de Pernambuco, respectivamente).

Frente ao posicionamento supracitado, adotado por parte dos deputados, o que provocava a indignação de Vasconcelos, era o fato de as Ordenações, e demais diplomas jurídicos portugueses, não estarem de acordo com o novo sistema jurídico-penal previsto na Carta de 1824.³⁰³ Assim, questionava o deputado mineiro, seus pares

(1832) e da justiça (1847) (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: sexto volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p.313).

³⁰⁰ José Lino dos Santos Coutinho (Lino Coutinho), nasceu em Salvador, a 31 de março de 1784, e faleceu a 24 de julho de 1836. Diplomou-se em medicina na Universidade de Coimbra. Foi eleito deputado pela Bahia nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa e nas duas primeiras legislaturas da Assembleia Geral Legislativa. Eleito para a terceira legislatura, não tomou posse para se dedicar à direção da recém-criada faculdade de medicina da Bahia (BOAVENTURA, Edivaldo M. A educação brasileira no período joanino. In: _____. *A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afro descendência*. Salvador: EDUFBA, 2009, p.129-141). <http://books.scielo.org>.

³⁰¹ Custódio Dias, mesmo após ter se convencido da necessidade da elaboração de uma lei da responsabilidade, sempre defendia a imediata punição dos infratores do texto constitucional, frente à notícia de alguma infração, aplicando-se-lhes o disposto nas Ordenações Filipinas, apesar de todas as iniquidades destas: “O livro quinto das ordenações me contentaria, se ele fosse aplicado aos criminosos, assim como tem muitas vezes sido aos inocentes” *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.173).

José Custódio Dias (Custódio Dias), padre, nasceu em Nazaré, em 1767 e faleceu em Alfenas, a 7 de janeiro de 1838. Foi eleito deputado para as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, mas não tomou posse. Foi eleito deputado pela província de Minas Gerais na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, e nas três primeiras legislaturas da Assembleia Geral Legislativa. Foi nomeado senador em 1835. Era proprietário da Chácara da Floresta, onde costumavam se reunir os deputados liberais, em grande parte questionadores dos amplos poderes exercidos pelo imperador.

³⁰² Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, nasceu em 1780 e faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de outubro de 1844. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (1806), exerceu diversos cargos na magistratura. Foi nomeado desembargador da Relação da Bahia em 1818, da Casa de Suplicação do Rio de Janeiro em 1819, Corregedor do Crime da Corte e Casa em 1827 e ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1828. Foi eleito deputado pela província de Pernambuco na Primeira Legislatura e, durante seu mandato foi nomeado senador pela mesma província, em 28 de junho de 1828 (em substituição a Antônio José Duarte de Araújo Gondim, falecido antes de tomar posse). Uma de suas filhas se casou com Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o primeiro visconde com grandeza de Albuquerque (biografia disponível no sítio <http://www.stf.jus.br/portal/ministro>. Acesso em: 20 de junho de 2016; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.31-32).

³⁰³ Sobre as avaliações negativas feitas pelos deputados sobre os dispositivos legais, sobretudo em matéria criminal, das Ordenações Filipinas, e as medidas adotadas para revogar paulatinamente esta legislação, as quais não se limitaram somente à elaboração de códigos, tais como o criminal (1830), processo criminal (1832) e comercial (1850) consultar DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, Motins e Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal*. In _____. (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2008, p.9-67. COSTA, Vivian Chierigati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-independência*. 2013, 361f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.47 a 84.

na câmara temporária, ao defender o projeto de lei geral da responsabilidade, ou seja, para todos os empregados públicos, por ele redigido:

Podem-me apontar alguns artigos da nossa legislação, que na realidade tendem a punir os funcionários públicos, ou lhes podem ser aplicáveis; porém, se nós os examinarmos com atenção, conheceremos, que são totalmente inexecutáveis no tempo presente. São leis atrozés, são leis bárbaras, são leis compiladas no livro 5º das ordenações filipinas. E como se pode tolerar, que no século 19º, século tão iluminado se conservem tais leis em todo o seu vigor? Seria justo que o ministro de estado, ou outro grande funcionário sofresse a simples pena de perdimento do emprego, ou de prisão por aquele mesmo delito, pelo qual outro empregado de menos consideração fosse conduzido ao cadafalso? Seria decoroso que semelhante prática fosse decretada por uma lei feita no século 19º nesta assembleia geral? Qual seria o magistrado, qual seria o ministro de estado que faria executar uma lei tão bárbara?³⁰⁴

Grande parte dos temas abordados pela Carta de 1824 dependia de regulamentação legal para serem efetivamente adotados e/ou aplicados. Assim, ao tratar da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, o artigo 134 remetia expressamente o intérprete da constituição a uma *lei particular*, a qual ainda não existia no ordenamento jurídico brasileiro. Da mesma forma que as *qualidades precisas* para se obter uma carta de naturalização ainda não tinham sido estabelecidas pela lei indicada em abstrato pelo texto constitucional em seu artigo 6, V. De modo que, no Senado, na sessão do dia 26 de maio de 1826, para auxiliar na condução dos trabalhos legislativos, foi lida a *tabela das leis regulamentares indicadas na constituição* elaborada por Visconde de Nazaré³⁰⁵, Francisco Carneiro de Campos³⁰⁶ e José Antônio Rodrigues de

³⁰⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.164).

³⁰⁵ Clemente Ferreira França (visconde com grandeza em 1824, marquês de Nazaré em 1826) nasceu na Bahia em 1774 e faleceu no Rio de Janeiro a 11 de março de 1827. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra (1797). Ouvidor na província de Pernambuco, durante o governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro – o qual, anos depois, seria o primeiro a chefiar Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça criada através do decreto de 03 de julho de 1822. Citado na *Memórias históricas da Revolução de Pernambuco*: “O ouvidor foi um homem tão ambicioso de riqueza que nunca subministrou justiça senão a quem lhe apresentou maior soma de dinheiro, dando lugar com este procedimento a mil roubos, mil desordens que sempre ficaram impunes” (*Memórias históricas da Revolução de Pernambuco*. In: *Documentos Históricos – Revolução de 1817*. Volume CVII, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1955, p.231). Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, segundo titular dessa Secretaria de Estado, de 10 de novembro de 1823 a 21 de novembro de 1825, novamente nomeado para este cargo no dia 15 de janeiro de 1827, nele permanecendo até seu falecimento em março do mesmo ano. Integrou o Conselho de Estado responsável pela redação da Carta de 1824 e, em 1826, foi nomeado senador (pela província da Bahia, 12º colocado na lista tríplice enviada por essa

Carvalho³⁰⁷, na qual foram elencados vinte e seis dispositivos constitucionais pendentes de regulamentação na *Constituição Política do Império do Brasil* de 1824 – os artigos 6, §5; 20; 89; 97; 131; 134; 150; 153; 156; 162; 163 e 164; 168; 169; 179; 179, §§ 4, 6 a 10, 17, 22, 26 a 28, 33 e 35.³⁰⁸

Frente a essa urgência apresentada pela necessidade de serem elaboradas diversas leis regulamentares para a consolidação e efetiva aplicação da Carta de 1824, a Câmara dos Deputados aprovou, na sessão do dia 9 de maio de 1826, três dias após a sessão imperial de abertura, a criação da *comissão de leis regulamentares*, para a qual foram escolhidos como membros: Vergueiro, Vasconcelos, Costa Aguiar³⁰⁹, Almeida e Albuquerque e Lino Coutinho.³¹⁰ A princípio, houve uma discussão sobre qual deveria ser o primeiro projeto de lei regulamentar a ser discutido pela Câmara dos Deputados.

província) pelo imperador (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: segundo volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p.123-124; JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.308-309; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), p.182-183, 350-351, notas 214 e 215).

³⁰⁶ Francisco Carneiro de Campos nasceu na Bahia, cerca de 1765 e faleceu no Rio de Janeiro, a 08 de dezembro de 1842. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. Magistrado, foi intendente do ouro, desembargador da Relação da Bahia (ambos em 1821) e desembargador da Casa de Suplicação (1824). Foi secretário da Junta Provisória da Bahia (eleita em 21 de fevereiro de 1822). Foi deputado na Assembleia Geral Legislativa e Constituinte de 1823 e nomeado senador, em 1826, pela província da Bahia. Exerceu o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de outubro de 1830 a abril de 1831(JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.25-28; Dados biográficos disponíveis em: <http://www.stf.jus.br/>. Acesso em 13 de julho de 2016).

³⁰⁷ João Antônio Rodrigues de Carvalho natural da província do Ceará, faleceu a 04 de dezembro de 1840. Magistrado. Ouvidor do Crato. Em carta imperial de 17 de janeiro de 1829, expedida em vista do decreto de 17 de dezembro de 1828, teve a nomeação de Chanceler-Mor do Império, em substituição de Pedro Machado de Miranda Malheiro, nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: terceiro volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p.327).

³⁰⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 26 de maio de 1826, p.143.

³⁰⁹ José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada (Costa Aguiar), sobrinho de José Bonifácio, nasceu em Santos, a 15 de outubro de 1787, e faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de junho de 1846. Bacharel em Leis, exerceu diversos cargos na magistratura. Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço (12 de outubro de 1826), tornou-se ministro do Supremo Tribunal de Justiça, logo após a criação deste tribunal em 1828. Deputado eleito pela província de São Paulo nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, na Assembleia Geral Legislativa e Constituinte de 1823 e na Primeira Legislatura da Assembleia Geral Legislativa (1826-1829) (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quinto volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p.150-152).

³¹⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessões dos dias 29 e 10 de maio de 1826, p.36.

Para Vasconcelos, em primeiro lugar deveria ser discutido o projeto de lei da responsabilidade; para Custódio Dias, o da liberdade de imprensa; para Clemente Pereira, o da publicação das leis.³¹¹ No entanto, foi vencedora a tese defendida por Vasconcelos, ainda não definido se extensiva a todos os empregados públicos ao apenas aos ministros e conselheiros de Estado; o que revela o quanto a câmara temporária estava preocupada com as infrações diuturnamente cometidas pelo Governo e buscava, através dessa lei, não apenas controlar os atos por aquele praticados, como também construir um papel possível e viável ao imperador, de modo a delimitar suas atribuições e indicar os responsáveis pelos atos por ele realizados.

Assim, após vinte dias de discussões, nas sessões dos dias 29 e 30 de maio foram apresentados dois projetos de lei da responsabilidade, um de caráter geral – para todos os empregados públicos, neles compreendidos os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado – elaborado por Vasconcelos, Vergueiro e Costa Aguiar, com restrições³¹²; e, outro particular³¹³ – para os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado – elaborado por Almeida e Albuquerque, Lino Coutinho, e Costa Aguiar – com restrições.³¹⁴

³¹¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, p.34, 41, 48-49, respectivamente.

³¹² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 29 de maio de 1826, p.168-175.

³¹³ Particular no sentido atribuído a este adjetivo pela Carta de 1824, ao afirmar, em seu artigo 134 que “Uma *Lei particular* especificará a natureza destes delitos, e a maneira de proceder contra eles” (grifos meus).

³¹⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.176-179. Na versão original, a numeração dos artigos foi feita em algarismos romanos, ver em *Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil*, números 16 e 17, p.194-202 e 205-209).

Na sessão do dia 30 de maio de 1826, Costa Aguiar explicou porque assinou ambos os projetos *com restrições*: em sua opinião ambos os projetos deveriam ser fundidos em um só, com a divisão da questão da responsabilidade em três títulos, “no 1º dos quais se tratasse da responsabilidade dos ministros e conselheiros de estado, no 2º da responsabilidade de todos os outros empregados públicos, e no 3º do processo competente. Como porém minhas observações não foram ouvidas, e eu achasse nestes projetos algumas matérias, que me pareceram dignas de aprovação, tomei por isso a resolução de assinar ambos com restrições, não só para salvar-me de alguma incoerência, como também porque não podia adivinhar qual deles fosse preferido” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.181)

Sobre a discussão entre os deputados que defendiam a aprovação de uma lei particular para os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado e aqueles favoráveis à discussão de uma lei geral para todos os empregados públicos, consultar SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2009 (tese de

Por um lado, o projeto de lei particular não apenas era muito menor, com 44 artigos (frente os 129 artigos do projeto de lei geral para todos os empregados públicos); como também acompanhava o texto do artigo 133 da *Constituição Política do Império do Brasil* ao elencar os delitos, e restringia o projeto à regulamentação da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado. Por outro, no projeto de lei geral, havia uma pormenorizada descrição das condutas praticadas por cada um dos empregados públicos, inclusive com a descrição de situações específicas para os ministros e secretários de Estado, como no caso de *por meio de ameaças, de dádivas, ou meramente de promessas tentar[em] nas eleições ganhar votos a favor do indivíduo designado*, hipótese em que seriam privados de seus empregos, e inabilitados para jamais o servirem (artigo 13); ou mesmo o de *substituindo qualquer juiz de Direito que não tenha perdido o lugar por sentença, o não empregar*, situação que que o infrator seria condenado à inabilitação para qualquer emprego público, *além dos prejuízos que com o seu procedimento inconstitucional tiver causado* (artigo 22). Conforme afirmou Almeida e Albuquerque, durante a discussão que se seguiu à apresentação dos projetos:

Este projeto [de lei geral] é verdadeiramente um código imenso: as ordenações, e mais leis existentes ficam compreendidas na sua disposição; e bem se vê a revolução, que pode causar de repente no nosso atual sistema de legislação, que deve sim ser reformado, mas com método, e com discrição; sendo além disto para notar-se, que aquele projeto qualifica como crimes, porque devam responder os empregados públicos, muitos fatos, que realmente pertencem a outras classes de delitos.³¹⁵

Verifica-se, ao comparar os dois projetos apresentados, que por um lado, no relatado por Vasconcelos as condutas puníveis foram classificadas de acordo com a atribuição reservada pelo texto constitucional infringida pelos empregados públicos em geral e não a partir dos parágrafos do artigo 133 da Carta de 1824, tal como fez o projeto de lei particular. Em um mesmo capítulo, há delitos praticados por ministros e secretários de Estado, subordinados, autoridades militares, civis, eclesiásticas, dentre outras. Por outro, no projeto de lei particular ficava expresso que tudo o que ali estava

doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2006), p.176-182).

³¹⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.182.

disposto se referia aos ministros e secretários de Estado e aos conselheiros de Estado, os quais, inclusive tinham direito a uma forma de julgamento específica prevista pelo texto constitucional.

Em relação às penas previstas nos dois projetos apresentados pelos membros da comissão de leis regulamentares, ambos previam a pena de morte para os casos de traição, contudo, no relatado por Vasconcelos havia menor flexibilidade no abrandamento da pena do que no de Almeida e Albuquerque. Além disso, o projeto de lei geral se referia, ao descrever as condutas ilícitas, expressamente a diversos comportamentos que, diuturnamente, provocavam a indignação da nação brasileira, tais como: a interferência dos ministros e secretários de Estado no processo eleitoral, o acúmulo indiscriminado de cargos e pensões por senadores, os atos praticados por omissão e a não apuração da responsabilidade dos subalternos por eventuais infrações, ao disposto no texto legal, cometidas muitas vezes fora de suas atribuições legais.

No que se refere ao processo, ambos os projetos não estabeleciam um prazo prescricional para a apresentação da denúncia, porém o de Vasconcelos era mais amplo, na medida em que não limitava a cidadãos brasileiros o direito de denunciar os ministros e secretários de Estado, nas hipóteses em que não havia interesse próprio envolvido no caso. Na fase do processo transcorrido na Câmara, havia uma distinção fundamental em ambos os projetos de lei, submetidos à análise pelo plenário, ao passo que o geral estabelecia que a resposta pelo ministro e secretário de Estado denunciado, bem como o pedido de novas provas para a análise da possibilidade ou não da acusação por uma comissão especial, deveria ser feito no momento anterior à redação do decreto acusatório e à definição de seus efeitos, os quais eram imediatamente executados – ou seja, antes da apresentação da acusação junto ao Senado:

Art.13. (...)

- 1º. Ficar o acusado suspenso do exercício de todas as funções públicas, até final sentença.
- 2º. Ficar sujeito á acusação criminal.
- 3º. Ser preso nos casos em que pela lei tem lugar a prisão.
- 4º. Ficar impedido até final sentença para ser proposto para outro emprego, ou nele provido.

5º. A suspensão de metade do ordenado, ou soldo, que tiver, e sua perda efetiva se não for afinal absolvido.³¹⁶

No projeto de lei particular, havia apenas a previsão da oitiva das testemunhas, na fase do processo transcorrida na Câmara dos Deputados, para a verificação do cabimento ou não da acusação no Senado, através de parecer elaborado pela comissão de constituição. Em relação à eventual prisão do *denunciado*, ela era decidida apenas após a apresentação da ata da acusação no Senado, com todas as peças de denúncia e inquirição de testemunhas, e escolha de cinco juízes de direito *ad hoc* dentre os senadores – excluídos os ministros e conselheiros de Estado. Dessa forma, o ministro ou conselheiro de Estado permanecia até o final do processo como *denunciado* e apenas se manifestava a respeito da denúncia formulada pelos deputados na segunda fase do processo, transcorrida no Senado, após a escolha dos juízes de direito e de fato. Sublinhe-se que, para o julgamento pelo Senado, ambos os projetos de lei apresentados, tanto o geral quanto o particular, previam a verificação da responsabilidade por juízes de direito e de fato, excluídos os ministros e conselheiros de Estado, os senadores escolhidos juízes de direito e aqueles que foram recusados pelo ministro e secretário de Estado acusado.

Apresentados os dois projetos de lei da responsabilidade pela comissão de leis regulamentares – um geral e outro particular –, *teve lugar um vivo, e aturado debate* entre os deputados, no qual, num primeiro momento, ambos foram considerados constitucionais (a partir de uma indicação de uma questão prejudicial formulada por Vergueiro)³¹⁷; para, a seguir, após a impressão dos dois projetos, deliberar-se em favor da elaboração de uma lei particular.³¹⁸

³¹⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 29 de maio de 1826, p.174.

³¹⁷ De acordo com Vergueiro (com o apoio de Custódio Dias, Lino Coutinho), antes de escolher qual projeto de lei da responsabilidade a ser objeto de deliberação em plenário, deveria se verificar qual estava ou não de acordo com o texto constitucional: se o projeto de lei referente aos ministros e conselheiros de Estado, ou se o projeto referente a todos os empregados públicos. De acordo com a argumentação do deputado eleito pela província de São Paulo, se fosse considerado restritivamente o disposto no artigo 134 da Carta de 1924 referente à exigência de uma *lei particular* para a regulamentação da responsabilidade dos ministros de Estado, ambos os projetos deveriam ser considerados inconstitucionais, na medida em que ambos não se limitaram ao tratamento deste delitos: no relatado por Almeida e Albuquerque, foram regulamentada a responsabilidade dos conselheiros de Estado juntamente com a dos ministros e secretários de Estado; e no relatado por Vasconcelos, a de todos os empregados públicos. Tratava-se, portanto, de uma decisão que deveria ser adotada antes mesmo da análise pormenorizada de cada um dos

Em defesa do projeto de lei particular, Almeida e Albuquerque – seu relator e principal autor³¹⁹ – se utilizou do disposto no artigo 134 da *Constituição Política do Império do Brasil*, no qual expressamente o legislador constitucional se referiu a uma *lei particular*, a ser elaborada, tanto no tocante à regulamentação dos delitos cometidos pelos ministros e secretários de Estado, como no tocante à maneira de se proceder em juízo em face deles. Tratava-se de um procedimento especial, ainda não previsto no ordenamento jurídico em vigor e que necessitava de uma regulamentação específica, nos termos do disposto na Carta de 1824. Além disso, frente à ausência de regulamentação particular da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado – por se tratar de um novo instituto consagrado no texto constitucional –, a responsabilidade dos demais empregados públicos estava devidamente regulada na legislação em vigor, tanto no que se referia às condutas puníveis quanto no que se referia aos procedimentos judiciais. De acordo com o deputado eleito pela província de Pernambuco:

Como se pode satisfazer à letra, e espírito da constituição, confundindo em uma só lei, objetos que ela separou, e que por sua natureza se não podem unir? Como se pode em uma só lei classificar delitos essencialmente distintos pelas qualidades privativas das pessoas, que os podem cometer, e assinar a marcha de processos totalmente diferentes; visto que o dos ministros de estado devem ser organizados por esta câmara, e julgados pelo senado, e os dos outros empregados pelo poder judiciário?³²⁰

Ao que complementava Lino Coutinho – logo após a defesa do projeto de lei geral por Vasconcelos, seu relator e principal autor –, em defesa do projeto de lei particular, por ele assinado, ao se referir genericamente aos exemplos de *outras*

projetos apresentados e dessa forma foi realizado (apesar do pedido de suspensão da discussão por alguns dias – 3 a 4 dias – defendido por Costa Aguiar e Teixeira de Gouveia; e do questionamento por Paula e Souza da regularidade regimental desta decisão prejudicial). *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.183 e 186.

³¹⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.174.

³¹⁹ De acordo com *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.179.

³²⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.180.

nações³²¹ e à especificidade do tema da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado:

Por ventura é o desembargador quem faz tratados de paz, e declara a guerra? O oficial de fazenda é quem pode entregar à força naval, e de terra, desmembrar as províncias do império, dar conselhos contra a segurança do estado? Não, certamente: logo os crimes desta classe são de natureza especial, e não podem pertencer à dos d'aqueles funcionários de segunda ordem cuja jurisdição é circunscrita por limites mais apertados (...) Os ministros de estado nunca tiveram regimento algum, por que se governassem, e ainda menos lei, que declarasse os seus abusos, e omissões e as penas correspondentes. Tem sido até agora considerados como guardas do monarca, que os escolhe, e divindades, que por nada devem responder. Sendo eleitos pelo imperante, eles eram contemplados como irresponsáveis perante a nação, não devendo dar contas senão ao seu senhor, que os chamava para junto de si. Porém tendo prevalecido às luzes do século, e achando-se felizmente estabelecida a forma representativa de governo, qual será, Sr. presidente, o nosso primeiro cuidado, quando se trata de conter nos seus limites os delegados do poder nacional? Não será providenciar já a respeito destes, cujo mando

³²¹ Nesse mesmo sentido se posicionou Cruz Ferreira que citou, na sessão do dia 30 de maio de 1826, como exemplo de *nações cultas e livres*, “o que a este respeito se acabou há pouco de fazer em França”, mas sem se referir a qual situação se referia propriamente. E, complementou na sessão do dia 16 de junho sobre a recente lei da responsabilidade aprovada [sic] na França (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.169). Contudo, na sessão de 21 de junho, para se contrapor aos deputados que defendiam a elaboração de uma lei mais detalhada (Almeida e Albuquerque, Lino Coutinho, Vasconcelos e Vergueiro), mudou novamente seu discurso ao sublinhar que a França, até aquele momento, não tinha aprovado uma lei da responsabilidade de modo a especificar os delitos de responsabilidade compreendidos nos tipos de *traição* e *concussão*, de modo a afirmar: “tudo quanto tem aparecido de Benjamin Constant e Pagès, são debates, que ainda nada concluíram; (...) e nós que começamos agora queremos já fazer uma lei tão especificada? Não pode deixar de sair imperfeitíssima” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 20 de junho de 1826, p.222).

Ora, conforme exposto no capítulo primeiro, durante a Restauração francesa não se conseguiu a aprovação legislativa de qualquer regulamentação para a questão da responsabilidade dos ministro e secretário de Estado: foram apresentados cinco projetos de lei e todos foram rejeitados logo no início das discussões. Sobre o tema ver HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012.

Sobre a inaplicabilidade do exemplo francês para a elaboração de uma lei da responsabilidade no ordenamento jurídico brasileiro, Vergueiro sublinhava o fato de a Carta francesa não exigir a elaboração de uma lei particular e o julgamento ser realizado por tribunais ordinários (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.170).

tem sido até agora ilimitado, com preferência àqueles, que em todo o tempo se reconheceram responsáveis?³²²

Em defesa do projeto de lei geral, Vasconcelos defendeu a ideia de que não havia motivo para se diferenciar os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado dos demais empregados públicos – em respeito ao princípio da isonomia proclamado pela Carta de 1824³²³ –, na medida em que todos exerciam uma parcela da soberania nacional e eram responsáveis pelos seus atos, de acordo com o texto constitucional.³²⁴ Para o deputado mineiro, era uma injustiça a elaboração de uma lei para os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado, sem se elaborar outra para a responsabilidade das demais classes de empregados públicos, inclusive seus próprios subalternos:

Demais que injustiça, ou antes contradição se não oferece em uma lei, que torna culpados os ministros de estado desde já, por não fazer responsáveis os seus subalternos, e não dá ao mesmo tempo os meios de se verificar a responsabilidade desses subalternos. (...) Para que havemos de multiplicar as leis sem necessidades? Para que havemos de fazer uma para o ministério, outra para o conselho de estado, outra para os juízes, outra finalmente para cada ordem de empregados?³²⁵

Além disso, de acordo com o deputado mineiro, não havia legislação específica para se punir os delitos cometidos pelos empregados públicos, salvo as disposições contidas no Livro quinto das Ordenações Filipinas, e proclamava o absurdo de se aplicar este ordenamento legal sob um sistema jurídico constitucional, no qual as penas eram estabelecidas de acordo com a pessoa que cometeu o delito:³²⁶ *seria justo que o*

³²² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.181.

³²³ O princípio da isonomia foi proclamado pela *Constituição Política do Império do Brasil* em diversos dispositivos, dentre os quais, destacam-se: art.179, §§1. Nenhum Cidadão pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude da Lei; e 13. A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.

³²⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.180.

³²⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.164.

³²⁶ Outros argumentos utilizados por Vasconcelos eram: o respeito pelo princípio da isonomia proclamado no texto constitucional); a economia de tempo ao se preferir o projeto geral ao invés do particular (“é muito mais breve discutir uma só lei, para todos os funcionários públicos, do que duas em separado”); e, a inaplicabilidade dos exemplos das demais nações ao Direito brasileiro, ainda a ser construído (*Anais do*

*ministro de estado, ou outro grande funcionário sofresse a simples pena de perdimento do emprego, ou de prisão por aquele mesmo delito, pelo qual outro empregado de menos consideração fosse conduzido ao cadafalso?*³²⁷

Ou seja, sobre a urgência de se elaborar uma lei regulamentar sobre a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, não havia divergência. Porém, inserir os altos funcionários do Governo em um Código Geral destinado a regular todo o universo de delitos praticados contra a Administração Pública, poderia tanto ferir os brios daqueles altos funcionários, quanto ampliar, na legislação ordinária, o rol de infrações abstratamente estabelecido pelo texto constitucional: *um ministro não pode cometer delitos comuns a outras autoridades secundárias?*³²⁸, provocava Vasconcelos, em defesa de seu projeto de lei geral da responsabilidade. Além disso, ao colocar todos os crimes cometidos pelos empregados públicos em um único código e estabelecer um rito especial para os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado, possibilitava à Câmara dos Deputados dar início ao processo não apenas dos delitos elencados no texto constitucional, mas de todos aqueles previstos na lei da responsabilidade.

Nas sessões dos dias 30 de maio e 16 de junho, nas quais os deputados discutiram qual o projeto a ser objeto de deliberação pela Câmara dos Deputados, dentre os diversos argumentos trazidos pelos defensores quer da lei particular (em torno da qual se aglutinaram os deputados favoráveis ao Governo³²⁹), quer da lei geral da

Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.164).

³²⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.164

³²⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.167.

³²⁹ De acordo com os discursos transcritos nos Anais, em defesa do projeto de lei particular se posicionaram tanto os deputados ministeriais – Almeida e Albuquerque (relator do projeto), Cruz Ferreira, Marcos Antônio, Soledade –; quanto os deputados que, neste momento, manifestavam uma postura crítica ao governo, posicionaram-se a favor deste projeto Lino Coutinho, Batista Pereira e Teixeira de Gouveia, Souza França. Em relação à Costa Aguiar, seu posicionamento a favor do projeto de lei particular apenas ocorreu na sessão do dia 16 de junho, pouco antes da votação final para a escolha do projeto que seria discutido pelo plenário artigo por artigo (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.171).

Até a abdicação de dom Pedro I, dentre os defensores do projeto de lei particular, dois seriam nomeados senadores (Soledade, pela província de Rio Grande de São Pedro do Sul, em julho de 1826; e Almeida e Albuquerque, pela província de Pernambuco, em 1828); dois, ministros e secretários de Estado (Teixeira

responsabilidade (articulado pelos deputados da oposição³³⁰), destacou-se o da relação direta estabelecida entre sistema representativo e responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, o qual trouxe à baila a diferença entre as responsabilidades dos ministros e secretários de Estado nos sistemas de governo absoluto e representativo constitucional. Assim, por meio dessa discussão, pode-se vislumbrar o modo pelo qual os deputados não apenas interpretavam o momento político-institucional em que viviam e atuavam, mas também articulavam a construção de um monarca constitucional possível e viável para o Império do Brasil, através do estabelecimento tanto de mecanismos para se limitar³³¹ a atuação dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado, quanto de meios necessários para se denunciar, acusar, julgar e punir eventuais infratores, do disposto nos textos legais, inclusive aqueles que estavam no exercício dos cargos que lhes foram confiados pelo imperador.³³²

de Gouveia e Batista Pereira em 1828-29); e um, desembargador do recém-criado Superior Tribunal de Justiça (Cruz Ferreira, em 1828).

³³⁰ O único deputado ministerial a defender, em plenário, o projeto de lei da responsabilidade geral foi Cesário de Miranda. Todos os demais defensores do projeto de lei geral eram membros do grupo de deputados da oposição ao Governo: Vasconcelos, Vergueiro e Custódio Dias.

³³¹ Enquanto os deputados estavam discutindo meios de estabelecer limites à ação dos ministros e conselheiros de Estado, de forma a, (in)diretamente, limitar as amplas atribuições conferidas pelo texto constitucional ao imperador à frente dos Poderes Moderador e Executivo; no Senado, a preocupação de muitos de seus membros, dentre os quais se encontravam cinco dos seis ministros e secretários de Estado (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.15-17, 425), era como estabelecer limites a atuação do Poder Legislativo. Neste sentido, o visconde de Barbacena discursou, durante a discussão do procedimento a ser adotado na reunião das câmaras, permitida pelo artigo 61 da Carta de 1824, em especial a aplicação do artigo 25 a este caso, argumentou: “Guerras injustas, batalhas perdidas são grande flagelos; mas a natureza, e o governo pode em pouco tempo reparar aqueles males. As leis injustas fazem a desgraça de um século, e preparam a dos séculos seguintes. Limitar, pois, o poder legislativo é o que mais convém à prosperidade de uma nação” (*Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 14 de agosto de 1826, p.63, grifos meus). Frise-se que este pronunciamento do visconde de Barbacena ocorreu na mesma sessão em que haveria a continuação da discussão do projeto de lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado, o que tornavam ainda mais contundentes as palavras do senador. Sobre esta afirmação do marquês de Barbacena, durante a discussão sobre a aplicação artigo 61, consultar SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.109-110. Sobre o marquês de Barbacena, consultar CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquês de Barbacena*. Brasília: UnB, 1982 (1ª edição: 1936); AGUIAR, Antônio Augusto de (pseudônimo de Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena). *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

³³² Andrea Slemian, ao abordar a discussão entre os deputados que defendiam a aprovação de uma lei particular para os ministros e conselheiros de Estado e aqueles favoráveis à discussão de uma lei geral para todos os empregados públicos, afirma: “Ainda que não tenha se estendido a todos os empregados públicos, a lei consolidava o papel da Assembleia, entre outras instâncias, no controle da autoridade Executiva, bem como reiterava o argumento de serem eles, deputados os “guardas da Constituição”, os quais agiam para que a “lei fundamentada do Império não fosse infringida”” (SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo:

Nessa discussão, coube a Souza França³³³ (deputado eleito pela província do Rio de Janeiro), na defesa do projeto de lei particular, proclamar, em plenário, a relação direta existente entre a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e a consolidação e manutenção do sistema representativo, de forma a transformar aquela na garantia do próprio texto constitucional. Ou seja, apenas após a regulamentação da responsabilidade dos altos funcionários do Governo, prevista em abstrato na *Constituição Política do Império do Brasil*, é que se poderia denunciar, acusar, julgar e, inclusive, punir os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado por eventuais infrações, ao disposto no texto legal, cometidas no desempenho de suas funções e, dessa forma, assegurar a liberdade e os direitos e garantias individuais. Tratava-se, portanto, da mesma ideia proposta nas primeiras sessões de 1826 por Vasconcelos, porém com a particularidade de estabelecer a relação supracitada entre responsabilidade e representação nacional e, desse modo, elaborar a defesa do projeto de lei particular. Afirmava o deputado eleito pela província do Rio de Janeiro:

A prática da irresponsabilidade dos ministros e secretários de estado é conexas ao governo absoluto, assim como a necessidade de os tornar responsáveis nasce imediatamente do sistema representativo. O mal daquele governo tem o seu fundamento na inviolabilidade dos grandes funcionários, e o bem desta forma de governo é derivado imediata e diretamente da faculdade de exigir penas das primeiras autoridades, a cuja vigilância está a execução das leis, o efeito do primeiro sistema é a opressão dos povos, e o do segundo a segurança da liberdade individual, que deve necessariamente ser garantida pelo pacto social, que é a constituição política. Por consequência tratando nós da lei da responsabilidade dos ministros de estado, vamos estabelecer o bem real do sistema que afiança aos cidadãos as suas liberdades.³³⁴

De tal forma que, para Souza França, o projeto de lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado era a *mola real do sistema constitucional, e uma das principais garantias da segurança dos cidadãos*: sem

Hucitec, Fapesp, 2009 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2006), p.180-181).

³³³ Manuel José de Souza França (Souza França), nasceu em Laguna (Santa Catarina), em 1780, e faleceu no Rio de Janeiro, a 8 de fevereiro de 1856. Deputado na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, pela província do Rio de Janeiro. Deputado eleito pela província do Rio de Janeiro na Primeira Legislatura, não foi reeleito para a Segunda Legislatura. Exerceu o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da justiça, logo após a abdicação de dom Pedro I.

³³⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.165.

responsabilidade, *não pode haver segurança, não pode haver sistema, não pode haver constituição*, afirmava mais adiante o deputado.³³⁵ Cumpre-se notar que, ao assim se pronunciar, o deputado eleito pela província do Rio de Janeiro abrandava a imagem de *chave mestra* (atribuída à lei da responsabilidade) elaborada por Lino Coutinho, na sessão de 06 de junho, ao ser discutida a possibilidade de se acusar o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império por impedir senadores ou deputados de tomarem assento na Assembleia Geral. Nessa ocasião, o deputado baiano afirmara, relacionando à responsabilidade dos ministros e secretários de Estado uma imagem associada ao Poder Moderador pela Carta de 1824, em seu artigo 98, *chave de toda a organização política: enquanto não a fizermos [a lei da responsabilidade] é o mesmo que não haveremos feito nada; (...) o sistema nunca irá adiante (apoiado geralmente); esta é a chave mestra para o fazermos funcionar (apoiado); as outras são leis pequenas, primeiro que tudo devemos tratar desta, e depois tratarmos das outras, porque então já teremos a base para fundar sobre ela os nossos trabalhos (apoiado)*.³³⁶

No mesmo sentido se posicionaria Costa Aguiar ao declarar seu voto, na sessão do dia 16 de junho, a favor do projeto de lei particular:

(...) até a feliz época do estabelecimento do sistema constitucional nenhuma responsabilidade tinham os ministros de estado, marcada por lei escrita. Eles, como ponderou um honrado membro, eram despedidos à vontade do soberano, que os nomeava, e quase sempre segundo a intriga dos cortesãos; a essa demissão limitavam-se todas as penas de que se julgavam merecedores. Seria fecharmos os olhos à luz negarmos esta verdade. Demais, quem se animaria no sistema passado a acusar um ministro de estado, um conselheiro de estado³³⁷? Hoje mesmo, Sr. presidente, achando-

³³⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.165 e 168.

³³⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 06 de junho de 1826, p.46.

Em relação ao sentido original desta expressão em Benjamin Constant, Cyril Lynch retoma o texto político-teórico francês para expor que não houve propriamente um erro de tradução (tal como defendido por FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Introdução. In: *O Constitucionalismo de Dom Pedro I no Brasil e em Portugal*. Brasil: Ministério da Justiça, 1994, p.28-29), mas uma manobra interpretativa na qual se alteraram os referenciais propostos pelo político francês (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007).

³³⁷ Sublinhe-se que, nesse momento, dos seis ministros e secretários de Estado apenas o visconde com grandeza de São Leopoldo não integrava o Conselho de Estado (seu ingresso se daria após o falecimento

nos constituídos debaixo de uma forma de governo, que garante as liberdades dos cidadãos, nós observamos o receio, com que todos fogem de ter complicações com esta classe de funcionários. É preciso ser franco: os ministros de estado tem sido até aqui considerados com demasiado medo, E nestas circunstâncias favemos nós de esperar pela decisão de uma lei tão ampla, e geral, como é o projeto do Sr. Vasconcelos?³³⁸

Aprovar a lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado era, nesses termos, passo fundamental para a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela constituição. Sublinhe-se que apesar de em nenhum momento ser citado o imperador, na medida em que por ele passavam todas as decisões tomadas pelos ministros e secretários de Estado, (in)diretamente a ele se referia a questão ora debatida no plenário da Câmara dos Deputados. Porém, as críticas e os questionamentos formulados pelos deputados aos ministros e secretários de Estado – não imediatamente endereçados ao próprio papel exercido pelo imperador –, foram objeto de questionamentos pelo conselheiro João José da Veiga, promotor fiscal dos crimes por abusos da liberdade da imprensa na Corte do Rio de Janeiro, e discutidos na sessão do dia 27 de junho de 1827.³³⁹ Nessa ocasião, os

do marquês de Nazaré em 1827. Ver no Anexo 2 a presença dos conselheiros de Estado nas Secretarias de Estado durante o Primeiro Reinado.

³³⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.171

³³⁹ A questão de se questionar indiretamente o imperador, através de críticas formuladas aos ministros e secretários de Estado foi objeto de consulta realizada pelo conselheiro João José da Veiga, promotor fiscal dos crimes por abuso da liberdade da imprensa, à Câmara dos Deputados, sobre a interpretação do artigo 8 da carta de lei de 02 de outubro de 1823, referente aos abusos da liberdade imprensa praticados por injúria direta ao Chefe do Poder Executivo (NABUCO ARAÚJO, Conselheiro José Paulo de Figueirôa. *Legislação Brasileira, ou Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brasil desde 1808 até 1831 inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas*, coligidas pelo. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., Tomo IV, 1838, p.136). Frente a esse questionamento, a comissão de legislação, e justiça civil e criminal (composta pelos deputados Miranda Ribeiro – relator –, Almeida Torres, Silva Telles e Cruz Ferreira) propôs um projeto de resolução, cujo artigo 2 expressamente proclamava: “Não se entendem indiretamente feitos ao chefe do poder executivo os convícios, que são dirigidos aos agentes deste poder em exercício” (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo segundo, sessão do dia 23 de junho de 1827, p.136). Após discussão em ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, o texto proposto pela comissão de legislação foi aprovado e publicado através do Decreto de 13 de setembro de 1827, com a seguinte redação (a partir de emenda proposta por Araújo Bastos): “a infâmia, ou injúria feita a todos, ou a cada um dos agentes do poder executivo, não se entende direta ou indiretamente feita ao chefe deste poder” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.40). Ou seja, se era necessário fazer esse esclarecimento por meio de uma resolução interpretativa da lei sobre os abusos da liberdade de imprensa, isso significa que as injúrias (ou mesmo, por extensão, as críticas e as eventuais denúncias de responsabilidade por eventuais infrações cometidas ao disposto nos textos legais) dirigidas aos ministros e secretários de Estado eram,

deputados defenderam suas atribuições de controle do Poder Executivo e justificaram suas falas com a distinção constitucional entre o imperador inviolável e irresponsável e os ministros e secretários de Estado responsáveis. De acordo com Vasconcelos:

Não se entendem indiretamente feitos ao chefe do poder executivo os convícios dirigidos aos agentes do poder em exercício (...) Se a pessoa do imperador é sagrada e inviolável, se os seus ministros são responsáveis, ainda que aleguem ordens do imperador, como se podem supor as ofensivas ao imperador as injúrias feitas aos ministros? Podem os ministros ser punidos pelos seus atos, mas não poderão ser censurados, sem que fique ofendido o monarca? E como se poderia verificar a responsabilidade dos ministros, se não fosse lícito denunciar pela imprensa os abusos que cometerem? Sendo esta matéria tão evidente julgo desnecessária qualquer declaração. E se é necessária qualquer declaração, então não a podemos fazer. Nós temos já por vezes reconhecido, que não é lícito interpretar a constituição, sem que passem os quatro anos marcados na constituição do império? Como pois interpretaremos os citados artigos da constituição?³⁴⁰

Ou seja, o empenho dos deputados em distinguir os papéis exercidos pelo imperador dos de seus ministros e secretários de Estado, atestam o quanto, naquele momento, eles estavam confundidos e se tornou uma das principais estratégias utilizadas pelos deputados no decorrer da Primeira Legislatura através da defesa da aprovação da lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado e de sua aplicação aos casos concretos.

Assim, se Vasconcelos, por um lado, concordava com Souza França na defesa da ideia de que *sem responsabilidade efetiva não há constituição senão em papel* – concepção frente a qual nenhum deputado se manifestou contrariamente em plenário³⁴¹ –; por outro, permanecia na defesa do projeto de lei sobre a responsabilidade dos empregados públicos em geral – na medida em que havia classes de empregados que, na

provavelmente, compreendidas pelos leitores como ofensas (in)diretamente dirigidas ao próprio monarca, o qual, nos termos da Carta de 1824 (artigos 99 e 135) era inviolável e irresponsável.

Sobre o tema da liberdade de imprensa e aplicação da carta de lei de 02 de outubro de 1823, ver SILVA, Daniel Afonso da. *A duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial*. In: Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 55-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v10n19/2237-101X-topoi-10-19-00055.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2016.

³⁴⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 27 de junho de 1827, p.171-172.

³⁴¹ Sobre a relação entre a responsabilidade ministerial e a própria existência do sistema de governo constitucional no pensamento de Benjamin Constant, ver o capítulo primeiro desta tese.

prática, eram irresponsáveis, tais como os magistrados, os militares e os eclesiásticos. Além disso, sublinhava aquele deputado o fato de que, apesar da inexistência de lei expressa, mesmo no sistema absoluto sempre houve a responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, os quais muitas vezes foram *punidos com as penas que se lhes impunham camarariamente, sem muitas vezes serem ouvidos com sua defesa*.³⁴² De acordo com o deputado mineiro: *a diferença está tão somente na forma porque respondem pelos atos do seu poder, e a pessoa moral ou física, para com quem são responsáveis; nos governos absolutos respondem ao monarca, nos constitucionais à nação: eis o caso*.³⁴³

Vergueiro ao complementar o argumento de Vasconcelos e elencar os delitos pelos quais os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado podiam ser julgados de acordo com o Livro Quinto das Ordenações Filipinas³⁴⁴, não apenas se afastava da argumentação desenvolvida por Souza França (em grande parte baseada nas obras políticas de Benjamin Constant – para quem responsabilidade dos ministros de Estado e sistema constitucional eram conceitos inter-relacionados), como também, de certa forma, denunciava as práticas não liberais adotadas por dom Pedro I através de seus ministros e secretários de Estado, na medida em que não havia no Império do Brasil uma nítida separação entre os poderes real e ministerial.³⁴⁵ De acordo com

³⁴² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.164.

³⁴³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.167.

³⁴⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.170.

Sublinhe-se que, no título VI do Livro V das Ordenações Filipinas estão elencados os crimes de lesa majestade, ou seja, de “traição cometida contra a pessoa do Rei, ou seu Real Estado”, dentre os quais se encontram diversos delitos descritos na lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado (*Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d’El Rei D. Felipe I*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870, p.1153-1157).

Cunha Matos, na mesma sessão, pouco antes da votação final, elencou os casos em que ministros de Estado foram condenados em Portugal: “ocorre memorar aquele que foi degolado no tempo de dom João IV por entreter correspondências com o duque de Olivares; o conde de Castelo Melhor foi expatriado, e modernamente José de Seabra foi desterrado para África” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.174).

³⁴⁵ Conforme sublinha Marc Lahmer, o modo como hoje a doutrina jurídica analisa o princípio da separação dos poderes – rígido para regime presidencial e flexível para o parlamentar – foi fruto da construção teórico-conceitual do último terço do século XIX, a partir do livro *La Constitution Anglaise* de Walter Bagehot (cuja primeira edição em inglês foi em 1867, traduzida para o francês de 1869 e sem tradução para o português). De acordo com Lahmer, aplicar estas categorias de análise para períodos anteriores é um anacronismo a ser evitado. Isso não significa, contudo, o não conhecimento deste

Vergueiro, em uma defesa apaixonada do projeto de lei geral, pouco antes da votação em plenário que deu vitória à tese contrária:

Se os ministros de estado fossem invioláveis pelos seus delitos, ser-lhes-ia lícito conspirar até contra a pessoa do monarca, promover revoltas, e contratar ciladas com os inimigos do Estado, etc... Não havia por ventura no governo antigo penas correspondentes a tais delitos? Se os ministros de estado os tivessem cometido no exercício dos seus empregos, não seriam por eles condenados pelos tribunais ordinários, ou pelas alçadas, que para tal fim era prática criarem-se? Isto se não pode admitir; (...) Logo que havia leis, que decretavam penas a certos e determinados delitos, tão sujeitos estavam a elas os ministros, que os houvessem de cometer, como outros quaisquer cidadãos; pois não havia artigo algum expresso, que os isentasse de dar contas dos seus atos. Diga-se antes que a prepotência por um lado, e a ignorância por outro os faziam de fato imunes de toda a violabilidade.³⁴⁶

Aprovada a discussão do projeto de lei particular, seguiu-se sua discussão artigo por artigo, na qual foram abordadas, por meio da defesa das emendas apresentadas ao texto originalmente redigido por Almeida e Albuquerque, questões polêmicas relacionadas ao exercício do poder ministerial. Sublinhe-se que, com o objetivo de agilizar a segunda discussão do projeto de lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado, na sessão do dia 19 de junho, por indicação de Lino Coutinho, os deputados deliberaram aumentar em uma hora as sessões diárias, e utilizar as quatro primeiras horas da sessão para a discussão e votação das leis regulamentares necessárias ao bom cumprimento da Carta de 1824, dentre as quais estava compreendido aquele projeto de lei.³⁴⁷

princípio, apenas que ele tinha um sentido diferente do atual o qual deve ser indagado para cada momento específico a ser analisado (LAHMER, Marc. *La Constitution Américaine dans le Débat Français : 1795-1848*. Paris: L'Harmattan, 2001, p.95-109; LAHMER, Marc. *Moment 1789 et la séparation des pouvoirs*. Disponível em: <http://juspoliticum.com/Le-Moment-1789-et-la-separation.html>. Acesso em: 29 de agosto de 2015).

³⁴⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.174.

³⁴⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 19 de junho de 1826, p.201.

2.2 – Discussão do projeto de lei da responsabilidade na Câmara dos Deputados – do projeto de lei geral para o particular

Durante a discussão do projeto de lei da responsabilidade na Câmara dos Deputados³⁴⁸, abordou-se desde a distinção entre *delitos comuns* e *delitos de responsabilidade* cometidos pelos ministros e secretários de Estado e pelos conselheiros de Estado, até a inclusão no texto legal da *usurpação* de alguma das atribuições do Poder Legislativo ou Judiciário, não prevista no projeto de lei original relatado por Almeida e Albuquerque. Desse modo, questionava-se, ainda que indiretamente, a forma pela qual o monarca, através das prerrogativas reais, se imiscuía nas decisões tomadas pelos ministros e secretários de Estado, em especial naquelas que eventualmente implicassem em violações ao texto constitucional. O que se tornava explícito em algumas ocasiões, como na discussão sobre o artigo 3, parágrafo dezesseis, referente à descrição do abuso de poder, na hipótese de o ministro e secretário de Estado alterar *ordens dadas pelo imperador*. Assim, enquanto os demais deputados, a partir do pronunciamento de Lino Coutinho, abordavam a questão da maneira de se redigir a lei da responsabilidade, se em termos genéricos ou de modo casuístico³⁴⁹; Vasconcelos problematizava, a partir da crítica aos termos utilizados na redação do artigo 3, §16, do projeto de lei da responsabilidade, a diferença existente entre os poderes real e ministerial, de forma a não estarem os ministros e secretários de Estado obrigados a obedecerem as ordens dadas pelo monarca, nos termos do disposto no artigo 135 da Carta de 1824, sob pena de subversão de todo o sistema constitucional nela proclamado. De acordo com Vasconcelos:

³⁴⁸ A segunda discussão da lei da responsabilidade na Câmara dos Deputados ocorreu de 17 a 28 de junho de 1826 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessões dos dias 17, 20, 21, 22, 23, 26, 27 e 28 de junho de 1826, p.184-186; 212-227; 231-247; 258-262; 269-280; 286-296; 300-313; 317-327). E a terceira discussão, de 10 a 21 de julho de 1826 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessões dos dias 10, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21 e 29 de julho de 1826, p.105-107; 152-158; 162-172; 177-188; 197-203; 207-222; 246-249; 262; 366-368).

³⁴⁹ No início da segunda discussão da lei da responsabilidade, na sessão de 20 de junho de 1826, Lino Coutinho refletiu sobre as diversas formas de atuação dos ministros e secretários de Estado, ao tratar da importância de a lei ser mais casuística, porém sem exagero: “sou de parecer que a lei não seja minuciosamente casuística, porém nunca de modo algum tão geral, que se chame discricionária: o meio termo é a morada da virtude” (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Primeiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874, tomo segundo, sessão do dia 20 de junho de 1826, p.222). Contra a redação de uma lei mais casuística se posicionou, durante a discussão do projeto de lei da responsabilidade, apenas Cruz Ferreira.

(...) se a ordem do Imperador não isenta da responsabilidade, como pode o ministro ser responsável não cumprindo exatamente o que o Imperador ordenar? Semelhante proposição é inadmissível segunda as ideias por que hoje nos regemos. Os ministros de estado não são obrigados a assinar o que lhes manda o monarca: quando lhes não agradar a sua deliberação, tem o livre arbítrio de se demitirem dos cargos. Acrescenta o parágrafo, que serão responsáveis alterando as ordens em conselho. Sr. presidente, o conselho de estado não pode dar ordens algumas. Ali ventilam-se certos negócios decidem-se as matérias à pluralidade de votos, porém o ministro não é obrigado a seguir a decisão do conselho, aliás viria esta instituição a forma um corpo deliberativo, o que é um absurdo, e os ministros de estado deixariam de ser responsáveis. (...) Quando ao ministro não agradar qualquer ordem do imperador, não a deve jamais cumprir contra a sua inteligência; fica-lhe sempre salvo o recurso de demitir-se³⁵⁰

Contudo, na defesa do projeto de lei da responsabilidade realizada por Almeida e Albuquerque, seu redator e principal autor, verifica-se o quanto Vasconcelos aproveitou a discussão em plenário para atacar o Governo³⁵¹, na medida em que o parágrafo em questão não afirmava que o ministro e secretário de Estado era obrigado a executar as ordens dadas, mas simplesmente não *alterar*, durante a execução, as ordens dadas pelo imperador.³⁵² E, dessa forma, entende-se porque os demais deputados não seguiram a linha argumentativa articulada retoricamente pelo deputado mineiro.

A distinção entre *delitos comuns* e *delitos de responsabilidade* dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado era praticamente um consenso, entre os membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, contudo, os critérios e as consequências deste posicionamento divergiam entre os parlamentares e

³⁵⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.240-241.

³⁵¹ Compunham o Governo, durante o primeiro ano da Primeira Legislatura (1826), José Feliciano Fernandes Pinheiro, Antônio Luíz Pereira da Cunha (então visconde de Inhambupe), José Joaquim Carneiro de Campos (então visconde de Caravelas), Manoel Jacinto Nogueira da Gama (então conde de Baependi), José Vieira de Carvalho (então barão de Lajes) e Francisco Vilela Barbosa (então visconde de Paranaguá), respectivamente, nas Secretarias de Estado dos Negócios do Império, dos Estrangeiros, da Justiça, da Fazenda, da Guerra e da Marinha (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.15-17). Cumpre-se notar que todos esses ministros e secretários de Estado receberiam novos títulos nobiliárquicos no dia do aniversário natalício do imperador em 1826 (12 de outubro) (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918).

³⁵² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.239.

provocavam amplas discussões em plenário. O tema abarcava, por exemplo, questões sobre a inclusão na lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado de crimes como o de *tratar a morte* do imperador (artigo primeiro, parágrafo primeiro do projeto de lei redigido por Almeida e Albuquerque e submetido à segunda discussão na Câmara dos Deputados), o qual se encontrava descrito no Livro quinto das Ordenações (título VI – *Do crime de lesa majestade*) e podia ser cometido por qualquer pessoa, inclusive os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado. Assim, se por um lado, Vergueiro defendia a supressão desse parágrafo, na medida em que seus autores, ainda que altos funcionários do Governo, *sempre estiveram sujeitos às leis gerais, como quaisquer outros indivíduos*,³⁵³ por outro, Almeida e Albuquerque defendia sua permanência no texto da lei em virtude da diferença entre a prática deste delito por um particular e aquela decorrente da autoridade de um titular de uma pasta ministerial. Afirmava o deputado pernambucano: *Outros cidadãos podem pratica-los, sim; porém os ministros com a autoridade que tem, os praticam de outra maneira*.³⁵⁴ Aliás, no que se refere a tramar a morte do imperador ou de algum membro de sua família, o assunto seria retomado no Senado – apesar do posicionamento contrário de Caravelas.³⁵⁵

A partir da análise de toda a discussão sobre o projeto de lei da responsabilidade, verifica-se que o foco dos parlamentares foi na responsabilidade *penal* dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado. Nesse sentido, houve a discussão que envolveu a suspensão das formalidades que garantem a liberdade individual, nos termos do disposto no artigo 179, §35 da Carta de 1824, objeto de reflexão no próximo capítulo. Ou seja, as responsabilidades *moral* e *política*, apesar de inúmeras vezes citadas pelos membros do Poder Legislativo, não foram efetivamente objeto de debate, na medida em que não estava claro, nesse momento, as quais aspectos da atividade ministerial elas se relacionavam e, sobretudo, a como as mensurar e as inserir nos

³⁵³ Afirmava Vergueiro: “Os crimes, que fazem o objeto desta lei, são aqueles, que os ministros de Estado podem cometer por atos de seus empregos, e não como particulares; pois nesta última hipótese eles estão, e sempre estiveram sujeitos às leis gerais, como quaisquer outros indivíduos” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 17 de junho de 1826, p.184).

³⁵⁴ (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 20 de junho de 1826, p.218).

³⁵⁵ *Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 20 de junho de 1827, p.295.

termos propostos pelo texto constitucional para serem regulamentadas. Na prática político-institucional, a responsabilidade política era um efeito almejado, sem contudo obter uma expressa regulamentação jurídica no texto legal.³⁵⁶ Desse modo, sobre a dificuldade de se regulamentar a responsabilidade, alertava o senador José Inácio Borges³⁵⁷, no início da discussão no Senado do projeto de lei da responsabilidade de autoria da Câmara dos Deputados:

A presente lei é, rigorosamente falando, uma lei política, e não criminal, e por isso difficilima de ser redigida judiciosamente, tanto pela natureza do objeto de que ela se ocupa, quanto pela dificuldade de definir praticamente os crimes que a constituição marcou para responsabilizar os ministros de estado, e d'aqui vem o embaraço que todos os governos representativos tem encontrado para promulgarem uma semelhante lei.

Os ingleses contentaram-se com fazerem responsáveis os ministros pelo desvio arbitrário das rendas públicas, e pelo que praticassem em prejuízo do Estado, sem, contudo, promulgarem lei que definisse taes casos.

A carta que Luís XVIII deu aos franceses, impôs a responsabilidade pelo crime de traição, e concussão; mas cuidou que até hoje nenhuma lei especificou a natureza de taes delitos, apesar de assim o requerer a mesma carta.

A nossa constituição compilando tudo quanto a tal respeito se acha na constituição das cortes de Lisboa, e no projecto da constituinte do Brasil, dificultou ainda mais a redação da lei.³⁵⁸

Em que se pese a dificuldade de se regulamentar a questão da responsabilidade tanto dos ministros e secretários de Estado quanto dos conselheiros de Estado, através da discussão dos diversos temas relacionados às condutas a serem abrangidas pela lei a ser promulgada, os deputados aproveitaram a ocasião para abordar diversos temas que, de outro modo não seriam possíveis de se discutir naquele momento em plenário. Nesse sentido, segue-se a proposição de uma emenda ao artigo primeiro do projeto de lei da responsabilidade (referente ao delito de *traição*) por Vergueiro:

³⁵⁶ Situação similar, portanto, ao verificado na França durante o período da Restauração, conforme analisado no capítulo primeiro.

³⁵⁷ José Inácio Borges, nasceu na província de Pernambuco, e faleceu a 6 de dezembro de 1838. Militar, marechal de campo reformado, senador desde 1826 por sua província natal. Último governador da capitania do Rio Grande do Norte, foi preso pelos revoltosos de 1817. Foi comandante das armas da província do Pará. Logo após a abdicação, foi nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda (de 07 de abril a 16 de julho de 1831) (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1898, p.460).

³⁵⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil: Primeira Sessão da Primeira Legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 12 de agosto de 1826, p.61.

São responsáveis por traição, os ministros e secretários de estado, que: (...) 2. Comprometendo a segurança externa: ou seja provocando a guerra, ou não a evitando podendo, ou não dispondo em tempo os meios de defesa; ou tendo inteligência com uma nação estrangeira para facilitar-lhe o ataque, ou seja, comunicando-lhe o plano ou segredo, ou entregando-lhe, ou facilitando-lhe a entrega de qualquer objeto militar, ou corrompendo a tropa, ou parte dela em favor dessa nação.³⁵⁹

A emenda não foi aprovada, mas sua proposição possibilitou a discussão, em plenário, da questão da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado – e, indiretamente, a do imperador – pelo desenrolar dos acontecimentos na Bacia do Prata. Fora declarada a guerra contra a República das Províncias Unidas do Rio da Prata e, em virtude da má condução e da desmotivação das tropas imperiais, o conflito estava se arrastando por mais tempo do que inicialmente se previra.³⁶⁰ Mesmo assim, eram raras as ocasiões nas quais os deputados podiam questionar as decisões adotadas pelos ministros e secretários de Estado militares no tocante a esse assunto. Durante essa

³⁵⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.213.

³⁶⁰ A continuidade dos conflitos na Bacia do Prata preocupava a nação, sobretudo no que se refere aos possíveis questionamentos a serem formulados por seus representantes eleitos, uma vez reunidos em suas respectivas câmaras da Assembleia Geral Legislativa. Iniciados em 19 de abril de 1825, com o desembarque, na província Cisplatina, dos Trinta e Três Orientais – comandados por Juan Antonio Lavalleja (Minas, 1784 – Montevideú, 1853) – com o objetivo de libertá-la do Império do Brasil; no dia 25 de agosto do mesmo ano, foi proclamada sua independência em relação ao Brasil e união com as Províncias Unidas do Rio da Prata, a qual seria aprovada pelo Congresso Constituinte, reunido em Buenos Aires através da lei de 25 de outubro de 1825, no qual foram aceitos os diplomas apresentados pelo padre Tomás Javier Gomensoro (Buenos Aires, 1776 – San Isidro, Argentina, 1841), deputado eleito pela Banda Oriental. Frente a esses acontecimentos e após receber a comunicação oficial do governo platino referente à incorporação da Cisplatina, no dia 10 de dezembro daquele ano, ocorreu a declaração formal de guerra do governo do Império do Brasil em face da República das Províncias Unidas do Rio da Prata, assinada pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o Visconde de Santo Amaro, aceita pelo governo platino no dia 1º de janeiro de 1826.

Desde a *História do Brasil* escrita por Armitage, a guerra da Cisplatina está presente em praticamente toda a historiografia referente ao Primeiro Reinado na medida em que impactou nos mais diversos aspectos da sociedade oitocentista brasileira, desde a estabilidade do governo do Rio de Janeiro até o cotidiano das famílias do sertão, cujos membros do sexo masculino podiam ser recrutados involuntariamente para integrarem as tropas brasileiras enviadas para a região do conflito. Para um balanço historiográfico da Guerra da Cisplatina, bem como a análise de alguns aspectos deste conflito, consultar FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio de Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. 2012, 302f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, p.94-110; LUFT, Marcos Vinícios. *“Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)*. 2013, 238f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013, p.32-46. Para uma síntese dos acontecimentos relacionados a esse conflito, ver CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império, volume II: o primeiro reinado*. Edição fac-similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Brasília: Senado Federal, 1998, p.409-460; CARNEIRO, David. *História da Guerra da Cisplatina*. Brasília: Editora da UnB, 1983.

discussão, sublinhava Vergueiro o fato de ser *a maior parte das comoções internas, e revoluções, procede[re]m do mau governo, ou de se não executarem as leis*, de modo a defender a aprovação da emenda ao texto do projeto de lei por ele defendida.³⁶¹ Cumpre-se notar que, quase um mês depois, durante a discussão do significado da infração *abuso de poder*, Vergueiro retornaria ao tema das eventuais infrações, ao disposto no texto legal, relacionadas aos conflitos na Bacia do Prata, de modo a questionar os atos dos ministros e secretários de Estado a eles relacionados:

Para os casos de infração da lei temos o artigo 4º; porém, há casos não expressos na lei, em que o ministro pode abusar do poder, e é destes que fala o presente artigo. É sem dúvida que a lei não pode marcar todos os atos do empregado público, há de necessariamente deixar muitos a sua discrição, ou seja na substância ou no modo; por isso quando faz ou deixa de fazer o que a expressamente determina, viola a lei; nos casos omissos abusa do poder quando obra, ou deixa de obrar contra o que incumbe a natureza do seu emprego. Tem-se produzido para exemplo o mau uso da suspensão das garantias dos direitos individuais; há outros muitos casos. O ministro que declarou guerra sem motivo, o que comprometeu os interesses nacionais em tratados, não havendo uma lei que fixe as circunstâncias, em que a guerra há de ser declarada, em os termos em que hão de ser concebidos os tratados, tem abusado do poder sem violar a lei.³⁶²

Nas discussões travadas na Câmara dos Deputados, verifica-se que não apenas novas ações foram descritas, como também foi invertida a ordem do elenco das infrações punidas pelo projeto de lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado. No projeto de lei proposto por Almeida e Albuquerque, no delito de *traição*, o ato de *tratar a morte do imperador* era colocado em primeiro lugar, ao passo que os atos referentes às intromissões no Poder Legislativo eram os últimos a serem elencados.³⁶³ Após a segunda discussão em plenário e inclusão das emendas feitas pelos

³⁶¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 20 de junho de 1826, p.213-214.

³⁶² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 14 de julho de 1826, p.164.

³⁶³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.176.

deputados, a partir de emenda proposta por Maia³⁶⁴, a ordem foi invertida e passaram a ocupar o primeiro lugar os atos atentatórios aos demais poderes estatais³⁶⁵. Ou seja, ao assim se posicionarem, um grupo majoritário de deputados explicitava sua interpretação sobre o papel a ser desempenhado pelo imperador em um sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo, no qual a independência e o equilíbrio entre os poderes eram fundamentais para a consolidação de todo o sistema. E, em defesa desta concepção de poder, prevista no texto constitucional, os deputados se posicionaram desde as primeiras sessões diárias de 1826.

Dessa forma não há que se falar em uma Câmara dos Deputados *fraca e vacilante em 1826*, tal como afirmou John Armitage em 1836³⁶⁶, e aceito por grande parte da historiografia, no decorrer dos séculos XIX e XX, ao abordar o primeiro ano da Primeira Legislatura.³⁶⁷ Constata-se – a partir da leitura dos *Anais* da Câmara dos

³⁶⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 20 de junho de 1826, p.212, 214-215.

³⁶⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.231.

³⁶⁶ ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981[1836], p.194.

³⁶⁷ Nesse sentido: desde as considerações sobre os perfis dos senadores e dos deputados tecidos por João Manuel Pereira da Silva em 1871 (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.100-104 e 118-120), até historiadores como SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de D. Pedro I*. (1ª edição: 1952) São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988, Tomo II, p.211; HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, volume 1: O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.399; CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora UnB, 1981, p.31-32. PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.171, 203. Conforme sublinha Vantuil Pereira, parafraseando Armitage, “o segundo momento (1826-1831) transitou entre um letargia inicial e uma crescente radicalização. De uma apatia inicial da Câmara, temerosa com os acontecimentos políticos da Assembleia Constituinte, assistiu-se a uma crescente queda de braço da Câmara dos Deputados com D. Pedro I. A tensão chegou ao auge em 1829-31, culminando com a Abdicação do Imperador, em 1831”. Cumpre-se notar que Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira ao proporem a revisão da historiografia tradicional referente ao Primeiro Reinado, afirmam: “Em 1826, a Assembleia Geral foi reaberta. Os parlamentares posicionavam-se com cautela. Temiam desfecho igual ao da Assembleia Constituinte de 1823. Nos primeiros meses de funcionamento, pregavam a harmonia e o entendimento” (RIBEIRO, Gladys Sabina. PEREIRA, Vantuil. *O Primeiro Reinado em revisão*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.154). Se por um lado concorda-se com os autores que os deputados foram cautelosos, por outro, não se vislumbra em seus posicionamentos a pregação da harmonia e o entendimento. Sublinhe-se que, neste texto, Vantuil Pereira se posiciona de forma menos crítica em relação às primeiras sessões da Câmara dos Deputados do que se posicionara, anteriormente, em seu livro dedicado à construção da cidadania no Primeiro Reinado (PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do*

Deputados e dos periódicos da corte – que, desde o início, a Câmara dos Deputados se posicionou firme na crítica ao Governo. Se os membros da Câmara dos Deputados tivessem realmente adotado uma postura tímida e titubeante, como justificar as acirradas discussões ocorridas e as aprovações de projetos de lei como o da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado no Primeiro Ano da Primeira Legislatura, e as reiteradas solicitações de informações e de esclarecimentos encaminhadas aos ministros e secretários de Estado no decorrer de toda a sessão de 1826 e de 1827?³⁶⁸

Coube a Marcos Antônio a articulação de emendas ao projeto de lei que, apesar de algumas terem sido derrotadas na Câmara dos Deputados, foram posteriormente acolhidas na dos Senadores: a reclassificação da *usurpação de qualquer das atribuições do poder legislativo, ou judiciário de traição para abuso de poder*³⁶⁹, e a prescrição do direito de denúncia geral (de *todos os cidadãos*) no prazo de três anos (*como acontece na legislação inglesa, exemplifica o eclesiástico*).³⁷⁰ No entanto, foi infrutífero seu esforço no sentido de se exigir o quórum qualificado de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, e não a maioria parlamentar exigida pela Carta de 1824, para se deliberar se tem ou não lugar a acusação dos ministros e conselheiros de Estado (artigo 12 do projeto de lei da responsabilidade), a qual contou com o apoio expresso apenas de Lino Coutinho (que, via de regra, se posicionava em oposição a Vasconcelos e, nessa ocasião, foi responsável pela apresentação da emenda aditiva em defesa da adoção do quórum qualificado).³⁷¹ Nessa discussão, frente ao questionamento sobre a

Estado Imperial brasileiro (1822-1831). São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008).

³⁶⁸ Sobre o posicionamento combativo adotado pelos membros da câmara temporária que, desde o início, traçaram objetivos a serem alcançados e estabeleceram estratégias precisas para os atingir, consultar LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2003, p.208. DANTAS, Monica Duarte. Revoltas, Motins e Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal. In: _____ (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2008, p.9-67.

³⁶⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.232 e 233.

³⁷⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 26 de junho de 1826, p.287-289, 294; tomo terceiro, sessão do dia 17 de julho de 1826, p.198-203. A emenda de Marcos Antônio foi aprovada pela Câmara dos Deputados e mantida pela dos Senadores.

³⁷¹ Mesmo o deputado Soledade, que a princípio fizera reflexões sobre a possibilidade de se emendar os artigos do texto constitucional, que não forem puramente constitucionais, como no caso do quórum mínimo de deliberação nas câmaras da Assembleia Geral, se posicionaria, pouco antes da votação final, ao lado dos deputados da oposição (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados*,

constitucionalidade de se exigir um quórum qualificado para as deliberações em plenário, Marcos Antônio chegou a, inclusive, propor sem sucesso uma reforma do texto constitucional, com fundamentação no artigo 178 da Carta de 1824³⁷² que proclama que *tudo, quanto não for [puramente] constitucional, pode ser alterado; e por isso esta câmara pode resolver sobre a matéria em questão*.³⁷³ Sublinhe-se que essas manifestações dos deputados ministeriais podiam até gerar ampla discussão – como no caso retrocitado –, porém, raramente recebiam amplo apoio dentre os deputados presentes na sessão. E, apenas Marcos Antônio se posicionou claramente em favor dos ministros e conselheiros de Estado durante toda a discussão do projeto de lei da responsabilidade na Câmara dos Deputados.

A definição de qual a melhor classificação para cada uma das infrações eventualmente cometidas, em especial às relacionadas aos ministros e secretários de Estado, gerou, muitas vezes, uma acirrada discussão, a qual se estenderia ao Senado, por ocasião da discussão nessa câmara do projeto de lei aprovado pelos deputados, cujas consequências na redação final da lei são abordadas no decorrer deste capítulo. Um dos temas mais polêmicos discutidos em plenário foi a inclusão da *usurpação de alguma das atribuições conferidas aos poderes legislativo ou judiciário* como uma das hipóteses de *traição*³⁷⁴, de acordo com as emendas ao artigo primeiro do projeto de lei da responsabilidade apresentadas na sessão do dia 20 de junho de 1826, por Clemente Pereira³⁷⁵, Feijó³⁷⁶ e Vergueiro.³⁷⁷

primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 27 de junho de 1826, p.305).

³⁷² De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 178: “É só Constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos, e individuais dos Cidadãos. Tudo, o que não é Constitucional, pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias”. Tratava-se de uma das primeiras discussões sobre o alcance deste dispositivo constitucional que seria utilizado, no período Regencial, para reformar o texto da Carta de 1824.

³⁷³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 27 de junho de 1826, p.303.

³⁷⁴ Saliente-se que, no projeto de constituição, artigo 175, os ministros eram considerados responsáveis tanto “por abuso de poder legislativo”, quanto “por exercício ilegal de poder ilegítimo”, essa segunda hipótese próxima, portanto, da usurpação abordada pelos deputados durante a discussão do projeto de lei da responsabilidade em 1826 (*Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Edição fac-similar. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 6, 2003, tomo II, Volume 1º, Número 65, sessão de 1º de setembro de 1823, p.696-697).

³⁷⁵ De acordo com a emenda proposta por Clemente Pereira ao artigo primeiro do projeto de lei da responsabilidade: “Os ministros de estado cometem traição, em razão do seu ofício: 1. *Usurpando alguma das atribuições do poder legislativo, ou judiciário*” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs.*

Cumpra-se notar que tanto o projeto de lei geral, quanto o particular não relacionavam expressamente a usurpação pelos ministros e secretários de Estado de alguma das atribuições conferidas aos demais Poderes Políticos ao crime de traição, previsto na Carta de 1824. O projeto relatado por Vasconcelos tratava dessa matéria de forma dispersa em artigos inseridos nos capítulos dedicados aos crimes cometidos contra o imperador (enquanto Poder Moderador) e os Poderes Legislativo e

deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.212, grifos meus).

José Clemente Pereira (Clemente Pereira) nasceu em Castelo Mendo, Portugal, a 17 de fevereiro de 1787, e faleceu no Rio de Janeiro, a 10 de março de 1854. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, foi juiz de fora em Niterói. Participou ativamente dos acontecimentos de 1822, juntamente com Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa (todos eleitos deputados pela província do Rio de Janeiro para a Primeira Legislatura), que levaram à permanência do príncipe-regente no Reino do Brasil (coube a Clemente Pereira, como presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, a entrega ao príncipe-regente da Representação do Povo do Rio de Janeiro na qual se solicitava a suspensão de sua ida a Lisboa), à separação política frente ao Reino de Portugal e à aclamação de dom Pedro I, imperador constitucional no dia 12 de outubro daquele ano. Foi deputado geral pelo Rio de Janeiro na primeira, segunda e quarta legislaturas. Exerceu o diversos cargos ministeriais, dentre os quais o de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, de 15 de junho de 1828 a 04 de dezembro 1829, o qual é objeto de reflexão no próximo capítulo. Foi nomeado senador em 1842 e conselheiro de Estado em 1850. Sobre José Clemente Pereira há ampla bibliografia, sobretudo no que se refere a sua participação nos acontecimentos que levaram à emancipação política das colônias portuguesas da América frente a Portugal. No entanto, para o período à frente da Secretaria de Estado dos Negócios do Império em diante, poucos foram os autores que abordaram sua contribuição no processo de construção do estado imperial brasileiro. Neste sentido, para um levantamento de sua biografia e obra consultar CARVALHO, José Vilhena de. *José Clemente Pereira: baluarte da Independência e do progresso do Brasil: vida e obra.* Rio de Janeiro: J.V.Carvalho, 2002; para uma análise de seu papel no processo da independência consultar OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824).* Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822.* 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; e para o debate jurídico a partir de 1830, consultar MACÁRIO, Mariana Pedron. *José Clemente Pereira e o debate jurídico do Império: 1830-1850.* 2011, 90p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011.

³⁷⁶ De acordo com a emenda proposta por Feijó ao artigo primeiro do projeto de lei da responsabilidade: “São responsáveis etc. 1. Atentando por qualquer maneira, direta, ou indiretamente contra a existência, ou livre exercício dos poderes políticos reconhecidos pela constituição do império, ou *usurpando alguma das atribuições dos mesmos*” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.213, grifos meus).

Diogo Antônio Feijó (Feijó), padre, nasceu em São Paulo, em 1784, e faleceu 10 de novembro de 1843. Foi eleito deputado pela província de São Paulo nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, e nas duas primeiras legislaturas da Assembleia Geral Legislativa. Foi nomeado senador em 1833. Sobre Feijó consultar CALDEIRA, Jorge. Introdução. In: FEIJÓ, Diogo Antônio. *Diogo Antonio Feijó.* São Paulo: Editora 34, 1999, p.11-43.

³⁷⁷ De acordo com a emenda proposta por Vergueiro ao artigo primeiro do projeto de lei da responsabilidade: “São responsáveis por traição, os ministros e secretários de estado, que: 1. Atentando de fato contra a forma de governo, estabelecida pela constituição, ou *seja impedindo ou estorvando o exercício de algum dos poderes políticos*, a quem a constituição o delega (...)” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.213, grifos meus).

Judiciário³⁷⁸; e o relatado por Almeida e Albuquerque a inseria no crime de abuso de poder através da descrição pormenorizada de cada uma das condutas a serem punidas pela futura lei sob essa rubrica.³⁷⁹

Frente a esse quadro, de forma a antecipar a discussão desse tema, Clemente Pereira, Feijó e Vergueiro se empenharam, e foram vitoriosos, na inserção da usurpação no artigo primeiro do projeto de lei da responsabilidade aprovado pela Câmara dos Deputados. Verifica-se que pelas emendas apresentadas, a única que se referia expressamente aos Poderes Legislativo e Judiciário era a do primeiro deputado, cuja redação foi acolhida pela comissão de redação no texto final do projeto de lei enviado ao Senado³⁸⁰, para discussão nos termos do artigo 57 da Carta de 1824.³⁸¹ Contudo, sublinhe-se que em sua redação original, a emenda de Clemente Pereira era bem mais ampla e previa, em trecho não acolhido pelos deputados em plenário, a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pela referenda *a algum decreto, carta imperial, ou outro qualquer escrito assinado pelo imperador, contrário à mesma lei*, ou seja, pelos atos por este praticados no exercício do Poder Moderador, desde que por eles referendados.³⁸² De modo que, ao não ser acolhido esse trecho, porém mantido o referente à usurpação, os deputados implicitamente reconheciam que os ministros e secretários de Estado não apenas executavam as atribuições do Poder Executivo, como também as do Poder Moderador. Em outras palavras, não há como usurpar atribuições que já lhe pertencem enquanto ministros e secretários de Estado, decorrentes quer do exercício do Poder Executivo, quer da referenda e exercício do Poder Moderador. Ter a

³⁷⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 29 de maio de 1826, Título II, capítulos III e IV, p.168-169.

³⁷⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, artigo 3, p.176-177.

³⁸⁰ A nova redação do artigo primeiro do projeto de lei da responsabilidade, a partir das emendas apresentadas pelos deputados, em cujo parágrafo terceiro tratava do tema da usurpação pelos ministros e secretários de Estado de atribuições dos Poderes Legislativo e Judiciário, foi lida e aprovada na sessão do dia 21 de junho de 1826 e mantida na terceira votação travada no mês seguinte (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.231-234; tomo terceiro, sessão do dia 10 de julho de 1826, p.105-107).

³⁸¹ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 57: “Em geral as proposições, que a Câmara dos Deputados admitir, e aprovar, serão remetidas à Câmara dos Senadores com a fórmula seguinte - A Câmara dos Deputados envia ao Senado a Proposição junta, e pensa, que tem lugar, pedir-se ao Imperador a sua Sanção”.

³⁸² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 20 de junho de 1826, p.312-313.

Câmara dos Deputados se manifestado nesse sentido é compreensível, porém a manutenção da redação do parágrafo sobre a usurpação no Senado³⁸³ deve ser objeto de reflexão, mesmo sendo esse transferido do artigo primeiro para o terceiro referentes, respectivamente, à traição e ao abuso de poder.³⁸⁴ No Senado, lido o projeto de lei, elaborado pela Câmara dos Deputados, na sessão do dia 05 de agosto de 1826, a discussão teve início uma semana depois.

Clamava-se pela consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824, e não sua deturpação através das reiteradas usurpações das atribuições dos demais poderes por dom Pedro I. Conforme a argumentação de Clemente Pereira, em defesa de sua emenda, o texto constitucional, ao elencar a *traição* dentre os delitos cometidos pelos ministros e secretários de Estado, não se referia à traição *como todo o fato atentatório contra o soberano e a nação*, tal como regulamentado nas Ordenações, mas como todo fato atentatório à *confiança, que o imperador, e a nação tem posto neles* [ministros de Estado]. Desse modo, justificava a colocação em primeiro lugar da usurpação de algum das atribuições dos Poderes Legislativo ou Judiciário, e proclamava e plenário:

Isto vai muito conforme com a constituição: estabeleceu esta a divisão dos poderes políticos, e confiou o executivo aos ministros, como órgãos do imperador, que é o chefe do mesmo poder: e quer a mesma constituição que todos os poderes sejam independentes, e se não intrometam nas atribuições dos outros: e não é evidente, que aquele dos três poderes, que usurpar as atribuições dos outros, atraiçoa manifestamente a confiança, e os interesses da nação, que lhe confiou esse poder para sustentar o equilíbrio dos outros, e não para os assaltar, invadir e destruir? E não bastará, Sr.

³⁸³ No Senado, lido o projeto de lei, elaborado pela Câmara dos Deputados, na sessão do dia 05 de agosto de 1826 a discussão teve início uma semana depois (*Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessões dos dias 05 e 12 de agosto de 1826, p.29-32, 60).

³⁸⁴ Sobre o significado da *referenda* dos atos do Poder Moderador e o silêncio da Carta de 1824 sobre o tema, a partir da concepção de “*governo constitucional representativo*, explicado pelas teorias d governo misto e da separação dos poderes”, nas duas primeiras décadas do século XIX, ver Cyril Lynch. Para esse autor: “Desde que as teorias do governo misto e da separação de poderes exigiam a responsabilidade jurídica dos ministros, carecia de importância o fato de a Constituição prever expressamente a referenda apenas para os atos do Executivo, e não para os do Moderador. Era por isso que, embora não houvesse exigência expressa de referenda ministerial nos atos do Poder Moderador, todos eles haviam sido até então indistintamente referendados pelos ministros. A responsabilidade jurídica era compreensível para evitar que o Executivo se tornasse absoluto pela inviolabilidade do monarca, já que era considerado um poder distinto e autônomo do Legislativo” (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monárquico: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.173).

presidente, considerar nesta espécie debaixo da consideração de alguma proposição geral, porque nada tenta mais o poder ministerial do que a cobiça de se erigir em legislador, interpretando leis ao seu arbítrio, ou acomodando-se aos seus fins, ou mesmo decretando sobre objetos novos, privativos do poder legislativo.³⁸⁵

Contudo, é interessante notar que os deputados da oposição raramente apoiavam as ideias defendidas por Clemente Pereira, apesar do caráter incisivo de seus discursos proferidos e da proximidade de suas ideias com as defendidas por eles. Vasconcelos, por exemplo, posicionou-se expressamente a favor das emendas redigidas por Vergueiro e Feijó, porém manteve uma atitude crítica em relação a Clemente Pereira, contra o qual se posicionava diuturnamente nas discussões em plenário. Para o deputado mineiro, Clemente Pereira se equivocava tanto em relação à origem do texto dos artigos 133 e 134 da *Carta Constitucional de 1814* (*este artigo da nossa constituição, não foi só tirado da constituição francesa, como disse um ilustre deputado [Clemente Pereira]; este artigo foi principalmente extraído da constituição portuguesa*); quanto à utilização da doutrina francesa para a interpretação do texto constitucional brasileiro. No entanto, não era apenas isso o que incomodava os deputados da oposição em relação a Clemente Pereira, mas sim o fato de seus discursos sempre serem, no fundo, proferidos em defesa do monarca e suas atribuições – de acordo com a máxima do direito inglês, invocada inúmeras vezes por Benjamin Constant em suas obras, *the king can do no wrong* –, e, via de regra, serem ambíguos o suficiente para sua utilização contra os próprios membros do Poder Legislativo.

No trecho acima, por exemplo, ao mesmo tempo em que o deputado atacava os ministros e secretários de Estado por eventuais usurpações de atribuições reservadas aos membros do Poder Legislativo, limitava a punição às ações praticadas *em razão de seu ofício* e alertava sobre o perigo representado pelas usurpações de qualquer *dos três poderes, que usurpar as atribuições dos outros*. Ou seja, da mesma forma que o os Poderes Legislativo e Judiciário sofriam interferências indevidas dos Poderes Moderador e Executivo (considerados em conjunto, pois ambos delegados ao imperador), a recíproca também era verdadeira. Ao assim afirmar, propunha o oposto ao que defendiam Vergueiro e Feijó em suas respectivas emendas, aprovadas pelos demais

³⁸⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 20 de junho de 1826, p.218.

deputados em plenário, nas quais estavam abrangidas todas as ações e/ou omissões, direta ou indiretamente, praticadas pelos ministros e secretários de Estado. Assim, apesar das propostas de Clemente Pereira serem coerentes e de acordo com os anseios dos deputados da oposição e, muitas vezes, *mais liberais*³⁸⁶ do que as por esses formuladas, em geral não obtinham o apoio deles. Por exemplo, enquanto Vergueiro e Feijó indicavam a pena de morte, dentre as penas aplicáveis aos condenados por traição, com total apoio de Vasconcelos; apenas Clemente Pereira se posicionava em plenário contra a utilização dessa pena – salvo no caso de, na votação final do projeto de lei da responsabilidade, fosse incluída a hipótese de atentado contra a vida do monarca –, o que estava em perfeita sintonia com as mais recentes teorias penais e a defesa da moderação na aplicação da pena.³⁸⁷

Posicionamento distinto diante do Governo era o adotado por Vergueiro, apesar de as ideias defendidas em sua emenda serem próximas das de Clemente Pereira. Para o deputado eleito pela província de São Paulo, a regulamentação da *traição* devia ser feita de acordo com os novos tempos, nos quais os atributos da soberania da Nação passaram a ser partilhados entre os Poderes soberanos. Além disso, para Vergueiro, em um sentido mais amplo do que o defendido por Clemente Pereira, qualquer ato praticado por um ministro e secretário de Estado, independente de estar ou não no exercício de sua função, deveria se submeter ao disposto na lei da responsabilidade *uma vez que pelo lugar, que ocupa, goza de mais crédito, e tem à sua disposição todos os meios para facilitar a execução de seus planos*.³⁸⁸ Desse modo, Vergueiro, em seus discursos, buscava eliminar qualquer ambiguidade que pudesse ser revertida em prejuízo às atribuições reservadas ao Poder Legislativo, ou mesmo, aos seus anseios de um maior controle sobre as atividades dos demais Poderes. Afirmava o deputado:

Os reis em outro tempo exerciam todos os atributos da soberania, tudo se referia às suas pessoas; a nação era nada, daí vem que só eram crimes de alta traição aqueles, que se dirigiam mais imediatamente às suas pessoas, à sua coroa, a sua fazenda etc. Hoje

³⁸⁶ Sobre a utilização desta expressão, nas experiências constitucionais portuguesa de 1822 e brasileira de 1823-24, ver FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Deputados Portugueses e Redatores Fluminenses na Construção da Monarquia Constitucional Portuguesa (1821-1822)*. 2010, 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

³⁸⁷ BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Hemus, 1983 (1ª edição em italiano: 1764).

³⁸⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.234.

porém acham-se divididos os poderes soberanos, ou majestáticos, e por isso não é para estranhar-se que seja reputado tão criminoso o que atentar contra o poder legislativo e judiciário, como o que atacar o executivo. E se tais delitos sempre foram com razão havidos como alta traição, e de lesa majestade de primeira cabeça, não sei qualquer seja o motivo porque se não devam ter em igual grau, aqueles que se designam neste artigo. Em consequência deste princípio, logo que um ministro de estado atentar contra a constituição, contra qualquer dos poderes políticos, usurpando os seus atributos imprescritíveis, e inalienáveis, cometerá um delito de alta traição, porque abusa muito positivamente da confiança, e do poder, que se depositara em sua pessoa, para guarda das leis e da constituição; e se torna infiel e verdadeiro traidor à nação, em a qual a constituição reconhece a soberania.³⁸⁹

A argumentação de Vergueiro em apoio à inserção da usurpação no artigo primeiro do projeto de lei da responsabilidade – conforme a redação proposta por Clemente Pereira, ampliando-lhe o sentido – prevaleceu, nas votações seguintes realizadas na Câmara dos Deputados, e apenas foi derrubada no Senado, a partir do pedido de supressão formulado pelo então visconde de Caravelas e aprovado na sessão do dia 16 de agosto de 1826³⁹⁰. Para o senador, conselheiro de Estado e então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, *circunstâncias imperiosas* poderiam exigir do titular de uma pasta ministerial uma providência legislativa, de modo que afirmava: *se ele abusou, castigue-se; porém, não seja com semelhante ferrete* [referência às penas previstas para a *traição*].³⁹¹ A partir de sua argumentação, a usurpação de atribuições devia ser retirada do artigo da *traição* para outro a ser definido durante a discussão do projeto de lei originário da Câmara dos Deputados.³⁹² Por fim, sua inserção no artigo referente ao *abuso de poder*, cujas penas eram bem mais brandas do que o da *traição*, decorreu de emenda proposta pelo então visconde de Barbacena durante a segunda discussão do projeto de lei no Senado.³⁹³ Em sentido contrário,

³⁸⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.233-234.

³⁹⁰ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessões dos dias 14 e 16 de agosto de 1826, p.68-70, 76).

³⁹¹ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 16 de agosto de 1826, p.69-70.

³⁹² *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 16 de agosto de 1826, p.76.

³⁹³ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 17 de agosto de 1826, p.80-81. Sublinhe-se que para o senador, não apenas a usurpação de qualquer das atribuições do Poder Legislativo, ou

manifestou-se apenas Carneiro de Campos, com a defesa da inclusão da usurpação no artigo referente à *falta de observância à lei*³⁹⁴ (artigo quarto). O marquês de Inhambupe³⁹⁵, por sua vez, aceitou a inserção da usurpação no artigo referente ao abuso de poder, porém propôs sem sucesso uma redação alternativa para esse dispositivo, pela qual esclarecia seu sentido ao afirmar que a usurpação se referia às *atribuições dos outros poderes políticos estabelecidos e marcados na Constituição*³⁹⁶, e não apenas às atribuições dos Poderes Legislativo e Judiciário. Contudo, sua proposta não foi acolhida.

Ressalte-se que, no tocante à *usurpação*, sua nova classificação acarretava uma considerável redução na pena aplicável a essa infração penal: se antes havia, inclusive, a possibilidade de aplicar ao usurpador a pena de morte (artigo 1, §3 do projeto de lei da responsabilidade), no texto sancionado pelo imperador a pena máxima aplicável ao infrator passou a ser a inabilidade perpétua para todos os empregos e dois anos de prisão

Judiciário, mas também o atentado contra o livre exercício dos poderes políticos, reconhecidos na *Constituição Política do Império do Brasil* deveriam ser incluídos como abuso de poder

Cumpre-se notar que, durante a discussão na Câmara dos Deputados, Marcos Antônio defendera esta ideia, porém sem obter o apoio de seus colegas no plenário (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.232). Aliás, durante toda a discussão da lei da responsabilidade na câmara temporária, o deputado baiano (nomeado, em outubro de 1826, bispo do Maranhão) foi um dos mais ardorosos defensores tanto da coroa quanto dos ministro e secretário de Estado e assim se posicionaria sempre nas discussões legislativas no decorrer da Primeira Legislatura.

³⁹⁴ *Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 27 de junho de 1827, p.322.

³⁹⁵ Antônio Luiz Pereira da Cunha (visconde com grandeza em 1824, marquês de Inhambupe em 1826) nasceu na Bahia a 06 de abril de 1760 e faleceu no Rio de Janeiro a 19 de setembro de 1837. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. Magistrado, desembargador da Relação da Bahia, da do Porto e da Casa de Suplicação de Lisboa, deputado da junta do comércio, agricultura, fábricas e navegação, e fiscal das mercês. Foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, integrou o Conselho de Estado responsável pela redação da Carta de 1824 e, em 1826, foi nomeado senador (pela província de Pernambuco) pelo imperador. Exerceu os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (de 20 de janeiro de 1826 a 15 de janeiro de 1827), interino da Fazenda (20 e 21 de janeiro de 1826) e no último ministério nomeado por dom Pedro I, o chamado *ministério dos marqueses* que durou apenas dois dias (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: primeiro volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883, p.241-243; JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.p.188-189).

³⁹⁶ *Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 27 de junho de 1827, p.324.

(de acordo com o previsto na lei da responsabilidade de 15 de outubro de 1827³⁹⁷ em seu artigo 3, §2).

Durante a discussão do projeto de lei da responsabilidade no Senado, verifica-se que, enquanto os deputados da oposição articularam mecanismos que lhes possibilitassem controlar, fiscalizar e limitar as atribuições conferidas pelo texto constitucional aos membros dos Poderes Moderador e Executivo, os senadores se preocuparam na articulação do contrário, ou seja, de mecanismos de controle dos membros do Poder Legislativo pelos do Executivo e do Moderador, conforme sublinhado pelo visconde de Barbacena na sessão do dia 14 de agosto de 1826, ao tratar da interpretação do artigo 61 da Carta de 1824:

Ambos os poderes [Executivo e Legislativo] tendem naturalmente para o despotismo; mas as consequências de um são incomparavelmente mais fatais que as do outro. Guerras injustas, batalhas perdidas são grandes flagelos; mas a natureza, e o governo pode em pouco tempo reparar aqueles males. As leis injustas fazem a desgraça de um século, e preparam a dos séculos seguintes. Limitar, pois, o poder legislativo é o que mais convém à prosperidade de uma nação.³⁹⁸

Relacionado com o tema da *usurpação* [pelos ministros e secretários de Estado] *de alguma das atribuições conferidas aos poderes legislativo ou judiciário*, a questão dos atentados cometidos ao *livre exercício dos poderes políticos reconhecidos pela constituição do império* (a partir das emendas propostas por Vergueiro e por Feijó na sessão do dia 20 de junho de 1826) igualmente provocou ampla discussão entre os deputados a partir da defesa por Vasconcelos não apenas de sua inserção no texto legal, como também da redação de um dispositivo mais amplo, de forma a abarcar outras condutas não abrangidas pela expressão *livre exercício*. De acordo com o deputado mineiro, a redação do dispositivo legal deveria abranger todas as hipóteses nas quais os titulares de pastas ministeriais pudessem se opor a algum dos direitos políticos. Por exemplo, a oposição à convocação da Assembleia Geral Legislativa pelo Senado nas hipóteses previstas pelo texto constitucional: em virtude de sua não convocação pelo imperador, enquanto chefe do Poder Executivo; ou, pela Regência Provisional, em face

³⁹⁷ Lei de 15 de outubro de 1827. Da responsabilidade dos Ministros e Secretários de Estado e Conselheiros de Estado, In: *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, parte primeira – atos do poder legislativo, p.54-64.

³⁹⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 14 de agosto de 1826, p.63.

do falecimento do monarca (artigo 47, §§3 e 4, respectivamente).³⁹⁹ Dessa forma, propunha que nele se dispusesse que seriam punidos os ministros e secretários de Estado que, de qualquer forma, atentassem *contra o exercício de algum dos poderes políticos ou privando-os da liberdade no desempenho de suas funções*.⁴⁰⁰

Ou seja, ao assim se pronunciar, Vasconcelos, mesmo sem se referir expressamente a dom Pedro I, questionava-lhe a não convocação do Corpo Legislativo logo após a outorga do texto constitucional e clamava pela denúncia, acusação, julgamento e punição dos ministros e secretários de Estado responsáveis pela não realização desse ato, muitos dos quais membros do Conselho de Estado criado pelo imperador para a elaboração do texto constitucional. Assim, por ser a convocação da Assembleia Geral Legislativa atribuição do Poder Executivo, o qual apesar de chefiado pelo imperador, era exercido pelos ministros e secretários de Estado, em especial o dos Negócios do Império, a princípio, todos os que exerceram esse cargo – após a outorga da Carta de 1824 – e não expediram o decreto convocatório eram, de certo modo, responsáveis pelo não cumprimento do texto constitucional: José Severiano Maciel da Costa, Estevão Ribeiro de Resende, Felisberto Caldeira Brant Pontes, José Feliciano Fernandes Pinheiro, João Vieira de Carvalho e José Joaquim Carneiro de Campos.⁴⁰¹

Assim, promulgada a Carta no dia 25 de março de 1824, a primeira instalação da Assembleia Geral Legislativa dependia da expedição de um decreto convocatório por dom Pedro I, enquanto chefe do Poder Executivo (conforme disposto no artigo 102, parágrafo primeiro), o que apenas ocorreu em 1826, através do decreto de 25 de abril de 1826⁴⁰², referendado pelo então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, José Feliciano Fernandes Pinheiro (futuro visconde com grandeza de São Leopoldo). Sublinhe-se que, naquele momento, não havia nenhum outro meio de se

³⁹⁹ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 47: “É da atribuição exclusiva do Senado: (...) §3. Expedir Cartas de Convocação da Assembleia, caso o Imperador o não tenha feito dois meses depois do tempo, que a Constituição determina [artigo 102, §1]; para o que se reunirá o Senado extraordinariamente. §4. Convocar a Assembleia na morte do Imperador para a Eleição da Regência, nos casos, em que ela tem lugar, quando a Regência Provisional o não faça”.

⁴⁰⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 13 de julho de 1826, p.153.

⁴⁰¹ JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.9-18.

⁴⁰² *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880, parte segunda – atos do poder executivo, p.34.

convocar o Corpo Legislativo: mesmo a atribuição do Senado prevista no artigo 47, §3, referente à possibilidade de se expedir as cartas de convocação da nova Assembleia Geral, caso o imperador não a tivesse realizado *dois meses depois do tempo, que a Constituição determina*, apenas poderia ser exercida após o Corpo Legislativo ter sido convocado pela primeira vez pelo monarca, o que ainda não tinha ocorrido.⁴⁰³

Apesar desta emenda de Vasconcelos, com o apoio expresso de Vergueiro, não ter sido aprovada, o episódio nos revela o quanto os deputados aproveitavam as discussões em plenário para abordarem temas delicados, como o da não convocação da Assembleia Geral Legislativa em 1825 e, sobretudo, o da importância de se elaborar uma lei da responsabilidade para a consolidação do sistema constitucional no Império do Brasil. Conforme sublinhava Vergueiro: *Não pode entrar em dúvida que apesar de reunida a assembleia, pode ser atacada a sua liberdade: o ministro pode corromper um dos seus membros e aterrar outros para que não expressem as suas opiniões: e quando uma assembleia se acha neste caso será livre nas suas deliberações?*⁴⁰⁴

⁴⁰³ É importante sublinhar que, das cinco hipóteses de convocação da Assembleia Geral Legislativa previstas na Carta de 1824, três eram da atribuição do imperador, duas das quais, enquanto delegado privativo do Poder Moderador: a da sessão extraordinária e a, da ordinária, em caso de dissolução da Câmara dos Deputados (artigo 101, §§ 2 e 5, respectivamente). Das três outras hipóteses de convocação previstas no texto constitucional, uma era atribuída ao imperador, enquanto chefe do Poder Executivo (a da nova Assembleia Geral ordinária no dia três de Junho do terceiro ano da Legislatura existente, ou seja, atribuição a ser exercida, de acordo com o texto constitucional, por meio de um ministro e secretário de Estado - artigo 102, §1), e duas ao Senado (ambas supletivas, a primeira em caso de o imperador não cumprir, em até dois meses, com o disposto no texto constitucional; a segunda no caso de morte do imperador, se não o tiver feito a Regência Provisional – artigo 47, §§ 3 e 4)

Sobre o atraso na instalação da Assembleia Geral Legislativa, a qual apesar de prevista na *Constituição Política do Império do Brasil* apenas foi efetivada dois anos após sua outorga pelo imperador, poucos autores que se detiveram nesta questão, apesar de sua importância, consultar ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.126-127; SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.96-101.

Note-se que outras soluções para a convocação do Corpo Legislativo foram adotadas nas demais experiências constitucionais atlânticas, por exemplo, na constituição portuguesa de 23 de setembro de 1822 não se colocava esta questão na medida em que a instalação das Cortes não dependia da convocação do rei (*Constituição Política da Nação Portuguesa*, artigo 124) e a forma como as eleições seriam realizadas estavam regulamentadas pelo texto constitucional (*Constituição Política da Nação Portuguesa*, artigos 32 a 74). Contudo, o sistema eleitoral estabelecido pela *Constituição Política do Império do Brasil* seguia a solução prevista no projeto de constituição submetido à discussão pela Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 (*Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Edição fac-similar. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 6, 2003, tomo II, volume 1º, Número 65, sessão do dia 1º de setembro de 1823, p.689-699, artigo 142, §2 combinado com artigos 122 a 137).

⁴⁰⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 13 de julho de 1826, p.154.

Dessa forma, mantida a redação do projeto de lei da responsabilidade, elaborado pela Câmara dos Deputados, no Senado, e devidamente sancionada pelo imperador, não seria mais possível um ministro e secretário de Estado usurpar atribuições reservadas ao Poder Legislativo – tais como a contratação de empréstimos no exterior e a realização dos recrutamentos⁴⁰⁵, inúmeras vezes citados pelos deputados no decorrer da sessão de 1826 – ou atentar contra o livre exercício dos poderes políticos (mesmo sem ter sido aprovada a emenda proposta por Vasconcelos) e não ser acusado, julgado e devidamente punido pelos membros do Corpo Legislativo, convertido em uma instância jurisdicional. Aliás, pela redação dada ao projeto de lei após sua segunda discussão na Câmara dos Deputados, mesmo a *omissão* não seria capaz de excluir a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado nos casos elencados de traição, como o supracitado de usurpação das atribuições reservadas ao Poder Legislativo: *a omissão não salva os ministros da responsabilidade*.⁴⁰⁶ Contudo, no Senado não apenas foi excluída a hipótese da *omissão* (a partir de emenda supressiva proposta pelo então barão de Alcântara)⁴⁰⁷, como também passou a ser exigido o *dolo manifesto* para as hipóteses de *traição*, como a seguir é analisado neste capítulo.

Em relação ao procedimento judicial a ser seguido em cada uma de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, apesar de ter sido escolhido, na primeira discussão, o projeto de lei particular (relatado por Almeida e Albuquerque), os deputados, a partir de uma emenda aditiva proposta por Vasconcelos (com o apoio de Vergueiro, Clemente Pereira, Batista Pereira e Costa Aguiar) – justificada pelo fato de seu projeto de lei ser mais amplo e preciso do que os dispositivos do outro projeto –, decidiram pela discussão do Título Terceiro: *Do Processo de Responsabilidade*.⁴⁰⁸

⁴⁰⁵ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, eram atribuições reservadas à Assembleia Geral a autorização ao governo para contrair empréstimos e a regulamentação dos recrutamento, hipótese em que a iniciativa era privativa da Câmara dos Deputados (de acordo com o disposto, respectivamente, nos artigos 15, §13 e 36, §2).

⁴⁰⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1826, p.231.

⁴⁰⁷ Emenda de Alcântara em *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 23 de agosto de 1826, p.112. Reafirmada na terceira discussão do projeto de lei da responsabilidade em *Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo segundo, sessão do dia 17 de julho de 1827, p.14.

⁴⁰⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessões dos dias 23 e 26 de junho de 1826, p.277-280; 286-287 e 294. O projeto de lei da responsabilidade geral foi

No projeto de lei geral redigido por Vasconcelos e submetido à discussão em plenário, por exemplo, não apenas estava prevista a possibilidade de *todo cidadão* denunciar os ministros e secretários de Estado (em respeito ao direito de petição previsto no artigo 179, §30⁴⁰⁹ da Carta de 1824, sem qualquer tipo de limitação a seu exercício), como também distinguia de forma precisa a denúncia da acusação e possibilitava ao denunciado a elaboração de uma defesa por escrito, durante a primeira fase do processo na Câmara dos Deputados, antes de ser deliberado sobre o cabimento da acusação o Senado. No projeto de lei geral redigido pelo deputado mineiro havia, inclusive, a previsão de ao denunciado que tivesse apresentado resposta por escrito ser dada a permissão de assistir à discussão do cabimento ou não da acusação, possibilitando-lhe nela se defender (artigo 11 do título III do projeto de lei geral).⁴¹⁰ Contudo, esse artigo foi derrubado após as críticas formuladas por Lino Coutinho (emenda supressiva aprovada em plenário) e Batista Pereira sobre a inaplicabilidade desse ato durante a fase processual transcorrida na Câmara dos Deputados.⁴¹¹

publicado em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 29 de maio de 1826, p.168-175,

⁴⁰⁹ De acordo com o artigo 179, §30 da *Constituição Política do Império do Brasil*: “Todo o Cidadão poderá apresentar por escrito ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expor qualquer infração da Constituição, requerendo perante a competente Autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores”. Para uma análise da utilização do direito de petição durante o Primeiro Reinado e a consolidação dos direitos dos cidadãos através das petições por eles encaminhadas à Câmara dos Deputados, legitimando-a como espaço de exercício da representação política, consultar pesquisa de doutorado desenvolvida por Vantuil Pereira. Segundo o autor: “O movimento peticionário se caracterizou pela crença dos cidadãos de que eram possuidores de direitos e que, pela utilização daquele mecanismo, poderiam garantir as suas reivindicações. Para tanto, faziam uma leitura precisa de onde poderiam garanti-los. Atados aos acontecimentos e à necessidade que setores no interior do Parlamento tinham em fazer daquela casa o *Soberano Congresso*, os cidadãos se fizeram notar pelo Estado e passaram a politizar suas demandas, em um movimento de mão dupla, que duraria enquanto a disputa entre Imperador e Câmara dos Deputados se desenrolava. Entretanto, este foi apenas um capítulo na luta pela afirmação dos direitos civis e políticos. Por todo o período imperial e durante todo o século XX, parcelas da sociedade procuraram construir mecanismos que lhes garantissem a participação política e, principalmente, instrumentos que pudessem protegê-las dos abusos do poder político” (PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.376).

⁴¹⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 29 de maio de 1826, p.174.

⁴¹¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 26 de junho de 1826, p.294-295

2.3 – Discussão do projeto de lei da responsabilidade no Senado – emendas ao projeto elaborado e aprovado pela Câmara dos Deputados

Enviado o projeto de lei da responsabilidade ao Senado, ele foi lido na sessão do dia 05 de agosto e entrou em discussão uma semana depois.⁴¹² As alterações feitas pelos senadores ao projeto originário da Câmara dos Deputados se relacionaram não apenas à melhoria da redação, tornando-a mais clara e precisa, mas, sobretudo, ao aumento dos requisitos necessários à realização da infração penal; à exclusão dos estrangeiros do *direito de denunciar*⁴¹³; à dilatação dos prazos e ao abrandamento das penas impostas em decorrência da prática de alguma das infrações nele relacionadas. Desse modo, houve a limitação da responsabilidade por *traição* aos atos manifestamente dolosos praticados no exercício de seu ofício, a reclassificação da *usurpação de atribuições dos demais poderes* da *traição* para o *abuso de poder*, e a inclusão da prova de dano e/ou prejuízo ao Estado na descrição do *abuso de poder*.⁴¹⁴ Além disso, as *penas pecuniárias*

⁴¹² *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessões dos dias 05 e 12 de agosto de 1826, p.29-32 e 60. No Senado, impresso o projeto, a segunda discussão o projeto de lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado teve início no dia 12 do mesmo mês, prolongando-se até 30 de maio de 1827 (*Anais do Senado do Império do Brasil: Primeira Sessão da Primeira Legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessões dos dias 12, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 28 e 30 de agosto, 01, 02, 04 e 05 de setembro de 1826, p.60-63; 68-70; 73-79; 80-83; 88- 94; 95-100; 101-104; 108-111; 111-115; 137-144; 146; 169-171; 180-181; 183-188; 194-196; *Anais do Senado do Império do Brasil: Segunda Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1827*. Rio de Janeiro: Senado, 1910-1912, tomo primeiro, sessões dos dias 07, 08, 12, 17, 28, 29 e 30 de maio de 1827, p. 21; 22-24; 61-62; 106-107; 167-172; 173-178; 178-185). A terceira discussão no Senado ocorreu de 20 de junho a 13 de agosto (durante o qual houve grandes intervalos sem o projeto de lei ser efetivamente discutido em plenário) (*Anais do Senado do Império do Brasil: Segunda Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1827*. Rio de Janeiro: Senado, 1910-1912, tomo primeiro, sessões dos dias 20, 21, 25, 26, 27 e 28 de junho, 03, 04, 06, 07, 08, 10, 11, 13 e 14 de julho de 1827, p.294-296; 298-302; 306-311; 312-319; 319-324; 325-330; 339-343; 346-350; 353-356; 368-370; 374-377; 380-386; 388-396; 405-412; 426-434; 435-442; *Anais do Senado do Império do Brasil: Segunda Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1827*. Rio de Janeiro: Senado, 1910-1912, tomo segundo, sessões dos dias 16, 17 e 27 de julho, 07 e 13 de agosto de 1827, p.3-9; 69-70; 130; 168-170; 171-175, 182).

Os documentos de trabalho do Senado, da Primeira Legislatura, foram digitalizados e estão disponíveis em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179461>. Em relação ao tema da responsabilidade ver os documentos nas páginas 90-97. O projeto de emenda referente à parte do julgamento dos ministros e conselheiros de Estado pelo Senado foi apresentado pela comissão de senadores composta por Francisco Carneiro de Campos, João Antônio Rodrigues de Carvalho, Barão de Cairú, Visconde de Nazaré e Barão de Alcântara. O parecer da comissão de legislação (marquês de Inhambupe, Visconde de Alcântara, Marquês de Caravelas, Visconde de Cairú, Francisco Carneiro de Campos) do dia 16 de maio de 1827 sobre o projeto apresentado pela Câmara dos Deputados antes de se iniciar a segunda discussão em p.158-159.

⁴¹³ Na sessão do dia 02 de julho de 1827, Inhambupe apresentou a emenda supressiva do direito de os estrangeiros denunciarem os ministros e conselheiros de Estado por delitos de responsabilidade, sob a alegação de que a proteção aos estrangeiros era dada através dos tratados e do Direito das Gentes (*Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 02 de julho de 1827, p.339-340).

⁴¹⁴ A exigência da prova do dano ou prejuízo para a concretização do *abuso de poder* decorreu de emenda apresentada por Caravelas na sessão do dia 27 de junho de 1827, durante a terceira discussão do projeto

foram em grande parte eliminadas, sendo mantidas apenas, para a hipótese de reparação do dano.⁴¹⁵

Em relação à *traição*, a partir de emenda formulada por Carneiro de Campos, e defendida por Caravelas, então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império⁴¹⁶, prevaleceu o entendimento (anteriormente defendido por Clemente Pereira na Câmara dos Deputados) de que, sob a lei da responsabilidade, deveriam ser punidas apenas as infrações manifestamente dolosas cometidas pelos ministros e secretários de Estado no exercício de seu ofício, ou dele se prevalecendo para a prática de algum ato. Se por um lado foram mantidas diversas condutas descritas pelos deputados; por outro, tanto passou a ser exigido o *dolo manifesto* para a execução das infrações nele elencadas⁴¹⁷, quanto foi deslocada a *usurpação* para o artigo referente ao *abuso de poder* (artigo 3º do projeto de lei da responsabilidade) e inserida nova infração no delito de *traição*: o ato de maquinar a *destruição da religião católica apostólica romana*⁴¹⁸, a partir de emenda proposta pelo visconde de Barbacena (com o apoio de Soledade) ao artigo 1, §1, posteriormente desmembrada em parágrafo autônomo.⁴¹⁹ Sublinhe-se que a exigência do *dolo manifesto* limitava consideravelmente o enquadramento dos atos praticados pelos ministros e secretários de Estado, em qualquer uma das infrações elencadas no artigo primeiro do projeto de lei da responsabilidade.

No que se refere à denúncia das infrações cometidas pelos ministros e conselheiros de Estado, o Senado excluiu a titularidade dos estrangeiros (a partir da

de lei da responsabilidade no Senado (*Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 27 de junho de 1827, p.319-324).

⁴¹⁵ De acordo com a lei da responsabilidade em seu artigo 3, §1 (também aplicáveis às infrações descritas nos artigos 4 a 6): “Máxima: três anos de remoção para fora da Corte e seu termo. Média: dois anos. Mínimo: um ano. Além disso a reparação do dano à parte, havendo-a ou à Fazenda Publica, quando esta seja interessada, sem o que não voltará à Corte”.

⁴¹⁶ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessões dos dias 12 e 14 de agosto de 1826, p.60 e 69-70.

⁴¹⁷ Cumpre-se notar que Inhambupe tentou, sem sucesso, exigir o dolo manifesto para a conduta descrita no artigo 4, §1 da lei da responsabilidade, referente à falta de observância da lei, na medida em que “se a omissão for involuntária, se não encerrar malícia, o Ministro não pode ser responsabilizado com justiça” (*Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 28 de junho de 1827, p.325-326).

⁴¹⁸ De acordo com a lei da responsabilidade de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 1, §2: “Os Ministros e Secretários de Estado são responsáveis por traição:(...) § 2º Maquinando a destruição da religião católica apostólica romana”, In: *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, parte primeira – atos do poder legislativo, p.54-64.

⁴¹⁹ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 16 de agosto de 1826, p.73-74.

interpretação do artigo 179, §30 da Carta de 1824 articulada por)⁴²⁰ e limitou a dos membros da Assembleia Geral Legislativa ao prazo de duas legislaturas (a partir de emenda proposta por Carneiro de Campos), ao invés de manter o prazo em aberto, tal como estabelecido na redação original do artigo 8 do projeto de lei da responsabilidade aprovado pela Câmara dos Deputados⁴²¹. Contudo, a maior alteração no projeto de lei da responsabilidade, elaborado pelos deputados, referiu-se ao julgamento pelo Senado⁴²², a partir da elaboração de um novo formulário, pela comissão de legislação (composta pelos barões de Alcântara e Cairu⁴²³, visconde de Nazaré, Carneiro de Campos e Rodrigues de Carvalho), sobre o rito processual a ser seguido para o julgamento dos ministros e conselheiros de Estado.

⁴²⁰ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessões dos dias 18 e 19 de agosto de 1826, p.94-99.

Trata-se de tema amplamente debatido na Câmara dos Deputados, na qual prevaleceu a concepção defendida por Vasconcelos: “Aos estrangeiros não é permitida a denúncia senão por fatos em que tenham interesse próprio” (In: *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 26 de junho de 1826, p.287).

O artigo 8 da Lei de 15 de outubro de 1827 excluiu a possibilidade de os estrangeiros denunciarem, por interesse próprio, os ministros e secretários de Estado, tal como originariamente previsto no projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado para o Senado para discussão e deliberação.

⁴²¹ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 19 de agosto de 1826, p.98-99.

Em relação às denúncias formuladas pelos membros do Poder Legislativo, o projeto de lei da responsabilidade aprovado pela Câmara dos Deputados estabelecia a possibilidade delas ocorrerem “quando dos delitos tiverem notícia, ou quando [os deputados] julgarem conveniente”.

⁴²² Refiro-me à segunda sessão do capítulo terceiro – *Do processo de acusação e da sentença* – a qual foi completamente reformulada pelos senadores, pouco restando o projeto originariamente elaborado pela Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados tinha aplicado para a lei da responsabilidade o disposto na Carta de 1824 referente à distinção entre juízes do fato – os jurados – e os juízes de direito (artigos 151 e 152). Além disso, elaborara um detalhado sistema de escolha e exclusão dos juízes de direito, de forma a propiciar um julgamento isento dos fatos apurados (artigos 20 a 22 do projeto de lei da responsabilidade aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado para discussão).

⁴²³ José da Silva Lisboa (barão em 1825, visconde de Cairu em 1826) nasceu na Bahia a 16 de julho de 1856 e faleceu no Rio de Janeiro a 16 de julho de 1756. Bacharel em Direito Canônico e Filosófico pela Universidade de Coimbra (1779). De acordo com o barão Smith de Vasconcelos, “aos seus esforços deve-se a carta régia de 21 de janeiro de 1808, declarando livres os portos e o comércio do Brasil a todos os povos”. Desembargador na criação da Mesa do Desembargo do Paço, Deputado à Junta de Comércio, Censor Régio por nomeação do Desembargo do Paço. Foi eleito deputado pela província da Bahia para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823. Em 1826, foi nomeado senador (pela província da Bahia) pelo imperador. A partir de 1825, por solicitação de dom Pedro I, iniciou a redação da *Historia dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, com o auxílio de fr. Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio e Domingos Alves Branco Moniz Barreto, cujos volumes (1 a 3) foram publicados de 1826 a 1830 (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quinto volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p.193-203; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.128; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986).

A partir do novo texto da Segunda Seção do Título III do projeto de lei da responsabilidade – *Do processo de acusação, e da sentença* –, elaborado pela comissão de legislação do Senado e lido na sessão do dia 23 de agosto de 1826⁴²⁴, todos os senadores passaram a ser juízes competentes para conhecerem os crimes nele elencados, praticados pelos ministros e secretários de Estado e pelos conselheiros de Estado, e aplicar-lhes a lei⁴²⁵, salvo os impedidos de julgar de acordo com o artigo 22 (desde que esses impedimentos sejam alegados pelo acusado ou pela comissão acusadora e aceitos pelo Senado)⁴²⁶ e as recusas imotivadas de até seis senadores admitidas pelo artigo 24⁴²⁷, ambos da lei da responsabilidade de 15 de outubro de 1827. E, se dependesse do marquês de Caravelas, deveria ser ainda maior o direito do acusado de alegar o impedimento de senadores para ocuparem o cargo de juiz (senadores-juízes) do crime de responsabilidade a ele atribuído, de modo a lhe assegurar um julgamento imparcial.

⁴²⁴ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 23 de agosto de 1826, p.114-115.

⁴²⁵ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessões de 21 e 22 de agosto de 1826, p.103-104, 110, De acordo com os artigos 20 e 21 da lei da responsabilidade, “para julgar estes crimes o Senado se converte em Tribunal de Justiça”, de modo que “todos os senadores são Juízes competentes para conhecerem dos crimes de responsabilidade dos Ministros e Secretários de Estado, e Conselheiros de Estado, e aplicar-lhes a lei”.

O projeto de lei aprovado originário da Câmara dos Deputados estabelecia um sistema de julgamento totalmente diverso, com o estabelecimento de juízes de fato e de direito, excluídos os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado, ainda que não acusados (artigos 20 a 22 do projeto de lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado enviado pela Câmara dos Deputados ao Senado para discussão e deliberação).

⁴²⁶ De acordo com o artigo 22 da lei da responsabilidade, não podiam julgar os acusados como incursos nessa lei: “1º Os que tiverem parentesco em linha reta de ascendentes, ou descendentes, sogro, e genro; em linha colateral irmãos, cunhados, enquanto durar o cunhadio, e os primos coirmãos. 2º Os que tiverem deposto como testemunha na formação da culpa, ou do processo. 3º Os que tiverem demanda por si ou suas mulheres sobre maior parte de seus bens, e o litígio tiver sido proposto antes da acusação. 4º Os que tiverem herdeiros presuntivos”. No entanto, o artigo seguinte tornam esses impedimentos, por suspeição, dependentes de decisão pelo Senado, depois de sua alegação quer pelo acusado (ou seus procuradores, advogados ou defensores), quer pela comissão acusadora, quer pelos demais senadores que se sentirem impedidos. O que, de certo modo, agravava a situação dos acusados que, por algum motivo, deixasse de alegar o impedimento de algum senador e, mais tarde, resolvesse questionar o veredito final através da alegação da suspeição de algum dos juízes que proferiram a sentença.

Durante a terceira discussão do projeto de lei da responsabilidade no Senado, Inhambupe, na sessão do dia 06 de julho de 1827, propôs (sem sucesso) mais uma hipótese de impedimento – a do *Senador que por juramento asseverar que em sua consciência não pode ser juiz em tal processo* (*Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia, de junho de 1827, p.368). Ou seja, através da multiplicação das hipóteses de impedimento e/ou suspeição, visava-se de fato impedir a realização do julgamento no Senado e tornar efetiva a apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e conselheiros de Estado, com a condenação dos considerados culpados pelas infrações a eles imputadas, mesmo após a promulgação da lei regulamentar exigida pela Carta de 1824.

⁴²⁷ De acordo com o artigo 24 da lei da responsabilidade, ao acusado era permitido recusar até seis Senadores, sem declarar o motivo, além daqueles, que fossem recusados na forma do artigo 22.

Apenas por causa do pequeno número de membros do Senado⁴²⁸ foi que Caravelas admitiu a limitação do número de recusas de senadores-juízes alegadas pelo acusado, tal como ficou disposto no texto final da lei da responsabilidade.⁴²⁹ Contudo, cumpre-se notar que esse posicionamento de Caravelas não implicava, necessariamente, em uma postura menos liberal da parte dele. Muito pelo contrário, ao assim se posicionar, o visconde teve que se defender da acusação de ser defensor do sistema de jurados, o qual, de acordo com Cairu, tinha na recusa dos julgadores *essencial parte do sistema dos jurados de democrática instituição*. Em sua argumentação, Caravelas mostrava como, apesar de ter se posicionado desde o início contra a adoção do sistema de jurados para o julgamento dos crimes regulamentados pelo projeto de lei da responsabilidade no Senado, em nenhum momento se contrapunha ao sistema de jurados em si mesmo, na medida em que este era característico dos governos livres: *basta lembrar que a nossa constituição o admite, e quer; porque quer que sejamos livres. Se o não adotamos nessa lei, é porque a mesma constituição o não admitiu neste juízo, que fez mui privativo, como já se demonstrou*.⁴³⁰

Além disso, de acordo com a nova redação da Segunda Seção do Título Terceiro do projeto de lei da responsabilidade, concedeu-se ao acusado diversas garantias processuais não previstas na redação original do projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados, como por exemplo: o não comparecimento no Senado para se defender desde que comparecessem seus procuradores e advogados⁴³¹; a apresentação das

⁴²⁸ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 23, as sessões em cada uma das Câmaras apenas poderiam ser realizadas se estivessem presentes a metade do número legal de seus membros. Ou seja, com menos de 26 senadores não seria possível a realização de uma sessão para o julgamento de um ministro e secretário de Estado ou conselheiro de Estado por crime de responsabilidade. Diante desse quadro, a ampliação do direito do acusado de recusa dos senadores-juízes poderia inviabilizar o próprio julgamento. Para solucionar esta limitação constitucional, o barão de Alcântara propôs, sem sucesso, uma nova interpretação do artigo 23 da Carta de 1824, de modo a aplicar o quórum mínimo legal estabelecido pelo texto constitucional apenas às sessões legislativas e não para aqueles momentos em que o Senado se convertia em Tribunal de Justiça. Contra essa interpretação, Caravelas argumentou que “a constituição não diz que este juízo há de ser feito no senado, mas diz que o senado há de ser o juíz”, ou seja, não havia que se falar em inaplicabilidade do artigo 23 do texto constitucional para o julgamento dos crimes regulamentados pela lei da responsabilidade.

⁴²⁹ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessões de 29 e 30 de agosto de 1826, p.141-143, 146-147. *Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 06 de julho de 1827, p.369-370.

⁴³⁰ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 29 de agosto de 1826, p.143

⁴³¹ De acordo com a lei da responsabilidade em seu artigo 27, o acusado poderia comparecer “por si, ou seus procuradores, e advogados, ou outros quaisquer defensores por ele escolhidos”, desde que “comunicado à comissão da acusação, vinte e quatro horas antes, o rol das testemunhas, que houver de produzir”.

alegações finais por escrito, dentro do prazo de cinco dias (por se tratar de uma postura *mais liberal* do legislador, de acordo com Carneiro de Campos)⁴³²; a solicitação de maiores esclarecimentos sobre o processo e verdade dos fatos⁴³³; a realização de uma sessão secreta⁴³⁴ para a discussão e a definição do estado dos autos para a votação⁴³⁵; a multiplicação e ampliação dos prazos processuais e a articulação de mecanismos para a melhor defesa dos acusados. De forma a assegurar a ampla defesa do acusado, possibilitou-se a acareação das testemunhas – a pedido quer da acusação, quer da defesa (de acordo com o artigo 36 da lei da responsabilidade dos ministros de Estado) –, e a interposição pelo réu dos embargos da sentença proferida pelo Senado, no prazo de dez dias.⁴³⁶

Cumpre-se notar que a nova redação dada ao artigo 27 pelo Senado foi uma das alterações que maior indignação provocou nos deputados, nesse sentido consultar o debate ocorrido na Câmara dos Deputados nos *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quarto, sessão do dia 27 de agosto de 1827, p.241-244, em especial os votos de Souza França e Vergueiro.

⁴³² *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 01 de setembro de 1826, p.169.

De acordo com a lei da responsabilidade em seu artigo 38, após debate verbal entre a comissão julgadora e o acusado, seus procuradores, advogados, e defensores, “somente porém ao acusado será permitido fazer alegação por si, seus procuradores, advogados, e defensores, por escrito; e neste caso se lhes assignará o termo de cinco dias para o fazerem, dando-se-lhes por cópia os novos documentos, e depoimentos de testemunhas, havendo-os”.

⁴³³ De acordo com a lei da responsabilidade em seu artigo 39: “O Presidente perguntará ao acusado, se quer dizer, ainda alguma coisa mais sobre a elucidação do processo, e verdade dos fatos”.

⁴³⁴ Sublinhe-se que *secreta*, de acordo com todos os senadores que se manifestaram em plenário (os marqueses de Caravelas, Santo Amaro, Inhambupe e Paranaguá), na sessão do dia 10 de junho de 1827, significava, inclusive, sem a presença da comissão acusadora, na medida em que era composta de membros não integrantes da câmara vitalícia (*Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 10 de junho de 1827, p.388-391).

⁴³⁵ De acordo com a lei da responsabilidade em seu artigo 40: “Concluídos estes atos, se procederá á sessão secreta, onde se discutirá o objeto da acusação em comissão geral, no fim da qual perguntará o Presidente, se dão a matéria por discutida, e se estão prontos para a votação”. Tratava-se, portanto, de solução diversa da adotada pelo projeto de lei da responsabilidade aprovado pela Câmara dos Deputados que, em seu artigo 33 dispunha que “as discussões, e votações em ambas as câmaras serão publicadas, à exceção somente do caso do artigo 19 [ameaça à Segurança do Estado ou à Vida do Imperador]”. Dessa forma, após a revisão do projeto de lei elaborado pela Câmara dos Deputados no Senado, as discussões relacionadas ao andamento do processo por crime de responsabilidade passaram a ser secretas e as votações públicas, conforme sublinhado por Caravelas na sessão do dia 17 de julho de 1827 (*Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo segundo, sessão do dia 17 de julho de 1827, p.13).

⁴³⁶ De acordo com a lei da responsabilidade em seu artigo 45, apenas o réu pode interpor os embargos *em forma articulada, ou como melhor* [lhe] *convier* dentro do prazo de dez dias. O processo de julgamento dos embargos está regulado nos artigos 46 a 54 da lei da responsabilidade. Em relação ao acusador, a emenda proposta pelo visconde de Alcântara, no sentido de lhe permitir, igualmente, o direito de embargar a decisão proferida pelo Senado, foi rejeitada na sessão do dia 29 de maio de 1827 (*Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 29 de maio de 1827, p.174-177).

Sublinhe-se que, todas essas alterações processuais, na tramitação da ação de responsabilidade penal dos ministros e secretários de Estado no Senado, não apenas significavam uma maior garantia à ampla defesa, como reiteradamente afirmaram os senadores ao proporem emendas aditivas à nova redação da Seção Segunda do Título Terceiro do projeto de lei da responsabilidade; como também dificultavam a condenação final dos acusados pela comissão de deputados. Assim, cumpriu-se o que afirmou o visconde de Barbacena, em paráfrase a Benjamin Constant, durante a discussão do projeto de lei da responsabilidade no Senado: *Quando eu vejo uma lei tão minuciosa sobre a responsabilidade dos ministros, longe de a considerar nociva para eles, a reputo como a sua salvaguarda.*⁴³⁷ Para o pensador político franco-suíço, o texto da lei da responsabilidade deveria ser amplo o suficiente para poder abarcar as múltiplas situações possíveis em que eventualmente se poderia vislumbrar a responsabilidade dos ministros de Estado. Nesse sentido, cita o exemplo inglês no qual há referência apenas aos *high crimes and misdemeanours* sem se descrever detalhadamente os comportamentos dos ministros de Estado puníveis pela lei.⁴³⁸

Contudo, ainda que de difícil aplicação – e, sobretudo, quase impossível punição dos eventuais infratores ao disposto nos textos legais⁴³⁹ – a discussão da lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado não apenas possibilitou a abordagem de inúmeras questões que, de outra forma, estariam excluídas do debate; como também conferiu autoridade e, sobretudo, força ao Corpo Legislativo o qual, paulatinamente, conseguiu limitar as amplas atribuições conferidas ao imperador, quer à

⁴³⁷ *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 18 de agosto de 1826, p.89.

Conforme sublinha Nathalie Havas, ao refletir sobre a responsabilidade dos ministros de Estado durante o período da Restauração Francesa: “L’indétermination du dispositif penal peut en effet constituer un instrument précieux aux mains des députés. Ils peuvent ainsi façonner comme ils le souhaitent la mise en accusation” (HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle en France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012, p.86).

⁴³⁸ De acordo com Benjamin Constant: « Si chacune de ces manières de nuire à l’État devoit être indiquée et spécifiée par une loi, le Code de la responsabilité deviendrait un traité d’histoire et de politique, et encore ses dispositions n’atteindraient que le passé. Les Ministres trouveraient facilement de nouveaux moyens de les éluder pour l’avenir. » (CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.34-35).

⁴³⁹ Benjamin Constant chegou a afirmar em seu opúsculo dedicado ao tema da responsabilidade ministerial, a partir da experiência francesa que “de la réunion de toutes les dispositions précédentes, il résulte que les Ministres seront souvent dénoncés, accusés quelquefois, condamnés rarement, punis presque jamais”. No entanto, pouco depois questionava seus leitores, ao sublinhar qual a importância da responsabilidade ministerial: “Mais si la constitution est libre et si la nation est énergique, qu’importe la punition d’un Ministre, lorsque, frappé d’un jugement solennel, il est rentré dans la classe vulgaire, plus impuissant que le dernier citoyen, puisque la désapprobation l’accompagne et le poursuit?” (CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.70, 73).

frente do Poder Moderador, quer do Executivo, de modo a lhe construir um papel possível e viável, de acordo com o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela *Constituição Política do Império do Brasil*.

Desse modo, foram perspicazes os deputados ao aprovarem (apesar de discordarem) as supressões e as emendas propostas pelos senadores ao projeto de lei original originário da câmara temporária.⁴⁴⁰ Conforme afirmava Vasconcelos, de forma a expressar o sentimento presente em todos os discursos pronunciados na sessão do dia 27 de agosto de 1827, ao discordar da indicação de Feijó, pela qual se possibilitava aos deputados o registro por escrito de suas oposições às supressões e às emendas propostas pelo Senado:

(...) eu não julgo muito acertado que se saiba que esta lei não vai tão perfeita como a Câmara dos Deputados quisera que fosse (*apoiado geralmente*), e que assim vai, ou pela ignorância do senado ou por qualquer outro motivo. Aprovou-se porém, e está digna de receber a sanção imperial e é *por esse motivo que eu votei, fiz o meu cálculo, comparei os bens e os males que resultavam de se aprovar ou não esta lei, e votei por ela*. Conheço que o senado estrangulou a nossa lei, que tinha merecido elogios em nações estrangeiras; mas entretanto passem as emendas, o senado foge à reunião, quer dominar, mas não dominará. *O remédio porém agora é aprovar as emendas, antes do que não ter lei de responsabilidade dos ministros e secretários d'estado*; mas a lei não está bem feita, como podia ser. Passe ela porém, porque a câmara julgou preferível ao adiamento, porque era melhor haver lei má, do que não haver nenhuma. Ela na verdade, assim mesmo não está muito imperfeita, pode passar; mas comparando-a com a lei, que saiu desta câmara conhece-se que há grandes imperfeições, e que o senado não entendeu alguns artigos que daqui foram (grifos meus).⁴⁴¹

Apesar da relevância dessa discussão acerca da responsabilidade dos ministros, a qual se relaciona diretamente com a consolidação do sistema de governo monárquico

⁴⁴⁰ Em sentido inverso, Eder Ribeiro da Silva, ao analisar a decisão favorável dos membros da Câmara dos Deputados em relação às emendas propostas pelos senadores ao projeto de lei da responsabilidade, vislumbra nessa decisão a vitória política dos conselheiros de Estado, todos membros do Senado e articuladores de grande parte das emendas aprovadas nessa câmara (RIBEIRO, Eder da Silva. *O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade do Primeiro Reinado (1826 – 1831)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2010, p.114).

⁴⁴¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quarto, sessão do dia 27 de agosto de 1827, p.242.

hereditário constitucional representativo proclamado pela *Constituição Política do Império do Brasil*, ela foi pouco abordada pela historiografia voltada ao Primeiro Reinado. Analisa-se, nesta tese, o quanto essa discussão contribuiu para a construção de um papel possível e viável ao imperador, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa. Além disso, atesta-se como os membros do Poder Legislativo, em especial os deputados, focalizaram apenas um dos aspectos possíveis do tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, qual seja, sua responsabilidade por eventuais infrações penais por eles praticadas. Ou seja, constata-se que a responsabilidade política, tão enfatizada pelos políticos-juristas brasileiros do terceiro quartel do século XIX – e resgatada por grande parte da historiografia do século XX voltada ao Primeiro Reinado –, não apenas não foi objeto das discussões travadas, no decorrer das primeiras legislaturas, em ambas as câmaras da Assembleia Geral Legislativa; como também, apesar de inúmeras vezes citada pelos deputados e pelos senadores, com fins retóricos, não foi de fato regulamentada neste período.

2.4 – Reiterados pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos versus relutância ministerial em prestar informações ou esclarecimentos

Enquanto estavam em discussão os artigos do projeto de lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado, em ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, a qual se estendeu até meados de 1827⁴⁴², os deputados habilmente articularam – a partir do disposto na *Constituição Política do Império do Brasil* – um mecanismo de controle dos atos dos titulares das diversas pastas

⁴⁴² Apresentados os projetos de lei redigidos por Vasconcelos (lei geral) e por Almeida e Albuquerque (lei particular), nas sessões de 29 e 30 de maio, optou-se pelo segundo na primeira discussão realizada no dia 16 de junho e teve início no dia seguinte a segunda discussão, a qual se prolongaria até 28 de junho. De 10 a 21 de julho ocorreu a terceira discussão na Câmara dos Deputados, após a qual o projeto foi enviado ao Senado. No Senado, o projeto de lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e conselheiros de Estado foi lido na sessão de 5 de agosto e a segunda discussão teve início no dia 12 do mesmo mês, prolongando-se até 30 de maio de 1827. A terceira discussão no Senado ocorreu de 20 de junho a 13 de agosto (durante o qual houve grandes intervalos sem o projeto de lei ser efetivamente discutido em plenário). Ao retornar o projeto para a Câmara dos Deputados, na sessão de 14 de agosto, com as emendas e adições propostas pelos senadores, foi aprovado no dia 27 do mesmo mês (em única discussão), enviado a sanção no dia 11 de setembro de 1827, e sancionado através da Carta de Lei de 15 de outubro do mesmo ano (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quarto, sessões dos dias 14, 27 e 29 de agosto de 1827, p. 127-130; 241-244; 262-265; *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quinto, sessão do dia 11 de setembro de 1827, p.26).

ministeriais, de modo a obrigá-los a um posicionamento tanto a respeito do estado do Governo e da Administração Pública, quanto das demais questões⁴⁴³ que diuturnamente chegavam ao plenário: os pedidos de informações e/ou solicitações de esclarecimentos⁴⁴⁴. Por meio desses questionamentos, os deputados pleiteavam

⁴⁴³ Diversos questionamentos eram formulados ao Corpo Legislativo quer sob a forma de petições elaboradas pelos cidadãos (no exercício do *direito de petição*, nos termos do artigo 179, §30 da *Constituição Política do Império do Brasil*), quer por meio das denúncias de infrações ao texto constitucional indicadas pelos deputados em seus discursos, muitas vezes formuladas a partir de notícias ou de comentários veiculados através da imprensa, quer através da cobrança pelo cumprimento das obrigações impostas aos ministros e secretários de Estado pelo texto constitucional.

Sobre a construção e consolidação dos direitos dos cidadãos através das petições por eles encaminhadas à Câmara dos Deputados, legitimando-a como espaço de exercício da representação política, consultar PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008). Segundo o autor: “O movimento peticionário se caracterizou pela crença dos cidadãos de que eram possuidores de direitos e que, pela utilização daquele mecanismo, poderiam garantir as suas reivindicações. Para tanto, faziam uma leitura precisa de onde poderiam garanti-los. Atados aos acontecimentos e à necessidade que setores no interior do Parlamento tinham em fazer daquela casa o *Soberano Congresso*, os cidadãos se fizeram notar pelo Estado e passaram a politizar suas demandas, em um movimento de mão dupla, que duraria enquanto a disputa entre Imperador e Câmara dos Deputados se desenrolava. Entretanto, este foi apenas um capítulo na luta pela afirmação dos direitos civis e políticos. Por todo o período imperial e durante todo o século XX, parcelas da sociedade procuraram construir mecanismos que lhes garantissem a participação política e, principalmente, instrumentos que pudessem protegê-las dos abusos do poder político” (PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.376).

Sobre os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos enviadas pelos deputados aos ministros e secretários de Estado há referências esparsas na historiografia, em geral tratadas como “cobranças” encaminhadas ao Governo, sem um propósito específico de construção de um mecanismo de controle dos atos do Governo – tal como tratado nesta tese. Nesse sentido, de “cobranças” nem sempre respondidas a contento pelos titulares das diversas pastas ministeriais, origem dos primeiros “desacertos” entre a Câmara dos Deputados e o Governo, ver RIBEIRO, Eder da Silva. *O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade do Primeiro Reinado (1826 – 1831)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2010, p.99-101.

⁴⁴⁴ Alguns deputados sublinhavam a diferença entre pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos, ao passo que outros consideravam insignificante esta distinção, na medida em que o importante era estabelecer um contato direto entre as câmaras da Assembleia Geral Legislativa e os diversos ministro e secretário de Estado. Nesse sentido, consultar *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827* Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo segundo, p.56.

Cumpr-se salientar que outros temas, além da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado, foram discutidos em ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, e sancionados pelo imperador, no decorrer das sessões anuais de 1826 e 1827, dentre os quais ressaltam-se o da dotação de Sua Majestade Imperial e de sua família (projeto de lei elaborado pela *comissão de fazenda* da Câmara dos Deputados a partir de projeto formulado por Getúlio na sessão do dia 18 de agosto de 1826, aprovado pela câmara no dia 29 de agosto de 1826 do mesmo ano e pelo Senado no ano seguinte); o da criação dos cursos jurídicos em São Paulo e Olinda (projeto de lei elaborado pela *comissão de instrução pública* da Câmara dos Deputados a partir de indicação formulada por Teixeira de Gouveia na sessão do dia 12 de maio de 1826, aprovado pela câmara no dia 31 de agosto do mesmo ano e pelo Senado no ano seguinte); o de fixação das forças de terra e de mar para o ano de 1827 (projeto de lei elaborado pela *comissão de marinha e guerra* da Câmara dos Deputados, a partir de indicação formulada por Vergueiro, aprovado pela câmara no dia 31 de agosto do mesmo ano e pelo Senado no ano seguinte); o da criação e regulamentação dos juizes de paz (a partir de projeto de regulamentação da administração municipal apresentado por Feijó, e defendida a urgência de sua discussão em plenário por Clemente Pereira, aprovado por ambas as Câmaras em 1827 e, no mesmo ano, sancionado pelo imperador); e a do

informações e esclarecimentos que abrangiam desde detalhes da composição, dos ordenados e do funcionamento das Secretarias de Estado, até posicionamentos dos ministros e secretários de Estado acerca de eventuais infrações, ao disposto no texto legal, denunciadas à câmara temporária quer pelos cidadãos, através do direito de petição; quer através da imprensa.⁴⁴⁵

Além disso, não há como desconsiderar a obrigação de prestar as devidas informações e esclarecimentos para o bom funcionamento do Corpo Legislativo, nos termos do artigo 172 da Carta de 1824, pelo qual o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, *havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos às despesas das suas Repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas publicas do ano futuro, e da importância de todas as contribuições, e rendas publicas.*⁴⁴⁶ Nesse dispositivo, referia-se especificamente à elaboração do projeto de orçamento anual e era complementado por outros que clamavam pela contribuição dos demais ministros e secretários de Estado por meio dos esclarecimentos e informações necessários ao bom desempenho das diversas atribuições conferidas à Assembleia Geral Legislativa: a fixação das forças de mar e de terra, ordinárias e extraordinárias; o estabelecimento dos meios convenientes para o pagamento da dívida pública; a autorização para contrair empréstimos e alienar bens nacionais e a apuração da responsabilidade dos ministros e conselheiros de estado (estabelecidas, respectivamente, nos artigos 15, §§ 10, 11, 13, 14 e 15; 133 a 135; 143 da Carta de 1824). Ou seja, como fixar as forças de mar e de terra, sem saber quais as reais necessidades do Estado neste quesito (informações a serem prestadas pelos ministros e secretários de Estado dos Negócios da Guerra e da Marinha) frente às relações estabelecidas pelo Império tanto no plano interno quanto externo (informações a serem prestadas pelos ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros) e quais as receitas

Orçamento para 1828, a qual apenas foi possível em virtude das duas prorrogações da sessão anual ordinária de 1827 decretada por dom Pedro I (em virtude dos decretos de 21 de agosto e 10 de outubro, proferidos por d. Pedro I no exercício do Poder Moderador, após consulta ao Conselho de Estado – artigo 101, §5 combinado com artigo 142 da Carta de 1824 – e referendadas pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, o visconde de São Leopoldo).

⁴⁴⁵ Dentre os diversos pedidos e solicitações feitos pelos deputados aos ministros e secretários de Estado, foram objeto de reflexão os relativos às eventuais infrações, ao disposto nos textos legais, por eles cometidas – diretamente ou através de outros membros da administração pública, tanto nas províncias quanto no governo central – e sua relutância em prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

⁴⁴⁶ *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 de março de 1824, artigo 172.

disponíveis a serem destinadas a este fim (informações a serem prestadas pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda)? Ou seja, defendia-se a ideia de que apenas com a colaboração entre os membros de todos os poderes delegados pela nação é que seria possível consolidar o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo, proclamado em abstrato pelo texto constitucional outorgado pelo imperador em 1824 e, com esse objetivo, atuaram os membros do Poder Legislativo, em especial os deputados⁴⁴⁷, no decorrer da Primeira Legislatura.⁴⁴⁸

Sublinhe-se que o questionamento sobre a possibilidade ou não de os membros do Poder Legislativo formularem pedidos de informações e/ou solicitações de esclarecimentos aos ministros e secretários de Estado ocorreu apenas na Câmara dos Deputados, na medida em que, nas sessões anuais de 1826 e 1827, a maior parte dos ministros de Estado eram também senadores. Por exemplo, em 1826, apenas o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, o barão de Lajes, não ocupava uma cadeira na câmara vitalícia: os viscondes de Inhambupe, era senador pela província de Pernambuco; de Caravelas, pela da Bahia; de Baependi, pela de Minas Gerais; de

⁴⁴⁷ Sublinhe-se que o perfil das deliberações do Senado se transformaria no decorrer da Primeira Legislatura, sobretudo após o ingresso de Vergueiro na câmara vitalícia em maio de 1828.

Sobre as nomeações dos senadores feitas por dom Pedro I (atribuição do imperador enquanto delegado privativo do Poder Moderador – de acordo com o disposto no artigo 101, §1 da *Constituição Política do Império do Brasil*) e as concessões de títulos, honras, distinções e mercês pecuniárias (atribuição do imperador enquanto chefe do Poder Executivo – de acordo com o disposto no artigo 102, §11), enquanto meio de controle das atribuições a serem desempenhadas pela Assembleia Geral Legislativa, consultar OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. 2013, 223f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013, em especial a introdução e o capítulo 2. Nessa pesquisa, a autora nos mostra como dom Pedro I se utilizou da concessão de títulos nobiliárquicos para ampliar o apoio a seu governo e, de certa forma, neutralizar a atuação dos membros da Câmara dos Deputados. Neste sentido, a análise feita pela autora das concessões e elevações realizadas pelo imperador em 1826, logo após o encerramento da primeira sessão anual da Assembleia Geral Legislativa.

⁴⁴⁸ Apesar da importância da articulação desse mecanismo de controle dos atos dos ministros e secretários de Estado no decorrer da Primeira Legislatura – tendo em vista a construção de um papel viável a ser desempenhado pelo imperador à frente dos Poderes Moderador e Executivo de modo a consolidar o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela *Constituição Política do Império do Brasil* –, não foram encontrados até o momento nenhuma monografia a ele dedicada. Há apenas autores que, ao analisarem outras questões, citaram essa problemática sem, contudo, nela se aprofundarem. Nesse sentido, Andréa Slemian que abordou de passagem este tema para, a seguir, tratar do início da discussão da lei da responsabilidade dos ministro e secretário de Estado dos Negócios e conselheiros de Estado: “os pedidos de transparência em ações governamentais eram frequentemente utilizados na Câmara de acordo com as defesas encampadas pelos representantes. (...) No entanto, a necessidade de se demandar esclarecimento aos agentes do governo era, geralmente, ponto de tensão entre os poderes” (SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2009 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2006), p.180).

Paranaguá⁴⁴⁹, pela do Rio de Janeiro; e, José Feliciano Fernandes Pinheiro (visconde com grandeza de São Leopoldo, a partir de outubro de 1826), pela de São Paulo. Composição similar ocorreu com o ministério nomeado pelo imperador em janeiro de 1827 e que permaneceria, com pequenas modificações, até a ampla reforma ministerial de 20 de novembro do mesmo ano quando, pela primeira vez, houve a formação de um ministério com a maioria egressa da Câmara dos Deputados. O significado e os impactos dessa reforma ministerial estão analisados no capítulo seguinte.

No início da sessão anual de 1826, a principal divergência se relacionou à possibilidade ou não de a Câmara dos Deputados, solicitar informações e esclarecimentos aos ministros e secretários de Estado com a finalidade de auxiliar o Corpo Legislativo na execução das atribuições que lhe foram conferidas pela Carta de 1824. Não apenas havia deputados que questionavam a possibilidade de a câmara temporária solicitar, sem a prévia aprovação pelo Senado, informações e esclarecimentos ao Governo; quanto o Governo se limitava a fornecer não exatamente as informações e esclarecimentos que lhe foram solicitados, mas tão somente os que ele considerava pertinentes para serem disponibilizados aos membros do Poder Legislativo.

Desse modo, durante a discussão do cabimento da solicitação de esclarecimentos a ser encaminhada pela câmara temporária diretamente ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, referente à morte de quinhentos e cinquenta e três recrutas no transporte entre a província do Ceará e a corte do Rio de Janeiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos se posicionou, num primeiro momento, em sentido contrário à possibilidade de a Câmara dos Deputados encaminhar, diretamente aos ministros e secretários de Estado, solicitações de esclarecimentos e/ou pedidos de informações.⁴⁵⁰

⁴⁴⁹ Francisco Vilela Barbosa (visconde com grandeza em 1824 e marquês de Paranaguá em 1826) nasceu no Rio de Janeiro, a 20 de novembro de 1769 e faleceu nessa cidade, a 11 de setembro de 1846. Bacharel em Matemáticas pela Universidade de Coimbra (1796), lente da Academia Real de Marinha (1801). Foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro para as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (1821-1822). Integrou o Conselho de Estado responsável pela redação da Carta de 1824 e, em 1826, foi nomeado senador (pela província do Rio de Janeiro) pelo imperador. Exerceu os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha (de 19 de novembro de 1823 a 20 de novembro de 1827), interino da Guerra (de 14 a 19 de novembro de 1823 e de 26 de julho a 03 de agosto de 1824) e interino do Império (de 10 a 14 de novembro de 1824). (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.334-335).

⁴⁵⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.44.

Contudo, verifica-se no decorrer da sessão anual de 1826, como esse posicionamento inicial do deputado mineiro foi muito mais uma tática para obter a atenção dos demais deputados para o tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, do que uma firme convicção sobre a impossibilidade de a Câmara dos Deputados questionar diretamente os titulares das diversas pastas ministeriais.⁴⁵¹ Essa hipótese se confirma pelo fato de, pouco depois – a partir do mês seguinte –, Vasconcelos se tornar um dos principais defensores do envio direto de pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos aos ministros de Estado, como analisado, a seguir, neste capítulo.

Na resolução datada de 20 de maio de 1826, quase duas semanas após a instalação da Assembleia Geral Legislativa, foi enviado ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, o então barão com grandeza de Lajes⁴⁵², o primeiro pedido de informações sobre um acontecimento passado da administração pública elaborado pela Câmara dos Deputados ao Governo: a morte de quinhentos e cinquenta e três recrutas durante o deslocamento deles, por via marítima, entre a província do Ceará e o Rio de Janeiro. Feita a indicação desse acontecimento por Manuel José de Albuquerque (deputado eleito pela província do Ceará), na sessão do dia 11 de maio de 1826⁴⁵³, a partir de notícias que circulavam na corte, os deputados se dividiram sobre

⁴⁵¹ Em sentido parcialmente diverso do proposto nesta tese, vislumbrando-se em Vasconcelos, desde as primeiras sessões da Câmara dos Deputados, em 1826, a defesa de a prática inglesa de “os ministros comparecerem às sessões para prestarem informações acerca dos respectivos orçamentos e contas em discussão”, ver MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 2, p.182-183.

⁴⁵² João Vieira de Carvalho (barão em 1825, conde em 1826, depois marquês de Lajes em 1845), nasceu em Olivença, Portugal, em 1791, e faleceu a 1º de abril de 1847. Militar de carreira, exerceu o cargo de ministro dos negócios da guerra durante grande parte do Primeiro Reinado (de 22 de outubro de 1822 a 10 de novembro de 1823; de 26 de julho de 1824 a 20 de novembro de 1827 e no último ministério nomeado por dom Pedro I, o chamado *ministério dos marqueses* que durou apenas dois dias) e foi nomeado senador (pela província do Ceará) pelo imperador em 1829 (Ver BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p.67; JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.249).

⁴⁵³ De acordo com a indicação original de Albuquerque, o pedido de informações tinha por finalidade propor ao governo o exame da causa “para que seja castigado com todo o rigor da lei qualquer pessoa, que para ela [a mortandade] tenha concorrido, seja por negligência, seja por qualquer outra causa” *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.42). Ao que se opôs Vergueiro que propôs, ao invés de atacar o governo, pedir-lhe *ilustrações* sobre a questão da mortandade no transporte dos recrutas vindos da província do Ceará (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.44), posição que foi vitoriosa e norteou a redação do pedido formulado ao governo pela resolução do dia 20 de maio enviada ao ministro dos negócios da guerra.

qual atitude adotar. Na indicação originalmente formulada, o deputado eleito pela província do Ceará solicitava a punição dos responsáveis, porém sem os nominar; contudo, Raimundo José da Cunha Matos⁴⁵⁴, José Custódio Dias e José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada não apenas concordaram com o deputado, como também indicaram os culpados, no decorrer da discussão: os denominados, por Cunha Matos, de *pequenos tiranos* ainda existentes nas províncias.⁴⁵⁵

Se por um lado, Vergueiro clamava por maiores informações do Governo sobre o que realmente aconteceu naquela província (concepção que seria vitoriosa na Câmara dos Deputados⁴⁵⁶) para, uma vez apurados os fatos e verificada a participação de ministros e secretários de Estado, estes serem imediatamente acusados, ainda na ausência de uma lei da responsabilidade a ser elaborada pela Assembleia Geral Legislativa; por outro, Vasconcelos (a princípio, parcialmente apoiado por Souza

⁴⁵⁴ Raimundo José da Cunha Matos (Cunha Matos), nasceu em Faro, Portugal, a 2 de novembro de 1776, e faleceu no Rio de Janeiro, a 2 de março de 1839. Militar, comandante militar em Goiás em 1823, eleito deputado por esta província nas duas primeiras legislaturas. Foi quartel-mestre-general do marquês de Barbacena, no período em que este comandou as tropas imperiais no sul do país. Diretor da Academia Militar, em 1834. Sócio-fundador e primeiro vice-presidente e diretor da seção de geografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 (AGUIAR, Antônio Augusto de (pseudônimo de Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena). *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.145-146; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: sétimo volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1902, p.112-115; KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. In: *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 2, n.2, 2008, p.373-395; www.ihgb.org.br; RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. 2008, 242f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília).

⁴⁵⁵ A presença de partidários do *absolutismo* em altos postos nomeados e/ou mantidos pelo imperador, através de seus ministros e secretários de Estado, nos governos provinciais foi alvo de críticas no decorrer de todo o Primeiro Reinado e assumiu destaque com as substituições realizadas pela nova composição ministerial provavelmente articulada pelo marquês de Barbacena, com o auxílio de José Bonifácio, antes de ser formalmente nomeado titular da pasta dos Negócios da Fazenda no dia 04 de dezembro de 1829 CUNHA, Pedro Carneiro da. *A Fundação de um Império Liberal: Primeiro Reinado, Reação e Revolução*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 1: O Brasil Monárquico (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.391-395, 400; AGUIAR, Antônio Augusto de (pseudônimo de Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena). *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.727-730, 747-756; CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquês de Barbacena*. Brasília: UnB, 1982 (1ª edição: 1936), p.82-83; SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume I – José Bonifácio*. São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988 (1ª edição: *José Bonifácio (1763-1838)*, 1945), p.244-245).

⁴⁵⁶ Afirmava Vergueiro: “proponho que se peçam ilustrações ao governo sobre a proposição do sr. Albuquerque (...) não temos certeza se o governo é culpado: a sua imputação pode ter origem ou em um fato, ou em uma omissão: e até agora não temos dados alguns para nos decidirmos sobre qualquer indução. Logo para que havemos de dizer que o crime recai neste, ou naquele? Tratemos pois ao presente de adquirir as luzes indispensáveis, solicitemos esclarecimentos” (Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.45).

França⁴⁵⁷ e Lino Coutinho), apesar de acusar diretamente o titular da pasta dos Negócios da Guerra⁴⁵⁸, defendia a ideia de que a apuração da responsabilidade do Governo apenas poderia ser feita após a elaboração da lei particular prevista no texto constitucional. Desse modo, o deputado mineiro afirmava que não adiantaria pedir informações ao Governo, pois, apesar de uma determinada infração penal estar elencada no texto constitucional, não havia nada a ser feito antes de ser regulamentada a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pelo Corpo Legislativo.⁴⁵⁹ No decorrer da discussão, Albuquerque (que, inclusive, retirou, com o aval da Câmara dos Deputados, a indicação originalmente proposta para, desse modo, tornar a emenda de Vergueiro, como principal indicação), Lino Coutinho, Clemente Pereira, Ledo, Almeida e Albuquerque, Araújo Basto, Odorico Mendes manifestaram seu apoio à emenda proposta por Vergueiro. Para Lino Coutinho, inclusive, *tratava-se de promover o bem público, sem com tudo metermos mão à espada. Nós ainda não temos a espada legal: falta-nos a lei da responsabilidade dos ministros. Temos um código penal: temos leis, pelas quais possam ser punidos os autores de semelhantes barbaridades: sejam por tanto por elas castigados.*⁴⁶⁰

Além disso, a emenda proposta por Vergueiro tinha o grande mérito de congrega a todos, desde os que defendiam a punição de membros do Governo provincial, até aqueles que defendiam a responsabilidade ministerial neste episódio ocorrido no transporte dos recrutas da província do Ceará à corte no Rio de Janeiro. Nesse sentido se manifestou Odorico Mendes:

⁴⁵⁷ Souza França juntamente com Teixeira de Gouveia, desde o início, apoiou a concepção defendida por Vasconcelos de que apenas após a aprovação da lei da responsabilidade a Câmara dos Deputados poderia acusar os ministros e conselheiros de Estado eventualmente envolvidos em infrações cometidas contra dispositivos constitucionais (neste sentido, consultar *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 12 de maio de 1826, p.53)

⁴⁵⁸ Para Vasconcelos o ministro dos negócios da Guerra era o responsável pela mortandade ora denunciada, na medida em que lhe cabia fazer verificar a responsabilidade de seus subalternos. *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.42.

⁴⁵⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.42.

⁴⁶⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.45.

No caso presente o mal, ou vem imediatamente do ministério, ou vem de autoridades subalternas; embora se afirme que o ministério não pode ser punido por falta da lei da responsabilidade, e que os subalternos não nos compete tomar contas; todavia com os esclarecimentos, que se pedem ao governo a este respeito, podem aparecer circunstâncias que nos ensinem a lançar mão de medidas tendentes a atalhar para o futuro semelhantes acontecimentos.⁴⁶¹

É importante notar que, no decorrer dessa sessão, Vasconcelos perdeu o apoio inicialmente recebido de alguns deputados, após defender a ideia de que, por se tratar de uma ordem ao Governo e não estar regulamentada a lei da responsabilidade, pedidos de informações e/ou solicitações de esclarecimentos apenas poderiam ser expedidas com a devida aprovação do Senado.⁴⁶² Ou seja, em seu discurso o deputado mineiro questionava a própria possibilidade de a Câmara dos Deputados solicitar, sem a autorização do Senado, informações e esclarecimentos ao Governo.⁴⁶³ Costa Aguiar (com o apoio de Clemente Pereira, Souza França) se posicionou contra esta última afirmação feita por Vasconcelos, e afirmou que: *tal proceder denotaria uma decidida vontade de nos privarmos por nós mesmos do meio de solicitar o que for justo e necessário. Esta recíproca dependência de ambas as câmaras só pode verificar-se na formação das leis gerais, e na emissão de medidas particulares, que participem da natureza das leis, mas não em simples providências, que não envolvem comando, nem força obrigatória.*⁴⁶⁴

O único deputado que se posicionou a favor a ideia de que à câmara temporária não competia fazer *recomendações* ao Governo, tal como proposta por Vasconcelos, foi

⁴⁶¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.47.

⁴⁶² A trajetória política de Bernardo Pereira de Vasconcelos não é tão uniforme quanto ele expôs na *Carta aos eleitores mineiros* (datada de 30 de dezembro de 1827 e publicada no início do ano seguinte) e muitas vezes narrada pela historiografia dedicada a compreender a atuação deste deputado na câmara temporária. Desse modo, no decorrer desta tese, analisa-se como os discursos dos deputados eram tecidos de acordo com os objetivos por eles traçados a cada nova situação que se lhes apresentava e não há que se falar em uma postura previamente estabelecida para cada um deles ao longo do período por nós estudado.

⁴⁶³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.44. Ou seja, com o intuito de defender a urgência de se elaborar a lei da responsabilidade, Vasconcelos utilizava nesta discussão argumentos que, de fato, fragilizavam a Câmara dos Deputados de modo a angariar o apoio dos deputados mais próximos do governo, como Cesário de Miranda, deputado eleito pela província de Minas Gerais e um dos defensores das medidas adotadas pelo governo na Câmara dos Deputados.

⁴⁶⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.44).

José Cesário de Miranda Ribeiro⁴⁶⁵, deputado eleito pela província de Minas Gerais, o qual proclamou, de forma a estabelecer limites à atuação da Câmara dos Deputados e restringir o amplo rol de atribuições a ela conferidas pelo texto constitucional, inclusive o papel de *tribunal constitucional* por ele atribuído à Assembleia Geral Legislativa⁴⁶⁶:

A esta câmara, quero dizer, à assembleia legislativa, compete somente fazer leis. Ora, lembrar, pedir, recomendar à consideração do governo alguma coisa, que seja das suas atribuições, será fazer leis? Não; logo, obrando assim, transpomos os limites, que nos estão marcados pela constituição que nos rege. (...) conhecer do fato aqui apresentado, averiguar o seu autor, e puni-lo com todo rigor das leis existentes, pertence ao poder judiciário, e ao poder executivo; e nunca a esta câmara, Sr. presidente; porque a ela só compete o poder legislativo.⁴⁶⁷

Sublinhe-se que a partir desta discussão⁴⁶⁸, ao término da qual foi aprovada o pedido de informações a ser enviado ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, firmou-se a interpretação de que à Câmara dos Deputados não apenas competia a elaboração das leis (tal como afirmaram, restritivamente, os deputados mineiros Vasconcelos e Cesário de Miranda), mas também, a solicitação de *ilustrações* (leiam-se esclarecimentos ou informações) ao Governo acerca dos mais diversos temas, desde que necessárias ao devido cumprimento das atribuições que lhe foram conferidas pela Carta

⁴⁶⁵ José Cesário de Miranda Ribeiro, nasceu em Ouro Preto, a primeiro de julho de 1792, e faleceu a 7 de maio de 1856. Futuro visconde de Uberaba. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, seguiu carreira na magistratura. Membro do clã dos Monteiro de Barros (em virtude de seu casamento com Maria José Monteiro de Barros, filha do barão de Paraopeba) foi eleito deputado pela província de Minas Gerais nas duas primeiras legislaturas, nomeado senador pela província de São Paulo (onde exercera o cargo de presidente de província de 25 de novembro de 1825 a 2 de agosto de 1836) em 1844 Ver JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p.382.

⁴⁶⁶ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seus artigos 173 (“A Assembleia Geral no principio das suas Sessões examinará, se a Constituição Política do Estado tem sido exatamente observada, para prover, como for justo”) e 15, §§ 6 e 9 (“É da atribuição da Assembleia Geral: VI. Na morte do Imperador, ou vacância do Trono, instituir exame da administração, que acabou, e reformar os abusos nela introduzidos. IX. Velar na guarda da Constituição, e promover o bem geral do Nação”). Cumpre-se notar que, destas atribuições de inspeção e fiscalização constitucional conferidas à Assembleia Geral, apenas a prevista no artigo 15, §9 – a de “velar na guarda da Constituição” – podia ser exercida a qualquer momento, desde que reunido o Corpo Legislativo.

⁴⁶⁷ In: *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.46.

⁴⁶⁸ A discussão da indicação proposta por Albuquerque ocorreu no dia 11 de maio, porém apenas no dia 20 de maio foi enviada a resolução da Câmara dos Deputados ao ministro dos negócios da guerra. In: *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 11 de maio de 1826, p.42 a 48, 113).

de 1824.⁴⁶⁹ E, as informações e os esclarecimentos solicitados pela Câmara dos Deputados não apenas se transformaram em um dos principais mecanismos de controle dos atos ministeriais como também se tornaram, com o passar das sessões, cada vez mais amplos e contundentes.⁴⁷⁰

A resposta ministerial ao pedido formulado pelos membros da Câmara dos Deputados ocorreria apenas no dia 05 de junho de 1826; contudo, o tema do recrutamento continuaria a ser reiteradamente objeto de discussão em plenário, no decorrer da Primeira Legislatura, sobretudo através dos discursos proferidos por Cunha Matos, o qual sempre se pronunciava nas discussões legislativas referentes às questões militares. Partiu do deputado eleito pela província de Goiás a indicação, aprovada na sessão do dia 26 de maio, na qual clamava pela observância, nos recrutamentos, dos dispositivos legais relacionados ao assunto, em especial às instruções de 10 de julho de 1822.⁴⁷¹ Cumpre-se notar que a insistência dos deputados em tratar do tema dos

⁴⁶⁹ Em relação à construção do regime de governo parlamentar na França, sob a Restauração, Alain Laquièze e Nathalie Havas descrevem o modo pelo qual os deputados franceses, a partir de 1815, formularam reiterados questionamentos aos ministros de Estado sobre fatos relativos à política e à administração e refletem como esse movimento impactou na consolidação da ideia de um direito de controle das câmaras sobre o Governo (LAQUIÈZE, Alain. *Les origines du régime parlementaire em France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002; HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012). No entanto, é importante sublinhar que a experiência francesa, ao contrário da brasileira, tinha por peculiaridade o questionamento do próprio sistema de governo proclamado na Constituição francesa de 1815 (conforme sublinha ROSANVALLON, Pierre. *La Monarchie Impossible: Les Chartes de 1814 et de 1839*. Paris: Fayard, 1994, p.93), ao passo que no Império do Brasil não havia esse questionamento.

⁴⁷⁰ Um limite a essas solicitações de informações e de esclarecimentos da Câmara dos Deputados aos ministros e secretários de Estado foi colocado através da resposta dada por José Feliciano Fernandes Pinheiro – titular da pasta dos Negócios do Império – à solicitação geral de informações que lhe foi enviada pela câmara temporária, conforme analisado, a seguir, neste capítulo.

⁴⁷¹ Na indicação de 26 de maio de 1826, Cunha Matos pediu a observância dos alvarás de 24 de fevereiro, 7 de junho e 5 de outubro de 1764 “pelo modo que mais aplicáveis forem à divisão, extensão e população dos distritos de cada província; observando mui eficaz, e literalmente as instruções de 10 de julho de 1822 (...) o que eu requeiro não é coisa nova, é a execução de uma lei que existe: ela é mui boa, e apresenta o processo que se deve seguir. Recomende-se ao governo que mande por na mais efetiva observância: que reitere as ordens, e as faça observar: é preciso que a espada da justiça caia sobre esses tiranos” (In: *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 26 de maio de 1826, p.136-137).

Cunha Matos enfatizava, em seus discursos pronunciados em plenário, no decorrer de 1826, a permanência de práticas *absolutistas* nas ações empreendidas pelos presidentes de província e pelos governadores de armas: “Imensos cidadãos brasileiros tem sido vítimas da barbaridade já dos governadores de armas, já dos presidentes. Basta haver uma leve suspeita, que um homem foi contra a causa do império: basta um capricho, mandam-no despoticamente enterrar nos calabouços; pegam nele e remetem-no para aqui pelos mais ásperos caminhos, fulto de todos os socorros, expostos a todas as inclemências, e até de noite metem-no em couro, para mais livremente descansarem os seus condutores. Sr. presidente, a prepotência assiste ainda com os governadores de armas; não há um cidadão, que se possa julgar seguro de tais insultos” (In: *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados,*

recrutamentos, justificava-se não apenas em virtude de ser um assunto candente naquele momento, sobretudo em decorrência dos contratempos enfrentados pelo Império do Brasil na condução das tropas de mar e de terra no conflito em curso frente à República das Províncias Unidas do Rio da Prata; mas também, pelo fato dele ser um dos assuntos de iniciativa privativa da câmara temporária, de acordo com o disposto no artigo 36, §2, da Carta de 1824.⁴⁷² Ou seja, ao mesmo tempo em que se articulava a elaboração da lei

primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 06 de junho de 1826, p.51).

A resolução, fruto da aprovação da indicação de Cunha Matos, emendada por Souza França, foi enviada ao ministro dos negócios da guerra no dia 29 de maio de 1826, e a resposta do ministro dos negócios da guerra foi lida na sessão do dia 06 de junho do mesmo ano (In: *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 29 de maio de 1826, p.175; tomo segundo, sessão do dia 06 de junho de 1826, p.44). Em decorrência da resposta ministerial, a comissão de marinha e guerra da Câmara dos Deputados elaborou projeto de lei no qual se reafirmava a vigência das instruções de 10 de julho de 1822 e estabelecia punições aos eventuais infratores dos preceitos legais (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 19 de junho de 1826, p.201). A discussão deste projeto de lei ocorreria a partir de agosto do mesmo ano, mas apenas se encerraria no ano seguinte.

⁴⁷² O tema dos recrutamentos foi objeto de discussão em diversas ocasiões no decorrer das sessões de 1826 e 1827, sempre com o intuito de limitar e regulamentar as ações nesse sentido executadas pelos comandantes militares nas diversas províncias do Império e se apurar as responsabilidades dos responsáveis pelas infrações cometidas. Nesse sentido, o projeto de lei sobre a dispensa do serviço militar para soldados milicianos lavradores nos meses de março, abril, maio, setembro, outubro e novembro, de autoria de Batista Pereira, aceito para discussão a despeito do parecer contrário da comissão de marinha e guerra (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 14 de junho de 1826, p.131 a 136); o pedido de informações sobre os recrutamentos realizados, na província de Minas Gerais, durante os festejos de Finados (a partir de indicação de Cunha Matos realizada no primeiro dia de discussão da lei da responsabilidade, *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1826, p.160 a 163, 175, 179-180), cuja resposta ministerial provocou ampla discussão em plenário (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 26 de julho de 1826, p.311 a 320).

É importante sublinhar que, durante o debate acerca dos recrutamentos forçados realizados na província de Minas Gerais, nos festejos do dia de Finados, os deputados Maia, Lino Coutinho, Vergueiro, Custódio Dias, Souza França se manifestaram a favor da acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Nesta ocasião, Custódio Dias em um de seus mais inflamados discursos proferidos em 1826, afirmou: “Eu não quero que a culpa recaia somente sobre o moribundo general: é escravo e déspota, e há de acabar escravo e déspota: eu o conheço muito bem. Atualmente não é comedor; já não come, porque tem comido bastante: agora anda com as contas na mão, e deixa comer os outros.(...) A indignação dos povos pelas injustiças, e iniquidades, com que são tratados, tem-se manifestado de um a outro canto do império. A guerra de extermínio está declarada a todos os cidadãos, principalmente aqueles, que amam a Deus, e à lei... (*Rumor no salão*). Este ministro da guerra, e todos os outros estão fazendo ataques diretos, guerra aberta ao sistema... Em tempo o mostrarei... (...) Se não quiserem que eu fale, dissolva-se embora a câmara; mandem-me para uma fortaleza, carreguem-me também de ferros, como fizeram aos meus patrícios. Não será a primeira vez que os cidadãos desta cidade vejam arrancarem-se desta casa os eleitos do povo do Brasil.” Cumpre-se notar, todavia, que Vasconcelos, sempre atuante em todos os temas discutidos em plenário, não se manifestou nesse debate.

Sobre a atuação de Bernardo Pereira de Vasconcelos na discussão da questão dos recrutamentos e sua relação com a aprovação da lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, consultar

da responsabilidade, buscavam-se outros meios de estabelecer limites às atribuições conferidas, em abstrato pelo texto constitucional, ao imperador, tal como na condução do conflito na Bacia do Prata, o qual iniciara antes da abertura do Corpo Legislativo, mas que dependia deste para ser conduzido de acordo com os termos proclamados no texto constitucional.⁴⁷³ No entanto, a demora e a insuficiência das informações e esclarecimentos prestados deteriorariam cada vez mais as relações entre os deputados e os ministros, dentre os quais se incluíam vários senadores.

De acordo com a resposta dada pelo então barão de Lajes, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, o monarca teve seu *paternal coração* magoado ante a notícia do ocorrido com os recrutas da província do Ceará e determinou a adoção das providências necessárias para conhecer se houve ou não desleixo de parte de alguma autoridade ou empregado subalterno.⁴⁷⁴ Ou seja, na resposta ministerial não havia qualquer menção a excessos porventura praticados pelas autoridades provinciais, ou mesmo a solicitação de medidas legislativas relacionadas à solução da questão dos recentes recrutamentos realizados arbitrariamente por aqueles governos. Era uma resposta breve, na qual apenas se externava a tristeza diante dos últimos acontecimentos e se afirmava o intuito de verificar a ocorrência de algum *desleixo* e não de alguma *responsabilidade*, como almejavam os deputados ao formularem o pedido de esclarecimentos.⁴⁷⁵

PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. 2012, 302f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. p.206-216.

⁴⁷³ Eram de iniciativa privativa da Câmara dos Deputados os projetos de leis sobre os impostos e os recrutamentos (*Constituição Política do Império do Brasil*, artigo 35, §§1 e 2); ao passo que à Assembleia Geral competia deliberar sobre a fixação das forças de terra e de mar, o ingresso de tropas estrangeiras no país, a autorização ao governo para contrair empréstimos (*Constituição Política do Império do Brasil*, artigo 15, §§11, 12 e 13, respectivamente), dentre outros assuntos intrinsecamente relacionados com a condução de um conflito externo.

⁴⁷⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 05 de junho de 1826, p.34.

⁴⁷⁵ No mesmo sentido, o barão de Lajes se posicionaria ao tratar dos oficiais pernambucanos presos nas fortalezas da corte, em relação aos quais o governo concedeu anistia, sem, contudo, reconhecer eventuais excessos cometidos pelos comandantes militares no cerceamento da liberdade destes oficiais presos sem culpa formada (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 10 de junho de 1826, p.112-113).

O tema dos abusos cometidos nos recrutamentos ocorridos na província do Ceará retornariam ao plenário inúmeras vezes no decorrer das sessões anuais legislativas de 1826 e 1827, quando deputados eleitos por diversas províncias, durante a discussão do projeto de lei de fixação das forças de terra (elaborado pela comissão de guerra e lido na sessão do dia 23 de julho de 1827, *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara*

No decorrer de 1826 e 1827, solicitações de esclarecimentos e pedidos de informações similares ao acima descrito e analisado – relacionados a assuntos específicos de cada pasta ministerial –, foram aprovados e encaminhados aos respectivos ministros e secretários de Estado e, sobretudo nos relacionados à situação em que se encontravam as diversas Secretarias de Estado, as respostas eram consideradas insuficientes, pouco precisas e, muitas vezes, referentes a aspectos secundários em relação aos questionamentos efetuados.⁴⁷⁶ Tratava-se de um embate hermenêutico-constitucional, do qual ora saía vitoriosa a interpretação dada à *Constituição Política do Império do Brasil* por uma das câmaras da Assembleia Geral Legislativa (como na acima mencionada, sobre a possibilidade de a Câmara dos Deputados solicitar informações e esclarecimentos aos ministros de Estado), ora a dada pelo Governo, como no caso da interpretação do artigo 23 do texto constitucional, referente ao quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral Legislativa, ou mesmo, nos questionamentos ocasionados em decorrência do pedido de informações encaminhado a todos os ministros no dia 27 de maio de 1826, a seguir objeto de análise.

dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo terceiro, sessão do dia 23 de julho de 1827, p.246-247), pleitearam e obtiveram a aprovação da isenção do recrutamento nesta província. Sobre a indignação de todos frente aos recrutamentos ocorridos na província do Ceará, destaca-se a fala do Arcebispo da Bahia, ao fundamentar seu pedido de isenção aos habitantes daquela província: “Não sou deputado, nem filho do Ceará, mas sou brasileiro, e bastava ser homem, para poder dizer com justiça: *humani nihil a me alienum puto* [“sou homem; nada do que é humano me é estranho”, frase do dramaturgo latino Terêncio] (...) O recrutamento, Sr. presidente, é quase um flagelo no Brasil, principalmente pela maneira arbitrária com que ele é executado, e de certo há de ser maior flagelo em uma província moribunda e já reduzida a esqueleto” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827.* Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quarto, sessão do dia 24 de agosto de 1827, p.210-212). Enviado o projeto de lei ao Senado (após as discussões travadas nas sessões dos dias 14, 15, 17 e 25 de setembro), apenas o artigo referente à isenção do recrutamento na província do Ceará foi mantido. Colocadas em discussão, na sessão do dia 04 de outubro de 1827, as emendas propostas pelo Senado, ao projeto de fixação das forças terrestres, não foram aprovadas e, diante da recusa da câmara vitalícia em aplicar o artigo 61 da Carta de 1824 (*Anais do Senado do Império do Brasil: Segunda Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1827.* Rio de Janeiro: 1911, sessões dos dias 08 e 09 de novembro de 1827, p.320-321 e 324-325), não foram fixadas as forças terrestres para o ano de 1828. Ou seja, o motivo de conveniência que justificou a aprovação do projeto de lei da responsabilidade ministerial (na sessão do dia 27 de agosto de 1827), igualmente emendado pelo Senado, não foi suficiente para levar, neste momento, os deputados a aprovar as emendas propostas pelo senado ao projeto de lei de fixação das forças terrestres (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827.* Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quarto, sessão do dia 07 de novembro de 1827, p.181, e recusa do Senado em *Anais do Senado do Império do Brasil: Segunda Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1827*, tomo terceiro, Rio de Janeiro: 1911, sessão do dia 08 de novembro de 1827, p. 320-321).

⁴⁷⁶ Nos capítulos seguintes mostra-se como este posicionamento do governo se alterou com o passar dos anos, não apenas em virtude dos reiterados pedidos e solicitações feitos pelos deputados, como também da nomeação de ministros com maior circulação na Câmara dos Deputados. No entanto, não foi suficiente para o agravamento da crise político institucional após a demissão do grupo de ministros e secretários de Estado provavelmente articulado pelo marquês de Barbacena, e que dentre outros fatores, conduziu à abdicação de dom Pedro I no dia 07 de abril de 1831.

De acordo com o artigo 173 da *Constituição Política do Império do Brasil* competia à Assembleia Geral Legislativa examinar, no princípio de suas sessões, se o texto constitucional tinha sido exatamente observado, *e prover, como for justo*. Fundamentado neste dispositivo constitucional, José Antônio da Silva Maia⁴⁷⁷, deputado eleito pela província de Minas Gerais, fez uma indicação, a qual foi discutida e aprovada na sessão do dia 17 de maio de 1826, apesar dos questionamentos em contrário formulados por Vasconcelos, fundamentado na inutilidade de se realizar este exame sem a prévia elaboração da lei da responsabilidade e, deste modo, atingir os objetivos deste dispositivo constitucional.⁴⁷⁸ E, desta forma, no dia 27 de maio, foi encaminhada para todos os titulares de pastas ministeriais o mesmo pedido de informações sem, contudo, especificar o artigo da constituição no qual ele se baseava, o que gerou amplo debate sobre a obrigação ou não de os ministros e secretários de Estado prestarem informações e/ou esclarecimentos quando solicitados pelos membros

⁴⁷⁷ José Antônio da Silva Maia (Maia), nasceu no Porto (Portugal), a 6 de outubro de 1789, e faleceu no Rio de Janeiro, a 3 de outubro de 1853. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, seguiu carreira na magistratura. Foi eleito deputado pela província de Minas Gerais na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 e nas duas primeiras legislaturas da Assembleia Geral Legislativa. Exerceu o cargo de ministro dos negócios do Império de 04 de outubro a 24 de dezembro de 1830 e de 23 de janeiro de 1843 a 2 de fevereiro de 1844. Nomeado para o Senado, pela província de Goiás, em 1843 (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p.310-311).

⁴⁷⁸ A favor da indicação proposta por Maia na sessão do dia 17 de maio de 1826, foram registrados nos *Anais* os discursos de Clemente Pereira, Vergueiro, [Custódio] Dias e Souza França. Em sentido contrário, posicionaram-se, com argumentos diversos: Lino Coutinho, Cruz [Ferreira], e Vasconcelos. A discussão está publicada nos *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 17 de maio de 1826, p.69 a 71.

Nessa discussão, enquanto Vasconcelos e Cruz [Ferreira] defendiam a ideia de primeiro ser regulamentada a responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado para depois, a partir de documentos e provas denunciar os eventuais infratores dos textos legais, Lino Coutinho aproveitava para denunciar o descumprimento dos dispositivos constitucionais pelo governo e construía retoricamente seu discurso, de modo a questionar, inclusive, a própria aplicabilidade da lei da responsabilidade a ser elaborada pelo Corpo Legislativo a casos pretéritos. Proclamava o médico baiano: “nesta questão parece-me que é necessário primeiramente saber-se, de que data se conta nossa existência constitucional: se é desde o dia, em que foi jurada a constituição, como parece fora de dúvida, ou se é de hoje em diante. Se é do dia de hoje, então nada temos com o passado, e não há necessidade de semelhante exame [o previsto no artigo 173 da *Constituição Política do Império do Brasil*] por ora; mas se se contar daquela data, o pretender-se fazer a lei da responsabilidade para por ela conhecer dos infratores, é querer que uma lei tenha força retroativa: (*Apoiado*)! o que não pode ser. Se se descobrir que houve infrações, e quais sejam os infratores, por que lei hão de ser julgados estes delinquentes? Será pela lei da responsabilidade, que vamos fazer agora? Por consequência nada tem com as violações passadas a lei das responsabilidades, que se projeta promulgar: e, torno a dizer, é necessário marcar a época da nossa existência constitucional, para decidirmos este negócio” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 17 de maio de 1826, p.69).

do Corpo Legislativo. Afirmava o pedido encaminhado pela Câmara dos Deputados aos ministros de Estado:

A câmara dos deputados, querendo obter um exato conhecimento do estado de todos os negócios da pública administração, a fim de deliberar com o maior acerto sobre as providências legislativas de que necessitar cada um dos seus ramos, resolveu que se pedisse ao governo a conta de todos os atos, que a constituição obriga a dar às câmaras, logo que se acham reunidas em sessão: e me ordena que eu assim participasse a V. Ex., afim de que pela sua parte chegasse ao conhecimento de Sua Majestade Imperial. Deus Guarde a V. Ex.⁴⁷⁹

Frente a esse pedido enviado a todos os ministros e secretários de Estado, o primeiro a se manifestar foi o dos negócios da Fazenda, o então visconde de Baependi⁴⁸⁰, em ofício datado de 29 de maio, no qual apenas justificava a demora, em satisfazer as obrigações que lhe foram estabelecidas pelo artigo 172⁴⁸¹, ao alegar a *dificuldade de se obterem das diversas repartições, e das províncias do Império todos os orçamentos e declarações que são necessárias*.⁴⁸² Ou seja, apesar de não fornecer as informações solicitadas, o visconde de Baependi, igualmente, não questionava a

⁴⁷⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 27 de maio de 1826, p.156

⁴⁸⁰ Manoel Jacinto Nogueira da Gama (visconde com grandeza em 1824, conde em 1825, depois marquês de Baependi em 1826) nasceu em São João del Rei, a 8 de setembro de 1765, e faleceu no Rio de Janeiro, a 15 de fevereiro de 1847. Bacharel em matemáticas pela Universidade de Coimbra, lente substituto de matemática da Academia Real da Marinha (1791-1801), marechal de campo reformado (11 de dezembro de 1822). Foi deputado na Assembleia Geral Legislativa e Constituinte de 1823, um dos redatores do texto constitucional e nomeado senador em 1826, pela província de Minas Gerais. Foi ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda de 17 de julho a 10 de novembro de 1823 (demitiu-se do cargo dois dias antes da dissolução da Assembleia Geral Legislativa e Constituinte de 1823), de 21 de janeiro de 1826 a 15 de janeiro de 1827 e no último *Ministério* do Primeiro reinado. Era casado com a filha de Brás Carneiro Leão com a baronesa de São Salvador de Campos de Goitacazes e um de seus filhos se casou com a filha de Luís Alves de Lima e Silva (duque de Caxias). (ROCHA, Justiniano José da. *Biografia de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851; JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p.382; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.67-68)

⁴⁸¹ De acordo com o artigo 172, da *Constituição Política do Império do Brasil*, “o Ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos às despesas das suas Repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas publicas do ano futuro, e da importância de todas as contribuições, e rendas publicas”.

⁴⁸² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 30 de maio de 1826, p.186.

constitucionalidade do pedido formulado pelos deputados, de modo a não confrontar diretamente a câmara temporária⁴⁸³. Contudo, atitude contrária foi a adotada pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, José Feliciano Fernandes Pinheiro⁴⁸⁴, o qual se aproveitando da ausência de fundamentação legal expressa no pedido encaminhado pela Câmara dos Deputados, subverteu o sentido do mesmo ao afirmar:

Cumpre-me responder a V. Ex. pela parte que me toca, que não julgo sujeita a semelhante obrigação à secretaria de estado dos negócios do império, porque o exame da pública administração, de que trata o tít.4º, cap.2º, art. 37, §1º da citada constituição, só tem lugar nos termos do §6, art.15, cap.1º do referido título, isto é, na morte do Imperador, ou vacância do trono, caso, que felizmente não se acha verificado. Todavia o governo de Sua Majestade Imperial, querendo dar as mais decisivas provas de quanto deseja cooperar para o maior acerto das deliberações da câmara dos deputados e providências legislativas, transmitirá pontualmente ao conhecimento da mesma câmara, informações exatas sobre cada um dos ramos, que em especial se lhe indicarem e que estejam a cargo da repartição dos negócios do império.⁴⁸⁵

Ao assim se pronunciar, José Feliciano Fernandes Pinheiro deslocava a fundamentação do pedido formulado pela câmara temporária, do artigo 173 (a partir do qual os deputados elaboraram o ofício enviado aos ministros sem, contudo, o citar expressamente) para o artigo 37, parágrafo primeiro da *Constituição Política do Império do Brasil*, no qual se dispunha sobre o exame da administração passada, e a

⁴⁸³ No mesmo sentido de responder ao que foi solicitado, sem questionar a obrigatoriedade de prestar esclarecimentos ao Corpo Legislativo, quando solicitados, foi a atitude adotada pelo visconde de Caravelas, ministro dos negócios da Justiça, que afirmava na resposta enviada à Câmara dos Deputados: “vou desempenhar o meu dever, que pelo cargo de ministro e secretário de estado dos negócios da justiça, me incumbe pelo §35 do art.179 da constituição” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 15 de junho de 1826, p.144-145).

⁴⁸⁴ José Feliciano Fernandes Pinheiro (visconde com grandeza de São Leopoldo em 1826), nasceu em Santos (São Paulo), a 9 de maio de 1774, e faleceu em Porto Alegre, a 6 de julho de 1847. Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra. Foi juiz das alfândegas e auditor geral na província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Foi deputado na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823. Exerceu o cargo de ministro dos negócios do império (1826-1827) e foi nomeado senador pelo imperador em 1827, após o falecimento do marquês de Nazaré a 11 de março de 1827. Foi sócio fundador e primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.456; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, p.416-418).

⁴⁸⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 1º de junho de 1826, p.10.

reforma dos abusos nela cometidos, a ser realizado, apenas, nos casos de morte do imperador, ou de vacância do trono.⁴⁸⁶ Ou seja, de acordo com sua argumentação, ele não tinha a obrigação de prestar as informações solicitadas pelos deputados, a não ser nas hipóteses previstas no artigo supracitado; se o fazia era por simples cooperação com o Corpo Legislativo, e assim se colocava à disposição desse último para responder a questionamentos sobre assuntos referentes à pasta por ele comandada, desde que precisamente indicados e delimitados nos pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos que lhe fossem encaminhados.⁴⁸⁷

Frente a esse posicionamento do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império à solicitação de esclarecimentos formulada no final de maio, a comissão de constituição (composta pelos deputados Lino Coutinho – como relator –, Teixeira de Gouveia e Vasconcelos) elaborou um parecer no qual, apesar de reiterar o pedido anteriormente realizado, utilizava como justificativa a, por eles denominada, *prática de todos os governos constitucionais*. No novo pedido a ser submetido à discussão em plenário e, se aprovado, enviado aos ministros e secretários de Estado, a solicitação de informações ao Governo era tratada não como uma obrigação expressa no texto constitucional, mas enquanto uma prática estabelecida na medida em que *o corpo*

⁴⁸⁶ De acordo com o artigo 37, parágrafo primeiro da *Constituição Política do Império do Brasil*, tinha início na Câmara dos Deputados, “o Exame da administração passada, e reforma dos abusos nela introduzidos”, de forma a cumprir com o disposto no artigo 15, parágrafo sexto, pelo qual era conferida à Assembleia Geral Legislativa a atribuição de “na morte do Imperador, ou vacância do Trono, instituir exame da administração, que acabou, e reformar os abusos nela introduzidos”.

⁴⁸⁷ No mesmo sentido se manifestaram os ministros e secretários de Estado dos Negócios da Guerra, o então barão de Lajes (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1826, p.112); e o dos Negócios Estrangeiros, o então visconde de Inhambupe, o qual se posicionou de forma mais contundente do que o dos negócios do império, na medida em que rebateu alguns dos argumentos defendidos na discussão do parecer da comissão de constituição sobre a resposta dada por este ministro: “devendo o ministério reger a marcha do governo pela constituição do império, que religiosamente cumpre observar e não se deduzindo do seu contexto obrigação alguma de dar um dos ministros e secretários de estado uma conta absoluta e indeterminada dos objetos de sua repartição; eu falarei detalhadamente daqueles, que pertencendo aos negócios estrangeiros, em conformidade dos §§6º, 7º, 8º, 9º do artigo 102 da constituição, me parece, que convém chegar ao conhecimento da assembleia, sem que todavia se possa deduzir essa obrigação do que se acha decretado no §1º do artigo 37 da mesma constituição; porque essa disposição é relativa ao §6º do artigo 15, que felizmente por ora não tem lugar, e que o céu permitirá não seja exequível por longos anos, como tanto convém ao engrandecimento e prosperidade do império” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 19 de junho de 1826, p.206-207).

*legislativo, nada pode resolver acerca da economia interna do Império, sem ter presentes os relatórios do estado da repartição interna.*⁴⁸⁸

Na discussão que se seguiu, os deputados novamente abordaram o tema da obrigatoriedade ou não de todos os ministros e secretários de Estado fornecerem as informações e esclarecimentos sempre que lhes fossem solicitados e, nesse sentido, levantaram objeções ao teor adotado pelo parecer. Manuel Odorico Mendes⁴⁸⁹, deputado eleito pela província do Maranhão, iniciou a discussão ao defender a ideia de que o titular da pasta dos Negócios do Império se excedeu ao afirmar que não estava obrigado a prestar informações acerca de seu ministério e, frente a essa postura, deveria ser lembrado dessa obrigação, tal como propunha o parecer. No entanto, logo a seguir, com o discurso de Almeida e Albuquerque, delineou-se a principal divergência a dividir os deputados: praticamente todos concordavam com a obrigatoriedade de os ministros e secretários de Estado prestarem informações e esclarecimentos, quando solicitados, porém divergiam em relação à abrangência dos pedidos e das solicitações a serem encaminhadas aos titulares de cada uma das pastas ministeriais. De um lado, para Almeida e Albuquerque, Cruz [Ferreira] e Clemente Pereira⁴⁹⁰ a Câmara dos Deputados apenas poderia encaminhar solicitações particulares e especificadas; de outro, Odorico, Teixeira de Gouveia, Lino Coutinho, Vergueiro, Clemente Pereira, Pinto do Lago defendiam a ideia de que não apenas os deputados poderiam questionar os ministros e secretários de Estado sobre a situação de suas pastas em assuntos específicos, bem delineados, como também em aspectos gerais, caso fossem necessários ao bom andamento dos trabalhos do Corpo Legislativo.⁴⁹¹ Nesse sentido, Lino Coutinho –

⁴⁸⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1826, p.105.

⁴⁸⁹ Manuel Odorico Mendes (Odorico), nasceu em São Luís do Maranhão, à 24 de janeiro de 1799, e faleceu em Londres, a 17 de agosto de 1864. Abandonou seus estudos de Filosofia na Universidade de Coimbra para retornar ao Brasil em 1824 e ingressar na política. Foi eleito deputado pela província do Maranhão na Assembleia Geral Legislativa nas duas primeiras legislaturas, e pela província de Minas Gerais, na sexta legislatura (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: sexto volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1900, p.172-174).

⁴⁹⁰ Sublinhe-se que Clemente Pereira foi o único deputado que discursou a favor do ministro e secretário de Estado dos Negócios do império, e propôs que se respondesse a ele: “Ficou a câmara inteirada”... (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1826, p.110-111).

⁴⁹¹ Cumpre-se notar que, dentre os deputados que se manifestaram nesta discussão a favor da elaboração de pedidos de informações e de solicitações de esclarecimentos gerais sobre o estado das Secretarias de Estado, desde que necessários ao bom andamento dos trabalhos do Corpo Legislativo, encontram-se dois – Teixeira de Gouveia e Clemente Pereira – que seriam objeto de denúncias como incursos na lei da

relator do parecer em discussão – foi preciso ao sublinhar que tendo a Assembleia Geral Legislativa a obrigação de examinar *se a Constituição Política do Estado tem sido exatamente observada, para prover, como for justo*, de acordo o artigo 173 da *Constituição Política do Império do Brasil*, cabia-lhe providenciar os meios necessários para cumprir com o disposto no texto constitucional.⁴⁹² Na argumentação do deputado baiano, ao serem solicitadas informações gerais sobre o estado das Secretarias de Estado, os deputados agiram preocupados com o pouco tempo que dispunham para cumprir com todas as obrigações que lhes foram designadas pelo texto constitucional:

Se nós temos essa obrigação, também temos o direito de procurar os meios de a cumprirmos, e é então de restrita necessidade que o ministério seja obrigado a dar as informações pedidas; eles conhecem que tem essa obrigação, mas querem dar as informações parcialmente segundo se lhes pedir, e não em geral de tudo: isto em si é indiferente, porém enquanto à economia de tempo vale alguma coisa para não estarmos todos os dias com pedidos e ofícios. Nestes termos, é preciso que se declare que não é obséquio que os ministros fazem à câmara; mas sim que eles tem obrigação de dar estas contas, quando se lhes pedirem.⁴⁹³

Contudo, apesar do desabafo e cobrança feitos por Lino Coutinho, o que ocorreu no decorrer das sessões de 1826 e 1827, foi exatamente uma sucessão de pedidos da câmara seguidos pelos respectivos ofícios, nos quais os ministros e secretários de Estado, geralmente, forneciam parcialmente as informações e os

responsabilidade dos ministros de Estado aprovada em 1827, as quais estão analisadas nos próximos capítulos desta tese.

⁴⁹² Ao assim se pronunciar, Lino Coutinho reforçava o que dissera Vergueiro sobre o espírito da lei, o qual não fora compreendido pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império no momento de responder a solicitação que lhe fora enviada pela câmara temporária, sublinhando a não obrigatoriedade de prestar informações e esclarecimentos. Afirmava Vergueiro: “Nada fazemos sem que os ministros nos informem do estado das coisas; e parece-me portanto que seria muito a propósito recomendar-lhes outra vez, que se dignem mandar-nos os relatórios, pois que isto é de sua obrigação, e nos tem já de algum modo impedido na continuação dos nossos trabalhos a sua demora (...) requiero que se lembre ao governo, a necessidade que há do relatório, que cada um dos ministros deve dar do estado da sua repartição (...) como é possível governar uma casa, sem se saber o que há nela? O ministro deve saber o estado em que se acham as finanças; e não pode portanto ser isto um argumento contra a urgência da indicação, que aliás se reconhece tão necessária (...) Tenho lido muitas constituições, e não vejo que alguma determine isto expressamente, porém em todos os governos constitucionais os ministros apresentam às câmaras o relatório de suas respectivas repartições. Portanto, ainda que a constituição não expresse claramente, é da natureza da cousa que este relatório se apresente. O ministro entendeu a letra da constituição; mas se entendeu o espírito, esta é toda a questão” *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessões de 09 e 12 de junho de 1826, p.84-85, 107, respectivamente.

⁴⁹³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1826, p.109.

esclarecimentos solicitados, o que geravam novos pedidos seguidos de novos ofícios indefinidamente. No entanto, frente às constantes cobranças dos deputados, paulatinamente a relutância dos ministros e secretários de Estado em prestar informações e esclarecimentos foi vencida de tal forma que, na sessão de 1828 (após a nomeação, em novembro de 1827, de três deputados para ocuparem cargos ministeriais⁴⁹⁴), outra forma de relacionamento se estabeleceu, a princípio, entre os membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Moderador.

Sublinhe-se que, durante essa discussão, Vasconcelos defendeu, pela primeira vez na Câmara dos Deputados, a importância de se elaborar um projeto de lei que declarasse a obrigatoriedade de os ministros e secretários de estado *dar* contas às câmaras⁴⁹⁵:

Julgo que o ministro do império não tem razão em dizer que não está sujeito a dar contas; pois o devem fazer, ainda que não se verifiquem os requisitos da morte do imperador ou vacância do trono. É preciso que a assembleia geral seja informada exatamente do estado da nação para poder legislar com acerto, e não o pode fazer sem a conta da administração para reformar os abusos. (...) O ministério sempre tende ao abuso do poder, que lhe foi confiado pelo monarca: este é o seu mal endêmico. Nós somos os guardas da constituição, podemos a todo o tempo advertir o ministério de seus erros, e mesmo castigá-lo; podem porém ocorrer circunstâncias tão ponderosas, que seja

⁴⁹⁴ Na reforma ministerial de 20 de novembro de 1827, dom Pedro I substituiu um grupo de ministros e secretários de Estado composto em sua maioria por conselheiros de Estado (eram senadores, o visconde com grandeza de São Leopoldo e os marqueses de Nazaré, Queluz e Maceió; o conde de Lajes seria nomeado para o Senado apenas em 1829 e o marquês de Maceió era militar de carreira) para formar o primeiro grupo de ministros no qual não tinham assento os conselheiros de estado: eram deputados os ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império (Pedro de Araújo Lima), da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia) e da Fazenda (Miguel Calmon du Pin e Almeida); e senadores, os ministros e secretários de Estado dos Negócios da Guerra (Bento Barroso Pereira) e dos Estrangeiros (Marquês de Aracati). Nesta nova composição ministerial, apenas não era membro do Corpo Legislativo o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Diogo Jorge de Brito (Oficial-general da Marinha) (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.21-22).

Sobre o papel desempenhado pelos ministros-deputados nas sessões de 1828 e 1829 e a acusação de alguns deles como incursos na lei da responsabilidade ministerial consultar os próximos capítulos desta tese. Na historiografia recente, o denominado *Ministério Parlamentar*, composto em sua maioria por deputados, foi analisado por ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013. Contudo, o autor se dedica a compreender o papel exercido por estes ministros-deputados nas discussões ocorridas na câmara temporária, com interpretação diversa da adotada nesta tese, conforme exposto no próximo capítulo.

⁴⁹⁵ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2009 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2006), p.177.

muito arriscado ao corpo legislativo o entrar neste exame, e fazer as reformas; podem haver circunstâncias tais, que obriguem o corpo legislativo a sancionar medidas mesmo anticonstitucionais, há muitos exemplos nas nações estrangeiras: a Inglaterra é um país clássico da liberdade, e tem-se visto em tão tristes circunstâncias (...) o ministério arroga-se o poder legislativo, principia a legislar, comete quantos abusos quer, e a assembleia tem de esperar que se preencham os requisitos da morte do imperador, ou vacância do trono, para reformar esses abusos, podendo haver morrido, ou ter-se retirado o ministro que os cometeu, tornando-se eles assim invioláveis, e inútil a lei de responsabilidade que estamos fazendo.⁴⁹⁶

Em um momento no qual, Vasconcelos defendia a urgência de se elaborar a lei da responsabilidade, o tema da obrigatoriedade de os ministros e secretários de Estado prestarem as informações e esclarecimentos, solicitados pela Câmara dos Deputados, tornava-se um importante argumento em defesa de sua causa. Frente à recusa ministerial em responder os pedidos e as solicitações que lhe eram enviados, o deputado mineiro aproveitava a ocasião para proclamar que enquanto o *ministério* [enquanto Governo] sempre tendia ao abuso de poder⁴⁹⁷, à Assembleia Geral Legislativa cabia o papel de defesa e guarda da constituição, nos termos da Carta constitucional de 1824.

⁴⁹⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1826, p.107.

Ao assim se pronunciar, Vasconcelos invertia seu posicionamento inicial sobre a possibilidade de a Câmara dos Deputados encaminhar pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos diretamente aos ministros e secretários de Estado, tal como anteriormente exposto neste capítulo. Contudo, cumpre-se notar que seu objetivo final de regulamentar a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado permanecia e suas ações sempre eram traçadas com esta finalidade, ainda que tivesse que mudar de posição nas discussões legislativas.

⁴⁹⁷ Na sessão do dia 12 de maio de 1827 – durante a discussão da eventual responsabilidade do marquês de Barbacena, no exercício pretérito do cargo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, pela demissão de um empregado da Secretaria de Estado –, Vasconcelos definiu, em termos precisos, o que seria abuso de poder. De acordo com o deputado mineiro: “Crime é ação contrária à lei, e abuso de poder é usar deste poder que a lei confiou, mas empregando-o contra o fim para que a lei o confiou” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo primeiro, p.73). Ao assim se pronunciar, Vasconcelos não apenas reforçava sua crítica ao ato praticado pelo antigo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda – nomeado senador pelo imperador em 1826 –, como também ampliava a discussão para todos os demais casos nos quais os titulares das diversas pastas ministeriais agiram não em detrimento da lei, mas exorbitando as atribuições que lhes competiam. Sublinhe-se que, no momento em que era travada esta discussão em plenário, o marquês de Barbacena estava no comando das tropas imperiais na Bacia do Prata e, recentemente, chegara a notícia da derrota dessas tropas frente às forças argentinas na Batalha de Passo do Rosário (ou Ituzaingó, para os argentinos, ocorrida no dia 20 de fevereiro de 1827), ou seja, questionar atos praticados no passado, enquanto ocupava o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, era uma forma de se colocar em dúvida as ações empreendidas pelo marquês no presente. Para o impacto da notícia da derrota na batalha de Passo do Rosário na Câmara dos Deputados consultar os *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*.

Ao término da discussão, o parecer em discussão não foi aprovado e se decidiu pelo não envio de qualquer tipo de resposta ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, ainda que de mera ciência (tal como propusera Clemente Pereira)⁴⁹⁸; porém, o relevo dado às obrigações a serem cumpridas pelos ministros e secretários de Estado e a importância de se elaborar uma lei da responsabilidade ficaram patentes. E, de certa forma, essa discussão contribuiu para convencer os deputados, ainda relutantes e/ou indecisos, da urgência de se elaborar a lei da responsabilidade, cujos projetos já tinham sido apresentados por membros da *comissão de leis regulamentares* (Vergueiro, Vasconcelos, Costa Aguiar, Almeida e Albuquerque e Lino Coutinho), mas ainda não se decidira qual ser colocado em discussão. Cumpre-se notar que poucos dias após esses fatos, teve início a discussão dos projetos de lei da responsabilidade, a qual ocuparia toda a pauta das sessões diárias de 16 de junho a 21 de julho.⁴⁹⁹

Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 18 de maio de 1827, p.120-128). Nesta ocasião, Custódio Dias propôs que se chamasse o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra para prestar esclarecimentos sobre o andamento do conflito na Bacia do Prata e dar medidas necessárias para a solução desta questão; e Batista Pereira, a demissão do referido ministro. Ambas não tiveram seguimento: Custódio Dias declinou de sua proposição durante a discussão, em virtude da argumentação desenvolvida por Vergueiro sobre a inutilidade das medidas propostas pelo deputado mineiro; e a proposição de Batista Pereira no sentido de a Câmara dos Deputados se dirigir ao imperador para lhe dizer que o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra perdeu a *opinião pública* e, desta forma, não poderia continuar na direção da Secretaria de Estado, não foi afastada pelo parecer da *comissão de constituição e guerra* (composta pelos deputados Lino Coutinho, Teixeira de Gouveia, Galvão, Araújo Lima e Vasconcelos), no qual se afirmava não ser o melhor meio a ser empregado, pois “suas atribuições lhe fornecem outro plenamente eficaz, que é o da acusação dos ministros” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 22 de maio de 1827, p.157).

⁴⁹⁸ Cumpre-se salientar que declararam ter votado contra esta decisão da Câmara dos Deputados: Vergueiro, Teixeira de Gouveia, Odorico Mendes, Ornelas, Lino Coutinho, Paula Souza e Costa Carvalho (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 14 de junho de 1826, p.117).

⁴⁹⁹ Para Vantuil Pereira, a discussão da lei da responsabilidade foi acelerada em virtude da morte “de mais de 550 recrutas”, no transporte entre a província do Ceará e a corte do Rio de Janeiro. No entanto, verifica-se que o autor, na cronologia dos acontecimentos confundiu as datas e fragilizou suas conclusões. De acordo com Vantuil Pereira: “Discutido e votado na Câmara dos Deputados entre 1826 e 1827, o projeto adormeceu no Senado até o final de 1828. A proposição só ganharia força quando chegou à Câmara uma denúncia da morte de mais de 550 recrutas, que no transcorrer da guerra da Cisplatina deveriam rumar do Ceará para o Rio de Janeiro, com destino ao Sul do Império. Porém com a superlotação da embarcação, a grande maioria dos tripulantes acabou morrendo na viagem. Tal notícia alarmou os parlamentares e fez com que os trabalhos em torno da lei da responsabilidade fossem acelerados” (PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.159). Conforme exposto acima, a notícia do falecimento de *mais de 550 recrutas* ocorreu no início das sessões e não neste momento. Verifica-se na discussão acerca do ministro dos negócios do Império, conforme exposto, uma das principais causas de os projetos de lei da responsabilidade entrarem em discussão em plenário.

No entanto, era do interesse dos deputados que se estabelecessem, de qualquer forma, mecanismos de controle dos atos praticados pelos ministros e secretários de Estado e, desse modo, agiram para conseguirem implantar um procedimento a ser consagrado quer pela via legal, quer pelo costume e obtiveram êxito em parte das estratégias traçadas, como refletido no decorrer desta tese. Assim, esse relato referente às negativas dos ministros em prestarem as informações que lhe eram solicitadas pelos deputados, com base no texto constitucional, não apenas ressalta o fato de, até o início dos trabalhos do Corpo Legislativo, o Governo agiu muitas vezes a despeito do texto constitucional, como também, após ter sido instalada a Assembleia Geral Legislativa, o imperador e seus ministros e secretários de Estado buscaram, num primeiro momento, impor um modo de governar no qual continuariam a não prestar contas a ninguém. Assim sendo, no decorrer desta tese, analisa-se o quanto a atuação da Câmara dos Deputados foi fundamental na delimitação de um poder ministerial responsável e, deste modo, de um imperador possível e viável a partir dos moldes traçados pela *Constituição Política do Império do Brasil*, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa.⁵⁰⁰

Após o período dedicado às três discussões regimentais⁵⁰¹ do projeto de lei da responsabilidade – de modo a enviá-lo, o quanto antes, para a apreciação do Senado –,

⁵⁰⁰ Na sessão do dia 25 de agosto de 1826, a discussão do parecer da comissão de marinha e guerra (firmado por Chagas Santos, Cunha Matos, e Cavalcanti de Albuquerque) sobre o pedido de informações a ser encaminhado aos ministros das pastas militares, tendo em vista o cumprimento do disposto no artigo 15, §11 da Carta de 1824 (referente à fixação das forças de mar e de terra, ordinárias e extraordinárias), a partir de indicação formulada por Vergueiro (na sessão do dia 22 de agosto), é representativa do quanto os deputados estavam incomodados com os escassos e insuficientes esclarecimentos prestados pelos ministros. Frente a um parecer que os isentava de responsabilidade, colocando-a em seus subordinados, Vergueiro, Teixeira de Gouveia, Vasconcelos, Lino Coutinho, Almeida Albuquerque, Souza França, Clemente Pereira, Maia e Costa Aguiar proclamaram em uníssono a obrigação de os ministros prestarem as informações necessárias para o cumprimento dos dispositivos constitucionais, em uma rara união de esforços de praticamente todos os deputados que costumavam se pronunciar durante a sessão anual de 1826. De tal forma que o parecer em discussão foi rejeitado e foi aprovada a indicação originalmente concebida por Vergueiro: “requeiro que se diga aos ministros da marinha e da guerra, que com urgência deem a informação exigida na constituição artigo 15 §11” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessões dos dias 22 e 25 de agosto de 1826, p.221-222; 246-257).

⁵⁰¹ Na sessão de 30 de junho de 1826, Souza França sintetizou o significado de cada uma das três discussões previstas no regimento interno da Câmara dos Deputados: “Segundo nosso regimento, qualquer projeto passa por três discussões diferentes, cada uma das quais tem o seu fim particular, porém em cada uma delas pode ser rejeitado o projeto. Na primeira, trata-se da utilidade do projeto em geral. Vencendo-se que o projeto é digno de deliberação, passa a ser admitido à segunda discussão, na qual se apura a matéria de cada um dos artigos e se analisam todos os seus pontos e palavras; porque a lei é para a nação e deve ser apropriada em todas as suas relações. Passa finalmente à terceira discussão, onde principalmente se trata da redação do original e das emendas aprovadas. Bem se vê que estas formas do regimento tem uma utilidade real e não são simples etiqueta” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara*

em meados de julho começaram as cobranças endereçadas aos ministros e secretários de Estado, em especial ao dos Negócios da Fazenda⁵⁰², na medida em que era urgente a elaboração e aprovação do projeto de lei do Orçamento⁵⁰³. Frente ao relatório insuficiente apresentado pelo então visconde de Baependi, os deputados lhe solicitaram maiores informações, sobretudo a respeito das despesas relativas ao próximo ano (1827) e das províncias mais distantes do Rio de Janeiro, de forma a abranger todo o Império, *pois que é bastante inconstitucional fixar e decretar as de uma parte do grande todo e deixar ao capricho dos presidentes e escrivães de juntas as das outras partes desse*

dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 30 de junho de 1826, p.330)

⁵⁰² Apesar de nos centrar, nesse momento, nas cobranças endereçadas ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, não há como desconsiderar o impacto causado pelo ofício do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra acompanhado das informações dada pelo governador das Armas da província de Minas Gerais – Antônio José Dias Coelho –, acerca dos recrutamentos forçados realizados nesta província durante os festejos de Finados. Apresentado no dia 13 de julho de 1826 e analisado pelo parecer da comissão mista de constituição e guerra (composta pelos deputados Cunha Matos, Teixeira de Gouveia, Chagas Santos, Vasconcelos e Lino Coutinho) lido no dia 18 seguinte, foi discutido pelos deputados na sessão do dia 26 próximo. E, na votação foi aprovado o parecer que determinava apenas a apuração da responsabilidade do comandante militar da província de Minas Gerais pelos abusos cometidos na realização do recrutamento nos festejos de *Corpus Christi* (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessões dos dias 13, 18 e 26 de julho de 1826, p.157-158; 222; 311-320). Sobre o cargo ocupado por Antônio José Dias Coelho, se era governador ou comandante de armas, consultar discussão em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 19 de julho de 1826, p.227.

Cumprir-se notar que, na sessão do dia 10 de agosto, o tema dos recrutamentos voltou ao plenário, através da indicação de Antônio Joaquim de Moura, na qual solicitava ao governo esclarecimentos sobre a continuação das mortes no transporte de recrutas da província do Ceará para o Rio de Janeiro (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 10 de agosto de 1826, p.94). Elaborado e apresentado o parecer da comissão de constituição, foi discutido e aprovado na mesma sessão (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 10 de agosto de 1826, p.99 a 112). Na resposta do ministro e secretário de Estado, lida na sessão do dia 21 de agosto de 1826, sublinhou-se o fato de aquela província estar sob a seca, tendo o ministério adotado todas as providências elencadas no ofício de 3 de junho passado. Além disso, de acordo com a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, não foram solicitados recrutas à província do Ceará, de modo que a iniciativa dos recrutamentos partiu das autoridades provinciais (presidente e comandante de armas), as quais agiram com o intuito de livrarem seus habitantes da seca *o que muito útil seria aos mesmos em particular, por se livrarem assim do flagelo da fome, e ao sossego geral da província, por se evitarem em parte as desordens, que em crises tais aparecem sempre na classe pobre e nos indivíduos menos sofrendores, ou menos moralizados* (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 21 de agosto de 1826, p.219-220).

⁵⁰³ Conforme sublinhou Souza França, na sessão do dia 12 de julho de 1826, “no sistema constitucional não se impõe tributos, nem se gasta o dinheiro da nação a bel prazer do governo; isto é próprio dos governos absolutos. (...) há de haver sistema, há de haver método: há de se saber em que são empregados. Portanto se acaso se quer que o sistema constitucional não seja só de palavra, é preciso que os ministros o sejam, e cumpiram e façam cumprir exatamente o que a constituição e as leis determinam” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 12 de julho de 1826, p.151).

mesmo todo, afirmou Joaquim Gonçalves Ledo⁵⁰⁴ em seu discurso, enquanto membro e relator da comissão de fazenda responsável pela elaboração do parecer sobre a resposta dada pelo ministro.⁵⁰⁵ Contudo, o novo relatório do ministro e secretário de Estado dos

⁵⁰⁴ Joaquim Gonçalves Ledo nasceu no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1781 e faleceu em Macucu, Rio de Janeiro a 19 de maio de 1847. Coursou Leis na Universidade de Coimbra, mas teve de abandonar os estudos em virtude do falecimento do pai. Foi contador no Arsenal do exército. Juntamente com Januário da Cunha Barbosa, editou o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*. Adversário de José Bonifácio de Andrada e Silva. Foi denunciado pelos Andradas (juntamente com Domingos Alves Branco Moniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manoel Alvares de Azevedo, Thomaz José Tinoco de Almeida, José Joaquim de Gouveia, Joaquim Valério Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Luiz Pereira da Nóbrega e Souza Coutinho, José Clemente Pereira, o padre Januário da Cunha Barbosa e o padre Antônio João de Lessa), por envolvimento nos acontecimentos do dia 20 de outubro de 1822, teve que se exiliar (em Buenos Aires) para não ser preso. Voltou ao Brasil após a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 e foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro para a Primeira e Segunda Legislaturas da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil juntamente com vários de seus amigos exilados durante o ministério dos Andradas. Seu irmão Custódio era médico, residia no Porto, Portugal, desde fins do século XVIII, e tomara parte na Revolução de 1820 no Reino (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1898, p. p.139-140, 144-146; sobre a participação de Joaquim Gonçalves Ledo nos acontecimentos que levaram à emancipação política do Reino do Brasil e à aclamação de dom Pedro I como imperador ver OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), em especial capítulo III, no qual a autora analisa os principais representantes do grupo liberal articulado em torno das manifestações de fevereiro de 1821 e dos periódicos *Revérbero Constitucional Fluminense* e *Correio do Rio de Janeiro* – o grupo de Ledo: Joaquim Gonçalves Ledo, Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, os irmãos Silva Porto (João Alves e Manuel Joaquim), Januário da Cunha Barbosa, Manuel dos Santos Portugal e José Clemente Pereira; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁵⁰⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 12 de julho de 1826, p.149.

De acordo com o visconde de Baependi – em justificativa apresentada no dia 15 de julho –, tratava-se de uma divergência interpretativa acerca do disposto no artigo 172 da *Constituição Política do Império do Brasil*: “O Ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos às despesas das suas Repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas publicas do ano futuro, e da importância de todas as contribuições, e rendas publicas”. Afirmava o ministro dos negócios da Fazenda: “Como, porém, seja outra a interpretação da câmara dos deputados, passo a exigir das diversas secretarias de estado os orçamentos para o ano de 1827, afim de apresentá-los logo que os receba, como é necessário à câmara dos deputados para as suas deliberações; se bem que um tal orçamento da constituição de 1824 foi, no qual as despesas extraordinárias são as de considerável vulto, sendo feito para um tempo mais remoto, pouca atenção merecerá não cabendo um minha capacidade, e talvez na de meus colegas, o prever, se a guerra, um dos principais motivos da despesa, ainda se conservará em todo o decurso do ano de 1827” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 15 de julho de 1826, p.189).

Negócios da fazenda apenas seria apresentado no dia 09 de agosto⁵⁰⁶, ou seja, quatro semanas antes da data prevista para o encerramento da Assembleia Geral. Encaminhado à comissão de fazenda, esta apresentou parecer (firmado pelos deputados Ledo, Souza França, Herrera, Batista Pereira, Bráulio Muniz e Resende Costa) na sessão do dia 17 de agosto e, apenas nesse momento o material entregue pelo ministro e secretário de Estado, ainda não impresso, foi parcialmente disponibilizado aos deputados.⁵⁰⁷

No parecer elaborado pela comissão de fazenda, sobre os relatórios apresentados pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da fazenda, foram sublinhadas as imperfeições, irregularidades, carências e falta de precisão verificadas nas informações prestadas pelo Governo, tanto no que se refere às receitas e bens próprios, quanto às despesas, dívidas e quadros de empregados, especificados de acordo com as diversas províncias do Império, de modo que afirmava:

Porquanto suposto se diga aí que a receita monta a 13,439:525\$867, e a despesa seja de 12,838:331\$438 réis resultando do balanço destas duas quantias um saldo a favor da receita importante de um milhão, e quinhentos mil cruzados, todavia não pode a comissão informar a esta câmara, qual seja o ano, a que este quadro se refere; pois que sendo o processo seguido neste trabalho o somar-se as entradas dos cofres das diversas províncias, constantes de balanços de épocas diversas e desconstruídas; é ele antes um amálgama desses mesmos balanços, do que a demonstração exata do estado atual da correnteza da receita e despesa do tesouro.⁵⁰⁸

⁵⁰⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 09 de agosto de 1826, p.91.

⁵⁰⁷ Vasconcelos, na sessão do dia anterior à da leitura deste relatório, expressava sentimento compartilhado por muitos deputados naquele momento ao afirmar: “O tempo da sessão está a concluir-se, e esta lei das finanças deve passar ainda que trabalhemos de manhã e à tarde se for preciso. Entretanto, sem o prévio conhecimento do estado delas nada se poderá fazer. Cada um dos senhores deve votar sobre ela, e por isso é necessário antecipar-se a notícia da matéria, sobre que tem de votar, e sobre as suas circunstâncias. E como para isso muito concorrerá a publicação do relatório, de todos os balanços, orçamentos, etc., proponho que tudo se imprima com a maior brevidade. Cada um dos membros desta câmara quer ver essas contas, e examiná-las com a atenção que pede a matéria e de outra forma se não pode conseguir. Torno a dizer nós devemos empregar neste objeto o pouco tempo que nos resta, a ver se concluímos alguma coisa em termos de ser útil aos nossos constituintes” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 16 de agosto de 1826, p.153).

⁵⁰⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 17 de agosto de 1826, p.175.

Situação diversa ocorreu em 1827, quando o marquês de Queluz, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Fazenda, não apenas apresentou o Relatório do Estado da Fazenda Pública e Orçamento

Além disso, foram questionados os termos firmados para a obtenção dos empréstimos na praça de Londres, as relações estabelecidas entre o Tesouro e o Banco do Brasil e as despesas previstas para 1827, das quais, de acordo com os deputados, muitas eram ou ilegais (como as despesas de ordenados aos criados de dom João VI, *que se deixaram ficar residindo no Império*, e o transporte de alemães) ou decorrentes de excessos nas despesas legais (como as previsões das despesas com a folha diplomática⁵⁰⁹).

Ou seja, se era previsto um déficit nas contas de 1827, esse decorria da má gestão dos recursos do país, o que não justificava a criação de novos tributos – com a devida consulta ao Corpo Legislativo – a onerarem ainda mais a nação. Diante do exposto, a comissão de fazenda propôs, e foi aprovado⁵¹⁰, que se imprimisse o relatório ministerial juntamente com o parecer por ela redigido, pelo qual estava autorizada a apresentar projetos de leis relativos à consolidação da dívida antiga do Império, à extinção do Conselho da Fazenda, dos lugares de intendente do ouro e da administração da extração dos diamantes. E, na conclusão do parecer, a comissão de fazenda

para 1828, na sessão do dia 14 de maio, como também se dispôs a responder toda dúvida que surgisse durante a análise daquele documento “porque ele todo o tempo que ali [no tesouro] estivesse, estava pronto para ser chamado, mesmo pela comissão, para dizer o que entendia” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 14 de maio de 1827, p.79-84). Cumpre-se notar que, após duas prorrogações da sessão anual ordinária de 1827, logrou-se a aprovação da Lei do Orçamento de 1828 para a Corte e a província do Rio de Janeiro, e estipula que, “a receita e despesas do Tesouro Publico nas demais províncias do Império, não orçadas pela presente lei, continuarão a fazer-se durante o ano de 1828, na conformidade das leis, e ordens, que as tem regulado; devendo cada uma das províncias satisfazer, durante o mesmo ano, aqueles ramos de despesas geral, que pelas ditas leis, e ordens estiverem a cargo dos seus respectivos cofres” (artigo sétimo da lei de 14 de novembro de 1827, In: *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte II, p.99).

⁵⁰⁹ De acordo com o parecer, em uma abordagem que seria posteriormente adotada pelos deputados aos questionarem os gastos com as legações diplomáticas brasileiras no exterior: “Por ora não há lei, que autorize tal despesa, e se persuade a comissão, que, quanto a houver, a muito, e muito menos reduzirá a assembleia os gastos da nação neste artigo, por não ser consentâneo com a condição de um império nascente admitir rotinas de dispendiosa etiqueta, seguida dos governos absolutos da antiga Europa, sustentando, sem nenhuma utilidade da nação, um aparatoso estado de missões a potências estrangeiras, com as quais nenhuma relações políticas há a manter, pela sua situação geográfica separada, e distanciada do nosso continente” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 17 de agosto de 1826, p.179).

⁵¹⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 17 de agosto de 1826, p.189.

proclamava a impossibilidade de se fixar as despesas públicas para o exercício de 1827, *por faltarem os orçamentos das províncias*.⁵¹¹

No decorrer da sessão de 1827, os deputados não apenas continuaram a enviar pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos aos ministros e secretários de Estado, como também passaram a convidá-los para prestarem pessoalmente em plenário as informações necessárias ao bom andamento dos trabalhos legislativos. Ao passo que, em 1826, apenas um ministro e secretário de Estado se dirigiu à Câmara dos Deputados e, mesmo assim, para apresentar uma proposta de lei de autoria do governo; em 1827, um número maior de titulares de pastas ministeriais participaram ativamente das discussões travadas na câmara temporária e defenderam, em plenário, os interesses do Governo.⁵¹² E, durante a discussão do Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento, foi aprovada a indicação feita no final da sessão do ano anterior, pela qual foram convidados os ministros e secretários de Estado para participarem das discussões das *contas das suas respectivas secretarias*⁵¹³, e, desse modo, procederam nas discussões das contas ministeriais para 1828.⁵¹⁴ Além disso, cumpre-se notar que a aprovação do

⁵¹¹ Para João Manuel Pereira da Silva a divulgação desse parecer da comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados, ainda que não discutido em plenário (em virtude de a sessão anual ordinária de 1826 ter sido encerrada poucos dias após sua apresentação) não apenas atraiu a atenção pública, como também angariou a simpatia geral da nação “já pela independência que a Comissão mostrava, já pela franqueza com que ousara denunciar e profligar abusos” SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.119).

⁵¹² Sobre a obrigação ou não de os ministros de Estado prestarem pessoalmente informações e esclarecimentos em plenário, consultar *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 17 de maio de 1827, p.116-117. No entanto, nesta ocasião, apesar da manifestação em contrário de Vasconcelos, Custódio Dias e Souza França, foi aprovada apenas a solicitação por escrito das informações necessárias ao bom andamento dos trabalhos legislativos. Desse modo, constata-se que se por um lado, houve a consolidação do direito de os deputados enviarem pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos aos ministros de Estado, os quais tinham a obrigação de elaborar uma resposta; por outro, permaneceu a relutância entre os deputados de convidarem os ministros de Estado para prestarem pessoalmente, em plenário, as informações e os esclarecimentos necessários à atividade legislativa, salvo nas hipóteses de iniciativa legislativa do Poder Executivo (de acordo com o facultado pelo artigo 54 da *Constituição Política do Império do Brasil*) e de participação nas discussões do Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento (conforme proposição realizada por Vasconcelos no final da sessão anual legislativa de 1826, In: *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 10 de agosto de 1826, p.96).

⁵¹³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, rua do Hospício, 203, 1875, tomo quarto, sessão do dia 17 de maio de 1827, p.87-88.

⁵¹⁴ As participações dos ministros de Estado, nas discussões do Orçamento para 1828 de suas respectivas pastas, ocorreram nas sessões dos dias 11 a 23 de agosto de 1827, quando foi finalizada a discussão da lei do orçamento na Câmara dos Deputados.

Sobre as participações ministeriais e as deficiências encontradas no Orçamento para 1828, as queixas manifestadas pelos deputados foram generalizadas e o deputado França foi contundente ao afirmar que

Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento foi viabilizado em virtude da prorrogação da sessão anual ordinária de 1827 por duas vezes⁵¹⁵, de modo a encerrar seus trabalhos apenas no dia 15 de novembro daquele ano.⁵¹⁶

É importante salientar que, com o objetivo de obrigar os ministros e secretários de Estado a fornecerem os relatórios sobre o *estado público da nação*, indispensáveis ao bom andamento dos trabalhos legislativos, Vasconcelos, no final da sessão anual legislativa de 1826, elaborou um projeto de lei, no qual estabelecia essa obrigação e remetia a punição dos infratores à lei da responsabilidade.⁵¹⁷ De acordo com o projeto de lei proposto pelo deputado mineiro:

Artigo 1º - Nas primeiras sessões de cada legislatura da assembleia geral legislativa os ministros e secretários de estado apresentarão um relatório do estado público da nação, da marcha da administração nas suas diferentes repartições, e das medidas legislativas, que o governo julgar necessárias. (...)

Artigo 3º - Os ministros e secretários de estado, que não cumprirem o disposto nesta lei no primeiro mês da legislatura, incorrerão nas penas, que a lei da responsabilidade fulmina contra a falta de observância da lei.⁵¹⁸

“todos os ministros, que tem vindo aqui, tem reconhecido a imperfeição dos orçamentos; é necessário pois que os que tem vindo aqui fiquem certos, que devem emendar a mão para o futuro; porque do contrário não temos constituição” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados. Segundo Ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.º, 1875, tomo quarto, sessão do dia 18 de agosto de 1827, p.155). Vergueiro, ao analisar o orçamento do ministro dos negócios estrangeiros, marquês de Queluz, em um posicionamento que sintetizava as falas dos demais deputados, concluía: “Tem-se quatro orçamentos [dos ministérios dos negócios do Império, Marinha, Guerra e Justiça], sem que se tenha muito bem entendido o que eles querem dizer; eu também concorri com o meu voto na certeza de que, para fazer passar orçamentos, o melhor é apresenta-los de maneira que os não entendam” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados. Segundo Ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.º, 1875, tomo quarto, sessão do dia 20 de agosto de 1827, p.164).

⁵¹⁵ Através dos decretos de 21 de agosto e de 10 de outubro de 1827, ambos com a referenda do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, o visconde com grandeza de São Leopoldo (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte II, p.44 e 46, respectivamente).

⁵¹⁶ Conforme analisado no próximo capítulo, cinco dias após o encerramento dos trabalhos da sessão anual legislativa de 1827, dom Pedro I demitiu todos os ministros e secretários de Estado e articulou um novo *ministério* com membros de ambas as Câmaras do Corpo Legislativo.

⁵¹⁷ Em sentido diverso do proposto nesta tese, de modo a vislumbrar em Vasconcelos um “mestre do parlamentarismo no Brasil”, sobre o projeto de lei sobre a obrigatoriedade de os ministros e secretários de Estado remeterem, sob pena de responsabilidade, relatório do “estado público da nação, da marcha da administração nas suas diferentes repartições e das medidas legislativas que o governo julgar necessárias” (SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume V – Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988 (1ª edição: 1937), p.57).

⁵¹⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo quarto, sessão do dia 10 de agosto de 1826, p.96).

Verifica-se que, apesar de não ter sido posteriormente aprovado, no decorrer dos trabalhos legislativos, o projeto de lei apresentado por Vasconcelos seria adotado pela prática legislativa no decorrer das sessões anuais seguintes⁵¹⁹, de modo que a cautela dos deputados, no momento de deliberar sobre esse tema, se converteu na principal conquista decorrente da estratégia adotada na sessão de 1826. Nesse sentido, verifica-se a apresentação pelo marquês de Queluz⁵²⁰, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Fazenda⁵²¹, no início da sessão de 1827, do *balanço geral da receita e despesa do ano antecedente, o orçamento geral de todas as despesas públicas do ano futuro e da importância de todas as contribuições e rendas públicas, como ordena a*

⁵¹⁹ Cumpre-se notar que, no que se refere à regulamentação do artigo 172 da *Constituição Política do Império do Brasil*, ela ocorreu em dois momentos. Primeiro, pela lei do Orçamento para o ano de 1829, em seu artigo 8, foi estabelecida a data limite de 15 de maio para a entrega do “balanço geral da receita, e despesa de todas as províncias do ano findo, o orçamento geral de todas as despesas públicas das mesmas no ano futuro; e a importância de todas as contribuições, e rendas publicas” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte I, Atos do Poder Legislativo, p.94-95). Posteriormente, na medida em que os Balanços Gerais e Orçamentos continuavam a ser apresentados repletos de inconsistências e falta de informações, de modo a gerar infundáveis discussões em plenário, pela lei do Orçamento para o ano financeiro de 1831-1832, estabelecia-se o procedimento a ser seguido pelos ministérios para o cumprimento do disposto no texto constitucional, inclusive com a fixação de prazos a serem por ele cumpridos (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830. Parte primeira – Atos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, p.100-139).

Contudo, em relação aos relatórios apresentados pelos ministros e secretários de Estado sobre o “estado público da nação, da marcha da administração nas suas diferentes repartições, e das medidas legislativas, que o governo julgar necessárias” não houve propriamente uma regulamentação do artigo 173, porém estabeleceu-se o costume de os titulares das diversas pastas ministeriais apresentarem seus relatórios anualmente para a apreciação pela Câmara dos Deputados, de modo a auxiliarem na elaboração e aprovação da lei do Orçamento.

⁵²⁰ José Severiano Maciel da Costa (visconde com grandeza em 1824, marquês de Queluz em 1826) nasceu em Mariana, Minas Gerais, em 1769 e faleceu à 19 de novembro de 1833. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi magistrado (elevado ao cargo de desembargador do Paço no Rio de Janeiro em 1808) e governador da Guiana Francesa (1809-1819). Acompanhou do João VI no retorno para Portugal em 1821. Deputado pela província de Minas Gerais na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, integrou o Conselho de Estado responsável pela redação da Carta de 1824. Nomeado senador pela província da Paraíba, em 1826. Ocupou o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império (de 17 de novembro de 1823 a 14 de outubro de 1824) e Estrangeiros (acumulado interinamente com o da Fazenda, de 15 de janeiro a 20 de novembro de 1827). Em 1825 e 1826 foi presidente da província da Bahia (posse em 4 de julho de 1825). Pertencia à maçonaria. Era primo do marquês de Barbacena, e parente marquês de Baependi e da esposa de Brás Carneiro Leão (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1898, p.47-48; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.376; p.167-168).

⁵²¹ No decorrer da sessão legislativa anual de 1827, o marquês de Queluz, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, assumiu interinamente a pasta dos Negócios da Fazenda (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.19-20).

*constituição do Império*⁵²², ao qual se seguiriam paulatinamente os dos demais ministros e secretários de Estado.

Conforme exposto no início deste capítulo, com o objetivo de consolidar o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824, a principal questão enfrentada pelos deputados no decorrer do Primeiro Reinado foi a de encontrar maneiras de limitar as amplas atribuições conferidas, em abstrato, ao imperador pela *Constituição Política do Império do Brasil*, de modo a lhe construir um papel possível e viável, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa. Frente a essa questão, foram traçadas diversas estratégias, dentre as quais uma permeou as discussões legislativas no decorrer de toda a Primeira Legislatura: a regulamentação e aplicação da responsabilidade penal dos ministros e secretários de Estado, para a qual contribuiu a articulação de outro mecanismo de controle dos atos ministeriais – os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos encaminhados aos ministros de Estado pelos deputados após consulta e aprovação em plenário, independentemente de aprovação pelo Senado. Com a consolidação desses pedidos e solicitações encaminhados aos ministros e secretários de Estado, os deputados não apenas articularam uma interpretação extensiva do texto constitucional, em especial do disposto no artigo 15, §9 da Carta de 1824, referente à atribuição conferida à Assembleia Geral Legislativa de *velar na guarda da Constituição*, transformando-o em um instrumento de controle político-institucional dos atos ministeriais de competência exclusiva da câmara temporária; como também, utilizaram-se das informações e esclarecimentos, prestados pelos titulares das diversas pastas ministeriais, para a obtenção dos documentos indispensáveis à formalização de denúncias em face daqueles que eventualmente infringiram os textos legais, de modo a incorrerem em alguma(s) das condutas descritas na lei da responsabilidade.

A partir da definição, desde as primeiras sessões da Primeira Legislatura, da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado como estratégia a ser seguida para a articulação de limites às amplas atribuições conferidas ao imperador pelo texto constitucional, os deputados, em especial os da oposição ao Governo, com o apoio de

⁵²² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados. Segundo Ano da primeira legislatura, sessão de 1827.* Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.º, 1875, tomo primeiro, sessões dos dias 12 e 14 de maio de 1827, p.74; 79-84.

parte dos membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, obtiveram muito mais do que a regulamentação dos artigos 133 e 134 da Carta de 1824: a articulação de dois mecanismos de controle dos atos ministeriais (os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos e a responsabilidade penal com efeitos políticos dos ministros e secretários de Estado), os quais desempenham relevante papel até os dias de hoje.⁵²³ O primeiro, conforme analisado no subtítulo 2.4, foi articulado desde as primeiras sessões legislativas diárias e, na medida em que – da forma como foi tecido pelos deputados da oposição – não dependia do Senado para ser implementado, consolidou-se no decorrer de 1826 e 1827. Em relação à responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, sua consolidação enquanto um mecanismo efetivo de controle dos atos ministeriais demandou um esforço considerável dos deputados, na medida em que, para atingirem seus objetivos, dependiam da colaboração não apenas dos senadores, como do próprio imperador (através da sanção imperial). Apenas após a aprovação do projeto de lei da responsabilidade, devidamente sancionado por dom Pedro I e publicado pela lei de 15 de outubro de 1827, conforme analisado neste capítulo, os deputados puderam se dedicar a sua consolidação através da aplicação da lei a um caso concreto. Mas, a quem acusar?

No próximo capítulo, frente ao fortalecimento da Câmara dos Deputados, analisar-se-á como dom Pedro I buscou, num primeiro momento, estabelecer uma trégua, não propriamente conciliatória, com a câmara temporária, ao nomear três de seus membros para o cargo de ministro e secretário de Estado. E, como a contra-estratégia do imperador sucumbiu ante o desenrolar dos acontecimentos de 1828, tanto

⁵²³ Em relação aos pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos, de acordo com a *Constituição da República Federativa do Brasil* de 05 de outubro de 1988, em seu artigo 50 (redação original 1988) “A Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando *crime de responsabilidade* a ausência sem justificação adequada” (com nova redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994: “A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar *Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República* para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando *crime de responsabilidade* a ausência sem justificação adequada”. §1 “Os *Ministros de Estado* poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério”. §2 (redação original 1988) “As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a *Ministros de Estado*, importando em *crime de responsabilidade* a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas” (com nova redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994: “As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a *Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo*, importando em *crime de responsabilidade* a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas”).

no plano interno quanto no externo⁵²⁴ (Capítulo 3), e gerou, em 1829, não apenas a formalização de denúncias em face de ministros e secretários de Estado, por eventuais infrações cometidas aos textos legais, como também a abertura do processo de responsabilidade em face do titular da pasta dos Negócios da Guerra (Capítulo 4).

⁵²⁴ Elencam-se no plano interno a desorganização das finanças, a eclosão de revoltas nas províncias e na corte e convocação da Segunda Legislatura; no externo, a continuação do conflito na Bacia do Prata até a assinatura da Convenção Preliminar de Paz na qual foi declarada a independência da província Cisplatina sob a denominação Estado Oriental do Uruguai, a dissolução das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa e a aclamação de dom Miguel como rei de Portugal.

CAPÍTULO 3 – Novos ministros, velhos problemas

Neste capítulo, será analisado o percurso trilhado, tanto pelos membros do Poder Legislativo, quanto pelos dos Poderes Executivo e Moderador, entre a sanção imperial da lei da responsabilidade e sua efetiva aplicação⁵²⁵, através da formalização de denúncias e do início do processo de responsabilidade em face de ministros e secretários de Estado, mantendo-se, contudo, silentes em relação aos conselheiros de Estado, igualmente tratados pela lei de 15 de outubro de 1827. Se, de um lado, para os deputados, a aplicação dessa lei era um dever político; de outro, para o Governo e, sobretudo, para o Imperador, era crucial encontrar meios de se obstruir a instalação desse processo. Os ânimos estavam exaltados e a proximidade da convocação das eleições para a Segunda Legislatura⁵²⁶ exigia dos representantes eleitos da Nação uma prestação de contas junto a seus eleitores para, desse modo, conseguirem a reeleição.⁵²⁷

⁵²⁵ Pode-se dizer que o esforço dos deputados da oposição foi para que se aplicasse a lei por eles aprovada e, não propriamente, que se lhe conferisse *eficácia*, tal como definida hoje pela doutrina jurídica, como por exemplo, na lição clássica de Miguel Reale (REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. São Paulo: Saraiva, 1986, p.112-114). Apesar da promulgação da Carta de 1824, e proclamação da *lei* como a principal fonte do Direito, ainda permaneciam em vigor uma pluralidade normas jurídicas a ser objeto de análise no momento de sua aplicação a um caso concreto. Além disso, no que se refere especificamente ao campo do que hoje se entende por Direito Penal, as disposições do Livro Quinto das Ordenações Filipinas ainda continuavam em vigor, a despeito das tentativas de codificação empreendidas durante o reinado de dona Maria I e das *Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa* (SANTOS, Maria José Moutinho. *Liberalismo, legislação criminal e codificação. O Código Penal de 1852. Cento e cinquenta anos da sua publicação*. In: Revista da Faculdade de Letras, História. Porto, III Série, volume 3, 2002, p.97-102). Para a melhor compreensão do pensamento jurídico-penal e a paulatina construção dos conceitos do direito penal clássico no início do século XIX ver QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *A teoria penal de P.J.A. Feuerbach e os juristas brasileiros do século XIX: a construção do direito penal contemporâneo na obra de P.J.A Feuerbach e sua consolidação entre os penalistas do Brasil*. 2008, 395f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo). Em relação aos conceitos jurídicos vigentes em meados da década de 1820, no Império do Brasil, consultar o livro *Princípios de Direito Natural*, redigido por José Maria Avellar Brotero, primeiro lente de Direito Natural do Curso Jurídico de São Paulo e adotado tanto nesse quanto no de Olinda (BROTERO, José Maria Avellar. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829).

⁵²⁶ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 102, parágrafo primeiro, era atribuição do Poder Executivo “convocar a nova Assembleia Geral ordinária no dia três de Junho do terceiro ano da Legislatura existente”, o que, necessariamente, implicava na realização de eleições para a escolha dos novos representantes da Nação na Câmara dos Deputados.

⁵²⁷ Vasconcelos, inclusive, publicou no início de 1828 a *Carta aos Senhores Eleitores da província de Minas Gerais*, na qual, expôs suas realizações no decorrer das duas primeiras sessões anuais legislativas à apreciação de seus futuros eleitores para a Segunda Legislatura da Câmara dos Deputados e, logo no primeiro parágrafo afirmava: “se não tenho feito quanto devo, tenho ao menos feito quanto me tem sido possível” (VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. São Paulo: Editora 34, 1999, p.58). No periódico *A Aurora Fluminense* há uma *artigo comunicado* sobre a publicação deste texto (“um resumo, ou para, melhor dizer Índice das matérias tratadas nas duas primeiras Sessões da Câmara dos Senhores Deputados”, de acordo com o jornal) de Vasconcelos: “Esta carta consta de mais de 200 paginas em 4.º grande; quem quiser subscrever para ela, o fará nas Lojas dos Srs. Veiga e Comp. na Rua dos Pescadores, e João Baptista dos Santos na da Cadeia preço 1:200 pagos ao recebimento da Obra” (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 15, de 08 de janeiro de 1828, p.60).

Pelos discursos proferidos em plenário e textos veiculados pela imprensa de oposição, verifica-se que motivos não faltavam para dar início ao processo de responsabilidade em face de algum ministro e secretário de Estado, porém a quem acusar? Era grande o passo a ser dado e, qualquer que fosse o denunciado⁵²⁸, fundamental o cálculo político das consequências desse ato para o futuro do próprio Corpo Legislativo em suas relações com os demais Poderes Estatais. Para complicar ainda mais a decisão a ser tomada, sublinhe-se que o julgamento dos eventuais acusados, com base na lei da responsabilidade, seria realizado pelo Senado, convertido em Tribunal de Justiça⁵²⁹, onde tinha assento a maior parte das pessoas que exerceram ou ainda exerciam o cargo de ministro e secretário de Estado, além de serem membros do Conselho de Estado responsável pela redação do texto da Carta outorgada pelo imperador no dia 25 de março de 1824.⁵³⁰ Ao se acusar um dos redatores do texto constitucional, não se estaria questionando a própria Carta outorgada pelo imperador? Em outras palavras, quais as implicações político-institucionais de se acusar um dos (ex-)ministros-marqueses por infrações cometidas ao texto por eles redigido?

Conforme sublinha Andreia Slemian, todas as argumentações elaboradas em ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa sempre partiam do texto constitucional.⁵³¹ Contudo, cumpre-se acrescentar, múltiplas eram as interpretações possíveis, as quais sempre decorriam do momento político-institucional em que eram formuladas. Desse modo, não raro algum deputado manifestava estranhamento diante de uma nova interpretação da Carta de 1824, muitas vezes oposta àquela que pouco antes fora defendida ardorosamente em plenário. Ou seja, tudo deveria ser bem ponderado de modo a não causar danos ao esforço de se articular um Corpo Legislativo forte e atuante e, desse modo, encontrar meios de limitar as amplas atribuições conferidas, em abstrato, ao imperador pela *Constituição Política do Império do Brasil*, de modo a lhe construir

⁵²⁸ De acordo com a lei da responsabilidade, primeiro o ministro e/ou conselheiro de Estado era denunciado (artigo 8), tornando-se acusado apenas após a aprovação da acusação em plenário e devidamente intimado nos termos da lei (artigo 16) (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.58-59).

⁵²⁹ De acordo com a lei da responsabilidade, em seu artigo 20: “Para julgar estes crimes o Senado se converte em Tribunal de Justiça” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.59).

⁵³⁰ Ver no Anexo 2 a presença dos conselheiros de Estado nas Secretarias de Estado durante o Primeiro Reinado.

⁵³¹ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2009 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2006).

um papel possível e viável, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados na Assembleia Geral Legislativa.

Para acalmar os ânimos dos deputados, particularmente exaltados no final da segunda sessão anual legislativa da Primeira Legislatura, dom Pedro I realizou as reformas ministeriais de 20 de novembro de 1827 e de 15 de junho do ano seguinte, cuja compreensão é indispensável para o desdobramento dos fatos relacionados à formalização da denúncia e abertura do primeiro processo de responsabilidade em face de um ministro e secretário de Estado no último ano da Primeira Legislatura. Assim, nesse capítulo refletir-se-á tanto sobre o perfil desses novos ministros e secretários de Estado (subtítulo **3.1**), quanto sobre os obstáculos por eles encontrados para a implementação de suas ações, quer em virtude do disposto nos textos legais, quer pela firme atuação e cobrança dos deputados gerais (subtítulo **3.2**). A seguir, examinar-se-ão como as frequentes denúncias de infrações aos textos legais, eventualmente cometidas pelos ministros e secretários de Estado, diretamente ou através de autoridades a eles subordinadas, levaram os deputados da oposição a se unirem, paulatinamente, em defesa da verificação da responsabilidade daqueles. Além disso, mostrar-se-á que, se por um lado eram inúmeras as denúncias formuladas pelos deputados, por outro lhes faltava delimitar os fatos concretos necessários para as formalizar e dar início ao processo de responsabilidade (subtítulo **3.3**). A seguir, analisar-se-á porque, mesmo com a nova reforma ministerial de junho de 1828, os questionamentos não apenas continuaram como também se intensificaram (subtítulo **3.4**). Por fim, perscrutar-se-á o quanto a presença de deputados-ministros em plenário, muitas vezes, ao invés de favorecer um melhor diálogo – de modo a, inclusive, tornar desnecessária a utilização dos pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos, na medida em que podiam ser diretamente questionados em plenário –, conduziu a grandes discussões que apenas serviram para desgastar ainda mais a imagem do Governo perante os demais deputados e à opinião pública, sobretudo durante a discussão sobre a concessão do crédito suplementar (subtítulo **3.5**).

3.1 – Reforma ministerial de 20 de novembro de 1827 – tentativas de conciliação entre o Governo e a opinião pública em um ano eleitoral

Frente a uma Câmara dos Deputados atuante e fortalecida no decorrer dos dois primeiros anos da Primeira Legislatura, dom Pedro I, provavelmente como uma forma

de barrar o avanço dos deputados da oposição em um ano eleitoral, realizou a reforma ministerial de 20 de novembro de 1827.⁵³² Desse modo, para compor o novo quadro de titulares das seis Secretarias de Estado, o imperador deixou, pela primeira vez, de dar preferência aos integrantes do Conselho de Estado responsável pela redação da Carta de 1824, todos senadores, para priorizar os membros da Câmara dos Deputados. Dessa forma, para os cargos de ministros e secretários de Estado, foram chamados três deputados – representantes das províncias de Pernambuco (Pedro de Araújo Lima), Bahia (Miguel Calmon du Pin e Almeida) e Minas Gerais (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia) –, dois senadores – nomeados a partir das listas tríplices enviadas pelas províncias de Pernambuco (Bento Barroso Pereira) e Ceará (marquês de Aracati) –, sendo que apenas o ministro da Marinha – Diogo Jorge de Brito – não integrava o Corpo Legislativo. Tratava-se, portanto, de uma nova concepção de Governo, o qual,

⁵³² Na historiografia são múltiplas as interpretações dadas às nomeações imperiais de deputados para ocuparem o cargo de ministros e secretários de Estado na reforma ministerial de 20 de novembro de 1827. Para Armitage e Pereira da Silva, foi a perda da popularidade de dom Pedro I, decorrente da falta de talento dos ministros-conselheiros de Estado, que impulsionaram o imperador a uma completa mudança no *ministério*. Contudo, para o primeiro a medida foi ineficaz, enquanto que para o segundo, logrou sucesso nos primeiros meses, mas não resistiu à reabertura dos trabalhos legislativos em maio de 1828 e sucumbiu, dois meses depois, diante da Revolta dos Batalhões Estrangeiros. Assim, apenas para Pereira da Silva, houve nesse momento a constituição de um *ministério* revestido de *todas as qualidades de parlamentar, e foi o primeiro desta feição organizado por dom Pedro*, a despeito de suas motivações iniciais relacionadas à recuperação de seu prestígio pessoal, juntamente com outras medidas de ampla aceitação pelo povo, *sem contudo abandonar de todo as intenções de conservar intacta a sua autoridade*. Otávio Tarquínio de Sousa, em sua biografia de dom Pedro I, não apenas acolheu a interpretação dada por Armitage, de modo a ressaltar a relação entre as nomeações feitas pelo imperador em novembro de 1827 e a *expectativa da terminação da guerra no Prata, com o reconhecimento da independência da Cisplatina*; como também, trouxe para o centro do debate historiográfico a questão da articulação, pelo imperador, de um apoio da maioria parlamentar através da nomeação de um *gabinete* apoiado pela Câmara dos Deputados – tal como Roderick J. Barman, nos anos 1970, e Vantuil Pereira analisariam em suas respectivas teses (ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.149-150, 161-162; SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.266-269; SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo II, p.246-249; BARMAN, Roderick J.. *Brazil. The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988, p.149-150; PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.166-167). Recentemente, João Victor Caetano Alves – no caminho anteriormente aberto por Cyril Lynch em sua tese de doutorado defendida em 2007 –, ao analisar a ascensão e a queda do, por ele, denominado *Gabinete de 20 de novembro de 1827*, fez um minucioso levantamento historiográfico sobre as causas que levaram o imperador a reforma ministerial de 20 de novembro de 1827 e expôs como a historiografia clássica (a partir das interpretações de Armitage e de Pereira da Silva, por ele consideradas homogêneas), cristalizou o entendimento de que, neste fato político, *localiza[va]-se a origem de um modo parlamentar de governo no Primeiro Reinado*, além da sempre referida *busca de popularidade por dom Pedro I* (ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013).

provavelmente, objetivava atrair a simpatia tanto dos membros das duas câmaras da Assembleia Geral Legislativa – não propriamente da *maioria parlamentar* –, quanto dos redatores dos periódicos da oposição, principais responsáveis pela formação da nascente opinião pública daquele período.⁵³³

A nova composição ministerial foi amplamente noticiada pelos periódicos da Corte e províncias e, a princípio, elogiada por todos, inclusive pelos deputados no início da sessão anual legislativa ordinária de 1828. Desse modo, para se compreender o significado e o impacto causado pela nomeação desses novos ministros e secretários de Estado (todos sem experiência anterior no exercício desta função), o qual teria profunda relação com o desdobramento dos fatos nas sessões anuais legislativas de 1828 e 1829, num primeiro momento apresenta-se o perfil de nomeados, bem como considerações sobre os prováveis motivos que levaram dom Pedro I a realizar estas nomeações; para, a seguir, analisar o impacto destas na imprensa do período e, sobretudo, entre os deputados no início do terceiro ano da Primeira Legislatura da Assembleia Geral Legislativa.

Verifica-se que, no *Ministério* de 20 de novembro de 1827, dom Pedro I confiou a três hábeis políticos conservadores, os senadores marquês de Aracati, Bento Barroso Pereira e, de certo modo (ainda que seus discursos na câmara temporária, não muito frequentes, oscilassem entre os posicionamentos defendidos ora pelos deputados ministeriais, ora pelos da oposição ao governo), o deputado Araújo Lima, respectivamente, as Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e do Império – fundamentais na condução a bom termo da principal questão política a atormentar o Império do Brasil naquele momento: a continuação e, sobretudo, a indefinição do conflito na Bacia do Prata. Relacionado a esse tema também se justificava a escolha do ministro e secretário de Estado nos Negócios da Marinha – o oficial-general da Marinha Diogo Jorge de Brito.⁵³⁴ Se a escolha desses nomes reiterava uma postura conservadora da parte do monarca, ousada talvez tenha sido a escolha de

⁵³³ Sobre o papel da opinião pública no Primeiro Reinado, ver MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

⁵³⁴ Diogo Jorge de Brito, da mesma forma que o marquês de Aracati, era português de nascimento, cidadão brasileiro nos termos do artigo 6, §4 da *Constituição Política do Império do Brasil*: artigo 6. “São Cidadãos Brasileiros: (...) §4. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram à esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência”.

dois deputados que até aquele momento se posicionavam, de certo modo, dentre os opositores do Governo em plenário: Miguel Calmon du Pin e Almeida e Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. Sublinhe-se que este último, não apenas fora um dos principais defensores da elaboração e aprovação da lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado; como também, em algumas ocasiões defendeu sua efetiva aplicação aos titulares das pastas ministeriais, em virtude de excessos por eles cometidos.

Durante a sessão de 1827, ambos os deputados atuaram na Câmara dos Deputados, inclusive na qualidade de membros de importantes comissões internas, como a especial para a reforma do Regimento Interno (juntamente com Araújo Lima, Vergueiro e Maia)⁵³⁵, na qual elaboraram um parecer favorável à aprovação pelo plenário da indicação do deputado Vasconcelos referente à participação dos ministros e secretários de estado na discussão do orçamento de suas respectivas pastas, o que possibilitaria uma participação maior dos ministros e secretários de Estado nas sessões legislativas dos anos seguintes.⁵³⁶ Além disso, Teixeira de Gouveia também foi escolhido – juntamente com Vergueiro, Lino Coutinho, Araújo Lima – para integrar as comissões de resposta à fala do trono⁵³⁷ e a de constituição⁵³⁸, para as quais (além dos já mencionados deputados) também foram escolhidos, respectivamente, os deputados Ledo e Vasconcelos. Na comissão de constituição, por exemplo, Teixeira de Gouveia defendeu que o único modo de se solucionar os problemas enfrentados pela província do Rio Grande de São Pedro era a apuração da responsabilidade dos ministros e

⁵³⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 04 de maio de 1827, p.16.

⁵³⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quarto, sessão do dia 09 de agosto de 1827, p.87-88.

⁵³⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 5 de maio de 1827, p.18.

Sublinhe-se que, na comissão de resposta à fala do trono, Teixeira de Gouveia se posicionou contra a discussão em plenário do discurso proferido por dom Pedro I na sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa, mas apenas da resposta, sem se mencionar as palavras proferidas pelo imperador. Para o deputado mineiro, a fala do trono não era uma peça ministerial pois não estava referendada por um ministro, de modo que o que se discutia em plenário não era a fala do trono, mas a resposta que deveria ser dada a ela. *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, p.63.

⁵³⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 9 de maio de 1827, p.53.

secretários de Estado responsáveis pelas eventuais arbitrariedades cometidas nessa província.⁵³⁹

João Carlos Augusto de Oeynhausens⁵⁴⁰ – marquês de Aracati — era um dos principais defensores de dom Pedro I no Senado⁵⁴¹, onde representava, desde o início dos trabalhos legislativos, a província do Ceará e constantemente participava das discussões em plenário.⁵⁴² Português de nascimento, cidadão brasileiro em decorrência do artigo 6, §4 da Carta de 1824, militar de formação, apesar de até este momento não ter ocupado o cargo de ministro e secretário de Estado, era um funcionário do governo leal, sempre chamado para por em ordem os lugares para os quais era indicado. Assim ocorrera desde sua primeira nomeação como governador geral da capitania do Ceará (1803-1807) e, posteriormente, nas do Mato Grosso (1807-1819) e de São Paulo (1819-1822).⁵⁴³

⁵³⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, p.157.

⁵⁴⁰ João Carlos Augusto de Oeynhausens Gravenburg (visconde com grandeza em 1824 e marquês de Aracati em 1826) nasceu em Lisboa, Portugal, a 12 de outubro de 1776, e faleceu em Moçambique, a 28 de maio de 1838. Filho ilegítimo do conde de Oeynhausens Gravenburg, nobre do Sacro Império Romano, luterano convertido ao catolicismo para poder se casar com D. Leonor de Almeida Portugal, 6^a condessa de Assumar e 4^a marquesa de Alorna, poetisa e figura central nas tertúlias literárias a partir de 1814. (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: terceiro volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1895, p.387-388; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.50-51) Sobre D. Leonor de Almeida Portugal http://www.frenteira-alorna.pt/pdf/biografia_alcipe.pdf.

⁵⁴¹ Sublinhe-se que, igualmente, senador era o ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros substituído por dom Pedro I, o marquês de Queluz, primo do marquês de Barbacena que se encontrava na Europa em missão para encontrar uma nova imperatriz para dom Pedro I.

⁵⁴² O marquês de Aracati (visconde no início de 1826) foi o oitavo colocado na lista tríplice que enviada ao imperador pela província do Ceará para ocupar a quarta cadeira reservada a essa província. Sua nomeação foi objeto de crítica pelos contemporâneos e, posteriormente, citada pela historiografia sempre que se questionava a existência e a composição do Senado de acordo com a Carta de 1824.

⁵⁴³ Sobre o percurso trilhado por João Carlos Augusto de Oeynhausens nas diversas capitanias pelas quais passou consultar, em relação à do Ceará – SOARES, Ana Lorym. Política e saúde na capitania do Ceará (1790-1812). In FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science, Anápolis-Goiás, v.3, n.2, jul.-dez. 2014, p.250-259 –; e à do Mato Grosso – RODRIGUES, J. F. Apontamentos Históricos dos Hospitais de S. João dos Lázarus e da S. Casa de Misericórdia de Cuiabá. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, ano 4, tomo 8, p. 110-124, 1923; SENA, Divino Marcos de. *Camaradas: Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. 2010, 203 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, 2010, p.24-27; SANTANA, Elizabeth Jeanne Fernandes Santos. *Insalubridade, civilização e ensino em Cuiabá no início do século XIX*. Disponível em: <http://sbhe.org.br/>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

Interessante notar que, apesar de toda sua contribuição à administração das capitanias e províncias do Brasil durante o período colonial e do Reino do Brasil, bem como após a independência, João Carlos Augusto de Oeynhausens não foi contemplado com um perfil na obra de A. S. Sisson (SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres* – volume I: os contemporâneos. Brasília: Senado Federal, 1999 [1^a edição:1859-1860]). Tal exclusão se deve, provavelmente, pelo fato de ter o marquês de Aracati não apenas acompanhado o imperador dom Pedro I, após sua abdicação, como também abandonado o cargo de senador e, posteriormente, aceitado o posto de governador de Moçambique, onde faleceu no ano de

Da mesma forma, Bento Barroso Pereira⁵⁴⁴, nomeado para o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sempre atuou em defesa do imperador, quer como militar, quer como senador. Coube-lhe, por exemplo, em 25 de fevereiro de 1825, substituir Francisco de Lima e Silva na presidência de Pernambuco, na medida em que este se mostrava moderado na perseguição e punição dos ex-rebelados pernambucanos de 1824.⁵⁴⁵ Contudo, no Senado era moderado em seus posicionamentos e, junto com o marquês de Caravelas, atuava em defesa de uma interpretação restrita do texto constitucional, em respeito às atribuições por ele conferidas aos diversos poderes estatais.⁵⁴⁶ Portanto, sua indicação ao mesmo tempo em que trazia para o Governo um fiel defensor de dom Pedro I, reafirmava a aproximação do imperador com a ala mais moderada do Senado. Além disso, pode-se vislumbrar em sua nomeação uma possível *manobra para apaziguar os nativistas*, tal como essa substituição de um português (o, então, conde de Lajes) por um brasileiro no comando da pasta dos Negócios da Guerra foi interpretada por Neill Macaulay.⁵⁴⁷ De fato, tratava-se do primeiro brasileiro a assumir esse cargo, desde o início da guerra com Buenos Aires⁵⁴⁸, além disso, conforme sublinha o brasilianista, *as pastas do Interior*,

1838. Praticamente, fora a historiografia referente à saúde pública, pouco há em relação a esse personagem na historiografia política do Primeiro Reinado.

⁵⁴⁴ Bento Barroso Pereira nasceu no Arraial do Tijuco, Minas Gerais, a 02 de outubro de 1785, e faleceu na Praia Grande (atual Niterói), a 08 de fevereiro de 1837. Militar de carreira, substituiu Francisco de Lima e Silva na presidência da Comissão Militar criada pelo decreto de 26 de julho de 1824, para *processar sumariamente, em comissão militar, os chefes e cabeças da facção de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, na Província de Pernambuco*. Em 1826, dom Pedro I o nomeou senador pela província de Pernambuco (16º colocado na lista tríplice enviada ao imperador para a nomeação dos sete representantes dessa província no Senado).

⁵⁴⁵ De acordo com MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 1, p.154-160; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos 9 – 1824-1833*. Recife: Fundarpe, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984 (Fac-símile da 1ª edição de 1965 do Arquivo Público Estadual); MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.236.

⁵⁴⁶ Nesse sentido, pode-se citar seu questionamento das penas previstas para os conselheiros de Estado, durante a terceira discussão do projeto de lei da responsabilidade no Senado, no qual defende a ideia de que era necessário a imposição de *penas análogas àquelas que se estabeleceram para os ministros de Estado* (*Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 30 de junho de 1827, p.329-330).

⁵⁴⁷ MACAULAY, Neil. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1993 [1ª edição em inglês: 1986], p.237.

⁵⁴⁸ O primeiro brasileiro nomeado ministro dos Negócios da Guerra foi Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, “oficial de infantaria de linha que possuía propriedades tanto no Recôncavo quanto em Goitacazes”, em 27 de junho de 1822, o qual seria exilado poucos meses depois, juntamente com Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e o Padre Antônio João Lessa (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.3; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de

*Justiça e Finanças, também pela primeira vez, ficaram em mãos de membros da Câmara de Deputados, todos nativos do país; os ministros da Marinha e do Exterior eram de naturalidade portuguesa.*⁵⁴⁹ Mas, subordinar essa reforma ministerial à satisfação dos ânimos dos nativistas é desconsiderar seu amplo significado enquanto manobra político-institucional tendo em vista a recuperação da imagem de dom Pedro I frente à opinião pública e o estabelecimento de novas formas de diálogo com os membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, conforme a seguir analisado neste capítulo.

Em relação a Pedro de Araújo Lima⁵⁵⁰, dom Pedro I, provavelmente, objetivava trazer para as Secretarias de Estado alguém com amplo trânsito entre os diversos grupos em oposição naquele momento na Câmara dos Deputados. Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1819, sem participação direta nos acontecimentos de 1817 e/ou 1824 (o que era raro para um pernambucano adulto naquele momento), o novo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império atuava como deputado eleito por sua província natal desde as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa

doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), p.110). Posteriormente, outros brasileiros ocupariam este cargo até a nomeação de João Vieira de Carvalho (Oliveira, Portugal, 1781 – 1847) em 03 de agosto de 1824, que permaneceria no cargo até novembro de 1827, quando Bento Barroso Pereira assumiu o cargo ministerial (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.10, 19).

⁵⁴⁹ MACAULAY, Neil. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1993 [1ª edição em inglês: 1986], p.247.

Em 1829, as ações de Bento Barroso Pereira à frente da Secretaria dos Negócios da Guerra seriam questionadas na Câmara dos Deputados e foi, inclusive considerada (por Custódio Dias, Lino Coutinho) a hipótese de se apurar sua responsabilidade em uma arrematação feita durante sua gestão. Contudo, durante a discussão que se seguiu à leitura do parecer da comissão de constituição sobre as arrematações realizadas pelo comissariado geral do exército, coube a Cunha Matos empreender a defesa do ex-ministro, elogiar o caráter deste militar e obter a aprovação do parecer que o isentava de qualquer responsabilidade sobre as arrematações realizadas no período em que esteve à frente da pasta dos Negócios da Guerra (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessões dos dias 03 e 04 de junho de 1829, p.22-27).

⁵⁵⁰ Pedro de Araújo Lima (nas mesmas datas que Miguel Calmon du Pin e Almeida, tornou-se visconde com grandeza em 1841 e depois marquês de Olinda em 1854), nasceu em Sirinhaem, Pernambuco, a 22 de dezembro de 1793 e faleceu no Rio de Janeiro, a 7 de junho de 1870. Cumpre-se notar que tanto Araújo Lima, quanto os irmãos Cavalcanti de Albuquerque eram oriundos de famílias da Mata Sul pernambucana, tradicionalmente mais conservadora e ciosa de sua força político-econômica. Conforme sublinha Evaldo Cabral de Mello, ao tratar de 1817, “o apoio rural aos movimentos insurrecionais do Recife procedeu invariavelmente da mata norte, ao passo que a reação partiu geralmente da mata sul” (MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.57).

Sobre Pedro de Araújo Lima ver CASCUDO, Luís da Câmara. *O marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1934.

(1821-22⁵⁵¹), onde não apenas jurara a *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, no dia 30 de setembro de 1822⁵⁵², como também integrara a deputação de doze deputados responsável de participar ao rei sobre o encerramento dos trabalhos constituintes no dia 4 de novembro seguinte.⁵⁵³ Igualmente eleito deputado para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823⁵⁵⁴, nela foi escolhido por seus pares para integrar – juntamente Antônio Carlos, Pereira da Cunha, Costa Aguiar, Bettencourt e Sá, Muniz Tavares e José Bonifácio – a comissão de constituição, o que, por si só era indicativo de seu papel político naquele momento.⁵⁵⁵ Sublinhe-se que, em relação ao projeto de constituição elaborado por Antônio Carlos, apresentado na sessão do dia primeiro de setembro de 1823, foi o único deputado da comissão de constituição a assiná-lo com restrições.⁵⁵⁶ Conforme destaca Pereira da Silva que, em 1871, traçou o perfil não propriamente do político Pedro de Araújo Lima

⁵⁵¹ Em Pernambuco, as eleições para as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa foram organizadas pelo governador-geral daquela capitania, o Capitão-Mor Luís do Rego Barreto (no governo desde a repressão aos revoltosos de 1817) que, após ter jurado as *Bases da Constituição Política da Nação Portuguesa*, criou um Conselho Consultivo “escolhido a dedo entre personalidades do círculo que geria a província desde a repressão de 1817, o qual deveria, enquanto o novo regime não reformasse a monarquia, aprovar providências tendentes a corrigir os abusos da administração e organizar as eleições da deputação pernambucana às Cortes” (MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.66). Mesmo assim, os eleitos, quase todos ex-revolucionários de 1817 recentemente anistiados pela Junta da Bahia, se posicionaram contra o governador geral e defenderam sua demissão ante as Cortes. Sobre a adesão do capitão-mor Luís do Rego Barros às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, enquanto um ato de obediência ao rei português, e a participação dos deputados pernambucanos nesta assembleia consultar BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)* (1ª edição: 1998). São Paulo: Hucitec, 2010, em especial os capítulos 2 e 3; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.65-69.

⁵⁵² *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* – Segundo Ano da Legislatura, Tomo Sétimo, sessão do dia 01 de outubro de 1822, p.647.

⁵⁵³ Foram nomeados para integrar a deputação “que ha de ir à Sua Majestade participar-lhe que se fecham as Cortes no dia 4 de Novembro aos Srs. Felgueiras, Barroso, Moura, Borges Carneiro, Araujo Pimentel, Ledo, Marcos Antônio, Rodrigues de Macedo, Alves do Rio, Sarmento, Araujo Lima, Taveira Pimentel” (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* – Segundo Ano da Legislatura, Tomo Sétimo, sessão do dia 26 de outubro de 1822, p.892).

Nesse sentido, ver CASCUDO, Luís da Câmara. *O marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1934, p.60; BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)* (1ª edição: 1998). São Paulo: Hucitec, 2010, p.193.

⁵⁵⁴ Cumpre-se notar que nenhum dos membros da Junta Provisória de Pernambuco (presidida por Gervásio Pires Ferreira) e apenas dois dentre os sete deputados pernambucanos nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa foram eleitos para integrar a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823: Monsenhor Francisco Muniz Tavares (ator e historiador de 1817, principal orador da bancada pernambucana nas Cortes de Lisboa) e Pedro de Araújo Lima, os quais, contudo, foram os mais bem votados nas eleições realizadas em março daquele ano.

⁵⁵⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.148-149.

⁵⁵⁶ *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Edição fac-similar. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 6, 2003, tomo II, Volume 1º, Número 65, sessão do dia 1º de setembro de 1823, p.689-699.

de 1827, mas do recém-falecido marquês de Olinda, e que deste então tem sido reiterado por grande parte da historiografia brasileira⁵⁵⁷: *Araújo Lima agradava geralmente pelo seu caráter sisudo e grave, seus sentimentos de moderação e ao mesmo tempo de*

⁵⁵⁷ No mesmo sentido, de modo a exaltar as qualidades de Pedro de Araújo Lima, posicionar-se-iam grande parte da historiografia dedicada a esse personagem da política imperial, tanto do Primeiro quanto do Segundo Reinados (ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.162; SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.267-268). Apenas Otávio Tarquínio resistiu à tentação de tecer longos elogios a Araújo Lima, de modo a ressaltar os poucos resultados práticos obtidos pelos deputados nomeados ministros e secretários de Estado em novembro de 1827 (SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de D. Pedro I*. (1ª edição: 1952) São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988, Tomo II, p.247).

Em Sébastien Auguste Sisson (SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres – volume I: os contemporâneos*. Brasília: Senado Federal, 1999 [Primeira edição: 1859-1861]) qualquer elemento que pudesse desabonar o perfil moderado e conciliador de Araújo Lima foi silenciado de forma a exaltar seu biografado. Conforme exposto acima, Pedro de Araújo Lima não apenas assinou e jurou a Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822, como também integrou a comissão de doze membros incumbida de participar ao rei dom João VI o encerramento das atividades das Cortes no dia 4 de novembro daquele ano. Mesmo assim, apesar do conhecimento público destes fatos, Sisson afirma: “O Sr. Araújo Lima voltou ao Brasil com seus companheiros quando as exigências de Portugal levaram sua colônia ao extremo de dar o passo glorioso de sua Independência” (SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres – volume I: os contemporâneos*. Brasília: Senado Federal, 1999, p.68). Sobre seus dons oratórios na Primeira Legislatura – motivo pelo qual teria sido eleito deputado –, Sisson afirma: “o Sr. Araújo Lima, a favor de seus grandes conhecimentos e de seus reconhecidos dotes oratórios, como de muitas outras qualidades, adquiriu uma posição eminente, sendo na terceira [sic] sessão de 1827, eleito presidente”. Ora, ele ingressou exatamente em 1827 e, pouco mais de um mês após ter ingressado na câmara temporária, já foi escolhido para ocupar sua presidência.

Manuel Emílio Gomes de Carvalho ao fazer a apresentação dos integrantes da bancada pernambucana nas Cortes Gerais e Extraordinárias tituintes da Nação Portuguesa, afirma em relação a Araújo Lima, muitas vezes chamado pelo título nobiliárquico recebido décadas depois dos fatos analisados em seu texto: “Espírito grave e profundamente conservador, vai revelar-se nos debates ardentes das Cortes, o que será durante quarenta e nove anos de vida pública; respeitador das decisões da maioria parlamentar, porque não conhece outra lei, e não admite, à maneira dos *tories* ingleses de velha têmpera, a resistência armada em hipótese alguma. Empregar a força em favor de uma ideia é um retrocesso a tempos bárbaros e deslustra o regime representativo, baseado na vontade livre dos povos, esclarecido pela imprensa e pela tribuna e manifestada pelo voto. Com este alto ideal político, o qual nunca se desmentiu nem na oposição nem no poder, foi regente do Império quase três anos e oito vezes ministro o futuro marquês de Olinda” CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. *Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*. Brasília: Senado Federal, 2003 (1ª edição: 1912), em especial o capítulo VI

Postura similar adotou Luís da Câmara Cascudo, seu biógrafo, ao afirmar: “o gabinete de 20 de novembro de 1827 é uma vitória parlamentar. É a desafronta da Constituinte. Não se precipitou em combate sustido pelo pulso de Araújo Lima. Não se tinha pensado em fazer jogo de peão em vez de arriscar uma torre de partido. Araújo Lima daí em diante teria aliados em todas as bancadas. (...) Araújo Lima possuía a virtude de ser sisudo e grave. Daí em diante será um dote” (CASCUDO, Luís da Câmara. *O marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1934, p.99, grifos meus). E, em pleno século XXI, a mesma ideia se encontra reiterada na recente tese sobre o denominado “gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827-1829)” defendida por João Victor Caetano Alves supra citada (ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013). Ou seja, ainda se lê Araújo Lima enquanto protótipo de marquês de Olinda, muito mais do que o personagem no momento específico em que ele atuou.

*liberalismo, e seus talentos oratórios, devidamente apreciados desde a Constituinte portuguesa de 1821.*⁵⁵⁸

No entanto, apesar do elogio traçado por Pereira da Silva, e por ampla historiografia que lhe acompanhou em sua admiração pelo marquês de Olinda, dois episódios da trajetória política de Araújo Lima, anteriores à aceitação do cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império em novembro de 1827, provocam uma reflexão, sobretudo, naqueles que se dedicam à melhor compreensão dos acontecimentos que envolveram as primeiras apurações de responsabilidade com base na lei de 15 de outubro de 1827. Através deles, pode-se compreender melhor este político pernambucano, antes de sua consagração no Segundo Reinado, de modo a resgatar as qualidades que nele tanto fascinavam seus contemporâneos ou provocavam a ira de seus adversários.

O primeiro episódio se refere aos três dias em que exerceu o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, o mesmo para o qual foi nomeado em 1827, quatro anos antes, logo após a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823. Vivia-se um momento delicado da política nacional⁵⁵⁹, no qual diversos deputados tinham sido presos e/ou exilados⁵⁶⁰ e o imperador ao mesmo tempo que assumia poderes excepcionais⁵⁶¹, prometia à Nação a nomeação de um Conselho de

⁵⁵⁸ SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.267.

⁵⁵⁹ Para o significado da dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa na província de Pernambuco ver MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.159-162.

⁵⁶⁰ Nessa ocasião foram exilados, além dos três irmãos Andrada, os deputados José Joaquim da Rocha – juntamente com seus dois filhos –, Montezuma, e Padre Belchior Pinheiro (Ata da Deportação dos ex-Deputados da Constituinte, Sessão do Conselho de Estado do dia 15 de novembro de 1823, In: RODRIGUES, José Honório. *A Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974, p.313-314). Como sublinha Otávio Tarquínio de Souza, logo após a dissolução, muitos deputados foram presos – além dos que foram exilados pelo imperador –, dentre os quais o autor elenca: os deputados pelas províncias de São Paulo, Vergueiro; de Pernambuco, Muniz Tavares, Henriques de Rezende e Andrade Lima; da Paraíba, Carneiro da Cunha, Cruz Gouveia e Xavier de Carvalho; e do Ceará, José Martiniano de Alencar. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império – Volume I: José Bonifácio*. (1ª edição: 1958) São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988, p.220-227. Estes deputados, com exceção de Vergueiro, ao retornarem para suas províncias natais, combinaram lançar um manifesto logo que chegassem no Recife e assim fizeram (MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.160).

⁵⁶¹ Nesse sentido, a proclamação do imperador de 13 de novembro de 1823, na qual justificava a referida dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa no dia anterior, as prisões efetuadas e reafirmava sua adesão ao sistema de governo constitucional: “Brasileiros! Uma só vontade nos una. Continuemos a salvar a pátria. O vosso Imperador, o vosso Defensor Perpetuo vos ajudará, como ontem fez, e como sempre tem feito, ainda que exponha sua vida. Os desatinos de homens alucinados pela soberba, e ambição nos iam precipitando no mais horroroso abismo. É mister, já que estamos salvos,

Estado para a elaboração de um texto constitucional, a ser submetido à nova Assembleia Constituinte por ele imediatamente convocada.⁵⁶² Note-se que foi o primeiro a assumir o cargo de ministro e secretário desta pasta após a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, desmembrada da que ora assumia.⁵⁶³ Substituído pelo também

sermos vigilantes, qual Argos. As bases que devemos seguir, e sustentar para nossa felicidade são – Independência do Império, Integridade do mesmo, e sistema constitucional – sustentando nós estas três bases sem rivalidades, sempre odiosas sejam porque lado encaradas, e que são as alavancas (como acabastes de ver) que poderiam abalar este colossal império, nada mais temos que temer. Estas verdades são inegáveis, vós bem as conheceis pelo vosso juízo, e desgraçadamente as leis conhecendo melhor pela anarquia. Si a Assembleia não fosse dissolvida, seria destruída a nossa santa religião, e nossas vestes seriam tintas em sangue. Está convocada nova Assembleia. Quanto antes ela se unirá para trabalhar sobre um projeto de Constituição, que em breve vos apresentarei. Si possível fosse, eu estimaria, que ele se conformasse tanto com as vossas opiniões, que nos pudesse reger (ainda que provisoriamente) como Constituição. Ficai certos, que o vosso Imperador a única ambição que tem, é de adquirir cada vez mais gloria, não só para si, mas para vós, e para este grande Império, que será respeitado do mundo inteiro. As prisões agora feitas serão pelos inimigos do Império consideradas despóticas. Não são. Vós vedes, que são medidas de policia, próprias para evitar a anarquia, e poupas as vidas desses desgraçados, para que possam gozar ainda tranquilamente delas, e nós de sossego. Suas famílias serão protegidas pelo Governo. A salvação da pátria, que me está confiada, como Defensor Perpetuo do Brasil, e que é a suprema lei, assim o exige. Tende confiança em mim, assim como eu a tenho em vós, e vereis os nossos inimigos internos, e externos suplicarem a nossa indulgência. União e mais união Brasileiros, quem aderiu á nossa sagrada causa, quem jurou a independência deste Império, é brasileiro. IMPERADOR (*Coleção de Leis do Império do Brasil: proclamações e manifesto de 1823*, p.7)

⁵⁶² Através do decreto de 12 de novembro de 1823, ao dissolver a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, dom Pedro I convocava nova Assembleia que deveria trabalhar sobre o texto por ele em breve apresentado para discussão. No dia seguinte, foi convocado o Conselho de Estado para a elaboração de um texto constitucional, para o qual foram nomeados: seis ministros e secretários de Estado (de acordo com a lei de 20 de outubro de 1823, pela qual se extinguiu o Conselho de Procuradores de Província e se instituíra, provisoriamente, um Conselho de Estado composto pelos ministros do imperador, como *conselheiros natos*) – recém-indicados pelo imperador; mais quatro ex-deputados constituintes pela província do Rio de Janeiro (o desembargador do Paço Antônio Luiz Pereira da Cunha, os conselheiros da Fazenda barão de Santo Amaro e José Joaquim Carneiro de Campos; e, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, os dois últimos, respectivamente, ex-ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império e da Fazenda). Dentre os ministros e secretários de Estado titulares, três foram ex-deputados constituintes em 1823 – dois pela província de Minas Gerais (João Severiano Maciel da Costa – último presidente da assembleia dissolvida – e João Gomes da Silveira Mendonça) e um pela da Bahia (Luís José Carvalho e Melo – vice-presidente da assembleia dissolvida) (NABUCO ARAÚJO, *Conselheiro José Paulo de Figueirôa. Legislação Brasileira, ou Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brasil desde 1808 até 1831 inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas : quarto volume*, coligidas pelo. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1838, p.157-158; *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Edição fac-similar. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 6, 2003, tomo III, Volume 2º, Número 27, sessão do dia 31 de outubro de 1823, p. III, p.344-345).

Conforme sublinha a historiadora Cecilia Helena de Salles Oliveira: “Seus membros faziam parte do seletto grupo de famílias que, ao longo do primeiro reinado, iria compor as primeiras casas titulares do Império. Eram homens cujas fortunas vinham se consolidando desde os fins do século XVIII e que além de controlarem largas faixas do mercado– pois atuavam na produção e comercialização de gêneros de exportação e de abastecimento e no tráfico negreiro – exerciam cargos na magistratura e na administração, ascendendo, também, a postos importantes do Banco do Brasil e do Real Erário durante o período joanino. Por vínculos de parentesco e negócios pertenciam aos setores mercantis mais ricos e poderosos da província fluminense e da região centro-sul e haviam atuado de forma direta nas decisões que ensejaram a separação de Portugal, pois antes mesmo da revolução de 1820 partilhavam o projeto de construir um Império no Brasil”.

⁵⁶³ A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros foi desmembrada da dos Negócios do Império, pelo decreto de 13 de novembro de 1823, referendado por Francisco Vilela Barbosa – então ministro e

ex-deputado (pela província de Minas Gerais) e presidente da Constituinte ora dissolvida⁵⁶⁴, José Severiano Maciel da Costa (futuro marquês de Queluz), provavelmente mais afinado com o grupo político aliado ao imperador⁵⁶⁵, tanto que foi um dos ministros e secretários de Estado nomeados para o Conselho de Estado, criado dias antes, para a elaboração de um projeto de constituição a ser apresentado para a nova Assembleia Constituinte a ser eleita em breve. Ou seja, conforme nos adverte Alexandre José de Mello Moraes, o imperador não seguiu na composição deste Conselho de Estado o que ele próprio afirmara dias antes no decreto de criação deste órgão consultivo.⁵⁶⁶ Se por um lado, José de Oliveira Barbosa e Luís da Cunha Moreira – respectivamente, ministros e secretários de Estado dos Negócios da Guerra e da Marinha, em 13 de novembro – não integraram o referido Conselho de Estado; por outro, João Severiano Maciel da Costa e João Gomes da Silveira Mendonça (futuro marquês de Sabará) – respectivamente, ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império e da Guerra, nomeados dias depois do decreto de criação do Conselho – fariam parte do grupo de redação do futuro texto constitucional. Ou seja,

secretário de Estado dos Negócios do Império –, na mesma data em que foi criado o Conselho de Estado responsável pela redação de um novo projeto de constituição a “ser remetido às Câmaras, para estas sobre ele fazerem as observações, que lhe parecerem justas, e que apresentarão aos respectivos Representantes das Províncias, para delas fazerem o conveniente uso, quando reunidos em Assembleia, que legitimamente representa a nação” (*Coleção de Leis do Império do Brasil: decretos, cartas e alvarás de 1823*, parte II, p.87). Criada a nova pasta dos Negócios Estrangeiros, Francisco Vilela Barbosa se tornou o primeiro titular da nova Secretaria de Estado, e Pedro de Araújo Lima assumiu a titularidade da pasta dos Negócios do Império. Através dessa iniciativa, o imperador ressaltava a importância por ele conferida ao reconhecimento do recém-proclamado Império do Brasil pelos demais Estados, tanto que justificava a criação de uma nova Secretaria de Estado para tratar destes assuntos. Para uma cronologia dos vinte e oito atos de reconhecimento formal da independência do Brasil, ver MENDONÇA, Renato. *História da política exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)*. Brasília: Funag, 2013, Anexo E, p.241-244.

De acordo com o barão de Mareschal, foram muitas as recusas recebidas pelo imperador, frente ao convite que lhes formulava para integrar um novo *ministério* nos dias 14 e 15 de novembro.

⁵⁶⁴ Na sessão do dia 31 de outubro de 1823, presentes 72 deputados, foi realizada a eleição da Mesa da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa para o mês de novembro. Foram eleitos: para a presidência, Maciel da Costa (50 votos em segundo escrutínio, após ter obtido o mesmo número de votos que Ribeiro de Andrada, então presidente da Mesa); para a vice-presidência, Carvalho e Melo (39 votos, em segundo escrutínio, pois no primeiro não nenhum deputado obteve o número mínimo de votos para se eleger); para secretários, Calmon (39 votos), Maia (28 votos), Lopes Gama (21 votos), Galvão (20 votos); para suplentes, Fernandes Pinheiro (16 votos), Costa Carvalho (14 votos) (*Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Edição fac-similar. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 6, 2003, tomo III, Volume 2º, Número 27, sessão do dia 31 de outubro de 1823, p. III, p.344-345).

⁵⁶⁵ De acordo com Tobias Barreto, João Severiano Maciel da Costa “era considerado pelo seu saber e experiência e experiência o de maior capacidade entre os colegas e apto para dirigí-los, dizia o Conde de Gestas, encarregado dos negócios da França. Mareschal julgava-o o mais hábil e respeitável, quer como ministro, quer como conselheiro de Estado, único capaz de falar com franqueza ao Imperador” (MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 2, p.21).

⁵⁶⁶ MORAIS, Alexandre José de Mello. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada, Editora da Universidade de São Paulo, 1982 (1ª edição: 1871) tomo II, p.562-563.

provavelmente, Araújo Lima aceitara o cargo de ministro e secretário de Estado, confiante em ser nomeado para o Conselho de Estado responsável pela redação da Constituição (cumpre-se lembrar que ele integrara a comissão de constituição na constituinte dissolvida, o que lhe conferia legitimidade para integrar o novo colegiado responsável pela redação de um novo projeto de constituição), mas foi preterido por Maciel da Costa. Em decorrência de não ter sido escolhido pelo imperador, não apenas deixou a Secretaria de Estado, como também – após a formalização de sua demissão pelo imperador – imediatamente retornou para sua província e, no ano seguinte, iniciou uma viagem pela Europa que se estenderia pelos próximos dois anos.⁵⁶⁷ Cumpre-se notar que Evaldo Cabral de Mello propõe outra interpretação para o pedido de demissão formulado por Pedro de Araújo Lima, logo após assumir o cargo de ministro e secretário de Estado e sua decisão de viajar para a Europa, exatamente no momento em que os *federalistas*, sob o comando de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, davam um golpe e assumiam o governo pernambucano, de modo que, *na verdade, além de não desejar alinhar-se com o partido português, preocupava-o a segurança da família em Pernambuco, caso aceitasse o ministério. Araújo Lima preferiu passar algum tempo em Paris.*⁵⁶⁸ No entanto, o problema dessa interpretação é que Araújo Lima aceitou o cargo, e por algum motivo, pouco depois, demitiu-se. Além disso, se estava tão preocupado assim com a segurança de sua família, porque logo após chegar ao Recife, viajou novamente para a Europa, e lá permaneceu até a situação se acalmar no Império do Brasil?⁵⁶⁹ Se por um lado, é provável que o acirramento da

⁵⁶⁷ A viagem de Araújo Lima pela Europa, de acordo com seu biógrafo Câmara Cascudo, teve início em abril de 1824 (CASCUDO, Luís da Câmara. *O marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1934, p.85) e lhe possibilitou ficar à distância dos tumultos cada vez mais frequentes em sua província natal. Ou seja, quando iniciou sua viagem, os pernambucanos já se encontravam divididos entre os partidários do governo de Manuel de Carvalho Pais de Andrade e os do novo presidente da província nomeado por dom Pedro I, tendo sido o próprio Araújo Lima um dos nomes cogitados pelo imperador para assumir este cargo de sua confiança (MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.166)

⁵⁶⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.166

⁵⁶⁹ Frente a esse quadro político-institucional, pode-se perguntar: qual a opinião dos pernambucanos frente à permanência de Araújo Lima na Corte, após a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, seguida pela aceitação do cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império? Ainda que tenha permanecido apenas três dias no cargo, o simples fato de o ter aceitado o convite de dom Pedro I significava que partilhava com este a defesa do decreto de dissolução da Constituinte (referendado por Clemente Ferreira França). Diante desse quadro, pergunta-se, qual o significado de ser gratificado e/ou recompensado com a nomeação para um cargo ministerial em um momento no qual se vivia em um estado de exceção e – apesar de o imperador reafirmar sua adesão ao sistema de governo constitucional – justificava-se a prisão de deputados constituintes como medidas de polícia voltadas contra inimigos do Império, destinadas a garantir a salvação da pátria. Nessa ocasião foram exilados,

tensão política em sua província natal tenha influenciado na decisão de partir para a Europa, por outro, estes acontecimentos não tem qualquer relação com a aceitação do cargo de ministro e secretário de Estado logo após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823. De qualquer forma, é perfeita a afirmação a seguir feita pelo historiador pernambucano em relação à viagem de Araújo Lima para a Europa: *Tratava-se da primeira manifestação historiável de matreirice política do futuro marquês de Olinda, que, como Regente do Império e Presidente por cinco vezes do Conselho de Ministros no Segundo Reinado, se celebrizará por elas.*⁵⁷⁰ Esta habilidade de Araújo Lima – que, provavelmente, na segunda metade da década de 1820, provocava a admiração de alguns e a desconfiança de outros – levou dom Pedro I a chamá-lo de volta para a titularidade de uma Secretaria de Estado em 1828 e, de certa forma, a articular seu retorno para a presidência da Câmara dos Deputados, no ano seguinte, conforme será analisado no próximo capítulo.

O segundo episódio se refere à sua permanência na Europa de abril de 1824 até o início de 1827⁵⁷¹, mesmo após ter sido informado de sua eleição como deputado por sua província natal para a Primeira Legislatura, o que confirma a avaliação feita por Evaldo Cabral de Mello sobre a *matreirice política* de Araújo Lima. Ou seja, o ex-deputado constituinte pernambucano, provavelmente, viajou para a Europa com o intuito de se distanciar dos tumultos cada vez mais frequentes em sua província natal e retornou ao Brasil quando tudo se acalmou, ainda que apenas parcialmente. De acordo com Luís da Câmara Cascudo, Araújo Lima primeiro residiu em Paris por mais de um ano (de julho de 1824 a novembro de 1825) para depois viajar pela Itália (de novembro de 1825 a

além dos três irmãos Andrada, os deputados José Joaquim da Rocha – juntamente com seus dois filhos –, Montezuma, e Padre Belchior Pinheiro. Ou seja, como considerar inimigos exatamente aqueles que diretamente contribuíram para o desenrolar dos acontecimentos em 1822?

⁵⁷⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.166-167. Em sua análise da rápida passagem de Araújo Lima pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Evaldo Cabral de Mello utiliza a argumentação apresentada pelo barão de Mareschal, contemporâneo aos acontecimentos, que se refere à justificativa apresentada pelo próprio Araújo Lima para se demitir da Secretaria de Estado. De acordo com o diplomata austríaco: “[Araújo Lima] qui est d’une Province du Nord, a donné pour sa raison à S.A.R. elle-même, que son vieux père et sa famille seraient massacrés par ses compatriotes » (Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich, datada de 19 de novembro de 1823. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, volume 315 – abr.-jun.. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1978, p.365).

⁵⁷¹ Em relação ao período entre sua saída do ministério dos Negócios do Império (17 de novembro de 1823) à assinatura de seu passaporte para a viagem com destino à França (6 de abril de 1824), seu biógrafo Luís Câmara Cascudo afirma: “Araújo Lima não deixa rastro sensível” (CASCUDO, Luís da Câmara. *O marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1934, p.85-94).

agosto de 1826), atuar como correio diplomático do Brasil, enviado por Domingos Borges de Barros (futuro visconde de Pedra Branca), em Londres (onde permaneceu por pouco tempo) e, antes de retornar ao Brasil, passar novamente por Paris, onde circulou pela cidade junto com Francisco do Rego Barros.⁵⁷² Sublinhe-se que esses dados são importantes, não enquanto um relato curioso acerca dos lugares visitados por Araújo Lima, mas como indícios tanto de seu pouco interesse em assumir o lugar que lhe fora designado por seus conterrâneos no Corpo Legislativo (como o deputado mais bem votado na província de Pernambuco), quanto de seu empenho em estabelecer e/ou fortalecer ligações políticas com políticos de prestígio junto ao imperador, as quais lhes seriam valiosas durante toda sua carreira política. Tanto que, mesmo diante de sua relutância em assumir o cargo para o qual fora escolhido pelos eleitores pernambucanos, logo após tomar prestar o juramento, no dia 25 de abril de 1827, na Câmara dos Deputados⁵⁷³, seu prestígio era de tal ordem que, na primeira sessão diária ordinária após a fala do trono, foi o deputado mais bem votado para integrar a recém-criada comissão especial para a reforma do regimento interno.⁵⁷⁴ Na sessão seguinte, foi escolhido para integrar a comissão especial de resposta à fala do trono⁵⁷⁵; pouco depois, passou a integrar a comissão de constituição⁵⁷⁶; e, no mês seguinte, seria escolhido

⁵⁷² CASCUDO, Luís da Câmara. *O marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1934, p.85 a 93.

Devido sua ausência, durante a sessão anual legislativa de 1826, assumiu o suplente Manuel Gomes da Fonseca, o qual permaneceria na Câmara dos Deputados, mesmo após o comparecimento de Pedro de Araújo Lima para tomar posse de seu cargo, enquanto a representação de Pernambuco não estivesse completa (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 25 de abril de 1827, p.16).

⁵⁷³ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, p.9. No dia 25 de abril de 1827 foi realizada a primeira sessão preparatória da Sessão Anual Legislativa de 1827.

⁵⁷⁴ Criada a partir da indicação feita por Paula e Souza (recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados), foi defendida em plenário por Vasconcelos que, inclusive, propunha sua discussão antes mesmo da do Voto de Graças à Fala do Trono de 1827, pois, caso contrário, pareceria que “a câmara obra de mãos dadas com o poder executivo”. Contra o deputado mineiro se posicionaram Araújo Lima e Lino Coutinho, os quais defendiam a reforma do Regimento Interno, porém sem se inverter a ordem dos trabalhos. Para a *comissão especial de reforma do regimento interno* foram escolhidos: Araújo Lima (eleito com 65 votos), Vergueiro (60 votos), Maia (43 votos), Calmon (34 votos) e Teixeira de Gouveia (27 votos) (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 04 de maio de 1827, p.15-16).

⁵⁷⁵ A *comissão especial de resposta à fala do trono de 1827* era composta por Lino Coutinho (eleito com 56 votos), Araújo Lima (52 votos), Ledo (38 votos), Teixeira de Gouveia (30 votos) e Vergueiro (27 votos) (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 5 de maio de 1827, p.18).

⁵⁷⁶ A *comissão de constituição* era composta por Vergueiro (eleito com 68 votos), Teixeira de Gouveia (64 votos), Araújo Lima (50 votos), Vasconcelos (36 votos) e Lino Coutinho (29 votos). *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de*

presidente da Câmara dos Deputados em uma sessão na qual não estavam presentes Francisco de Paula e Souza e Melo⁵⁷⁷ e José da Costa Carvalho⁵⁷⁸ (neste momento, respectivamente, presidente e vice-presidente da Casa).⁵⁷⁹ A partir de então, o recém-empossado deputado pernambucano seria reeleito para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados até o final da sessão de 1827, sempre com margem expressiva de votos.⁵⁸⁰

Dom Pedro I ao escolher Araújo Lima para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império não apenas trazia alguém que lhe manifestara apoio por ocasião da dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa em novembro de 1823, sem

1827. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 9 de maio de 1827, p.53. Araújo Lima também seria escolhido, nessa sessão, para integrar as *comissões de estatística e diplomática*.

⁵⁷⁷ Francisco de Paula e Souza e Melo nasceu em Itu, a 5 de janeiro de 1791 e faleceu no Rio de Janeiro, a 16 de agosto de 1854. Advogado autodidata. Foi eleito deputado pela província de São Paulo para as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (porém não embarcou por motivos de saúde, sendo substituído por Antônio Manoel da Silva Bueno), a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 e para as três primeiras legislaturas da Assembleia Geral Legislativa. Foi nomeado senador, por sua província natal em 1833 (Biografia disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/francisco_melo.html . Acesso em: 20 de julho de 2016).

⁵⁷⁸ José da Costa Carvalho (barão em 1841, visconde com grandeza em 1843 e marquês de Monte Alegre em 1854) nasceu em Salvador, Bahia, a 07 de fevereiro de 1796, e faleceu em São Paulo, a 18 de setembro de 1860. Formado em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1819, José da Costa Carvalho foi juiz de fora e ouvidor em São Paulo. Em 1821-22, participou dos acontecimentos que conduziram à vinda do príncipe regente dom Pedro à São Paulo e à proclamação do 7 de setembro às margens do Ipiranga. Foi eleito deputado pela província da Bahia para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, para as duas primeiras legislaturas; e, nomeado senador, por Sergipe em 1839. Em 1827 fundou o jornal *Farol Paulistano*. Durante o período regencial, integrou a Regência Trina Permanente, eleita em 17 de junho de 1831. Sobre o marquês de Monte Alegre consultar: VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.291-292; VIDIGAL, Geraldo. *O Marquês de Monte Alegre: alvorecer de um estadista*. São Paulo: Ibrasa, 1999.

De acordo com Geraldo Vidigal, na Universidade de Coimbra foram colegas de turma de Costa Carvalho: Almeida Torres, Lopes da Gama, José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araújo e Araújo Lima. Além disso, foram seus amigos, desde os tempos de universidade Vasconcelos e Bráulio Muniz (VIDIGAL, Geraldo. *O Marquês de Monte Alegre: alvorecer de um estadista*. São Paulo: Ibrasa, 1999, p.15).

⁵⁷⁸ Durante toda a sessão de 1827, Costa Carvalho ocupou a vice-presidência da Câmara dos Deputados e, de acordo com João Manuel Pereira da Silva, recusou o convite do imperador para assumir o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império: apenas frente à recusa do deputado baiano foi que dom Pedro I convidou Araújo Lima, presidente da mesma câmara, para o referido cargo ministerial (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.266-267).

⁵⁷⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo segundo, sessão do dia 02 de junho de 1827, p.10-11.

⁵⁸⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo terceiro, sessão do dia 02 de julho de 1827, p.19, na qual foi “reeleito [para ocupar a presidência da Câmara dos Deputados durante o mês de julho] por pluralidade absoluta de 75 votos”; *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quarto, sessão do dia 02 de agosto de 1827, p.23; *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quinto, p.7.

participação direta nos acontecimentos de 1824 em Pernambuco, como também um deputado muito bem articulado com os integrantes dos diversos grupos em oposição dentro e fora da Assembleia Geral Legislativa, além do prestígio político que lhe conferia ter sido três vezes reeleito presidente de sua casa legislativa.⁵⁸¹ Ou seja, essa escolha se devia muito mais a sua habilidade de circular entre os diversos grupos em confronto na câmara temporária, do que a seu caráter *sisudo e grave* como reiteradamente a historiografia costuma repetir desde Pereira da Silva⁵⁸² ou a uma primeira experiência de governo parlamentar.⁵⁸³

As mesmas habilidades de circular entre os diversos grupos em confronto na Câmara dos Deputados, muito mais do que a mera habilidade retórica⁵⁸⁴, possuíam os deputados Lúcio Soares Teixeira de Gouveia e Miguel Calmon du Pin e Almeida (futuro marquês de Abrantes), nomeados por dom Pedro I para assumirem, respectivamente, os cargos de ministros e secretários de Estado dos Negócios da Justiça e da Fazenda. De um lado, o primeiro⁵⁸⁵, representante eleito pela província de Minas

⁵⁸¹ A primeira eleição de Araújo Lima para ocupar a presidência da Câmara dos Deputados ocorreu na sessão do dia 02 de junho de 1827 (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo segundo, II, sessão do dia 02 de junho, p.11), pouco mais de um mês após tomar posse no cargo para o qual fora eleito pela província de Pernambuco. A partir de então, permaneceria na presidência da câmara temporária até o final da sessão anual legislativa de 1827 (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo terceiro, sessão do dia 02 de julho de 1827, p.19; tomo quarto, sessão do dia 02 de agosto de 1827, p.23; tomo quinto, sessão do dia 03 de setembro de 1827, p.7). Em todos estes escrutínios Costa Carvalho, deputado eleito pela província de São Paulo, foi escolhido para ocupar o cargo de vice-presidente.

⁵⁸² Em sentido próximo ao proposto nesta tese, ver PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.166. Contudo, o autor não problematiza os perfis dos três deputados nomeados por dom Pedro I para as Secretarias de Estado, em especial a trajetória política de Araújo Lima conforme analisado nesta tese e fundamental para compreender tanto sua nomeação ao cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império quanto sua atuação como presidente da Câmara dos Deputados na sessão anual legislativa de 1829, objeto de reflexão no próximo capítulo.

⁵⁸³ Nesse sentido, ver BITTENCOURT, Pedro Calmon Moniz de. *Marquês de Abrantes – Vida e Obra de um Estadista do Império*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* número 269, p.131-144.

⁵⁸⁴ Em relação às habilidades retóricas dos novos ministros e secretários de Estado nomeados no dia 20 de novembro de 1827 ver ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1^a edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.162; SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.267-268). E, recentemente, a mesma justificativa aparece em ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013, p.13-19.

⁵⁸⁵ Lúcio Soares Teixeira de Gouveia nasceu em Mariana, Minas Gerais, a 9 de maio de 1792, e faleceu, na mesma cidade, em 21 de novembro de 1838. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra em 1821.

Gerais, prestou juramento na Câmara dos Deputados no início da Primeira Legislatura e se integrou, no decorrer de 1826 e 1827, aos deputados de oposição ao Governo e foi eleito para as comissões especiais de reforma do regimento interno⁵⁸⁶, de resposta à fala do trono e a permanentes de constituição. De outro, Calmon⁵⁸⁷, tal como Araújo Lima, viajou para a Europa logo após a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 e construiu sua trajetória política de forma a não se envolver diretamente com as agitações que se seguiram à promulgação da Carta de 1824.⁵⁸⁸ Retornou apenas para assumir o cargo de deputado eleito pela província da Bahia na Primeira Legislatura da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil e, desde seu juramento no dia 27 de abril de 1827, articulou-se com os deputados da oposição e foi escolhido para integrar algumas das principais comissões da câmara temporária: a

Foi juiz de fora em Goiás e no Rio de Janeiro. Deputado eleito por Minas Gerais nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (o qual não assumiu em comum acordo com toda a bancada mineira), na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 e na Primeira Legislatura da Assembleia Geral Legislativa. Nomeado ministro dos negócios da Fazenda no final de 1827, foi reeleito e prestou novo juramento no início de 1828.

⁵⁸⁶ A comissão especial para a reforma do regimento interno foi criada a partir da indicação feita por Paula e Souza (recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados), foi defendida em plenário por Vasconcelos que, inclusive, propunha sua discussão antes mesmo da do voto de graças à fala do trono de 1827, pois, caso contrário, pareceria que “a câmara obra de mãos dadas com o poder executivo”. Contra o deputado mineiro se posicionaram Araújo Lima e Lino Coutinho, os quais defendiam a reforma do Regimento Interno, porém sem se inverter a ordem dos trabalhos. Para a comissão especial de reforma do regimento interno foram escolhidos: Araújo Lima com 65 votos, Vergueiro com 60, Maia com 43, Calmon com 34 e Teixeira de Gouveia com 27. (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, p.15-16).

⁵⁸⁷ Miguel Calmon du Pin e Almeida (nas mesmas datas que Pedro de Araújo Lima, tornou-se visconde com grandeza em 1841 e depois marquês de Abrantes em 1854) nasceu em Santo Amaro da Purificação, Bahia, a 26 de outubro de 1796, e faleceu no Rio de Janeiro, a 13 de setembro de 1765. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1821, voltou ao Brasil no ano seguinte. Na Bahia se posicionou a favor do governo de dom Pedro I e, expulsas as tropas do general Inácio Luís Madeira de Melo, foi nomeado primeiro presidente desta província. Foi eleito deputado por sua província natal para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 e para as duas primeiras legislaturas da Assembleia Geral Legislativa (1826-1829, 1830-1833). Tal como Araújo Lima, viajou para a Europa de 1824 a 1827, e apenas retornou ao Brasil para assumir o cargo de deputado pela província da Bahia. Prestou juramento no dia 27 de abril de 1827. (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.26-27; SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres* – volume I: os contemporâneos. Brasília: Senado Federal, 1999, p.101-106).

Sobre Calmon ver: BITTENCOURT, Pedro Calmon Moniz de. Marquês de Abrantes: vida e obra de um estadista do Império. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, volume 269. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1978, p. 269, 1965. p.131-144. Artigo publicado no centenário de morte do marquês de Abrantes.

⁵⁸⁸ As viagens de Araújo Lima e de Calmon seriam inúmeras vezes lembradas por seus contemporâneos, durante as discussões em plenário, ainda que indiretamente. Paula e Souza, quando esses deputados não eram mais ministros e secretários de Estado, provavelmente, a elas se referia ironicamente, ao afirmar: “como se pode julgar que sejam capazes [os ministros escolhidos dentre aqueles que ajudaram na oposição] de se faltar com desordens, homens que tem muito a perder, cuja vida pública desde o primeiro tem sido marcada como de bonés cidadãos (*apoiados*); (...) que não empreenderam viagens em tempos calamitosos para virem depois gozar dos bens da revolução?” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 17 de julho de 1828, p.138).

comissão especial para a reforma do regimento interno, a comissão de fazenda⁵⁸⁹, a comissão de estatística e diplomática, a comissão *ad hoc* para elaborar um parecer sobre o discurso do ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros referente a não ratificação pelo Governo de Buenos Aires da convenção de paz celebrada pelo plenipotenciário enviado por aquele Governo junto ao do Brasil.⁵⁹⁰

Além dos atributos pessoais de cada um dos novos titulares das pastas ministeriais, não há como desconsiderar o fato de as nomeações terem ocorrido poucos dias após o encerramento dos trabalhos legislativos de 1827, de modo que, provavelmente, a escolha de três deputados para integrar o Governo estava diretamente relacionada com o fortalecimento político-institucional da câmara temporária no decorrer de 1826 e 1827.⁵⁹¹ Contudo, conforme sublinha Cyril Lynch⁵⁹², não se deve vislumbrar, nesse momento, um esforço de todos pela construção de um regime de *governo parlamentar*, nos moldes ressaltados por parte da historiografia sobre esse tema⁵⁹³, o qual, inclusive, ainda não fora concebido nem mesmo na Inglaterra, conforme analisado no capítulo primeiro desta tese. Tratava-se, portanto, de um ato com forte

⁵⁸⁹ A comissão de fazenda era composta por Ledo (84 votos – obteve a unanimidade dentre os presentes em plenário), Batista Pereira (76 votos), Souza França (64 votos), Resende Costa (42 votos), Silva Guimarães (29 votos), Vergueiro (29 votos), Calmon (34 votos) (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 09 de maio de 1827, p.53)

⁵⁹⁰ Juntamente com Souza França, Mello e Souza, Vasconcelos e Vergueiro (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quarto, p.35)

⁵⁹¹ Neste sentido, ver BARMAN, Roderick J.. Brazil. The Forging of a Nation, 1798-1852. Stanford : Stanford University Press, 1988, p.149; PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.166-167; ALVES, João Victor Caetano. Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829). Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013, p.55-56. Para Roderick Barman, dom Pedro I, ao nomear deputados para ocuparem o cargo de ministro e secretário de Estado, reconhecia implicitamente “that this right under the Constitution ‘freely to select and dismiss ministers’ was not absolute and unfettered but subject to the need to secure the confidence of the Chamber of Deputies.”

⁵⁹² LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

⁵⁹³ De acordo com Pedro Calmon, biógrafo de Miguel Calmon du Pin e Almeida, em sentido inverso ao proposto por Cyril Lynch e defendido nesta tese, a escolha dos ministros dentre os deputados da *maioria parlamentar* foi uma vitória de Vasconcelos: “Uma moção esperta de Vasconcelos, desencadeou o *parlamentarismo experimental*. Ora, ler o relatório em plenário não era ainda a inclusão, no ministério, dos deputados, mas era a exclusão do ministério daqueles que fossem incapazes de apresentar dignamente, perante uma Câmara exigente, que em pouco seria radical, os negócios do Estado. Bania, por exemplo, aqueles portugueses antigos da Corte de D. João VI, aqueles ministros de poucas letras, incapazes por certo de responder a uma interpelação, e sugeria que da própria maioria saíssem os ministros que pudessem não apenas ler, porém conversar sobre os seus relatórios” (BITTENCOURT, Pedro Calmon Moniz de. *Marquês de Abrantes – Vida e Obra de um Estadista do Império*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* número 269, p.131-144, grifos meus) .

apelo simbólico e, significativo quer de uma reaproximação do Corpo Legislativo, quer de uma maior participação e controle sobre as discussões que em breve seriam travadas na Câmara dos Deputados.⁵⁹⁴ Após uma sessão anual tensa, na qual foram aprovadas, bem como sancionadas pelo imperador, as leis de profundo impacto na administração central do Império do Brasil, dom Pedro I articulava uma base mais ampla de apoio dentre os membros do Poder Legislativo, de forma a se reaproximar da Nação e obter resultados que lhe fossem favoráveis nas eleições para a Segunda Legislatura que, em breve, seriam realizadas. Ou seja, no final de 1827, não foi propriamente a busca por *gladiadores retóricos*, ou mesmo um *parlamentarismo experimental*, o que impulsionou o imperador na busca das pessoas a serem convidadas para integrarem o novo Governo, mas uma reaproximação com os eleitores, às vésperas de novas eleições gerais.⁵⁹⁵

Desse modo, os novos ministros e secretários de Estado, em um primeiro momento, não apenas expediram atos de um teor mais moderado e conciliatório do que os até então praticados pelos seus antecessores, conferindo-lhes uma maior publicidade⁵⁹⁶, como também tentaram acalmar os ânimos exaltados em muitas províncias do império. Assim, foram substituídos os presidentes de 6 das 18 províncias⁵⁹⁷, esboçou-se uma menor intromissão nos assuntos provinciais⁵⁹⁸, e se

⁵⁹⁴ Conforme sublinha Vantuil Pereira, provavelmente, a proveniência de cada um dos deputados nomeados ministros de Estado em novembro de 1827 foi um dos fatores considerados por dom Pedro I em sua decisão: “A entrada desses três deputados não era sem motivo. Embora pouco afeito a discursos, Araújo Lima era representante de uma das mais conturbadas províncias do Império. Desta maneira, poderia equilibrar os posicionamentos daquela bancada. (...) Já as escolhas de Teixeira de Gouveia e Calmon eram mais claras. Os dois vinham das duas maiores bancadas da Câmara dos Deputados. Gouveia dividia as atenções de Minas Gerais com Bernardo Pereira de Vasconcelos e Calmon acabava por neutralizar a ação de Lino Coutinho” (PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.166)

⁵⁹⁵ Em sentido parcialmente diverso, consultar ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013, em especial a Introdução, na qual o autor realiza um minucioso levantamento historiográfico sobre o tema da relação entre a reforma ministerial de novembro de 1827 e o intuito de imperador de possuir os denominados – por este pesquisador – de *gladiadores retóricos*. As habilidades retóricas foi apenas um dentre vários fatores que levaram o imperador a escolha dos deputados a serem convidados para integrar os ministérios. Se a habilidade retórica tivesse sido, de fato, a principal razão para a escolha dos nomeados naquela ocasião, como justificar tanto a demora na apresentação dos diplomas de reeleição de dois dentre os três deputados nomeados ministros de Estado, quanto o silêncio por eles mantidos ao longo de 1828, mesmo após prestarem novo juramento na câmara temporária?

⁵⁹⁶ De acordo com o periódico *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 10, de 21 de janeiro de 1828, p.39, no qual se elogia a publicação de atos dos ministros e secretários de Estado no jornal ministerial *Diário Fluminense*.

⁵⁹⁷ Foram substituídos, entre 20 de novembro de 1827 e o início de junho de 1828, os presidentes das províncias do Pará, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais (De acordo com JAVARI, Jorge

inovou nas práticas político-administrativas.⁵⁹⁹ Ao assim proceder, a princípio houve não apenas elogios generalizados pela imprensa de oposição⁶⁰⁰, como também a formação de uma opinião favorável aos novos ministros e secretários de Estado entre os membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, porém rapidamente desgastada.

Assim, no início de 1828, podem-se ler no jornal *A Aurora Fluminense*, as primeiras críticas às Secretarias de Estado que, se por um lado, procuravam organizar a administração pública de acordo com os termos da Carta de 1824; por outro, reiteravam práticas antigas e permitiam a circulação de periódicos favoráveis ao fortalecimento das prerrogativas reais.⁶⁰¹ E, a partir desse momento, predominaria uma atitude cautelosa do periódico em relação aos titulares das diversas pastas ministeriais e surgiriam as

João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.430-454)

De acordo com Vantuil Pereira: “Entre 1827 e 1828, das 18 províncias do Império, 11 tiveram os seus presidentes trocados. (...) o governo não poupou esforços naqueles que seriam o seu principal representante nas localidades” (PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.216-217). A diferença de números se justifica em virtude do período mais estendido utilizado pelo autor na análise.

Na província do Pará, Paulo José da Gama tomou posse no dia 14 de abril de 1828 (no lugar de José Felix Pereira de Burgos – que retornaria à presidência durante o *ministério Barbacena*. Na, do Maranhão, Manuel da Costa Pinto tomou posse no dia 28 de fevereiro de 1828 (no lugar de Pedro José da Costa Barros). Na, da Paraíba, Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça tomou no dia 12 de fevereiro de 1828 (no lugar de Felipe Nery Ferreira). Na, de Alagoas, Cândido José de Araújo Viana tomou posse no dia 14 de fevereiro de 1828 (no lugar de D.Nuno Eugênio de Lossio Seilbitz). Na, de Sergipe, Ignácio José Vicente da Fonseca tomou posse no dia 20 de fevereiro de 1828 (no lugar de Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque). Na, de Minas Gerais, João José Lopes Mendes Ribeiro tomou posse no dia 18 de dezembro de 1827 (no lugar de José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos) (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.430-454).

⁵⁹⁸ Nesse sentido, a não intromissão do governo central na repressão à revolta escrava de março de 1828 na Bahia (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.278-279).

⁵⁹⁹ Neste sentido, as novas rotinas implementadas na rotina administrativa dos ministérios (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 3, de 28 de dezembro de 1827, p.10, referente à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda) e à adoção de um novo método de trabalho para o Conselho de Estado, com a confecção de um livro de atas cujo objetivo era dispô-las num único livro destinado especificamente para esta finalidade (ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013, p.63-64).

No entanto, ao mesmo tempo em que o Governo inovava em algumas práticas político-administrativo-institucionais, ele mantinha outras, que afrontavam diretamente o texto constitucional e eram objeto de críticas dos deputados, dentre as quais, sempre eram objeto de discussão em plenário: a celebração e ratificação de tratados internacionais de comércio com cláusula de nação mais beneficiada sem a prévia consulta à Assembleia Geral; e, a realização de recrutamentos sem prévia autorização do Corpo Legislativo.

⁶⁰⁰ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 2, de 24 de dezembro de 1827, p.6; nº 3, de 28 de dezembro de 1827, p.10; nº 4, de 31 de dezembro de 1827, p.14-15;

⁶⁰¹ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 06, de 07 de janeiro de 1828, p.21-24.

primeiras advertências de que o apoio duraria enquanto os ministros e secretários de Estado continuassem a trilhar o caminho da constituição. Para o redator do *periódico*, *se os Ministros se lançarem nas veredas tortuosas, em que a maior parte de seus predecessores se desvairarão, e esquecendo os seus deveres eles preferirem a lisonja vil dos sevandijas, ao louvor dos homens livres, então a nossa linguagem será outra, e mostraremos, que temos bastante coragem, para fazer guerra descoberta ao despotismo, e aos abusos.*⁶⁰²

3.2 – O povo não é corcunda, o povo quer ser livre...⁶⁰³ – novos ministros, velhos problemas.

1828 foi um ano eleitoral! Em cumprimento do disposto no artigo 102, parágrafo primeiro da Carta de 1824, no dia 03 de junho⁶⁰⁴, Pedro de Araújo Lima – ministro e

⁶⁰² A *Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 07, de 11 de janeiro de 1828, p.25.

⁶⁰³ Fragmento do discurso proferido por Lino Coutinho durante a discussão do projeto do procedimento a ser adotado nas eleições de 1828-1829 para a Segunda Legislatura, ao se opor à fixação de penas pecuniárias aos eleitos que se recusavam a tomar posse do cargo, tal como pleiteada por Dormund e Maia (com o apoio dos deputados ministeriais, inclusive de Teixeira de Gouveia, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça reeleito deputado pela província de Minas Gerais): “Venham pois a esta casa aqueles homens que são amigos da nação, os verdadeiros brasileiros, aqueles que desejam ser livres: porque os homens servis e que amam o sistema absoluto, eu os desejo ver longe desta casa, pelo menos mil léguas”. De acordo com o deputado baiano, o empregado público eleito deputado, caso não assumisse, deveria perder seu cargo (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 22 de maio de 1828, p.136). Na redação final do projeto de resolução aprovado pela Câmara dos Deputados ficou estabelecido que “os Membros do Corpo Legislativo, que faltarem ao comparecimento anual sem causa, que os impossibilite, julgada tal pela respectiva Câmara, ficarão privados do exercício do emprego, que tiverem, e inábeis para obterem qualquer outro, ou alguma Graça, durante a Legislatura” (artigo 6, conforme publicado no *Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.229-230). No entanto, durante a discussão no Senado, este artigo seria suprimido, a partir de emenda supressiva formulada pelo marquês de Caravelas (*Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo segundo, sessão do dia 09 de julho de 1828, p.114), mantida a supressão pela Câmara dos Deputados e no decreto sancionado pelo imperador no dia 29 de julho do mesmo ano (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p.4-5).

⁶⁰⁴ A escolha do dia 3 de junho para a convocação da nova Assembleia tem uma justificativa histórica, de forma a realçar a continuidade das instituições constitucionais no império, pois remete à data – decreto de 3 de junho de 1822 – em que foi convocada, pelo então príncipe regente dom Pedro, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 (originalmente denominada *Assembleia Luso-brasiliense* e integrada na *grande família portuguesa*, conforme disposto no decreto convocatório). Sobre o momento político no qual ocorreu a convocação da Assembleia Luso-Brasiliense em 1822, ver OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), p.197-212.

O paralelismo das datas impressiona: ao passo que no dia 3 de junho de 1822 foi convocada a assembleia que se reuniu no dia 3 de maio de 1823; compete sempre ao Poder Executivo no dia 3 de junho do terceiro ano da legislatura existente convocar a nova Assembleia Geral que será aberta no dia 3 de maio

secretário de Estado dos Negócios do Império e ex-deputado⁶⁰⁵ –, no exercício do Poder Executivo e com a rubrica do imperador, convocou a Segunda Legislatura e determinou a realização das eleições para o preenchimento das cento e duas cadeiras da Câmara dos Deputados⁶⁰⁶, *na forma das instruções que as regulam*.⁶⁰⁷ Tratavam-se de atos fundamentais para a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pelo texto constitucional, pois, frente a não convocação da nova legislatura e/ou do veto imperial da resolução sobre os procedimentos a serem adotados nas próximas eleições, essas não seriam realizadas e a próxima legislatura não poderia ser aberta, de acordo com o disposto no Lei Fundamental. Lembre-se que em 1824, apesar de terem sido as instruções eleitorais publicadas no dia seguinte ao da promulgação da *Constituição Política do Império do Brasil*⁶⁰⁸, e as eleições realizadas em diversas províncias, a convocação para a Assembleia Geral Legislativa ocorreria apenas em 1826. Ou seja, durante dois anos, o Poder Legislativo, do qual dependia a elaboração de todo um arcabouço jurídico-legal

(artigo 18 da Carta de 1824): dia no qual foi instalada a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, dissolvida por dom Pedro I em novembro do mesmo ano.

⁶⁰⁵ Até esse momento não tinham sido apresentados, na Câmara dos Deputados, os diplomas de reeleição de Pedro de Araújo Lima e de Miguel Calmon du Pin e Almeida, os quais exerceram seus cargos de deputado até o final da sessão anual legislativa de 1827. Ocorre que, ao serem nomeados ministros e secretários de Estado, ambos perderam seus cargos no Poder Legislativo e dependiam da realização de novas eleições em suas respectivas províncias natais para retornarem à câmara temporária. Sem a apresentação de novos diplomas de eleição não podiam reingressar na Câmara dos Deputados.

O diploma de reeleição de Araújo Lima, nos termos do artigo 29 da Carta de 1824, apenas foi apresentado à comissão de poderes da Câmara dos Deputados na sessão do dia 25 de junho de 1828 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 25 de junho de 1828, p.196-197).

⁶⁰⁶ Nesse momento a província Cisplatina ainda integrava o Império do Brasil: a convenção de paz entre o Brasil e as províncias unidas do Rio da Prata, com a formalização da independência do Uruguai, apenas seria firmada no dia 27 de agosto de 1828, no Rio de Janeiro, com a mediação de lord Ponsomby. Ou seja, pelo decreto de 29 de julho de 1828, deveriam ser realizadas as eleições nos três distritos eleitorais daquela província – Maldonado, Montevidéu e Colônia do Sacramento –, para a escolha de seus dois representantes na Câmara dos Deputados (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p.21 e 23).

⁶⁰⁷ Decreto de 03 de junho de 1828. Convoca a nova Assembleia Geral ordinária (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Parte Segunda – Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p.82-83). A resolução sobre o modo de proceder nas eleições para a Segunda Legislatura, a partir do projeto de resolução elaborado pela Câmara dos Deputados, emendado pelo Senado, foi sancionada por dom Pedro I (com a referenda do novo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, José Clemente Pereira) pelo decreto de 29 de julho de 1828, o qual manteve, em grande parte, as instruções dadas em 26 de março de 1824 (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p.4-5). Cumpre-se notar que a demora na promulgação das Instruções Eleitorais decorreu da crise ministerial gerada pela Revolta dos Batalhões Estrangeiros (cujos primeiros embates correram entre os dias 9 e 12 de junho de 1828). Sobre os resultados das eleições *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 180, de 22 de abril de 1829, p.741-742.

⁶⁰⁸ Refiro-me ao decreto de 26 de março de 1824 (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1886, p.17-28).

para a implementação do texto constitucional (inclusive em relação à reorganização do Poder Judiciário e ao processo de responsabilidade dos ministros e secretários de Estado), permaneceu apenas na letra da lei, sem qualquer aplicabilidade prática, e sem qualquer possibilidade de se reunir de per si, independente da manifestação expressa do imperador enquanto delegado privativo do Poder Moderador.⁶⁰⁹ Cumpre-se notar que, para a convocação da nova legislatura, uma vez já instaladas ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, havia a possibilidade de o Senado suprir a ausência de manifestação do Poder Executivo e expedir a carta de convocação *caso o Imperador o não tenha feito dois meses depois do tempo, que a Constituição determina; para o que se reunirá o Senado extraordinariamente*.⁶¹⁰ No entanto, além de não haver qualquer previsão no texto constitucional, para a situação de os senadores não praticarem esse ato nela previsto, havia a questão de se saber qual o procedimento a ser adotado nas próximas eleições, caso o imperador além de não convocar a nova legislatura, também vetasse a resolução regulamentadora do processo eleitoral.

Contudo, diante desse quadro, para dom Pedro I era fundamental uma aproximação tanto com os membros do Corpo Legislativo – em especial, os deputados –, quanto com a opinião pública, de modo a assegurar resultados favoráveis nas eleições que se aproximavam. Fato que não passou despercebido pela imprensa, conforme indica o jornal *A Aurora Fluminense* que, em sua edição do dia 19 de maio de 1828, relembra a seus leitores a importância daquele ano para a consolidação do regime de governo constitucional proclamado pela Carta de 1824: *Este ano [1828] as eleições são de grande peso; não só temos de escolher os Deputados para a próxima Legislatura; porém muitas instituições constitucionais, que necessitam de eleição popular vão começar a ter andamento e dos primeiros nomeados para ocuparem certos cargos, nascerá o bom conceito, ou descrédito da instituição*.⁶¹¹

⁶⁰⁹ A Carta de 1824 adotou uma solução não apenas distante da proclamada pelas Constituições Francesa de 1791 (título III, capítulo primeiro, artigo 4), Espanhola de 1812 (artigo 119) e Portuguesa de 1822 (artigos 79 e 80), nas quais o monarca era meramente comunicado da data da abertura dos trabalhos legislativos; como também, mais branda do que a prevista na Carta Francesa de 1814 (artigo 50), na qual ao monarca competia a prerrogativa régia de anualmente convocar a reunião das câmaras do Poder Legislativo (caso não fosse convocada, simplesmente não se reunia a Assembleia Nacional até sua efetiva convocação pelo rei).

⁶¹⁰ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 47, §3: “É da atribuição exclusiva do Senado: (...) §3 - Expedir Cartas de Convocação da Assembleia, caso o Imperador o não tenha feito dois meses depois do tempo, que a Constituição determina; para o que se reunirá o Senado extraordinariamente.”

⁶¹¹ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 45, de 19 de maio de 1828, p.185.

Além de ser um ano eleitoral, em 1828 o Governo do Império do Brasil enfrentaria não apenas problemas externos decorrentes da continuação e/o indefinição da guerra com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata (tais como, a desorganização das finanças e a imposição do recrutamento a amplas camadas da população) e da reviravolta na questão da sucessão portuguesa⁶¹²; como também confrontos, cada vez mais intensos, entre o imperador e os membros da Câmara dos Deputados. Até mesmo a tentativa do Governo de acalmar os ânimos e gerir com menos atritos as políticas interna e externa, através da nomeação de ministros e secretários de Estado oriundos da câmara temporária fracassaria e, transcorridos sete meses, seriam as Secretarias de Estado novamente reorganizadas por dom Pedro I, provavelmente em decorrência da Revolta dos Batalhões Estrangeiros⁶¹³, em junho de 1828, conforme analisado a seguir nesta tese.⁶¹⁴ Assim, o tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado permanecia em evidência e os deputados da oposição continuavam

⁶¹² Dom Miguel, ao voltar para Portugal, rompeu o acordo feito com dom Pedro I, fechou as Cortes e restaurou o absolutismo no reino peninsular (a notícia dos eventos de 13 de março de 1828 em Portugal, chegou ao Brasil no início de maio do mesmo ano). Cumpre-se notar que, no Reino de Portugal, da outorga da constituição no dia 29 de abril de 1826 (por dom Pedro IV, I do Brasil, no Rio de Janeiro), à dissolução das Cortes Gerais da Nação Portuguesa, com a subsequente aclamação de dom Miguel I, pelo Senado de Lisboa, no dia 25 de abril de 1828, ocorreram três sessões anuais: a Sessão Ordinária de 1826 (de 30 de outubro a 23 de dezembro de 1826); a Sessão Ordinária de 1827 (de 02 de janeiro a 14 de março de 1827); e, a Sessão Extraordinária de 1828 (de 2 de janeiro a 14 de março de 1828). A notícia da próxima aclamação de dom Miguel como rei de Portugal (que ocorreria no dia 11 de julho) chegou no Brasil apenas no dia 24 de agosto, quando uma escuna norte-americana com 34 dias de viagem trouxe periódicos com notícias que alcançavam a data de 08 de julho de 1828 – poucos dias depois do embarque de dona Maria II para a Europa, acompanhada pelo marquês de Barbacena, com a finalidade de ser educada na corte de Viena da Áustria (AGUIAR, Antônio Augusto de (pseudônimo de Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena). *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.417-418).

De acordo com o jornal *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário* (número 42, de 12 de maio de 1828, p.173), logo após o início do terceiro ano da Segunda Legislatura: “Desde anteontem [ou seja, 10 de maio] se tem espalhado notícias acerca de Portugal, que se dizem vindas por Gibraltar. Se lhe dermos crédito, o Infante D. Miguel tinha dissolvido a Câmara dos Deputados por um Decreto em data de 13 de março; várias corporações lhe haviam já mandado rogar, que se dignasse aclamar Rei absoluto, e o marquês de Chaves, nomeado General em Chefe, ajuntava tropas nas Províncias do Norte. Nesta hipótese as intenções do Infante eram claramente acabar de uma vez com as Câmaras, destruir a Carta dada por seu Augusto Irmão, e proclamar-se Soberano absoluto de Portugal; contudo nós esperamos confirmação destes rumores para podermos estabelecer o nosso juízo.”

⁶¹³ Entre os dias 9 e 12 de junho de 1828 ocorreu a Revolta dos Batalhões Estrangeiros no Rio de Janeiro. De fato, os distúrbios nos batalhões estrangeiros da Corte apenas foram uma desculpa para a demissão de quase todos os titulares das pastas ministeriais que não tinham atendido as expectativas do imperador de um melhor diálogo com as câmaras legislativas e, em especial, com os membros da Câmara dos Deputados.

⁶¹⁴ Sublinhe-se que, no decorrer da Primeira Legislatura, a ampliação do número de periódicos em circulação no império, quer na corte, quer nas províncias, tornavam as discussões nas câmaras da Assembleia Geral Legislativa, a cada dia mais acaloradas e com afluxo maior de cidadãos em suas galerias. De acordo com o jornal *A Aurora Fluminense*, “grande tem sido o concurso dos Cidadãos, que todos estes dias se tem reunido nas galerias da Câmara dos Srs. Deputados, para ouvirem a discussão do voto de Graças” (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 45, de 19 de maio de 1828, p.184).

as articulações políticas necessárias para dar início ao processo de acordo com o disposto na lei de 15 de outubro de 1827. No entanto, em primeiro lugar, precisavam assegurar o funcionamento regular da Assembleia Geral Legislativa, através da realização das eleições dos novos representantes provinciais para a Segunda Legislatura a ser aberta em maio de 1830 e, para isso, fundamental era a realização das eleições e a proclamação de seus resultados. Nesse sentido se posicionaram no decorrer da sessão anual legislativa de 1828.

Conforme afirmado acima, apesar do posicionamento inicial aparentemente favorável à nova composição das Secretarias de Estado, fruto da reforma feita por dom Pedro I no dia 20 de novembro de 1827, e de um consenso em torno dos primeiros atos praticados pelos novos titulares das diversas pastas ministeriais, os deputados não mudaram seu comportamento em relação tanto ao imperador quanto a seus ministros e secretários de Estado, três dos quais egressos da câmara temporária: uma vez aprovada a lei da responsabilidade, os deputados da oposição ao Governo articulavam meios de se obter sua aplicação a um caso concreto.⁶¹⁵ Assim, no dia 05 de maio de 1828, na

⁶¹⁵ Em sentido próximo ao defendido nesta tese, ver PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.209-216. O autor elenca as situações em que os deputados articularam uma ação concertada no sentido de desequilibrar o Governo, dentre as quais duas são objeto de análise nesta tese: o impedimento de os ministros-deputados integrarem as comissões da câmara temporária e a redação de uma resposta à fala do trono crítica ao Governo.

Em sentido inverso, há ampla historiografia desde Pereira da Silva até a obra dedicada especificamente à análise do *ministério parlamentar* – expressão, aliás, consagrada desde o Segundo Reinado para se referir à nova composição das Secretarias de Estado, da qual faziam parte três deputados gerais. De acordo com Pereira da Silva: “Pequenos e pouco interessantes foram os debates suscitados por ocasião do voto de graças. Alguns oradores aproveitaram o ensejo para dirigir alusões desagradáveis á Fernando VII, rei de Espanha, e único dos soberanos, que não havia ainda reconhecido a independência do império Brasileiro Outros levantaram questões teóricas, com referencia á origem dos poderes políticos, cuja análise nada interessava á pratica dos negócios públicos. Um deputado tendo asseverado que á seu nascimento devera D. Pedro I a coroa brasileira, deixou Paula e Souza a cadeira da presidência para sustentar que só o povo dava tronos e coroa e não o sangue, porque os reis se levantavam para bem dos povos, e não era mais tempo de que estes pertencessem aos monarcas por direitos hereditários de família. Todas estas discussões não atraíram grande interesse, por que eram atos e não teorias, que o *povo* desejava, e pedia a seus representantes e ao governo. A sessão anterior como que gastara e exaurira as teses do direito publico e constitucional, e era enfim chegada a ocasião em que os poderes políticos harmonizados deviam concorrer para beneficio geral da nação” (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brazil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.282-283). No mesmo sentido, Neil Macaulay que apesar de constatar o comprometimento dos deputados com a implementação da lei da responsabilidade aprovada em 1827, sublinhou a habilidade do monarca em escolher três membros da oposição para integrar seu ministério e, desse modo, interferir nas discussões travadas na câmara temporária (MACAULAY, Neil. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1993 [1ª edição em inglês: 1986], p.248).

A partir das fontes consultadas, verifica-se que, no início da sessão legislativa anual de 1828, ocorreu apenas uma aparente calma na Câmara dos Deputados, a qual pode ser verificada no discurso proferido pelo arcebispo da Bahia – enquanto orador da deputação de vinte e quatro deputados enviada ao Paço

primeira sessão diária ordinária realizada após a, imperial de abertura dos trabalhos legislativos, os deputados reafirmaram seu posicionamento combativo ao escolherem Costa Carvalho para ocupar a presidência da câmara temporária⁶¹⁶ e, para a comissão de resposta à fala do trono, sufragaram os nomes dos deputados oposicionistas Vasconcelos e Paula e Souza.⁶¹⁷ Ou seja, não há como se afirmar que os debates na

Imperial para pedir ao monarca o dia e a hora em que se verificaria a sessão imperial de abertura. Nele o eclesiástico não fazia qualquer referência à confiança no papel a ser desempenhado pelo imperador na execução e defesa da constituição, mas simplesmente o felicitava pelo terceiro período das sessões ordinárias das câmaras da Assembleia Geral. Ou seja, esse deputado ministerial não colocava em dúvida a constitucionalidade do monarca, mas apenas sublinhava a consolidação do sistema de governo por ele implantado (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão preparatória de 30 de abril de 1828, p.11). Porém, logo os ânimos se acirraram e conduziram à denúncia do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra no início da sessão do ano seguinte – a última da primeira legislatura, analisado no próximo capítulo desta tese.

⁶¹⁶ Durante toda a sessão de 1827, Costa Carvalho ocupou a vice-presidência da Câmara dos Deputados e, de acordo com João Manuel Pereira da Silva, recusou o convite do imperador para assumir o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império: apenas frente à recusa do deputado baiano foi que dom Pedro I convidou Araújo Lima, presidente da mesma câmara, para o referido cargo ministerial (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.266-267).

⁶¹⁷ Sublinhe-se que, dos cinco integrantes da comissão de resposta à fala do trono do ano anterior, quatro estavam ausentes da sessão: dois foram nomeados para as Secretarias de Estado – Araújo Lima e Teixeira de Gouveia –; um se encontrava gravemente enfermo – Vergueiro (nos primeiros dias de maio de 1828 foram publicados diariamente informes sobre o estado de saúde do deputado, nesse sentido ver *Astrea*, números 279, 280 e 281, de 06, 08 e 10 de maio de 1828, p. 1156, 1159, 1163) –; e outro ainda não chegara ao Rio de Janeiro para ocupar sua cadeira na Câmara dos Deputados – Lino Coutinho (vide *Astrea* número 280, número 280, de 08 de maio de 1828, p.1158). Assim, foram escolhidos Ledo (presente na sessão e, reiteradamente, escolhido para esta comissão em todas as sessões anuais da Primeira Legislatura), Arcebispo da Bahia, Souza França, Vasconcelos e Paula e Souza, os dois últimos ferrenhos opositores da política imperial e articuladores da efetiva aplicação da lei da responsabilidade sancionada pelo imperador no ano anterior.

Enquanto na Câmara dos Deputados estava em discussão a resposta à fala do trono de 1828, no Senado era aguardada a escolha pelo imperador do substituto do marquês de Sabará (João Gomes da Silveira Mendonça, falecido no dia 02 de julho de 1827). Para preencher essa vaga, foram realizadas eleições na província de Minas Gerais e escolhidos três deputados gerais para comporem a lista tríplice a ser submetida à escolha do imperador: em primeiro lugar, João José Lopes Mendes Ribeiro – então presidente da província de Minas Gerais –, Nicolau de Campos Vergueiro e Lúcio Soares Teixeira de Gouveia – ministro dos negócios da Justiça. (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 39, de 02 de maio de 1828, p.159). A escolha imperial recaiu sobre Vergueiro (o qual se encontrava seriamente enfermo) e foi comunicada ao Senado através de ofício do ministro e secretário dos Negócios do Império, Pedro Araújo Lima, datado do dia 12 de maio de 1828. O novo senador pela província de Minas Gerais tomou posse no dia 23 de junho de 1828, após se recuperar da enfermidade que o afligira no início da sessão legislativa daquele ano (*Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 13 de maio de 1828, p.57; tomo segundo, sessão do dia 23 de junho de 1828, p.49).

Sobre o impacto da nomeação de Vergueiro para o Senado ver PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.167. SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.378-382.

Câmara iniciaram-se regular e pacificamente em 1828, tal como defende Pereira da Silva.⁶¹⁸

Desse modo, dois episódios são significativos da postura combativa adotada pela Câmara dos Deputados no início da sessão de 1828: a escolha de deputados da oposição para integrarem a comissão responsável pela elaboração da resposta à fala do trono (acima referida) e a proibição do ingresso de deputados-ministros nas comissões permanentes ou especiais. Nessas duas discussões, a questão da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado estava intrinsecamente relacionada aos temas centrais discutidos em plenário e mostram como os deputados da oposição se esforçaram para articular os elementos necessários para a formalização de denúncias fundadas na lei de 15 de outubro de 1827 e, construíram as bases, para o início do processo no início da sessão anual legislativa seguinte (a última da Primeira Legislatura).

Com a presença de ex-deputados nas Secretarias de Estado, e o retorno de Teixeira de Gouveia ao plenário⁶¹⁹, reeleito pela província de Minas Gerais, de acordo com o disposto no artigo 29 da Carta de 1824, Vasconcelos questionou a participação dos titulares das pastas ministeriais nas futuras comissões – permanentes ou especiais – da câmara temporária⁶²⁰, na medida em que estas, após a lei da responsabilidade, em seu artigo oitavo⁶²¹, tinham se convertido em comissões acusadoras e o Regimento Interno da casa proibia os deputados de votarem em causa própria. Além disso, conforme reiterado por diversos deputados em plenário, não podia ser desconsiderado o fato de o próprio volume de trabalho nas diversas Secretarias de Estado tornar impossível o bom

⁶¹⁸ SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.280-283.

⁶¹⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 05 de maio de 1828, p.15.

⁶²⁰ Ver referência a este tema em PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.211. Esse autor, contudo, não desenvolve o tema nem o relaciona com o da responsabilidade, tal como proposto nesta tese. Para Vantuil Pereira, “a ausência dos ministros nas comissões impedia os principais porta-vozes de produzir relatórios paralelos, que tinham o mesmo peso de um parecer contrário ao governo. Mesmo porque a tentativa de derrubar pareceres sempre era mais desgastante do que propostas favoráveis àquelas, uma vez que exigiam mais articulação e mais oratória”.

⁶²¹ De acordo com a lei da responsabilidade, em seu artigo 8, segunda parte: “as comissões da câmara devem denunciar os delitos que encontrarem no exame de quaisquer negócios, (...) dentro do prazo de duas Legislaturas, depois de cometido o delito” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.58).

desempenho dos deputados-ministros nos trabalhos das comissões da câmara temporária. De acordo com o deputado mineiro, em defesa de sua indicação:

Ora, suponhamos que o ministro da fazenda tomando assento nesta câmara⁶²², entrava para a comissão de fazenda: (como é natural, a não passar a minha indicação) pergunto, há de ele mesmo ser acusador próprio? Poderão os outros colegas fazê-lo facilmente? Eis os motivos que me obrigam a fazer esta indicação; a sua matéria não é nova; as nações constitucionais seguem esta prática, e o mesmo se observa em o nosso senado. Todavia quero que os ministros possam assistir às comissões, quando necessárias forem as suas informações, e a elas sejam chamados; mas irem votar, se com efeito estão ou não criminosos! De nenhuma maneira. (...) Os ministros de Estado estão excluídos de entrarem em comissões pela lei da responsabilidade e pelo nosso regimento.⁶²³

Contra a indicação, Cunha Matos defendeu a ideia de que limitar a participação dos ministros e secretários de Estado nas comissões da câmara era não apenas injurioso à *nação que o elegeu*; como também vedava a participação nelas daqueles que melhor conheciam o *movimento da máquina do Estado* e os *embaraços que ela encontra e que retardam seu andamento, de modo propor medidas úteis para a reforma do próprio governo*. Em relação à impossibilidade de se acumular ambas as funções, o deputado eleito pela província de Goiás entendia que caberia ao próprio ministro pedir escusas para não integrar a comissão – permanente ou especial – para a qual porventura fosse escolhido pelos demais deputados.

No mesmo sentido de Cunha Matos, posicionaram-se May e Holanda Cavalcanti que, em seus discursos, ampliaram a discussão e teceram comentários críticos acerca da reeleição do deputado nomeado ministro e secretário de Estado para ocupar uma cadeira na mesma legislatura em que foi alçado ao cargo ministerial. Proclamava o deputado pernambucano que *a província que tal reeleição faz tem um representante de menos, ou quando muito deve contar com a mediocridade deste representante que nunca passará esta meta. (...) como é que ao mesmo tempo se há de exercer o poder, e ser vigia de si*

⁶²² Neste momento, o ministro dos Negócios da Fazenda era Miguel Calmon du Pin e Almeida, ex-deputado eleito pela província de Pernambuco para a Primeira Legislatura, cujo o diploma de reeleição ainda não fora apresentado à Câmara dos Deputados.

⁶²³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 05 de maio de 1828, p.17.

*mesmo?*⁶²⁴ Entretanto, para Holanda Cavalcanti, uma vez reeleito (de acordo com o disposto pelo texto constitucional) não havia como se limitar a representação que lhe foi dada pela nação e, para evitar a participação dos deputados-ministros nas comissões, bastaria não serem escolhidos pelos demais deputados para nelas participarem. De modo que, para o deputado pernambucano, a indicação formulada por Vasconcelos não apenas era ociosa, como também procrastinatória, pois encontrava um pretexto para evitar que comissões fossem escolhidas naquele momento – durante o tempo que ainda restava da sessão.

Frente a esse acirrado debate, Clemente Pereira, com a habilidade que lhe era peculiar ao discursar na Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que concordava com a indicação de Vasconcelos, emendava-a de modo a aproximá-la da argumentação articulada por Cunha Matos. De acordo com o deputado eleito pela província do Rio de Janeiro, ao invés de se dizer que os ministros *não podem participar*, melhor seria afirmar que eles *sejam dispensados de participar dos trabalhos das comissões*⁶²⁵. Sublinhe-se que, nesse sentido também se pronunciou o deputado-ministro Teixeira de Gouveia, de modo a explicitar a proximidade desse argumento com o defendido por Cunha Matos e a confluência de ideias entre aqueles dois deputados que, em breve, atuariam juntos no Governo. Para o deputado-ministro, a indicação de Vasconcelos era injuriosa, de um lado, aos ministros e secretários de Estado por afirmar que eles influiriam nas decisões das comissões, de modo a tolher-lhes a liberdade, caso fosse necessário votar a acusação de algum ministro e secretário de Estado e/ou conselheiro de Estado; e, de outro, aos próprios membros da câmara dos deputados, na medida em que os considerava sem energia para enfrentar o Governo.⁶²⁶ No entanto, concordava com seu companheiro de bancada sobre a impossibilidade de os ministros bem desempenharem ambos os trabalhos e, desse modo, defendia a adoção do texto da

⁶²⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 05 de maio de 1828, p.18

⁶²⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 05 de maio de 1828, p.17.

⁶²⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 05 de maio de 1828, p.17.

indicação com a emenda proposta por Clemente Pereira, que permitia aos deputados-ministros pedirem escusas e serem dispensados da participação nas comissões.⁶²⁷

A favor da indicação de Vasconcelos, sem a emenda de Clemente Pereira, posicionaram-se Souza França (em breve discurso), e Paula e Souza, em dois pronunciamentos não transcritos pelos taquígrafos, mas cujo resumo do segundo informa ter sido bem contundente. Para o deputado paulista, a adotar a argumentação de Teixeira de Gouveia, todos os códigos e leis seriam *injuriosos*, pois supunham os homens capazes de os infringirem; além disso, havia que se considerar o fato de que sempre os ministros e secretários de Estado tinham exercido influência nas câmaras. Nesse sentido, citou os exemplos recentes de Pitt, Villèle e Canning⁶²⁸; e provocou risadas nas galerias ao concluir *mostrando que o ministério em guerra e oposição com as câmaras, só no Brasil se tem visto*.⁶²⁹

Frente aos diversos argumentos apresentados, inclusive questionadores da própria utilidade da indicação em discussão, Vasconcelos reafirmou a importância do debate e, em um discurso repleto de ironias (o que lhe era muito característico na tribuna parlamentar), concluiu proclamando que para possibilitar a entrada dos ministros e secretários de Estado nas comissões era preciso antes derrogar a lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado.

⁶²⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 05 de maio de 1828, p.17 e 19.

⁶²⁸ Verifica-se, em diversos momentos, um posicionamento crítico dos deputados em relação às experiências legislativo-constitucionais das monarquias europeias e, em especial, da inglesa. Ou seja, era do conhecimento de todos a presença da corrupção no Parlamento inglês, mas evitava-se colocar em destaque esse tema, provavelmente, com o intuito de não atrapalhar a defesa de um Corpo Legislativo mais forte e em constante diálogo com o executivo, nos moldes de uma constituição inglesa idealizada para fins meramente retóricos. Nesse sentido, Vasconcelos durante a discussão sobre a exclusão dos deputados-ministros nas comissões, afirmava: “Disse-se que eles não hão de ter influência. Será preciso considerar um ministro de estado em muito críticas circunstâncias, para que não tenha tal ou qual influência. Não quero dizer que sejam capazes de arrastar os membros desta câmara ao seu partido, porque a experiência da sessão passada deve enganar a todo aquele que tiver essa tresloucada pretensão; mas deve-se saber que os ministros em todas as assembleias exercem influência, e prejudicam a causa da liberdade com os seus votos, e com os partidos que sempre nelas formam”. Nessa mesma sessão, Holanda Cavalcanti, concordou em parte com Vasconcelos, ao considerar que, “pela nossa própria experiência nos devemos lembrar da influência que exerceu nas sessões passadas a presença dos ministros nas poucas ocasiões que aqui apareceram” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 05 de maio de 1828, p.17-18).

⁶²⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 05 de maio de 1828, p.18.

Com a vitória da indicação formulada por Vasconcelos, os ministros e secretários de Estado reeleitos deputados ficaram proibidos de participar das comissões – permanente ou especiais – da Câmara dos Deputados. Ou seja, ocorreu logo no início da sessão de 1828 uma pequena, porém representativa, vitória dos deputados da oposição frente aos ministeriais. Num momento em que se construía uma nova ordem político-institucional, conscientes os deputados e os senadores de que suas ações teriam consequências para o futuro da instituição da qual pertenciam temporária ou vitaliciamente, foi muito perspicaz o deputado mineiro ao não apenas firmar uma prática, como também aferir o ânimo de seus pares em um instante aparentemente pacífico das relações entre os membros das câmaras legislativas entre si e deles com os dos Poderes Executivo e Moderador. Além disso, o posicionamento adotado por Holanda Cavalcanti refletia bem o progressivo afastamento desse deputado de um posicionamento mais favorável ao Governo, para o de seu principal acusador no início da sessão anual legislativa extraordinária do ano seguinte.⁶³⁰

Assim, no decorrer das sessões legislativas diárias de 1828 e 1829, verifica-se que, com a presença em plenário de ministros e secretários de Estado – reeleitos deputados gerais – como membros do Poder Legislativo, o papel a ser por eles exercido no Corpo Legislativo passou a ser objeto de questionamento e discussão. Assim, se durante as sessões legislativas anuais anteriores havia a cobrança frequente de uma maior participação dos ministros e secretários de Estado nas discussões travadas na Câmara dos Deputados, quer pessoalmente, quer por meio de ofícios – nos quais respondiam os pedidos de informações e as solicitações de esclarecimentos que lhes eram encaminhados –, ao passarem a participar das sessões legislativas ordinárias diárias, como membros do Corpo Legislativo, os demais deputados passaram a defender a ideia de se colocar limites às atribuições daqueles que acumulavam as funções de deputado e de ministro e secretário de Estado nos termos do artigo 29 da Carta de 1824.

⁶³⁰ Miriam Dolhnikoff ao analisar a regulamentação dos poderes provinciais (através da lei de 1º de outubro de 1828) e municipais (através da lei de 1º de outubro de 1828), relaciona a decepção dos liberais ao fortalecimento da oposição ao imperador a partir de 1829, o que, de certa forma, está próximo ao que defendemos nesta tese sobre o progressivo afastamento dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque da defesa de posições mais favoráveis ao governo central para, em 1829, se aliarem aos deputados da oposição na apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado de dom Pedro I. Para a autora: “A insuficiência do alcance dessas leis foi responsável, entre outras questões, pelo acirramento, a partir de 1829, da oposição a d. Pedro I, de tal sorte que sua abdicação tornou-se inevitável, vindo afinal a se concretizar em 1831” (DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005 (tese de doutorado em História Econômica defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2000), p.89).

Nesse sentido, a discussão acima acerca da participação ou não dos deputados-ministros nas comissões, a qual tem relação direta com a questão da responsabilidade dos ministros de Estado, na medida em que, se fosse aceita a participação dos ministros e secretários de Estado nas comissões internas da Câmara dos Deputados, poderia ocorrer que a um deputado-ministro dependesse a decisão de denunciar ou não algum companheiro de Governo para julgamento pelo Senado.⁶³¹ Sublinhe-se que a indicação de Vasconcelos, aceita na sessão do dia 05 de maio de 1828, seria, posteriormente, inserida no *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, no qual se lê em seu artigo 41 que *os Deputados, que forem Ministros de Estado, não serão nomeados para as Comissões*.⁶³²

Durante a sessão de 1828, em diversos momentos foi abordada a questão da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado em decorrência de atos praticados quer por eles próprios, quer por funcionários a eles relacionados e/ou subordinados, tais como os presidentes de província e os chefes militares. Contudo, apesar das muitas reclamações feitas em plenário, nenhuma denúncia formal foi articulada pelos deputados no sentido de se aprovar um decreto acusatório em face de um ministro para ser apresentado por uma comissão especial de deputados perante o Senado. Postura recorrente entre os deputados era apontar as infrações cometidas sem, contudo, formalizar uma denúncia e possibilitar o início do processo de

⁶³¹ O tema retornaria em diversas ocasiões durante as sessões anuais legislativas de 1828 e 1829. Vasconcelos, inclusive, na sessão do dia 10 de junho de 1828, frente a pedido de adiamento da discussão da resolução apresentada pela comissão de fazenda sobre o banco do Brasil – formulado por Lino Coutinho –, sublinhou seu novo posicionamento frente a esse assunto: “Eu não sou muito da opinião que assistam às discussões os ministros; já fui de opinião contrária, mas o pouco interesse que se tem tirado da sua presença tem-me convencido, que não se tira utilidade alguma, antes é talvez o modo de se demorar a sanção de qualquer projeto além de outros inconvenientes” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 10 de junho de 1828, p.75)

No início da sessão anual legislativa ordinária de 1829, os deputados abordaram diretamente o tema das vantagens e desvantagens da presença de ministros e secretários de Estado em plenário como deputados reeleitos nos termos do disposto no artigo 29 da Carta de 1829, durante a discussão sobre o diploma de reeleição apresentada por Teixeira de Gouveia, nomeado pela segunda vez – na mesma legislatura – ministro de Estado. Para Paula Cavalcanti, a presença de ministros e secretários de Estado em plenário, com acúmulo de funções – e, inclusive, de salários –, criaria-lhes “amor ao sistema constitucional; (...) O povo forma uma maior ideia desta câmara, quando vê um ministro de estado dando conta da sua administração, e ouvindo censurar os seus erros”. Contudo, em sentido contrário, manifestou-se Vasconcelos, “nesta câmara, a experiência do contrário nos tem convencido” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 05 de maio de 1829, p.12-13). Tratava-se, portanto, de tema controverso e sobre o qual sempre se retornava quando a presença de ministros e ex-ministros-deputados em plenário influenciava ou simplesmente ameaçava influenciar o rumo das discussões.

⁶³² *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832, p.15.

responsabilidade. Por exemplo, em relação aos tratados internacionais ratificados pelo Governo sem a prévia consulta ao Corpo Legislativo, houve no decorrer de 1828 ampla discussão em plenário mas, apesar da virulência dos discursos proferidos, nada foi efetivamente feito no sentido de se coibir a celebração de novos tratados e de se punir os ministros e secretários de Estado considerados usurpadores de uma atribuição reservada à Assembleia Geral. O mesmo ocorria em outros assuntos tratados em plenário, muito se discutia, faziam-se amplos elencos de infrações cometidas pelos diversos ministros e secretários de Estado e nada de efetivo resultava além de ameaças de denúncia de um ou vários titulares de pastas ministeriais, atuais ou passados.

Desse modo, na sessão do dia 16 de maio de 1828, verifica-se o quanto os ânimos estavam exaltados. Frente a uma defesa do direito de os ministros e secretários de Estado firmarem tratados internacionais sem a prévia consulta às câmaras legislativas, pelo deputado-ministro Teixeira de Gouveia, manifestaram-se Vasconcelos, Lino Coutinho, Costa Aguiar, Paula e Souza e Holanda Cavalcanti no sentido de se punir os eventuais infratores com base no artigo da lei da responsabilidade. Em sentido contrário, além do deputado-ministro, posicionou-se apenas Cunha Matos.

Para Vasconcelos, se fosse aceita a interpretação do texto constitucional no sentido de os ministros e secretários de Estado livremente firmarem tratados internacionais, sem prévia consulta às câmaras legislativas, *adeus constituição, adeus monarquia, porque nestes tratados se podia convencionar que não houve constituição, que os estrangeiros fossem admitidos aos cargos públicos. E não temos nós visto tratados entre nós diminuindo tributos, o que só pertence à câmara dos Srs. deputados?*⁶³³ Conforme sublinhavam os deputados da oposição, nos tratados recentemente ratificados pelo Governo havia por um lado, nos tratados comerciais, cláusulas que alteravam a tributação – tema que, de acordo com o artigo 36, § 1º era de iniciativa privativa da câmara dos deputados –; por outro, no da extinção do tráfico de escravos, a descrição penal de condutas, o que apenas poderia ser feito através da lei, devidamente elaborada de acordo com o processo legislativo previsto no texto constitucional.

⁶³³ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, p.87.

3.3 – Em defesa de uma conduta conforme a lei – *este ministério poderá ser bom, mas é necessário fazê-lo entrar nos seus deveres...*⁶³⁴

Em relação aos novos ministros e secretários de Estado nomeados no dia 20 de novembro de 1827, os deputados da oposição passaram a cobrar um posicionamento conforme o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824 e, de acordo com eles, reiteradamente, infringido pelos titulares das diversas pastas ministeriais no passado. Dessa forma, ao se discutir o parecer da comissão de guerra – redigido por May⁶³⁵ – contrário ao projeto de resolução, proposto por Castro e Silva⁶³⁶, que isentava o Ceará de novos recrutamentos, os deputados se utilizaram desse tema para tecer comentários sobre as diferenças, e eventuais semelhanças, entre os antigos e os novos ministros e secretários de Estado.⁶³⁷ Em defesa do parecer da comissão de guerra, posicionaram-se, sobretudo, os deputados ministeriais, os quais aproveitaram o momento para tecer elogios aos atuais ministros e secretários de Estado e sublinhar as diferenças com os antigos titulares das diversas pastas ministeriais. Assim, para José Gervásio de Queiroz Carreira⁶³⁸ (membro da

⁶³⁴ Trecho do discurso proferido por Holanda Cavalcanti na sessão do dia 05 de junho de 1828 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 05 de junho de 1828, p.33).

⁶³⁵ Apesar de não transcrito nos *Anais*, pode-se inferir que o parecer foi assinado pelos integrantes da comissão de guerra, os quais foram eleitos na sessão do dia 06 de maio de 1828. Compunham a comissão de marinha e guerra: Cunha Matos, Holanda Cavalcanti, Chagas Santos, May e Queiroz Carreira (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 06 de maio de 1828, p.20-21). Sublinhe-se que, durante a discussão do parecer, May declarou ter sido seu redator; Queiroz Carreira declarou ter assinado o mesmo; e Holanda Cavalcanti expôs como se opôs aos termos de sua redação, durante as discussões travadas na comissão de guerra. Para o deputado pernambucano toda a discussão decorria da forma pela qual May redigiu o parecer muito mais do que da concordância ou não do que nele se defendia em relação aos recrutamentos realizados nas diversas províncias do Império do Brasil (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 04 de junho de 1828, p.32).

⁶³⁶ Manuel do Nascimento Castro e Silva nasceu em Aracati, Ceará, a 25 de dezembro de 1788; e faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de outubro de 1846. Nomeado presidente da província do Rio Grande do Norte, logo após a derrota da Confederação do Equador (1º de dezembro de 1824, posse em 21 de março de 1825), foi eleito deputado por sua província natal. Em 1829, votou a favor da denúncia contra Oliveira Álvares, ministro da Guerra. (Diccionario Bio-bibliographico Cearense. Author Dr. Guilherme Studart - Barão de Studart. Obra em 3 Volumes - Impresso pela Typo-lithographia A Vapor. Endereço: Rua Barão do Rio Branco - 52 em 1910) Sobre Castro e Silva há amplo debate iniciado com a publicação no *Astrea* de 10 de fevereiro de 1827, de um artigo jocoso sobre sua passagem pelo governo do Rio Grande do Norte.

⁶³⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 04 de junho de 1828, p.29-38.

⁶³⁸ Cumpre-se notar que José Gervásio de Queiroz Carreira atuou como vogal na comissão militar, criada pelo decreto de 05 de outubro de 1824 e instalada no paço da Câmara Municipal de Fortaleza (Ceará) no dia 22 de abril de 1825 para julgamento, condenação e execução dos envolvidos na revolta de 1824, a

comissão de guerra), não apenas o coronel Conrado Jacob Niemeyer⁶³⁹ não mais *tiranizava* a população do Ceará, na medida em que fora demitido do cargo de comandante das armas nessa província, como também, para o atual *ministério* valia

qual tinha por presidente o coronel Conrado Jacob de Niemeyer e resultou na condenação à pena capital de inúmeros revoltosos na província do Ceará (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: tomo XXIX, parte primeira, 1866, p.135-137).

De acordo com João Manuel Pereira da Silva: “O Ceará seguira a sorte e direção de Pernambuco na malfadada revolução de 1824. Ambas haviam sido ceifadas pelas comissões militares, que n'ellas se criaram, e funcionaram. Extintos em 1825 estes tribunais excepcionais, ao inverso de Pernambuco, tocou ao Ceará um comandante de Armas duro, cruel, e arbitrário em extremo, o coronel Conrado Jacob de Niemeyer. Alçou sua autoridade acima da do presidente, José Feliz de Almeida, homem fraco de ânimo, e despido de vontade. Enchiam-se assim de vítimas os cárceres, e prisões se praticavam quotidianamente em todas as localidades, ora por crimes que se pretendia castigar, ora para se cumprirem as ordens de recrutamento. Nem uma província do império até 1826 mandou para a capital cópia tão extraordinária de soldados. Só em três navios expedidos no correr de 1825, partiram do Ceará para o Rio mais de mil recrutas cuja metade morreu à bordo à míngua de mantimentos, de aguada, e de soccoros, uma quarta parte pouco depois de chegar ao seu destino; e apenas o resto pode alistar-se no exército, depois de reconhecidas em muitas isenções legais, que o comandante das armas desprezara. Ligado Conrado Niemeyer com um facínora, processado e pronunciado depois por vários assassinatos, chamado Joaquim Pinto Madeira, e que obtivera do governo ser nomeado tenente-coronel de segunda linha, e comandante militar dos distritos do Crato e Jardim, de comum acordo curvavam ambos a infeliz província sob o jugo do terror da mais horrível barbárie” (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.12-13). Frente a essa narrativa de Pereira da Silva, que nominava os envolvidos com as condenações ocorridas na província do Ceará, os descendentes do coronel Conrado Jacob de Niemeyer redigiram uma resposta, publicada no ano seguinte ao relato do historiador (NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Impugnação à obra do Exr. Sr. Conselheiro João Manoel Pereira da Silva, Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil, Narrativa Histórica – 1871, na parte relativa ao comandante das armas e presidente da comissão militar da província do Ceará de 1824-1828*. Rio de Janeiro: Tipografia da Luz, 1872).

⁶³⁹ Conrado Jacob de Niemeyer nasceu em Lisboa, Portugal, a 28 de outubro de 1788 e faleceu no Rio de Janeiro, a 05 de março de 1862. Militar formado pelo Colégio Militar em 1808, participou da repressão às revoltas pernambucanas de 1817 e 1824. Na Confederação do Equador, foi enviado ao Ceará, onde chegou em dezembro de 1824, assumiu o posto de comandante das armas e presidiu a comissão militar incumbida de punir os revoltosos. Sob a presidência de José Felix de Azevedo e Sá (de 12 de outubro a 17 de dezembro de 1824 e de 13 de janeiro de 1825 a 04 de fevereiro de 1826), seu poder foi incontestável na província do Ceará. Com a posse de Antônio Sales Nunes Belfort (na presidência da província do Ceará de 04 de fevereiro de 1826 a 02 de janeiro de 1829, quando assumiu o vice-presidente José Antônio Mchado), começaram os conflitos entre o novo presidente provincial. Demitido em maio de 1828, organizou uma revolta contra o presidente e o ouvidor provincial em agosto de 1828. Nos *Anais* são inúmeras as referências às atrocidades cometidas por Conrado Niemeyer à frente do comando das armas no Ceará. Mesmo assim, posteriormente, durante as Regências, após ter sido processado em virtude de seu posicionamento a favor de ideias absolutistas e da restauração de dom Pedro I, Conrado Niemeyer não apenas receberia diversas comendas, como também seria um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e passaria a ser celebrado como um dos precursores da cartografia nacional, em virtude da organização da Carta Corográfica do Império do Brasil (Disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CJNiemeyer.html>_ Acesso em : em 21 de março de 2016). Sobre a eventual *brandura* de Niemeyer nos julgamentos realizados em 1825, na província do Ceará, ver NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Impugnação à obra do Exr. Sr. Conselheiro João Manoel Pereira da Silva, Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil, Narrativa Histórica – 1871, na parte relativa ao comandante das armas e presidente da comissão militar da província do Ceará de 1824-1828*. Rio de Janeiro: Tipografia da Luz, 1872; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: segundo volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893, p.130-132; MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 1, p.167, 173).

mais uma recomendação da Câmara dos Deputados, do que *valia uma lei para o transacto*.⁶⁴⁰

Em sentido oposto, posicionou-se Lino Coutinho (com o apoio de Manuel José de Albuquerque, deputado eleito pela província do Ceará), em discurso favorável à isenção do recrutamento naquela província.⁶⁴¹ Contudo, em seu discurso, o médico baiano alertava ser ainda muito cedo para elogiar o atual *ministério*, o qual ainda não dera provas efetivas de merecimento. Dessa forma, alertava seus pares em plenário: (...) *quem diz ao Sr. Carreira que daqui a dois meses tenhamos um ministério pior ainda do que esse das instruções secretas? Quem mesmo assegura que o atual ministério marche sempre constitucionalmente? Ninguém de certo. (...) não censuro os ministros só por serem empregados públicos; censuro-os pelo abuso que fazem do poder depositado em suas mãos somente para a execução das leis, e nunca para dele se servirem em detrimento e com opressão dos cidadãos*.⁶⁴²

Cumpre-se notar que, nessa discussão foi, de certo modo, vitorioso o posicionamento contrário tanto ao projeto de resolução proposto por Castro e Silva quanto ao parecer da comissão de guerra. Para Custódio Dias, o primeiro a se posicionar nesse sentido, não apenas a resolução era *um remédio tardinho e por inconsequente*; [como] *também voto contra o parecer, a grandes males, grandes remédios e prontos*.⁶⁴³ Para o padre mineiro, sempre contundente em seus posicionamentos contrários ao Governo, tratava-se de hipótese de responsabilidade do então conde de Lajes – recém-nomeado senador pela província que tanto subjugara através de seus atos *abusivos* – que, à frente da Secretária de Estado dos Negócios da Guerra comandou os recrutamentos na província do Ceará – ora questionados pelos representantes da Nação. Indignado tanto com a infração ao disposto no texto constitucional, quanto com a recente nomeação do ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra para o

⁶⁴⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 04 de junho de 1828, p. 31, 34.

⁶⁴¹ Igualmente favoráveis à aprovação da resolução proposta por Castro e Silva se posicionaram Albuquerque e Miranda Ribeiro, deputados ministeriais, no entanto, sem tecer comentários críticos ao Governo.

⁶⁴² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 04 de junho de 1828, p. 32; 34-35; 37.

⁶⁴³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 04 de junho de 1828, p. 35.

Senado, Custódio Dias proclamava em plenário: *Vejo um ministro que abusou a um tal ponto dos seus deveres que desafiou o ódio geral, e este mesmo é nomeado senador*⁶⁴⁴? *É possível que esta província seja ingrata a seus benfeitores, a seus mesmos representantes, nomeando aqueles que nós execramos. Eu voto para que se decrete a acusação a esse monstro; e se não for culpado cante a vitória; mas não tenha a glória de ser louvado pelas suas malversações.*⁶⁴⁵

Outros argumentos foram articulados no sentido contrário tanto ao projeto de resolução apresentado por Castro e Silva, quanto ao parecer da comissão de guerra, mas nenhum no sentido proposto por Custódio Dias, no que se refere à eventual responsabilidade do conde de Lajes pelos recrutamentos realizados na província do Ceará. Por um lado, para Araújo Bastos deveria ser recomendado ao Governo *a continuação da exceção do recrutamento na província do Ceará*, na medida em que ainda não havia lei a regulamentar os recrutamentos: *escusado é agora fazer uma lei, cuja doutrina deve ser confirmada com essa outra lei que marca a força do exército.*⁶⁴⁶ Por outro, para Almeida e Albuquerque, a rejeição tanto do projeto de resolução quanto do parecer da comissão de guerra estava fundamentado no disposto na Carta de 1824, que estabeleceu a obrigatoriedade de todas as províncias do Império concorrerem com *a quota que lhes pertencer para a defesa do estado*. Desse modo, *se a província do Ceará não tem gente suficiente para se completar a força de terra, então está já desonerada, e se ela tem gente deve concorrer, e esta é a verdadeira justiça*⁶⁴⁷, afirmava o deputado eleito pela província de Pernambuco.

Sublinhe-se que, no decorrer dessa discussão, Holanda Cavalcanti, membro da comissão de guerra e contrário ao projeto de resolução de Castro e Silva, articulou um argumento que seria contra ele utilizado durante a discussão da responsabilidade de

⁶⁴⁴ Em relação às eleições para o Senado na província do Ceará e nomeação do conde de Lajes, ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, já havia se manifestado criticamente Holanda Cavalcanti (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 04 de junho de 1828, p.32).

⁶⁴⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 04 de junho de 1828, p.35.

⁶⁴⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 04 de junho de 1828, p.36-37.

⁶⁴⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 04 de junho de 1828, p.37.

Joaquim de Oliveira Álvares⁶⁴⁸, na sessão anual legislativa de 1829: se os deputados discutiam a dispensa do recrutamento na província do Ceará, isso significava que o Governo poderia recrutar em outras províncias e *se* [de acordo com o texto constitucional] *o governo não pode recrutar sem licença desta câmara, como pois se pode admitir um tal projeto* [de isenção de recrutamento]? Conforme expõe o deputado pernambucano, a despeito do disposto no texto constitucional, e da ausência de lei regulamentar sobre a questão, os recrutamentos continuavam a ser realizados nas diversas províncias do Império de modo a proclamar sua desconfiança em relação ao atual titular da pasta dos Negócios da Guerra. Portanto, não era cabível a aprovação de pedidos de dispensa do recrutamento em relação a qualquer província do império, na medida em que novos recrutamentos estavam vedados pelo próprio texto constitucional, até a aprovação a lei regulamentar nele prevista. Assim, ao invés de se isentar determinada província do recrutamento, o importante era apurar a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, atuais e transatos, por eventuais infrações cometidas:

Senhores, o governo marcha tão mal como o antecedente, com pouca diferença; continua a abusar da mesma maneira, e é preciso que lhe apliquemos panos quentes: ainda ontem entrou uma embarcação com novos estrangeiros, e porque os atuais ministros que estão há mais de 8 meses no ministério, não suspenderam imediatamente essas ordens de engajamentos? Nada de proteção ao ministério, se a câmara não tomar energia não sei o que será; este ministério poderá ser bom, mas é necessário fazê-lo entrar nos seus deveres, porque se lhe fizermos elogios, adeus causa do Brasil e desgraçado povo; nós devemos sempre estar em oposição; mormente quando o ministério se quer inculcar constitucional e pelos seus atos é inteiramente contra a constituição.⁶⁴⁹

Ora, era consenso entre os deputados da oposição não apenas o entendimento de que os ministros e secretários de Estado cometeram inúmeras infrações ao texto constitucional no passado, como também de que nada até aquele momento tinha sido feito efetivamente para punir os responsáveis pelas infrações cometidas. Se antes da aprovação da lei da responsabilidade, no final da sessão anual legislativa de 1827, a justificativa dessa inércia era a ausência de lei a regulamentar o disposto no artigo 133

⁶⁴⁸ Sobre o processo fundamentado na lei da responsabilidade movido em face de Joaquim de Oliveira Álvares na sessão anual legislativa de 1829 ver o próximo capítulo.

⁶⁴⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 05 de junho de 1828, p.33.

da Carta de 1824, agora o que ainda impedia de se dar início a um processo de responsabilidade?

Pelas fontes consultadas, verifica-se que a insatisfação – tanto dos deputados quanto da imprensa da oposição – frente aos ministros e secretários de Estado nomeados em novembro de 1827 não era recente. Ela se manifestava não apenas nos reiterados pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos que lhes eram encaminhados, raras vezes respondidos a contento; como também em discursos parlamentares inflamados nos quais a eventual responsabilidade dos titulares, transatos ou atuais, das diversas pastas ministeriais era proclamada em plenário, como no caso acima analisado da discussão do parecer sobre a proposta de resolução referente à isenção de novos recrutamentos na província do Ceará. Desse modo, vislumbra-se que, durante a apresentação dos relatórios sobre a situação da administração das diversas secretarias de Estado, os ânimos já se encontravam exaltados.

Na sessão do dia 31 de maio de 1828, Diogo Jorge de Brito, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, foi o primeiro a apresentar o relatório sobre o estado da administração da secretaria de Estado a ele confiada.⁶⁵⁰ Os demais relatórios ministeriais foram apresentados nas sessões seguintes: o dos Negócios do Império, na sessão do dia 03 de junho; o dos Negócios da Guerra, na sessão do dia 04 de junho; o dos Negócios da Justiça, na sessão do dia 07 de junho; o dos Negócios da Fazenda, na sessão do dia 11 de junho; e, o dos Negócios Estrangeiros, na sessão de 25 de junho.⁶⁵¹ Contudo, cumpre-se notar que apenas Pedro de Araújo Lima, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, compareceu pessoalmente em plenário para a leitura do relatório ministerial, os demais se limitaram a enviar o texto para ser lido na câmara temporária. Frente a esse comportamento, tanto se acirrou os ânimos contra os novos ministros e secretários de Estado, quanto se deteriorou ainda mais a opinião dos deputados em relação aos titulares dos cargos ministeriais.⁶⁵²

⁶⁵⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 31 de maio de 1828, p.199.

⁶⁵¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessões dos dias 03, 04, 07, 11 e 25 de junho de 1828, p.17-20; 24-26; 54-57; 96-99; 188-191.

⁶⁵² Nesse sentido ver a crítica ao não comparecimento do deputado-ministro Teixeira de Gouveia ao plenário para apresentar o relatório sobre o estado da administração da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça no periódico *A Aurora Fluminense*, edição do dia 11 de junho de 1828, a qual sintetiza a

Havia, entre os membros de ambas as Câmaras do Poder Legislativo, uma grande preocupação com a fixação das formalidades a serem seguidas na Assembleia Geral Legislativa, na medida em que muito ainda faltava para ser regulamentado. Os deputados sabiam que estavam diante do novo e que suas ações serviriam para os pósteros como modelos a serem seguidos. A partir do que se fizesse naquele momento é que seria construída uma tradição a ser respeitada pelos que lhes seguiriam.

Cumpr-se notar que outros episódios, relacionados ou não à questão dos relatórios ministeriais, reiteravam a insatisfação dos deputados em relação aos ministros e secretários de Estado e, provavelmente, influenciaram na decisão do imperador de demiti-los após a Revolta dos Batalhões Estrangeiros. Na sessão de 11 de junho de 1828 – em meio aos distúrbios de rua no Rio de Janeiro, mas em tema não relacionado diretamente a eles –, durante a discussão do parecer da comissão de fazenda sobre a falta de troco na Corte e a circulação de moeda falsa de cobre⁶⁵³, Paula e Souza, Holanda Cavalcanti e Lino Coutinho reiteraram sua insatisfação em relação aos atuais titulares das pastas ministeriais que continuavam sem fornecer as informações e os esclarecimentos necessários para a atuação dos membros do Corpo Legislativo.⁶⁵⁴ Durante essa discussão, o deputado pernambucano – ao se posicionar contra o Governo e o parecer da comissão de Fazenda – elencou os absurdos contidos nos relatórios ministeriais apresentados até aquele momento, e desafiou o Governo, referindo-se à iniciativa privativa da Câmara dos Deputados em relação aos impostos, proclamada pelo artigo 36, parágrafo primeiro da Carta de 1824: *Eu não votarei por um só tributo sem*

indignação provocada junto aos deputados da oposição. Sublinhe-se que nesta mesma edição foram veiculados os rumores sobre a possível demissão de Araújo Lima e sua substituição pelo Pe. Antônio da Arrabida (bispo de Anemúria) (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário* (número 54, de 11 de junho de 1828, p.219-220). Além disso, poucos dias depois, nesse mesmo periódico, na edição em que se noticiava a reforma na composição das diversas Secretarias de Estado, fez-se uma reflexão sobre a recusa de quase todos os ministros e secretários de Estado de apresentarem pessoalmente seus relatórios para a Câmara dos Deputados. De acordo com *A Aurora Fluminense*: “Nem na Constituição se lhes atribui esta prerrogativa [de os Ministros não serem obrigados a vir à Câmara apresentar as suas propostas], nem era justo que se lhes concedesse o, que não era justo que se lhes concedesse o que não era permitido aos Membros da mesma Câmara. Ora se um Deputado não pode fazer Propostas por Ofício, como terão os Ministros semelhante privilégio? Para que fim de utilidade? Com que decoro do Corpo Legislativo? Estendemos-nos sobre estas formalidades (que não são para desprezar), tendo principalmente em vista que nos achamos no nosso noviciado político, e que é nestas primeiras transições entre os Poderes, que se estabelece o direito dos casos julgados, que podem ser de muita força para o futuro” (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 56, de 18 de junho de 1828).

⁶⁵³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 11 de junho de 1828, p.99-ss.

⁶⁵⁴ Sobre as informações e os esclarecimentos incompletos prestados pelos ministros de Estado *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.103.

*que a administração não sofra uma reforma radical; esses rendimentos que há, chegam muito para as despesas; assim o governo tivesse economia e não fizesse despesas supérfluas com agentes em Viena e em outras cortes, com que nada queremos.*⁶⁵⁵

Ou seja, as eventuais infrações, ao disposto nos textos legais, cometidas pelos ministros e secretários de Estado eram diuturnamente proclamadas pelos deputados em plenário, mas faltava aos deputados a oportunidade político-institucional para dar início ao processo de responsabilidade. Antes da realização das eleições para a Segunda Legislatura e da proclamação dos vencedores era muito arriscado iniciar um processo em face de um ministro e secretário de Estado fundado na lei da responsabilidade, na medida em que não havia nenhuma garantia aos membros da câmara temporária de que dom Pedro I manteria em funcionamento as câmaras do Poder Legislativo. Provavelmente foi a consagração dos candidatos da oposição ao Governo nas eleições de 1828-29 que forneceu aos deputados da oposição, na Primeira Legislatura, o prestígio necessário para articular a denúncia de um ou mais ministros e secretários de Estado com base na lei de 15 de outubro de 1827 no início da sessão anual legislativa de 1829. Contudo, para que tal fosse possível, outros incidentes ocorreram no decorrer da sessão anual legislativa de 1828 de forma a acirrar ainda mais os ânimos dos deputados da oposição frente às reiteradas violações aos preceitos constitucionais eventualmente cometidas pelos ministros e secretários de Estado no exercício de suas funções.

Assim, na sessão do dia 12 de junho, novo incidente ocorreu durante a discussão da indicação feita por Vasconcelos a respeito da não execução da lei de regulamentação dos juizados de paz na província do Rio de Janeiro (o que tinha implicações, inclusive, na responsabilidade do ministro e secretário de Estado por falta de observância da lei), na qual cobrava um posicionamento do *ministério* sobre o tema.⁶⁵⁶ Nessa ocasião, após a exposição de Vasconcelos, o primeiro a se pronunciar foi Lino Coutinho, de modo a não apenas concordar com o deputado mineiro e externar em plenário sua indignação diante dos fatos por ele relatados, como também ampliar o rol de infrações cometidas pelos ministros e secretários de Estado nomeados em novembro de 1827:

⁶⁵⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 11 de junho de 1828, p.101.

⁶⁵⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.104-106.

Sr. presidente, eu há poucos dias disse que era preciso esperar pelos frutos deste ministério para podermos fazer o nosso juízo, mas desgraçadamente os frutos que ele tem apresentado são sempre contrários aos que se esperava; e por consequência estamos livres para podermos fazer mau juízo dele; eu lembro-me nesta ocasião do refrão: *atrás de mim virá quem bom me fará*, ao menos o passado ministério não vi deixar de cumprir alguma lei que a assembleia tivesse feito; fizeram muitas arbitrariedades; mas não deixaram nunca de executar uma lei que o corpo legislativo tivesse decretado; e os presentes ministros com o maior escrúpulo tem faltado ao cumprimento das leis, e de leis que eles mesmos fizeram concorrendo com o seu voto, Sr. presidente!⁶⁵⁷

Ao que Custódio Dias não apenas apoiava como complementava de forma irônica:

Muito admirados estão alguns Srs. deputados, de que no Rio de Janeiro se não executassem estas leis: isso me não surpreende. A província do Rio de Janeiro é onde as leis não tem vigor, porque o hábito dos ministros infecta as repartições e nelas só reina o arbítrio. É lástima ver-se homens tirados do seio da câmara, que assistiram à discussão e votaram por muitas dessas leis, sejam os primeiros a infringi-las!!! Ao menos se fora o transacto ministério que tal fizesse, não causava admiração: mas o atual ministério de quem muito se esperava, *oh! Vana spes hominum!* Parece que o ministério, à maneira da cabeça de Medusa, paralisa tudo: talvez que seja este o sistema de Meternich.⁶⁵⁸

Ou seja, ambos os deputados, ao assim se pronunciarem, reiteraram a acusação de *desertor das fileiras dos liberais*⁶⁵⁹ proferida, na sessão do dia anterior, por Holanda Cavalcanti em relação ao então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Teixeira de Gouveia, reeleito deputado pela província de Minas Gerais, e ecoavam em plenário as insatisfações veiculadas pela imprensa oposicionista.

Durante a breve discussão que se seguiu, coube a Paula e Souza acalmar os ânimos dos demais deputados sem, contudo, deixar de com eles não apenas concordar, como também criticar asperamente o *ministério* de novembro de 1827 e elencar

⁶⁵⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.105.

⁶⁵⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.105.

⁶⁵⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.101.

infrações ao texto constitucional cometidas pelos ministros e secretários de Estado – empréstimos contraídos sem prévia autorização do Corpo Legislativo; ingresso de tropas estrangeiras; tratados internacionais nocivos aos interesses nacionais, dentre outros. Porém, de acordo com o deputado paulista, apesar de serem inúmeras as irregularidades a imputadas aos ministros e secretários de Estado pelos deputados, faltava-lhes ainda delimitar fatos concretos para dar início ao processo nos termos da lei da responsabilidade. Sem isso, apenas com *acusações vagas*, nada poderia ser feito. Dessa forma, Paula e Souza refletia sobre a cautela necessária para se proceder à acusação dos ministros e secretários de Estado:

Embora eu passe por ministerial, hei de desejar muito ser ministerial, uma vez que o ministério marche para o bem da nação; e é de esperar que assim o faça quem à testa desta câmara o ano passado nos dirigiu nos nossos atos; e para tentar acusações de ministros hei de requerer fatos, para que se possa fazer uma verdadeira acusação (...) o homem que ama a sua pátria, o bom patriota não acha hoje outro recurso senão lamentar e chorar as desgraças da sua pátria; e porque? Pelo estado a que nos levou a perversidade e a ignorância do transacto ministério, e a que nos leva a inaptidão dos atuais ministros. O ministério presente tem ido pelo mesmo caminho dos marqueses; mas de vagar; e já neste recinto, quando aqui se discutiu o voto de graças, eu disse que não podia julgar do ministério presente, pois que ele nem ao menos publicava os seus atos; mas eu hoje sou obrigado a dizer que ele marcha pelo mesmo caminho dos seus antecessores, mas de vagar, e está em perfeita harmonia de princípios. (...) É lástima, Sr. presidente, que o Brasil, tendo tanta tendência para a prosperidade, pelos seus imensos recursos; tendo por seu chefe um monarca que tem dado tantas mostras de que se empenha pela felicidade pública, nunca os seus ministros o coadjuvem na grande empresa em que se acha empenhado!!!⁶⁶⁰

O posicionamento adotado por Paula e Souza – em um momento em que as tropas no Rio de Janeiro se encontravam mobilizadas para deter a Revolta dos Batalhões Estrangeiros e se avolumavam as críticas e as insatisfações diante das ações praticadas pelos ministros e secretários de Estado, nomeados em novembro de 1827 –, imediatamente desposado por Vasconcelos (que retira a indicação por ele anteriormente formulada), constitui uma possível explicação para o não início do processo de

⁶⁶⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.105-106.

responsabilidade durante a sessão anual legislativa de 1828. Tratava-se de um ano eleitoral, no qual teriam início as eleições para a Segunda Legislatura: se não fossem convocadas e/ou realizadas as eleições, a Assembleia Geral Legislativa continuaria em funcionamento? O que impediria o imperador de dissolver a Assembleia Geral Legislativa, tal como fizera com a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, ainda de recente memória de todos. Além disso, Paula e Souza habilmente tecia, em sua argumentação, uma censura moral aos atuais titulares das diversas pastas ministeriais⁶⁶¹ de modo a lastimar o fato deles se comportarem de maneira igual aos do passado. Não era momento, portanto, de se fazer ataques pessoais aos ministros e secretários de Estado, tal como fizera na sessão anterior Holanda Cavalcanti, em relação aos titulares das pastas dos Negócios da Fazenda e do Império⁶⁶². Assim, durante a discussão do parecer da comissão de fazenda sobre a falta de troco na Corte e a circulação de moeda falsa de cobre⁶⁶³ afirmou o deputado paulista:

Nós devemos e é muito justo que falemos contra os ministros, quando se mostre que os seus atos são repreensíveis; mas fazermos uma espécie de sátira, parece-me que não é da dignidade de quem fala, nem da dignidade de quem ouve, porque esse ministro como indivíduo pode não ser repreensível na sua conduta, e poder ser muito repreensível como ministro; e pelo contrário pode ser muito repreensível como indivíduo e não o ser como ministro. (...) O Sr. deputado ontem, no calor do interesse que toma pela causa pública, desmediu-se, e não convém tratar agentes do poder por um modo que se afaste da linha da censura justa e permitida de seus atos, mostrando os erros e seus defeitos. (...) ⁶⁶⁴

⁶⁶¹ Conforme sublinha Paula e Souza, logo após na mesma sessão, “os ministros devem reconhecer a necessidade da força moral que não tem, e que a força física longe de a dar, com eficácia a procura tirar” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.108).

⁶⁶² Conforme explicitado e comentado por Holanda Cavalcanti em sua réplica a Paula e Souza (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.109).

⁶⁶³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.99-ss; 107-112; 113-119.

⁶⁶⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 12 de junho de 1828, p.108

Esse posicionamento, sistematizado por Paula e Souza na sessão legislativa do dia 12 de junho de 1828⁶⁶⁵, manter-se-ia majoritário na Câmara dos Deputados até o início da sessão anual legislativa seguinte, quando, finalizadas as eleições para a câmara temporária, os deputados se articularam com o objetivo de denunciar formalmente ministros e secretários de Estado como incursos na lei da responsabilidade. Cumpre-se apenas notar que, durante todos os debates acima comentados, nenhum deputado se manifestou em defesa estrita do ministério.

3.4 – Reforma ministerial de junho de 1828 e desgaste na relação entre dos deputados da oposição e o Governo.

Frente a esse quadro de muitas reclamações em relação aos atos praticados pelos ministros e secretários de Estado transatos – sem, contudo, ser formalizada uma denúncia nos termos dos artigos 8 e 9 da lei da responsabilidade – e de uma insatisfação em relação novos titulares das diversas pastas ministeriais nomeados no dia 20 de novembro de 1827⁶⁶⁶, dom Pedro I, poucos dias após o episódio da *Revolta dos Batalhões Estrangeiros* no Rio de Janeiro, em junho de 1828⁶⁶⁷, aproveitou-se da

⁶⁶⁵ Na sessão do dia 25 de junho de 1828, Paula e Souza alertaria os demais deputados sobre o risco de desgaste moral da Câmara dos Deputados se denúncias vagas aos ministros e secretários de Estado continuassem a ser feitas, sem as devidas provas necessárias para a formalização de uma acusação nos termos da lei da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado. Para Paula e Souza, os deputados deveriam exercer o direito que lhes competia, enquanto representantes da nação, de lembrar aos ministros sobre eventuais infrações, ao disposto nos textos legais, cometidas por seus subalternos, de modo a esses tomarem as providências cabíveis. De acordo com o deputado paulista: “é este direito da essência do governo representativo, é demais a mais direito nosso adquirido, de que estamos de posse desde a primeira sessão, e se faltar este direito adeus câmara de deputados, adeus garantias individuais, porque encetar-se uma acusação de ministros é coisa muito difícil, alguns Srs. deputados cuidam que é coisa muito fácil e a cada passo falam em acusações de ministros; eu nunca direi aqui que se acuse o ministro, sem provas convincentes, porque conheço que falando-se diariamente em acusações até os ministros perdem o respeito à câmara dos deputados, visto que lhe é muito fácil o subterfúgio. Quantas vezes a câmara inglesa tem acusado os ministros? Bem poucas, porque? Porque o ministério tem grandes meios de subtrair-se a qualquer acusação, logo o meio mais fácil e de que se deve lançar mão, é lembrar ao ministério que faça responsabilizar os seus subalternos” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 25 de junho de 1828, p.195). Reflexos desta discussão pode ser sentidos no *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 62, de 02 de julho de 1828, p.254-255, no qual o redator clamava ao governo a fiscalização dos empregados civis e militares subalternos na província do Ceará, ou seja, não apenas os periódicos impactavam nas discussões travadas na Assembleia Geral Legislativa, como também o inverso ocorria diuturnamente...

⁶⁶⁶ Essa situação de insatisfação generalizada sem a efetivação de denúncias formais em face dos ministros e secretários de Estado apenas se transformaria no início da sessão anual legislativa extraordinária de 1829, após as eleições terem se realizado em diversas províncias, conforme exposto no próximo capítulo.

⁶⁶⁷ Em relação à revolta dos batalhões estrangeiros, consultar Gilmar Pozo. Nesse autor há uma minuciosa exposição dos acontecimentos que levaram aos distúrbios de rua na Corte no decorrer de 1828, as medidas adotadas pelo Governo para acalmar as tropas rebeldes e a repercussão deste episódio tanto na imprensa nacional quanto na britânica. Contudo, por não ser tema de seu estudo, Pozo não se detém nos

inércia dos ministros e secretários de Estado frente aos rebelados para os demitir, de modo a rearticular o Governo e buscar novas alianças com os membros da Câmara dos Deputados. Assim, de acordo com grande parte da historiografia⁶⁶⁸, o imperador demitiu Bento Barroso Pereira, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, e aceitou a demissão que lhe foi solicitada pelos demais, de modo a permanecer no cargo apenas o marquês de Aracati – senador-ministro e secretário dos negócios Estrangeiros. Porém, é provável que o monarca, antes mesmo da intensificação dos distúrbios relacionados à aos batalhões estrangeiros, já estivesse considerando a hipótese de formar um novo *ministério*, de modo que rumores corriam na Corte e eram divulgados pela imprensa. Nesse sentido, a nota publicada no periódico *A Aurora Fluminense*:

Tem há dias ganhado crédito um boato, cuja veracidade não asseguramos: diz-se que o Sr. Araújo Lima vai ser demitido do lugar de Ministro do Império, e que será substituído pelo Padre Fr. Antônio da Arrábida, Bispo titular de Anemúria; ora bem se vê quanto é destituído de probabilidade semelhante rumor. Não se pode acreditar que confiemos uma porção do Poder ministerial a um homem, que supomos verdadeiramente religioso, mas que educado no claustro, e nas suas máximas, deve ser pouco próprio para Ministro de um Governo Constitucional.⁶⁶⁹

Ora, se era um rumor *destituído de probabilidade*, porque o periódico fluminense publicava essa nota? Ou seja, a substituição dos ministros e secretários de Estado – dentre os quais se encontravam egressos da Câmara dos Deputados⁶⁷⁰ – era

aspectos político-insitucionais que levaram dom Pedro I a demitir o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, e que provavelmente acarretaram a solidariedade dos titulares das demais pastas ministeriais. O autor apenas afirma ter sido Bento Barroso Pereira demitido “*provavelmente* em razão das confusões e das ordens equivocadas, entre elas, a de mandar bombardear a fortaleza da Praia Vermelha devido ao temor de que os irlandeses lá estacionados se unissem aos do Campo da Aclamação” (grifos meus) e cita o pedido de demissão formulado pelos demais ministros de Estado “em consideração” ao da Guerra (POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. *Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no primeiro reinado*. 2010, 189f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p.159-160).

⁶⁶⁸ Nesse sentido ver SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.291-292; MACAULAY, Neil. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1993 [1ª edição em inglês: 1986], p.248; BARMAN, Roderick J.. *Brazil. The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford : Stanford University Press, 1988, p.151.

⁶⁶⁹ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 54, de 11 de junho de 1828, p.220.

⁶⁷⁰ Sublinhe-se que, até este momento, apenas Teixeira de Gouveia retornara à Câmara dos Deputados como deputado reeleito pela província de Minas Gerais. Os diplomas de Araújo Lima e de Calmon seriam analisados pela comissão de poderes da câmara temporária após a reforma ministerial de junho de 1828 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 25 de junho

praticamente certa e diversos rumores nesse sentido circulavam pela Corte. Além disso, em nenhum momento o periódico desmentiu a notícia da demissão do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império! A dúvida era apenas sobre quem seria convidado e – o mais difícil – aceitaria esta difícil incumbência. Se o diálogo entre os membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Moderador mantinha-se tenso, a situação político-institucional do país podia se complicar ainda mais com a escolha de áulicos para o ministério.

Os deputados foram comunicados oficialmente a respeito da mudança dos titulares das Secretarias de Estado dos Negócios do Império e da Fazenda através de ofício encaminhado à Câmara dos Deputados por José Clemente Pereira, deputado nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império⁶⁷¹, em substituição a

de 1828, p.196). Não procede, portanto, as afirmações feitas por parte da historiografia (neste sentido, MACAULAY, Neil. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1993 [1ª edição em inglês: 1986], p.247-248) de que tivemos neste momento três ministros com assento na Câmara dos Deputados.

⁶⁷¹ José Clemente Pereira acumulava, neste momento, os cargos de deputado eleito pela província do Rio de Janeiro e de intendente geral de polícia. De acordo com Vantuil Pereira, José Clemente Pereira era uma das principais personalidades do denominado *gabinete* ou *ministério secreto* do imperador. Neste sentido, ver PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.222. Sobre o *Gabinete Secreto* ver ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.185-186, 197-198.

Cumpr-se notar que parte da historiografia questiona a existência de um *Gabinete Secreto*, propriamente dito (desde, praticamente, SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.396-398), e levanta a hipótese de se tratar de construção dos liberais após a demissão do marquês de Barbacena e, em grande parte insuflada por suas denúncias. O que provavelmente havia era um grupo criados e amigos portugueses que, apesar de mal vistos pela população, acompanhavam de perto dom Pedro I, alguns desde sua infância. Otávio Tarquínio de Sousa elenca alguns deles: João Carlota, Plácido de Abreu, João Rocha Pinto, Francisco Gomes da Silva (o *Chalça*), e Francisco Maria Gordilho Veloso da Barbuda – “criados eram todos, embora para os misteres subalternos houvesse os chamados de galão branco”, ironizava Otávio Tarquínio (SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de D. Pedro I*. (1ª edição: 1952) São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988, Tomo III, p.47-54). De acordo com Fernanda Cláudia Pandolfi: “A imprensa liberal irá usar, até a Abdicação de d. Pedro, a acusação de haver um *gabinete secreto* formado por maus conselheiros que guiavam os passos do Imperador. Mas, por trás dessas desavenças, estavam em jogo as disputas por modelos de organização da estrutura do Estado e pelo papel que caberiam às elites políticas nessa estrutura” (PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. 2007, 170f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2007, p.34).

O diploma de reeleição de José Clemente Pereira para a Câmara dos Deputados, nos termos do artigo 29 da Carta de 1824, foi apresentado na sessão do dia 09 de setembro de 1828, às vésperas do encerramento da sessão anual legislativa deste ano (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, sessão do dia 09 de setembro de 1828, p.212). Desse modo, apesar noticiada no início de agosto pelo periódico *A Aurora Fluminense*, a comunicação oficial da reeleição do titular da pasta dos

Araújo Lima, no final da sessão de 16 de junho de 1828.⁶⁷² Cumpre-se notar que no dia 15 de junho foram demitidos todos os ministros e secretários de Estado, salvo o marquês de Aracati, mantido na titularidade da pasta dos Negócios Estrangeiros. Nessa ocasião, Clemente Pereira, diante da recusa de Ledo e de Vasconcelos, assumiu interinamente as pastas dos Negócios da Fazenda e da Justiça (Batista Pereira⁶⁷³ foi nomeado apenas no dia 18 de junho e a pasta dos Negócios da Justiça permaneceu interinamente nas mãos de Clemente Pereira até setembro seguinte⁶⁷⁴); e os irmãos Miguel de Sousa Melo e Alvim⁶⁷⁵ e Francisco Cordeiro da Silva Torres de Sousa Melo e Alvim assumiram, respectivamente, as pastas dos Negócios da Marinha e da Guerra. Contudo, antes de anunciadas todas as substituições dos titulares das pastas ministeriais, ou seja, até a sessão do dia 19 de junho⁶⁷⁶, o jornal *A Aurora Fluminense* ainda

Negócios do Império à Câmara dos Deputados foi realizada apenas no mês de setembro às vésperas do encerramento da sessão anual de 1828. (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, sessão do dia 10 de setembro de 1828, p.215).

⁶⁷² No dia 15 de junho de 1828, foram demitidos por dom Pedro I quase todos os ministros e secretários de Estado. O único que permaneceu no cargo foi o marquês de Aracati, o qual colocou sua referenda nos decretos expedidos por dom Pedro I como delegado privativo do Poder Moderador (*Diário Fluminense*, volume 11, número 138, de 20 de junho de 1828, p.549).

⁶⁷³ José Bernardino Batista Pereira de Almeida Sodré não retornou à Câmara dos Deputados durante o período em que esteve à frente quer do ministério dos Negócios da Fazenda (de 18 de junho a 22 de setembro de 1828), quer do ministério dos Negócios da Justiça (de 28 de setembro a 22 de novembro de 1828). Seu diploma de reeleição, nos termos do artigo 29 da Carta de 1824 foi apresentado e aprovado pela comissão de poderes apenas na sessão do dia 14 de maio de 1829, e novo juramento prestado pelo deputado no dia seguinte, na mesma sessão em que Miguel Calmon du Pin e Almeida, novamente ministro dos Negócios da Fazenda, apresentou a proposta de orçamento para 1830-31 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessões dos dias 14 e 15 de maio de 1829, p.72, 74 e 75).

⁶⁷⁴ Sobre a interinidade de Clemente Pereira na pasta dos Negócios da Justiça, ver *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 16 de junho de 1828, p.131); e *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 58 de 23 de junho de 1828, p.238.

⁶⁷⁵ Na Secretaria de Estado dos negócios da Marinha cessou a interinidade do marquês de Aracati (que permaneceu no ministério como titular da pasta dos Negócios Estrangeiros) e foi nomeado, como titular, Miguel de Sousa Melo e Alvim.

⁶⁷⁶ As substituições dos titulares das pastas dos Negócios da Guerra e da Fazenda foram anunciadas, respectivamente, no início das sessões dos dias 17 e 19 de junho (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, p.132 e 151). Cumpre-se notar que o novo titular da pasta dos Negócios da Marinha – interinamente ocupada pelo marquês de Aracati desde o afastamento de Diogo Jorge de Brito, por “motivo de saúde” – foi também anunciado aos deputados na sessão do dia 17 de junho (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, p.145).

Para a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, foi no dia 15 de junho nomeado Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim, que permaneceria apenas até o dia 24 do mesmo mês, quando foi substituído por Joaquim de Oliveira Álvares. Aliás, de acordo com o jornal *A Aurora Fluminense* (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 60, de 27 de junho de 1828), o imperador cogitara, de início, a chamar para esta Secretaria de Estado o deputado Cunha Matos ou o senador José Inácio Borges, porém decidiu-se, por fim, pelo tenente general que já ocupara o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios

noticiava a reforma ministerial de modo a sublinhar a não aceitação do cargo por parte de dois deputados – Vasconcelos e Ledo:

Os nossos Ministros, à exceção do Sr. Marquês de Aracati, estão todos demitidos; diz-se que eles mesmos pediram a sua demissão. Os seus sucessores ainda não estão todos designados: os Srs. Deputados Bernardo Pereira de Vasconcelos⁶⁷⁷, nomeado para as Justiças; e Joaquim Gonçalves Ledo para as Finanças, não aceitaram. (...) O Ministério, que acabou não foi isento de faltas; em grande parte eles continuaram no errado sistema dos ministérios precedentes, e alguns de seus membros eram arguidos de culpável apatia; porém nunca mostraram detestar o Regímen Representativo, e deixaram fazer o bem: em geral pode-se dizer que as suas intenções eram puras, e as suas mãos se conservaram limpas⁶⁷⁸

Pela reforma ministerial de junho de 1828, apesar de se manter a participação de ministros e secretários de Estado oriundos da Câmara dos Deputados em metade das Secretarias de Estado, apenas a pasta dos Negócios da Fazenda foi entregue a um brasileiro nato⁶⁷⁹, todos os demais titulares eram nascidos em Portugal e cidadãos

da Guerra no *ministério* de José Bonifácio (em sua primeira composição, José Bonifácio na pasta dos Negócios do Reino e Estrangeiros; Caetano Pinto de Miranda Montenegro, na pasta dos Negócios da Fazenda; Manuel Antônio Farinha, continuava na pasta dos Negócios da Marinha e Joaquim de Oliveira Álvares, na pasta dos Negócios da Guerra), de 16 de janeiro a 27 de junho de 1822 (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.3). O desmembramento das Secretarias de Estado dos Negócios do Reino e da Justiça e Eclesiásticos, aprovado pelas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa em 18 de agosto de 1821, ocorreria no Reino do Brasil apenas pelo decreto de 03 de julho de 1822: Caetano Pinto de Miranda Montenegro foi seu primeiro titular. Sobre os interesses político-mercantis que nortearam a nomeação de novos ministros e secretários de Estado pelo príncipe regente dom Pedro em janeiro de 1821, poucos dias após o “Fico” (9 de janeiro de 1822) e do pedido de demissão do General Jorge de Avilez ver OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), p.182-183, 350-351, notas 214 e 215; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.159-163.

⁶⁷⁷ Sobre a recusa de Vasconcelos para o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça ver a narrativa do reverendo inglês Robert Walsh, na qual descreve a visita por ele feita ao deputado mineiro em sua residência de Ouro Preto no final de 1828 (WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1985, p.108-109; reiterada por SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império – Volume V – Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988 (1ª edição: *Bernardo Pereira da Veiga e seu tempo*, 1937), p.68).

⁶⁷⁸ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 56, de 18 de junho de 1828, p.230.

⁶⁷⁹ Em 25 de setembro de 1828, com o retorno de Miguel Calmon du Pin e Almeida ao ministério dos Negócios da Fazenda e a transferência de Batista Pereira para o da Justiça (substituído, em 22 de novembro do mesmo ano, por Teixeira de Gouveia – que, desse modo, retornava ao *ministério* por ele

brasileiros em decorrência do disposto no artigo 6, §4 da Carta de 1824.⁶⁸⁰ Ou seja, apesar de, nesse momento, a questão da nacionalidade não estar plenamente delimitada⁶⁸¹ verifica-se nos discursos parlamentares a instrumentalização desse fato para o questionamento da adesão do imperador à causa do Brasil: ao mesmo tempo em que dom Miguel decretava a dissolução das Cortes, desprezava a Carta de 1826 e era aclamado rei absoluto de Portugal, dom Pedro I indicava uma maior aproximação dos interesses dos liberais portugueses.⁶⁸² Esses acontecimentos, agravados pela delicada situação das finanças do império e aliados à assinatura da Convenção Preliminar de Paz com a República das Províncias Unidas do Rio de Prata⁶⁸³ não apenas contribuiriam para o aumento da antipatia da opinião pública em relação ao Governo e, inclusive, ao

abandonado meses antes) passou-se a ter dois brasileiros natos até 04 de dezembro de 1829, quando nova reforma ministerial alteraria a composição de todo o ministério.

⁶⁸⁰ Contudo, não se deve exagerar a importância de ter ou não nascido no Brasil ou em Portugal neste momento de formação do Império do Brasil. Sobre a gênese da xenofobia e do antilusitanismo no Primeiro Reinado, que conduziram a discussão de leis como a de 15 de dezembro de 1830, na qual se proibiu “em todas as Províncias do Império a despesa com a colonização estrangeira”, e do posicionamento “antilusitano” da imprensa liberal antes da abdicação de dom Pedro I, ver Gladys Sabina Ribeiro. Conforme sublinha a autora, “ser português” e “ser brasileiro” eram construções políticas e, num primeiro momento, todos os que não protestaram foram naturalizados pela constituição política de 1824. Nesse sentido, sua análise da questão do antilusitanismo no mercado de trabalho na Corte, em relação ao qual afirma: “Certamente, o mercado de trabalho era um espaço de antilusitanismo e ajudava constantemente a demarcar e a redefinir quem era “português” ou “brasileiro” em termos concretos da experiência vivida. (...) os números apontam para uma forte concorrência no mercado de trabalho, sobretudo entre a população livre “de cor” e os imigrantes portugueses” (RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, FAPERJ, 2002 (Tese de doutorado em História Social – Unicamp, 1997). p.168 e 181),

⁶⁸¹ Nesse sentido ver as obras de Gladys Sabina Ribeiro (RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, FAPERJ, 2002 (Tese de doutorado em História Social – Unicamp, 1997), p.243-244) e de Ilmas R. de Mattos.

⁶⁸² Sobre o desenrolar dos acontecimentos em Portugal, após o falecimento de dom João VI, ver SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), em especial Tomo II, capítulos XXI e XXII, referentes aos temas discutidos entre 1828 e 1829.

⁶⁸³ A Convenção Preliminar de Paz com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata foi assinada pelos ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império e interino da Justiça (José Clemente Pereira), Estrangeiros (marquês de Aracati) e da Guerra (Joaquim Oliveira Álvares) no dia 27 de agosto de 1828, e ratificado pela Carta de Lei de 30 de agosto do mesmo ano (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, parte segunda – atos do poder executivo, p.121-132). A notícia de sua ratificação pela República das Províncias Unidas do Rio de Prata, no dia 04 de outubro do mesmo ano, chegou ao Rio de Janeiro no dia 23 do mesmo mês e noticiada pelo *Diário Fluminense* volume 12, número 98, de 25 de outubro de 1828, p.391 e o texto completo da convenção preliminar do Tratado de Paz publicada na edição seguinte (*Diário Fluminense* volume 12, número 99, de 27 de outubro de 1828, p.395-397).

próprio imperador, como também possibilitava um posicionamento mais eficaz dos deputados em relação à responsabilidade dos ministros e secretários de Estado.⁶⁸⁴

José Clemente Pereira⁶⁸⁵, brasileiro (nos termos do artigo 6, §4 da Carta de 1824) estabelecido na Praia Grande (atual Niterói), mas ligado aos comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro, participou ativamente dos acontecimentos de 1821 e 1822 que levaram à emancipação política do Reino do Brasil e à aclamação de dom Pedro I como defensor perpétuo e imperador do novo Estado que surgia da América portuguesa. Era juiz-de-fora e presidente da Câmara da cidade do Rio de Janeiro quando, em virtude de atritos com José Bonifácio, foi exilado e não pode participar da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823.⁶⁸⁶ Retornou ao

⁶⁸⁴ Todos esses elementos conduziram ao antilusitanismo dos anos 1830, objeto de análise de Gladys Sabina Ribeiro (RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, FAPERJ, 2002 (Tese de doutorado em História Social – Unicamp, 1997). Sobre a influência do denominado *gabinete português* nas decisões tomadas pelo imperador ver PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. 2007, 170f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2007.

⁶⁸⁵ José Clemente Pereira nasceu em Castelo-Mendo, Portugal, a 17 de fevereiro de 1787, e faleceu no Rio de Janeiro, a 10 de março de 1854. Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra (1809). Chegou ao Brasil em 1815, onde passou a exercer a advocacia. Exerceu o cargo de juiz-de-fora (e presidente da Câmara Municipal) da recém-criada Vila Real da Praia Grande (1819-1821) e do Rio de Janeiro (maio de 1821-1822). Foi exilado em 1822 juntamente com Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e o Padre Antônio João Lessa. Retornou do exílio em 1823 e foi absolvido das acusações que lhe foram imputadas no ano anterior. Foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro para as duas primeiras legislaturas. Acusado perante o Senado de “usurpação das atribuições conferidas ao Poder Legislativo, e de dissipação dos bens públicos”, foi absolvido na sessão do dia 09 de junho de 1832. Passado estes anos conturbados, José Clemente Pereira em breve retornaria à política e desempenharia papel de destaque durante o final da Regência e no Segundo Reinado. Foi sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Voltou à Câmara dos Deputados como representante da província do Rio de Janeiro, para a Quarta e Quinta Legislaturas (1838-1841; 1843-1844) e em 1843 foi nomeado senador pela província do Pará.

Para José Honório Rodrigues, Clemente Pereira era um “oportunista sem convicções” que “não inspirava confiança entre os brasileiros, protegia os portugueses e flutuava constantemente de opinião”. Para esse historiador, Clemente Pereira fora absolutista e ultraconservador de forma que serviu “com dedicação ao absolutismo dominante de 1823 a 1831, quando d. Pedro fez o que quis”. Ao mesmo tempo em que se uniu aos liberais após 1823, manteve suas ligações com os portugueses da praça do Rio de Janeiro, os quais defendiam um poder forte para o imperador.

⁶⁸⁶ Sobre a participação de Clemente Pereira, juiz de fora e presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, no processo de independência, nos acontecimentos que levaram à emancipação política do Reino do Brasil e à aclamação de dom Pedro I como imperador ver OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), em especial capítulo III, no qual a autora analisa os principais representantes do grupo liberal articulado em torno das manifestações de fevereiro de 1821 e dos periódicos *Revêrbero Constitucional Fluminense* e *Correio do Rio de Janeiro* – o grupo de Ledo: Joaquim Gonçalves Ledo, Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, os irmãos Silva Porto (João Alves e Manuel Joaquim), Januário da Cunha Barbosa, Manuel dos Santos Portugal e José Clemente Pereira; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em

Brasil em 20 de agosto do ano seguinte e, depois da queda dos irmãos Andrada, foi reabilitado pelo monarca que, inclusive, condecorou-lhe dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro (17 de fevereiro de 1824). Promulgada a Carta Constitucional em 1824, foi escolhido deputado pela província do Rio de Janeiro, para a Primeira Legislatura.⁶⁸⁷ Cumpre-se notar que sua reaproximação do imperador lhe proporcionou uma série de nomeações que antecederam a nomeação para o cargo de ministro e secretário de Estado, como uma forma de retribuição pela fidelidade demonstrada ante o monarca. No decorrer de 1827, foi agraciado através da nomeação para diversos cargos públicos: desembargador da Relação da Bahia (posse em janeiro), intendente geral da polícia (decreto de 25 de agosto de 1827, posse em novembro⁶⁸⁸) e desembargador da Casa de

História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

No que se refere à defesa dos projetos de código criminal e de código comercial empreendida por José Clemente Pereira, ver MACÁRIO, Mariana Pedron. *José Clemente Pereira e o debate jurídicodo Império: 1830-1850*. 2011, 90p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011. E em relação a todo o percurso de Clemente Pereira, em especial ao que se sucedeu ao período da independência, ver PORTO-ALGRE, Manuel de Araújo. *Discurso sobre José Clemente Pereira*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: tomo XVII, 3ª série, 1854, p.710-730. SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres* – volume I: os contemporâneos. Brasília: Senado Federal, 1999 [1ª edição:1859-1860], p.39-46; CARVALHO, José Vilhena de. *José Clemente Pereira: baluarte da Independência e do progresso do Brasil: vida e obra*. Rio de Janeiro: J.V.Carvalho, 2002. Cumpre-se notar apenas que S. A. Sisson e Manuel de Araújo Porto-Alegre privilegiaram em suas biografias a participação de seu biografado na independência brasileira e no Segundo Reinado. Contudo, os contratempos por ele enfrentados desde seu exílio em 1822 até absolvição da acusação contra ele formulada pelos deputados junto ao Senado, na sessão do dia 09 de junho de 1832, não foram objeto do devido cuidado pelos autores que se dedicaram a sua biografia.

⁶⁸⁷ CARVALHO, José Vilhena de. *José Clemente Pereira: baluarte da Independência e do progresso do Brasil: vida e obra*. Rio de Janeiro: J.V.Carvalho, 2002, p.91-96.

⁶⁸⁸ Durante o período em que exerceu o cargo de intendente geral da Polícia da Corte, de novembro de 1827 a junho de 1828, tramitava na Câmara dos Deputados o projeto de lei sobre a extinção deste cargo criado pelo alvará de 10 de maio de 1808 (*Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brasil desde 1808 até 1831 inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas*, coligidas pelo. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., s.d., tomo primeiro, p.15), nos moldes de seu similar português, e montado por Paulo Fernandes Viana, o primeiro intendente geral de polícia (de 1808 a 1821). Conforme sublinha Cecília Helena de Salles Oliveira: “As atribuições dessa autoridade eram múltiplas: patrulhar a cidade; impedir os “ajuntamentos” principalmente noturnos; controlar as vendas, casas de café, tavernas e casas de jogos; reprimir “motins”; prender ladrões e assassinos; coibir os contrabandos; empreender melhoramentos públicos e apagar incêndios, que eram comuns, pois as habitações mais modestas eram de madeira” (OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado defendida na FFLCH-USP em 1986), p.94-99). Sobre este cargo e a polícia no Primeiro Reinado ver artigo de Dilma Cabral, disponível em <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2736>. Acesso em: 18 de julho de 2016; e o texto de GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no império luso-brasileiro. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 707-752.

Suplicação (outubro, posse em 18 de dezembro). E, em 17 de outubro de 1829, foi agraciado no grau grande dignitário da Ordem da Rosa.⁶⁸⁹

Em relação aos demais ministros e secretários de Estado nomeados pelo imperador, os irmãos Miguel de Souza Melo e Alvim⁶⁹⁰ e Francisco Cordeiro da Silva Torres de Sousa Melo e Alvim⁶⁹¹, respectivamente para as pastas dos Negócios da Marinha⁶⁹² e da Guerra, bem como Joaquim de Oliveira Álvares⁶⁹³, que substituiu o

⁶⁸⁹ Sobre o período que Clemente Pereira atuou como ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império e interino da Guerra, além da historiografia dedicada à análise do Primeiro Reinado como um todo – desde a proclamação de dom Pedro I como imperador do Brasil até sua abdicação em 1831 –, ver ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013.

⁶⁹⁰ Miguel de Souza Melo e Alvim nasceu na Quinta da Olaia, em Ourém, Portugal, a 9 de março de 1784, e faleceu no Rio de Janeiro, a 8 de outubro de 1866. Filho do senhor dos morgados da Olaia, Cadaval e Painho. Chefe de esquadra da armada portuguesa. Logo após ser demitido do ministério, foi nomeado presidente da província de Santa Catarina, cargo no qual tomou posse no dia 14 de janeiro de 1830. Após a abdicação de dom Pedro I, no dia 22 de abril de 1831, quando a notícia chegou a Desterro, capital provincial, foi forçado a renunciar em favor do vice-presidente o comendador Francisco Luiz do Nascimento. Posteriormente, presidiria também a província de São Paulo, de 15 de julho de 1841 a 13 de janeiro de 1842.

Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 1ª legislatura (1835 — 1837), na 2ª legislatura (1838 — 1839), na 3ª legislatura (1840 — 1841), e na 4ª legislatura (1842 — 1843).

Foi condecorado com o hábito da Ordem de Avis (1812), cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1819), comendador da Imperial Ordem de São Bento de Avis (1828), dignitário da Imperial Ordem da Rosa (1829), grande-dignitário da Imperial Ordem da Rosa (1841) e comendador da Ordem da Torre e Espada (1850) (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: sexto volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1900, p.293-294).

⁶⁹¹ Francisco Cordeiro da Silva Torres de Sousa Melo e Alvim (visconde com grandeza de Jerumirim em 1854) nasceu em na Quinta da Olaia, Ourém, Portugal, a 24 de fevereiro de 1775, e faleceu no Rio de Janeiro, a 8 de maio de 1856. Filho do senhor dos morgados da Olaia, Cadaval e Painho. Formado em Matemáticas pelo Colégio dos Nobres de Lisboa, entrou para a marinha portuguesa em 1797. Engenheiro, professor na Academia Real Militar, onde lecionou por mais de vinte e cinco anos. Permaneceu no ministério por oito dias, sendo substituído no dia 24 de junho de 1828 por Joaquim de Oliveira Álvares. Dizia, em relação à sua rápida passagem pela Secretaria de Estado: *um cordeiro não serve para a guerra*. Foi o fundador e inspetor da Caixa de Amortização. Brasileiro nos termos do artigo 6º, §4, da Constituição Política do Império do Brasil, foi marechal de campo do exército, presidente perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria (da qual se originou o IHGB) e sócio-fundador do IHGB (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: segundo volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893, p.428-430; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.243-244).

⁶⁹² Com a nomeação de Miguel de Souza Melo e Alvim, o marquês de Aracati deixou de exercer interinamente o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, ao qual fora conduzido após o afastamento de Diogo Jorge de Brito, por “motivo de saúde”, no dia 30 de maio de 1828..

⁶⁹³ Joaquim de Oliveira Álvares nasceu na Ilha da Madeira, Portugal, a 19 de novembro de 1776, e faleceu em Paris, no ano de 1835. Bacharel em Matemáticas e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Tenente-general do exército com longa carreira militar tanto em solo europeu quanto americano. Durante as lutas pela Banda Oriental (1816-1818), atuou como oficial sob o comando do general Carlos Frederico Lecor e do tenente-general Joaquim Xavier Curado e se casou com a filha de um influente proprietário e comandante militar da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Manuel Marques de Souza. Em 1821, foi eleito deputado para a primeira Junta Provisória do Rio de Janeiro, criada através do decreto de 05 de junho e eleita no mesmo dia, a qual deveria verificar a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado nos termos do artigo 31 das *Bases da Constituição Política da Nação Portuguesa*. No ano da

segundo poucos dias depois de sua nomeação, eram militares de carreira brasileiros (nos termos do artigo 6, §4 da Carta de 1824), com longa experiência em suas respectivas armas. Sublinhe-se apenas que Oliveira Álvares retornava ao cargo anteriormente por ele ocupado no ano da independência, de 16 de janeiro a 27 de junho de 1822, ocasião em que foi demitido pelo então príncipe regente, provavelmente, em decorrência das manobras políticas articuladas por José Bonifácio, então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Brasil e Estrangeiros.⁶⁹⁴ Por fim, Batista Pereira, então deputado eleito pela província do Espírito Santo, era membro da comissão de fazenda da Câmara dos Deputados⁶⁹⁵ e, em algumas ocasiões, manifestara-se em defesa do Calmon (a quem substituiria na Secretaria de Estado) nas discussões travadas em plenário, inclusive, na ocorrida no dia anterior a sua nomeação. Nessa ocasião, entrou em discussão o parecer da comissão de fazenda sobre a não aplicação da lei de arrematação da metade dos

independência, apesar de *gravemente enfermo*, comandou as tropas locais na resistência às tropas portuguesas do general Jorge de Avilez, aquarteladas no Morro do Castelo, que pediam o cumprimento do decreto das Cortes de Lisboa e o retorno do príncipe regente à Portugal. Nomeado ministro e secretário dos Negócios da Guerra, no dia 16 de janeiro de 1822, permaneceu neste cargo até 27 de junho, quando foi substituído por Luís da Nóbrega de Souza Coutinho. Durante sua primeira passagem pela Secretaria de Estado foi que se impôs às tropas portuguesas, comandadas pelo general Jorge de Avilez, o retorno imediato à Portugal. Foi eleito deputado pela província do Rio Grande de São Pedro do Sul para a Segunda Legislatura. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: quarto volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1898, p.217-218; ROCHA, Artur Pinto da. *Centenário do Ministério de José Bonifácio (16 de janeiro de 1822)*. In: *O Ano da Independência*. p.80-84. GUIMARÃES, José Maria Moreira. *Centenário da Notificação do Príncipe D. Pedro ao General Jorge de Avilez Juzarte de Sousa Tavares (9 de fevereiro de 1822)*. In: *O Ano da Independência*. p.111-136; LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência. O Império Brasileiro (1821-1889)*. São Paulo, Rio: Companhia Melhoramentos, 1962 (1ª edição: 1921-1927), p.75-79; SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (1ª edição: 1952), Tomo I, p.228-233. OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado defendida na FFLCH-USP em 1986); BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁶⁹⁴ José Bonifácio, em carta escrita para o príncipe regente dom Pedro, datada de 31 de março de 1822, por ocasião de sua viagem à Minas Gerais, relata a *opinião pública mui pouco favorável* que Oliveira Álvares, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, adquirira perante a opinião pública. No entanto, como ressalta Vera Lúcia Nagib Bittencourt, enquanto o imperador viajava, José Bonifácio aproveitava para combater inimigos, ampliar alianças na Corte. Através da análise das cartas enviadas pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros ao príncipe regente, a autora mostra como foi articulada insatisfação de dom Pedro em relação à Oliveira Álvares, bem como sua demissão em junho de 1822 (BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.220-221, 247-250).

⁶⁹⁵ Composição da Comissão de Fazenda em junho de 1828: Silva Guimarães, Batista Pereira, Rezende Costa, Souza França, Vasconcelos, Ledo, Paula e Souza.

rendimentos da alfândega da Corte, promulgada no dia 25 de outubro de 1827⁶⁹⁶, por Calmon, então titular da pasta dos Negócios da Fazenda.⁶⁹⁷ Por esse parecer, aceitava-se a explicação dada pelo ministro e secretário de Estado para a suspensão da aplicação da lei⁶⁹⁸, o que implicava, a *contrario sensu*, a admissão de uma falha na redação da lei sancionada no ano anterior pelo imperador, após ter sido debatida em ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa. Frente à indignação de Vasconcelos, também membro da comissão, mas contrário aos termos do parecer, Batista Pereira elaborou a defesa do Governo, de modo a justificar a não aplicação da lei pelo mesmo. Em sentido oposto, para o deputado mineiro, ao invés de se elencar justificativas *pessoais* para a não aplicação da lei, os deputados deveriam enviar uma *recomendação* ao Governo, solicitando-lhe a *observância da lei*, o que significava a reiteração não apenas dos termos da lei de 25 de outubro de 1827, como também da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pela *falta de observância da lei*.⁶⁹⁹

⁶⁹⁶ Lei de 25 de Outubro de 1827: Manda arrematar metade dos direitos das Alfandegas do Império (*Coleção de Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, parte primeira – atos do poder legislativo, p.78-80).

⁶⁹⁷ Cumpre-se lembrar que o diploma de reeleição de Calmon para o cargo de deputado pela província da Bahia apenas foi apresentado na Câmara dos Deputados na sessão do dia 25 de junho de 1828, ou seja, após sua saída da Secretaria de Estado (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 25 de junho de 1828, p.197).

⁶⁹⁸ O parecer da comissão de fazenda foi elaborado a partir do ofício, datado do dia 05 de maio de 1828, enviado por Calmon à Câmara dos Deputados, no qual o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda expunha os motivos pelos quais não executou a lei de 25 de outubro de 1827 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 07 de maio de 1828, p.21).

⁶⁹⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1828, p.141.

Após a divergência entre Vasconcelos e Batista Pereira, ambos membros da comissão de fazenda, sobre a possibilidade ou não de o governo aplicar imediatamente a lei de 25 de outubro de 1827, adiou-se a discussão, a qual apenas seria retomada após a saída de Calmon da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Na sessão do dia 27 de junho de 1828, quando Calmon já tinha retornado à Câmara dos Deputados, foi retomada a discussão e, apesar do empenho de Custódio Dias, Vasconcelos, Holanda Cavalcanti e Xavier de Carvalho em sentido contrário, inclusive com a defesa da verificação da responsabilidade do ex-titular da pasta dos Negócios da Fazenda pela *falta de observância da lei* (nos termos da lei de 15 de outubro de 1827), o parecer da comissão de fazenda foi aprovado e mandado imprimir o projeto de resolução nele proposto, o qual, por sua vez, foi aprovado e enviado para a apreciação do Senado no início de setembro (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 27 de junho de 1828, p.216-220; tomo quarto, sessão do dia 03 de setembro de 1828). No Senado, o projeto de resolução aprovado pelos deputados foi lido na sessão do dia 20 de maio de 1829, mas não seria debatido até o final da Primeira Legislatura.

Cumpre-se notar que durante toda a discussão travada na sessão do dia 27 de junho de 1828, Calmon, ex-ministro e secretário de Estado, manteve-se praticamente em silêncio, apenas rompido quando, quase no término da discussão, expressou sua contrariedade em relação ao projeto de resolução proposto pela comissão de fazenda. Tal fato não passou despercebido do redator do periódico *A Aurora Fluminense* que, na edição do dia 02 de julho seguinte, teceu comentários jocosos sobre as dificuldades enfrentadas

Frente a essa nova composição do quadro de ministros e secretários de Estado, e diante de múltiplas denúncias vagas aos atos praticados pelos atuais e transatos titulares das diversas pastas ministeriais, na sessão do dia 21 de junho de 1828, durante a segunda discussão do projeto de lei sobre a uniformização do imposto de importação a quinze por cento para todas as nações⁷⁰⁰, Vasconcelos cobrou dos demais deputados a

por um deputado-(ex-)ministro em plenário e, em especial, sobre o silêncio mantido por Calmon durante toda a sessão do dia 27 de junho (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 62, de 02 de julho de 1828, p. 255).

⁷⁰⁰ O projeto original era de autoria de Holanda Cavalcanti, mas após passar pela comissão de Fazenda foi *emendado* através da proposição de um novo projeto que entrou em discussão e foi aprovado pelos deputados em 2ª discussão. A principal diferença entre o projeto elaborado por Holanda Cavalcanti e a *emenda* proposta pela comissão de Fazenda era a que no projeto do deputado pernambucano era previsto um imposto de importação mais elevado para alguns gêneros que podiam ser produzidos no Brasil, ao passo que no da comissão era igualado o imposto para todos os gêneros importados pelo Estado brasileiro. Verifica-se que, nessa discussão, os deputados da oposição questionavam não apenas a atribuição dos membros do Poder Executivo de firmar tratados internacionais – inclusive relacionados com o comércio, sem a consulta prévia ao Corpo Legislativo –, como também a usurpação por aquele poder de uma atribuição de iniciativa privativa da Câmara dos Deputados: a legislação tributária (artigo 36 da Carta de 1824).

Se, por um lado, o governo estava autorizado a firmar tratados internacionais, inclusive relacionados com o comércio, por outro, se os termos do tratado derrogassem a legislação interna, ele deveria ser objeto de análise pelo Corpo Legislativo (artigo 102, §8 da Carta de 1824).

Ora, nos recentes tratados de comércio, foram estabelecidas cláusulas que diminuía a alíquota do imposto de importação de 24% para 15% – o que claramente alterava a tributação para alguns Estados, mas sem prévia análise pela Assembleia Geral Legislativa. Em ambos os casos, se aceitas as interpretações elaboradas pelos deputados ao texto da Carta de 1824, tratavam-se de infrações cometidas pelos ministros e secretários de Estado no exercício de suas atribuições – por abuso de poder, ou por usurpação de atribuição conferido à Assembleia Geral Legislativa.

Desse modo, pela interpretação de alguns deputados da oposição, dentre os quais Holanda Cavalcanti, Vasconcelos e Lino Coutinho, dentre outros, o texto constitucional ao afirmar “depois de concluídos” se referia a um momento imediatamente posterior a assinatura (e anterior à ratificação), no qual o tratado, antes de ser ratificado, deveria ser apresentado para a aprovação / apreciação pelo Corpo Legislativo. Neste sentido, os discursos proferidos por estes deputados, durante a discussão a resposta à fala do trono, em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, sessão do dia 16 de maio de 1828, p.87-88). Contudo, outros deputados entendiam que o governo seria obrigado a submeter os tratados concluídos à apreciação da Câmara dos Deputados, sempre que neles houvesse alguma disposição tributária, na medida em que se tratava de matéria de iniciativa privativa desta casa. Neste sentido, Cunha Matos que propunha a seguinte interpretação dos dois artigos constitucionais: “Se os tratados tem força de lei não pode o governo concluí-los e ratificá-los sem consentimento do poder legislativo; mas se eles forem da natureza dos que não tem força de lei, pode o governo concluí-los e ratifica-los, sem preceder conhecimento da assembleia geral” *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1828, p.174)

Cumpr-se ressaltar que o marquês de Aracati – responsável pela assinatura de alguns dos tratados questionados pelos deputados – foi o único ministro e secretário de Estado mantido pelo imperador na reforma ministerial de junho de 1828, o que significava a satisfação do monarca com sua atuação à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, apesar das inúmeras críticas dos deputados à sua gestão. Desse modo, de forma eloquente, Cunha Matos provocava a reação de seus pares na Câmara dos Deputados, diante das cláusulas contidas nos tratados de comércio ao proclamar: “E não devemos nós todos lamentar os misérrimos tratados feitos pelo ministério transacto? Não devemos lamentar que o atual ministro dos negócios estrangeiros, que tão decisivas provas tem dado da sua constitucionalidade, referendasse o absurdo tratado com a Prússia, e lhe acrescentasse um artigo adicional, se não odioso, ao menos tão impolítico como os dos seus antecessores?” E complementava o militar deputado pela província de Goiás: “quando circunstâncias políticas exigirem alterações nas leis, proponha-se o negócio

formalização de pelo menos uma denúncia em face dos ministros e secretários de Estado até o final da sessão anual legislativa de 1828, disposto a executar o disposto na lei da responsabilidade aprovada no ano anterior. Às vésperas da realização das eleições para a Segunda Legislatura, o deputado mineiro proclamava a importância desse ato perante a opinião pública:

O que eu entendo é que deveríamos intentar a acusação de tudo quanto aqui temos falado já desde o ano passado; bem sei que é em razão dos muitos negócios que nos tem ocupado, e mesmo por outros motivos que se não tem feito; mas não devemos este ano deixar esta casa, sem que ao menos decretemos uma acusação formalmente. Os delitos já são muitos e se vão multiplicando, é preciso mostrarmos que a lei da responsabilidade não é letra morta, mas que tem todo o vigor: e que esses inimigos do Brasil que tem trabalhado para destruir a sua liberdade hão de ser punidos. Se não damos este passo de que depende nossa reputação, necessariamente haveremos de perdê-la. Estabelecamos firmes esta regra – ou nós ou eles –, quero dizer – ou a constituição ou eles. – *Triunfe a constituição ou acabe-se com ela*. Sim, senhores, principiemos a mostrar que a forma do governo do Brasil não podia tolerar tantos erros, tantos crimes, tantos atentados!!... Tratemos de acusá-los (...) Isso é da maior urgência, Sr. presidente; o sangue brasileiro tem corrido, e os inimigos da pátria passeiam ufanos pelas ruas da corte. Se não temos forças, abandonemos nossos lugares; mas abandonemo-los com honra. (grifos meus)⁷⁰¹

Ao assim se posicionar, Vasconcelos por um lado, reiterava a relação existente entre constituição e responsabilidade, inúmeras vezes proclamada em plenário pelos deputados, durante as discussões sobre a necessidade e a urgência de se regulamentar os dispositivos constitucionais relacionados a essa matéria, conforme analisado no capítulo anterior. Ao proclamar *triunfe a constituição ou acabe-se com ela*, o deputado mineiro

à assembleia geral que é tão interessada como o governo na prosperidade do império do Brasil. Mas fazer o governo sem conhecimento dela, tratados que importam derrogação de leis e diminuição de direitos, isso nunca! Na Inglaterra não se diminuem os direitos sem preceder um ato do parlamento, e no Brasil não se devem diminuir os direitos por um tratado sem consentimento da assembleia geral” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1828, p.174).

⁷⁰¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1828, p.173.

Posteriormente, durante a mesma discussão, Paula e Souza adotaria, retoricamente, a argumentação de Vasconcelos e defenderia a mesma ideia: “Suponhamos que o governo obra por ignorância, é desculpável; mas se obra de má-fé, então, ou deveríamos deixar a causa pública, ou tentarmos a acusação do ministério que tanto violou a constituição do império” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 21 de junho de 1828, p.176)

resgatava seu lema de trabalho no início da Primeira Legislatura, *sem lei de responsabilidade não há constituição*, porventura esquecido e/ou relegado a segundo plano diante das inúmeras questões que diuturnamente eram apresentadas e submetidas à deliberação em plenário.⁷⁰² Por outro, alertava os deputados da oposição sobre o julgamento a que seriam em breve submetidos pela opinião pública através do exercício do direito ao voto. Se nada fizessem no tocante à efetiva verificação da responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, poderiam perder não apenas o apoio daqueles que neles depositaram sua confiança, mas também a oportunidade de fazer valer o disposto no texto constitucional e demais leis elaboradas pelo Corpo Legislativo desde o início da Primeira Legislatura. Em todos os deputados, havia pelo menos a sensação de estar diante da construção de um novo sistema de governo, o qual não tinha propriamente um modelo a ser seguido. De suas ações e omissões dependeria o sucesso ou o fracasso de todo o esforço empreendido até aquele momento: *Se não temos forças, abandonemos nossos lugares; mas abandonemo-los com honra*. Ninguém queria ser novamente surpreendido pela dissolução do Corpo Legislativo, mas também ninguém queria ser julgado pelos pósteros como inimigo da constituição por não haver se empenhado pela consolidação do sistema constitucional nela proposto.

Contudo, ao mesmo tempo em que os deputados da oposição cobravam de seus pares um posicionamento firme no que se refere à apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado atuais e transatos por eventuais infrações, ao disposto nos textos legais, por eles cometidas, nos termos da lei da responsabilidade; os elogios se multiplicavam, tanto em plenário⁷⁰³, quanto na imprensa liberal, às ações praticadas por aqueles nomeados pelo imperador desde a reforma de novembro de 1827. Se, a princípio, vislumbrava-se nessa data o início do percurso verdadeiramente constitucional do país, frente a um Governo que no passado recente relutara em trilhar pelo caminho proclamado através da Carta de 1824; a partir das nomeações ministeriais de junho de 1828, os elogios feitos aos ex-ministros e secretários de Estado reeleitos deputados, passaram a ter, muitas vezes, o objetivo de se criticar as substituições

⁷⁰² Sobre a defesa empreendida por Vasconcelos da necessidade e da urgência de se elaborar, em primeiro lugar, a lei da responsabilidade, de modo a regulamentar os dispositivos constitucionais relacionados à matéria, ver o capítulo segundo desta tese.

⁷⁰³ Neste sentido, o elogio de Cunha Matos aos novos ministros e secretários de Estado nomeados em novembro de 1827 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 12 de julho de 1828, p.102).

realizadas por dom Pedro I após a Revolta dos Batalhões Estrangeiros. Desse modo, verifica-se certa ambiguidade nos *elogios* feitos em relação aos novos titulares nomeados em junho de 1828, na medida em que se referiam, sobretudo, ao esforço, por eles empreendido, de dar publicidade aos atos ministeriais. Nesse sentido, para o jornal *A Aurora Fluminense*, tratava-se de uma *conduta da Administração* digna de receber os *louvores dos verdadeiros Constitucionais; pois nós não conhecemos outro meio de se emendarem enraizados abusos, e de marchar bem o sistema, se não luz, e muita luz*. E, concluía o periodista, *um ministério, que não recusa expor ao dia os seus atos, dá de si uma ideia favorável; pois o crime busca as trevas, para esconder os seus passos*.⁷⁰⁴ Assim, é provável que a imprensa buscasse não propriamente demonstrar apoio aos novos ministros e secretários de Estado nomeados por dom Pedro I, mas incentivar os altos dignitários do Governo a tornarem públicos todos os seus atos de modo a produzir as provas que poderiam ser, posteriormente, contra eles utilizadas. Tratava-se, portanto, muito mais de um artifício retórico para a obtenção de provas do que um ingênuo reconhecimento do empenho do monarca em consolidar o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo por ele proclamado através da Carta de 1824. Cumpre-se notar que a formalização de denúncias em face dos ministros e secretários de Estado dos Negócios da Justiça, da Guerra e do Império somente foram possíveis porque os atos ministeriais questionados pelos deputados foram publicados através da imprensa ministerial logo após terem sido praticados, conforme exposto no próximo capítulo. Caso contrário, seria muito difícil reunir os documentos necessários à formalização de uma denúncia na Câmara dos Deputados, seguida por um decreto acusatório diante do Senado.

A partir de julho de 1828, verificou-se o acirramento dos ânimos tanto dos deputados quanto da imprensa oposicionista. Se por um lado, o Governo se fortaleceu com a presença em plenário de três deputados-(ex-)ministros – Teixeira de Gouveia, Araújo Lima e Calmon –, e dessa forma obteve, na sessão do dia 03 de julho de 1828, a eleição (após o questionamento do resultado obtido por alguns deputados oposicionistas presentes na votação) do arcebispo da Bahia⁷⁰⁵ e de Teixeira de Gouveia, para

⁷⁰⁴ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 66, de 11 de julho de 1828, p.271.

⁷⁰⁵ Dom Romualdo de Seixas (conde em 1858 e depois marquês de Santa Cruz em 1860) nasceu em Camutá, Pará a 07 de fevereiro de 1787; e faleceu em Salvador, a 29 de dezembro de 1860. Sobrinho do oitavo bispo do Pará, dom Romualdo de Souza Coelho, aos 18 anos de idade concluiu seus estudos na congregação do Oratório em Lisboa e retornou à sua capitania natal. Vigário capitular do bispado e presidente da Junta Provisória do Grão-Pará, foi eleito deputado por esta capitania para as Cortes Gerais e

ocuparem, respectivamente, a presidência e a vice-presidência da Câmara dos Deputados, no lugar de Costa Carvalho e Almeida e Albuquerque, titulares desses cargos desde o início da sessão daquele ano.⁷⁰⁶ Por outro, os deputados da oposição reafirmaram, a partir desse momento com maior contundência, a importância de se aplicar efetivamente a lei da responsabilidade promulgada no ano anterior, pois era fundamental para a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário representativo constitucional proclamado pela Carta de 1824.

3.5 – Três ex-ministros em plenário – questão do crédito suplementar.

Em relação aos ex-ministros que, reeleitos deputados, voltaram à Câmara dos Deputados, deve-se refletir em que medida eles atuaram em defesa do Governo e, sobretudo, quais os resultados práticos, os ganhos efetivos de sua atuação em plenário. Ou seja, leis contrárias aos interesses do Governo deixaram de ser aprovadas? Retardou-se a aplicação da lei da responsabilidade aos ministros e secretários de Estado e aos conselheiros de Estado? Fortaleceu-se o grupo de deputados apoiadores do Governo? Esse fortalecimento resultou em uma proteção efetiva aos ministros e secretários de Estado frente aos questionamentos formulados diuturnamente pelos deputados? Qual o impacto e o significado da eleição dos deputados-ex-ministros de Estado, Teixeira de Gouveia e de Araújo Lima, respectivamente, para a vice-presidência – em 1828–, e para

Extraordinárias da Nação Portuguesa. Foi deputado por sua província natal na Primeira Legislatura. Seu nome apenas deixou de integrar a lista tríplice para o Senado em virtude de não possuir a idade mínima exigida pela Carta de 1824. Foi nomeado arcebispo da Bahia por decreto de 12 de outubro de 1826 (confirmado pela bula papal de 30 de maio de 1827, sendo realizada sua sagração na Província do Rio de Janeiro a 28 de outubro deste mesmo ano). Tomou posse do cargo por procuração a 31 de janeiro de 1828, e a 26 de novembro do mesmo ano deu sua entrada na Província da Bahia. Deixou ampla obra impressa (SANTA CRUZ, D. Romualdo Antônio de Seixas, marquês de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861; SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres* – volume I: os contemporâneos. Brasília: Senado Federal, 1999 [1ª edição:1859-1860], p.297-312; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: sétimo volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, p.154-159; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.414-415.

⁷⁰⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 03 de julho de 1828, p.34-37. Sublinhe-se que, de acordo com a relação dos deputados ausentes – com causa motivada – desta sessão, publicada no *Diário Fluminense* de 05 de setembro de 1828 (p.221), encontravam-se elencados alguns dos principais opositores do governo, os quais, provavelmente, recusaram-se a participar de uma escolha, cujo resultado, já se encontrava decidido antes mesmo de sua realização. Cumpre-se notar que a sessão foi presidida pelo então vice-presidente da Câmara dos Deputados, Almeida e Albuquerque, cuja nomeação para o Senado foi comunicada nesta mesma sessão, pouco antes de seu encerramento (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 03 de julho de 1828, p.42). Além do então presidente Costa Carvalho, não participaram desta sessão, Vasconcelos, Lino Coutinho e Holanda Cavalcanti e Paula Cavalcanti.

a presidência – em 1829 –, da Câmara dos Deputados? Sublinhe-se que, pouco mais de dois meses após o encerramento dos trabalhos legislativos de 1828, Teixeira de Gouveia seria novamente nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça (no dia 22 de novembro de 1828, nele permanecendo até dezembro do ano seguinte⁷⁰⁷) e apresentaria seu diploma de reeleição pela província de Minas Gerais na sessão do dia 04 de maio de 1829 – na mesma sessão em que Araújo Lima (ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império) voltou à presidência da Câmara dos Deputados.⁷⁰⁸

Ao passo que a presença de deputados nas Secretarias de Estado impactou aparentemente de forma positiva, nas primeiras sessões diárias ordinárias de 1828, a reforma ministerial realizada em junho de 1828, no dia-a-dia parlamentar, acirrou a oposição ao Governo de modo a, num primeiro momento, suscitar inclusive manifestações de apoio aos ministros e secretários de Estado recém-demitidos, inclusive pelo fato de não serem claros os motivos que levaram dom Pedro I a tomar essa decisão. Afirmar que tudo estava relacionado com o conturbado desenlace da *Revolta dos Batalhões Estrangeiros*, era desconsiderar o fato de que, provavelmente, a decepção do imperador com os ministros e secretários de Estado, nomeados em novembro de 1827, antecedia em muito ao episódio escolhido para fundamentar o ato por ele praticado no exercício do Poder Moderador. Ressalte-se que, apenas Teixeira de Gouveia – nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça em novembro de 1827 – retornara à Câmara dos Deputados durante o período em que estivera à frente da Secretaria de Estado para a qual fora nomeado. E, os diplomas de reeleição de Araújo Lima e de Calmon somente foram apresentados à comissão de poderes da Câmara dos Deputados na sessão do dia 25 de junho de 1828, ou seja, dez dias após serem demitidos (ou terem seus pedidos de demissão aceitos) pelo imperador.⁷⁰⁹

⁷⁰⁷ JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.21.

⁷⁰⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 04 de maio de 1829, p.9.

⁷⁰⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 25 de junho de 1828, p.196-197. Com a reforma ministerial de junho de 1828 e o retorno de Araújo Lima e de Calmon à Câmara dos Deputados, em virtude de terem sido reeleitos, nos termos do artigo 29 da Carta de 1824, surgiu uma nova situação a ser objeto de reflexão pelos deputados: a presença em plenário não apenas de ministros e secretários de Estado como também de ex-titulares destes cargos. Aos primeiros fora decidido que não poderiam integrar as comissões internas, mas como proceder com aqueles que deixaram de ocupar o cargo de ministro de Estado?

Na mesma sessão em que os diplomas de reeleição de Araújo Lima e Calmon foram aprovados pela comissão de poderes da Câmara dos Deputados, Paula e Souza alertou os demais deputados sobre o perigo do desgaste moral da câmara temporária, se denúncias vagas aos ministros e secretários de Estado continuassem a ser feitas, sem as provas necessárias para a formalização de uma denúncia nos termos da lei da responsabilidade. Para o deputado paulista, os parlamentares deveriam exercer o direito que lhes competia, enquanto representantes da nação, de lembrar aos ministros e secretários de Estado sobre eventuais infrações, ao disposto no texto legal, cometidas por seus subalternos, de modo a esses tomarem as providências cabíveis. De acordo com o parlamentar:

(...) é este direito da essência do governo representativo, é de mais a mais direito nosso adquirido, de que estamos de posse desde a primeira sessão, e se faltar este direito adeus câmara de deputados, adeus garantias individuais, porque encetar-se uma acusação de ministros é coisa muito difícil, alguns Srs. deputados cuidam que é coisa muito fácil e a cada passo falam em acusações de ministros; eu nunca direi aqui que se acuse o ministro, sem provas convincentes, porque conheço que falando-se diariamente em acusações até os ministros perdem o respeito à câmara dos deputados, visto que lhe é muito fácil o subterfúgio. Quantas vezes a câmara inglesa tem acusado os ministros? Bem poucas, porque? Porque o ministério tem grandes meios de subtrair-se a qualquer acusação, logo o meio mais fácil e de que se deve lançar mão, é lembrar ao ministério que faça responsabilizar os seus subalternos.⁷¹⁰

Tratava-se de discussão acerca do requerimento formulado por Castro e Silva no qual solicitava, em nome pessoal, o envio de uma recomendação ao Governo para que punisse Conrado Jacob Niemeyer, recentemente afastado do comando das armas do Ceará, pelos abusos cometidos nessa província. A princípio, contra o pedido formulado pelo deputado cearense, posicionaram-se Holanda Cavalcanti, Lino Coutinho, Cunha Matos, todos com o mesmo argumento: *a câmara acusa ministros e não indivíduos*. Ou seja, se fosse reelaborado o pedido, transformando-o em uma denúncia da responsabilidade do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra pela não adoção das providências cabíveis para a punição de seu subalterno à frente das Armas na província do Ceará, todos estariam de acordo; caso contrário, deveria o deputado

⁷¹⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 25 de junho de 1828, p.195.

cearense procurar o tribunal competente para analisar o caso em questão. Frente a essa argumentação, pela qual se advertia os parlamentares por articularem diversas denúncias vagas em face do ex-titular da pasta dos Negócios da Guerra – João Vieira de Carvalho, então conde de Lajes –, que Paula e Souza os alertou sobre o perigo de se adotar essa conduta sem conotações práticas, mas puramente retóricas. Para o deputado paulista, o requerimento formulado por Castro e Silva deveria ser analisado pela Câmara dos Deputados para a verificação da eventual responsabilidade do Governo na manutenção de um empregado em seu cargo, apesar das inúmeras denúncias de infrações à Lei por ele cometidas. No entanto, frente a um relato de abusos cometidos por um empregado público, como era o caso do comandante das armas do Ceará, devia a Câmara lembrar ao atual ministro e secretário de Estado seu dever de aplicar a lei, sob pena de ter dobrada responsabilidade. E, em fundamentação a essa interpretação, Paula e Souza citava, dentre outros, o exemplo britânico no qual a Câmara dos Comuns *vai em pessoa pedir ao monarca a demissão de qualquer ministro*.⁷¹¹

Após esclarecidas as questões supramencionadas, reelaborado o requerimento de Castro e Silva, nos termos propostos por Paula e Souza e Souza França, ele foi aprovado e enviado ao Governo.⁷¹² Ou seja, no momento em que os ex-ministros e secretários de Estado, reeleitos, retornavam ao Corpo Legislativo⁷¹³, os deputados da oposição

⁷¹¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 25 de junho de 1828, p.195.

⁷¹² Em diversos momentos, no decorrer da sessão legislativa anual de 1828, foram discutidas questões relacionadas aos abusos cometidos por Conrado Jacob Niemeyer no período em que exerceu o cargo de comandante das armas da província do Ceará, sobretudo, as cometidas durante as eleições para o preenchimento da vaga de senador por aquela província, em virtude da recusa do Padre Domingos da Mota Teixeira (vigário do Icó) em assumir o cargo para o qual foi nomeado por dom Pedro I pelo decreto de 22 de janeiro de 1826. Neste sentido ver *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 30 de junho de 1828, p.231-232.

Cumpr-se notar que, mesmo após o afastamento de Conrado Jacob Niemeyer do comando das Armas da província do Ceará, a situação política desta continuou complicada em virtude de o novo comandante militar, o deputado Queiroz Carreira, na opinião da imprensa e dos deputados da oposição, ter sido enviado com o objetivo de influenciar nas eleições para a Segunda Legislatura (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 107, de 22 de outubro de 1828, p.447, número 109, de 27 de outubro de 1828, p.456; número 135, de 31 de dezembro de 1828, p.558-559).

Sobre as eleições na província do Ceará, para a escolha do substituto do Padre Domingos da Mota Teixeira ver *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 67, de 14 de julho de 1828; ABREU, Júlio. *O padre Domingos da Mota Teixeira e a Vigaria do Icó*. In Revista do Instituto do Ceará, 1954, p.143-148. PINTO, José Marcelo. *Eleição de senador na vaga do padre Domingos da Mota Teixeira*. In: Revista do Instituto do Ceará, p.156-160.

⁷¹³ Ao passo que Teixeira de Gouveia, cujo diploma de reeleição fora apresentado no início da sessão anual legislativa de 1828, participava ativamente da discussão do texto da resposta à fala do trono, muitas vezes em uníssono com os deputados da oposição; Araújo Lima e Calmon, apenas retornariam à Câmara

empreendiam uma autocrítica do que tinha sido realizado até aquele momento e refletiam sobre a estratégia por eles traçada, desde o início da Primeira Legislatura, para a construção de um papel possível e viável a ser desempenhado pelo imperador à frente dos Poderes Moderador e Executivo, de modo a consolidar o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela *Constituição Política do Império do Brasil*, reafirmando-a.

A situação se agravaria, contudo, a partir do momento em que Teixeira de Gouveia, na sessão do dia 17 de julho de 1828 (após deixar de ser titular da pasta dos Negócios da Justiça⁷¹⁴), se apropriou do argumento de Paula e Souza, acima exposto, para articular a defesa dos ministros e secretários de Estado. Para aquele deputado-ex-ministro, se fosse constatado que os titulares atuais e/ou transatos das diversas secretarias de Estado tinham cometido alguma infração elencada na lei da responsabilidade, caberia aos demais representantes da Nação iniciarem o devido processo legal de modo a formalmente denunciá-los nos termos da lei; caso contrário, deveriam evitar fazer imputações vagas. De acordo com o deputado mineiro, em resposta ao discurso proferido por Vasconcelos, em defesa da imediata verificação da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado envolvidos com a celebração de tratados internacionais com cláusula de redução de direitos de importação:

(...) dizem outros senhores, que [o projeto de lei sobre a redução e uniformização dos direitos de importação em quinze por cento] é para que o governo não continue a violar a constituição do estado; mas o corpo legislativo tem outros meios à sua disposição, acuse os ministros, que é o que lhes compete e deixemo-nos de rodeios. Sejamos francos para com o governo e para com a nação. Se se entende que o governo abusou, neste caso então a lei devia ser concebida nestes termos – o governo não pode continuar a reduzir os direitos – e não dizer – o governo fica autorizado, etc. (...) é preciso que o corpo legislativo fale, não com rodeios, mas formalmente.⁷¹⁵

dos Deputados, em junho do mesmo ano, de modo a intensificar, ainda mais, nas sessões diárias seguintes, os confrontos entre os deputados da oposição e o Governo.

⁷¹⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 19 de junho de 1828, p.157.

⁷¹⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 17 de julho de 1828, p.133.

Discutia-se, nessa sessão, o projeto de lei sobre a redução e uniformização dos direitos de importação a quinze por cento⁷¹⁶, matéria que, de acordo com o texto constitucional era de iniciativa privativa da Câmara dos Deputados. No entanto, através dessa discussão, denunciava-se – ainda que não formalmente – a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pela usurpação de atribuição de legislar reservada privativamente ao poder legislativo.⁷¹⁷ Ou seja, o Governo, ao autorizar a negociação e ratificação de tratados internacionais de comércio com cláusula de redução dos direitos de importação para alguns Estados não apenas infringia frontalmente o texto constitucional, como também usurpava uma atribuição constitucionalmente conferida ao Poder Legislativo.⁷¹⁸ Assim, Teixeira de Gouveia provocava os demais deputados a se posicionarem de maneira clara diante dessa questão e não apenas continuarem a fazer

⁷¹⁶ O projeto de lei original de redução dos direitos de importação, de autoria de Holanda Cavalcanti, limitava a medida às *potências americanas*. Coube à comissão de fazenda a defesa da emenda referente à uniformização dos direitos e das prerrogativas de entrada de mercadorias a todas as nações, a qual seria aprovada nas discussões travadas na Câmara dos Deputados (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, primeira discussão, sessão do dia 16 de junho de 1828, p.130-131; segunda discussão, sessão de 21 de junho de 1828, p.172-176; tomo terceiro, terceira discussão, sessões dos dias 01, 16 e 17 de julho de 1828, p.17-21; 130-131; 131-139). Posicionaram-se a favor da uniformização dos direitos de importação de mercadorias: Paula e Souza, Souza França, Custódio Dias, Cunha Matos e Vasconcelos. Em sentido contrário, posicionou-se Cruz Ferreira. Na votação final, apesar da intervenção dos três deputados-ex-ministros em sentido contrário, o projeto de lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, após análise pelo Senado, foi sancionado pelo imperador e publicado através da lei de 24 de setembro de 1828.

⁷¹⁷ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 15, §8: “É da atribuição da Assembleia Geral: (...) Fazer Leis, interpretá-las, suspendê-las, e revogá-las”.

⁷¹⁸ Verifica-se que tratados bilaterais de comércio foram firmados pelo governo de dom Pedro I desde a assinatura do Tratado de Paz e Amizade com Portugal e, apesar das inúmeras críticas formuladas pelos deputados em plenário, continuaram a ser negociados e ratificados no decorrer de 1828, sendo que o único assinado em 1829, com a Sardenha, não foi ratificado por nenhuma das partes. Neste sentido, as ratificações dos tratados de comércio, com fixação de uma alíquota de 15% para o imposto de importação, firmados com Portugal, França (06 de junho de 1826), Áustria (28 de fevereiro de 1827), Prússia (27 de abril de 1827), Inglaterra (17 de agosto de 1827), Cidades Hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo (17 de novembro de 1827), Dinamarca (26 de outubro de 1828), Estados Unidos (12 de dezembro de 1828), Países Baixos (20 de dezembro de 1828). Note-se que a argumentação de Teixeira de Gouveia, apropriando-se da fala de Paula e Souza, porém, conferindo-lhe novo significado, seria amplamente utilizada a partir deste momento (neste sentido, Lopes Gama em *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo terceiro, sessão do dia 19 de julho de 1828, p.151).

Sobre os *Tratados de Amizade, Comércio e Navegação* (forma pela qual eram chamados os tratados bilaterais que continham cláusulas de comércio) firmados e ratificados pelo Brasil de 1825 a 1829, ver OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Actos Diplomáticos do Brasil*. 2 volumes. Brasília: Senado Federal, 1997, volume 1; CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império, volume II: o primeiro reinado*. Brasília: Senado Federal, 1998 (Edição fac-similar), p.485-511. CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento brasileiro e as relações internacionais (1826-1830)*. Brasília: UnB, 1981. ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Senac; Brasília: Funag, 2004 (1ª edição: 2001), p.115-129; MENEZES, Albene Miriam. Tratado de Comércio e Navegação de 1827: Importância e significados. In: *Anais do Seminário Brasil-Alemanha, 1827-1997 – Perspectivas históricas – 170 anos de assinatura do Primeiro Tratado de Comércio e Navegação*. Brasília: Thesaurus, 1997. Contudo, os questionamentos feitos pelos autores se referem a questões relacionadas à diplomacia econômica do Império, ou seja, diversas da tratada nesta

denúncias vagas aos ministros e secretários de Estado, sem a formalização de qualquer denúncia concreta de acordo com o disposto na lei de 15 de outubro de 1827, em relação a qualquer um deles.

Frente à provocação de Teixeira de Gouveia em defesa do Governo, Paula e Souza, em discurso transcrito tanto em jornais da oposição quanto pelos ministeriais, elencou as diversas ocasiões em que os deputados censuraram os ministros e secretários de Estado por ações ou omissões por eles praticadas, de modo a abandonar o posicionamento moderado – por ele adotado, até esse momento, em plenário – e acirrar ainda mais o debate. Conforme sublinhado acima, às vésperas das eleições para a Segunda Legislatura – as quais já tinham sido convocadas por dom Pedro I, e apenas aguardavam sua regulamentação pela Assembleia Geral⁷¹⁹ – não convinha aos deputados da oposição aparentarem quer temor, quer indecisão diante das arbitrariedades cometidas diuturnamente por um governo que se proclamava constitucional, mas que ainda permanecia ligado às práticas e costumes consolidados na monarquia portuguesa. Proclamava o deputado paulista em relação às infrações

tese e, muitos deles, nem mesmo se referem à articulação dos deputados em apurar a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado que ratificaram os diversos tratados bilaterais de comércio negociados de 1824 a 1828. Sublinhe-se que o único autor, dos acima elencados, a mencionar várias vezes a questão da responsabilidade, sem contudo nela se deter, foi João Pandiá Calógeras CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império, volume II: o primeiro reinado*. Brasília: Senado Federal, 1998 (Edição fac-similar), p.503-507.

⁷¹⁹ Na sessão do dia 23 de julho de 1828, foram aprovadas as emendas propostas pelo Senado ao projeto de regulamentação das eleições para a Segunda Legislatura elaborado pela Câmara dos Deputados (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 23 de julho de 1828, p.176) de modo a ser enviado o projeto de lei à sanção do imperador. Conforme sublinhou Paula e Souza: “Esta resolução é de suma importância; estão-se fazendo nas províncias eleições sem método nem ordem; hão de haver mais desordens do que houveram nas eleições de 1824; naquele ano o governo encarregou aos presidentes de províncias de darem aos ouvidores as necessárias ordens; houve uma espécie de conformidade mas agora nada houve, e de propósito o governo não deu estas ordens, (o que eu desejava que ele tivesse feito) porque determinou que não se expedissem as ordens enquanto não passasse esta resolução; julgo por consequência de suma importância, que se sancione esta para vermos se assim remediamos os males que vão principiando a aparecer nas províncias. Passem pois as emendas do senado; muito más são, e de mais a mais impróprias do corpo legislativo. (...) Mas o que havemos de fazer? Ainda não está decidida a questão da votação; se estivesse podíamos remediar tudo isto, e não estando ela decidida o que nos resta fazer? É estarmos pelas emendas do senado sem que delas resultem todos os bens que se devem esperar das leis, quais daqui sairão. Sou pois de voto que passem as emendas do senado” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 23 de julho de 1828, p.173-174).

A regulamentação das eleições para a Segunda Legislatura, após análise e aprovação pelas duas câmaras legislativas, foi promulgada através do Decreto de 29 de julho de 1828 (*Coleção de Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, parte primeira – atos do poder legislativo, p.4-5).

cometidas pelo *penúltimo ministério*, ou seja, o nomeado por dom Pedro I em novembro de 1827 e demitido em junho do ano seguinte:

(...) e não os [os ministros e secretários de Estado] tem a câmara censurado? Tem: quando pede informações sobre um orçamento que julga incapaz, não é isto uma censura da câmara? Quando responde ao governo que não é preciso tomar medidas legislativas sobre a lei do cobre da Bahia, não disse a câmara que o ministro não tinha executado a lei? Quando a câmara entendeu que era preciso uma nova resolução para se executar a lei da arrematação da quota dos direitos da alfândega, não julgou que o ministro não cumpria a lei? Quando a câmara fez uma resolução sobre a lei da organização da marinha, não censurou ela a falta do ministro? Quando se não cumpre a lei que fundou a dívida pública na parte em que se determina que se tire do mercado seis mil contos em notas do banco, não falta o ministro ao seu dever? E se ele não podia fazer operação porque o não participou à câmara? Porque não cumpriu o outro artigo que diz que venha uma conta do banco? De tudo isto segue-se que é a câmara quem censura os ministros e não nós. Diz a lei da caixa de amortização que nos participe o estado das mais operações e se apresente um regulamento interno para ser aprovado; por ventura já isto se cumpriu? Não, e estamos no terceiro mês da sessão. O ministro continua a dar pensões contra a constituição e a câmara o censura porque não as leis. Executou ele a das escolas de primeiras letras? A dos juizes de paz? Não vimos que o ministro da justiça teve a afoiteza de nos dizer no seu relatório que existem suspensas as garantias individuais; e não é isto ir bem claramente contra a constituição? Ele a entende a seu modo, e por isso nos diz em boa fé que estão suspensas as garantias constitucionais; e somos nós criminosos por censurar o governo? Quando o ministro se intromete em causas judiciais como fez o da justiça no processo de uns frades, e a câmara pugna pelos direitos da constituição, seremos nós criminosos? Quando se continuam a fazer novos tratados com o mesmo mal dos anteriores; quando temos uma guerra desde 1825, e entrando no ministério esses senhores que saíram do nosso seio, seguiram logo a marcha de nada participar à câmara; quando a constituição diz que compete ao governo declarar a guerra, mas dando parte ao corpo legislativo, se o bem do estado o permitir; porém são passados tantos anos e ainda se não entende que o bem do estado permite o participar-se o estado da guerra deste terrível flagelo; seremos nós então criminosos em censurarmos o governo? Quando continua o recrutamento e a admissão de tropas estrangeiras, deveremos ser mudos espectadores?⁷²⁰

⁷²⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 17 de julho de

Terminado o rol de infrações ao texto constitucional cometidas pelo Governo, Paula e Souza expôs sua decepção – através de um *desabafo*, nas palavras do deputado paulista – em relação aos deputados, alguns da oposição, que foram nomeados ministros e secretários de Estado, mas em nada alteraram a relação estabelecida entre o Governo e os membros da Câmara dos Deputados.⁷²¹ E concluiu, com uma reflexão sobre o papel desempenhado pela defesa da liberdade empreendida pelos deputados, nas discussões diárias travadas em plenário, e as alterações na composição do quadro ministerial por dom Pedro I, fruto de reiteradas cobranças parlamentares dirigidas ao imperador – uma provável alusão à ideia de *moção de censura* praticada na prática parlamentar daquele momento:

(...) a posteridade fará justiça aos deputados da oposição, que em meio de tantos obstáculos defendem a liberdade. Eu não me recordo de câmara alguma que tenha mostrado tanto patriotismo como a nosso; não devemos desesperar de ver progredir sempre a constituição, porque temos um monarca magnânimo, que é o maior, o único defensor da nossa liberdade, e que tem feito baquear todos os planos (*apoiados repetidos*) desses que se fazem ou dizem defensores do trono. Ele [o imperador] tem acordado a tempo, e tem dito por muitas vezes que o governo [que] não escuta a opinião pública, precipita-se, abisma-se em desgraças; que acabou o tempo das quimeras; que a verdade custa achar ao trono, mas quando ali chega faz-se ouvir com glória dos príncipes das nações. Tudo isto que ele disse o tem praticado; mudando de ministros com o fim de acertar, ainda não acertou; mas haverá um dia em que acertará; e é isso o que vale aos deputados da oposição para sustentarem a necessária energia (...) ⁷²²

Ou de acordo com a transcrição feita pelo jornal *A Aurora Fluminense*: *não é por haver reconhecido os erros dos seus Ministros que os tem tantas vezes mudado?*⁷²³ Contudo, apesar das palavras de Paula e Souza, a *moção de censura* não estava prevista em qualquer texto legal brasileiro naquele momento. De tal modo que, ao se referir a esse mecanismo de controle dos atos praticados pelos ministros e secretários de Estado,

1828, p.137. Transcrito em: *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 70 de 21 de julho de 1828, p.286-288; *Diário Fluminense*, volume 12, número 48, de 27 de agosto de 1828, p.190-192.

⁷²¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 17 de julho de 1828, p.138. Ao assim se pronunciar, Paula e Souza se aproximava de outros deputados – como Holanda Cavalcanti – que criticaram a postura silenciosa adotada pelos deputados-ex-ministros de Estado durante as discussões travadas na Câmara dos Deputados.

⁷²² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 17 de julho de 1828, p.138.

⁷²³ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 70 de 21 de julho de 1828, p.287.

o deputado paulista no fundo pleiteava para as discussões legislativas e, em especial, os reiterados pedidos de informações, solicitações de esclarecimentos e eventuais *recomendações* endereçadas aqueles, um papel relevante nas decisões do imperador relacionadas à composição das diversas secretarias de Estado, as quais não seriam tão livres quanto proclamava o artigo 101, §6 da Carta de 1824.

Apesar da ampla discussão que se seguiu acerca das infrações elencadas por Paula e Souza relacionadas à verificação da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, até o final da sessão anual legislativa de 1828, nada de concreto foi feito no sentido de efetivamente aplicar a lei de 15 de outubro de 1827. Se de um lado, conforme a avaliação feita por Paula e Souza, faltava aos deputados as provas necessárias para dar início ao processo de responsabilidade – o que não significava silêncio diante das infrações diuturnamente cometidas pelo Governo –, de outro, faltava-lhes vontade e/ou oportunidade política para desvendar essas provas de modo a possibilitar a formalização da denúncia e posterior aprovação de um decreto acusatório a ser apresentado diante do Senado.

Cumpra-se notar que, apesar da ativa participação de três deputados-ex-ministros na discussão⁷²⁴ – coadjuvados por Galvão e Cruz Ferreira –, todos contrários à

⁷²⁴ Trata-se, aliás, de um das raras ocasiões em que os três deputados-ex-ministros participaram ativamente das discussões em plenário, no decorrer dos meses de julho, agosto e setembro de 1828. De um modo geral, os deputados-ex-ministros se manifestaram apenas por ocasião da discussão dos orçamentos por eles mesmos elaborados e/ou referendados no período em que estiveram à frente das respectivas Secretarias de Estado (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, p.36, 46, 114-115, 97-98).

Na sessão do dia 16 de agosto de 1828, Calmon – ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda – se justificaria pelo silêncio por ele mantido durante as discussões do projeto de lei do orçamento para 1829, nos seguintes termos: “Se nunca falei quando em as precedentes discussões se me exigiam esclarecimentos, é porque tudo se achava escrito no orçamento, como podia ver o ilustre deputado, tomando o trabalho de ler um pouco; isto, porém, não aconteceu no presente caso, em que força foi dar a explicação que faz o objeto do discurso do ilustre deputados (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, p.100) – Questão da Legação de Londres.

Sublinhe-se que os deputados, em diversas ocasiões durante 1828, compararam o quadro de ministros e secretários de Estado nomeado pelo monarca em novembro de 1827 com os ministros do Gabinete Villèle, nomeado presidente do Conselho de Ministros por Luís XVIII (1755-1824, reinado: 1815-1824) em setembro de 1822 e demitido em janeiro de 1828, de modo a advertir sua eventual demissão tal como ocorrera com o gabinete francês.

De um modo geral, temia-se o poder de manobra dos atuais ministros e secretários de Estado na condução dos trabalhos legislativos. Alertava o jornal *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, de 28 de julho de 1828: “A influência dos ministros, apesar dos esforços da Oposição, tem sido muito visível. M. Martignac tem desenvolvido bastante habilidade na maneira de afastar os tiros dos Deputados liberais, e sabe preparar e aproveitar a ocasião do triunfo, sem parecer abusar da vitória: as intrigas de certos homens mascarados, criaturas do Poder, mais do que Representantes da Nação, tem sido sempre funestas

redução e uniformização dos direitos de imposto de importação a quinze por cento, o projeto de lei foi aprovado e enviado à análise pelo Senado. Além de Paula e Souza, em defesa desse projeto de lei também se posicionaram, durante a terceira discussão realizada nas sessões dos dias 1º, 16 e 17 de julho, Castro e Silva, Souza França, Holanda Cavalcanti, Vasconcelos, Custódio Dias, Lino Coutinho, Cunha Matos, Ferreira França e Feijó. Contudo, coube ao deputado paulista definir o debate e literalmente encerrar a discussão através de um discurso contundente e (re)direcionador do posicionamento dos deputados da oposição, a partir desse momento, e com impacto direto sobre a estratégia por eles elaborada desde o início da Primeira Legislatura. Essa situação se manteria até o início da sessão anual legislativa de 1829, quando seriam formalizadas as primeiras denúncias em face dos ministros e secretários de Estado, na Câmara dos Deputados.

Ao passo que, em 1823, dom Pedro I conseguiu articular as forças políticas internas de modo a lhe possibilitar a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa⁷²⁵; em 1828, não lhe restava outra opção político-institucional a não ser a manutenção do Corpo Legislativo em funcionamento e, dessa forma, tentar conciliar as forças políticas em oposição através da atuação de seus ministros e secretários de Estado, em especial dos egressos da câmara temporária. Tanto o momento político interno ao Império lhe recomendava tal posicionamento, como também os desdobramentos da questão portuguesa lhe obrigavam a se reconciliar ou, pelo menos, manter em funcionamento as duas câmaras legislativas. Aliás, a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo, por ele proclamado ao Império do Brasil, era-lhe fundamental para seu posicionamento em defesa dos direitos de sua filha, questionados por seu irmão dom Miguel, com o apoio e influência dos absolutistas. Nesse sentido, a Proclamação à Nação Portuguesa, datada de

em todas as Assembleias. A sua tática, já bem conhecida, consiste em confessar em alta voz os princípios, e recusar as consequências; trancar, ou confundir os fatos, calar a propósito, e cobrir-se em todas as ocasiões com os nomes sagrados do Trono, e do Monarca. Esta velha rotina ainda dá alguns triunfos, e faz supor uma moderação, que realmente não existe. Os Srs. *Martignac*, *Vatimesnil*, *Portalis*, e *S.Criq* tem por toda a parte seguidores fieis.

⁷²⁵ Sobre a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil e imediata convocação de um Conselho de Estado para a redação de um projeto de constituição, de modo a conciliar as diversas forças políticas internas ver PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008).

25 de julho – e publicada no *Diário Fluminense* poucos dias depois⁷²⁶ – e destinada a reiterar, junto aos portugueses, o apoio de dom Pedro I à causa de dona Maria II, e, conseqüentemente, da consolidação do sistema de governo monárquico, hereditário e representativo⁷²⁷ por ele outorgado à nação portuguesa através da Carta de 1826.

Como dom Pedro I podia pedir aos portugueses para sustentarem a Carta constitucional se a infringisse frontalmente em seu próprio Império? Para dom Pedro I ser constitucional era mais do que uma questão de íntima consciência, era uma obrigação moral diante da *persona* por ele construída dos dois lados do Atlântico. Nesse sentido, as considerações feitas pelo marquês de Barbacena ao imperador, logo após chegar à Londres acompanhado de dona Maria da Glória (em carta datada de 10 de outubro de 1828), cujo trono de Portugal fora usurpado por seu tio, sobre a importância da defesa tanto da Carta por ele outorgada aos portugueses em 1826, quanto da legitimidade de sua filha ao trono português:

Sustente inabavelmente os direitos da rainha, e as intuições que outorgou, e verá que infalivelmente triunfará de todos os seus inimigos, e falsos amigos, que ainda são mais temíveis. (...) Deus nos livre que V. M. I. se deixe ainda iludir pelo barão de Mareschal, transigindo com o usurpador, porque si o fizer, então sacrifica sua filha e as instruções que deu-me.

Como grande parte da nação [portuguesa] é em favor da rainha, e da carta, e todos os governos foram obrigados a reprovar em público a usurpação do regente [dom Miguel], embora lhe prestem socorro secreto para destruir a carta, bastará que V. M. I. resista da sua parte para triunfar de tudo e de todos.⁷²⁸

Sublinhe-se que os efeitos da proclamação petrina aos portugueses, não ficaram restritos aos territórios pertencentes ao Reino de Portugal, mas se estenderam ao Brasil, através da utilização dada por Vasconcelos a esse texto, no dia seguinte à sua publicação pelo *Diário Fluminense*, ao proclamar ironicamente em plenário uma defesa

⁷²⁶ Publicada no *Diário Fluminense* volume 12, número 23, de 28 de julho de 1828, p.95-96. Sublinhe-se que, neste momento, dom Pedro I ainda não sabia da aclamação de dom Miguel como rei de Portugal no dia 11 de julho, a qual apenas chegaria ao Brasil na segunda quinzena de agosto. Neste sentido, ver AGUIAR, Antônio Augusto de (pseudônimo de Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena). *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.417-418.

⁷²⁷ De acordo com a *Carta Constitucional para o Reino de Portugal, Algarves e seus domínios* de 29 de abril de 1826, em seu artigo 4: “O seu Governo é Monárquico, Hereditário e Representativo”.

⁷²⁸ De acordo com a transcrição da carta do marquês de Barbacena a dom Pedro I, datada de 10 de outubro de 1828, publicada em AGUIAR, Antônio Augusto de (pseudônimo de Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena). *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.443-445.

do monarca brasileiro *que tanto se distingue pelo seu liberalismo*, logo após elencar as infrações praticadas pelo presidente da província da Bahia, José Egídio Gordilho Veloso da Barbuda⁷²⁹, mantido em seu cargo pelo Governo. Em seu discurso, o deputado mineiro conclamava todos à leitura da Proclamação à Nação Portuguesa, por ele considerado exemplar da defesa do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado por dom Pedro I na Carta que ele outorgou para o Império do Brasil, tal como posteriormente fez para o Reino de Portugal:

Leiam essa proclamação que o imperador do Brasil acaba de dirigir aos portugueses, a aí verão reconhecidos pelo monarca brasileiro os mais sãos princípios do direito público; princípios que até agora se reputavam lindas teorias sem aplicação; gravem-se esses princípios no coração dos povos! O monarca, diz a proclamação, não pode atentar contra o sistema constitucional senão no estado de *completa coação, e o infante D. Miguel está coacto quando falta aos seus mais sagrados deveres, procurando abolir a constituição da monarquia*. Neste caso reconhece a proclamação no povo o direito de resistir ao monarca, e muito expressa e terminantemente convida os povos a que com armas defendam a constituição atacada pelo infante D. Miguel e façam germinar a árvore da liberdade, regando-a com rios de sangue. Grande Deus, dignai-vos dilatar a vida de tão grande monarca, até que em ambos os hemisférios se arreigue, o sistema constitucional, e com ele se tornem os povos prósperos e felizes!! (...) um monarca não tem direito de destruir a constituição do estado e se uma ou outra vez o mundo os tem visto em oposição à liberdade dos povos, é porque estão presos, estão coactos, termos em que é lícito, é mesmo um dever a resistência. Não se assustem pois os baianos; esses procedimentos do presidente não tem apoio, nem do trono, nem governo, e breve está o dia do castigo desse bachá [o presidente da província da Bahia, o marechal de campo José Egídio Gordilho de Barbuda]. Suponho que o governo ignora o procedimento desse presidente: despertemo-lo com essa indicação (...) ⁷³⁰

⁷²⁹ José Egídio Gordilho Veloso da Barbuda (visconde com grandeza de Camamu), nasceu na vila de Chamusca, Rio Grande de São Pedro do Sul, a 1º de agosto de 1787 e faleceu na Bahia, a 28 de fevereiro de 1830, assassinado quando ainda estava à frente da presidência e do comando das armas dessa província. Em 1828, apesar das diversas denúncias de arbitrariedades por ele cometidas na província da Bahia, foi no dia 12 de outubro nobilitado com o título de visconde com grandeza de Camamú (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.96).

⁷³⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 29 de julho de 1828, p.215. No mesmo sentido se posicionaria, o *Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 76, de 06 de agosto de 1828: “monumento de constitucionalidade tão extremada”. Nessa edição, o jornal aproveita para criticar os defensores “do trono e do altar” que no Brasil defendem ideais absolutistas, os quais estão em desacordo com as palavras dirigidas pelo imperador aos portugueses.

Contudo, a despeito de toda a movimentação dos deputados em prol da demissão do presidente da província da Bahia, com o envio de um pedido de informações ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, questionando-lhe sobre as providências dadas pelo Governo *quer para conhecimento da verdade, quer para os remédios que o caso demanda*, José Egídio Gordilho de Barbuda não apenas seria mantido no cargo, como também agraciado com o título de visconde com grandeza de Camamu por ocasião das comemorações do aniversário do imperador no dia 12 de outubro de 1828.⁷³¹

Ainda assim, frente às críticas formuladas aos últimos ministros e secretários de Estado nomeados por dom Pedro I e aos desdobramentos da questão sucessória portuguesa, Teixeira de Gouveia e Araújo Lima foram escolhidos pelos demais deputados para compor a comissão de guarda da constituição, juntamente com Costa Carvalho, Vasconcelos e Lino Coutinho.⁷³² Araújo Lima seria em agosto escolhido para integrar a comissão encarregada do exame dos impostos (juntamente com Cunha Matos e Galvão) e Teixeira de Gouveia ocuparia a vice-presidência da Câmara dos Deputados de julho a setembro de 1828 (eleito em 03 de julho de 1828, foi reeleito duas vezes para este cargo). Se a força do Governo podia ser aferida através das vitórias obtidas nessas eleições realizadas para a composição de comissões internas à Câmara dos Deputados, o que levou a parte da historiografia a considerar os deputados-ex-ministros de Estado como *gladiadores* a servido do imperador na câmara temporária; sua fraqueza foi inúmeras vezes declarada no decorrer da sessão anual legislativa de 1828 e, encontraria, no início da sessão anual legislativa seguinte, terreno fértil para se desenvolver, conforme analisado no próximo capítulo com o início do processo de responsabilidade em face de Joaquim Oliveira Álvares, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

⁷³¹ *Diário Fluminense* volume 12, número 89 de 15 de outubro de 1828, p.355, com a relação de todas as pessoas agraciadas com títulos por ocasião do aniversário natalício de dom Pedro I em 1828.

O jornal *A Aurora Fluminense* em sua edição do dia 20 de outubro de 1828, elaborou uma crítica não apenas à concessão do título de visconde a José Egídio Gordilho de Barbuda e sua permanência no governo da província da Bahia, como também à nomeação de Tomás Xavier Garcia de Almeida para a de Pernambuco, esta última com consequências que estão analisadas no próximo capítulo (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 106, de 20 de outubro de 1828, p.442).

⁷³² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 22 de julho de 1828, p.166. Tratava-se de influente comissão que teria da incumbência de analisar as ações do governo de acordo com o previsto na *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 15, §9: “É da atribuição da Assembleia Geral: §9 Velar na guarda da Constituição, e promover o bem geral do Nação.”

Ainda que os deputados-ex-ministros buscassem, em algumas ocasiões explicitamente – sobretudo, durante as discussões do Balanço Geral e projeto de lei do orçamento para 1829⁷³³ –, o apoio dos demais deputados às causas favoráveis ao Governo, no dia-a-dia parlamentar, no entanto, foram sucessivas as vitórias obtidas pelos deputados da oposição: a aprovação do voto em separado de Vasconcelos em relação ao parecer da comissão de fazenda sobre o resgate das moedas de cobre na Bahia; a aprovação da indicação de Holanda Cavalcanti para a comissão de constituição analisar a constitucionalidade dos recrutamentos decretados pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra em julho de 1828⁷³⁴; a aprovação da indicação de Vasconcelos referente à criação de uma comissão especial exclusivamente encarregada de averiguar os impostos atuais, e de propor os projetos de lei que julgar necessários a tal respeito⁷³⁵, e a aprovação das reduções propostas pelos deputados nos valores

⁷³³ Verifica-se, durante as discussões do Balanço Geral e projeto de lei do orçamento para 1829, uma efetiva participação dos deputados-ex-ministros em plenário (com o auxílio de Teixeira de Gouveia no cargo de vice-presidente da casa), não apenas por terem sido os autores dos relatórios apresentados à apreciação da Câmara dos Deputados, mas também por se posicionarem na defesa do atual ministério. Ou seja, suas intervenções não se limitavam a esclarecer pontos obscuros verificados nos diversos relatórios por eles apresentados, mas objetivavam a obtenção da vitória para os posicionamentos defendidos pelo governo.

Sublinhe-se que, poucos dias antes da reforma ministerial de junho de 1828, todos os ministros e secretários de Estado exonerados tinham apresentado os relatórios. O dos Negócios da Marinha na sessão do dia 31 de maio (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo primeiro, p.199, sessão do dia 31 de maio de 1828); o dos Negócios do Império na sessão do dia 03 de junho (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, p.17-20, sessão do dia 03 de junho de 1828); o dos Negócios da Guerra na sessão do dia 04 de junho (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, p.24-26, sessão do dia 04 de junho de 1828); o dos Negócios da Justiça na sessão do dia 07 de junho (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, p.54-57, sessão do dia 07 de junho de 1828); o dos Negócios da Fazenda na sessão do dia 11 de junho, (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, p.96-99, sessão do dia 11 de junho de 1828 – durante o levante dos batalhões estrangeiros que ocorreu de 09 a 13 de junho de 1828!!!). Apenas o ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o único mantido no cargo pelo imperador, apresentou seu relatório no final de junho, na sessão do dia 25 de junho (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, p.188-191, sessão do dia 25 de junho de 1828).

Igualmente, antes da reforma ministerial de junho de 1828, foi apresentada, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, a proposta de lei do orçamento para 1829 (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, p.77-79).

⁷³⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo terceiro, p.197-200. Cumpre-se notar que nesta discussão se pronunciaram apenas os deputados da oposição.

⁷³⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo terceiro, p.212.

pleiteados pelos diversos ministros e secretários de Estado para o Orçamento de 1829.⁷³⁶ Por outro lado, a principal vitória obtida pelos deputados-ex-ministros foi a aprovação parcial do pedido de crédito suplementar ao orçamento de 1828, justificado pela realização de pagamentos relacionados ao exercício do ano anterior, para o qual não foi finalizada a discussão do Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento⁷³⁷, e a novas despesas não compreendidas pela lei do Orçamento de 04 de novembro de 1827, referente ao ano financeiro de 1828.⁷³⁸ No entanto, tal vitória não representou propriamente um ganho político para o Governo⁷³⁹, na medida em que acirrou ainda mais os ânimos dos deputados da oposição que, mais do que nunca, estavam determinados a dar início ao processo de responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, por eventuais infrações, ao disposto no texto legal, cometidas no comando de suas respectivas pastas ministeriais.

Assim, durante as discussões sobre a aprovação ou não do crédito complementar pedido pelo Governo⁷⁴⁰, os deputados da oposição tanto expuseram sua insatisfação

⁷³⁶ Além dessas vitórias em plenário, no final da sessão anual legislativa de 1828, foram sancionadas várias leis que regulamentavam o texto da Carta de 1824 de forma a limitar as ações do imperador e seus ministros e secretários de Estado que, reiteradamente, atuavam em matérias que, a dependerem de regulamentação legal, abria-lhes espaço para ampliarem suas esferas de poder, muitas vezes em detrimento de atribuições reservadas aos demais poderes políticos.

⁷³⁷ A sessão anual legislativa de 1826 foi encerrada por dom Pedro I antes do término da discussão do Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento para 1827. Foi frente à ausência dessa lei que o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda propôs e obteve a concessão de crédito suplementar ao Governo, promulgado através da lei de primeiro de outubro de 1828 (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.72-73).

⁷³⁸ Lei de 14 de novembro de 1827, Orça a receita e fixa a despesa do Tesouro Público na Corte e Província do Rio de Janeiro [“para o ano futuro de 1828, a contar do 1º de janeiro ao último de Dezembro do mesmo ano”] (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.99-101)

⁷³⁹ Maria Fátima Bonifácio tece considerações sobre o quanto o governo brasileiro estava nesse momento em atrito com o Corpo Legislativo, o que dificultava seu posicionamento em defesa da *causa* de dona Maria II, filha de dom Pedro I, ao trono português (BONIFÁCIO, Maria de Fátima. A « causa » de D. Maria II (1826-1834). In : *Análise Social*, volume XXXIX (172), 2004, p.527).

⁷⁴⁰ Na sessão do dia 08 de agosto de 1828, o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Batista Pereira, apresentou *em nome do imperador* o pedido de crédito suplementar à Câmara dos Deputados (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, sessão do dia 08 de agosto de 1828, p.49), o qual, após discussão em plenário, foi aprovado e enviado para análise pela comissão de constituição (composta pelos deputados Costa Carvalho, Araújo Lima, Teixeira de Gouveia, Vasconcelos e Lino Coutinho). Nesta ocasião, Vasconcelos se posicionou expressamente contra a concessão de qualquer verba ou crédito suplementar ao governo, pois, conforme afirmava, “se o dinheiro não chega para as despesas, é porque se gasta mal” (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, p.53). Apresentados os pareceres da comissão de constituição (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, 11 de agosto de 1828, p.63) e da comissão de Fazenda, juntamente com um projeto de lei neste sentido (*Anais do Parlamento Brasileiro:*

com os rumos traçados pelos atuais ministros e secretários de Estado, quanto denunciaram a *coação moral* sofrida pelos membros da Câmara dos Deputados nas votações de temas polêmicos, tal como o das solicitações do governo de mais dinheiro para cobrir o déficit verificado no balanço das receitas e despesas das diversas Secretarias de Estado. Contudo, conforme argumentou Costa Aguiar, na sessão do dia 03 de setembro de 1828, frente ao acirramento das discussões em plenário, ainda que

Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, p.151, íntegra do parecer na última página dos *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto), a discussão em plenário, dos valores a serem ou não concedidos aos diversos ministérios, teve início na sessão do dia 03 de setembro e se prolongou por mais cinco sessões, em segunda discussão, e uma, em terceira discussão, parte das quais realizadas com a presença dos ministros e secretários de Estado reeleitos nos termos do artigo 29 da Carta de 1824, além dos deputados-ex-ministros (ver segunda discussão em: *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, sessões dos dias 03, 04, 05, 06, 09, 11 de setembro de 1828, p.184-186, 188-192, 194-198, 201-204, 210, 220-224; e a terceira discussão em: *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, sessão do dia 12 de setembro de 1828, p.226-228).

Aprovado o projeto pela Câmara dos Deputados na sessão do dia 12 de setembro de 1828, foi enviado ao Senado no dia seguinte (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, sessão do dia 13 de setembro de 1828, p.234) e, nesta casa, lido na sessão do dia 15 de setembro, foi dois dias depois, discutido e aprovado em apenas uma sessão – sumariamente relatada nos *Anais* daquela casa – e, desta forma, enviado para a sanção do imperador (*Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, tomo segundo, sessões dos dias 15 e 17 de setembro de 1828, p.234, 241; *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, sessão do dia 18 de setembro de 1828). A promulgação da lei ocorreu, após consulta ao Conselho de Estado, no dia 1º de outubro de 1828 (*Atas do Conselho de Estado*, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, 15ª sessão, 18 de setembro de 1828, p.41; *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.72-73). Sublinhe-se que, dentre os diversos decretos e resoluções da Assembleia Legislativa, apresentados para a análise do Conselho de Estado, e por seus membros aprovados para a sanção pelo imperador, a concessão do crédito suplementar foi a última a ser convertida em lei. Tratava-se de assunto controvertido e, adiou-se sua sanção o quanto foi possível. No momento em que foi sancionado, Calmon já retornara ao *ministério* e lhe deu sua referenda.

O decreto relativo à criação e organização do Tribunal Supremo da Justiça, foi convertido na lei de 18 de setembro de 1828; o decreto sobre a extinção da Mesa do Desembargo do Paço, na lei de 22 de setembro de 1828; o decreto sobre a extinção do Tribunal da Bula da Cruzada, na lei de 20 de setembro de 1828; o decreto, de uniformização a quinze por cento dos direitos de importação de quaisquer mercadorias e gêneros estrangeiros de todas as Nações, na lei de 24 de setembro de 1828; a resolução que facultava ao Hospital da Caridade da Vila do Rio Grande adquirir bens de raiz até a quantia de sessenta contos de réis, na lei de 29 de setembro de 1828; e a Resolução, que concedia igual faculdade ao Hospital da Caridade da cidade do Desterro para adquirir bens de raiz até oito contos de réis, na lei de 28 de setembro de 1828.

Sublinhe-se que, igualmente durante a discussão do crédito suplementar, na sessão do dia 09 de setembro de 1828, Clemente Pereira apresentou seu diploma de reeleição, o qual, após aprovação pela comissão de poderes, lhe possibilitou retornar à Câmara dos Deputados e prestar novo juramento, no dia seguinte e retornar à câmara temporária como representante eleito da nação e, desta forma, participar ativamente das discussões (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, sessões dos dias 09 e 10 de setembro de 1828, p.212 e 215).

Cumpra-se notar que, apesar da importância deste tema, a historiografia pouco se dedicou a ele, bem como da prorrogação da sessão de 1828.

fosse aprovado o pedido de concessão de crédito suplementar feito pelo Governo, tal aprovação não significava a concordância dos parlamentares com as despesas realizadas, as quais deveriam ser objeto de verificação e análise pelos deputados. Proclamava o deputado paulista, em discurso não apenas voltado a seus eleitores, mas também a seus colegas da oposição, que se apropriariam de suas palavras, em seus próprios discursos proferidos até o final da sessão anual legislativa de 1828:

Se não aprovo o voto de crédito para as despesas já feitas em 1827, de que ora só tratamos de que só falo agora, temo fazer recair também sobre mim a terrível nota de ligar as mãos ao governo e de o inabilitar para melhor desempenhar os seus deveres, com perda do crédito de que tanto necessitamos!! Se por outro lado aprovo a proposta em questão, faço recair sobre o pobre povo maior soma de taxas e imposições, ou o que vale o mesmo, contribuímos todos nós para impor o povo! Quando eu digo impor o povo, digo desgraçadamente uma verdade (*Apoiados* !) Porque em última análise isto há de verificar-se. (...) somos forçados pela lei das circunstâncias, e pela lei da necessidade, a votar pelo crédito que se nos pede para despesas já feitas, e que pertencem ao ano de 1827. Se tais despesas ainda não houvessem sido feitas outro deveria ser o nosso juízo; desgraçadamente, porém, elas foram já feitas e com os dinheiros marcados para este ano!! Que nos resta, pois, senão votar por este crédito, para não incorrermos na terrível nota de inabilitar o governo, e com isto aumentar o apuro em que estamos!! (*Apoiados* !) (...) Saibam, pois, os nossos constituintes que esta augusta câmara é forçada pela lei das circunstâncias, e pelo mais que ponderado fica, a votar pelo crédito pedido para o pagamento das despesas feitas em 1827: eis o apuro e o aperto em que nos constituíram esses transatos ministérios!! Para sempre sejam eles votados à execração pública!! (*Apoiados*) Saibam, enfim, o Brasil inteiro o estado em que nos achamos constituído por semelhantes ministérios transatos!! (...) Outra vez repito, voltados sejam semelhantes ministérios à execração pública pelos males que nos tem causado!! Pela falta de observância às leis, e pela falta de energia e de vontade em reprimir e coartar abusos.⁷⁴¹

No mesmo sentido se posicionaria Vasconcelos na sessão do dia 11 de setembro de 1828, durante a segunda discussão do projeto de lei de crédito suplementar (na parte referente à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha), às vésperas do encerramento dos trabalhos legislativos:

⁷⁴¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de setembro de 1828, fala do Sr. Costa Aguiar na sessão do dia 3 de setembro de 1828, sobre a discussão do voto de crédito suplementar pedido pelo ministro da fazenda, p.244-245).

Eu digo a verdade, estou no estado de coação moral, em que aqui se tem falado o Sr. May [e ressaltado por Costa Aguiar, na sessão do dia 03 de setembro de 1828], e agora é que entendo o sentido, a força, e o préstimo desta expressão do ilustre deputado, porque não posso combinar, nem entendo estas coisas; e, se isto não é coação moral; não sei o que é (...) pela primeira vez me acho no estado de coação moral do Sr. May (...) ninguém deseja mais auxiliar o governo do que eu, mesmo até sacrificando alguma popularidade que tenha, mas quando me acho neste caos, ao menos hei de declarar que voto em estado de coação, porque se não der o dinheiro, há de dizer-se que o corpo legislativo não quer concorrer para as despesas.⁷⁴²

Sublinhe-se que, nessa ocasião, manifestaram-se em apoio ao valor de crédito suplementar pleiteado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, tanto o deputado-ex-ministro Calmon, quanto o atual ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, reeleito deputado, Clemente Pereira. Aliás, foi essa aliança entre ministros de Estado pretéritos e atuais no plenário, em defesa de propostas elaboradas pelo Governo, que levou Vasconcelos a se posicionar em estado de *coação moral* de modo a se apropriar dos argumentos anteriormente desenvolvidos por May e por Costa Aguiar. Ou mesmo, Paula e Souza, dentre outros, dois dias depois, ao afirmar que *o estado de coação moral é quando o meu coração quer uma coisa, e a minha razão quer outra, e muitas vezes tenho estado em coação*.⁷⁴³ Holanda Cavalcanti, por sua vez, aproveitou a discussão do crédito suplementar para expressar sua indignação pela aproximação do término da sessão anual legislativa de 1828 e a acusação de responsabilidade formulada em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (referente a recrutamentos realizados sem a prévia autorização do Legislativo) ainda estar na comissão de constituição para análise, o que, de certa forma, anunciava a postura combativa que ele adotaria na sessão do ano seguinte.⁷⁴⁴

Para a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo era central o respeito à lei do Orçamento anual, elaborada a partir do *Balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente*,

⁷⁴² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 11 de setembro de 1828, p.222.

⁷⁴³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 13 de setembro de 1828, p.232.

⁷⁴⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, p.251.

e do orçamento geral de todas as despesas publicas do ano futuro, e da importância de todas as contribuições, e rendas publicas apresentados pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, logo que estivesse reunida a Câmara dos Deputados, debatida e aprovada por ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa antes de ser enviada à sanção pelo imperador. As atribuições do Corpo Legislativo para não apenas fixar anualmente as despesas públicas, bem como repartir a despesa direta eram expressamente previstas no texto constitucional⁷⁴⁵ e representavam um dos pilares do arcabouço jurídico nele proposto⁷⁴⁶, sob pena de se verificar a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado por infrações eventualmente cometidas na sua execução.⁷⁴⁷ Nesse sentido, na sessão do dia 04 de setembro de 1828, durante a discussão sobre o pedido de crédito suplementar para cobrir as despesas realizadas com a política de colonização de estrangeiros – implementada, naquele ano, sem a prévia autorização do Corpo Legislativo –, a indignação de Lino Coutinho frente às despesas efetuadas pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império não autorizados pela lei do Orçamento aprovada no ano anterior:

(...) ou havemos de deixar de ser constitucionais ou então havemos de zelar o dinheiro da nação, e se o governo pode dispor a seu arbítrio do dinheiro da nação, então adeus liberdade, adeus constituição, porque perdem as duas grandes garantias que tem a câmara dos deputados, que é decretar o recrutamento e decretar o dinheiro para as

⁷⁴⁵ De acordo com o disposto na *Constituição Política do Império do Brasil* em seus artigos 15, §10 e 172. Artigo 15: “É da atribuição da Assembleia Geral. (...) §10. Fixar anualmente as despesas públicas, e repartir a contribuição direta.” Artigo 172: “O Ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos às despesas das suas Repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas publicas do ano futuro, e da importância de todas as contribuições, e rendas publicas.”

⁷⁴⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 04 de setembro de 1828, p.191.

⁷⁴⁷ Na Carta de 1824, regulamentada pela lei de 15 de outubro de 1827, havia a previsão expressa de um forma de responsabilidade relacionada diretamente ao descumprimento do disposto na lei do Orçamento: a *dissipação dos bens públicos* (artigo 133, §6 da Carta de 1824). De acordo com o artigo 6, da lei da responsabilidade: “São responsáveis por dissipação dos bens públicos: § 1º Ordenando, ou concorrendo de qualquer modo para as despesas não autorizadas por lei, ou para se fazerem contra a forma nela estabelecida, ou para se celebrarem contratos manifestamente lesivos. § 2º Não praticando todos os meios ao seu alcance para a arrecadação ou conservação dos bens moveis, ou imóveis, ou rendas da nação. § 3º Não pondo, ou não conservando em bom estado a contabilidade da sua repartição” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.57).

despesas; não devemos perder de vista que estas duas altas garantias são o sustentáculo da liberdade.⁷⁴⁸

Além da atribuição legislativa, a Assembleia Geral tinha os deveres de, no princípio das suas sessões, examinar, se a Constituição Política do Estado estava sendo exatamente observada, *para prover, como for justo*⁷⁴⁹; e, a qualquer tempo, *velar na guarda da Constituição, e promover o bem geral do Nação*.⁷⁵⁰ Ou seja, para os deputados era fundamental por em prática esses dispositivos constitucionais pois, apenas desse modo, os próximos ministros e secretários de Estado temeriam infringir os dispositivos constitucionais e, sobretudo, ter verificada sua responsabilidade por eventuais infrações, ao disposto no texto legal, cometidas no passado, de acordo com o disposto na lei de 15 de outubro de 1827.

Diante desse quadro, compreende-se o esforço empreendido pelos deputados para inserir no texto do projeto de lei de concessão de crédito suplementar ao Governo um dispositivo expresso que garantisse, para o futuro, a apuração de eventuais responsabilidades ministeriais em virtude de despesas efetuadas no passado, o qual resultou no artigo 5 da lei de 1º de outubro de 1828, redigido a partir do artigo aditivo proposto pelo deputado Paula e Souza na sessão do dia 09 de setembro: *Estes créditos votados não ressalvam da responsabilidade aqueles que nela tenham incorrido*.⁷⁵¹ De tal forma que, de acordo com Paula e Souza, a concessão de créditos suplementares ao Governo não eximia a responsabilidade daqueles que fizeram as despesas, porventura cobertas pelo Corpo Legislativo.⁷⁵² Ao assim se posicionar, Paula e Souza apresentava uma solução para o sentimento de *coação moral* expresso pelos demais deputados da oposição durante a discussão do crédito complementar em 1828, pois, por meio dessa solução, por um lado se concedia crédito, porém, por outro, era assegurada a apuração da eventual responsabilidade dos ministros e secretários de Estado por despesas

⁷⁴⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 04 de setembro de 1828, p.191.

⁷⁴⁹ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 173: “A Assembleia Geral no princípio das suas Sessões examinará, se a Constituição Política do Estado tem sido exatamente observada, para prover, como for justo.”

⁷⁵⁰ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 15, §9: “É da atribuição da Assembleia Geral. (...) §10. Velar na guarda da Constituição, e promover o bem geral da Nação.”

⁷⁵¹ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.72.

⁷⁵² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 09 de setembro de 1828, p.207-208.

realizadas no passado e cobertas pelo crédito suplementar aprovado pela Assembleia Geral.

Sublinhe-se que, na mesma ocasião, Paula e Souza também defendeu, sem sucesso, a inclusão no texto legal da expressa referência à responsabilidade do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda em relação a despesas relacionadas a quaisquer recrutamentos realizados sem prévia autorização do Corpo Legislativo, de acordo com o estabelecido pelo artigo 36, §2 da Carta de 1824. Dentre os argumentos contrários a este segundo artigo aditivo, coube a Souza França elaborar aquele que convenceria inclusive o autor da proposta: não há que se colocar em votação um tema que se encontra expressamente tratado pelo texto constitucional, ou seja, a iniciativa privativa da Câmara dos Deputados em relação aos recrutamentos.⁷⁵³ Tratava-se, nesse caso, de argumentação que, na sessão anual legislativa de 1829, seria utilizada para a defesa do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Joaquim de Oliveira Álvares, conforme analisado no próximo capítulo.

Aliás, o tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, pelas despesas públicas atuais e pretéritas, foi constantemente abordado pelos deputados durante as discussões do Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento para o próximo ano financeiro e da concessão de crédito suplementar para cobrir despesas efetuadas pelo Governo no passado, em desacordo com a lei de 04 de novembro de 1827. De acordo com Vasconcelos, na sessão de 04 de setembro de 1828, após defender a proposta da comissão de fazenda – da qual era membro – de alterar o ano financeiro, alertava seus colegas em plenário sobre a importância de se *acusar os ministros* e por em prática a lei da responsabilidade:

(...) o que é necessário, Sr. presidente, é acusar os ministros que tem infringido a constituição que tem faltado aos seus deveres, e vamos ver se conseguimos o que nós

⁷⁵³ De acordo com Souza França: “a emenda [de Paula e Souza] também julgo que não deve passar, porque não quero sujeitar à sanção um artigo da Constituição” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 09 de setembro de 1828, p.208-210).

queremos, que é, que os ministros pelo temor da punição não hão de [sic] certo exceder nunca ao crédito que lhe for dado pela assembleia legislativa.⁷⁵⁴

Ou, conforme argumentaria poucos dias depois, diante de dom Pedro I, após elaborar um quadro da situação do império, de modo a ressaltar o papel fundamental desempenhado pelo Corpo Legislativo na consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824:

Um só desejo concentra todos os desejos do Brasil – constituição – um só eco retumba hoje do Oiapoque ao Guaporé – constituição – um só sentimento reúne hoje os representantes da nação – constituição – : Constituição é a alma da vida política de V.M.Imperial (...) verificável responsabilidade contém na órbita de seus deveres os primeiros funcionários da nação, que já conhecem não ser quimera a ideia de seu castigo.⁷⁵⁵

Ainda durante as discussões do crédito suplementar, na sessão do dia 04 de setembro de 1828, ocorreu o acirramento da animosidade entre o titular da pasta dos Negócios da Guerra e os deputados da oposição, conforme pode ser verificado nas considerações acima sobre o posicionamento adotado por Paula e Souza em relação à necessidade de se preservar o direito de a Assembleia verificar a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pelas despesas atuais e pretéritas porventura cobertas pelo Corpo Legislativo, e que não apenas refletiu diretamente na imprensa liberal do período em análise⁷⁵⁶, mas também teve consequências nas discussões legislativas do ano seguinte. Nessa data, Joaquim de Oliveira Álvares, em defesa do crédito suplementar pleiteado pela pasta dos Negócios da Guerra, da qual era titular, ao responder ao questionamento formulado por Paula e Souza, afirmou, de modo a provocar a ira de parte dos membros da câmara temporária: *se faltarem ao governo os meios, não sei o que será, eu como militar velho tenho perdido todo o fogo, mas não sei*

⁷⁵⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 04 de setembro de 1828, p.188-189.

⁷⁵⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 09 de setembro de 1828, p.206, *Diário Fluminense* 13 de setembro de 1828, p.215-216; *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 91, de 15 de setembro de 1828.

⁷⁵⁶ Sobre a maior exaltação de ideias no final de 1828, ver ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D.Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.171,

se a mesma prudência terão os meus constituintes, que são bastante fogosos.... Portanto, é preciso que passe a despesa (grifos meus). E, para complicar ainda mais a situação, questionado sobre quem seriam seus *constituintes*, afirmou serem os soldados e, frente à indignação geral dos membros da Câmara dos Deputados, retorquiu: *Eu não ataco a câmara; falei em constituintes, assim chamando aos soldados, porque acostumado à linguagem do campo, como já aqui disse, ignoro as táticas das assembleias; mas com isto não quero atacar a câmara.*

Ou seja, ao assim se pronunciar, Oliveira Álvares questionava a própria origem de suas atribuições enquanto *primeiro agente do monarca no exercício do Poder Executivo*⁷⁵⁷, através do princípio da soberania nacional. De acordo com a Carta de 1824, os poderes políticos repousavam na Nação inteira, e não apenas em fração dela (os *soldados*, utilizados na argumentação do titular da pasta dos Negócios da Guerra), e eram por ela delegados a quatro *Poderes Políticos*, dentre os quais dois foram conferidos ao imperador: o moderador e o executivo. O primeiro exercido diretamente pelo monarca – com o auxílio do Conselho de Estado (salvo na hipótese do artigo 101, §6 da Carta de 1824) – e o segundo por meio de seus ministros e secretários de Estado. Como admitir que o ministro e secretários de Estado dos Negócios da Guerra questionasse o próprio texto constitucional e proclamasse estar à frente de uma Secretaria de Estado porque os *soldados* assim o quiseram? Não lhe eximia, inclusive, a alegação de ter se utilizado do termo *constituente* em sentido amplo: tratava-se da fala de um ministro e secretário de Estado dentro de uma das câmaras da Assembleia Geral Legislativa e não de uma conversa informal de bastidores. Além disso, sua longa experiência política, além da estritamente militar, não o autorizava a se posicionar como alguém *acostumado à linguagem de campo*, que ignorava as *táticas das assembleias*.⁷⁵⁸

Frente a esse episódio, que seria lembrado pelos deputados sempre que os ânimos se inflamavam em relação a Joaquim de Oliveira Álvares⁷⁵⁹, o jornal *A Aurora*

⁷⁵⁷ Nas palavras de José Antônio Pimenta Bueno: “Os ministros são não só os primeiros agentes do monarca no exercício do poder Executivo, mas também partes integrantes ou complementares deste poder; sem que eles referendem ou assinem os atos, não há atos do poder Executivo, não tem força obrigatória” (SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.340).

⁷⁵⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 04 de setembro de 1828, p.191-192.

⁷⁵⁹ Nesse sentido, a referência feita a este episódio por Holanda Cavalcanti na discussão do reexame da denúncia em face de Oliveira Álvares na sessão do dia 17 de julho de 1829 (*Anais do Parlamento*

Fluminense publicou duas críticas: na primeira, questionava a permanência desse militar à frente da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra⁷⁶⁰, e na segunda – assinada por *Um Intérprete* –, satirizava o discurso ministerial de modo a destruir a força moral do próprio ministro e secretário de Estado frente à opinião pública. Para *Um Intérprete*, os referidos *constituintes*, certamente, não eram os soldados brasileiros, na medida em que estes estavam acostumados à disciplina e toleravam *as mais duras privações sem se queixarem, e nós temos visto nas diferentes Campanhas do Sul arrostartem a fome, o frio, a nudez, toda a sorte de calamidades, e não darem indício algum de insubordinação*. De modo que, tudo indicava serem *constituintes*, os soldados estrangeiros, *que não respeitarão nem disciplina, nem juramentos, nem autoridades, quando quiserem saciar as suas vinganças, ou quando forem agitados por algum inimigo da ordem estabelecida*. Assim, a fala de Oliveira Álvares, ao invés de ser maléfica ao futuro da Nação, era antes um alerta para os desvios que ora eram cometidos pelos atuais ministros e secretários de Estado.⁷⁶¹

De modo diverso das demais divergências até então ocorridas entre Joaquim de Oliveira Álvares e os deputados da oposição⁷⁶², a discussão travada nesta sessão foi fundamental para delinear um profundo descontentamento desses frente aos atos praticados pelo então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, o qual se refletiria no desenrolar dos acontecimentos que conduziriam à verificação de sua responsabilidade, por outros fatos, na sessão anual legislativa de 1829. Face à tensão político-institucional, aprofundada pelo discurso de titular da pasta dos Negócios da Guerra, não havia mais como adiar a aplicação da lei da responsabilidade aos ministros e secretários de Estado, sob pena de a Câmara perder seu poder moral sobre o Governo. Vislumbrava-se, nesse momento, a possibilidade de se acusar os titulares das pastas dos Negócios da Guerra e da Fazenda pela continuação dos recrutamentos sem a prévia

Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de julho de 1829, p.144-145).

⁷⁶⁰ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 89, de 10 de setembro de 1828, p.373.

⁷⁶¹ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 93, de 19 de setembro de 1828, p.391.

⁷⁶² Nesse sentido, as divergências entre os deputados e Joaquim de Oliveira Álvares expressas durante as discussões em plenário dos projetos de lei sobre o orçamento da secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, sobre as *etapes* (elaborado a partir de uma proposta apresentada pelo governo) e sobre a fixação das forças terrestres (ver, respectivamente, em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessões dos dias 12 e 13; 23 e 25 de agosto de 1828, p.77-86; 129-134; 136-141).

autorização do Corpo Legislativo.⁷⁶³ Contudo, a proximidade do encerramento da sessão anual legislativa de 1828 impedia o prosseguimento do processo em face de qualquer desses ministros, na medida em que não havia tempo suficiente para a devida articulação dos deputados nesse sentido ou, mesmo, o seu desenrolar, nos termos da lei da responsabilidade. Ou seja, ao término da sessão anual legislativa de 1828, não apenas os deputados se articulavam para formalizar uma denúncia por responsabilidade em face de ministros e secretários de Estado, como também estavam escolhidos tanto os alvos a serem atingidos – os titulares das pastas dos Negócios da Guerra e da Fazenda – quanto a argumentação a ser utilizada. Foi adiado o início do processo de responsabilidade para o início da sessão anual legislativa de 1829. Mantido o objetivo, apenas foi a fundamentação legal da denúncia deslocada da questão do recrutamento para a da suspensão das formalidades que garantem a liberdade individual e da criação de uma comissão militar na província de Pernambuco, conforme analisado no próximo capítulo.

A sessão anual legislativa de 1828 se encerrou no dia 20 de setembro, após ter sido prorrogada por pouco mais de duas semanas, através do decreto de 28 de agosto⁷⁶⁴ – expedido pelo imperador enquanto delegado privativo do Poder Moderador –, adotado após consulta realizada no dia anterior no Conselho de Estado.⁷⁶⁵ Sublinhe-se que, na mesma sessão em que foi sugerida a dom Pedro I a prorrogação da sessão legislativa daquele ano, os conselheiros de Estado analisaram e aprovaram os termos da Convenção Preliminar de Paz, ajustada com a República de Buenos Aires, na qual se estabelecia o desmembramento da província Cisplatina.⁷⁶⁶ Ou seja, a ideia do Governo

⁷⁶³ Sobre interpretação, pelos deputados da oposição, dos artigos constitucionais relacionados à questão do recrutamento (artigos 15, §11; 36, §2; e 146 da C1824) ler discurso de Vasconcelos em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, terceiro ano da primeira legislatura, sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 09 de setembro de 1828, p.209-210.

⁷⁶⁴ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Segunda – Atos do Poder Executivo, p.120.

⁷⁶⁵ *Atas do Conselho de Estado*, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, sessão 12ª, realizada no dia 27 de agosto de 1828, p.33-35.

⁷⁶⁶ Presentes todos os conselheiros de Estado (os marqueses de Santo Amaro, de Inhambupe, de Queluz, de Caravelas, de Baependi, de Paranaguá, de Maricá e de São João de Palma; o conde de Lajes e o visconde com grandeza de São Leopoldo), o único que se manifestou contra os termos da Convenção Preliminar de Paz foi o marquês de Paranaguá, para quem “se deviam fazer ainda alguns esforços para se conservar a Província Cisplatina, e consultar previamente a Assembleia Legislativa, se forneceria subsídios e meios para a continuação da guerra” (*Atas do Conselho de Estado*, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, sessão 12ª, realizada no dia 27 de agosto de 1828, p.33-34).

Na elaboração da Convenção Preliminar de Paz entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio de Prata, ratificada pela Carta de lei de 30 de agosto de 1828, participaram, sob a mediação do lorde Ponsomby, como ministros plenipotenciários, o marquês de Aracati, José Clemente Pereira e

de prorrogar a sessão anual legislativa ocorreu, provavelmente, não apenas em decorrência de sua preocupação em aprovar a lei do Orçamento para o próximo ano financeiro (em cumprimento do disposto na Carta de 1824), mas, sobretudo, do intuito de se apresentar como um monarca constitucional em um momento em que o Governo poderia ser acusado de infringir a Lei Fundamental, ao ratificar um tratado internacional pelo qual se estabelecia a perda de um território pertencente ao império, sem a prévia aprovação pela Assembleia Geral Legislativa.⁷⁶⁷ A lei da responsabilidade pairava sobre os atos praticados pelos diversos ministros e secretários de Estado e os deputados da oposição aguardavam o momento propício para colocá-la em prática.

Dom Pedro I e seus ministros e secretários de Estado podiam perfeitamente prever que a manutenção das atividades da Assembleia Geral Legislativa, sobretudo após a notícia da ratificação da Convenção de Paz com o Governo de Buenos Aires, seria um risco político a correr, mas do qual não se poderia evitar dada a situação das

Joaquim de Oliveira Álvares, do lado brasileiro; Juan Ramon Balcarce e Tomas Guido, do lado das Províncias Unidas (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Segunda – Atos do Poder Executivo, p.121-132). Apesar de ratificado no final agosto, esse documento apenas seria divulgado depois do encerramento dos trabalhos legislativos. No *Diário Fluminense*, por exemplo, sua publicação ocorreu na edição do dia 27 de outubro (*Diário Fluminense*, volume 12, número 99, de 27 de outubro de 1828, p.395-397). Sobre as negociações que resultaram na elaboração desse documento, em substituição ao anteriormente alinhavado pelo Governo brasileiro com o plenipotenciário Manuel García no ano anterior, ver ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D.Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.144-145, 165-167; CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império, volume II: o primeiro reinado*. . Edição fac-similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Brasília: Senado Federal, 1998, p.447-460; CARNEIRO, David. *História da Guerra da Cisplatina*. Brasília: Editora da UnB, 1983, p.181-187; PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007, 269f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007, p.209-228.

⁷⁶⁷ A *Constituição Política do Império do Brasil*, por um lado, em seu artigo 102, §8, afirmava ser atribuição dos ministros e secretários de Estado, no exercício do Poder Executivo, “fazer Tratados de Aliança ofensiva, e defensiva, de Subsídio, e Comércio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembleia Geral, quando o interesse, e segurança do Estado permitirem. Se os Tratados concluídos em tempo de paz envolverem cessão, ou troca de Território do Império, ou de Possessões, a que o Império tenha direito, não serão ratificados, sem terem sido aprovados pela Assembleia Geral”; por outro, em seus artigos 1 e 2, declarava o império do Brasil “a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros”, os quais “formam uma Nação livre, e independente”, sendo seu território, “dividido em Províncias na forma em que atualmente [25 de março de 1824] se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado”. Não havia menção à perda de território, muito menos de uma província inteira e, a Cisplatina integrava o Império do Brasil desde sua independência frente ao Reino de Portugal.

Sobre o cuidado do governo brasileiro de apenas divulgar o Tratado Preliminar de Paz com Buenos Aires, após o encerramento da sessão anual legislativa de 1828, ocultando-o dos jornais, ver ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D.Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.171.

contas do Governo e a preocupação com a imagem de um monarca constitucional cultivada pelo imperador, e que lhe era necessária para se manter no poder – pessoalmente ou por meio de seus filhos – em ambas as margens do Atlântico. Assim sendo, logo após o término da sessão de 1828, no dia 25 de setembro, Calmon – provavelmente em virtude não apenas do empenho na aprovação da lei do Orçamento para o ano financeiro de 1829, mas também por suas ligações com banqueiros internacionais⁷⁶⁸ – voltou para a pasta dos Negócios da Fazenda e, em 22 de novembro

⁷⁶⁸ Na sessão do dia 06 de setembro de 1828, há referência a um ofício do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda – Batista Pereira – sobre o não pagamento da firma Samuel Phillips & Cia, o qual, juntamente com sua discreta defesa dos relatórios apresentados pelo seu antecessor no ministério, provavelmente, provocaram sua demissão por dom Pedro I. Ou seja, na decisão do imperador além do desempenho retórico, atuaram interesses de comerciantes de grosso trato e de banqueiros internacionais (em especial, da Praça de Londres) – com os quais Calmon mantinha diálogo (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, sessão do dia 06 de setembro de 1828, p.199). Este aspecto não passou despercebido pela imprensa do período que, jocosamente, abordava as relações de Calmon com os membros da corte. Neste sentido, ler em o jornal *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 94, de 22 de setembro de p.396 uma crônica sobre as semelhanças entre [Charles Alexandre de] Calonne (*contrôleur general des finances* de Luís XVI, de 1783 a 1787) e Calmon, cujos nomes e perfis (de acordo com os personagens da crônica) semelhantes levam à elaboração de uma caricatura do deputado-ex-ministro de Estado brasileiro.

Note-se que a apresentação do diploma de reeleição de Calmon como deputado reeleito pela província da Bahia ocorreu apenas na sessão do dia 23 de junho de 1829 e, apesar de aceito pela comissão de poderes (Maia, Silva Teles, Monteiro de Barros), provocou amplo debate acerca de sua regularidade. Durante a discussão do parecer da comissão de poderes, na sessão do dia 25 seguinte, Lino Coutinho (com o apoio de Vasconcelos) questionou tanto a colocação do tema em discussão, pelo presidente da Câmara dos Deputados (Araújo Lima), sem ser previamente designado para a Ordem do Dia, o que estava em desacordo com o previsto no Regimento Interno; quanto a própria votação recebida por Calmon. Vasconcelos (com o apoio de Custódio Dias e Holanda Cavalcanti) apresentou, nesta ocasião, uma emenda ao parecer da comissão de poderes, pela qual solicitava ao Governo as atas dos colégios eleitorais da Bahia para, desta forma, verificar a regularidade das eleições realizadas naquela província. Contudo, ao término da discussão, o parecer da comissão de poderes foi aprovado e a emenda proposta por Vasconcelos rejeitada. Durante essa discussão, Holanda Cavalcanti fez um dos discursos mais contundentes em relação à reeleição de Calmon pela província da Bahia, no qual proclamou: “lembremos de que o candidato é ministro de estado, nós sabemos o peso que tem um ministro de estado para se fazer reeleger ou pelo menos a vontade que tem os presidentes e magistrados, que são criaturas suas, para os fazer reeleger. Depois disso temos um exemplo do governo e da câmara dos senadores, no último senador da província de Pernambuco; vieram as listas, mas tinha faltado um colégio do Sertão; o governo não quis nomear o senador, recambiou a ata e determinou que se fizesse nova convocação do colégio. Ora, se o governo então fiscal nesses atos não quis estar por esta eleição, porque razão há de a câmara ser omissa, quando se trata da eleição de um candidato ministro de Estado? (...) Ainda que eu quero que os ministros de estado tenham aqui assento, não quero que o tenham contra a vontade de seus constituintes: não sei se esta eleição é contra a vontade dos povos; o que sei é que ela não está conforme a lei, e não estando conforme a lei, não deve ser recebida nesta câmara, e tanto mais não deve ser recebida, quando o governo mesmo é que tem dado este exemplo” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessões dos dias 23 e 25 de junho de 1829, p.154, 158, e 160-165).

Sublinhe-se que, na sessão do dia 27 de julho, Vasconcelos, Limpo de Abreu, Xavier de Carvalho e Costa Vilar apresentaram, em conjunto um declaração de voto contra o parecer da comissão de poderes sobre o diploma de reeleição de Calmon, o que expressa a relevância desta discussão para estes deputados que, deste modo, deixaram expresso nos *Anais* sua discordância com o modo pelo qual foi considerado reeleito, em sua província natal, o ministro dos negócios da Fazenda (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 27 de junho de 1829, p.168).

foi a vez de Teixeira de Gouveia retornar à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.⁷⁶⁹ Essas foram as últimas reformulações no quadro de ministros e secretários de Estado em 1828 e, com essa nova composição, o monarca enfrentou a batalha parlamentar travada na sessão anual legislativa do ano seguinte, mas cuja origem se relacionava diretamente aos avanços e recuos do Governo no diálogo com os deputados, com reflexos na imprensa contemporânea aos fatos. No próximo capítulo, refletir-se-á não apenas sobre as circunstâncias que possibilitaram aos deputados da oposição iniciarem o processo de responsabilidade em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, como também sobre os ganhos e perdas obtidas por cada um dos grupos em oposição naquele momento no Corpo Legislativo.

⁷⁶⁹ De acordo com JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.21.

CAPÍTULO 4 – Processo de Responsabilidade

Neste capítulo será analisado como os deputados da oposição, na última sessão anual legislativa da Primeira Legislatura, após a realização das eleições para a seguinte e da tumultuada sessão legislativa extraordinária em abril de 1829, não apenas deram início ao processo de responsabilidade em face de Joaquim de Oliveria Álvares, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, como também colheram os primeiros frutos de sua iniciativa. Se, por um lado, foram preservados os ex-ministros-marqueses, membros do Conselho de Estado responsável pela redação da Carta de 1824 e todos nomeados pelo imperador para o Senado em 1826; por outro, nenhum ministro e secretário de Estado, a partir de então, deixaria de ser alvo em potencial dos deputados da oposição. No decorrer da sessão anual legislativa de 1829 – tanto na extraordinária, quanto na ordinária –, o principal tema discutido em plenário foi o da efetiva aplicação da lei da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, por meio da formalização das denúncias e do início dos respectivos processos, o qual teve repercussões político-institucionais que extrapolaram o espaço e o tempo em que ocorreram, de modo a impactar, inclusive, nas Legislaturas seguintes. Não apenas foram articulados mecanismos de controle durante a Primeira Legislatura, como também eles se consolidaram ao serem efetivamente aplicados a casos concretos.

Neste capítulo, em primeiro lugar serão expostos os motivos pelo quais dom Pedro I, em 1829, convocou extraordinariamente os membros da Assembleia Geral Legislativa para se reunirem um mês antes da data estabelecida pela Carta de 1824 para o início das sessões anuais legislativas (subtítulo **4.1**). A seguir (subtítulo **4.2**), analisar-se-á o impacto causado na Câmara dos Deputados, durante a realização da sessão legislativa extraordinária, pelas notícias referentes aos desdobramentos da *rebelião* ocorrida na província de Pernambuco no início de fevereiro desse ano e, em especial, pelas medidas repressivas adotadas pelo Governo para debelá-la e punir exemplarmente os rebeldes nela envolvidos. Na sequência (subtítulo **4.3**), frente aos questionamentos formulados pelos deputados da oposição, bem como a persistência demonstrada por alguns deputados pela efetiva aplicação da lei da responsabilidade, refletir-se-á sobre o temor por eles despertado no Governo que, inclusive, chegou a consultar o Conselho de Estado sobre a possibilidade do adiamento do início da sessão legislativa anual ordinária daquele ano. No subtítulo **4.4**, serão objeto de reflexão os primeiros passos

dados efetivamente pelos deputados no sentido de formalizar denúncias em face de Oliveira Álvares e de Teixeira de Gouveia, respectivamente, ministros e secretários de Estado da Guerra e da Justiça.

Com o início da sessão anual legislativa ordinária, frente ao discurso imperial em defesa dos atos praticados por seus ministros e secretários de Estado e às primeiras vitórias do Governo na Câmara dos Deputados, houve o empenho dos deputados da oposição no sentido de efetivamente aplicar a lei da responsabilidade. Assim, no subtítulo **4.5**, serão expostos os relatórios apresentados pelos ministros e secretários de Estado da Guerra e da Justiça, em defesa dos decretos referentes à província de Pernambuco, bem como o parecer da comissão de constituição que concluiu pela continuidade do processo apenas em relação ao primeiro, o qual, após ampla discussão foi aprovado em plenário. Iniciado o processo de responsabilidade em face de Oliveira Álvares, no subtítulo **4.6**, mostrar-se-ão os argumentos apresentados por esse ministro e secretário de Estado (autoproclamado *mártir da constituição*) em sua defesa, nos termos da lei da responsabilidade, e o impacto favorável por eles causados na comissão especial incumbida de sua análise, cujo parecer concluiu pelo não cabimento de sua acusação no Senado. No subtítulo **4.7**, serão expostos os argumentos apresentados tanto pelos deputados favoráveis (**4.7.1**) quanto os contrários (**4.7.2**) à aprovação do decreto de acusação a ser apresentado no Senado para a continuação do processo nos termos da lei da responsabilidade. Na sequência, no subtítulo **4.8**, serão tecidas considerações sobre os impactos desse processo de responsabilidade no tocante tanto aos nele envolvidos diretamente, quanto a um primeiro passo rumo à consolidação por um lado, da responsabilidade penal dos ministros e secretários de Estado, enquanto mecanismo de controle dos atos do Poder Executivo (e, eventualmente, do Moderador, no caso do Império do Brasil, em virtude da adoção da divisão quadripartite do Poder); e por outro, de seus efeitos políticos. Por fim (subtítulo **4.9**) serão tecidas considerações sobre a não formalização de denúncias fundamentadas na lei da responsabilidade em face dos conselheiros de Estado, todos senadores e (ex-)ministros e secretários de Estado, por eventuais infrações aos textos legais por eles cometidas, quer por conselhos dados ao imperador, quer por atos praticados no exercício de um cargo ministerial.

4.1 – *Por assim pedir o bem do Império...*⁷⁷⁰ mas, qual o bem do Império?

Depois de algumas vitórias e muitas derrotas no decorrer de 1828, dom Pedro I – no exercício do Poder Moderador –, após consultar seu Conselho de Estado⁷⁷¹, convocou extraordinariamente os membros da Assembleia Geral Legislativa através do decreto de 9 de fevereiro de 1829, *por assim pedir o bem do Império*.⁷⁷² A convocação extraordinária resultou de uma sugestão de alguns dos conselheiros de Estado ao imperador⁷⁷³, diante do questionamento feito pelo marquês de Aracati referente à notícia da vinda de tropas portuguesas para o Brasil, em virtude do fechamento, pelo Governo inglês, do Depósito de Emigrados Portugueses em Plymouth⁷⁷⁴; e do acordo firmado entre os marqueses de Palmela, embaixador português, e de Barbacena, procurador de dom Pedro I e curador de dona Maria II, em sua viagem pela Europa.⁷⁷⁵ Ou seja, era um tema que tinha implicações tanto na questão do aumento das despesas previamente autorizadas pela lei do Orçamento, quanto do ingresso de tropas estrangeiras no país, ambos dependentes de prévia deliberação pelo Corpo Legislativo, de acordo com o disposto no artigo 15, parágrafos 10 e 12 da Carta de 1824.⁷⁷⁶

⁷⁷⁰ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, parte II – Atos do Poder Executivo, p.22.

⁷⁷¹ De acordo com o disposto na *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 101, §2 combinado com o artigo art.142.

Atas do Conselho de Estado, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, sessão 22ª, realizada no dia 07 de fevereiro de 1829, p.57-58.

⁷⁷² *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, parte II – Atos do Poder Executivo, p.22. O decreto – ato praticado no exercício do Poder Moderador – teve a referenda do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, José Clemente Pereira. A justificativa *por assim pedir o bem do Império* era uma reprodução do texto constitucional que em seu artigo 101, §2, autorizava a convocação extraordinária da Assembleia Geral, “nos intervalos das sessões, quando assim o pede o bem do Império” (grifos meus).

⁷⁷³ Presentes sete conselheiros na sessão do Conselho de Estado realizada no dia 7 de fevereiro de 1829, três (os marqueses de Caravelas, Maricá e São João de Palma) votaram a favor da imediata convocação extraordinária da Assembleia Geral Legislativa; ao passo que os demais (os marqueses de Santo Amaro, Inhambupe, Queluz, e o conde de Lajes) consideraram prematura a convocação extraordinária e defenderam a ideia de o imperador primeiro adotar as providências necessárias para acolher os emigrados portugueses para, depois, prestar contas na sessão anual legislativa ordinária que abriria em breve.

⁷⁷⁴ Sobre o episódio do fechamento do Depósito de Emigrados Portugueses em Plymouth, e seu impacto no desenrolar da questão sucessória portuguesa, ver AGUIAR, Antônio Augusto de (pseudônimo de Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena). *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.577-601; LIMA, Oliveira. *Dom Pedro e Dom Miguel: a querela da sucessão (1826-1834)*. (1ª edição:). Brasília: Senado, 2008; BONIFÁCIO, Maria de Fátima. A « causa » de D. Maria II (1826-1834). In : *Análise Social*, volume XXXIX (172), 2004, p.529-545.

⁷⁷⁵ AGUIAR, Antônio Augusto de (pseudônimo de Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena). *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.562.

⁷⁷⁶ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 15: “É da atribuição da Assembleia Geral (...) §10 Fixar anualmente as despesas públicas, e repartir a contribuição direta [sublinhe-se que a fixação das despesas pela Câmara se dava a partir das informações prestadas anualmente pelo Ministro da Fazenda, nos termos do artigo 172 – O Ministro de Estado da Fazenda,

Contudo, pelo decreto convocatório não se fazia qualquer referência ao motivo pelo qual os deputados e os senadores deveriam se reunir antes do dia 03 de maio – data estabelecida pelo texto constitucional para a sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa. De tal modo que essa indefinição da parte do Governo gerou a produção de uma série de artigos na imprensa em relação ao que movera o monarca a antecipar o início dos trabalhos legislativos de 1829. Para os jornais ministeriais, diversas eram as motivações da convocação extraordinária: no *Diário Fluminense*, era o tratamento a ser dado aos *Emigrados Portugueses* que, em breve, desembarcariam no Rio de Janeiro; no *Courrier*, a necessidade de se instituir novos tributos e se regulamentar os abusos da liberdade de imprensa; e no *Jornal do Comércio*, a revisão do texto constitucional. Os jornais da oposição, por sua vez, aproveitaram o momento para criticar aqueles que apoiavam o Governo e defendiam a reforma do texto constitucional. Para o jornal *A Aurora Fluminense*, por exemplo, o motivo era a regulamentação das presas de guerra e, em especial, o pagamento de indenização à Inglaterra.⁷⁷⁷

O mistério prosseguiu até a sessão imperial de abertura da sessão extraordinária da Assembleia Geral Legislativa, realizada no dia 02 de abril de 1829, momento no qual dom Pedro I expôs os dois os motivos de sua convocação: a notícia da vinda de tropas estrangeiras de emigrados portugueses e os negócios da Fazenda em geral, *e com especialidade o arranjo do Banco do Brasil*.⁷⁷⁸ O primeiro, de acordo com dom Pedro I, cessara enquanto que o segundo deveria ser objeto de deliberação pelo Corpo Legislativo, a partir de proposta a ser apresentada pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, de modo a fornecer *ao governo os meios precisos e indispensáveis para se executar com proveito*. Entretanto, apesar de ter sido convocada especificamente para tratar da questão do *arranjo* do Banco do Brasil, não seria este o tema a despertar a atenção dos deputados, mas sim o da utilização pelo Governo do artigo 179, parágrafos 34 e 35 para não apenas suspender *as formalidades que garantem*

havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos às despesas das suas Repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas públicas do ano futuro, e da importância de todas as contribuições, e rendas públicas]; (...) §12 Conceder, ou negar a entrada de forças estrangeiras de terra e mar dentro do Império, ou dos portos dele.”

⁷⁷⁷ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 171, de 30 de março de 1829, p. 705-706.

⁷⁷⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 02 de abril de 1829, p.7.

a liberdade individual⁷⁷⁹ na província de Pernambuco; como também para nela criar uma comissão militar com a finalidade de julgar sumariamente os *cabeças da rebelião de facciosos* ocorrida no início de fevereiro daquele ano. Discussão diretamente relacionada à aplicação da lei da responsabilidade sancionada pelo imperador no dia 15 de outubro de 1827 e que extrapolaria a sessão extraordinária de modo a ser o principal tema discutido em grande parte da ordinária de 1829.

4.2 – O ministério atual tem perdido a confiança da nação...⁷⁸⁰ – a indignação dos deputados diante dos Decretos de 27 de fevereiro de 1829.

As notícias provenientes da província de Pernambuco agitaram as discussões legislativas travadas durante a sessão extraordinária de 1829.⁷⁸¹ No início de fevereiro⁷⁸², de acordo com a narrativa feita por Tomás Xavier Garcia de Almeida⁷⁸³,

⁷⁷⁹ Sublinhe-se que na redação desses parágrafos do artigo 179, os redatores da Carta de 1824 partiram do disposto nos artigos 26 a 28 do projeto de constituição (lido na sessão do dia 01 de setembro de 1823 na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa e publicado *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Edição fac-similar. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 6, 2003, tomo II, Volume 1º, Número 65, sessão do dia 1º de setembro de 1823, p.690) para neles inserir a possibilidade de a suspensão das formalidades que garantem a liberdade individual ser realizada pelo Governo, excepcionalmente, sem prévia autorização da Assembleia Geral Legislativa “não se achando porém a esse tempo reunida a Assembleia, e correndo a Pátria perigo iminente”. Nesse sentido, ver LEAL, Aurelino. *História Constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p.119-120).

Conforme sublinha Manoel Gonçalves Ferreira Filho, trata-se de fato de uma hipótese de Estado de Sítio, mesmo sem ser utilizada essa expressão no texto constitucional (FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Estado de direito e Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2004 (1ª edição: 1988), p.118-120). E, no mesmo sentido, Cyril Lynch, porém fundamentado em Giorgio Agamben, ao tratar da suspensão das formalidades na província de Pernambuco, em 1829 (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, p.159).

⁷⁸⁰ Trecho do discurso proferido por Vasconcelos na sessão do dia 06 de abril de 1829 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 06 de abril de 1829, p.14).

⁷⁸¹ A sessão extraordinária de 1829, após ser convocada pelo decreto de 09 de fevereiro, teve sua primeira reunião preparatória no dia 28 de março e encerrou suas atividades com o início da sessão anual legislativa daquele ano (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro – sessão extraordinária da Câmara dos Deputados).

⁷⁸² De acordo com o *Diário de Pernambuco* (*Diário de Pernambuco*, número 29 de 06 de fevereiro de 1829, p.113-114), os boatos sobre a instalação de um governo popular na vila de Santo Antônio começaram a circular no Recife, no dia 01 de fevereiro (domingo), quando um grupo armado saiu dos Afogados e se dirigiu àquela vila onde, no dia seguinte, após soltarem os presos, tentaram instalar um novo Governo. O jornal apontava como líderes da “desaforada quixotada”: Nobre, Manoel Firmino, Mello, Luiz Roma e Luiz de Barros.

Parte dos ofícios trocados entre o presidente provincial, o governador das Armas sobre o desenrolar da rebelião ocorrida no mês de fevereiro na província de Pernambuco foram publicados pelo *Diário de Pernambuco*, ao longo do mês de fevereiro de 1829.

⁷⁸³ O ofício de Tomás Xavier Garcia de Almeida, presidente da província de Pernambuco, a Clemente Pereira, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, datado de 12 de fevereiro, foi publicado na edição do dia 27 de fevereiro de 1829 do *Diário Fluminense* (*Diário Fluminense* de 27 de fevereiro de

vinte e tantos indivíduos armados se levantaram e, a cavalo, saíram do povoado de Afogados em direção à vila de Santo Antônio, onde chegaram *já com número de setenta e tantos*. Nessa vila, soltaram os presos da cadeia, apoderaram-se das armas do quartel e tentaram instalar um *governo revolucionário contra a o soberano poder de Sua Majestade o Imperador*. Não conseguiram atingir seu intento pois, logo de início, não obtiveram o apoio da Câmara; além disso, o Capitão-mor da Vila reuniu *gente para lhe fazer oposição*, enquanto era aguardada a tropa *de 280 praças* enviada pelo presidente provincial para garantir a ordem na província. Diante desse quadro, temendo a chegada da tropa, os rebeldes *se dirigiram em rota batida* à comarca do Sertão e, posteriormente, ao Brejo da Madre de Deus, onde o presidente provincial acreditava que já tinham sido *batidos*, de forma a ter sido restaurada a tranquilidade na província.⁷⁸⁴

1829, volume 13º, número 46, p.187-188). Provavelmente a chegada deste documento no Rio de Janeiro, juntamente com os demais relacionados à denominada Revolta dos Afogados, ocorreu no dia 24 de fevereiro, data em que aportou na corte o brigue escuna Patagônia, requisitado pelas autoridades pernambucanas para o transporte destes documentos (*Diário Fluminense* de 27 de fevereiro de 1829, volume 13º, número 45, p.186 – Notícias Marítimas).

Era governador das Armas da província de Pernambuco Antero José Ferreira de Brito e secretário de Estado, Vicente Thomás Pires de Figueiredo Camargo.

Antero José Ferreira de Brito (barão com grandesa de Tramandaí em 14 de março de 1855) nasceu em Porto Alegre, a 11 de janeiro de 1787; e faleceu no Rio de Janeiro, a 5 de fevereiro de 1856. Filho do médico Antero de Brito, secretário particular do marquês de Pombal. Militar, participou das campanhas da Cisplatina (1811), Bahia (1823) e de Pernambuco (1825). Foi promovido a brigadeiro em 1828. Na Regência e no Segundo Reinado exerceu os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra e interino da Marinha (1832), e de presidente das províncias do Rio Grande de São Pedro do Sul (1836) e de Santa Catarina (1840-1849) (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.512).

⁷⁸⁴ De acordo com ofícios de Francisco Jacinto Pereira (coronel comandante da expedição) para Ferreira de Brito (governador das Armas), publicados no *Diário de Pernambuco*, verifica-se que, de fato, as tropas enviadas por Garcia de Almeida não conseguiam alcançar os *facciosos*, e muito menos, detê-los em sua marcha (*Diário de Pernambuco*, número 36, de 14 de fevereiro de 1829, p.142-143).

A despeito da relevância desses acontecimentos ocorridos na província de Pernambuco, sobretudo em seus desdobramentos na Câmara dos Deputados com a abertura do processo de responsabilidade em face de um ministro e secretário de Estado, há pouca historiografia a ela relacionada. Há referências esparsas nos autores que se debruçaram ao Primeiro Reinado, ou a temas relacionados ao período imperial como um todo (MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 2, p.160-164; LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monárquico: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, p.158-160). Mesmo o historiador Amaro Quintas, ao tecer considerações sobre a província de Pernambuco durante o Primeiro Reinado, apenas se referiu à *República dos Afogados* para, após analisar o papel desempenhado pelas sociedades secretas durante esse período, exemplificar o estado de ebulição vivido na província de Pernambuco e repressão desproporcional à insignificância dos acontecimentos de 1829. Sobre o tema da revolta dos Afogados, apesar de não abordar especificamente do tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, ver a tese de Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca, sobre a presença do ideário republicano no Império do Brasil, e os artigos de Marcus Carvalho, sobre as eleições de 1828-30 e a questão do poder local na província de Pernambuco (CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. “Aí Vem o Capitão-Mór”- As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil imperial. In: *Tempo*, volume 7, número 13, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, julho de 2002, p.157-187).

O que parecia ser um mero relato de uma revolta frustrada, transformou-se em *rebelião de facciosos que tem por fim mudar a forma de governo monárquico constitucional estabelecido e jurado neste Império*, nas palavras de Teixeira de Gouveia, em ofício, datado de 27 de fevereiro, encaminhado a Garcia de Almeida, juntamente com o decreto de suspensão provisória das formalidades constitucionais que garantem a liberdade individual, a ser executado na província. Além desse decreto referendado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, outros dois foram expedidos, na mesma data, e referendados por Joaquim de Oliveira Álvares: um referente à criação de uma comissão militar, para processar verbal e sumariamente *os cabeças e os que forem apanhados com as armas nas mãos*; o outro, determinando a execução imediata das sentenças nela proferidas *sem a obrigatoriedade de as enviar ao imperador, de acordo com o disposto na lei de 14 de Setembro de 1826*.⁷⁸⁵

Com o início da sessão extraordinária da Assembleia Geral Legislativa de 1829 – pouco mais de um mês após a publicação dos decretos de 27 de fevereiro de 1829, no *Diário Fluminense*, órgão oficial do Governo, seguida por inúmeras críticas formuladas pela imprensa da oposição⁷⁸⁶ –, coube à Holanda Cavalcanti (com o apoio expresso apenas de Custódio Dias) apresentar o tema para a discussão na Câmara dos Deputados, na sessão do dia 03 de abril de 1829, a primeira realizada após a sessão imperial de abertura.⁷⁸⁷ Em um discurso inflamado, o deputado pernambucano solicitou, sem

⁷⁸⁵ Os decretos de 27 de fevereiro de 1829 foram publicados no *Diário Fluminense* (volume 13, número 47, de 28 de fevereiro de 1828, p.191-192).

⁷⁸⁶ Nesse sentido, consultar o jornal *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 161, de 04 de março de 1829, p.661-663, no qual foram denunciadas as arbitrariedades cometidas na província de Pernambuco. Para o jornal, o governo não apenas abusara do poder que lhe fora atribuído pela Carta de 1824 ao suspender as “formalidades que garantem a liberdade individual”, sem a previsão de uma data para o término desta medida; como também, ao criar uma comissão militar, usurpara uma atribuição reservada ao Poder Judicial. Dessa forma, proclamava o periódico: “em um país livre, e que tem sede de regime legal, amiudar a ereção desses Tribunais de sangue, de aspecto horroroso, e em que não há uma circunstância, que favoreça, e dê alento ao acusado, é, quanto à nós, um grande erro, além de um ato inconstitucional. Não é útil endurecer os ânimos, nem acostumar os Povos à carnagem, e às execuções rápidas; a sensibilidade se embota, e adquire-se uma frieza feroz ao crime, que produz péssimos resultados” (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 161, de 04 de março de 1829, p.662). Frente a esse quadro de exceção político-institucional, o periódico *A Aurora Fluminense* conclamava os representantes eleitos da nação, tão logo se reunissem em plenário, a se posicionarem contra este ato arbitrário cometido pelos ministros e secretários de Estado contra os rebeldes pernambucanos. Cumpre-se notar que muitos dos argumentos utilizados por este jornal seriam utilizados pelos deputados da oposição para atacar os ministros e secretários de Estado dos Negócios da Justiça e da Guerra envolvidos com este episódio. Aliás, não foi mero acaso, a publicação, nesse mesmo número do periódico, de um texto de Benjamin Constant contra a aplicação da pena de morte para os crimes políticos (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 161, de 04 de março de 1829, p.664).

⁷⁸⁷ Para uma interpretação diversa deste episódio, ver ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de

sucesso⁷⁸⁸, a imediata apuração dos fatos relacionados à expedição dos decretos ministeriais relacionados a sua província natal, fundamentados no *perigo iminente* em que se encontrava a *Pátria*, bem como a verificação da responsabilidade do *ministério* por *abuso do poder* que lhe foi conferido pelo texto constitucional:

Sr. presidente, eu tenho de fazer a esta augusta câmara uma indicação urgentíssima. Nós somos guardas da constituição, e quanto contra ela se fizer deve logo chamar a nossa atenção para que a lei fundamental do império não seja infringida. O ministério, senhores, tem abusado do poder, e quando se espera que dê conta à câmara do seu procedimento, pede-nos dinheiro para ocorrer [sic] às necessidades da nação. (...) A constituição diz, que correndo a pátria perigo eminente poderá o governo, se a assembleia não estiver a esse tempo reunida, suspender algumas garantias individuais do cidadão, o governo fez essa suspensão; logo, a pátria está em perigo eminente. E como de nada nos informa o governo? Eu digo, senhores, que nada devemos nem podemos fazer sem que o governo nos dê conta deste seu procedimento.⁷⁸⁹

Contudo, logo na sessão do dia 06 de abril de 1829, durante a discussão da resposta à fala do trono, os deputados favoráveis à apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado (quer desde já na sessão extraordinária, ou aguardando-se o início da ordinária) dividiram-se em dois grupos. De um lado, para Holanda Cavalcanti (com o apoio expresso de Cunha Matos, Costa Aguiar e de acordo com posição majoritária na câmara temporária), cumpria ao Corpo Legislativo imediatamente proceder à apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado infratores do texto constitucional, aplicando-se-lhes a punições previstas na lei de 15 de outubro de 1827. Desse modo, de acordo com esses deputados, da mesma forma como os Poderes Executivo e Moderador não eram juízes do Poder Legislativo, a este não era admissível se intrometer em assuntos internos dos demais poderes, como por exemplo, na nomeação e demissão dos ministros e secretários de Estado pelo

Doutorado em História e Cultura Política, 2013, em especial o capítulo 3, no qual analisa o *torneio retórico* travado em torno dos decretos de 27 de fevereiro de 1829, referentes à província de Pernambuco.

⁷⁸⁸ Após ter sido levantado o questionamento sobre a possibilidade ou não de se analisar, em sessão extraordinária, a acusação formulada por Holanda Cavalcanti, a questão foi enviada à análise pela comissão de constituição, cujo parecer – favorável à análise conjunta da questão pelas comissões de constituição da Câmara dos Deputados e do Senado – foi discutido nas sessões dos dias 09 e 11 de abril de 1829, e aprovado o adiamento da discussão da matéria até o início da sessão ordinária (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 11 de abril de 1829, p.32).

⁷⁸⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 03 de abril de 1829, p.8.

imperador, uma atribuição por ele exercida enquanto delegado privativo do Poder Moderador, dispensada a consulta ao Conselho de Estado.⁷⁹⁰ De outro, para Vasconcelos (com o apoio expresso de Lino Coutinho e Custódio Dias), o atual *ministério* não só era responsável por diversas infrações, como também deveria ser *imediatamente* demitido pelo imperador, na medida em que perdera a confiança da nação. Sublinhe-se que, ao assim se posicionar, Vasconcelos defendia a implantação, na prática parlamentar brasileira, da *moção de censura*, um mecanismo de controle dos atos dos ministros e secretários de Estado articulado nos parlamentos britânico e francês, conforme analisado no primeiro capítulo desta tese. Proclamava o deputado mineiro, em defesa de sua proposta em relação aos atos praticados pelo Governo:

Não desanimemos, senhores, a nação brasileira tem muitos recursos, e logo que o grande monarca brasileiro encontre um ministério digno de sua inteira confiança, o Brasil há de sair de seus atuais embaraços, e brevemente florescer. (...) E conquanto eu não julgue o estado em crise, tenho, que com tal ministério, ou ao menos com sua maioria, não será possível a ordem e felicidade do Brasil. *O ministério atual tem perdido a confiança da nação*; o Brasil, senhores, tem horror a ministros, que suspendem todas as formalidades tutelares do homem constituído em sociedade, que criam comissões militares, que despacham Verres⁷⁹¹ para as províncias, que demitem, preterem, reformam contra as leis os bons servidores da nação; que não querem economias, mas sim dissipações do sangue público. (grifos meus)⁷⁹²

Tratava-se de um aspecto da articulação de mecanismos de controle dos atos ministeriais, o qual, juntamente com a efetiva apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, mobilizaria a atenção dos deputados em grande parte da sessão anual legislativa de 1829. Sublinhe-se que, apesar dessas diferenças pontuais, em relação ao papel a ser desempenhado pelo Corpo Legislativo no diálogo a ser estabelecido com o Governo, em um ponto Vasconcelos e Holanda Cavalcanti – juntamente com o grupo de deputados da oposição – concordavam, em oposição aos

⁷⁹⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 06 de abril de 1829, p.17.

⁷⁹¹ Referência ao pretor romano Verres que, durante seu governo da Sicília, instituiu novos impostos ilegais e pilhou as obras de arte dos templos e cidadãos sicilianos. A acusação de Verres, pelas infrações cometidas, foi articulada por Cícero – que exercia o cargo de questor na Sicília – e, posteriormente, publicada.

⁷⁹² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 06 de abril de 1829, p.13-14.

deputados ministeriais: tanto o Poder Executivo quanto o Poder Moderador eram responsáveis pelos atos por eles praticados, ou, nas palavras de Vasconcelos: *o poder moderador é responsável como o executivo. Entre os dois só uma diferença vejo, e é que o poder executivo é delegado, e o poder moderador não pode ser delegado, e é privativo da pessoa do monarca, que exerce pelos seus ministros; e eis aqui a verdadeira diferença que há na natureza dos dois poderes*, afirmava o deputado mineiro.⁷⁹³

Nessa discussão, coube ao deputado-ministro José Clemente Pereira⁷⁹⁴ a articulação da defesa do Governo, na qual conseguiu convencer os demais deputados a não inserirem uma *moção de censura*, ou mesmo se referirem a eventual responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, inclusive por atos praticados pelo monarca no exercício do Poder Moderador, no texto da resposta à fala do trono proferida na abertura da sessão extraordinária de 1829. Contudo, a não inserção não significou a não discussão desses temas, os quais permaneceram em cena durante todo o último ano da Primeira Legislatura, conforme analisado a seguir neste capítulo.

Da mesma forma que parte dos deputados da oposição não conseguiram inserir uma *moção de censura* no texto da resposta à fala do trono⁷⁹⁵, a recusa dos ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império, da Justiça e da Guerra de prestarem as informações a eles solicitadas durante a sessão extraordinária⁷⁹⁶ – sob a alegação de que a obrigação de participar ao Corpo Legislativo as informações solicitadas se restringia ao período das sessões ordinárias⁷⁹⁷ – contribuiu para o acirramento dos ânimos e a efetiva aplicação da lei da responsabilidade logo depois de aberta da sessão anual legislativa ordinária de 1829. Conforme sublinhou Xavier de Carvalho, poucos dias

⁷⁹³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessões de 06 e 07 de abril de 1829, p.14-15, 22-23.

⁷⁹⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 07 de abril de 1829, p.25-27.

⁷⁹⁵ A versão final do texto da resposta à fala do trono foi aprovado na sessão do dia 07 de abril e lido para o imperador no dia 10 seguinte (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessões dos dias 07 e 10 de abril de 1829, p.27; 29-30).

⁷⁹⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessões dos dias 11, 14 e 22 de abril de 1829, p.32, 34-35 e 36.

⁷⁹⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 24 de abril de 1829, p.42.

antes das referidas recusas ministeriais, de acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 179, §35, a suspensão de *algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual*, sem prévia consulta ao Corpo Legislativo, era uma medida excepcional e implicava na obrigatoriedade de o ministro e secretário de Estado apresentar à Assembleia, *logo que reunida for, uma relação motivada das prisões, e d'outras medidas de prevenção tomadas; e quaisquer Autoridades, que tiverem mandado proceder a elas, serão responsáveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito*. Ou seja, pelo texto constitucional o cumprimento da obrigação ministerial não estava relacionado ao fato de a reunião ser em sessão ordinária ou em sessão extraordinária.⁷⁹⁸ Portanto, não havia justificativa possível e plausível para o Governo se recusar a prestar as informações que lhes foram solicitadas pelos deputados.⁷⁹⁹

Frente às recusas ministeriais de prestarem as informações solicitadas pelos deputados e às manifestações indignadas de Lino Coutinho, Custódio Dias, Holanda Cavalcanti, Souza França e Ferreira França diante da postura adotada pelo Governo, Vasconcelos defendeu – com sucesso – a ideia de que antes de se acusarem os ministros e secretários de Estado, deveria a questão ser analisada pela comissão de constituição, composta pelos deputados Lino Coutinho, Costa Carvalho, Vasconcelos, Cruz Ferreira e Araújo Lima. Assim foi realizado e, de acordo com parecer, lido por Lino Coutinho, na sessão do dia 23 de abril de 1829⁸⁰⁰, e aprovado na do dia seguinte, apesar das

⁷⁹⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 11 de abril de 1829, p.30.

⁷⁹⁹ Note-se que no Senado, discussão semelhante, sobre o que pode ou não ser tratado nas sessões extraordinárias, foi travada a partir de indicação formulada pelo marquês de Caravelas (*Anais do Senado do Império do Brasil: quarta sessão da primeira legislatura – ano de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, tomo primeiro, sessão do dia 03 de abril de 1829, p.12: “devemos concluir que esta [a Assembleia Extraordinária] tem todas as atribuições que tem a ordinária”). De acordo com o marquês de Caravelas: “Se não achamos na Constituição uma só palavra que distinga as sessões extraordinárias das ordinárias, é do nosso dever reconhecer que as atribuições que se declaram nestas são aplicáveis àquelas. Se a Constituição quisesse que nas sessões extraordinárias se não tratasse de mais assuntos do que aqueles para que foi convocada, assim o declararia mui expressamente. A minha hermenêutica não admite exceções que não sejam expressas e enunciadas com a maior clareza, muito mais quando na observância da regra se não segue absurdo” (*Anais do Senado do Império do Brasil: quarta sessão da primeira legislatura – ano de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, tomo primeiro, sessão do dia 03 de abril de 1829, p.14) Em sentido contrário ao marquês de Caravelas, posicionaram-se os marqueses de Paranaguá e de Palma. Cumpre-se notar que o Senado praticamente não se reuniu durante toda a sessão extraordinária. E, como não podia tratar de outros assuntos fora o da convocação imperial, nada tinha para fazer. O que, inclusive, acarretou a falta de quórum para se reunir em diversas sessões.

⁸⁰⁰ O texto integral do parecer da comissão de constituição está publicado em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 24 de abril de 1829, p.42.

manifestações contrárias de Custódio Dias e Holanda Cavalcanti⁸⁰¹, o plenário da Câmara dos Deputados se posicionou a favor do adiamento da discussão até o início da sessão legislativa ordinária – apesar de reconhecer a obrigatoriedade de os ministros e secretários de Estado prestarem as informações solicitadas pelos deputados, nos termos da interpretação dada por Xavier de Carvalho ao artigo 179, §35 da Carta de 1824.

Cumpra-se notar que, durante as discussões legislativas travadas nas sessões dos dias 23 e 24 de abril, Custódio Dias e Holanda Cavalcanti se posicionaram contra o referido parecer e argumentaram a favor da imediata formalização das denúncias em face dos ministros e secretários de Estado infratores do texto constitucional. O deputado pernambucano apresentaria, inclusive, como emendas ao parecer da comissão de constituição supramencionado duas denúncias, uma endereçada ao titular da pasta dos Negócios da Guerra e outra ao da pasta dos Negócios da Justiça, as quais foram devolvidas a seu autor, para que as reapresentasse no momento propício, qual seja, depois da abertura da sessão anual legislativa ordinária, prevista para ocorrer no dia 03 de maio próximo.

4.3 – Persistência dos deputados da oposição e temor do Governo – dúvidas acerca do adiamento da abertura da sessão anual legislativa ordinária da Assembleia Geral Legislativa

Frente a toda essa mobilização dos deputados da oposição e após ter obtido poucos resultados efetivos da convocação extraordinária da Assembleia Geral Legislativa – em especial, na questão do *arranjo* do Banco do Brasil⁸⁰² – e ter sido

⁸⁰¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessões dos dias 23 e 24 de abril de 1829, p.41-46.

⁸⁰² O ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda apresentou a proposta do Governo sobre a depreciação das Notas do Banco do Brasil na sessão do dia 04 de abril de 1829, a qual foi analisada pela comissão de fazenda da Câmara dos Deputados (composta pelos deputados Ledo, Vasconcelos, Lino Coutinho, Araújo Lima, Holanda Cavalcanti, Araújo Basto, Resende Costa, Silva Guimarães e Souza França), cujo parecer – convertendo a proposta em projeto de lei a ser apreciado em plenário – foi lido e aprovado na sessão do dia 23 do mesmo mês. A primeira discussão do projeto de lei da comissão de fazenda sobre a depreciação das Notas do Banco do Brasil (elaborado a partir da proposta do Governo) ocorreu nas sessões dos dias 27 e 28 de abril; a segunda discussão nas sessões dos dias 29 e 30 de abril, 02, 08, 16, 18, 19, 20, 21 e 22 de maio (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessões dos dias 04, 27 a 30 de abril e 02 de maio de 1829, respectivamente nas p.9-11; 40-41; 50-55; 55; 58; 63-68; 69-73; tomo segundo, sessões dos dias 08, 16, 15, 18, 19, 20, 21, 22 de maio de 1829, respectivamente nas p.79-83, 85-89, 90-96, 98-104, 107-115, 115-124, 125-131); e a terceira discussão nas sessões dos dias 23, 26, 27, 29 e 30 de maio, 27 e 30 de junho, 01 de julho de 1829, respectivamente nos tomos segundo, p.140-145, 147-156, 159-167, 169-174, 177-178; terceiro, p.174-

indiretamente atacado através das críticas formuladas por diversos deputados aos atuais ministros e secretários de Estado – inclusive com a formalização, por Holanda Cavalcanti, de denúncias em face dos titulares das pastas dos Negócios da Guerra e da Justiça⁸⁰³ –, dom Pedro I cogitou em decretar o adiamento da sessão anual legislativa ordinária, antes da realização da sessão imperial de abertura.⁸⁰⁴ Nesse sentido, ocorreu a consulta, formulada pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, ao Conselho de Estado na sessão realizada no dia 27 de abril (segunda-feira), na qual os conselheiros foram questionados sobre o modo de se interpretar a atribuição do Poder Moderador prevista no artigo 101, § 5º, da Carta de 1824, no trecho *adiando a Assembleia Geral*, e sua aplicabilidade às *atuais circunstâncias* nas quais se encontrava o Império do Brasil.⁸⁰⁵

Diante do acirramento da discussão política, dom Pedro I se encontrava frente a um dilema sobre o que fazer em relação às eventuais denúncias que, logo após a abertura da sessão anual legislativa ordinária, seriam formuladas pelos membros da Câmara dos Deputados em face de seus atuais ministros e secretários de Estado. Se dissolvesse a câmara temporária e convocasse novas eleições, como lhe era imposto pelo texto constitucional⁸⁰⁶, era provável que não apenas os mesmos deputados da oposição fossem reconduzidos ao Corpo Legislativo⁸⁰⁷, como também com maior afincio

178, 182-188; quarto, p.11-15). Sobre o primeiro Banco do Brasil, criado pelo Alvará de 12 de outubro de 1808 e extinto pela lei de 23 de setembro de 1829, em especial enquanto negócio lucrativo para seus acionistas inclusive após o encerramento de suas atividades, ver PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Negociantes, independência e o primeiro banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios. In: *Tempo*, n.15, p.71-91, 2003; CARDOSO, José Luís. Novos Elementos para a História do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n° 59, 2010, p.167-192.

⁸⁰³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 24 de abril de 1829, p.45.

⁸⁰⁴ Em *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 181, de 24 de abril de 1829, p.749-750, há uma reflexão sobre os boatos acerca de uma possível dissolução da Câmara dos Deputados, os quais, de acordo com o jornal, sempre surgiam quando propostas do governo estavam a ser deliberadas pelo Corpo Legislativo.

⁸⁰⁵ *Atas do Conselho de Estado*, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p.77-78. Sublinhe-se que dos oito conselheiros presentes, apenas dois – o marquês de São João de Palma e o conde de Lajes (aliás, os únicos conselheiros de Estado nascidos em Portugal) – não eram redatores do texto constitucional, ora objeto de interpretação pelo Conselho de Estado.

⁸⁰⁶ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 101, §5: Art. 101. “O Imperador exerce o Poder Moderador: (...) §5 Prorrogando, ou adiando a Assembleia Geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando imediatamente outra, que a substitua” (grifos meus).

⁸⁰⁷ Em *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 181, de 24 de abril de 1829, p.750, vislumbra-se nas eleições para a Segunda Legislatura da Assembleia Geral Legislativa, parcialmente finalizadas nas províncias, uma das possíveis razões para dom Pedro I temer a realização de novas

se dedicassem à causa que lhes fora interrompida por um decreto imperial que na prática, reproduzia, poucos anos depois, a situação político-institucional vivida em 1823.⁸⁰⁸ Além disso, era-lhe obrigatório ser um monarca constitucional, não apenas diante dos cidadãos brasileiros, mas também dos portugueses, em especial no que se referia aos recentes desdobramentos da *causa* de sua filha – dona Maria II – no Reino de Portugal, de modo a assegurar o apoio dos liberais peninsulares à sua causa.⁸⁰⁹

eleições, caso fosse dissolvida a Câmara dos Deputados, antes da abertura da sessão anual legislativa ordinária. Nas eleições de 1828-1829 realizadas para a Segunda Legislatura, em grande parte já finalizadas nas diversas províncias do império, houve a consagração daqueles que se posicionavam criticamente em relação ao governo e desta forma deu força aqueles que se dedicavam a questionar as políticas governamentais! De um modo geral, nessas eleições, não apenas os principais opositores do governo foram reeleitos (apesar dos esforços empreendidos pelo Governo para a eleição dos candidatos por ele apoiados), como também houve ampla renovação na Câmara dos Deputados, de modo a nela ingressar liberais históricos, muitos dos quais recém chegados do exílio, como o Padre José Martiniano de Alencar e Martim Francisco Ribeiro de Andrada (eleitos, respectivamente, pelas províncias do Ceará e de Minas Gerais). Nesse sentido se manifestaram os periódicos do período, de modo a elogiar a nova composição da câmara temporária e a consolidação do sistema de governo representativo no Império do Brasil. De acordo com o periódico *A Aurora Fluminense* sobre o resultado das eleições de um modo geral e, em especial na província do Ceará: “Dizem-nos mesmo que obtiveram [Queiroz Carreira, Brício e Castro Viana] muitos poucos votos, bem como o General Jacob [Conrado Niemeyer], e não sabemos com que face há de aqui apresentar o Sr. Queiroz, voltado de sua missão. (...) A maioria da Câmara de 1830 será decididamente liberal, isto é, digna da confiança da nação, e dos augustos fins, a que se destina Manter a Constituição; impedir que na execução sejam frustrados os seus benefícios tal é a sublime tarefa imposta ao Corpo Legislativo, e o caráter da maior parte das pessoas escolhidas para a Legislatura de 1830 fazem esperar que essa tarefa será desempenhada. O Ceará, Província, que os déspotas supunham ter aniquilado, achou ainda em si forças para repelir os Agentes do servilismo, e dar voto em Deputados livres, e honrados, que não sirvam de labéu ao venerável Corpo, a que pertencem” (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 179, de 18 de abril de 1829, p.740).

A comemoração do resultado obtido nas eleições realizadas na província do Ceará, pelo periódico supracitado, decorria do fato de, mesmo com a participação do então deputado e major José Gervásio de Queiroz Carreira, enviado pelo ministério para angariar apoio aos candidatos do governo, nem ele, nem seus dignos colegas na câmara temporária, os srs. Brício, e Castro Viana conseguiram ser eleitos. Sublinhe-se que foi enorme a diferença de votos obtidos entre o primeiro e o segundo colocados nas eleições naquela província – frente aos 216 votos obtidos por Alencar temos 147, por Castro e Silva – o que tornava ainda mais clara a derrota ministerial.

⁸⁰⁸ De acordo com Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 pode ser considerado um ato praticado por dom Pedro I no exercício do Poder Moderador, “antes que se apresentasse como princípio explicitado em lei, o que se verificou em dezembro de 1823, com a divulgação da Carta que seria outorgada e jurada em março de 1824” (OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Contribuição para o estudo do poder moderador. In: ____; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. *Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010, p.211).

⁸⁰⁹ Enquanto dom Pedro I (IV do nome em Portugal), a partir do Rio de Janeiro, completava sua abdicação à coroa do Reino de Portugal em favor de sua filha, através do Decreto de 03 de março de 1828, no qual declarava que não ter “mais pretensão ou direito algum à coroa portuguesa e seus domínios”, e enviava sua filha para aquele reino, acompanhada pelo marquês de Barbacena (5 de julho); dom Miguel, em terras portuguesas, não apenas rompia o acordo, firmado com seu irmão, de se casar com dona Maria da Glória, como também (no decorrer de 1828, após reafirmar no dia 26 de fevereiro, o juramento à *Carta Constitucional para o Reino de Portugal, Algarves e seus domínios* de 1826) dissolvia as Cortes Gerais da Nação Portuguesa (13 de março) e era aclamado rei legítimo de Portugal pelos Três Estados do Reino (23 de junho), de modo a usurpar a coroa de sua legítima detentora, na interpretação petrina aceita pelos liberais portugueses. Para uma melhor compreensão dos desdobramentos da *causa* de dona Maria II ver LIMA, Oliveira. *Dom Pedro e Dom Miguel: a querela da sucessão (1826-1834)*.

Dissolver a Câmara dos Deputados era mostrar-se tão defensor dos *ideiais absolutistas* quanto seu irmão e, desse modo, provavelmente perder o que ainda lhe restava de apoio em ambas as margens do Atlântico.

Assim, a solução alternativa seria o adiamento da sessão legislativa ordinária, antes mesmo de seu início⁸¹⁰, mas contra essa interpretação ampla do dispositivo constitucional se posicionaram cinco dos oito conselheiros de Estado consultados (os marqueses de Santo Amaro⁸¹¹, Baependi, Caravelas, Maricá⁸¹² – todos redatores do texto ora objeto de consulta –, e o conde de Lajes)⁸¹³, o que lhe inviabilizava a adoção

Brasília: Senado, 2008 (1ª edição: 1925); BONIFÁCIO, Maria de Fátima. A « causa » de D. Maria II (1826-1834). In : *Análise Social*, volume XXXIX (172), 2004, p.529-545.

⁸¹⁰ Essa solução poderia também despertar desconfiança dos deputados liberais de ambas as margens do Atlântico, mas tinha a vantagem de não colocar dom Pedro I frente à recondução dos mesmos deputados ao Corpo Legislativo nas novas eleições a serem realizadas, caso fosse dissolvida a câmara temporária.

⁸¹¹ José Egídio Álvares de Almeida (barão em 1818, visconde com grandeza em 1824 e marquês de Santo Amaro em 1826) nasceu em Santo Amaro, a 01 de setembro de 1767 e faleceu no Rio de Janeiro, a 12 de agosto de 1832. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (1788). Conselheiro do Erário Régio e do Conselho de Fazenda: o que lhe possibilitava controlar as arrematações de impostos e outros contratos firmados entre os negociantes da Corte e o Estado. Foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, integrou o Conselho de Estado responsável pela redação da Carta de 1824 e, em 1826, foi nomeado senador (pela província do Rio de Janeiro) pelo imperador. Exerceu os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de 21 de novembro de 1825 a 20 de janeiro de 1826 (JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.429-430; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), p.89-93).

⁸¹² Mariano José Pereira da Fonseca (visconde com grandeza em 1824, marquês de Maricá em 1826) nasceu no Rio de Janeiro a 18 de maio de 1773 e faleceu nessa cidade a 16 de setembro de 1848. Doutor em Filosofia e Matemáticas pela Universidade de Coimbra (1793), retornou ao Rio de Janeiro em 1794, em virtude da morte de seu pai, para assumir seus negócios. Censor régio (cargo extinto em 1821 pelo fim da censura) por provisão do Desembargo do Paço. Filósofo, moralista e poeta. Integrou o Conselho de Estado responsável pela redação da Carta de 1824 e, em 1826, foi nomeado senador (pela província do Rio de Janeiro) pelo imperador. Exerceu o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda de 13 de novembro de 1823 a 21 de novembro de 1825 (SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999 [1ª edição: 1859-1860], Volume II, p.213-217; JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889); BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: sexto volume*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1900, p.238-239; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.429-430; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986)

⁸¹³ Em sentido diverso, os marqueses de Inhambupe, de Queluz e de São João de Palma entenderam que a sessão podia ser suspensa a qualquer tempo, mesmo antes de ser aberta pelo imperador, desde que presentes ponderosos motivos e o bem do Estado o exigirem (*Atas do Conselho de Estado*, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p.77).

dessa medida.⁸¹⁴ Frente a esse quadro político-institucional, o imperador seguiu a opinião da maioria dos membros do Conselho de Estado e abriu a sessão anual legislativa ordinária no dia 3 de maio de 1829, tal como disposto na Carta de 1824.

Sublinhe-se que, na imprensa, no decorrer do mês de abril de 1829, ao mesmo tempo em que dom Pedro I cogitava em adiar – ou, talvez mesmo, de dissolver – a Assembleia Geral, houve um debate entre o *Aurora Fluminense* e o *Diário Fluminense* (órgão oficial do Governo) no qual se analisava a demora em se instalar o Corpo Legislativo após a promulgação da Carta de 1824. Se por um lado, para o periódico oposicionista, o adiamento indefinido do Corpo Legislativo apenas foi interrompido porque o Governo, em virtude do *ruinoso* empréstimo contratado com a Inglaterra, foi obrigado a convocar sua instalação⁸¹⁵; por outro, para o periódico ministerial, foi a instabilidade política do Império do Brasil – revolta nas províncias do Norte e expedições portuguesas a ameaçarem a independência brasileira – que impediu a instalação do Corpo Legislativo até o ano de 1826. De tal forma que, com o fim dos distúrbios, dom Pedro I convocou os deputados e os senadores para a abertura da Primeira Legislatura.⁸¹⁶ Assim, é provável que, ao abordarem a questão do adiamento da instalação da primeira legislatura da Assembleia Geral Legislativa⁸¹⁷, os periódicos

⁸¹⁴ Sobre a submissão ou não do imperador aos conselhos aprovados pelo Conselho de Estado, ver ALVES, João Victor Caetano. *O Conselho de Estado e o Princípio da Divisão de Poderes (1828 – 1834)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado em História e Cultura, 2008, p.99-102. Para o autor: “A favor dos estudiosos que creem num absolutismo, no período de governo de nosso primeiro imperador, esteve o fato, único no livro de atas, do posicionamento favorável de dom Pedro I à criação de comissões militares em Pernambuco, indo contra o Conselho de Estado e, principalmente, contra a Constituição de 1824. Mas, para além desse fato acintoso, extraordinário e polêmico o que vemos é um Imperador afinado com seu Conselho e ciente das funções dos outros poderes do Estado.”

⁸¹⁵ *Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 179, de 18 de abril de 1829, p.737-740.

⁸¹⁶ *Diário Fluminense*, vol.13º, nº97, de 2 de maio de 1829, p. 394.

⁸¹⁷ Esse debate, entre o *Aurora Fluminense* e o *Diário Fluminense*, teve início com a cobrança feita por este último aos deputados e aos senadores de agirem prontamente em socorro do Império, tal como proclamara dom Pedro I na fala do trono preferida no início de abril de 1829, na qual expôs os motivos pelos quais foram convocados extraordinariamente para se reunirem em março daquele ano. Além disso, o periódico ministerial atacava os periódicos da oposição acusando-os de nada contribuírem para orientar os leitores e apenas os instigarem contra o governo. De acordo com o *Diário Fluminense*: “Enquanto houver quem desconfie do Governo, quem desacredite todas as suas medidas, e todos os seus funcionários, não se deve considerar extinta a revolução (...) Estamos convencidos, que soprar incêndios, só para ter a glória de os apagar, é muito perigoso, e pode acarrear ruínas imprevistas, que todo o homem de juízo deve temer” (*Diário Fluminense*, vol.13º, nº83, de 14 de abril de 1829 p.335-337).

Em resposta, o jornal *Aurora Fluminense* fazia uma acirrada crítica aos pendores absolutistas do governo: “Em 1826, as Câmaras foram instaladas, e com tudo que espécie de consideração se lhes deu?” (*Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 179, de 18 de abril de 1829, p.737-740). Ou seja, havia um temor real de que algo poderia acontecer de forma a impedir a instalação do Corpo Legislativo. Em Portugal, dom Miguel – irmão do imperador brasileiro – dissolvera as Cortes e (re)implantara o absolutismo naquele reino. Desse modo, *o que* ou *quem* impediria de acontecer o mesmo no Império do Brasil?

estivessem na realidade empenhados em formar a opinião pública quer contra, quer a favor – a depender de seu posicionamento frente ao Governo – da não instalação do Corpo Legislativo no dia estabelecido pelo texto constitucional.⁸¹⁸

Ao manter a realização da sessão imperial de abertura de 1829 da Assembleia Geral Legislativa ordinária no dia 03 de maio, o Governo assumiu o risco de ser questionado diretamente pelos membros do Poder Legislativo e ter que, através da discussão parlamentar, fazer prevalecer seus argumentos. Em sua defesa, em plenário, o dom Pedro I contava com o apoio dos ministros e secretários de Estado, atuais e transatos que, reeleitos nos termos do artigo 29 da Carta de 1824, teriam a árdua tarefa de evitar a imposição de derrotas ao Governo e máculas à imagem do imperador como monarca constitucional. Se foi vitorioso ou não nessa empreitada é objeto reflexão a seguir, através da análise das articulações dos deputados da oposição no intuito de aplicar a lei da responsabilidade e, se possível, de obter a condenação dos ministros e secretários de Estado por eventuais infrações ao disposto no texto legal.

Os temores do Governo não eram infundados, pois as denúncias formuladas por Holanda Cavalcanti, durante a realização da sessão extraordinária, não foram rejeitadas

⁸¹⁸ Na sessão do dia 09 de maio de 1829, durante a discussão da resposta à fala do trono, ao discutirem sobre a constitucionalidade ou não de um agradecimento endereçado a dom Pedro I pelo simples fato de ter aberto a sessão anual legislativa ordinária, os deputados da oposição abordaram a questão da possibilidade ou não do imperador adiar a sessão antes de sua abertura, a ser realizada todos os anos no dia 03 de maio, tal como fora questionado pelo Governo ao Conselho de Estado na sessão realizada no dia 27 de abril passado. Nesta discussão, Lino Coutinho (em sentido contrário ao defendido por Ledo – relator da comissão de resposta à fala do trono – e Souza França) foi categórico ao afirmar que “o adiamento é dos trabalhos da sessão, e não da abertura, porque a constituição determina que ela seja no dia 3 de Maio.” Para o deputado baiano (com o apoio de Vasconcelos), a não realização da sessão imperial de abertura no dia 03 de maio significaria a própria destruição da constituição (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 09 de maio de 1829, p.32-36). Verifica-se que, ao assim se manifestarem, os deputados da oposição supracitados não apenas propunham uma interpretação restrita do texto constitucional pela qual se limitava uma das atribuições do poder moderador – o adiamento da Assembleia Geral, desde que previamente consultado o Conselho de Estado (de acordo com o disposto na *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 101, §5 combinado com artigo 142); como também estabeleciam uma hipótese de apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado em decorrência de um eventual adiamento da sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa.

Para Ferreira França, referindo-se à demora na instalação da Primeira Legislatura – cuja sessão imperial de abertura ocorreu apenas no dia 06 de maio de 1826 – afirmou: “a primeira vez não se abriu a assembleia no dia 3 de Maio, por uma má inteligência da constituição porque julgou-se eu ela se não podia abrir sem que estivessem presentes metade e mais um dos deputados, e assim dos senadores, mas isso não é claro na constituição: foi por um engano, e aliás havia a boa vontade dela ao abrir, e escuso entrar na questão que aqui se tratou, se ela se pode abrir sem estarem presentes metade e mais um dos seus membros; a minha opinião é que se pode, e se se tratasse disso também daria as minhas razões” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 09 de maio de 1829, p.36).

stricto sensu pelos deputados, mas simplesmente *entregues a seu autor*.⁸¹⁹ Ou seja, na medida em que não houve deliberação a respeito desse tema, as denúncias devolvidas ao deputado pernambucano, poderiam ser por ele, ou por outrem, formuladas novamente a qualquer momento. Portanto, a análise dos atos praticados pelo Governo em relação aos rebeldes de Pernambuco foi apenas postergada para o início da sessão anual legislativa ordinária de 1829, de modo que eventuais denúncias por infrações ao texto legal, cometidas pelos ministros e secretários de Estado, apenas aguardavam o momento adequado para serem reapresentadas e, assim, possibilitarem a efetiva aplicação da lei da responsabilidade.⁸²⁰

Além disso, é provável que a persistência de Holanda Cavalcanti em denunciar as infrações cometidas pelos ministros e secretários de Estado envolvidos na repressão aos rebeldes pernambucanos em 1829, esteja relacionada não apenas a sua convicção em relação à responsabilidade dos titulares das pastas dos Negócios da Justiça e da Guerra, a qual era compartilhada pela imprensa oposicionista do período; mas também ao papel desempenhado por Clemente Pereira no desenrolar dos acontecimentos em Pernambuco, ao interferir na política provincial, momentos antes do início das eleições gerais para a Segunda Legislatura, para as Câmaras Municipais e para os Juizados de Paz⁸²¹, por meio da nomeação de Tomás Xavier Garcia de Almeida⁸²² para presidência

⁸¹⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 24 de abril de 1829, p.46.

⁸²⁰ Cumpre-se notar que, apesar de toda a tensão político-institucional presente em toda a sessão de 1829 – desde o início da extraordinária em abril, João Manuel Pereira da Silva vislumbrou harmonia entre os membros dos poderes estatais no início deste ano legislativo. Para esse historiador: “Os debates na Câmara dos deputados iniciaram-se também regular, e pacificamente. O ministério agradava em geral à Câmara, porque ela divisara em sua organização uma prova incontestável de que fora considerada, e daí por diante seria atendida na composição dos futuros gabinetes, com o que se manteria salutar harmonia entre o corpo legislativo e o poder executivo. Além disto, acrescia que alguns atos praticados pelo gabinete mereciam sua aprovação, e demonstravam á olhos vistos os desejos e tendências do ministério em fazer cessar as violências das autoridades, respeitar os direitos e garantias dos cidadãos, cumprir a lei, e tolerar todas as opiniões e ideias políticas” (SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p.281-282). No mesmo sentido se posicionou parte da historiografia que lhe seguiu.

⁸²¹ Nesse sentido ver CARVALHO, Marcus J. M. de. Aí vem o Capitão-Mor: as eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil imperial. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.7, n.13, 2002; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835)*. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol.27, n.45, jan/jul 2011, p. 47-73.

Sobre a diminuição das funções políticas jurídicas e administrativas das Câmaras Municipais em especial a partir da publicação das leis de 22 de setembro e 01 de outubro de 1828, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial, sua desagregação. In: _____ (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 1: O Brasil Monárquico (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.24-26; DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005 (tese de doutorado em História Econômica defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2000), p.86-89; 118-125.

dessa província.⁸²³ Ou seja, através da nomeação de um ex-membro da comissão militar nela instituída para processar sumariamente os *cabeças* da Confederação do Equador em 1824, dentre os quais, Frei Caneca.⁸²⁴

Conforme sublinha Marcus Carvalho, a presença de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (o futuro visconde de Suassuna) – irmão de Holanda Cavalcanti –, na presidência da província de Pernambuco, foi uma constante desde o Governo dos Matutos (setembro de 1822) até 1844 (quando Garcia de Almeida seria novamente nomeado para o Governo provincial)⁸²⁵ – salvo em alguns momentos como,

⁸²² Tomás Xavier Garcia de Almeida foi nomeado para o cargo de presidente da província de Pernambuco através da Carta Imperial de 22 de setembro de 1828, ou seja, expedida apenas dois dias após o encerramento dos trabalhos da sessão anual legislativa. Sua posse, contudo, apenas ocorreria no dia 24 de dezembro e sua permanência no cargo até 15 de fevereiro de 1830. Cumpre-se notar que a relação entre a nomeação de Tomás Xavier Garcia de Almeida e a eclosão da *Rebelião dos Afogados* fora anteriormente sublinhada pelo jornal *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 161, de 04 de março de 1829, e adotada pelos deputados da oposição em plenário. Inclusive o jornal lembrava ao Governo que, quando soube do carta imperial de nomeação, alertara-o sobre o risco de se manter esta escolha pois: “Filho dela e irritado, ele [Garcia de Almeida] tinha serviços particulares a remunerar, injúrias a punir, e que se formaria das suas paixões violentas, e da recordação que existia das suas ações precedentes, alguma nuvem funesta, que turbasse a ordem pública.” Desse modo, refletia como a revolta na província de Pernambuco decorreria de uma opção de sua população por depor o Presidente e o governador das Armas e advertia: “Não duvidamos falar com Liberdade, estamos n’um país livre, e debaixo das solenes garantias, que nos foram prometidas; se não amamos as revoluções, ainda menos amamos o regime arbitrário” (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 161, de 04 de março de 1829, p.663). Sobre a nomeação de presidentes afinados com o Governo do Rio de Janeiro, em especial dom Pedro I para as províncias que no passado recente tiveram focos de rebeldia, ver QUINTAS, Amaro. *O Nordeste, 1825-1850*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, volume 2: O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.193-198.

⁸²³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 07 de abril de 1829, p.26.

⁸²⁴ Através dos decretos de 26 de julho de 1824, referendados pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça (Clemente Ferreira França), foram suspensas provisoriamente as disposições do artigo 179, §8 da Carta de 1824 e instituída uma comissão militar para processar sumariamente os *chefes e cabeças da facção de Manoel de Carvalho Paes de Andrade*, na Província de Pernambuco, sob a presidência do coronel Francisco de Lima e Silva. Nesta medida legal, Tomás Xavier Garcia de Almeida (então juiz-de-fora do Recife) foi nomeado juiz relator desta comissão que condenou à morte Frei Caneca, dentre outros *cabeças* da Confederação do Equador (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1886, p.47-48).

Na historiografia da Confederação do Equador, a comissão militar instituída na província de Pernambuco para julgamento dos rebeldes é normalmente tratada de forma a salientar as arbitrariedades por ela cometidas, além de elencar os nomes de seus integrantes e tecer elogios à moderação de Lima e Silva na condução dos trabalhos, o que levou a sua substituição por Bento Barroso Pereira. Nesse sentido, MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 (1ª edição: 1939-1946), volume 1, p.156-161.

⁸²⁵ De acordo com CARVALHO, Marcus J. M. de. *Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824*. In: Revista brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. No mesmo sentido, ver CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)*. 2011, 186f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011, p.60. Amaro Quintas, igualmente sublinha o fato de, durante o Governo de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão (de 23 de maio de 1825 a 24 de dezembro de 1828, nomeado senador em 1826), ter exercido o cargo de presidente

exatamente, o tratado no presente capítulo. Desse modo, explica-se o porquê do empenho de Holanda Cavalcanti, na sessão do dia 06 de maio de 1829 – durante a discussão sobre a necessidade de se pedir informações ao Governo sobre as notícias referentes ao estabelecimento da sociedade secreta *Colunas do Estado* na província de Pernambuco⁸²⁶ (a partir de requerimento formulado por Vasconcelos) –, em expressar sua indignação com as recentes nomeações de empregados para essa província, dentre as quais provavelmente se encontrava a do novo presidente provincial, Tomás Xavier Garcia de Almeida⁸²⁷, nomeado em 22 de setembro do ano anterior por Clemente

provincial, por quase um ano (de 12 de abril de 1826 a 30 de janeiro de 1827), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, então primeiro vice-presidente (QUINTAS, Amaro. *O Nordeste, 1825-1850*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, volume 2: O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.193-194).

Sobre o Governo dos Matutos ver MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, em especial o Capítulo 3, p.113-162, no qual o autor tece considerações sobre as diferenças entre os membros das zonas da mata sul e norte da província de Pernambuco, as quais são fundamentais para a compreensão do episódio da *Rebelião dos Afogados* e seu desfecho. De acordo com o autor, por ocasião da nomeação de Mayrink, os morgadistas batalharam pela posse de “Pais Barreto ou substituir Mayrink pelo Dr. Tomás Xavier Garcia de Almeida, que fora o guru de Pais Barreto” (MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.195)

José Carlos Mayrink da Silva Ferrão nasceu em Ouro Preto a 5 de dezembro de 1771 e faleceu no Recife a 15 de janeiro de 1846 (irmão da Marília cantada por Tomás Antônio Gonzaga). Secretário do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, desde a capitania do Mato Grosso, permaneceu no cargo até a deposição do governador em 1817. Nessa ocasião, mesmo após a deposição do governador, permaneceu no cargo (devido a sua experiência neste cargo) e, esmagada a revolta, atuou junto com Henry Koster para intermediar a rendição do Recife. Protegido por Luís do Rego, fugiu para a França, onde permaneceu até o governador convencer dom João VI de sua inocência. Era casado com a sobrinha de Gervásio Pires Ferreira. (MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.185-186)

⁸²⁶ A sociedade secreta *Colunas do Trono e do Altar* foi fundada em 1828 e, de acordo com a historiografia dedicada ao tema, provavelmente houve o apoio do Imperador em sua fundação. Tanto que, apesar de reprimida em 1828-1829, com a abdicação de dom Pedro I, os colunas passaram também a defender o retorno do Imperador. Em oposição aos colunas, defensores do regime absolutista, articularam-se os denominados calangos. Sobre o tema ver PEREIRA DA COSTA, A. Vocabulário pernambucano. In *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, vol.XXXIV, jan.-dez. 1936, verbete “coluna”, n.159-162, Recife, 1937; QUINTAS, Amaro. *O Nordeste, 1825-1850*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, volume 2: O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.194-198; LINDOSO, Dirceo. *A utopia armada: Rebeliões de Pobres Nas Matas do Tombo Real (1832-1850)*. São Paulo: Paz e Terra, 1983, p.61-64; FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do estado nacional brasileiro: A atuação política do Padre Carapuço (1822-1852)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado em História Social, 2012, 351f. De acordo com Ariel Feldman, o Padre Carapuço (que na imprensa atacava os colunas do trono) associou os colunas à Santa Aliança, ao absolutismo europeu, sobretudo o espanhol e o português, no *O Constitucional* nº 33, 38, 41, 43(1829), 65, 66, 71, 72, 76, 80, 85, 117, 121, 125, 126, 129, 127, 135, 151 (1830) e 32 (1831) (FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do estado nacional brasileiro: A atuação política do Padre Carapuço (1822-1852)*. 2012. 351f. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado em História Social, 2012, p.136).

⁸²⁷ Sobre a relação entre o presidente provincial Tomás Xavier Garcia de Almeida e os colunas do trono na província de Pernambuco, ver *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 22 de junho de 1829, p.147. Nessa discussão, travada no dia seguinte ao da apresentação da

Pereira. Para o deputado pernambucano, tal como Cícero narrou em sua acusação em face de Verres (citado por Vasconcelos em discurso proferido na Câmara dos Deputados, na sessão extraordinária do dia 06 de abril, ao criticar o atual *ministério*⁸²⁸):

(...) desta corte são enviados para as províncias os propagadores do absolutismo, os pernambucanos estão sossegados; da corte é que talvez partam os agentes destas sociedades secretas. (...) Sr. presidente tão miseráveis são as pessoas de Pernambuco, que intentam o republicanismo como aqueles que intentam o absolutismo, e devo dizer ao honrado deputado [referindo-se a Vasconcelos] que sobre a província de Pernambuco não tenha tanto cuidado, porque nós que somos de lá e que somos os representantes dela, nada tememos a esse respeito. Digamos ao governo que cumpra a sua obrigação, que nomeie melhores empregados para aquela província, que puna os empregados maus que lá estão, e que há no império: como há de o governo punir os maus empregados se nós somos os primeiros que não punimos esses ministros infratores da constituição? Talvez essa sociedade secreta, de que fala o honrado deputado nasça daqui e do ministério; não digo todos os ministros, mas de alguns deles; entretanto como havemos de deixar a cabeça da hidra para irmos cortar-lhe a cauda? Aqui estão os Srs. deputados de Pernambuco, digam eles se há algum receio dessa sociedade miserável, que só nos deve merecer desprezo.⁸²⁹

Através desse discurso, Holanda Cavalcanti reiterava, no início da sessão anual legislativa ordinária, o argumento por ele articulado um mês antes – na sessão do dia 06 de abril⁸³⁰, referente ao nexos causal existente entre a nomeação de Garcia de Almeida

contestação pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, no processo de responsabilidade que lhe moveu a câmara temporária, Vasconcelos requeria que se solicitasse ao governo informações sobre os integrantes dessa sociedade secreta. O que moveu Holanda Cavalcanti a sugerir que se perguntasse diretamente aos deputados-ministros presentes na sessão. Além disso, foi o deputado pernambucano que sublinhou novamente a relação entre eleições e revoltosos em Pernambuco: “Sr. presidente, é necessário saber que o absolutismo e republicanismo no Brasil é uma e a mesma coisa. (*Apoiados*) É a mesma classe. (*Apoiados*) Quer V. Ex. saber quem são os absolutistas e colunas de Pernambuco? São aqueles que queriam ser deputados; fizeram grandes intrigas para saírem eleitos e foram excluídos; ei-los já absolutistas! Eis-af como são as coisas! O governo deve estar alerta de que os seus inimigos são os mesmos absolutistas (*apoiados*), que os absolutistas são os mesmos republicanos. (*Apoiados*)” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 23 de junho de 1829, III, p.148).

⁸²⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 06 de abril de 1829, p.14.

⁸²⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 06 de maio de 1829, p.17-18.

⁸³⁰ De acordo com Holanda Cavalcanti, em discurso proferido na sessão do dia 06 de abril de 1829: “Um presidente, que ali tinha sido o 1º agente de uma comissão militar já em tempos constitucionais, não

para o Governo provincial e a eclosão da *Rebelião dos Afogados*⁸³¹ – em defesa da imediata apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado envolvidos na expedição dos decretos de 27 de fevereiro de 1827. E, contra o qual se posicionou Vasconcelos, de tal forma que impossibilitou a imediata abertura do processo de responsabilidade em face dos ministros e secretários de Estado envolvidos com a repressão à revolta em curso na província de Pernambuco.

4.4 – Indignação convertida em ação – articulações para a efetiva aplicação da lei da responsabilidade.

Na sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa ordinária de 1829, realizada no dia 03 de maio (conforme determinado pelo artigo 18 da Carta de

poderia jamais conciliar harmonia em uma província melindrosa: eu não me aproveitarei da sua ausência para fazer-lhe a censura, que ele merece, eu espero vê-lo assentado nestes bancos para lançar-lhe em rosto os males que ele foi fazer à minha província. Não tinha três meses de residência em sua presidência, que talvez desejadas pelo atual ministério, deram lugar a essa execrável suspensão das garantias individuais, e à criação de uma comissão militar. Tais atos parecem anunciar uma facção ameaçadora de um perigo iminente à pátria, mas que facção é esta? Um punhado de pernambucanos sem consideração, mas impelidos do desejo natural da liberdade (não ladrões como já se quis chamar nesta corte) desconfiados que a nomeação de tal presidente e o desprezo da constituição os levava aos antigos ferros do depotismo, arranjaram-se a destinos, de que certamente não ficarão impunes; mas perguntarei eu, um arrojo de homens tais, e em tais circunstâncias, é um perigo para a pátria? É necessário ter muita vontade aos pernambucanos para aparecer os desatinos que o ministério então decretou... Senhores, os pernambucanos querem constituição, o espírito de liberdade no Brasil não pode existir sem o trono (*apoiados*): os brasileiros que amam a liberdade amam o monarca, e os que fingem amá-lo sem querer a liberdade minam a ruína do trono. (...) muitos desconfiam que a constituição é uma ilusão, não queremos monarquia sem constituição (*apoiados*), e eis a razão porque aparece um ou outro motim. (...) Sr presidente, enganemo-nos, enquanto os ministros infratores da constituição não forem processados, o monarca não terá um ministério digno de cercar o seu trono, digno da confiança nacional, e isto não é demagogia, é desejar a prosperidade do Brasil” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 06 de abril de 1829, p.16).

⁸³¹ A utilização da palavra *rebelião* pelo presidente da província de Pernambuco seria, na Corte, apropriada pelos deputados ministeriais em defesa dos decretos de 27 de fevereiro de 1829. Em sentido contrário, de modo a negar a ocorrência de uma *rebelião* naquela província, mas de apenas uma *sedição*, ver discurso de Vasconcelos em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 10 de junho de 1829, p.66. Para o deputado mineiro, “não é *rebelião* qualquer ajuntamento criminoso, é requisito fundamental deste crime, que o ajuntamento seja numeroso, armado e que tenha por fim expresse a mudança da forma do governo estabelecido; a simples demissão ou espoliação de empregados, posto que crime gravíssimo não passa de *sedição*; eis a linha de demarcação destes dois delitos” (grifos meus). Cumpre-se notar que no Código Criminal, sancionado pelo imperador e publicado através da lei de 16 de dezembro de 1830, no título IV (*Dos crimes contra a segurança interna do Império, e publica tranquilidade*), foram estabelecidos os tipos penais de *conspiração*, *rebelião*, *sedição*, *insurreição*, *resistência* e *tirada ou fugida de presos do poder da justiça, e arrombamento de cadeias* (artigos 107 a 127), todos objeto de discussão durante a apreciação da denúncia formulada em face de Oliveira Álvares no ano anterior.

Sobre a diferença entre revolução, rebelião e sedição nas primeiras décadas do século XIX, ver DANTAS, Mônica Duarte. *Introdução. Revoltas, Motins e Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal*. In: _____. (org). *Revoltas, motins, revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo, Alameda, 2011, p.9-67.

1824), dom Pedro I não se eximiu de tratar expressamente, na fala do trono, da questão da *rebelião* ocorrida no início de fevereiro daquele ano na província de Pernambuco, de modo a legitimar as medidas adotadas pelo Governo para a reprimir. Contrariado em suas expectativas, o imperador fez, na fala do trono de 1829, um discurso breve, de aparência meramente protocolar, a não ser pela defesa feita do uso de medidas extraordinárias, sempre que necessário fosse para a manutenção do sistema de governo proclamado pelo texto constitucional. Contudo, em suas entrelinhas, levando-se em consideração o momento de sua emissão, nota-se o quanto o discurso imperial foi elaborado tendo em vista não apenas os liberais brasileiros, como também os portugueses partidários da causa de sua filha – dona Maria II.⁸³² Para o monarca, de modo a justificar as medidas adotadas pelo Governo em relação àquela província:

A ordem e o sossego interior das nossas províncias, que se acham tranquilas, foi alterado somente na de Pernambuco, onde um partido desorganizador⁸³³ ousou, a despeito de todas as considerações, levantar a voz da rebelião, contra a qual o governo foi obrigado a tomar medidas extraordinárias; por ser do meu mais religioso dever alçar em casos tais a espada da justiça como sempre farei com igual energia contra qualquer partido que se arrojar a ofender a forma do governo monárquico constitucional representativo.⁸³⁴

De certa forma, nessa ocasião, dom Pedro I retomava o amplo conceito de legalidade por ele defendido na fala do trono proferida na sessão imperial de abertura da

⁸³² Sublinhe-se que os assuntos de Portugal estiveram sempre presentes nas falas do trono de dom Pedro I tal como se faziam presentes na imprensa – quer na ministerial, quer na de oposição ao governo – onde as notícias referentes ao Reino, muitas vezes ocupavam todas as páginas de um jornal.

⁸³³ Marco Morel tece importantes considerações sobre os múltiplos significados da palavra *partido* na primeira metade do século XIX e auxilia o intérprete na compreensão dos documentos produzidos neste momento histórico. Conforme sublinha o autor, nem mesmo na Europa ocidental, entre 1820 e 1840, havia partidos políticos no sentido que hoje se entende como tal: “o partido-máquina, organizado a partir de determinados critérios que tomaram corpo sobretudo no século XIX”. Nesse momento, falar em *partido desorganizador* era se apropriar de um conceito de partido político muito comum nas primeiras décadas do século XIX. Conforme sublinha Marco Morel, “sobretudo numa época de afirmação de modernidade homogeneizadora e da unidade nacional, os partidários em geral eram associados à divisão, às facções, ou seja, inimigos da pátria. A ação de formar um partido era vista como parcial, como ataque à integridade da ordem nacional – ainda mais num momento de consolidação da independência” (MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p.62-64; em especial, ler o capítulo 2 – *Identidades Políticas: além das intrigas da Corte*, p.61-98).

⁸³⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão imperial da abertura em 03 de maio de 1829.

Assembleia Geral Legislativa em 1827⁸³⁵, pela qual apoiava a autoridade do Governo, mesmo não se cingindo estritamente aos termos da lei, quando a razão de Estado assim o exigisse. Ou seja, ao atuar em desacordo com os preceitos constitucionais, o imperador, através de seus ministros e secretários de Estado, apenas supria a inércia do Corpo Legislativo, tendo em vista o bem maior do Estado. Ao assim se posicionar, tornava a usurpação das atribuições reservadas aos demais poderes políticos pelo imperador e/ou seus ministros e secretários de Estado, um dever que lhes era imposto, dada a inércia dos membros do Poder Legislativo em contribuir para a elaboração de medidas destinadas a solucionar os problemas enfrentados pelo Império do Brasil. Tratava-se, portanto, de acordo com a narrativa elaborada pelo imperador, não da falta de constitucionalidade do monarca, mas da prova de seu empenho em consolidar o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo por ele outorgado à nação em 1824. Contudo, ao assim se posicionar, o monarca se opunha às ideias defendidas por Benjamin Constant sobre a utilização da *razão de Estado* em um governo constitucional.⁸³⁶

Além da defesa da constitucionalidade das medidas extraordinárias adotadas pelo Governo, exposta no discurso proferido na sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa, dom Pedro I buscou fortalecer sua posição na Câmara dos Deputados, por meio da participação ativa em plenário dos titulares das diversas pastas ministeriais, atuais e transatos, reeleitos deputados de acordo com o disposto no artigo 29 da Carta de 1824. Assim, com a articulação política dos deputados ministeriais, em defesa das propostas e dos interesses do Governo, foram obtidas inúmeras vitórias nas primeiras sessões diárias ordinárias da câmara temporária, tais como: a eleição do deputado-ex-ministro Pedro de Araújo Lima para a presidência desta casa legislativa, e do então presidente da província de São Paulo – José Carlos de

⁸³⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo primeiro, sessão do dia 05 de maio de 1827, p.17-18.

⁸³⁶ Conforme sublinha Cyril Lynch, ao analisar o pensamento político de Benjamin Constant: “O golpismo da razão de Estado era particularmente condenável quando exercido num governo constitucional, porque fazia paródia da legalidade ao desmoralizar os princípios que o embasavam. Uma vez admitidos, argumentos como o do *interesse do Estado*, *perigo na lentidão das decisões* e *salvação pública* serviam para que o governo evitasse o debate público, condenasse sem julgamento e eliminasse seus opositores” (LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monárquico: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, p.72-73).

Almeida Torres – para a vice-presidência⁸³⁷; a exclusão dos deputados da oposição da comissão de resposta à fala do trono, nesse momento reduzida de cinco para três membros⁸³⁸; a aprovação do diploma de reeleição do atual ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Teixeira de Gouveia⁸³⁹, e a escolha de deputados ministeriais para comporem várias comissões internas, nas quais poderiam analisar questões relacionadas a temas de interesse do Governo.⁸⁴⁰ Desse modo, o Governo se

⁸³⁷ Na sessão do dia 04 de maio de 1829, Araújo Lima foi eleito presidente da Câmara dos Deputados com o número mínimo de votos exigidos pelo Regimento Interno: apenas 34 dos 69 deputados presentes na sessão do dia 04 de maio de 1829 votaram no ex-ministro (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 04 de maio de 1829, p.9). Para a vice-presidência foi escolhido, em segundo escrutínio, José Carlos Pereira de Almeida Torres – deputado pela província de Minas Gerais (reeleito para a Segunda Legislatura pela da Bahia) e presidente da província de São Paulo (desde 13 de janeiro de 1829, no lugar de Tomás Xavier Garcia de Almeida, nomeado presidente da província de Pernambuco, de acordo com JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889), p.439 e 447; a lista de 02 de fevereiro com os nomes dos deputados e suplentes eleitos pela província da Bahia foi publicada no jornal *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 158, de 25 de fevereiro de 1829, p.651-652). Como secretários igualmente foram eleitos deputados ministeriais, sendo a única exceção a escolha de Limpo de Abreu como terceiro secretário.

⁸³⁸ A comissão de resposta à fala do trono foi reduzida para três membros (“havendo-se decidido, que se compusesse de três membros”, tal como era no início da Primeira Legislativa, ao invés de cinco, como fora nas sessões legislativas ordinárias de 1827, 1828 e na extraordinária de 1829), para a qual foram escolhidos Ledo, Souza França e o arcebispo da Bahia (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 04 de maio de 1829, p.10). Essa composição se refletiu no teor do texto da resposta à fala do trono lido perante o imperador no dia 16 de maio (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 04 de maio de 1829, p.84) o qual era uma *moção de graças* no sentido estrito do termo, tal como previsto no regimento interno provisório da câmara, pelo qual, depois de instalada a Assembleia Geral Legislativa, seu primeiro ato deveria ser o *voto de graças* pela abertura da sessão. No texto, redigido pela comissão e aprovado em plenário, não havia qualquer crítica ao governo ou às medidas recentemente adotadas por ele, de tal modo que prevalecia um tom laudatório e geral, abstendo-se a comissão de se intrometer nos assuntos internos do Governo. Dessa forma, o texto lido diante de dom Pedro I não refletia o estado de ânimo de grande parte dos deputados – tal como se apreende da leitura das discussões travadas em plenário –: não há qualquer menção à ausência de consulta à Câmara dos Deputados antes de se ratificar os tratados de comércio, à falta de informações dos ministros e secretários de Estado sobre a condução dos negócios internos do Império, aos empréstimos contraídos sem a devida autorização do Corpo Legislativo, dentre outros temas intensamente discutidos nas primeiras sessões diárias ordinárias de 1829. No entanto, não há como desconsiderar o fato de que o texto proposto para análise e aprovado em plenário, refletia não apenas a composição da comissão por ele responsável, como também a defendida pelos deputados ministeriais, sob a coordenação dos ministros e ex-ministros de Estado reeleitos deputados e presentes nas sessões em que foi discutido – Araújo Lima como presidente da câmara temporária; Clemente Pereira e Teixeira de Gouveia como defensores do texto proposto pela comissão de resposta!

⁸³⁹ O diploma de reeleição de Teixeira de Gouveia foi questionado por Vasconcelos, sem sucesso, na sessão do dia 05 de maio de 1829, de modo que sua posse apenas foi possível mediante manobra realizada por Basto, pela qual se possibilitava ao então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça tomar posse em virtude do primeiro ou do segundo diploma de eleição (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 04 de maio de 1829, p.11-13).

⁸⁴⁰ Para a *comissão de constituição e poderes* foram escolhidos os deputados ministeriais, todos eleitos pela província de Minas Gerais, Maia, Almeida Torres e Miranda Ribeiro – o qual foi substituído por

protegia de eventuais questionamentos que lhe fossem formulados no decorrer da sessão anual legislativa de 1829 os quais, a partir das discussões travadas durante a sessão extraordinária, prometiam ser intensos.

Sublinhe-se que a obtenção de cargos da mesa da Câmara dos Deputados, em especial a presidência e a vice-presidência, representava uma grande vitória para o Governo, na medida em que eram não apenas cargos de prestígio, mas, sobretudo, cargos de grande influência na condução das discussões em plenário.⁸⁴¹ Aliás, é provável que sejam esses – o prestígio e a influência exercidos, pelos membros das mesas de cada uma das câmaras legislativas, nas discussões – os motivos pelos quais na Carta constitucional portuguesa de 1826, elaborada a partir do texto Carta brasileira de 1824, os cargos de presidente e vice-presidente de ambas as Câmaras das Cortes Gerais da Nação Portuguesa passaram a ser de nomeação pelo rei, de acordo com o disposto no artigo 21 daquele texto constitucional: *A Nomeação do Presidente e Vice-Presidente da Câmara dos Pares compete ao Rei; a do Presidente e Vice-Presidente da Câmara dos Deputados será da escolha do Rei, sobre Proposta de cinco, feita pela mesma Câmara; a dos Secretários de ambas, Verificação dos Poderes dos seus Membros, Juramento e sua Polícia interior, se executará na forma dos seus respectivos Regimentos.* Ou seja,

Cunha Matos (eleito pela província de Goiás) por estar ausente da Câmara dos Deputados no início da sessão anual legislativa de 1829 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessões de 05 e 07 de maio de 1829, p.14 e 20, respectivamente). Outras vitórias seriam obtidas nas sessões seguintes, nas quais foram escolhidos os integrantes das diversas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, no entanto, para as comissões *do Orçamento e de Empréstimos e Dívida Pública*, os deputados da oposição conseguiram vitórias importantes, com as escolhas, respectivamente, de Vasconcelos e de Holanda Cavalcanti para as integrarem (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 04 de maio de 1829, p.9-11). Porém, Vasconcelos, por motivos de saúde, solicitaria e obteria dispensa de participar da comissão de orçamento, poucos dias depois, logo na sessão do dia 22 de maio de 1829 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 22 de maio de 1829, p.124).

⁸⁴¹ Eram atribuições reservadas ao presidente (ou ao vice, no caso de ausência daquele), de acordo com o artigo 22 do Regimento Interno: “1ª Abrir, e fechar as Sessões às horas competentes, e nelas manter a Ordem, fazer observar a Constituição, e este Regimento. 2ª Conceder a palavra aos Deputados, que competentemente a pedirem. 3ª Estabelecer o ponto da questão, sobre que deve recair a votação. 4ª Anunciar o resultado das votações. 5ª Impor silêncio, e advertir á qualquer Deputado, que cometer excesso. 6ª Suspender a Sessão, e levantá-la quando não poder sustentar a Ordem, ou as circunstancias o exigirem. 7ª Designar os trabalhos, que devem formar a Ordem do Dia da Sessão seguinte. 8ª Tomar o juramento aos Deputados, que ainda o não tiverem prestado. 9ª Assinar as Atas das Sessões, e todos os Decretos e Proclamações da Câmara. 10ª Convocar Sessão extraordinária fora. das horas, e dias do costume em algum caso absolutamente urgente. dentre outras atribuições” (*Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832, p.10).

ao assim dispor, dom Pedro I (IV de Portugal) fazia uma pequena correção em um aspecto que poderia lhe beneficiar no futuro, durante as discussões legislativas.

Assim, enquanto dom Pedro I buscava se fortalecer, com a presença de deputados ministeriais na mesa da Câmara dos Deputados e em algumas das principais comissões permanentes dessa casa, os deputados da oposição retomavam o tema das irregularidades cometidas pelo Governo na repressão aos rebeldes na província de Pernambuco, através dos decretos de 27 de fevereiro de 1827, cuja discussão fora adiada para o início da sessão anual legislativa ordinária, conforme analisado acima⁸⁴². Desse modo, na sessão do dia 06 de maio de 1829, a terceira realizada após o início dos trabalhos legislativos, coube a Vasconcelos retomar a discussão ao propor (com o apoio de Lino Coutinho, Xavier de Carvalho e Holanda Cavalcanti) que se exigisse *do ministério o cumprimento do parágrafo último do art.179 da constituição, afim de que esta câmara chegue a um perfeito conhecimento das medidas tomadas sobre os acontecimentos políticos da província de Pernambuco, e a execução que tem tido*. Além disso, na mesma sessão o deputado mineiro denunciou a criação da sociedade secreta *Colunas do Estado* na província de Pernambuco, a qual partilharia da *cartilha* do ministro e teria por finalidade *minar a monarquia constitucional*.⁸⁴³ Ou seja, os deputados da oposição traziam, para a discussão em plenário, temas que eram objeto de análise pela imprensa liberal e que questionavam diretamente as medidas adotadas recentemente pelo Governo. Em sentido oposto, Souza França e Maia se posicionaram a favor dos ministros e secretários de Estado com fundamento na expressão *logo que reunida for* – presente no artigo 179, §35 da Carta de 1824 –, a qual, de acordo com

⁸⁴² Conforme sublinhou Lino Coutinho, membro da comissão de constituição que, durante a sessão extraordinária, adiou a análise da conduta dos ministros e secretários de Estado dos Negócios da Justiça e da Guerra tanto na expedição dos decretos de 27 de fevereiro, quanto na recusa de prestar informações antes do início da sessão ordinária, o parecer não concordava propriamente com a postura adotada pelos titulares das pastas ministeriais envolvidas. A comissão de constituição apenas propunha – e foi vitoriosa sua análise – que “conquanto reconhecendo ela o erro dos ministros, achava ser mais prudente que este objeto ficasse guardado para tempo oportuno” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 06 de maio de 1829, p.18).

⁸⁴³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 06 de maio de 1829, p.15.

esses deputados, não significava *imediatamente* (do modo como defendiam os deputados da oposição), mas *dentro de um prazo de*, por exemplo, *quinze dias*.⁸⁴⁴

Sublinhe-se que no início da sessão anual legislativa ordinária de 1829, quando os deputados da oposição retomaram os questionamentos relacionados às medidas extraordinárias adotadas para reprimir a denominada *Rebelião dos Afogados*, estas já tinham sido revogadas através dos decretos de 27 de abril, expedidos pelos mesmos ministros e secretários de Estado que, em fevereiro próximo passado, as expedira. Ou seja, a revogação ocorreu no mesmo dia em que dom Pedro I reuniu seu Conselho de Estado para os consultar sobre a possibilidade ou não do adiamento da Assembleia Geral Legislativa antes da realização da sessão imperial de abertura. Desse modo, após ter sido desaconselhado pela maioria de seus conselheiros a decretar o adiamento dos trabalhos legislativos de 1829, provavelmente o monarca instou seus ministros e secretários de Estado a se prepararem para o combate a ser em breve travado no Corpo Legislativo. Dentre as medidas adotadas encontra-se a revogação das medidas extraordinárias adotadas em fevereiro desse mesmo ano em relação à província de Pernambuco. No entanto, até serem informados pelos relatórios ministeriais, os deputados nada sabiam a respeito dessas revogações⁸⁴⁵, na medida em que ainda não tinham sido publicados os decretos a elas relacionados.

4.5 – Relatórios ministeriais e parecer da comissão de constituição favorável à denúncia em face de Oliveira Álvares.

Os relatórios dos ministros e secretários de Estado dos Negócios da Justiça e da Guerra, referentes aos decretos de 27 de fevereiro, foram apresentados na mesma sessão em que deputados ministeriais e da oposição discutiam sobre a necessidade de se exigir do Governo sua apresentação. Neles, o Governo se posicionou sobre os acontecimentos na província de Pernambuco, de modo a narrar e, de alguma forma, justificar as medidas

⁸⁴⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 06 de maio de 1829, p.15-17.

⁸⁴⁵ Neste sentido a manifestação de Holanda Cavalcanti logo após saber, pelo relatório apresentado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, que os decretos de 27 de fevereiro tinham sido revogados em 27 de abril (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 06 de maio de 1829, p.18).

adotadas para reprimir os rebeldes que proclamaram o *regime republicano*⁸⁴⁶ no sítio dos Afogados.

Por um lado, na justificativa apresentada por Teixeira de Gouveia, foram diversos os motivos que obrigaram o Governo a *lançar mão de medidas enérgicas*, conforme o disposto no artigo 179, §35 do texto constitucional: não apenas a comunicação do presidente provincial sobre os recentes acontecimentos ocorridos no sítio dos Afogados próximo à capital, e seus desdobramentos pelo interior da província (na qual *já por duas vezes se tinha querido estabelecer o sistema democrático*)⁸⁴⁷; mas também, as notícias e boatos sobre o retorno de alguns dos líderes da revolução de 1824 para a província de Pernambuco e os abusos cometidos pela imprensa oposicionista. Desse modo, a providência *foi só ditada pela solicitude com que o mesmo augusto senhor vela sobre a segurança de todos os seus fieis súditos, e estabilidade do governo que felizmente nos rege*. Tanto que foi suspenso o decreto, tão logo se soube do reestabelecimento da tranquilidade na província.⁸⁴⁸

Por outro, no relatório apresentado por Oliveira Álvares, os motivos alegados pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça foram utilizados para justificar a expedição pelo imperador das *mais enérgicas providências* contra a rebelião instalada em Pernambuco: a criação de uma comissão militar, na qual os apreendidos com as armas na mão não apenas seriam processados verbal e sumariamente, como também teriam as sentenças contra eles proferidas, imediatamente executadas, sem a obrigatoriedade de seu prévio envio ao imperador nos termos da lei de 11 de Setembro

⁸⁴⁶ Marco Morel alerta para a importância de se distinguir entre federalismo, separatismo e republicanismo ao analisar os movimentos no Brasil das décadas de 1820 a 1840. Frente ao “enfoque conservador de Varnhagen” contrapõe a “visão crítica de Manuel Correia de Andrade” (MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p.140, em especial a nota 111). Ou seja, a partir das considerações de Marco Morel, em que medida podemos afirmar que o movimento rebelde originado em Afogados era *republicano*, se é que este movimento de fato ocorreu nas proporções narradas pelo presidente provincial durante o período eleitoral na província.

⁸⁴⁷ De acordo com o ofício de Tomás Xavier Garcia de Almeida, presidente da província de Pernambuco, a Clemente Pereira, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, datado de 12 de fevereiro de 1829 (publicado no *Diário Fluminense* de 27 de fevereiro de 1829, volume 13º, número 46, p.187-188).

⁸⁴⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 06 de maio de 1829, p.17-18.

de 1826.⁸⁴⁹ Ou seja, na justificativa apresentada por Oliveira Álvares, ficava explícito o papel desempenhado por dom Pedro I na repressão aos rebelados pernambucanos, na medida em que a imediata execução das sentenças de pena de morte, apenas podia ser decretada excepcionalmente *em circunstâncias urgentes* pelo imperador, no exercício do Poder Moderador, após consulta ao Conselho de Estado.⁸⁵⁰ Da mesma forma que o direito de perdão ou graça⁸⁵¹ era uma atribuição privativa do Poder Moderador, nos termos do artigo 101, §8 da Carta de 1824⁸⁵²; sua dispensa apenas podia ser determinada por seu titular, ouvido o Conselho de Estado (artigo 101, §8 da Carta de 1824 combinado com artigo 2 da lei de 11 de setembro de 1826).⁸⁵³ Assim, *stricto*

⁸⁴⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 06 de maio de 1829, p.20.

De acordo com a lei de 11 de setembro de 1826, em seu artigo 1º: “A sentença proferida em qualquer parte do Império que impuser pena de morte, não será executada, sem que primeiramente suba à presença do Imperador para poder perdoar, ou moderar a pena, conforme o art. 101 § 8.º da Constituição do Império” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.12).

⁸⁵⁰ De acordo com a lei de 11 de setembro de 1826, em seu artigo 2º: “As exceções sobre o artigo precedente, em circunstâncias urgentes, são da privativa competência do Poder Moderador” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.12).

⁸⁵¹ De acordo com Pimenta Bueno: “O perdão ou graça é a remissão da condenação, da pena pública; pode ser total ou parcial; ele supõe o delito e a culpabilidade já julgada, e impede a execução” (SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.289). No entanto, conforme sublinha Brás Florentino, a graça, ainda que completa, não apaga o delito ou mesmo a condenação, na medida em que seus efeitos são para o futuro – a execução da sentença – e não para o passado (SOUZA, Braz Florentino Henriques de. *Do Poder Moderador: Ensaio de Direito Constitucional contendo A análise do título V, Capítulo I, da Constituição Política do Brasil*. (1ª edição: 1864) Brasília: Senado Federal, 1978, p.205).

⁸⁵² De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 101, §8: “O Imperador exerce o Poder Moderador. (...) §8. Perdoando, e moderando as penas impostas e os Réus condenados por Sentença.”

⁸⁵³ Na 24ª Sessão do Conselho de Estado, realizada no dia 26 de fevereiro de 1829, no Paço Imperial da Quinta da Boa Vista, com a participação dos ministros e secretários de Estado dos Negócios da Justiça e da Guerra, dom Pedro I formulou três questões a seus conselheiros de Estado: “Primo, se a rebelião ainda que parcial que aparecera em Pernambuco, exigia, ou não a suspensão das formalidades que garantem a liberdade individual naquela Província para serem presos, e tratados como rebeldes os que nela se achassem implicados; Secundo, se esta providência devia ser extensiva às outras Províncias do Norte, autorizando por Decreto os seus Presidentes para porem em prática esta dispensa das formalidades nos casos de rebelião; Tertio, se se deviam criar comissões militares assim na mesma Província de Pernambuco, como nas demais aonde a rebelião se manifestasse para serem prontamente punidos os réus de tão enorme crime”. Em relação às duas primeiras questões, os conselheiros de Estado se posicionaram a favor tanto de ambas as medidas submetidas pelo imperador à consulta – a suspensão das formalidades na província de Pernambuco e, se necessário, a utilização de igual medida nas províncias adjacentes (apenas se posicionaram contra, o marquês de Santo Amaro em relação à primeira, e este juntamente com o marquês de Inhambupe, em relação à segunda). Contudo, no que se refere à criação de comissões militares, com a pronta punição dos rebeldes nelas envolvidos, houve a rejeição unânime da parte de todos os conselheiros presentes na sessão: os marqueses de Caravelas, Queluz, Paranaguá, Maricá, São João de Palma, além dos dois acima citados e do conde de Lajes. No entanto, mesmo diante do posicionamento contrário dos conselheiros de Estado, o Imperador, no dia 27 de fevereiro de 1829, não apenas decretou a suspensão das formalidades que garantem a liberdade individual (aprovada pelo

sensu, diante de atos provenientes do Poder Moderador, o que devia ser apurada era a responsabilidade dos conselheiros de Estado pelos conselhos dados opostos às leis ou contra os interesses do Estado, desde que manifestamente dolosos⁸⁵⁴; e não a dos ministros e secretários de Estado que apenas autenticaram o reconhecimento e a veracidade da firma imperial.⁸⁵⁵ Em sua defesa, nas entrelinhas havia a pergunta: porque antes de nos [aos ministros e secretários de Estado] questionar sobre as medidas extraordinárias adotadas em relação à província de Pernambuco, os senhores [os deputados] não solicitaram informações sobre a reunião do Conselho de Estado na qual se deliberou sobre esse tema?

Os relatórios ministeriais foram submetidos à análise pela comissão de constituição – composta pelos deputados Maia, Cunha Matos e Almeida Torres – e, após terem os ministros e secretários de Estado enviado os documentos por ela solicitados⁸⁵⁶, na sessão do dia 29 de maio de 1829, o parecer foi lido e colocado em discussão em plenário. Ou seja, entre a leitura dos relatórios ministeriais e a leitura do parecer da comissão de constituição sobre as justificativas apresentadas pelos ministros

Conselho de Estado), como também criou uma comissão militar e determinou a imediata execução das sentenças condenatórias nela proferidas, de modo a excepcionar a aplicação da lei de 11 de setembro de 1826 para os processos sumários nela julgados (*Atas do Conselho de Estado*, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, Sessão 24ª de 26 de fevereiro de 1829, p.67-69). Dos três decretos de 27 de fevereiro, apenas o primeiro estava de acordo com o conselho dado pelos conselheiros de Estado ao imperador (em resposta ao primeiro quesito formulado em sua consulta). Os demais, contudo, estavam em oposição à resposta dada ao terceiro quesito referente às comissões militares e a pronta execução das sentenças condenatórias nelas proferidas.

Sobre esta consulta ao Conselho de Estado, com alguns posicionamentos diversos do adotado nesta tese, ver ALVES, João Victor Caetano. *O Conselho de Estado e o Princípio da Divisão de Poderes (1828 – 1834)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado em História e Cultura, 2008, p.47-52; _____. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013, p.149-152.

⁸⁵⁴ De acordo com o disposto na *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 143, regulamentado pela Lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 7, o qual, praticamente, transcreve o disposto no texto constitucional.

⁸⁵⁵ SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.292.

⁸⁵⁶ Na sessão do dia 08 de maio de 1829, a comissão de constituição solicitou dos ministros e secretários de Estado o envio das participações feitas pelos agentes do Governo brasileiro nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha sobre o provável retorno de revolucionários de 1824 para auxiliarem os rebeldes em Pernambuco, e dos papéis incendiários relacionados à província do Maranhão (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 08 de maio de 1829, p.22-23). Sublinhe-se que, antes do parecer da comissão de constituição, a partir de questionamento formulado por Vasconcelos, o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra informou que não foram elaboradas instruções à comissão militar instalada em Pernambuco (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 11 de maio de 1829, p.39).

e secretários de Estado decorreram mais de três semanas⁸⁵⁷, o que pode ser interpretado como uma pequena vitória para o Governo que, prolongando a discussão, distanciava-se do clamor popular gerado pelos acontecimentos ocorridos na província de Pernambuco. Contudo, é provável que a demora da comissão de constituição para a entrega do parecer sobre os relatórios apresentados pelos titulares das pastas dos Negócios da Justiça e da Guerra, referentes às medidas extraordinárias adotadas pelo Governo para reprimir a *rebelião* ocorrida na província de Pernambuco em fevereiro de 1829, esteja relacionada com a finalização da discussão da proposta do Governo relativa às notas do Banco do Brasil, motivo pelo qual, inclusive, fora convocada extraordinariamente a Assembleia Geral Legislativa no início daquele ano. Além disso, frise-se que o parecer, lido na sessão do dia 29 de maio, estava datado de três dias antes, de modo a sinalizar que apesar de finalizado, não foi imediatamente entregue. Pode-se perguntar: porque não foi entregue antes, se já estava finalizado? Ou, se estava na secretaria da Câmara dos Deputados, porque não foi lido em data anterior? Trata-se ou não de uma efêmera vitória do Governo através da atuação dos deputados ministeriais alçados a importantes comissões internas da câmara temporária?

Sobre uma possível influência do Governo em relação ao atraso na apresentação do parecer, Xavier de Carvalho se manifestou, na mesma sessão em que o parecer da comissão de constituição foi lido em plenário, sob o protesto de Maia e Cunha Matos, ambos membros da comissão responsável por sua elaboração. Em defesa da comissão de constituição, Cunha Matos alertava que a acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra era um indício de que o Governo não influenciara na análise feita pelos deputados-pareceristas: *Que influência pode o governo exercer sobre a comissão? Leia-se o parecer e ver-se-á aí denunciado o ministro da guerra, por ter obrado contra a constituição. E para tal concorreria o governo? É preciso não sermos injustos; é preciso fazer mais justiça à comissão; ela denuncia o ministro da guerra, e eu assenti a esse parecer porque acho que ele obrou mal, nisto nada há de influência do governo.*⁸⁵⁸

⁸⁵⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 29 de maio de 1829, p.167-169.

⁸⁵⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 29 de maio de 1829, p.169.

De acordo com o parecer, ao passo que o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça atuou de acordo com o disposto no artigo 179, §35 da Carta de 1824 – presentes todos os requisitos necessários para a suspensão de *algumas daquelas formalidades com que a constituição garantem a liberdade individual* pelo Governo –; o, dos Negócios da Guerra infringiu o texto constitucional ao criar, através de um *decreto verdadeiramente abusivo e ilegal*, uma comissão militar em Pernambuco para processar verbal e sumariamente os acusados de terem participado da rebelião ocorrida em fevereiro daquele ano, *apesar de que restringissem as operações de tal comissão a terem unicamente exercício e uso a respeito dos cabeças daquela rebelião*⁸⁵⁹, e dos que *ainda fossem apanhados com as armas na mão*.⁸⁶⁰ Nota-se que no parecer não há qualquer menção ao decreto de Oliveira Álvares relativo à imediata execução das sentenças de pena de morte, o qual estava relacionado diretamente ao direito de agraciar, conferido ao imperador, no exercício do Poder Moderador. Para a comissão de constituição, que refletia posicionamento adotado anteriormente por Cunha Matos em relação à criação no Brasil de comissões militares, nelas centrando sua análise:

(...) a comissão militar felizmente desconhecida, e sem assento na legislação porque [*sic*] o Brasil ainda atualmente se rege; um juízo para cuja odiosidade bastaria a deficiência das fórmulas, que nenhuma lei lhe tem prescrito, jamais poderia ou poderá ser criado sem ofensa das garantias individuais, que em nenhum caso é lícito sustentar; pois que não podendo estender-se a limitada e condicional faculdade outorgada pela constituição no artigo 179, §35, além da providência provisória e temporária de uma suspensão de algumas formalidades, que a necessidade urgente ou a iminência de perigo indicar como indispensável para obstar os males da rebelião, ou invasão dos inimigos pela facilidade ou prontidão da prisão dos delinquentes, e por outras medidas de prevenção que pareçam convenientes como já se advertiu, é incontestavelmente abusiva e ilegal uma providência que ultrapassou as barreiras constitucionais para desaforar os cidadãos e alterar o processo, atacando na competência do juízo, e na regularidade das fórmulas judiciárias, as garantias dadas à liberdade e segurança dos cidadãos no artigo

⁸⁵⁹ Em relação aos cabeças da *Rebelião dos Afogados* ver a “Relação dos facciosos que chegaram nesta Vila [de Santo Antônio] na noite de 1º de Fevereiro, e que foram conhecidos” publicada no *Diário Fluminense* volume 13, número 50, de 04 de março de 1829, p.204. Dentre os nomes nela elencados se encontram os dois irmãos Roma (Luís e Antônio), o capitão João Francisco de Melo, o tenente reformado da artilharia de Pernambuco, alferes Cândido Gomes de Figueiredo Caninana e Bento Dias, além de diversos moradores dos Afogados.

⁸⁶⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 29 de maio de 1829, p.169.

179, §11, e não incluídas no número das que em algum caso se podem suspender, e denunciando-se assim à câmara, entende a comissão satisfazer ao seu dever. (grifos meus)⁸⁶¹

Assim, o parecer da comissão de constituição, apesar de favorável ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça – em seu *Primeiro ponto* –, possibilitava – em seu *Segundo ponto* – o início do processo de responsabilidade, na medida em que finalizava com uma denúncia formulada em face de Oliveira Álvares, a qual deveria ser a seguir examinada por uma comissão especial e, caso fosse aprovada, intimado o denunciado para se manifestar por escrito sobre as imputações que lhe fossem feitas.⁸⁶² Para essa comissão especial foram escolhidos, logo depois da leitura do parecer, os deputados Vasconcelos, Galvão e Lino Coutinho.⁸⁶³ Ou seja, era praticamente certa a continuidade do processo em relação a Oliveira Álvares, pois dentre seus integrantes, apenas Galvão (deputado eleito pela província da Bahia e presidente da província de Alagoas, nomeado por Clemente Pereira) era um defensor do Governo na Câmara dos Deputados⁸⁶⁴ ao passo que os demais figuravam dentre os deputados mais críticos dos atos praticados pelos titulares das diversas pastas ministeriais. Além disso, de acordo com os periódicos da Corte, em especial o *A Aurora Fluminense*, era grande o afluxo de

⁸⁶¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 29 de maio de 1829, p.169.

⁸⁶² De acordo a lei da responsabilidade em seus artigos 8, §2 - “As comissões da câmara [dos deputados] devem denunciar os delitos que encontrarem no exame de quaisquer negócios, (...) dentro do prazo de duas Legislaturas, depois de cometido o delito”; 10 - “A Câmara dos Deputados, sendo-lhe presente a denúncia, mandará examiná-la por uma comissão especial; e sobre este exame, no caso que a não rejeite, mandará, sendo necessário, produzir novas provas, que serão igualmente examinadas na comissão, a qual também inquirirá as testemunhas nos casos, em que forem necessários”; e 11 - “Quando a Câmara parecer atendível a denúncia, mandará responder o denunciado, remetendo-lhe cópia de tudo, e fixando o prazo, em que deve dar a resposta por escrito, o qual poderá ser prorrogado, quando o mesmo denunciado a requeira” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.58).

⁸⁶³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 29 de maio de 1829, p.169.

Abelha Pernambucana, n.22, de 07 de julho de 1829)

⁸⁶⁴ Nesse sentido, ver nesta tese, sua atuação contra a aprovação do projeto de lei sobre a uniformização do imposto de importação a 15%, ao lado de Cruz Ferreira e dos três deputados-ex-ministros nas sessões de julho de 1828, supra analisada nesta tese. Além disso, era presidente da província das Alagoas, nomeado por José Clemente Pereira, cargo que tomou posse no dia 1º de janeiro de 1829. Ou seja, nesse momento ele exercia além do cargo de deputado eleito pela província da Bahia, o de presidente da província das Alagoas.

Manuel Antônio Galvão, nasceu em Salvador, a 03 de janeiro de 1791 e faleceu nesta mesma cidade, a 21 de março de 1850. Bacharel pela Universidade de Coimbra. Foi Juiz de Fora da Câmara de Goiás, Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos, Ouvidor, Desembargador do Tribunal da Relação da Bahia e serviu Na Casa de Suplicação da Corte. Deputado eleito pela província da Bahia na Primeira Legislatura, não conseguiu a reeleição por nenhuma província.

cidadãos nas galerias, curiosos para acompanhar o primeiro processo de responsabilidade de um ministro e secretário de Estado em curso na câmara temporária:

Este grande ato de Justiça, e os debates, a que tem dado lugar a marcha do processo, atraem às galerias uma grande concorrência de Cidadãos, desejosos de ver a serie, e resultado da primeira Causa desta natureza, e se o Decreto de acusação vai fazer aparecer ante um Tribunal Augusto esse Ministro culpado, que não duvidou atacar as Liberdades públicas, os direitos individuais, e por último escarnecer os Representantes da Nação, quando lhe forão pedidas as informações sobre os Decretos de 27 de Fevereiro. A Nação não quer vingar-se, como nobremente disse o Sr. Deputado *Custodio Dias*, o Ministro da guerra é de muito pouco preço, não chegaria para uma vingança nacional; mas a ordem pública, a estabilidade do sistema requerem a punição ou o julgamento de um atentado, que por nenhum lado encontra pretexto, que o desculpe.⁸⁶⁵

Desse modo, com os ânimos exaltados em plenário e nas galerias, poucos dias depois, na sessão do dia 02 de junho⁸⁶⁶, a comissão especial apresentou suas conclusões, nas quais não apenas concordava com os termos do parecer anteriormente formulado pela comissão de constituição, como também lhe acrescentava uma descrição mais pormenorizada dos acontecimentos ocorridos durante a denominada rebelião dos Afogados, e lhe ampliava a fundamentação legal.⁸⁶⁷ Ou seja, além dos parágrafos 11 e

⁸⁶⁵ *A A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 200, de 03 de julho de 1829, p.832-833.

⁸⁶⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 02 de junho de 1829, p.14-15.

Cumpra-se notar que, enquanto tinha início o processo de responsabilidade dos ministros e secretários de Estado em relação aos decretos de 27 de fevereiro, no decorrer do mês de junho foram apresentados e lidos em plenários os relatórios de todas as Secretarias de Estado. Na sessão do dia 01 de junho, José Clemente Pereira compareceu pessoalmente para entregar e ler o Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 01 de junho de 1829, p.8-10). No entanto, a ampla discussão sobre a forma de como deveria ser recebidos os ministros e secretários de Estado, para a apresentação dos relatórios de suas respectivas Secretarias de Estado – se por uma deputação de seis deputados, ou por apenas dois –, fizeram com que os próximos relatórios ministeriais fossem apenas entregues à apreciação dos deputados, lidos em plenário, mas sem a presença do respectivo titular da pasta ministerial (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessões dos dias 01, 05, 10 de junho de 1829, p.6, 32-37, 57-65).

⁸⁶⁷ Castro e Silva, deputado eleito pela província do Ceará (e reeleito para a Segunda Legislatura pela mesma província), durante a discussão do parecer da comissão especial, questionaria o fato de o parecer ter extrapolado a argumentação desenvolvida pela comissão de constituição, como por exemplo, ao acusar o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, diante do Senado, pela recusa a prestar as informações que lhe foram exigidas pelos deputados durante a reunião extraordinária da Assembleia Geral Legislativa (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira*

35, foram elencadas infrações ao disposto no parágrafo 10, do artigo 179 da Carta de 1824⁸⁶⁸ – pelo qual se vedava expressamente a criação de comissões especiais, tanto no cível, quanto no crime –, bem como a recusa do referido ministro e secretário de Estado de prestar as informações que lhe foram *exigidas*, sobre os acontecimentos políticos em Pernambuco, em sessão extraordinária.⁸⁶⁹

Além disso, ao criar uma comissão militar, o titular da pasta dos Negócios da Guerra não apenas usurpara a atribuição de fazer as Leis reservada ao Corpo Legislativo⁸⁷⁰, como também infringira o disposto em dois diplomas legais: 1. a lei de 23 de setembro de 1828⁸⁷¹, pela qual nenhum processo, por mais sumário que fosse, poderia dispensar a apresentação por escrito da acusação e da contestação do réu; 2. a

legislatura, sessão de 1829. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 02 de junho de 1829, p.15). O questionamento geral de Castro e Silva seria desenvolvido e particularizado posteriormente por Maia, Cunha Matos e Souza França e aceito na discussão travada na sessão do dia 05 de junho (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 05 de junho de 1829, p.42-44). Apesar deste questionamento inicial referente aos temas abordados pelo parecer da comissão especial, Castro e Silva se posicionaria a favor da acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra no Senado.

⁸⁶⁸ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 179, §10: “À exceção de flagrante delito, a prisão não pode ser executada, senão por ordem escrita da Autoridade legítima. Se esta for arbitrária, o Juiz, que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas, que a Lei determinar. O que fica disposto acerca da prisão antes de culpa formada, não compreende as Ordenanças Militares, estabelecidas como necessárias á disciplina, e recrutamento do Exército; nem os casos, que não são puramente criminais, e em que a Lei determina todavia a prisão de alguma pessoa, por desobedecer aos mandados da justiça, ou não cumprir alguma obrigação dentro do determinado prazo. §11 - Ninguém será sentenciado, senão pela Autoridade competente, por virtude de Lei anterior, e na forma por ela prescrita.”

⁸⁶⁹ Nesse sentido ver a discussão a respeito da recusa dos ministros e secretários de Estado dos Negócios da Guerra e da Justiça de fornecer as informações solicitadas pelos deputados, em relação às medidas adotadas para reprimir os rebeldes pernambucanos, durante a sessão extraordinária da Assembleia Geral (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessão do dia 14 de abril de 1829, p.34-36). Contudo, a comissão de constituição, ao analisar a recusa ministerial de prestar as informações solicitadas, posicionou-se a favor de se aguardar o início da sessão legislativa ordinária para o início de uma acusação formal contra os ministros de Estado que atuaram contra o disposto no texto constitucional (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo primeiro, sessões dos dias 23 e 24 de abril de 1829, p.41-46).

Defenderam a imediata acusação dos ministros de Estado, durante os trabalhos da sessão extraordinária, apenas os deputados Custódio Dias e Holanda Cavalcanti, contra os quais se posicionaram, inclusive, os deputados da oposição Vasconcelos e Lino Coutinho.

Na discussão do parecer da comissão especial na sessão do dia 05 de junho de 1829, a denúncia em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, por ter se recusado a prestar as informações solicitadas pelos deputados durante a sessão extraordinária, não foi acolhida em plenário (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 05 de junho de 1829, p.41-44).

⁸⁷⁰ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil* em seu artigo 15, §8: “É da atribuição da Assembleia Geral: (...) Fazer Leis, interpretá-las, suspendê-las, e revogá-las.”

⁸⁷¹ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.51-53.

lei de 11 de outubro de 1827⁸⁷², pela qual não poderiam participar dos conselhos de guerra os comandantes das armas.⁸⁷³ Notou-se, igualmente, que a não condenação de eventuais envolvidos com a *rebelião* não excluía a responsabilidade do imputado ministro e secretário de Estado, na medida em que a ausência sentenças condenatórias decorria de circunstâncias alheias à vontade ministerial. Diante desses fatos, a comissão especial considerava o ministro como incurso no disposto nos artigos 3, §2; 4 e 5 da lei da responsabilidade⁸⁷⁴:

Artigo 3º São responsáveis por abuso de poder:

§ 1º Usando mal da sua autoridade nos atos não especificados na lei, que tenham produzidos prejuízo, ou dano provado ao Estado, ou a qualquer particular.

As penas para os delitos designados neste parágrafo são:

Máxima: três anos de remoção para fora da Corte e seu termo.

Média: dois anos.

Mínimo: um ano.

Além disso a reparação do dano à parte, havendo-a ou à Fazenda Pública, quando esta seja interessada, sem o que não voltará à Corte.

§ 2º Usurpando qualquer das atribuições do poder legislativo, ou judiciário.

As penas para os delitos designados neste parágrafo são:

Máxima: inabilidade perpétua para todos os empregos, e dois anos de prisão.

Média: inabilidade por dez anos para todos os empregos.

Mínima: perda do emprego.

Artigo 4º São responsáveis por falta de observância da lei:

§ 1º Não cumprindo a lei, ou fazendo o contrário do que ela ordena.

§ 2º Não fazendo efetiva a responsabilidade dos seus subalternos.

As penas para os delitos designados neste artigo são as do artigo 3º § 1º, inclusive a reparação do dano.

Artigo 5º São responsáveis pelo que obrarem contra a liberdade, segurança, ou propriedade dos cidadãos:

§ 1º Obrando contra os direitos individuais dos cidadãos, que tem por base a liberdade, segurança, ou propriedade, marcados na Constituição, artigo 179.

⁸⁷² *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.52-54.

⁸⁷³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 02 de junho de 1829, p.14-15.

⁸⁷⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 02 de junho de 1829, p.14-15.

Artigo 6º, *in fine*. As penas para os delitos designados nos artigos 5º e 6º são as mesmas aplicadas aos que estão compreendidos no § 1º do artigo 3º, inclusive a reparação do dano.⁸⁷⁵

Em relação à responsabilidade de Teixeira de Gouveia pelo decreto de suspensão das formalidades garantidoras dos direitos individuais, em desacordo com os requisitos exigidos pelo texto constitucional, houve acirrada discussão nas sessões dos dias 10⁸⁷⁶, 11 e 12 de junho de 1829⁸⁷⁷, nas quais se discutiu tanto a rejeição do parecer da comissão de constituição apresentado na sessão do dia 29 de maio passado; quanto o requerimento (ou emenda, de acordo com as reflexões de alguns deputados) formulado por Vasconcelos, no final da sessão da primeira sessão, no sentido de se iniciar nesse momento o processo de responsabilidade em relação àquele ministro e secretário de Estado. Ou seja, frente à relutância dos deputados em denunciar o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Vasconcelos articulou uma manobra regimental, pela qual, ele próprio assumia a autoria da denúncia, na medida em que a comissão de constituição não o fizera no parecer anteriormente formulado: *Sr. presidente, eu denuncio o ministro da justiça, pelo direito que me concede a lei de 15 de setembro de 1827, e requeiro que se nomeie uma comissão especial, para examinar esta denúncia*

⁸⁷⁵ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.55-57.

⁸⁷⁶ Na mesma sessão em que teve início a discussão sobre a acusação de Teixeira de Gouveia, o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra apresentou seu relatório ministerial para a apreciação da Câmara dos Deputados, no qual expôs sobre “o estado atual do exército e das repartições subalternas a cargo do ministério da guerra” e dos dados necessários para a fixação das forças de terra (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 10 de junho de 1829, p.57-65).

⁸⁷⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessões dos dias 10, 11 e 12 de junho de 1829, p.66-73; 74-83; 85-94).

De acordo com os *Anais*, Teixeira de Gouveia faltou “sem participação” nas sessões dos dias 10 e 11. Em relação à sessão do dia 12, não há qualquer referência a seu nome dentre os deputados que faltaram sem participação de modo a não ser possível averiguarmos se ele estava ou não presente na votação que decidiu sobre sua acusação perante o Senado.

Sobre essa discussão, a partir de uma análise dos argumentos retóricos utilizados pelos deputados ministeriais e da oposição, e em um sentido diverso do apontado nesta tese, ver ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013, p.161-174. Nesta tese, analisa-se o quanto os deputados se utilizaram dos instrumentos da política, e da nascente opinião pública para articular um mecanismo de controle dos atos praticados pelos membros dos Poderes Moderador e Executivo – a responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado –, o qual era muito mais amplo e contundente do que consagrados artifícios retóricos presentes nos clássicos e reiterados ao longo dos séculos. Muitas vezes, uma discussão legislativa vitoriosa no plano retórico, representava uma derrota no plano político. Dessa forma, algumas situações em que João Victor Caetano Alves considera como vitoriosas para o Governo, nos *torneios retóricos* travados na Câmara dos Deputados, nesta tese são avaliadas de forma diversa, na medida em que focalizamos os eventuais ganhos políticos obtidos pelos deputados da oposição, mesmo em situações em que foram vencidos no debate parlamentar.

que apresento à câmara.⁸⁷⁸ E, ao assim proceder, na hipótese de o requerimento obter a aprovação em plenário, a denúncia seria enviada diretamente a uma comissão especial, e estaria assegurado o início do processo de responsabilidade em face de Teixeira de Gouveia.

Contudo, apesar da manifestação favorável de vários deputados da oposição a favor do requerimento formulado por Vasconcelos (Xavier de Carvalho, Paula Cavalcanti, Costa Carvalho, Castro e Silva – nesse momento já claramente alinhado com os demais deputados da oposição –, Feijó, Custódio Dias, Lino Coutinho, de acordo com a ordem em que falaram pela primeira vez durante a discussão, conforme a transcrição feita nos *Anais*)⁸⁷⁹, o adiamento da discussão para sua análise por uma comissão especial não obteve sucesso e foi aprovado o parecer original da comissão de constituição por 41 votos contra 29, ficando prejudicada a emenda do Sr. Vasconcelos. Assim, foram vitoriosos os deputados ministeriais (Souza França, o único a se manifestar na sessão do dia 10 de junho; e os três membros da comissão de constituição, cujo parecer estava em discussão: Cunha Matos, Almeida Torres e Maia; e, por último, Clemente Pereira) que, em sentido contrário, defenderam a constitucionalidade do decreto de suspensão das formalidades garantidoras dos direitos individuais expedido por Teixeira de Gouveia.

Após a votação final, realizada na sessão do dia 12 de junho, declararam o voto contra a aprovação do parecer da comissão de constituição: Custódio Dias, Assis Barbosa, Bráulio Muniz, Lino Coutinho, Vasconcelos, Xavier de Carvalho, Costa Vilar, Custódio José Dias, Ferreira de Melo, Ferreira França, Moura, Machado de Oliveira e Costa Carvalho. Além desses deputados, é provável o voto nesse mesmo sentido da parte dos deputados que se posicionaram contra o referido parecer da comissão, durante as discussões travadas em plenário: Paula Cavalcanti, May, Holanda Cavalcanti, Castro e Silva e Feijó.⁸⁸⁰ Ou seja, pelas inúmeras declarações de voto apresentadas na sessão seguinte à da votação, verifica-se que os deputados da oposição sabiam o quanto esta

⁸⁷⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 10 de junho de 1829, p.73.

⁸⁷⁹ May, Holanda Cavalcanti se posicionaram contra o parecer da comissão de constituição, porém sem defenderem o requerimento formulado por Vasconcelos.

⁸⁸⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 15 de junho de 1829, p.94-95.

discussão sobre a responsabilidade do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça tinha relevância para o deslinde da futura formalização da acusação contra o titular da pasta dos Negócios da Guerra. De tal modo que, declarar o voto nessa ocasião era buscar na opinião pública um apoio para a causa da apuração da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e da efetiva aplicação da lei de 15 de outubro de 1827. Sublinhe-se que essa vitória teve dois grandes aliados, além da argumentação elaborada por Clemente Pereira: o parecer favorável da comissão de constituição – o qual já fora aprovado em plenário, na parte referente a Oliveira Álvares⁸⁸¹ – e o fato de Teixeira de Gouveia também ser deputado reeleito por sua província natal, além de ministro e secretário de Estado (situação diversa da enfrentada pelo titular da pasta dos Negócios da Guerra). Frente a esse quadro, pode-se considerar que a vitória dos deputados ministeriais já se encontrava sinalizada desde o início das discussões, e que o esforço de Vasconcelos para obter a aprovação de seu requerimento, com o adiamento da discussão do parecer da comissão de constituição, no qual denunciava ele próprio o titular da pasta dos Negócios da Justiça tinha por principal objetivo não sua efetiva aprovação em plenário – o que, pelas circunstâncias, era praticamente impossível de se obter –, mas o desgaste moral do Governo de modo a deixar expresso o inconformismo de parte dos membros da câmara temporária diante dos atos praticados pelos atuais ministros e secretários de Estado. Além disso, toda essa discussão proporcionava aos deputados da oposição⁸⁸² a possibilidade de se preparar para o embate principal referente à aprovação do decreto acusatório em face de Oliveira Álvares na câmara temporária e sua defesa perante o Senado⁸⁸³, na medida em que impunha aos deputados ministeriais a utilização de parte dos argumentos preparados para a defesa do titular da pasta dos Negócios da Guerra. Contudo, ao mesmo tempo em que extraíam os

⁸⁸¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 05 de junho de 1829, p.41-44.

⁸⁸² Os deputados buscaram nessa discussão descaracterizar a presença de todos os requisitos exigidos pela Carta de 1824, em seu artigo 179, §35, para autorizar a suspensão de algumas das formalidades garantidoras da liberdade individual. Neste sentido, ler o discurso de Vasconcelos – no qual rebate cada uma das justificativas elencadas por Teixeira de Gouveia para a expedição do decreto de 27 de fevereiro de 1829 – no início da discussão em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 10 de junho de 1829, p.66-68.

⁸⁸³ Sobre a não denúncia do ministro dos negócios da Justiça ver *Astrea* números 443 e 444, de 04 e 07 de julho de 1829, p.1973-1978; 1979-1981.

argumentos do Governo, os deputados da oposição antecipavam sua própria argumentação de modo a diminuir seu impacto na discussão futura.⁸⁸⁴

Na discussão travada nas sessões dos dias 10 a 12 de junho, Vasconcelos e Clemente Pereira foram, respectivamente, os principais articuladores da acusação e da defesa do decreto de 27 de fevereiro expedido por Teixeira de Gouveia. Por um lado, para Vasconcelos (no esforço de descaracterizar a presença de todos os requisitos exigidos pelo texto constitucional para a suspensão das formalidades garantidoras dos direitos individuais), houve apenas uma *sedição* na província de Pernambuco, e não uma *rebelião* propriamente dita, cuja ausência de *perigo iminente* implicou no não envio de tropas e esquadras pelo Governo àquela província. Para que tivesse ocorrido uma *rebelião*⁸⁸⁵, seria necessário que a ação dos sediciosos tivesse por finalidade expressa de substituir o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824 por outro qualquer, como a república ou o absoluto. Tal, contudo, não se verificou de acordo com as narrativas feitas pelas autoridades pernambucanas pelas quais o objetivo dos sediciosos era tão somente a deposição do presidente e do comandante das armas da província de Pernambuco, *posto que gravíssimo não passa de sedição*.⁸⁸⁶ De modo que, *se o governo não tinha certeza de rebelião, é incontestável de que não podia usar da autoridade do parágrafo último do artigo 179 da constituição*. E, utilizando-se do disposto no texto constitucional, podiam ser suspensas *algumas* das garantias, de modo a se delimitar *muito positivamente* qual é a que se suspende. *Nem se procure a escusa na ignorância do ministro, pois a ninguém aproveita a ignorância de direito*, provocava o deputado,

⁸⁸⁴ Para outra interpretação deste episódio ver ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013, p.161-174.

⁸⁸⁵ O conceito de *rebelião* não estava juridicamente definido, por ocasião da promulgação da Carta de 1824. Assim, no início de 1827, Vasconcelos (provavelmente atento a esta referência do texto constitucional, tendo em vista os inúmeros questionamentos ao Governo do Rio) o inseriu em seu projeto de Código Criminal, no Capítulo *Dos crimes contra a segurança interna do império*, em seu artigo 318: “É crime de rebelião a perpretação dos crimes do artigo..., por povoação ou povoações de mais de trinta mil pessoas, ou auxiliar o inimigo no caso de invasão”. Cumpre-se notar que se tratava de assunto presente nas discussões legislativas nesse momento, na medida em que o projeto de código criminal elaborado por Vasconcelos estava sob a análise da comissão mista da Assembleia Geral.

⁸⁸⁶ Em sentido contrário, ver discursos de Cunha Matos e de Almeida Torres na sessão do dia 11 de junho de 1829, os quais mostram como os acontecimentos ocorridos na província de Pernambuco provocaram uma avaliação errônea da parte do governo, mas perfeitamente escusável diante da narrativa feita dos fatos, o que torna não culpável o ato praticado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça na repressão dos revoltosos naquela província (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 11 de junho de 1829, p.76-80).

referindo-se, provavelmente, ao episódio que opôs Oliveira Álvares à Câmara dos Deputados, no final da sessão anual legislativa do ano anterior.

Além disso, mesmo se estivesse provada a *rebelião* na província de Pernambuco, não havia que se vislumbrar o *perigo iminente da Pátria*, tanto que o movimento contestador se dissolveu por si mesmo *sem auxílio algum de outra província*. Em relação aos pasquins, o deputado mineiro sublinhou o quanto a utilização desse meio *indica mais a fraqueza do que força* do movimento contestador. Por fim, Vasconcelos teceu considerações sobre as eleições que se encontravam em curso na província de Pernambuco e que, provavelmente, levaram o Governo à adoção das medidas extraordinárias ora contestadas na câmara temporária:

Será insulto não obterem os grandes funcionários o honroso cargo de eleitores? Não serem muitos deles eleitos, nem aprovadas as listas do governo? Pois são esses os únicos fatos de que tenho notícia. Em todos os países constitucionais é sempre tumultuoso o tempo das eleições: o que não acontece na Inglaterra. No Brasil as eleições são feitas com a maior calma e regularidade, e nada houve de ofensivo senão o desprezo de algumas províncias pelos candidatos do governo, que tentou apresentar neste augusto recinto mandatários procuradores seus, e não representantes verdadeiros dos povos. Como pois tanto irritou ao Sr. ministro da justiça a constitucional conduta do povo nas eleições, que o resolveu a levantar as garantias de liberdade individual? (...) A maioria do ministério atual quer colocar-se no posto eminente, para que lhe falece capacidade; está convencido de que tem perdido absolutamente a confiança nacional; as eleições o provaram; para a exclusão de qualquer candidato bastava o conhecimento de que os atuais ministros o propunham; as perseguições destes ministros são um título de glória para os perseguidos.⁸⁸⁷

Por outro, de acordo com Clemente Pereira, em discurso proferido na sessão do dia 12 de junho, frente à *rebelião* (não simples *sedição* como defendido pelos deputados da oposição⁸⁸⁸) e presentes os requisitos exigidos pelo artigo 179, §35 da Carta de 1824,

⁸⁸⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 10 de junho de 1829, p.67-69. No tocante à questão eleitoral também se posicionaram, no mesmo sentido do exposto por Vasconcelos: Custódio Dias e Lino Coutinho.

⁸⁸⁸ Ver discursos de Lino Coutinho e de Vasconcelos proferidos logo após o de Clemente Pereira em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 12 de junho de 1829, p.88-92. Nestes discursos os deputados ressaltavam as imprecisões e eventuais contradições cometidas pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império na defesa de Teixeira de Gouveia,

Teixeira de Gouveia agira da maneira correta e de acordo com os limites constitucionais. Em seu discurso, o deputado-ministro não apenas sintetizava tudo o que tinha sido argumentado antes em favor de seu colega no Governo, como também objetava cada um dos argumentos utilizados pelos deputados da oposição a ele contrários, utilizava os documentos enviados pelo Governo provincial a seu favor, e concluía pela aprovação do parecer da comissão de constituição. Sobre a distinção entre *rebelião* e *sedição*, não estabelecida pela legislação complementar, Clemente Pereira concordava com a definição dada por Vasconcelos em relação a seus respectivos conceitos; porém, discordava no tocante a sua aplicação ao *levantamento de Pernambuco*, o qual, em sua apreciação, teve por finalidade a instalação de um *governo republicano* nessa província, tal como exposto nos ofícios do presidente provincial e do juiz de paz da vila de Santo Antônio.⁸⁸⁹ Tratava-se, portanto, de um discurso que se sustentava tanto no plano retórico, quanto no factual, na medida em que se apropriava, a seu favor⁸⁹⁰, dos documentos enviados pelas autoridades provinciais.⁸⁹¹

Cumpr-se notar que, durante essa discussão, May (apropriando-se de argumento utilizado por Feijó, durante a discussão sobre a responsabilidade do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra) foi um dos poucos deputados que trouxeram questionamentos diferentes dos elaborados por Vasconcelos em relação à apuração da responsabilidade de Teixeira de Gouveia pelos decretos de 27 de fevereiro de 1829. De acordo com aquele deputado, na medida em que foram previamente ouvidos os conselheiros de Estado – nos termos do artigo 143 da Carta de 1824 –, devia ser questionada sobre qual era a responsabilidade desses nas decisões tomadas pelo Governo. Além disso, nos decretos ora questionados, havia a referência expressa a essa

sublinhavam que não se tratou de uma rebelião propriamente dita (tal como tinham defendido na sessão do dia 10) e que o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça agiu frontalmente contra o texto constitucional.

⁸⁸⁹ Vasconcelos, para contestar esse argumento, utiliza-se do ofício enviado pelo capitão-mor de Santo Antônio, pelo qual se descaracterizava a ocorrência de uma *rebelião* na província de Pernambuco, além de apresentar uma interpretação diferente aos documentos lidos por Clemente Pereira em plenário (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 12 de junho de 1829, p.90-91; o ofício de João Luiz da Rocha, capitão-mor da vila de Santo Antônio, datado de 03 de fevereiro, lido por Vasconcelos, foi publicado *Diário de Pernambuco* de 13 próximo e transcrito no *Diário Fluminense* volume 13, número 48, de 02 de março de 1829, p.197).

⁸⁹⁰ Os mesmos documentos foram utilizados pela oposição para defender argumentação oposta da defendida por Clemente Pereira.

⁸⁹¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 12 de junho de 1829, p.85-88.

consulta: *ouvindo o meu conselho de estado*. Assim, para a resolução dessa questão, na sessão do dia 10 de junho, solicitou (sem obter sucesso em seu pedido) o adiamento da discussão até a entrega das Atas do Conselho de Estado à Câmara dos Deputados para serem examinadas.⁸⁹² Além disso, o questionamento formulado por May colocava outro tema em discussão: a suspensão das garantias previstas pelo artigo 179, §35, quando decretada pelo Governo, era ato praticado dentro da esfera de atribuições do poder executivo ou do poder moderador? De acordo com May, em defesa do adiamento da discussão:

Laboro na incerteza, se o decreto do poder moderador é referendado pelos membros do conselho de estado, ainda que a constituição não o declara, e somente os faz responsáveis pelos maus conselhos que derem. Por estas razões peço o adiamento, porque o julgo necessário, até que venham as atas do conselho de estado para bem caminharmos. Os Srs. ministros estão carregados com a referenda dos atos do poder moderador, quando pelo artigo 143, se fazem responsáveis os conselhos pelos maus conselhos [*sic*], e a única referenda que eu tenho descoberto dos conselheiros é dizer-se

⁸⁹² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 10 de junho de 1829, p.69-70. Em relação ao pedido de acesso às Atas do Conselho de Estado, pleiteado por May, Clemente Pereira, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, se negou a atender. Cumpre-se notar que, na 29ª Sessão do Conselho de Estado, realizada no dia 06 de junho de 1829, no Paço Imperial da Quinta da Boa Vista, na presença do imperador, José Clemente Pereira apresentara a solicitação de cópia da “Ata da Sessão em que se tratou em Conselho de Estado das medidas que se deviam tomar acerca da rebelião que se manifestou no 1º de fevereiro deste ano no sítio do Afogado, distrito da Cidade do Recife, e que dera motivo aos Decretos de 27 do dito mês, pelos quais se suspenderam provisoriamente as formalidades que garantem a liberdade individual dos habitantes da Província de Pernambuco, e de mandou criar uma Comissão Militar para serem processados os cabeças daquele crime, e os que fossem achados com as armas na mão” (*Atas do Conselho de Estado*, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p.79-80). Frente a essa *exigência* formulada pelos deputados, os conselheiros presentes foram unânimes e negar o acesso a esse texto, fundamentados na inexistência de Regulamento Interno a regulamentar o assunto ou lei a obrigar o Conselho de Estado a disponibilizar o documento solicitado pelos deputados. Foi essa decisão que o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império comunicou à Câmara dos Deputados, por meio do ofício lido na sessão do dia 11 de junho, denegando a cópia da ata solicitada pelos membros da câmara temporária, pois não havia lei que o obrigasse a fornecer tal documento. Frente a esse ofício o deputado May fez um requerimento para a análise da questão por uma comissão interna da Câmara dos Deputados, o qual foi aprovado e todo o material referente à solicitação da ata do Conselho de Estado e sua rejeição pelo Governo enviado à comissão de constituição. Após esses fatos, não há mais menção nos *Anais* a desdobramentos da solicitação de acesso à atas do Conselho de Estado pelos membros da Câmara dos Deputados (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 12 de junho de 1829, p.75; *Diário Fluminense* de 11 de julho de 1829, volume 14º, número 10, p.39)

no decreto *e ouvindo o meu conselho* e creio que esta responsabilidade se deve verificar.⁸⁹³

Apesar de não ter outros discursos nessa mesma linha, a dúvida sobre a eventual responsabilidade dos conselheiros de Estado pelos decretos de 27 de fevereiro, não passou despercebida dos demais deputados. Nesse sentido, a defesa, empreendida logo a seguir por Holanda Cavalcanti, da ideia da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado por todos os atos por eles referendados, quer fossem decorrentes do Poder Executivo, quer fossem, do Poder Moderador, ouvido ou não o Conselho de Estado: *porventura tendo o Conselho de Estado determinado tal suspensão, era este ministro obrigado a referendar tal decreto?*, proclamava o deputado pernambucano de modo a provocar seus pares em plenário. Contudo não teve prosseguimento esse questionamento, em parte pela dificuldade de acesso ao conteúdo dos conselhos dados, em parte pela própria composição do Conselho de Estado, no qual tinham assento todos os redatores do texto constitucional, ainda vivos...

4.6 – Frente à denúncia, a resposta Oliveira Álvares – um mártir da constituição?

Enquanto os deputados discutiam acerca da constitucionalidade do decreto de suspensão das *formalidades constitucionais que garantem a liberdade individual* referendado por Teixeira de Gouveia, aguardava-se na câmara temporária a resposta de Oliveira Álvares⁸⁹⁴, cuja denúncia formulada pela comissão de constituição tinha sido aprovada tanto pelo parecer da comissão especial⁸⁹⁵ quanto pelo plenário na sessão do dia 05 de junho⁸⁹⁶, e o ministro e secretário de Estado notificado formalmente no dia

⁸⁹³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 10 de junho de 1829, p.69-70.

⁸⁹⁴ De acordo com a lei da responsabilidade, em seu artigo 11: “Quando à Camara parecer atendível a denúncia, mandará responder o denunciado, remetendo-lhe cópia de tudo, e fixando o prazo, em que deve dar a resposta por escrito, o qual poderá ser prorrogado, quando o mesmo denunciado a requeira” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.58).

⁸⁹⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 02 de junho de 1829, p.14-15.

⁸⁹⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 05 de junho de 1829, p.41-44). Cumpre-se notar que nessa sessão, apesar de estarem presentes dois ministros e secretários de Estado – Clemente Pereira e Teixeira de Gouveia – e um ex-ministro – Araújo Lima, na presidência da casa –, nenhum deles se manifestou ativamente durante a discussão do parecer da comissão especial. Tratava-se de tema delicado e, mesmo assim, nada fizeram para impedir a aprovação do parecer. É provável que, frente à certeza da aprovação do parecer no quesito referente ao ministro e

11.⁸⁹⁷ Na sessão do dia 20, transcorridos os oito dias concedidos para a apresentação da resposta ministerial, não solicitada a prorrogação e expirado o prazo no dia anterior, Vasconcelos buscava apoio para a continuação do processo em face do titular da pasta dos Negócios da Guerra (nos termos do artigo 12 da lei da responsabilidade⁸⁹⁸) quando, no final da sessão, a resposta foi entregue pelo titular da pasta dos Negócios da Guerra, aceita pelos deputados – mesmo apresentada fora do prazo, de acordo com os deputados da oposição – e lida em plenário.⁸⁹⁹

Em sua resposta, o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra – após se apresentar como um *mártir da constituição*, na medida em que era denunciado exatamente por sua diligência em *sustentar o trono e a* [própria] *constituição*, e tecer reflexões sobre o fato de as revoluções sempre se iniciarem sem grandes estampidos⁹⁰⁰ – elaborou sua defesa, posicionando-se como o autor do decreto de criação da comissão militar na província de Pernambuco, para *julgar os cabeças da rebelião e os que fossem apanhados com as armas na mão*, por ele considerado conforme o disposto no texto

secretário de Estado dos Negócios da Guerra, os deputados-(ex-)ministros de Estado, preferissem reservar suas forças para futuras discussões em plenário, tal como a referente ao titular da pasta dos Negócios da Justiça (sessões dos dias 10 a 12 de junho), ou ao dos Negócios da Guerra, a seguir analisado neste capítulo.

⁸⁹⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 20 de junho de 1829, p.136.

⁸⁹⁸ De acordo com a lei da responsabilidade em seu artigo 12: “Findo o prazo para a resposta, ou ela tenha sido apresentada, ou não, tornará o negocio a ser examinado pela mesma, ou outra comissão, que interporá o seu parecer, se tem, ou não, lugar a acusação” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.58).

⁸⁹⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 02 de junho de 1829, p.143-146. A resposta de Oliveira Álvares foi publicada na íntegra no *Diário Fluminense* volume 14º, número 5, de 06 de julho de 1829, p.17-20, data em que teve início a discussão do parecer da comissão especial dedicada ao reexame da denúncia contra ele proferida, após o cumprimento do disposto no artigo 12 da lei da responsabilidade.

⁹⁰⁰ Conforme exposto acima, trata-se de argumento utilizado por Cunha Matos, Almeida Torres e Clemente Pereira nos discursos proferidos em defesa de Teixeira de Gouveia nas sessões dos dias 11 e 12 de junho de 1829 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessões dos dias 11 e 12 de junho de 1829, p.76-80, 86). De acordo com o ministro dos negócios da Guerra: “Nenhuma revolução começou por grande estampido; elas costumam marchar surdas e por grupos; ganham tanto terreno, quanto o que despeja a indolência dos que governam” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 20 de junho de 1829, p.144). Como exemplos, Oliveira Álvares citava não apenas episódios da história de Roma, como também as recentes medidas repressivas adotadas por lorde Londonderry (Castlereagh) na aniquilação de insurreições na Irlanda. Sublinhe-se que sobre este exemplo de Oliveira Álvares se posicionariam alguns deputados da oposição indignados com a comparação feita pelo ministro brasileiro com os atos praticados recentemente em outro Estado por um político conservador que atuara no Congresso de Viena como o principal diplomata e era considerado como um dos criadores a *política dos congressos*.

constitucional.⁹⁰¹ Para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, a criação de comissões militares estava autorizada inclusive pelo artigo 179, parágrafo 17 da Carta de 1824, na medida em que nele não havia qualquer vedação referente às comissões especiais militares, mas apenas às cíveis e às criminais: *À exceção das Causas, que por sua natureza pertencem a Juízos particulares, na conformidade das Leis, não haverá Foro privilegiado, nem Comissões especiais nas Causas cíveis, ou crimes.*⁹⁰² Ou seja, em virtude de o artigo nada estipular em relação às causas militares, as comissões especiais militares não estavam vedadas pelo texto constitucional. Assim, a aceitação de sua aplicabilidade para situações excepcionais se refletia, por exemplo, no fato de não haver leis ou medidas recriminatórias a regulamentarem o assunto. E, complementava, ao mostrar como a situação permaneceu inalterada mesmo após a Câmara dos Deputados ter sido informada, no início da sessão anual legislativa de 1826⁹⁰³, e novamente na seguinte⁹⁰⁴, sobre a existência de comissões militares ativas nas províncias Cisplatina e do Rio Grande de São Pedro. De tal modo que, nas sessões anuais legislativas anteriores, apenas foi aprovado um projeto de lei sobre abolição do privilégio de foro, não sancionado pelo imperador, pelo qual se proibia expressamente a criação de novas comissões especiais militares, bem como a extinção das porventura existentes, em seu artigo segundo: *Ficam também extintos o juízos de comissões especiais, tanto nas causas civis, como nas criminais, compreendidos os das comissões militares, e nem se poderão criar de novo, ainda menos no caso de suspensão das*

⁹⁰¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 20 de junho de 1829, p.143-146.

⁹⁰² *Constituição Política do Império do Brasil*, artigo 179, §17.

⁹⁰³ Neste sentido ver *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Primeiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874, tomo primeiro, p.187 e a resposta do conde de Lajes, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, informando que estavam em exercício até aquele momento as comissões militares criadas nas províncias Cisplatina e do Rio Grande de São Pedro do Sul, em *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Primeiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1875, tomo segundo, p.83-84. Cumpre-se lembrar que o tema do poder discricionário dos ministros e secretários de Estado foi tratado em diversas ocasiões durante as discussões do projeto de lei sobre a responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, conforme analisado no capítulo segundo.

⁹⁰⁴ No início da sessão anual legislativa de 1827, os deputados pediram e receberam do Governo – nas sessões dos dias 26 a 30 de maio – os decretos instauradores das comissões militares ativas na área de conflito ao sul do império: Cisplatina e Rio Grande de São Pedro do Sul. Cumpre-se notar que a solicitação aos ministros e secretários de Estado da Guerra e da Marinha para enviarem os decretos instauradores das comissões militares no sul do império foi fruto de parecer elaborado pela comissão de constituição, então composta pelos deputados: Lino Coutinho, Teixeira de Gouveia, Araújo Lima, Vasconcelos e Galvão (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827.* Rio de Janeiro: Tipografia de Hypólito José Pinto, 1875, tomo primeiro, sessões dos dias 26, 28 e 30 de maio de 1827, p.191, 200, 215-216).

garantias individuais.⁹⁰⁵ Frente a esse quadro, Oliveira Álvares aproveitava para provocar os deputados presentes na sessão:

Cometeria a câmara dos Srs. deputados, tão rica de patriotismo como abundante de luzes, o ato ocioso de proibir o que se achava já proibido? Faria uma nova lei o mesmo objeto de outra lei existente? Não era porventura esse novo ato legislativo, porque com efeito a câmara se persuadiu que o §17 da questão, não tinha uma extensão tão ampla que compreendesse a proibição das comissões militares no caso da suspensão das formalidades? Demais, se a câmara dos Srs. deputados estivesse convencida nas sessões de 1826 e 1827, que as comissões militares eram expressamente proibidas pela constituição, não houvera deixado de declarar írritos e nulos os decretos que criaram as de 1824 e 1825.⁹⁰⁶

Para Oliveira Álvares, o mesmo raciocínio se aplicava à interpretação do artigo 179, parágrafo 11 da Carta de 1824, pelo qual se proclamava o princípio da anterioridade do juízo penal: *Ninguém será sentenciado, senão pela Autoridade competente, por virtude de Lei anterior, e na forma por ela prescrita*. De acordo com o ministro e secretário de Estado, se esse dispositivo constitucional fosse autoaplicável, os deputados não teriam elaborado um projeto de lei a regulamentar esse assunto, cuja discussão ainda estava em curso: *porque leis claras é que o crime se classifica e o criminoso se pune: leis escuras não tem aquele império, e repugnam à liberdade do sistema constitucional, que não pode contradizer-se entre a nobreza de suas doutrinas e a execução delas*. Ou seja, a comissão militar era um instituto excepcional, sem lei expressa a regulamentar ou a proibir sua criação (contudo, advertia o ministro, ainda que não denominadas de *comissões militares*, estavam regulamentadas as *alçadas*, que eram *exemplares* daquelas); e, desse modo, a ela não se aplicavam leis elaboradas para situações de normalidade, tais como as que proibiam o processo sumaríssimo verbal ou a presença de comandantes das armas nos conselhos de justiça (de acordo,

⁹⁰⁵ Sobre o fato de o artigo 2 do projeto de lei de extinção dos privilégios de foro repetir o disposto no texto constitucional, o visconde de Alcântara já tinha alertado os senadores na sessão do dia 11 de julho de 1828 (*Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, tomo primeiro, sessão do dia 11 de junho de 1828, p.223), porém sem as consequências que se verificaram na discussão sobre a responsabilidade de Joaquim Oliveira Álvares.

⁹⁰⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 20 de junho de 1829, p.145.

respectivamente, com as leis de 23 de setembro de 1828⁹⁰⁷ e de 13 de outubro de 1827⁹⁰⁸). Assim, ao criar uma comissão militar na província de Pernambuco, o titular da pasta dos Negócios da Guerra agira de acordo não apenas com o disposto no artigo 179, §35 da Carta de 1824; como também com um procedimento recentemente adotado por outros ministros e secretários de Estado tanto no Império do Brasil quanto no exterior. Se, por um lado, no plano interno, citava a discussão sobre o tema na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil⁹⁰⁹ e as comissões militares criadas em 1824 e 1825⁹¹⁰; por outro, no plano externo, referia-se à criação de uma comissão militar para punir os rebeldes de Trás-os-Montes (e, posteriormente, estendida a todo o Reino) pelas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa⁹¹¹ e, até mesmo, a lei marcial inglesa, autorizada para situações excepcionais. De tal forma que a eficácia da adoção dessa medida estava, nas palavras de Oliveira Álvares, na cessação do *perigo iminente* de uma *revolução* na província de Pernambuco: *onde por [sic] terceira vez se*

⁹⁰⁷ De acordo com a lei de 23 de setembro de 1828, referente às formalidades a serem seguidas nos processos criminais, não se poderia proferir sentença definitiva ou ser o réu preso, ou solto, sem a apresentação da acusação por escrito – “com especificada menção dos autos, e termos do processo, das testemunhas, e documentos, que fazem culpa” –, pelo promotor ou parte acusadora; e da contestação do réu, “dando-se lugar à prova dela, quando for de receber, por apresentar matéria de defesa, que, provada, releve”. Além disso, os processos criminais, antes de serem julgados pelas Juntas Criminais de Justiça, deveriam ser instruídos e preparados pelo juiz-relator, “podendo os réus agravar no auto do processo de qualquer despacho ilegal e as Juntas, pronunciando primeiramente sobre os agravos, que acharem interpostos, passarão depois à sentença definitiva, na forma do artigo precedente” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.51-53).

⁹⁰⁸ De acordo com a lei de 13 de outubro de 1827, referente às sentenças dos conselhos de guerra nas províncias, em seu artigo 3: “Não poderão ser membros das Juntas de Justiça os que tiverem sido vogais nos conselhos de guerra, e tanto o Presidente como os membros poderão ser dados de suspeitos nos termos legais” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.52-54).

⁹⁰⁹ Anais da Assembleia Constituinte de 1823, sessão do dia 15 de junho

⁹¹⁰ De acordo com Oliveira Álvares: “porque ainda que não exista lei antiga que as autorize, vemos com efeito usadas essas comissões militares, como as que se criaram em 1824 e 1825” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 20 de junho de 1829, p.145).

⁹¹¹ Sublinhe-se que a carta de lei portuguesa de 21 de março de 1823, referente à repressão aos rebeldes da província de Trás-os-Montes, extensiva às demais províncias do Reino Unido (dentre as quais se encontravam partes do território imperial brasileiro ainda sob o controle de tropas lusitanas), não apenas foi lida na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, na sessão do dia 30 de junho, como também provocou a discussão em plenário sobre um projeto de lei marcial, elaborado por uma comissão interna a partir das propostas apresentadas por João Vieira de Carvalho (futuro marquês de Lajes), então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, no qual se propunha, dentre outras medidas, a criação de uma comissão militar para julgar os que se erigirem em *cabeças de rebelião*, e os que forem apanhados com armas na mão (*Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Edição fac-similar. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 6, 2003, números 35, sessões dos dias 28, 30 de junho; 36, sessão do dia 01 de julho; 41, sessão do dia 10 de julho; 42, sessões dos dias 11 e 12 de julho; 43, sessão do dia 15 de julho; e 50, sessão do dia 30 de julho, p.319, 326-328; 333-334; 385-387; 393, 396-397; 404-412; 484-485)

Sobre a tramitação e rejeição desse projeto de lei marcial, após a segunda discussão em plenário, ver RODRIGUES, José Honório. A Constituinte de 1823. Petrópolis: Vozes, 1974, p.68-73.

via alçado o estandarte da rebelião, pelo simples temor inspirado pela criação de uma comissão militar.⁹¹²

Cumpre-se notar que o *projeto de lei sobre abolição dos juízos privativos* (ou sobre abolição do privilégio de foro, conforme reiteradamente denominado durante as discussões legislativas) elaborado pela comissão de leis regulamentares da Câmara dos Deputados e lido em plenário por Vergueiro, na sessão do dia 19 de junho de 1826⁹¹³, tinha acabado de ser aprovado pelo Corpo Legislativo e apresentado para a sanção imperial no final da sessão anual legislativa de 1828, quando Oliveira Álvares já ocupava o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra.⁹¹⁴ Além disso, entre junho e agosto, desse mesmo ano, foram travadas todas as discussões desse projeto de lei no Senado⁹¹⁵, com intensa participação dos senadores-conselheiros de

⁹¹² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 20 de junho de 1829, p.146.

⁹¹³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 19 de junho de 1826, p.200.

Na Câmara dos Deputados, a segunda discussão do projeto sobre abolição do privilégio de foro ocorreu nos meses de julho a agosto de 1826 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessões dos dias 27, 28, 29 e 31 de julho de 1826, p.325-335; 340-342; 352-357; 370-377; tomo quarto, sessões dos dias 01, 04, 19 e 21 de agosto de 1826, p.1-9; 33; 196-201; 207-219) e a terceira, entre junho e setembro de 1827 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, segundo ano da primeira legislatura, sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 19 de junho de 1827, p.104; tomo quinto, sessões dos dias 20, 21 de setembro de 1827, p.59; 60-63). Nessas discussões, os principais temas tratados foram o do juízo privativo dos militares e o dos eclesiásticos. Em relação às comissões militares, não se encontra nos *Anais* transcritos as discussões que porventura ocorreram. Mesmo assim, é sugestivo o fato de ter se emendado o projeto original da comissão de leis regulamentares através de um artigo aditivo que se referia expressamente a este mecanismo de repressão, o qual permaneceria mesmo após a análise deste projeto de lei pelo Senado, conforme analisado nesta tese.

⁹¹⁴ Durante a discussão do projeto de lei sobre abolição do privilégio de foro, Lino Coutinho (com o apoio de Vergueiro, relator do projeto) foi expresso ao argumentar sobre a extinção e proibição das comissões militares pela Carta de 1824, o que indica ser ele o provável autor da emenda ao projeto de lei original elaborado pela comissão de leis regulamentares. Para o deputado baiano: “Não há comissões militares, se não com infração da lei fundamental, que todas elas foram, e são nulas por direito constitucional; finalmente que se não podem criar comissões especiais, sejam elas de qualquer classe, que seja, e que o artigo da constituição, que permite a suspensão das formalidades, não dá direito para se criarem essas pestíferas comissões de reprovada memória” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 27 de julho de 1826, p.335).

⁹¹⁵ A leitura do projeto de lei sobre abolição do privilégio de foro, datado de 28 de setembro de 1827, no Senado foi realizada na sessão do dia primeiro de outubro seguinte. *Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo terceiro, sessão do dia 01 de outubro de 1827, p.87-88). As discussões deste projeto de lei no Senado ocorreram na sessão anual legislativa seguinte, de 07 a 14 de junho (primeira e segunda discussões) e de 05 de julho a 08 de agosto (terceira discussão) (*Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, tomo terceiro, primeira e segunda discussões, sessões dos dias 07, 09, 10, 11, 12, 14 de junho de 1828, p.205;

Estado em defesa da proibição de novas comissões militares, na medida em que a suspensão das garantias previstas no artigo 179, parágrafo 35, da Carta de 1824 tinha *por objeto a segurança dos réus; mas não o seu julgamento*⁹¹⁶, de acordo com as palavras do marquês de Inhambupe. E, no mesmo sentido, de forma a sintetizar o posicionamento majoritário entre os senadores⁹¹⁷, proclamou o marquês de Caravelas, que no final de 1829 seria nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império:

As formalidades relativas à segurança pessoal do Cidadão não são unicamente o não poder ser preso sem culpa formada; são também o não poder ser preso em sua casa, de noite nunca, e de dia só com ordem por escrito da Autoridade legítima; fazer o Juiz constar ao Réu dentro de certo prazo, por uma Nota por ele assinada, e motivo da prisão o nome do seu acusador, os das testemunhas, etc. Quando, pois, naquele parágrafo da Constituição se diz: "algumas das formalidades", deve entender-se destas, que são relativas á prisão, e não das que são relativas ao processo e julgamento do caso. Se a Constituição neste parágrafo tivesse em vista as Comissões Militares, haveria feito expressamente delas. Não me ocuparei com algumas cousas de menor monta, que se têm dito de parte a parte, porque nada provam.⁹¹⁸

Em sentido contrário, posicionaram-se a favor da criação de novas comissões militares, desde que presentes os requisitos exigidos pelo último parágrafo do artigo 179, parágrafo 35 da Carta de 1824, os senadores Borges, Rodrigues de Carvalho e, os também conselheiros de Estado, marqueses de Paranaguá e de Queluz. De acordo o marquês de Paranaguá, ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e responsável pela edição do decreto de 20 de maio de 1825, referente à criação de *uma Comissão para julgar os individuos da Armada que desertarem da Esquadra do Rio da Prata*:

208-213; 215-221; 223-229; 230-236; 238-241; tomo segundo, terceira discussão, sessões dos dias 05, 07, 15, 16, 18, 28, 29 de julho; 01, 08 de agosto de 1828, p.102-105; 109-111; 123-124; 125-126; 129-130; 143; 146-147; 150-151; 163). Aprovadas pelo Senado emendas ao projeto originário da Câmara dos Deputados, ele foi remetido a sua câmara de origem na sessão do dia 9 de Agosto de 1828 e, após serem as emendas aprovadas pelos deputados, foi enviado para a sanção imperial, como foi participado por Ofício do Secretário em 23 do mesmo mês.

⁹¹⁶ *Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, tomo primeiro, sessão do dia 09 de junho de 1828, p.210.

⁹¹⁷ Posicionaram-se contra as comissões militares os senadores Duque Estrada, Oliveira, Carneiro de Campos, e os marqueses de Inhambupe, de Caravelas e de Santo Amaro (*Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, tomo primeiro, sessões dos dias 09 e 10 e junho de 1828, p.209-213; 215-219)

⁹¹⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, tomo primeiro, sessão do dia, de junho de 1827, p.

Sei que falar em apoio das Comissões Militares, em um tempo em que as profissões de princípios liberais tem chegado à mania, à exaltação, é perder palavras, e dar ocasião para ser taxado de inimigo das liberdades públicas: mas *eu sacrificarei sempre a popularidade na presença da salvação do Estado*. Quando um Membro do Corpo humano está gangrenado, separa-se logo para que o mal se não comunique aos outros: o mesmo se deve praticar quando a gangrena se manifesta em um Membro da Sociedade: é necessario cortar logo esse Membro, para não infeccionar os mais, é necessário dar remédio pronto, e tão pronto como o que vem em nossas Leis Militares, onde se determina que aquelle que em ação gritar – “estamos perdidos, etc.”, o imediato logo lhe separa a cabeça. Em que se funda esta disposição? No mal, que de semelhante grito se pode seguir. Convêm, Sr. Presidente, que em tais circunstâncias, como as que considera o parágrafo da Constituição, o castigo não sofra demora. Prender unicamente não basta, porque sempre restam ao réu a esperança de se escapar, anima os perturbadores, e a sua presença dá calor aos do seu partido. (grifos meus)⁹¹⁹

Ou seja, não apenas havia um posicionamento majoritário dos membros do Corpo Legislativo contra a criação de novas comissões militares, além da imediata extinção das porventura existentes, como também o tema fora objeto de ampla discussão em ambas as Câmaras da Assembleia Geral, entre os meses de junho a agosto de 1828, durante a tramitação do projeto de lei sobre abolição do privilégio de foro em plenário. Assim, não há como se sustentar o argumento utilizado por Oliveira Álvares de ter incidido em erro escusável, dada a ausência de lei regulamentar do dispositivo constitucional, ao criar uma nova comissão militar na província de Pernambuco, para *julgar os cabeças da rebelião e os que fossem apanhados com as armas na mão*. O tema estava na ordem do dia e inúmeras eram às críticas a este mecanismo diuturnamente veiculadas através da imprensa.

Para analisar a resposta entregue por Oliveira Álvares, de forma a verificar *se tem, ou não, lugar a acusação*⁹²⁰, decidiu-se em plenário pela nomeação de uma nova comissão especial⁹²¹ para a qual foram escolhidos Araújo Bastos⁹²², Cruz Ferreira⁹²³ e

⁹¹⁹ *Anais do Senado do Império do Brasil: terceira sessão da primeira legislatura – ano de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, tomo primeiro, sessão do dia 09 de junho de 1828, p.210.

⁹²⁰ De acordo com o disposto na lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 12: “Findo o prazo para a resposta, ou ela tenha sido apresentada, ou não, tornará o negocio a ser examinado pela mesma, ou outra comissão, que interporá o seu parecer, se tem, ou não, lugar a acusação”.

⁹²¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 22 de junho de 1829, p.149.

Medeiro Gomes⁹²⁴ – com, respectivamente, com 33, 32 e 25 votos (presentes 78 deputados na sessão) – todos deputados ministeriais não reeleitos para a Segunda Legislatura: o primeiro, intendente geral de Polícia, e os outros dois desembargadores do recém-criado Supremo Tribunal de Justiça. Elaborado o parecer, sua leitura, juntamente com o voto em separado elaborado por Cruz Ferreira, ocorreu na sessão do dia primeiro de julho de 1829. Em ambos os documentos, chegava-se à conclusão de que o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra não cometera qualquer infração ao texto constitucional.

Por um lado, o parecer da comissão especial não apenas acolhia como também ampliava a abrangência de alguns argumentos apresentados por Oliveira Álvares para concluir pela constitucionalidade dos decretos de 27 de fevereiro, em especial o da interpretação do artigo 179, parágrafos 17 e 35 da Carta de 1824, reafirmada pela não sanção imperial ao projeto de lei sobre abolição do privilégio de foro. O que implicava,

⁹²² Luiz Paulo de Araújo Basto[s] (1º barão com grandeza em 1841 e, depois, visconde com grandeza de Fiais, em 1854), nasceu no Rio de Janeiro, a 03 de janeiro de 1797, e faleceu na Bahia, a 27 de julho de 1863. Doutor em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra. Era intendente geral de polícia e membro do conselho de Sua Majestade o Imperador (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.151). De acordo com o *Diário Fluminense*, na publicação de ofício do intendente geral de polícia em relação às medidas a serem adotadas para impedir a realização do *entrudo* nas vias públicas: “Luiz Paulo de Araújo Bastos do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Oficial da Ordem Imperial, do Cruzeiro, Cavaleiro da de Cristo, Desembargador da Casa da Suplicação, Deputado à Assembleia Geral Legislativa, e Intendente Geral da Polícia etc.” (*Diário Fluminense* volume 13, número 46, de 27 de fevereiro de 1829, p.188).

⁹²³ José da Cruz Ferreira, nasceu no Rio de Janeiro, em 1775, e faleceu nessa mesma cidade em 26 de junho de 1841. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (1802), iniciou sua carreira na magistratura em Portugal, retornando ao Brasil em 1810 como juiz de fora da vila de Fortaleza. Ouvidor na comarca de Sertão, Pernambuco, e desembargador da Relação da Bahia desde 1815, em 1817 denunciou o movimento revolucionário em curso ao Capitão-Geral e Governador das Pernambuco. Foi nomeado desembargador da Casa de Suplicação (14 de maio de 1822), Corregedor do Cível da Corte (1º de dezembro de 1824); e Desembargador de Agravos da mesma Casa, (2 de agosto de 1825). Foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro para a Primeira Legislatura da Assembléia Geral Legislativa e pelo decreto de 19 de outubro de 1828, nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, tomando posse a 9 de janeiro do ano seguinte (biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro>. Acesso em 20 de junho de 2016).

⁹²⁴ João de Medeiro Gomes nasceu no Rio de Janeiro, em 1780, e faleceu nessa cidade a 31 de outubro de 1844. Bacharel em Letras pela Universidade de Coimbra (1805), iniciou sua carreira na magistratura em Portugal, retornando ao Brasil em 1810 como ouvidor na comarca de Paranaguá, então pertencente à província de São Paulo. Nomeado desembargador da Relação da Bahia (1815), permaneceu no cargo de ouvidor, no início em Paranaguá e, a partir de 1822, em Itu. Em 1824 foi nomeado desembargador da Casa de Suplicação, em 1826, desembargador de agravos e pelo decreto de 19 de outubro de 1828, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e tomou posse a 9 de janeiro do ano seguinte (biografia disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro>. Acesso em: 20 de junho de 2016).

Como magistrado, Medeiro Gomes foi responsável pela absolvição do juiz de fora de Taubaté que, em 1824, proclamara o absolutismo em sua comarca e enviara à Corte comunicado sobre o movimento por ele coordenado. Sublinhe-se que Cruz Ferreira e Medeiro Gomes tinham sido nomeados, em outubro do ano anterior (1828), pelo Governo para o recém-criado Supremo Tribunal de Justiça, cuja sessão inaugural ocorreu em janeiro de 1829.

inclusive, vislumbrar na Carta de 1824, nos parágrafos do artigo retro citado, uma autorização expressa para a criação de comissões militares, vistas como *juízes particulares, que na conformidade das leis existem para certas causas*⁹²⁵, de modo a possibilitar ao Governo a utilização desse mecanismo novamente no futuro, desde que presentes os requisitos exigidos pelo texto constitucional, da mesma forma que, no passado, foram criadas diversas comissões militares e contra as quais não houve a adoção de qualquer medida efetiva por parte da câmara temporária. Por outro, o voto em separado apresentado por Cruz Ferreira, a princípio acolhia e articulava os diversos argumentos contrários à utilização de comissões militares para debelar e/ou reprimir *rebeliões* em geral – o que, de certo modo, aproximava-o de vários deputados favoráveis à acusação do titular da pasta dos Negócios da Guerra –, para na parte final, inverter o discurso de modo a concluir em sentido contrário, conforme a orientação expressa no parecer da comissão especial, da qual era membro integrante.

No voto em separado apresentado por Cruz Ferreira, o titular da pasta dos Negócios da Guerra teria apenas cometido um erro involuntário e, desse modo, invencível⁹²⁶ no que se referia à criação de uma comissão militar na província de Pernambuco, *como ele mesmo confessa, e assim como todos os seus antecessores*.⁹²⁷

⁹²⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 01 de julho de 1829, p.9.

⁹²⁶ De acordo com Brotero De acordo com José Maria Avellar Brotero, professor da Academia de Direito de São Paulo: “(...) erro é a não conformidade das nossas ideias com o verdadeiro fim das cousas, isto é, quando a nossa alma separa o que devia juntar, e junta o que devia separar, tirando um conclusão contrária à verdade. Verdade é a conformidade entre a proposição e a cousa que se afirma ou nega (...) As causas dos erros são, segundo Malebranche, os nossos sentidos, a nossa imaginação, o nosso entendimento, as nossas inclinações, e as nossas paixões (...) os Jurisconsultos dividem, em relação à moralidade da ação, em ignorância e erro voluntário e involuntário, vencível e invencível. Erro voluntário, ou ignorância voluntária, é quando nós por negligência, e por falta de procurarmos os meios, não evitamos o mesmo erro, visto que na verdade ele era vencível, e estava ao nosso alcance, (...) Ignorância ou erro involuntário é aquele, que nos garante de imputação, aquele, que não se pode vencer, não obstante se empregarem os meios necessários na indagação, (...) Erro de direito é aquele, pelo qual nós, nos iludimos, sobre o sentido ou disposição da Lei. Erro de fato é quando nos iludimos sobre o mesmo fato, que a Lei manda praticar. Erro essencial é aquele, que versa sobre circunstância necessária, na natureza do objeto ou ação em questão. Erro acidental é aquele, que versa sobre alguma qualidade ou circunstância indiferente do mesmo objeto, ou da mesma ação em questão” (BROTERO, José Maria Avellar. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829, p.32)

⁹²⁷ Na sessão do dia 07 de julho de 1829, Cruz Ferreira complementou seu posicionamento sobre o erro cometido por Joaquim de Oliveira Álvares, de modo a inclusive alterar o entendimento que a princípio tivera sobre o caso em análise: “Os ministros só são culpados por aquilo que fazem de propósito. Eu sempre achei criminalidade no ministro da guerra. Não fiquei convencido da sua inocência pelo que ouvia mas quando examinei os documentos, como político e jurisconsulto vi, que ele não tinha criminalidade nenhuma. Como juiz e jurisconsulto, encarei a questão com toda a imparcialidade” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 07 de julho de 1829, p.64).

Porém, esse erro decorria, em grande parte, da própria postura dos membros da Câmara dos Deputados em relação tanto à não condenação das comissões militares anteriormente instituídas no Império do Brasil – de modo a efetivamente impedir a criação de novas –, quanto a não regulamentação da Carta de 1824. De acordo com o deputado e desembargador do recém-criado Superior Tribunal de Justiça, as comissões militares eram uma infração autêntica do texto constitucional, frente ao qual os membros da câmara temporária se limitaram a pedir informações, as quais foram devidamente respondidas pelos ministros e secretários de estado por elas responsáveis, e a redigir um projeto de lei, no qual expressamente proibia sua criação e que não obtivera a sanção do imperador. De tal forma que, afirmava Cruz Ferreira:

A vista de uma infração tão autêntica da constituição, que fez a câmara dos deputados? Pediu informações, (...) que tiveram suas respectivas respostas (...). Porque a câmara dos deputados então não acusou os ministros de estado que mandaram criar tais comissões militares? Por ventura porque não existia ainda a lei da responsabilidade! Tão criminosos eram os ministros de então, como é o atual da guerra, e a presente lei de responsabilidade nada diz sobre comissões militares. Eis o motivo porque a câmara, querendo providenciar sobre um objeto tão importante, fez o artigo do projeto mencionado, mas que não teve a boa estréia [*sic*] de ser sancionado. Sim, tais comissões militares foram desaprovadas expressamente pela câmara, e porque pelo menos, não passando a dita lei, não fez uma recomendação expressa ao governo, significando-lhe a ilegalidade de tal tribunal? A ustiça [*sic*] de então deve ser a mesma de agora.⁹²⁸

Além disso, de acordo com Cruz Ferreira, se a proibição da criação de novas comissões militares fosse *explícita* não haveria necessidade de os deputados redigirem o artigo segundo do projeto de lei regulamentar sobre abolição do privilégio de foro no qual se proibia expressamente sua criação, além de extinguir todas as porventura existentes no Império do Brasil, *porque se já estava declarada na constituição, era escusada esta nova declaração no projeto. E eis aqui a grande âncora de salvação do*

⁹²⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 01 de julho de 1829, p.11. A mesma argumentação foi reiterada por Cruz Ferreira nas sessões dos dias 07 e 15 de julho, durante as discussões sobre a acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra no Senado (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessões dos dias 07 e 15 de julho de 1829, p.64, 115, *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 215, de 20 de julho de 1829, p.895).

*ministro da guerra.*⁹²⁹ Assim, em virtude da não sanção desse projeto de lei, não apenas comissões militares ainda podiam ser criadas, como também permaneciam em funcionamento os *juízos eclesiásticos, dos moedeiros, do banco e muitos outros* que foram extintos por aquele projeto. Sublinhe-se que Cruz Ferreira, ao assim se posicionar, invertia a própria justificativa apresentada por Vergueiro na sessão de 19 de junho de 1826, quando relatou e leu o projeto de lei *sobre abolição dos juízos privativos* elaborado pela comissão de leis regulamentares (Vergueiro, Almeida e Albuquerque, Vasconcelos, Lino Coutinho, Costa Aguiar):

O artigo 179, a que se refere o projeto, é mui claro e decidido, seguramente não seria preciso uma lei especial se a disposição deste artigo, havendo sido entendida, se tivesse verificado; porém os juízos privativos continuam, vão-se ainda concedendo privilégios de foro; por isso a comissão entendeu que se deviam especificar estes privilégios, ao menos os mais principais, e ordinários, para que seja entendida a constituição: talvez que alguns escapassem, eles porém vão incluídos na cláusula geral.⁹³⁰

Com a qual, aliás, Cruz Ferreira concordara no início da discussão desse projeto de lei, na sessão do dia 27 de julho de 1826, quando reafirmou a justificativa dada por Vergueiro sobre a necessidade de se elaborar uma lei sobre um dispositivo constitucional claro e preciso.⁹³¹ O que fora feito para assegurar o cumprimento do artigo 179, parágrafo 17 da Carta de 1824 que, apesar de ser autoaplicável, continuava diuturnamente desrespeitado pelo Governo, sob a alegação de falta de lei regulamentar a tratar desse assunto; tornou-se o fundamento para a sua não aplicação, pelo menos até a sanção imperial do projeto de lei regulamentar a ele correspondente.

Ou seja, embora por razões diversas, a conclusão – tanto do parecer da comissão especial sobre a resposta dada por Oliveira Álvares quanto do voto em separado – era a mesma: verificava-se o não cabimento da acusação⁹³² do ministro e secretário de Estado

⁹²⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 01 de julho de 1829, p.11.

⁹³⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 19 de junho de 1826, p.200.

⁹³¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826.* Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessão do dia 27 de julho de 1826, p.325.

⁹³² Neste momento, alguns deputados passaram a utilizar a palavra *pronúncia* em relação à acusação do ministro de Estado por uma comissão de deputados no Senado, no entanto, na lei da responsabilidade não

dos Negócios da Guerra pelas medidas extraordinárias por ele decretadas para reprimir os rebeldes pernambucanos. Além disso, através do voto em separado de Cruz Ferreira, eram acusados, no fundo, os próprios membros da Câmara dos Deputados, tanto por terem se mantido inertes diante de eventuais irregularidades cometidas por outros ministros e secretários de Estado no passado, quanto por não terem regulamentado todos os artigos da Carta de 1824 que, em virtude da falta de atividade legislativa regulamentar, não estavam em voga, e não se podiam executar. De acordo com o voto em separado do desembargador do recém-criado Supremo Tribunal de Justiça:

O ministro da guerra cometeu um erro no citado decreto de 27 de fevereiro passado, como ele mesmo confessa, e assim como todos os seus antecessores. Porém, como não haja lei expressa, nem posterior na forma do mesmo citado §11, que proíba as comissões militares, porém uma dedução que não basta para constituir criminalidade em direito, e sem lei não haja crime nem criminoso, julgo não ter lugar a presente acusação.⁹³³

Contudo, conforme analisado acima, era muito frágil o acolhimento dessa excludente de culpabilidade, tendo em vista a ampla discussão do tema das comissões militares, em ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, inclusive no período em que Oliveira Álvares já ocupava o cargo ministerial. Ou seja, como se alegar o erro diante da constitucionalidade de um ato, se havia um entendimento majoritário, em ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, no sentido de sua oposição ao texto constitucional? Mesmo assim, a utilização desse argumento foi, durante as duas discussões do parecer da comissão especial sobre a resposta dada por Oliveira Álvares (incluindo-se o voto em separado apresentado por Cruz Ferreira), amplamente utilizado pelos defensores da não acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra em virtude dele ter incorrido em erro de modo a excluir a culpabilidade de sua ação. Para Clemente Pereira, por exemplo, era perfeitamente plausível a interpretação da lei feita pelo titular da pasta dos Negócios da Guerra: se o projeto de lei sobre abolição do privilégio de foro que *extinguiu* as comissões militares não foi sancionado pelo imperador, como se poderia exigir do ministro o conhecimento da proibição de

há qualquer menção a esta palavra e, desta forma, não é utilizada nesta tese – salvo nas citações, quando dela fizerem uso os deputados em plenário.

⁹³³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 01 de julho de 1829, p.11.

criar novas comissões militares? Para tanto, de modo a ressaltar a divergência sobre a proibição ou não das comissões militares pelo texto constitucional, o deputado-ministro relembra a todos o histórico de discussão deste projeto de lei:

E poderá ainda haver quem insista em dizer que este artigo, tão disputado na discussão, foi ocioso, e que esta augusta câmara, direi melhor, a assembleia geral, o admitiu sem pleno e perfeito conhecimento de causa? (...) a proibição das comissões militares é duvidosa; e como ninguém pode ser condenado senão em virtude de uma lei clara, positiva e liberal, o ministro da guerra não pode ser acusado sem injustiça manifesta.⁹³⁴

E, no mesmo sentido, Ledo se posicionaria ao afirmar que:

(...) enquanto não forem clara e bem explicitamente, enquanto não for vedado o emprego desta medida, enquanto se não declararem nulos e írritos todos os decretos anteriores e seus efeitos, na criação da primeira estará sempre a razão da criação da última. E haverá quem conteste o fato de que no Brasil tem existido comissões militares, antes e depois de jurada a constituição, antes e depois de instalado o corpo legislativo? Haverá quem conteste que os efeitos daquelas comissões tem sido reputados legais, e tão legais que ainda há brasileiros sujeitos aos resultados das sentenças por elas proferidas sem que tenha sido necessário um ato legislativo para revalidá-las ou invalidá-las, como necessariamente aconteceria, dada a nulidade de juízo?⁹³⁵

Contudo, no início de julho de 1829, antes das discussões travadas em meados deste mês, ficaram todos os membros da oposição ao Governo surpresos, dentro e fora da câmara temporária, em relação a este voto proferido em favor da não acusação de Oliveira Álvares: *é inegável que o público foi surpreendido, e não ‘agradavelmente’ e que os argumentos sensatos, e raciocínios jurídicos do Sr. ‘Cruz Ferreira’ não concorreram para diminuir esta surpresa, lia-se no jornal A Aurora Fluminense.*⁹³⁶ E, frente a esse parecer, a imprensa oposicionista imediatamente tanto se posicionou em defesa da imediata acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra

⁹³⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de julho de 1829, p.127. Interessante notar como Clemente Pereira manejava a própria imagem que os deputados tinham de si para os convencer a se posicionarem a favor do ministro da guerra!

⁹³⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de julho de 1829, p.129.

⁹³⁶ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 203, de 03 de julho de 1829, p.865.

no Senado⁹³⁷, quanto articulou diversos argumentos que seriam utilizados em breve pelos deputados da oposição em plenário – além dos já articulados por Cruz Ferreira em seu voto em separado e aqueles utilizados pelos deputados da oposição para obterem a denúncia de Teixeira de Gouveia. Além disso, o parecer trazia um novo argumento ao debate, o qual seria, a partir deste momento, sempre levado em consideração pelos deputados ao escolher os temas a serem abordados tanto nos projetos de lei por eles elaborados quanto nas discussões travadas em plenário – uma precaução que eles deveriam adotar a partir de então. Desse modo, a partir desse momento, evitar-se-ia a reprodução do texto da Carta de 1824 em projetos de lei a serem submetidos à discussão em plenário, de tal modo que uma eventual não sanção pelo imperador desse a entender uma revogação tácita do próprio texto constitucional.⁹³⁸

4.7 – Duas discussões de um parecer.

Nos termos da lei da responsabilidade, em seus artigos 13 e 14⁹³⁹, o parecer da comissão especial sobre a resposta dada por Oliveira Álvares foi submetido a duas

⁹³⁷ O jornal *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 203, de 03 de julho de 1829, teceu comentários sobre o parecer da comissão especial encarregada do reexame da denúncia do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, nos termos do artigo 12 da lei da responsabilidade e, em especial, sobre o voto em separado lido por Cruz Ferreira, pelo qual, após rebater um a um todos os argumentos apresentados por Oliveira Álvares em sua defesa, concluiu pela sua não responsabilidade em decorrência da publicação dos decretos de 27 de fevereiro de 1829. De acordo com o jornal: “A conclusão [de Cruz Ferreira], tirada contra as premissas, e sustentada sobre dois fúteis pretextos, não podia ser se não um gracejo da parte do Sr. Cruz Ferreira, que, por meio desta ironia, quis fazer chegar à evidência toda a debilidade dos argumentos, que se oferecem em favor do Sr. ministro, e com que os seus defensores pretendem salvá-lo da acusação” (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 203, de 03 de julho de 1829, p.864). Além disso, o jornal procurava dissociar a recente decisão referente à constitucionalidade do decreto de suspensão das formalidades garantidoras dos direitos individuais por Teixeira de Gouveia, com a atual discussão em curso sobre a responsabilidade de Oliveira Álvares em relação à criação de uma comissão militar para a província de Pernambuco. De acordo com este periódico, os atos praticados pelo titular da pasta dos Negócios da Guerra eram muito mais graves do que o praticado pelo titular da Justiça (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 208, de 03 de julho de 1829).

⁹³⁸ Nesse sentido, Lino Coutinho, durante a discussão do projeto de lei sobre a responsabilidade dos empregados públicos, pela qual propunha a supressão do artigo primeiro deste projeto de lei pois o mesmo repetia o disposto no artigo 179, §29 do texto constitucional: “(...) eu tenho medo de que se enuncie qualquer proposição geral na lei, ainda que essa proposição geral esteja na constituição, porque não sendo a lei aprovada, por um ou outro artigo, (pois que uma lei pode não ser sancionada não por sua matéria inteira, mas porque um artigo não pareceu conforme ao poder moderador) teremos dúvidas sobre a mesma constituição” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 02 de julho de 1829, p.21). E, pouco depois, na sessão do dia 15 de julho, Castro e Silva não apenas enumerou como confrontou o texto de inúmeras leis que copiaram dispositivos constitucionais (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 15 de julho de 1829, p.119).

⁹³⁹ De acordo com a lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigos 13 – “Interposto o parecer, será este discutido no dia que a câmara determinar, à proposta do Presidente; com tanto [sic] porém que seja entre

discussões⁹⁴⁰, com um intervalo mínimo de oito dias entre elas, antes de os deputados deliberarem sobre a aprovação do decreto acusatório em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra a ser apresentado para julgamento pelo Senado. Tratava-se de um procedimento proposto através de emenda (aprovada em plenário) pelo então visconde de Barbacena, durante a tramitação do projeto de lei da responsabilidade no Senado, fundamentado no Regimento Interno de sua câmara legislativa⁹⁴¹, mas provavelmente com o intuito de dificultar a aprovação do decreto acusatório e, conseqüentemente, do seguimento do processo em face de um ministro e secretário de Estado; e não a realização da discussão em duas discussões, separadas com um intervalo de no mínimo oito dias, sem qualquer tipo de deliberação entre elas, tal como se procedeu durante o processo de Oliveira Álvares. Mesmo assim, apesar de ter permanecido no texto final da lei sancionada pelo imperador, os deputados lhe conferiram novo significado em plenário, de forma a ser realizada apenas uma votação, ao término das duas discussões e não após cada uma delas. Isso ocorreu pois, logo no início da primeira discussão, na sessão do dia 06 de julho de 1829, enquanto ainda se discutia qual deveria ser o próximo passo a ser seguido, após a leitura do parecer da comissão especial encarregada do reexame da denúncia de Oliveira Álvares, os deputados da oposição obtiveram uma *vitória* (apesar de não ter sido feito qualquer deliberação e merecido apenas *Apoiados* no plenário) e, a despeito do posicionamento

o terceiro e sexto dia depois daquele, em que o parecer tiver sido apresentado”; e 14 – “Terminando o debate da segunda discussão, a qual se verificará oito dias depois da primeira, a Câmara decidirá – se tem, ou não, lugar a acusação – e decidindo pela afirmativa, a decretará nesta forma: (...)” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, p.58).

⁹⁴⁰ A primeira discussão parecer da comissão especial sobre a resposta dada pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra ocorreu nas sessões dos dias 06 e 07 de julho e a segunda discussão, nas sessões dos dias 15, 16, 17, 18 de julho de 1829 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessões dos dias 06 e 07, 15 a 18 de julho de 1829, p. 49-63; 64-75; 107-121; 122-135; 136-146; 147-161). Cumpre-se notar que nas edições dos dias 06 e 07 de julho de 1829, o jornal *Diário Fluminense* publicou, respectivamente, a resposta apresentada duas semanas antes pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra à denúncia que lhe foi formulada pela Câmara dos Deputados, e o parecer da comissão especial incumbida de sua análise, sem o voto em separado apresentado por Cruz Ferreira (*Diário Fluminense*, volume 14, números 05, de 06 de julho de 1829, p.17-20; 06, de 07 de julho de 1829, p.22-23).

⁹⁴¹ De acordo com o então visconde de Barbacena, seu objetivo, ao propor a realização de duas discussões, era manter para a discussão deste parecer, previsto para a análise da resposta dada pelo ministro denunciado, o mesmo procedimento adotado pelo Regimento Interno para os pareceres em geral. Afirmava o senador: “se nós não decidimos estes [os pareceres das comissões] sem duas discussões, com quanta maior razão não carecemos da segunda em uma matéria de tanta importância” (*Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessão do dia 19 de agosto de 1826, p.99-100; *Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura – ano de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 02 de julho de 1827, p.342)

contrário proposto por Araújo Lima (presidente da Câmara dos Deputados e ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império), ficou estabelecido que a decisão sobre a acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra apenas ocorreria após a segunda discussão, sem qualquer deliberação entre as duas discussões. A argumentação de Vasconcelos era de caráter técnico-regimental: se houvesse uma votação sobre a acusação logo após a realização da primeira discussão, não seria possível realizar a segunda, cuja obrigatoriedade provinha da lei. Porém, conforme alertou Lino Coutinho, a segunda discussão era discussão *nova*, logo os deputados que porventura se pronunciassem na primeira, poderiam se manifestar novamente na segunda.⁹⁴²

Ao passo que na primeira discussão – 06 e 07 de julho – houve o predomínio das falas dos deputados favoráveis à acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra⁹⁴³ que buscaram afastar o entendimento de que o ministro cometeu um erro invencível ao decretar a criação de uma comissão militar na província de Pernambuco, em contraposição à qual se posicionou apenas Cruz Ferreira – o autor do voto em separado diretamente questionado pelos demais deputados. Na segunda – de 15 a 18 de julho⁹⁴⁴ – foi efetivamente travada uma discussão entre os defensores e os críticos das medidas excepcionais adotadas pelo Governo para esta província, na medida em que alguns deputados ministeriais trouxeram novos argumentos para o debate. Sublinhe-se que o empenho manifestado pelos deputados contrários à acusação de Oliveira Álvares, deixa explícito o fato de que não lhes bastava a presença de cinco deputados-ministros atuais ou transatos em plenário, dos quais um deles se encontrava na presidência da câmara temporária – o que lhes poderia ser útil em um momento mais tenso das discussões. Ou seja, não havia espaço para descuido e favores continuavam a ser distribuídos a todos aqueles que se dispusessem a auxiliar o Governo nessa

⁹⁴² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.49.

⁹⁴³ Nesta discussão, Cruz Ferreira, membro da comissão especial e signatário do parecer com as restrições expostas no voto em separado por ele apresentado; e Araújo Bastos (de acordo com referência por ele feita a um discurso por ele proferido na primeira discussão, mas não transcrito nos Anais) foram os únicos deputados a se manifestarem a favor do governo.

⁹⁴⁴ Ao passo que no jornal ministerial *Diário Fluminense* foi apenas publicado um breve resumo das sessões dos dias 15, 16, 17 e 18 de julho de 1829 (*Diário Fluminense*, volume 14, número 30, de 05 de agosto de 1829, p.117-118); no jornal da oposição *Aurora* foram publicados resumos na edição do dia 20 de julho de 1829 (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 215, de 20 de julho de 1829, p.895-902).

empreitada.⁹⁴⁵ A única saída possível seria uma defesa jurídico-penal, estritamente técnica, nos moldes aventados por Cruz Ferreira em seu voto em separado e, por ele desenvolvida em suas participações na duas discussões travadas em plenário acerca da acusação do ministros e secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

4.7.1 – Em defesa da acusação de Oliveira Álvares – *A responsabilidade é o único freio de ministros despóticos...*⁹⁴⁶

Posicionaram-se a favor da acusação de Oliveira Álvares, com argumentos de caráter não apenas jurídico, mas também político, na sequência em que se manifestaram pela primeira vez nas duas discussões travadas na Câmara dos Deputados: Odorico, Xavier de Carvalho, Limpo de Abreu, Vasconcelos, Lino Coutinho, May, Feijó, Luiz Cavalcanti, Costa Aguiar⁹⁴⁷, Souza França, Castro e Silva, Ferreira de Melo, Holanda

⁹⁴⁵ A distribuição de cargos pelo Governo, durante o Primeiro Reinado, é um aspecto pouco analisado pela historiografia, porém sinalizado por Marco Morel em seu livro dedicado a análise das transformações dos espaços públicos na Corte do Rio de Janeiro, de 1820 a 1840. Nesse sentido, o autor cita um trecho da correspondência do marquês de Alphonse Raul Joseph Ernest de Cadoine Gabriac sobre a nomeação de Vergueiro para o Senado em 1828 para tratar da tênue linha que separava os liberais exaltados dos liberais moderados durante o Primeiro Reinado, na medida em que, enquanto se mantivessem exaltados não participavam do poder central. De acordo com o marquês de Gabriac: “Le gouvernement vient d’élever à la dignité de Sénateur le Député Vergueiro, connu par l’exaltation de son Libéralisme; [...] On dit que le choix de S. M. a été déterminé par la promesse que M. Vergueiro aurait faite d’abjurer ses opinions, pour frais de cette faveur” (*Apud MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p.71 e 113).

Sobre a relação entre a concessão de títulos nobiliárquicos e o apoio ao Governo consultar a dissertação de Marina Garcia de Oliveira: OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. 2013, 223f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, em especial a introdução e o capítulo segundo, 2013.

⁹⁴⁶ Trecho do discurso proferido por Vasconcelos na sessão do dia 06 de julho de 1829 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.58).

⁹⁴⁷ Costa Aguiar foi nomeado desembargador do recém-criado Supremo Tribunal de Justiça juntamente com Cruz Ferreira e Medeiro Gomes, porém, sua nomeação pelo imperador não o impediu de se posicionar em plenário à favor da acusação de Oliveira Álvares no Senado e proclamar, em abono a sua postura: “eu devo sair deste augusto recinto com a tranquilidade do homem de bem e com a consciência pura e sossegada do patriota honrado, que ama o trono constitucional de S. M. o Imperador, as instituições livres do nosso país, e as liberdades nacionais (*Apoiados*.)” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 07 de julho de 1829, p.72). Contudo, por ocasião da votação final, não compareceu à sessão e, assim, deixou de votar a favor da continuidade do processo de responsabilidade de Oliveira Álvares no Senado. A relação dos deputados que não compareceram na sessão do dia 18 de julho de 1829, juntamente com a referente aos que saíram da sala, no momento da votação, foi publicada pelo *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 215, de 20 de julho de 1829, p.900. Ver no Anexo 3 a relação dos deputados que votaram a favor e contra a acusação de Oliveira Álvares, bem como os que não compareceram e/ou deixaram de votar na sessão.

Cavalcanti, Custódio Dias, Dormund e Ferreira França.⁹⁴⁸ Dentre os diversos argumentos apresentados por esses deputados, os principais se relacionavam à refutação dos *dois pontos cardeais* alegados pelo titular da pasta dos Negócios da Guerra em sua defesa e apropriados por Cruz Ferreira, no voto em separado ao parecer da comissão especial. Frente à alegação de que, até aquele momento, nenhum ministro e secretário de Estado tinha sido efetivamente penalizado pelo Corpo Legislativo, em virtude da criação de comissões militares em 1824 e 1825 – nas províncias de Pernambuco, da Bahia, do Ceará, da Cisplatina e do Rio Grande de São Pedro –, os deputados favoráveis à acusação de Oliveira Álvares não apenas lembraram a todos a fragilidade do momento político-institucional vivido nas primeiras sessões anuais legislativas da Primeira Legislatura aliada à necessidade de primeiro se elaborar uma lei da responsabilidade, para apenas depois se apurar efetivamente a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado por eventuais infrações ao disposto no texto legal; como também, sublinharam que ainda não havia expirado o prazo prescricional, previsto na lei de 15 de outubro de 1827⁹⁴⁹, para os membros do Corpo Legislativo denunciarem os ex-titulares das diversas pastas ministeriais como incursos em algum dos delitos nela previstos. Conforme argumentava Odorico – o primeiro a tratar desse tema na discussão travada na sessão do dia 06 de julho e, posteriormente, seguido pelos demais deputados favoráveis à acusação de Oliveira Álvares:

(...) é querer-se que uma infração de lei justifique a outra infração, que fez, talvez por seguir a opinião de muitos dos senhores que hoje se servem de um tão fútil argumento. É verdade que esta câmara não chamou à responsabilidade os ministros que estabeleceram aquelas comissões; primeiro, porque não havia uma lei que marcasse as

⁹⁴⁸ Dentre os deputados que se posicionaram em plenário pela acusação do ministro Joaquim de Oliveira Álvares, apenas não tinham sido eleitos para a Segunda Legislatura foi Souza França e Costa Aguiar (respectivamente, pelas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo) – todos os demais obtiveram a reeleição: Manuel Odorico Mendes pelo Maranhão; Manuel do Nascimento [e] Castro e Silva pelo Ceará; Augusto Xavier de Carvalho pela Paraíba do Norte; os irmãos Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque Holanda Cavalcanti por Pernambuco; José Lino Coutinho, Antonio Ferreira França, José Ricardo da Costa Dormund pela Bahia; Antônio Paulino Limpo de Abreu, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Luís Augusto May, José Custódio Dias, José Bento Leite Ferreira de Melo por Minas Gerais; Diogo Antônio Feijó, por São Paulo; Manuel José de Souza França pelo Rio de Janeiro.

⁹⁴⁹ De acordo com a lei de 15 de outubro de 1827 em seu artigo 8º: “As comissões da camara devem denunciar os delitos que encontrarem no exame de quaisquer negócios, e os membros de ambas as Câmaras o poderão fazer dentro do prazo de duas Legislaturas, depois de cometido o delito.”

penas e o processo em tais casos; segundo, por adotar medidas de prudência, aconselhadas então por alguns dos que se inclinam a semelhante parecer.⁹⁵⁰

De acordo com Odorico, tratava-se de uma falsa analogia, na medida em que comparavam situações que não podiam ser comparadas, de tal forma que na Carta de 1824 estava assegurada apenas a igualdade de todos perante a lei e não a igualdade de todos perante o crime, conforme defendiam os defensores de Oliveira Álvares.⁹⁵¹ Ou seja, o fato de, até aquele momento, nenhum ministro e secretário de Estado transato ter sido punido por uma eventual infração cometida frente ao texto constitucional, não significava que impossibilidade de fazê-lo a qualquer tempo, ou de se apurar a responsabilidade do Governo atual, desde que – em qualquer das hipóteses – fosse respeitado o prazo prescricional para a formalização da denúncia, previsto pela lei de 15 de outubro de 1827. Caso contrário, ocorreriam situações absurdas, tais como em relação às dilapidações do Tesouro Público, sublinhava Luís Cavalcanti: *Argumenta-se que a câmara dos deputados assentiu nas comissões militares com o fato de não acusar aos ministros criadores delas. Tem havido dilapidações do tesouro público à vista e face da assembleia geral, e ainda ninguém foi acusado por esse delito: seguir-se-á que de hoje em diante é lícito dilapidar a fazenda nacional? (Apoiados)*⁹⁵²

Contudo, cumpre-se notar que, em relação às comissões militares criadas entre 1824 e 1825, para as províncias de Pernambuco, Ceará e Cisplatina, havia o problema

⁹⁵⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.49.

⁹⁵¹ Em sentido contrário, alertava Ledo em defesa de Joaquim de Oliveira Álvares, sobre as diferenças entre as antigas comissões (1817, 1824 e 1825) e a última, criada na província de Pernambuco, ora objeto da discussão em plenário: “os autores das outras sentam-se no meio da representação nacional, e as mesmas províncias afetadas lhe consagraram a mais honrosa das coroas cívicas; este deve ser banido, deve ficar para sempre maculado, e até ser privado da representação nacional, para que o escolha uma província onde ele serviu com honra! Será isso igualdade?” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de julho de 1829, p.130-131). No mesmo sentido, em defesa de Oliveira Álvares, proclamava o arcebispo da Bahia: “será conforme à equidade natural, que o ministro da guerra que decretou sim a comissão militar para Pernambuco, mas que a fez logo suspender sem que ela tivesse tido execução ou produzisse alguns males, seja pronunciado e punido, enquanto os seus antecessores, que não só as criaram mas também conservaram em exercício, e em uma espécie de permanência a despeito e à face do corpo legislativo, nem ao menos passaram pelos dissabores e pelo dezar de uma acusação pública, que por si só equivale a uma pena mui grave, que eu de certo não quisera experimentar?” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de julho de 1829, p.134);

⁹⁵² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 07 de julho de 1829, p.71

de como proceder, na medida em que Clemente Ferreira França, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, e autor dos respectivos decretos de criação, falecera em março de 1827.⁹⁵³ Uma possível solução para essa questão, diante do falecimento do membro do Governo diretamente relacionado com o ato, seria a adoção da *responsabilidade solidária* dos demais ministros e secretários de Estado pelo ato praticado, de tal modo a vislumbrar a formação de um *Gabinete*, nos moldes então adotados no Reino Unido e na França. E, dessa forma, deve ser interpretado o discurso de Xavier de Carvalho – pai de um dos revolucionários de 1817 – ao defender a acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, diante do Senado *por haver referendado os decretos de 27 de fevereiro deste ano, que estabeleceram comissão militar na província de Pernambuco, para julgar sem formalidades os réus do motim, sedição ou se se quer rebelião que ali teve lugar na povoação dos Afogados*⁹⁵⁴, de modo a tornar Oliveira Álvares apenas um dos responsáveis pelos decretos arbitrários e contrários ao texto constitucional por eles referendados.

De qualquer modo, durante essa discussão, verificaram-se as primeiras referências diretas às arbitrariedades cometidas pelo Governo tanto em relação às províncias do norte envolvidas na Confederação do Equador (1824) quanto das do sul relacionadas à guerra com o Governo de Buenos Aires e a secessão da Cisplatina em 1828. Neste sentido, as primeiras palavras proferidas por Vasconcelos na sessão do dia 06 de julho, no início da discussão do parecer da comissão especial encarregada do reexame da denúncia em face de Oliveira Álvares:

Inda bem vivas se conservam em nossa memória as circunstâncias do Brasil, quando em 1826 foi instalada a presente legislatura; recordar-vo-las, senhores, fora ocioso. Nossa pátria estava coberta de luto pelo sangue brasileiro bárbara e atrozmente derramado; a assembleia soberana tinha sido dissolvida por criminosa violenta prepotência, as masmorras e a deportação eram, as coroas destinadas para os inimigos dos ministros despóticos, para os defensores das liberdades públicas; e tudo contribuía a convencer-

⁹⁵³ Os decretos de criação das comissões militares nas províncias de Pernambuco (do dia 26 de julho de 1824), do Ceará (do dia 5 de outubro de 1824) e da Cisplatina (dos dias 13 e 20 de maio de 1825) foram referendados por Clemente Ferreira França, que faleceu no dia 11 de março de 1827. Morto o ministro e secretário de Estado responsável pela edição do decreto, a quem acusar, julgar e punir pela criação de uma comissão militar: os demais ministros e secretários de Estado ou os conselheiros de Estado? E o imperador poderia vir a ser objeto de alguma denúncia?

⁹⁵⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.50.

nos não só da inutilidade de sacrifícios, mas de que eles podiam empiorar nossa crítica posição.⁹⁵⁵

No mesmo sentido, porém mais contundente, Lino Coutinho proclamava:

(...) não lhe aproveita outrossim o silêncio desta câmara nas sessões do ano de 26 e 27, quando não acusou os ministros transatos, que igualmente criaram comissões militares para Pernambuco e Ceará pela revolução de 24, e outras mais modernas para as províncias Cisplatina e Rio Grande do Sul (...) porque não havia ainda a lei da responsabilidade, e nem a fórmula do processo, não obstante conhecer ela que aqueles ministros eram criminosos por haverem violado a constituição do império (...) *A assembleia constituinte tinha sido há pouco dissolvida a canhões e a pontas de baionetas; tudo estava ainda assombrado: a prepotência ministerial dominava os espíritos e as ações; e a existência constitucional ainda parecia problemática.* (grifos meus)⁹⁵⁶

Frente aos argumentos referentes a não proibição expressa tanto da criação de comissões militares, quanto da execução imediata das sentenças nela proferidas pela Carta de 1824 – por meio da interpretação do artigo 179, parágrafos 11 e 17 (as quais teriam sido confirmadas pela elaboração e discussão do projeto de lei sobre abolição do privilégio de foro, não sancionado pelo imperador, em cujo artigo segundo se previa a extinção das comissões militares porventura existentes no império e a proibição expressa da criação de novas) –, os deputados favoráveis à acusação de Oliveira Álvares buscaram expor o quanto o texto constitucional fora claro e preciso em sua proibição à criação de novas comissões militares no Império do Brasil. Conforme proclamava Antônio Paulino Limpo de Abreu⁹⁵⁷, na sessão do dia 06 de julho de 1829: *juízo de*

⁹⁵⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.58.

⁹⁵⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.62.

⁹⁵⁷ Antônio Paulino Limpo de Abreu (visconde com grandeza de Abaeté em 1854), nasceu Lisboa, Portugal, a 22 de setembro de 1798 e faleceu no Rio de Janeiro a 14 de setembro de 1883. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (1820). Magistrado, desembargador da Relação da Bahia (1826), ministro adjunto do Conselho Supremo Militar (1837-1838), ministro do Superior Tribunal de Justiça (1846-1848). Foi eleito deputado pela província de Minas Gerais da Primeira à Sexta Legislaturas (1826 a 1847), e nomeado senador pela mesma província em 1847 (em substituição ao marquês de Baependi). Presidente da Câmara dos Deputados de 1830 a 1833. A partir do período regencial, exerceu por diversas vezes o cargo de ministro e secretário de Estado e foi nomeado para (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro: primeiro volume.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, p.275-276; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro.* Lausanne:

*comissão especial é em direito todo aquele que não é permanente, e se estabelece para um fim determinado. Se pois as comissões militares não constituem um juízo permanente, e se tem criado para o julgamento de certos réus, segue-se que, sendo comissões especiais, compreendidas estão na letra do parágrafo [17 do artigo 179 da Carta de 1824].*⁹⁵⁸

Vasconcelos, por sua vez, foi perspicaz ao argumentar que, mesmo na hipótese de acolhimento do argumento da não proibição de criação de novas comissões militares, pela Carta de 1824, o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra infringira o texto constitucional, na medida em que usurpava uma atribuição reservada ao Poder Legislativo, de acordo com o disposto no artigo 15, parágrafo 8, a de *fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las*.⁹⁵⁹ Tratava-se de argumento anteriormente desenvolvido por Xavier de Carvalho⁹⁶⁰ – referente à usurpação de atribuição do poder legislativo –, mas em um novo *contexto* e com outras implicações, dentro da discussão travada em plenário. E, no sentido proposto pelo deputado mineiro, Feijó sublinhou, na sessão do dia seguinte, que a usurpação de atribuições reservadas aos Poderes Legislativo e Judiciário era o cerne da responsabilidade de Oliveira Álvares, na medida em que este *não suspendeu formalidades, criou um tribunal, e um tribunal de julgamento. Haverá quem entenda por suspender formalidades criar tribunais? E tribunais, não para prender, mas para assassinar cidadãos? Logo, é manifesta a usurpação do poder legislativo e judicial*.⁹⁶¹

Imprimerie La Concorde, 1918, p.24-25; biografia disponível: <http://www.stf.jus.br/>. Acesso em: 20 de junho de 2016).

⁹⁵⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.58.

⁹⁵⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.59-60.

⁹⁶⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.51.

⁹⁶¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 07 de julho de 1829, p.69-70.

4.7.2 – Em defesa da não acusação de Oliveira Álvares – *não há lei definida nem crime definido, e na dúvida, segundo a máxima de direito criminal, o juiz deve antes absolver que condenar...*⁹⁶²

Nos discursos proferidos em defesa de Oliveira Álvares, os deputados evitavam defender o ato de criação da comissão especial militar propriamente dito, na medida em que havia um consenso de todos na crítica a esse tipo de juízo de exceção que, inclusive, para alguns, trazia lembranças amargas de um passado recente em diversas províncias do Império. Desse modo, o cerne dos discursos favoráveis ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra foi a análise do erro involuntário e, desse modo, invencível em que ele incorreu ao se utilizar daquele meio para reprimir uma rebelião em curso na província de Pernambuco. Aliás, como lembrou Cunha Matos – dentre os argumentos articulados para justificar seu novo posicionamento a respeito da acusação do titular da pasta dos Negócios da Guerra como incurso em um dos delitos descritos pela lei da responsabilidade – comissões militares eram diuturnamente criadas, inclusive nas repúblicas dos Estados Unidos e de Buenos Aires. Assim, de acordo com o deputado eleito pela província de Goiás:

Outro ilustre deputado para afeiar a acusação contra o ministro da Guerra, disse que em nenhum país civilizado, exceto na França revolucionária e no império de Bonaparte, se haviam criado comissões militares. Eu já disse em outra ocasião que as comissões militares não tiveram nascimento na França, e que o general Jackson, atual presidente dos Estados Unidos da América, fizera julgar em comissão militar os dois ingleses Arbuthot [*sic*] e Ambristie [*sic*], que foram encontrados entre os índios seminóis que no ano de 1818 iam atacar a Geórgia. O governo inglês pediu satisfações ao americano, mas o senado e câmara dos representantes em lugar de satisfazerem aos desejos da corte de Londres, aprovaram o procedimento do general Jakson [*sic*]. Em que tribunal foi há poucos meses sentenciado o general Dorrego, governador de Buenos Aires? E serão porventura bárbaros os habitantes dos Estados Unidos e os da república de Buenos Aires?⁹⁶³

⁹⁶² Trecho do discurso proferido por Cruz Ferreira na sessão do dia 07 de julho de 1829 (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 07 de julho de 1829, p.64).

⁹⁶³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 15 de julho de 1829, p.111. Os discursos de Cunha Matos proferidos na sessão do dia 15 de julho de 1829 foram

Em seu discurso, Cunha Matos se referia aos episódios da utilização de comissões militares para o julgamento dos britânicos Alexander George Arbuthnot e Robert C. Ambrister nos Estados Unidos (em 1818, durante a Primeira Guerra Seminole sob o comando do então general e atual presidente Andrew Jackson), e do general Manuel Dorrego pelo Governo de Buenos Aires (em 1828, fuzilado no dia 13 de dezembro, por ordem de Juan Lavalle, em decorrência do descontentamento da população portenha em relação ao tratado de paz firmado com o Brasil e a perda da Banda Oriental). Contudo, apesar de serem verdadeiros os exemplos de comissões militares elencados por Cunha Matos, este deputado omitia de sua argumentação as reações contrárias posteriormente articuladas contra as sentenças nelas proferidas: o julgamento do então general Andrew Jackson pelo Senado norte-americano – sendo, ao termo final absolvido⁹⁶⁴ –, e a crise do Governo Lavalle (ainda em curso em Buenos Aires e que levaria à queda dos *unitários* e à ascensão de Juan Manuel de Rosas ao poder no final de 1829⁹⁶⁵). Ainda de acordo com o deputado eleito pela província de

publicados, na íntegra, no *Diário Fluminense*, volume 14, números 20, de 23 de julho de 1829, p.77-80; 21, de 24 de julho de 1829, p.82-84; 22, de 27 de julho de 1829, p.85-87.

⁹⁶⁴ Cunha Matos se referia ao Incidente Arbuthnot e Ambrister que ocorreu no ano de 1818, durante a Primeira Guerra Seminole, quando o então general Andrew Jackson invadiu a Flórida espanhola, prendeu, julgou em corte marcial e executou Alexander George Arbuthnot (1748-1818) e Robert C. Ambrister (1797-1818) dois britânicos encarregados pelo governo inglês na ajuda aos índios Seminole e Creek contra as pretensões dos Estados Unidos. Esse episódio provocou tanto protestos dos governos inglês e espanhol, quanto a abertura de uma investigação pelo Congresso norte-americano. No entanto, apesar das irregularidades constatadas no desenrolar dos acontecimentos, o Congresso preferiu não censurar publicamente o popular general norte-americano. Sobre a atualidade deste tema, em especial após os atentados de 11 de setembro de 2001, consultar FISHER, Louis. *Military Tribunals: Historical Patterns and Lessons*. The Library of Congress: Congressional Research Service Report for Congress, July 9, 2004. Disponível em: <http://fas.org/irp/crs/RL32458.pdf>. Acesso em: 18.03.2015. Este autor faz uma reflexão sobre os diversos tribunais militares instituídos nos Estados Unidos desde os *Artigos da Guerra* (1775) até os julgamentos realizados após o término da Segunda Guerra Mundial (1945). Para uma análise mais detalhada das leis militares norte-americanas, em especial da corte marcial, consultar a obra clássica sobre este tema: WINTHROP, William. *Military Law and precedents*. Washington: Government Printing Office, 1920 [1ª edição: 1886].

Sobre este episódio, o jornal *A Aurora Fluminense* publicou, em suas edições dos dias 27 e 29 de julho de 1829, artigo de [John] Jay – um dos *federalistas* – sobre o Jackson, presidente dos Estados Unidos naquele momento. Neste artigo, o político-jurista norte-americano tecia considerações sobre os temores despertados nos norte-americanos pela eleição de um membro do exército para a presidência da *República Americana*, o que não acontecia desde a eleição de George Washington. Tratava-se, de acordo com o federalista, de um homem célebre por sua *devoção à causa da Liberdade, e seu respeito às Leis*, apesar do Incidente Arbuthnot e Ambrister, o qual já fora devidamente julgado. Além disso, mesmo que o General Jackson tentasse derrubar a constituição, o *estado da sociedade americana* tornava impossível a consumação desse atentado contra os *benefícios da liberdade e da igualdade*. Ou seja, ao traduzir e publicar o texto de John Jay, o *Aurora Fluminense* sublinhava a importância da educação e da imprensa na preservação da causa da liberdade e da igualdade de modo a expor a seus leitores a fragilidade do momento político-institucional pós-absolvição de Oliveira Álvares (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, números 218, de 27 de julho de 1829, p.913; 219, de 29 de julho de 1829, p.917-918).

⁹⁶⁵ Cunha Matos se referia à captura seguida pelo fuzilamento do General Manuel Dorrego (chefe dos federais), governador de Buenos Aires, no dia 13 de dezembro de 1828, sem julgamento prévio, por ordem do general unitário Juan Lavalle. No entanto, conforme sublinha Gabriel di Meglio: “La reacción

Goiás, não havia que se associarem às comissões militares a vingança nos termos da prática adotada por Robespierre e Saint Just durante a Revolução Francesa de 1789, pois, em suas palavras, *há muita diferença entre o honrado povo do Rio de Janeiro e os vertiginosos habitantes de Paris na época do terror de Robespierre; há muita diferença entre os espectadores das galerias desta câmara, e os assalariados das galerias da assembleia e convenção nacional de Paris; há muita diferença entre os deputados brasileiros e os outros sequazes dos infames Saint-Just e Robespierre.*⁹⁶⁶

Sublinhe-se que Cunha Matos fora membro da comissão de constituição responsável pela elaboração da primeira denúncia formulada em face de Oliveira Álvares, juntamente com os deputados Maia e Almeida Torres, apresentada na sessão do dia 29 de maio e, após pouco mais de um mês, não apenas relativizava seu discurso, como também invertia suas conclusões anteriormente defendidas em plenário.⁹⁶⁷ Sob a acusação de ser *vira-casaca*, defendia-se ao manter sua crítica às comissões militares, tal como todos os demais defensores do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra fizeram nas sessões dos dias 15 a 18 de julho de 1829, e fundamentar seu novo posicionamento na ausência de *leis claras que destruam a monstruosidade* [comissão militar] *que se encontra na nossa legislação tanto civil como militar, e depois de as termos, acusem-se sem piedade os transgressores delas.* De tal forma que, proclamou: *em caso de dúvida absolvo e não condeno*⁹⁶⁸, de modo a reiterar o brocardo latino *in dubio pro reu*.

Na discussão travada em plenário, coube a Cruz Ferreira – na sessão do dia 17 de julho, frente aos diversos discursos que durante a primeira discussão questionaram os

[ao fuzilamento de Dorrego pelos unitários] fue un gran levantamiento popular en la campaña bonaerense (la urbe estaba controlada por un poderoso ejército que respondía a los autores del golpe), que terminó sitiando la ciudad y obligando a los unitarios a dejar el poder. De esa crisis emergió un nuevo líder federal, Juan Manuel de Rosas, que se convirtió en gobernador entre 1829 y 1832. Era sumamente popular en la campaña y heredó el capital político de Dorrego en la ciudad. Recomendó que siempre se hablara de él como el “padre de los pobres”, sobrenombre que había recibido su predecesor” DI MEGLIO, Gabriel. *La participación política popular en la ciudad de Buenos Aires durante el siglo XIX. Algunas claves*, In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/58936>, Acesso em: 27 de agosto de 2015.

⁹⁶⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 15 de julho de 1829, p.111

⁹⁶⁷ Conforme analisado a seguir, ao passo que Cunha Matos na deliberação final sobre o decreto acusatório em face de Oliveira Álvares, Cunha Matos se posicionou contra a acusação do ministro e secretário de Estado; Maia e Almeida Torres não compareceram na sessão de votação.

⁹⁶⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 15 de julho de 1829, p.117-118.

principais fundamentos do voto em separado por ele apresentado ao parecer da comissão especial –, a (re)elaboração do argumento central dos discursos proferidos pelos defensores de Oliveira Álvares: o da não regulamentação das condutas penais puníveis pela lei da responsabilidade, a qual falhara ao regulamentar o texto constitucional.⁹⁶⁹ De acordo com o deputado e desembargador do recém-criado Supremo Tribunal de Justiça, com fundamento nas recentes lições de Lanjuinais⁹⁷⁰ e Daunou⁹⁷¹ (juristas citados em plenário pelo deputado), os artigos 3, parágrafo segundo e 5 da lei da responsabilidade (referentes, respectivamente, à usurpação de qualquer das atribuições dos Poderes Legislativo ou Judiciário, e ao atentado contra a liberdade, segurança, ou propriedade dos cidadãos) não descreviam as condutas a serem punidas e, por não regulamentarem de fato do texto constitucional, continuavam a depender de uma lei regulamentar a ser devidamente elaborada pelo legislador.⁹⁷² Conforme expôs Cruz Ferreira, ao passo que, no primeiro caso, de usurpação de atribuições dos Poderes

⁹⁶⁹ Presente, em linhas gerais, desde o voto em separado proferido por Cruz Ferreira na sessão do dia 01 de julho – por ele defendido na sessão do dia 07 seguinte –, o argumento da não regulamentação das condutas penais puníveis pela lei da responsabilidade seria (re)elaborado na sessão do dia 15 de julho e inúmeras vezes reiterado, por ele (na sessão do dia 17 de julho) e demais deputados favoráveis ao Governo, no decorrer da segunda discussão.

O discurso de Cruz Ferreira proferido na sessão do dia 17 de julho de 1829 foi publicado no *Diário Fluminense*, volume 14, número 23, de 28 de julho de 1829, p.90-91, com referência à data de 15 de julho.

⁹⁷⁰ Jean-Denis Lanjuinais, nasceu em Rennes, França, a 12 de março de 1753 e faleceu em Paris, a 13 de janeiro de 1827. Jurista francês, defendia um poder neutro para o monarca, necessária para a manutenção da harmonia entre as grandes autoridades. De acordo com Cruz Ferreira, tratava-se de um *grande constitucionalão* [sic], *que tanto figurou na Convenção Francesa, e pela moderação escapou fugindo aos furores da montanha, e é um dos mestrões em matérias constitucionais*. (*Diário Fluminense*, volume 14, número 23, de 28 de julho de 1829, p.90). Sobre Lanjuinais, ver LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.83-84, 126. Dentre as obras de Lanjuinais, ver LANJUINAIS, Jean-Denis. *Constitutions de la nation française*. Paris: Dondey-Dupré Père et Fils, 1832 (1ª edição:1819), em especial p.295-302, referente à responsabilidade dos ministros de Estado.

⁹⁷¹ Pierre Claude François Daunou, padre, nasceu em Boulogne-sur-Mer, França, a 18 de agosto de 1761 e morreu em Paris, a 20 de junho de 1840. Trata-se de um dos principais intelectuais franceses deste período e célebre por seus posicionamentos moderados. Ordenado padre em 1787, foi eleito em 1819 para o cargo de professor da cadeira de história e de moral do *Collège de France* e, em 1828, para a Câmara dos Deputados onde, em 1830, assinaria a *Adresse des 221* (Petição dos 221 [deputados]) contra o ministério de Polignac. Sobre o papel representado por Daunou no debate político francês, em especial no momento imediatamente posterior ao 18 Brumário, ver LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.69. Dentre as obras de Daunou, ver DAUNOU, Pierre Claude François. *Essai sur les garanties individuelles que réclame l'état actuel de la société*. Paris: Chez Foulon, 1819.

⁹⁷² O discurso proferido por Cruz Ferreira na discussão do dia 15 de julho de 1829 não foi transcrito nos *Anais*, mas suas ideias – dentre as quais a “imperfeição da lei de responsabilidade” – podem ser resgatadas pelo resumo de sua fala feito pelo deputado Odorico Mendes, com o intuito de o rebater (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 15 de julho de 1829, p.113).

Legislativo ou Judiciário, o texto da lei não definia o delito, mas apenas se limitava a estabelecer uma proposição geral e máxima de Estado; no segundo, referente ao atentado contra a liberdade e segurança dos cidadãos, limitava-se a repetir em seu *caput* e parágrafo primeiro, respectivamente, o disposto nos artigos 133, parágrafo 5 e 179, *caput* da Carta de 1824. Desse modo, de acordo com o magistrado, *não existindo a lei* [sobre a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado pela prática de um determinado ato] *nós não a podemos suprir, e devemos nos abster provisoriamente desta acusação. (...) não há lei definida nem crime definido, e na dúvida, segundo a máxima de direito criminal, o juiz deve antes absolver que condenar.*⁹⁷³

Tratava-se de um argumento contundente, pois excluía a existência da própria ilicitude da conduta praticada, ao se fundamentar no princípio da estrita legalidade (ou legalidade rígida) presente no direito penal clássico, formulada em termos precisos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789⁹⁷⁴ e, parcialmente, reproduzida na Carta de 1824, em seu artigo 179, parágrafo 11 (o mesmo utilizado pelos deputados favoráveis à acusação do titular da pasta dos Negócios da Guerra). Sublinhe-se que, ao adotar o princípio da legalidade estrita, a Carta de 1824 excluiu a possibilidade de se aplicar a lei penal por analogia ou por direito costumeiro, o que não significava a impossibilidade de se interpretar extensivamente a lei por força da

⁹⁷³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829.* Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de julho de 1829, p.137-138.

⁹⁷⁴ Nesse sentido, consultar FIORAVANTI, Maurizio. *Los derechos fundamentales: apuntes de historia de las constituciones.* Madrid: Trotta, 1998, p.32-40. De acordo com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, em seu artigo 7: “La Loi ne doit établir que des peines strictement et évidemment nécessaires, et nul ne peut être puni qu'en vertu d'une Loi établie et promulguée antérieurement au délit, et légalement appliquée” (tradução em português: “A lei deve estabelecer as penas estrita e claramente necessárias, e ninguém pode ser punido a não ser em virtude da Lei estabelecida e promulgada previamente ao delito, e legalmente aplicada”).

Em sentido diverso, de modo a remontar à *Magna Charta* do rei João Sem Terra (1215), em seu artigo 39, costumeiramente chamado *the keystone of english liberty*, o reestabelecimento do princípio da legalidade radical, ver Nelson Hungria (HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal.* Volume I (arts. 1 a 27). Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949, p.28; COSTA Jr., Paulo José da. *Comentários ao Código Penal. Parte Geral.* Volume 1. São Paulo: Saraiva, 1987). De acordo com o referido artigo: “Nenhum homem livre será preso, aprisionado ou privado de uma propriedade, ou tornado fora-da-lei, ou exilado, ou de maneira alguma destruído, nem agiremos contra ele ou mandaremos alguém contra ele, a não ser por julgamento legal dos seus pares, ou pela lei da terra”. No entanto, contra esta concepção, Maurizio Fioravanti vislumbra na Magna Charta um contrato de dominação, característico do contexto histórico em que foi firmado, e não uma *antecipação histórica da fórmula da monarquia constitucional, em que monarca e representantes colaboram na formação das leis*, de acordo com a *reconstrução historicista do modelo inglês* (desde as obras de Edward Coke e John Locke). Em relação ao artigo 39, questiona: quem podia ser considerado *homem livre* na Inglaterra do século XIII? Além disso, o texto se refere ao *julgamento legal dos seus pares*, o que pressupõe uma sociedade dividida em ordens e estamentos, em sentido contrário ao defendido pelo individualismo político (FIORAVANTI, Maurizio. *Los derechos fundamentales: apuntes de historia de las constituciones.* Madrid: Trotta, 1998, p.29-31)

compreensão⁹⁷⁵ e de se admitir a presença de lacunas no texto legal, de modo a autorizar o *arbitrium judicis*. Ou seja, pela argumentação de Cruz Ferreira, acusar Oliveira Álvares pela prática de condutas não previstas expressamente nas leis penais, apesar de serem consideradas nocivas pela opinião pública, era praticar um ato tão arbitrário quanto o que se imputava ao ministro e secretário de Estado, de modo a propriamente negar os princípios liberais norteadores do legislador constitucional.

Sublinhe-se que o a *legalidade rígida* é um *princípio basilar do direito penal clássico*⁹⁷⁶, o qual está presente até os dias de hoje nos diplomas penais. Articulado por Cesare Beccaria⁹⁷⁷ e sintetizado por Anselm von Feuerbach⁹⁷⁸ na proposição: não há crime, nem pena sem lei anterior que os defina (*nullum crimen nulla poena sine lege*⁹⁷⁹). Além disso, seria em breve proclamado pelo artigo primeiro do Código Criminal do Império do Brasil⁹⁸⁰, a partir da fusão dos projetos de lei apresentados por

⁹⁷⁵ HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Volume I (arts. 1 a 27). Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949, p.13, nota 4.

⁹⁷⁶ HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Volume I (arts. 1 a 27). Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949, p.18-19.

⁹⁷⁷ Cesare Beccaria (marquês de Gualdrasco e Villaregio), nasceu em Milão, Lombardia, à 15 de março de 1738, e faleceu na mesma cidade, a 28 de novembro de 1794. Autor do livro *Dos delitos e das penas* (1764-1766).

⁹⁷⁸ Anselm von Feuerbach, nasceu em Hainichen, Turíngia, a 14 de novembro de 1775, e faleceu em Frankfurt-do-Meno, Hesse, a 29 de maio de 1833. Criminalista alemão, redator do Código Bávaro de 1813, um dos principais autores da Escola dos Rigoristas, que sublinham a importância da letra da lei, de modo a não deixar nada de arbitrário à decisão do juiz. Sobre a presença do pensamento jurídico de Feuerbach entre os juristas brasileiros no século XIX, ver QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *A teoria penal de P.J.A. Feuerbach e os juristas brasileiros do século XIX: a construção do direito penal contemporâneo na obra de P.J.A Feuerbach e sua consolidação entre os penalistas do Brasil*. 2008, 395f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo). Sobre o papel representado pela lei, o *fator legicentrista*, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ver FIORAVANTI, Maurizio. *Los derechos fundamentales: apuntes de historia de las constituciones*. Madrid: Trotta, 1998, p.62-63.

A atribuição à Feuerbach do princípio do *nullum crimen, nulla poena sine lege* deperta ampla polêmica na doutrina jurídica. Para esta tese, não é relevante estabelecer de forma precisa o autor desta fórmula, mas apenas inserir sua origem, significado e importância nas primeiras décadas do século XIX. Para a evolução histórica do princípio do *nullum crimen, nulla poena sine lege* ler os comentários de Nelson Hungria ao Código Penal de 1940 (HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Volume I (arts. 1 a 27). Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949, p.22-45).

⁹⁷⁹ Nesse sentido, ver HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Volume I (arts. 1 a 27). Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949, p.9-21; CRETILLA JÚNIOR, José. *Comentários à Constituição 1988*. Volume I: artigos 1º a 5º, LXVII. São Paulo: Forense Universitária, 1989, p.473-474; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *A teoria penal de P.J.A. Feuerbach e os juristas brasileiros do século XIX: a construção do direito penal contemporâneo na obra de P.J.A Feuerbach e sua consolidação entre os penalistas do Brasil*. 2008, 395f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2008, p.40-48, 196-198.

⁹⁸⁰ De acordo com o Código Criminal do Império do Brasil, em seu artigo primeiro: “Não haverá crime, ou delito (palavras sinônimas neste Código) sem uma Lei anterior, que o qualifique.” (*Coleção de Leis do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, parte primeira – atos do poder legislativo, p.142).

Clemente Pereira (em seu artigo 4) e por Vasconcelos (em seu artigo 2), nas sessões dos dias 03 de junho de 1826 e 04 de maio de 1827, respectivamente.⁹⁸¹

Contra esse argumento, que recorria a um dos pilares do estado liberal moderno, o império da Lei e, em especial, do direito penal clássico, o princípio da estrita legalidade, Odorico teceu reflexões sobre o fato de ter sido o próprio Cruz Ferreira defensor de o texto da lei da responsabilidade ser amplo o suficiente para abranger um maior número de condutas nos dispositivos penais nele elencados.⁹⁸² E, Limpo de Abreu, Castro e Silva e Lino Coutinho, justificaram a redação dada aos artigos 3, parágrafo 2, e 5 da lei da responsabilidade, de modo a reiterar a criminalidade de Oliveira Álvares ao publicar os decretos de 27 de fevereiro de 1829.⁹⁸³

Mesmo assim, dada a força do argumento apresentado por Cruz Ferreira, frente à inexistência de lei, é inexorável a conclusão de que não há crime. Nada há que se opor à essa máxima do direito penal clássico! Ou seja, através desse argumento, o deputado e ministro do recém-criado Supremo Tribunal de Justiça não apenas afastava a culpabilidade de Oliveira Álvares (tal como fizera em seu voto em separado ao defender que o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra incorreu em erro), como também defendia a inexistência do crime ou delito propriamente dito, diante da falta de definição legal:

Eis aqui que a lei da responsabilidade é manca nesta parte, porque não definiu o delito, não especificou, e não havendo delito não há delinquente. Quanto é difícil fazer uma lei, e uma lei da responsabilidade dos ministros? Eis aqui porque nações tais como ingleses

⁹⁸¹ O projeto de Clemente Pereira foi publicado em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 03 de junho de 1826, p.16-18. E o de Vasconcelos em *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quinto, Apêndice, p.95. Para uma reflexão sobre a historiografia dedicada à gênese do Código Criminal do Império do Brasil, ver COSTA, Vivian Chierigati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-independência*. 2013, 361f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.125-127.

Para Nelson Hungria, não há que se falar em fusão dos projetos de lei apresentados por Vasconcelos e Clemente Pereira, na medida em que a comissão mista decidiu pela análise apenas do projeto apresentado pelo primeiro (HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Volume I (arts. 1 a 27). Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949, artigo 1, nota 12, p.33-38.

⁹⁸² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 15 de julho de 1829, p.113.

⁹⁸³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessões dos dias 15, 15 e 17 de julho de 1829, p.115, 119-121, 122.

e os franceses ainda não tem lei de responsabilidade dos ministros, porque os tropeços são certos; se regras gerais não bastam sem casos definidos, estes são infinitos. (...) não há lei definida nem crime definido, e na dúvida, segundo a máxima de direito criminal, o juiz deve antes absolver que condenar.⁹⁸⁴

Além disso, para Cruz Ferreira, não havia que se questionar o respeito ou não do decreto de 27 de fevereiro frente à legislação pátria, na medida em que as disposições legais apenas eram aplicáveis aos tribunais criados de acordo com o disposto na lei e, no caso das comissões militares, não havia lei a regulamentar o tema. Logo, as leis ordinárias não lhes eram aplicáveis: *as comissões militares nunca tiveram assento na nossa lei, e como é que agora havemos transportar uma disposição legal para um tribunal ilegal?*⁹⁸⁵ Tratava-se, portanto, de uma argumentação estritamente jurídico-penal: acusar o ministro e secretário de Estado pela prática de um delito não definido previamente em lei era tão ou mais arbitrário do que a conduta a ele imputada, de tal modo que decretar a acusação de Oliveira Álvares era infringir o mesmo dispositivo constitucional supostamente infringido por esse último. *Eu agora sou um juiz criminal e devo julgar segundo a lei, mas não vejo lei*, afirmava Cruz Ferreira⁹⁸⁶.

Assim, a partir do questionamento da clareza na descrição das condutas puníveis pela lei da responsabilidade, reiterado por Cruz Ferreira no início da segunda discussão do parecer da comissão especial, Ledo afirmava na sessão do dia 16 de julho, de modo a reafirmar a mesma ideia de que o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, ao criar uma comissão militar em fevereiro de 1829, não apenas incorrera em erro, mas, também não podia ser punido por uma conduta não definida pela lei de 15 de outubro de 1827, na medida em que este diploma legal não continha dispositivos claros e precisos referentes aos condutas infracionais por eles abrangidos. Ou seja, tal como para Cruz Ferreira, se houve um responsável pela criação de uma nova comissão militar, esse foi o próprio Corpo Legislativo que não desempenhou a contento seu dever de elaborar as leis regulamentares exigidas para a plena eficácia da Carta de 1824, como

⁹⁸⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de julho de 1829, p.137-138.

⁹⁸⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 07 de julho de 1829, p.65.

⁹⁸⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 07 de julho de 1829, p.65.

por exemplo, na proibição da criação de novas comissões militares e da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado quer por usurpação de atribuições reservadas aos Poderes Legislativo e Judiciário, quer por atentar contra a segurança, a liberdade e a propriedade dos cidadãos. De acordo com Ledo, que raramente se manifestava oralmente nas discussões travadas em plenário, salvo durante a elaboração da resposta à fala do trono:

Será ele [o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra] criminoso por um fato, que o corpo legislativo não julgou criminoso, quando praticado por outro ministro? (...) Dever-se-á fixar o precedente terrível de que o cidadão pode ser condenado por uma lei, que não é clara, ou que a inteligência das leis deve ser apontada pela bússola das circunstâncias, ou das paixões? Sr. presidente, em matéria criminal é preciso avaliar os graus de imputação pela consciência com que razoavelmente obrou o acusado. No caso presente a consciência do ministro repousava sobre princípios que o desculpam, se é que não justificam a sua boa-fé. Estes se deduzem, sejamos francos, do procedimento do corpo legislativo (...) Façamos todas as leis que faltam para dar o perfeito andamento à constituição, para evitar todas as anomalias que se estão todos os dias praticando para evitar o choque das velhas e das novas práticas, que todos os dias se estão cruzando, para encher todas as lacunas que faltam e que são causa de procedimentos tão desconcertados; enquanto as não fizermos, é melhor que nós perdoemos todas as nossas faltas, que fechemos os olhos aos erros, e ouçamos o conselho de Donou e de Benjamin Constant.⁹⁸⁷

Cumpre-se notar que na segunda discussão do parecer da comissão especial encarregada do reexame da denúncia de Oliveira Álvares (travada entre os dias 15 e 18 de julho) houve a intervenção de todos os três deputados-ministros – o que não tinha acontecido até este momento na Câmara dos Deputados –, que no geral retomaram argumentos anteriormente expostos pelos demais deputados em defesa do Governo, salvo por alguns aspectos por eles aprofundados e/ou reelaborados em seus discursos, proferidos cada um em um dia diferente da discussão. Dessa forma, coube ao primeiro a se manifestar, Clemente Pereira, titular da pasta dos Negócios do Império, a elaboração, na sessão do dia 16 de julho, de uma síntese das teses jurídicas anteriormente elaboradas em defesa do ministro e secretário de Estado dos Negócios da

⁹⁸⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de julho de 1829, p.129-130.

Guerra – em especial, a relacionada à não sanção pelo imperador do projeto de lei sobre abolição do privilégio de foro, cujo artigo segundo proibia expressamente a criação de comissões militares – e a reflexão sobre os resultados práticos da comissão militar instaurada em Pernambuco *que se nos tem pintado tão sanguinária* e, dois meses depois, extinta. Interessante notar como o deputado-ministro sublinha a tramitação daquele projeto de lei na Câmara dos Deputados (1826-1827) e se silencia sobre a discussão travada no Senado (1828), momento no qual os senadores se posicionaram firmes na crítica às comissões militares. De modo a questionar se realmente era um caso da apuração da responsabilidade, questionou:

(...) como pois se exclama aqui com o sangue de inocentes vítimas, quando não houve uma só vítima, não correu uma só gota de sangue? (...) Conclua-se pois que as circunstâncias do fato, seu fim e resultado, desviam toda a imputação do ministro da guerra. (...) a proibição das comissões militares é duvidosa; e como ninguém pode ser condenado senão em virtude de uma lei clara, positiva e liberal, o ministro da guerra não pode ser acusado sem injustiça manifesta.⁹⁸⁸

A seguir, Calmon, titular da pasta dos Negócios da Fazenda, na sessão do dia 17 de julho, expôs como *todos os governos solidamente constituídos, tem à sua disposição meios legais extraordinários para domar qualquer insurreição* e, nesse sentido, refletiu sobre os exemplos da Inglaterra (com o ato do motim, o ato de insurreição e a lei marcial) e dos Estados Unidos (com a instituição do ato de insurreição pela lei de 03 de março de 1807). Ou seja, o deputado-ministro resgatava, e generalizava – ao se referir também a *todos os governos solidamente constituídos* –, um argumento utilizado pelo próprio Oliveira Álvares em sua defesa⁹⁸⁹, ao citar o exemplo das comissões militares criadas por Londonderry⁹⁹⁰ na Inglaterra – o qual fora severamente criticado por Lino

⁹⁸⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de julho de 1829, p.126-128.

⁹⁸⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 20 de junho de 1829, p.144.

⁹⁹⁰ Robert Stewart (2º visconde de Castlereagh em 1796, e 2º marquês de Londonderry, a partir do falecimento de seu pai em abril de 1821), nasceu em Dublin, Irlanda, a 18 de junho de 1769 e se suicidou em Kent, Inglaterra, a 12 de agosto de 1822. Originariamente *whig* (1790-1795), em 1795, sob o Gabinete de William Pitt, o jovem, tornou-se membro do partido *Tory*. Político conservador, foi um dos articuladores do Ato de União da Irlanda com a Grã-Bretanha em 1800 e é considerado como um dos criadores da *política dos congressos*. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de 1812 a 1822 (sob o Governo do Conde de Liverpool – 1812-1827), articulou a aliança entre o Reino Unido, a Rússia, a Áustria e a Prússia contra a França napoleônica. Vitorioso na derrota de Napoleão, representou a coroa

Coutinho, durante a primeira discussão, que ressaltou o fato de se tratar de um *ministro inglês opressor das liberdades de seu país, cruel e sanguinário, por natureza, e que algumas vezes mandou por em execução a lei marcial*.⁹⁹¹ E, novamente provocaria imediata reação contrária dos deputados da oposição e, em especial, de Holanda Cavalcanti que lembrou a todos no plenário a inutilidade de se utilizar comissões militares para a repressão de rebeliões, em um discurso profético⁹⁹² – como a seguir será analisado nesta tese.

Além desses argumentos, Calmon ampliou a argumentação elaborada por Oliveira Álvares em sua resposta, e reiterada por Cruz Ferreira, no tocante à não criminalidade de sua conduta ao criar uma comissão militar, na medida em que estava de acordo com o *direito consuetudinário*. Da mesma forma que, em Portugal, os deputados aplaudiram o projeto de lei marcial proposto pelo general Claudino, em 1827, e não julgaram o conde de Saldanha, por falta de lei regulamentar; no Brasil, os deputados se silenciaram no tocante à acusação dos ministros e secretários de Estado transatos que criaram comissões militares, pois não estavam expressamente proibidas pelo texto constitucional.⁹⁹³ Assim, de acordo com Calmon, o titular da pasta dos Negócios da Guerra teria agido de boa-fé e sem dolo. Desse modo, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, frente à falta de argumentos convincentes, jurídicos e/ou factuais, os deputados da oposição se utilizavam de *argumentos os mais odiosos*: ameaçar os deputados imparciais e defensores do ministro com o temor ante a reprovação pela opinião pública e denunciar perseguições

britânica do Congresso de Viena. Em 1817, apoiou a adoção de medidas repressivas, dentre as quais a suspensão do *Habeas Corpus*, que resultaram no Massacre de Peterloo dois anos depois. Seu principal adversário político era George Canning que, após sua morte, o substituiu na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Sobre Castlereagh ver ARJUIZON, Antoine d'. *Castlereagh, 1769-1822 ou le défi à l'Europe de Napoléon*, Tallandier, 1995.

⁹⁹¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 06 de julho de 1829, p.62

⁹⁹² Em relação a Londonderry, Holanda Cavalcanti em seu discurso, proferido na mesma sessão em que discursou Calmon, sublinhou o quanto as comissões militares foram incapazes acalmar os irlandeses, de tal modo que o governo inglês teve, no final, que estender a todos os católicos os direitos que tinham os ingleses: *os ingleses apesar de obstinados reconheceram os direitos dos irlandeses; conseguiram eles aquilo que por força queriam conseguir? Não.* (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de julho de 1829, p.144).

⁹⁹³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de julho de 1829, p.140. No mesmo sentido, pronunciou-se Teixeira de Gouveia na sessão do dia seguinte (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 18 de julho de 1829, p.156)

empreendidas pelo Governo aos deputados que votarem a favor da acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra – *não é assim que se advoga uma causa justa*.⁹⁹⁴ Sublinhe-se que a resposta a Calmon seria feita, sobretudo, por Holanda Cavalcanti e Lino Coutinho, conforme analisado a seguir.

O último dos deputados-ministros a se manifestar foi o titular da pasta dos Negócios da Justiça, Teixeira de Gouveia, que, na sessão do dia 18 de julho, procurou esclarecer perante a opinião pública – e, em resposta aos diversos questionamentos feitos pelos demais deputados da oposição – seu posicionamento em relação à acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra no Senado, através da distinção entre as funções de legislador e de juiz, proposta por Cruz Ferreira, e reiterada por vários deputados durante a discussão.⁹⁹⁵ De acordo com o deputado-ministro, se antes, durante as discussões legislativas, como *legislador*, fora categórico contra a criação de comissões militares, de modo a censurar os atos do Governo, quando lhe pareciam ilegais; agora, como *juiz*, em um tribunal estabelecido pela Carta de 1824 e regulamentado pela lei de 15 de outubro de 1827, julgava com imparcialidade. Assim, conclamava seus pares a se posicionarem como *juízes*, diante de uma *causa penal* a ser decidida pela Assembleia Geral convertida em Tribunal de Justiça: *Ah, senhores, sejamos justos, confessemos que não há neste negócio aquela certeza necessária para constituir criminalidade*, afirmava o deputado-ministro.⁹⁹⁶ Contudo, como decidir com imparcialidade frente a não regulamentação do texto constitucional e a falta de clareza na lei da responsabilidade?, questionava o deputado-ministro reeleito pela província de Minas Gerais. Desse modo, de forma a concluir, tal como Cruz Ferreira, pela não criminalidade do ato praticado por Oliveira Álvares proclamava: *não posso decidir-me pela acusação sem agravar a minha consciência, porque entendo que delitos de responsabilidade devem ser mui definidos, porque sempre que falta esta circunstância e a clareza da lei que se diz violada, falta o dolo a meu ver necessário para poder o fato*

⁹⁹⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de julho de 1829, p.141-142.

⁹⁹⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de julho de 1829, p.128-129).

O discurso de Teixeira de Gouveia proferido na sessão do dia 18 de julho de 1829 foi publicado no *Diário Fluminense*, volume 14, número 37, de 13 de agosto de 1829, p.145-148.

⁹⁹⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 18 de julho de 1829, p.156.

ter imputação.⁹⁹⁷ Aliás, tratava-se de argumentação próxima à articulada pelo arcebispo da Bahia, referente ao *non liquet* desse julgamento do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra pela Câmara dos Deputados, na sessão do dia 16 de julho de 1829, conforme analisado a seguir.⁹⁹⁸

Igualmente se posicionaram a favor de Oliveira Álvares os deputados Souza Melo, Ledo, Araújo Bastos, o arcebispo da Bahia, o bispo do Maranhão e Miranda Ribeiro, contudo – apesar da diferença das habilidades retóricas entre eles – não trouxeram novos argumentos além dos acima mencionados.⁹⁹⁹ Ora ressaltavam algum aspecto já tratado por outro orador, ora colecionavam novos exemplos a argumentos anteriormente elaborados. Contudo, coube ao arcebispo da Bahia (cujos argumentos foram reiterados, na sessão seguinte, pelo bispo do Maranhão e, inclusive, por Cruz Ferreira, ao reforçar a defesa de seu argumento sobre a falta de clareza na definição da conduta punível pela lei de 15 de outubro de 1827¹⁰⁰⁰) uma reflexão que, provavelmente, impactou sobre os deputados ainda indecisos. Após elencar os diversos argumentos a favor e contra a *pronúncia* do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, afirmou o clérigo, na sessão do dia 16 de julho, em relação ao tema em discussão, fundado nos princípios da justiça penal:

A questão que unicamente nos interessa, e de que só nos devemos ocupar, é se existe ou não uma lei clara e terminante, que especifique o delito e possa ser aplicada ao fato do ministro; e eis aqui sobre que versa minha dúvida, à vista de tudo o que tenho ouvido, achando-me portanto embaraçado na pronúncia do réu, por ser axioma em justiça criminal, que nos casos ambíguos e duvidosos o juiz deve sempre preferir a sentença mais benigna e favorável ao acusado. (...) Me vejo em tal estado de incerteza, que só me resta como juiz ou o árbitro de empregar a mesma fórmula que em semelhantes casos proferiram os magistrados romanos – *Non liquet* – ou decidir-me pela negativa da pronúncia; e como não é lícito servir-me do primeiro, força que lance mão do segundo,

⁹⁹⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 18 de julho de 1829, p.157.

⁹⁹⁸ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de julho de 1829, p.133-135.

⁹⁹⁹ Frise-se que o único membro da comissão especial encarregada do reexame da denúncia de Oliveira Álvares que não se pronunciou nas duas discussões travadas na Câmara dos Deputados foi Medeiros Gomes.

¹⁰⁰⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de junho de 1829, p.136-139.

votando pelo parecer da comissão com o solene protesto de que não aprovo nem aprovarei jamais as comissões militares. (...) acabem as comissões militares, salve-se a nação brasileira, mas não seja a custa e com sacrifício dessa máxima tutelar e garantidora da inocência, que em caso de dúvida prefere a absolvição e a impunidade do criminoso.¹⁰⁰¹

Além disso, conforme exposto pelo bispo do Maranhão, apesar de a comissão militar ter sido criada por meio do decreto de 27 de fevereiro de 1829, ela não foi efetivamente instalada, de modo a não preencher os requisitos exigidos pelo artigo 3, parágrafo primeiro da lei da responsabilidade, referente ao abuso de poder, em especial à ausência de *prejuízo, ou dano provado ao Estado, ou a qualquer particular*.¹⁰⁰² Isso, sem mencionar a ausência de dolo, por parte de Oliveira Álvares, ao decretar a criação de comissão militar para a província de Pernambuco, reiterada por Miranda Ribeiro, último deputado (de acordo com a publicação feita pelos Anais) a discursar em plenário:

(...) o ministro da guerra criando uma comissão militar, praticou um fato para o qual se julgava habilitado, ou conhecendo que cometia um crime por não lhe ser lícito praticá-lo, apesar deste conhecimento o praticou? (...) toda a força da defesa do ministro consiste na convicção em que ele diz que estava, de poder empregar aquele meio sem crime, examinemos pois se esta sua convicção era ou não bem fundada, para concluirmos com justiça que a acusação é ou não procedente. (...) *um erro não merece castigo, exige uma advertência*, e é pequena a que se lhe tem feito? (...) o ministro da guerra, criando uma comissão militar, praticou um fato oposto à constituição, mas um fato do qual lhe não resulta criminalidade porque ele o praticou convencido de que ainda estava para isto habilitado, um fato por consequência que lhe não é imputável: mas é fora de controvérsia que a pena deve somente recair sobre o culpado; voto portanto pela absolvição do ministro da guerra, votando pelo parecer da comissão. (grifos meus)¹⁰⁰³

¹⁰⁰¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 16 de julho de 1829, p.134.

¹⁰⁰² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de julho de 1829, p.138-139.

¹⁰⁰³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 18 de julho de 1829, p.159-160.

Cumpra-se notar que o discurso de Miranda Ribeiro proferido na sessão do dia 18 de julho de 1829 foi publicado no *Diário Fluminense*, volume 14, número 39, de 17 de agosto de 1829, p.153-156.

Ou seja, para os defensores de Oliveira Álvares, não houve dolo na ação do titular da pasta dos Negócios da Guerra, pois não se podia ter certeza da proibição de se instaurar comissões militares em situações de suspensão das garantias individuais. Desse modo, para Miranda Ribeiro era inquestionável o fato dele ter praticado um ato contra o disposto no texto constitucional, porém lhe faltou *inteligência de que a ação é criminosa e vontade de a praticar*, de tal modo que do *concurso do entendimento e vontade é quem faz inocente ou culpado o autor de qualquer ação*. Sublinhe-se que no projeto de Código Criminal, apresentado por Vasconcelos na sessão do dia 04 de maio de 1827 – e em tramitação na Câmara dos Deputados naquele momento, sob a análise da comissão mista¹⁰⁰⁴ –, para a verificação da culpabilidade do agente era exigida a *má-fé*.¹⁰⁰⁵ Ou seja, sem o *conhecimento do mal* e a *intenção de praticar* determinada infração penal, previamente definida por meio de um texto legal, não havia que se considerar culpável um determinado agente, na medida em que a culpabilidade se referia à relação subjetiva ou de causalidade psíquica entre o fato e o agente, além da consciência da ilicitude jurídica da própria conduta.¹⁰⁰⁶ Ausente qualquer desses aspectos, não havia que se falar em conduta culpável e, portanto, em crime e punição. Assim, Miranda Ribeiro (tal como Cruz Ferreira, em discurso supra-analisado) utilizava a própria concepção de crime, defendida pelos deputados da oposição, para a elaboração da defesa do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Sem má-fé, não havia que se considerar culpável a prática de determinado ato, ainda que contrário à opinião pública e às próprias convicções dos deputados-juízes incumbidos pelo texto constitucional pela decisão de dar seguimento ao processo por crime de responsabilidade.

¹⁰⁰⁴ Em maio de 1829, após ser aprovada, pela Câmara dos Deputados, a redução do número de integrantes da comissão mista do Código Criminal, o Senado procedeu à escolha dos três membros desta comissão, na sessão do dia 26 daquele mês. Integravam a comissão mista do Código Criminal: os senadores Vergueiro, visconde de Alcântara e Carneiro de Campos; juntamente com os deputados Maia, Costa Carvalho e Deus e Silva (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo segundo, sessão do dia 22 de maio de 1829, p.124; *Anais do Senado do Império do Brasil: quarta sessão da primeira legislatura – ano de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 26 de maio de 1829, p.236).

¹⁰⁰⁵ Sublinhe-se que esse dispositivo seria mantido no texto final do Código Criminal, sancionado por dom Pedro I, em dezembro de 1830, em seu artigo 3: “Não haverá criminoso, ou delinquente, sem má fé, isto é, sem conhecimento do mal, e intenção de o praticar” (*Coleção de Leis do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, parte primeira – atos do poder legislativo, p.142-200).

¹⁰⁰⁶ Neste sentido, ver HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Volume I (arts. 1 a 27). Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949, p.201-202; 284-294.

4.8 – Presumível vitória do Governo – a profecia de Holanda Cavalcanti

Tais argumentos, fundamentados em princípios basilares do direito penal clássico, aliados à articulação política entre os deputados favoráveis à causa do Governo com o apoio (in)direto de dom Pedro I¹⁰⁰⁷, auxiliaram na derrota dos deputados da oposição no que se refere à continuidade do processo de responsabilidade em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. No entanto, a despeito dessa vitória momentânea¹⁰⁰⁸, e a partir da própria argumentação por eles utilizada em defesa

¹⁰⁰⁷ Na narrativa desses acontecimentos, John Armitage afirmou que “enquanto duraram estas discussões, D. Pedro teve a imprudência de apresentar-se todos os dias a uma das janelas do palácio que detava ara o lado da Câmara dos Deputados, manifestando pelo seu comportamento a irritação que o dominava.e até mesmo desafoando a sua cólera em personalidades contra os chefes da oposição; indiscrição esta que o teria podido comprometer até com a população que se ajuntava naquela vizinhança” (ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D.Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.190). Além disso, anos mais tarde, ao redigir suas memórias, o Arcebispo da Bahia tratou desse conturbado momento do Primeiro Reinado, em especial do pedido que lhe fez dom Pedro I para se posicionar a favor de Oliveira Álvares: “O Imperador mostrava-se sobremaneira empenhado por salvá-lo, e pela segunda vez se dirigiu à mim, chamando-me ao Paço, e pedindo-me que tomasse a defesa do mesmo Ministro, e nela interessasse os meus amigos. Bem que, segundo os princípios já outrora emitidos por mim, eu não approvasse a pena de morte por crimes políticos, e consequentemente devesse olhar com igual execração tais Comissões militares, contudo, não tendo tido efeito o supradito Decreto, nem existindo ainda Lei alguma, que expressamente as proibisse, entendi que sem escrúpulo podia pronunciar-me em favor do Ministro, que também era meu amigo, detestando ao mesmo tempo esse Tribunal extraordinário, proscrito pelas luzes da razão e da philosophia. Foi neste sentido que, juntando-me aos mais distintos oradores da maioria, falei em defesa do Ministro, e este Discurso que também se acha na Coleção, foi ouvido com profundo silêncio, e não deixou de contribuir para o bom êxito da causa, caindo o projeto da acusação” (SANTA CRUZ, D. Romualdo Antônio de Seixas, marquês de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p.64-65). No mesmo sentido, de modo a resgatar tanto a narrativa de John Armitage, quanto as memórias do Arcebispo da Bahia, SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume III – A vida de D. Pedro I*. (1ª edição: 1952) São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988, tomo II, p.286-287.

¹⁰⁰⁸ Em sentido diverso, para João Victor Caetano Alves, em tese dedicada a esse episódio, houve um *torneio retórico* do qual os deputados ministeriais, sob a liderança de Clemente Pereira, obtiveram a vitória a nível discursivo. De acordo com o autor, os principais argumentos favoráveis à não acusação de Oliveira Álvares foram formulados por ocasião da consulta feita pelos ministros e secretários de Estado dos Negócios da Justiça e da Guerra ao Conselho de Estado (realizada no dia 26 de fevereiro), e desde então foram reiterados e, de certa forma, ampliados pelo titular da pasta dos Negócios da Guerra em sua defesa (lida na sessão do dia 20 de junho): o fato de as comissões militares terem sido criadas em 1824 e 1825, após a outorga do texto constitucional, e a Câmara dos Deputados não ter processado e acusado os ministros e secretários de Estado responsáveis por essas medidas perante o Senado. Assim, por uma *regra de justiça* não havia que se processar o atual ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013). Há consenso na historiografia sobre a derrota dos deputados da oposição no episódio do processo de responsabilidade movido em face de Oliveira Álvares. Nesse sentido, com o qual concorda parcialmente o autor supracitado, Vantuil Pereira é categórico ao afirmar que “o resultado desta disputa foi o contrário do pretendido por Bernardo Pereira de Vasconcelos e Lino Coutinho. O governo bateu a proposta de instauração do processo por 41 a 29 [sic]. Foi decisiva para o processo a ausência de 15 tribunos. Expressava, acima de tudo, a ideia de que a oposição havia forçado a mão, fazendo com que o grupo mais independente ou se ausentasse ou votasse com o governo. A partir daquele momento, a oposição amargou seguidas derrotas. Foi o caso da tentativa de se instaurar um processo contra o Ministro do Império,

de Oliveira Álvares, as consequências político-institucionais desse episódio seriam contundentes, de modo a relativizar a presumível *vitória* obtida pelos deputados ministeriais em plenário, conforme profetizado por Holanda Cavalcanti, na sessão do dia 17 de junho de 1829, ou seja, um dia antes da votação final, mas logo após os discursos de Cruz Ferreira, bispo do Maranhão e Calmon (de acordo com os Anais¹⁰⁰⁹):

Pergunto eu, se esta acusação não passar, no dia imediato não haverão outras acusações contra este ministro? Será este o único crime que tem cometido? (...) se a maioria da câmara fosse opinião pública, isto seria a nossa felicidade, mas nem sempre isto assim será por mais que eu o deseje. Sr. presidente, *se o governo quer ser respeitado é preciso que conserve os direitos de todos os cidadãos brasileiros; o governo é instituído por uma reciprocidade de interesses, os cidadãos não são para o governo, pelo contrário o governo é para os cidadãos*. E como é que o governo quer ser respeitado, como é que os ministros de Estado querem conseguir e ter por si a opinião, quando são os primeiros que atropelam, quando são os primeiros que calcam aos pés as garantias do cidadão brasileiro? Não é esta só a vez que os brasileiros tem sido atropelados em seus interesses, nos seus direitos, não por um ato constitucional, mas por um *público* e arbitrário do ministério em menoscabo da nação brasileira. (...) o governo vai-se ver embaraçado ao caso de passar aqui uma votação a favor deste ministro, lembremo-nos dos bens que se pode seguir com largar a pasta esse ministro. Por ventura com a acusação desse ministro não terá o governo maior satisfação nos seus súditos? Não será mais fácil ganhar opinião? Não conseguirá mais os desejos dos brasileiros? Não marchará com mais facilidade na sua administração, e mesmo nos negócios desta câmara? (...) a administração não se sustenta se não passar a acusação. *Se não passar a acusação, eu digo que o ministério não dura três meses*; não porque eu goste de mudança de ministros, bem longe estou disto. (...) Devemos unicamente olhar para os

quando foram novamente derrotados, agora na fase inicial da discussão” (PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.221).

¹⁰⁰⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de julho de 1829, p.136-147. Nesta sessão, de acordo com a transcrição feita nos Anais, o primeiro a discursar foi Ferreira de Melo (cujo discurso, em seus aspectos regimentais, foi comentado por Souza França, Custódio Dias, Cunha Matos, Odorico Mendes e Vasconcelos), seguido por Cruz Ferreira, bispo do Maranhão, Calmon, Vasconcelos (cujo discurso não foi integralmente transcrito nos Anais), Holanda Cavalcanti e Custódio Dias.

males que podem cair sobre a nação, a não passar a acusação o resultado não é favorável ao Brasil. (grifos meus)¹⁰¹⁰

De acordo com Holanda Cavalcanti, inúmeras eram as infrações aos textos legais cometidas pelos atuais ministros e secretários de Estado e, apenas em relação ao titular da pasta dos Negócios da Guerra, foram quatro os crimes cometidos – *pelos quais eu julgava impossível poder deixar de passar a acusação*: a criação de uma comissão de guerra para a província de Pernambuco, a negativa de prestar as informações solicitadas pelos membros da Câmara dos Deputados, a continuação dos recrutamentos e o emprego de milícias em tempos de paz. Por moderação os deputados da oposição decidiram centrar a denúncia no tópico da comissão militar, porém, na impossibilidade de o processo continuar no que se referia a esse tema específico, nada impediria que em breve os demais ministros e secretários de Estado fossem questionados e ocorresse a queda de todos os titulares de uma só vez. Para o deputado pernambucano, a não acusação do titular da pasta dos Negócios da Guerra – sabidamente culpado de diversos crimes – ao invés de fortalecer o Governo, o tornaria mais frágil.

Ou seja, a força do discurso de Holanda Cavalcanti está não na acusação direta a Oliveira Álvares, mas no questionamento de todos os titulares das diversas Secretarias de Estado e na reiteração da *moção de censura* ao Governo formulada por Vasconcelos no início da sessão anual legislativa de 1829. Em sua fala ficava implícita a ideia defendida por Benjamin Constant de que, em matéria de responsabilidade dos ministros de Estado, era quase impossível a efetiva punição dos eventuais infratores dos preceitos legais. Conforme analisado no primeiro capítulo desta tese, para o pensador político franco-suíço, os ministros seriam frequentemente denunciados, algumas vezes acusados, raramente condenados e quase nunca punidos.¹⁰¹¹ Contudo, logo a seguir, o mesmo autor afirmava em relação às consequências jurídicas do processo por responsabilidade, provavelmente almejadas pelos deputados da oposição desde o momento em que articularam a denúncia em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra:

¹⁰¹⁰ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 17 de julho de 1829, p.143-145.

¹⁰¹¹ Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: « les Ministres seront souvent dénoncés, accusés quelquefois, condamnés rarement, punis presque jamais » (CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.70).

Este resultado pode, à primeira vista, parecer insuficiente aos homens que pensam que, para os delitos dos Ministros, como para aqueles dos indivíduos, um castigo positivo e severo é de uma justiça exata e de uma necessidade absoluta.

Eu não partilho desta opinião.

Parece-me que a responsabilidade deve atingir, sobretudo, duas finalidades, aquele de retirar o poder dos Ministros culpados; e aquela de *manter na Nação*, pela vigilância de seus Representantes através da publicidade de seus debates, e pelo exercício da liberdade de imprensa, aplicada à análise de todos os atos ministeriais, um espírito de exame, um interesse habitual na manutenção da constituição do Estado, uma participação constante nos negócios, em uma palavra *um sentimento animado da vida política*. (grifos meus) ¹⁰¹²

Aliás, em seu texto sobre a *responsabilidade dos ministros*, Benjamin Constant tece reflexões sobre como o ministro – mesmo na hipótese de, após ter sido condenado, obter a clemência do monarca de modo a não ser efetivamente punido de acordo com os termos da lei da responsabilidade – sofre as consequências morais de seu ato. Nesse sentido, os exemplos de diversos altos dignatários e ministros ingleses, que, apesar de não punidos efetivamente (Warren Hastings, primeiro governador geral das Índias, acusado de corrupção por Edmund Burke de 1788 a 1795¹⁰¹³; e do visconde de Melville, primeiro lorde do almirantado, acusado de desvio de dinheiro público em 1806¹⁰¹⁴), ou mesmo não acusados nos termos legais (lorde North, primeiro-ministro inglês durante o processo de independência das colônias inglesas na América do Norte), foram

¹⁰¹² Tradução livre do autor, a partir do texto original em francês: « Ce résultat peut, à la première vue, paraître insuffisant aux hommes qui pensent que, pour les délits des Ministres, comme pour ceux des individus, un châtiment positif et sévère est d'une justice exacte et d'une nécessité absolue. Je ne partage pas cette opinion. La responsabilité me semble devoir atteindre surtout deux buts celui d'enlever la puissance aux Ministres coupables; et celui d'entretenir dans la Nation, par la vigilance de ses Représentans par la publicité de leurs débats, et par l'exercice de la liberté de la presse, appliqué à l'analyse de tous les actes ministériels, un esprit d'examen, un intérêt habituel au maintien de la constitution de l'État, une participation constante aux affaires, en un mot un sentiment animé de vie politique » (CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.70-71).

¹⁰¹³ O processo por *impeachment* em face de Warren Hastings (1732-1818) ocorreu no mesmo momento em que se discutiu a inclusão desse mecanismo de controle dos membros dos Poderes Estatais no texto da *Constituição dos Estados Unidos* (redigida na Convenção da Filadélfia em 1787, em vigor a partir de 1788, mas apenas ratificada por todos os Estados em 1790). Sobre o *impeachment* de William Hastings, ver HAGUE, William. *William Pitt, the younger*. London: Harper Press, 2004, p.230-234, 247; HILTON, Boyd. *A Mad, bad & dangerous people? England 1783-1846*. Oxford: Clarendon Press, 2006, p.55; Hague.

¹⁰¹⁴ Sobre o *impeachment* do visconde de Melville (Henry Dundas, Endiburgo, Escócia, 1742-1811), igualmente relacionado com o ministério de William Pitt, o jovem, ver HILTON, Boyd. *A Mad, bad & dangerous people? England 1783-1846*. Oxford: Clarendon Press, 2006, p.107-109.

moralmente punidos tanto por seus pares quanto pela opinião pública, de modo a nunca mais retornarem a um posto governamental.¹⁰¹⁵ Dessa forma, de acordo com Benjamin Constant, mesmo sem ser acusado perante a instância julgadora, o ministro de Estado sofria as consequências morais pela sua conduta à frente do ministério, tanto diante de seus pares, quanto diante da opinião pública.

Assim, na sessão do dia 17 de julho de 1829, frente aos argumentos jurídico-penais elaborados por Cruz Ferreira e demais deputados ministeriais, era praticamente certa a vitória desses com a não acusação de Oliveira Álvares perante o Senado, de modo que não restava a Holanda Cavalcanti outro recurso a não ser relembrar a seus pares que, decretada ou não a acusação daquele ministro e secretário de Estado, nos termos dos artigos 38 da Carta de 1824¹⁰¹⁶ e 14 a 17 da lei da responsabilidade, era inevitável a queda de todo o *Ministério*: *Se não passar a acusação, eu digo que o ministério não dura três meses*. E assim aconteceu... Era a consequência lógica da abertura de um processo fundamentado na lei da responsabilidade, tal como defendido por Benjamin Constant em seus escritos teóricos relacionados a esse tema.

Pelo impacto causado junto à opinião pública, a qual podia ser mensurada pelo interesse despertado na população em assistir às discussões nas galerias sempre lotadas da Câmara dos Deputados e pelo amplo debate travado entre os periódicos da corte – com reflexos nas diversas províncias do Império –, os deputados da oposição podiam se considerar vitoriosos, independentemente do resultado concreto da votação sobre a aprovação ou não do decreto acusatório em face de Oliveira Álvares. Cumpre-se notar que, o interesse popular despertado por essa discussão levou, de acordo com alguns relatos, inclusive, à participação de dom Pedro I, a partir das sacadas do Paço Imperial, localizadas defronte ao edifício da Câmara dos Deputados, que aos gritos tentava pressionar os deputados a votarem a favor do Governo. Isso, sem falar na pressão sofrida pelos deputados que, de acordo com Cunha Matos, eram constantemente

¹⁰¹⁵ CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.73-74

¹⁰¹⁶ De acordo com o artigo 38 da *Constituição Política do Império do Brasil*: “É da privativa atribuição da mesma Câmara [dos Deputados] decretar, que tem lugar a acusação dos Ministros de Estado, e Conselheiros de Estado.” Sobre a abrangência deste artigo, se apenas aos crimes previstos pela lei da responsabilidade ou se também aos crimes comuns cometidos pelos ministros e conselheiros de Estado, ver BARRETO, Tobias. *Estudos de Direito*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. – Editores proprietários, 1892, p.300-312.

coagidos das mais diversas formas: através de cartas anônimas e de letreiros escritos nas escadas das galerias.¹⁰¹⁷

Aliás, no periódico *A Aurora Fluminense*, em sua edição do dia 22 de julho de 1829, na seção *Variedades-correspondência*, logo após a votação final contra a acusação de Oliveira Álvares perante o Senado, foi publicada a carta de *Um simples curioso* na qual um leitor do jornal expressava sua *admiração* pelo fato de, na sessão legislativa do dia 18 último, apenas sete dos trinta e nove deputados que votaram contra a acusação do titular da pasta dos Negócios da Guerra terem sido, até aquele momento, reeleitos para a Segunda Legislatura: Calmon, Teixeira de Gouveia, Clemente Pereira, Ledo, Miranda Ribeiro, Cunha Matos e Mendes Ribeiro. Ao passo que, expunha o *simples curioso*, dos trinta e dois deputados que se posicionaram a favor da acusação, apenas nove não tinham sido reeleitos: Salgado, Machado d'Oliveira, Nunes Pires, Paula Cavalcanti, Assis Barbosa, Costa Vilar, Barbosa, Souza França e Avelino. A partir desses dados, o leitor-correspondente – admirado pela não reeleição dos *figurões, gente de alta categoria* – comentava tanto sobre as boas e más escolhas feitas pelo Povo (*Muito estúpida é a canalha*) na escolha de seus representantes, quanto nos significados dessas escolhas. Ou seja, a partir da visão de um presumível defensor do Governo, o jornal da oposição expunha o impacto causado na política pela derrota ministerial nas eleições de 1828-29.¹⁰¹⁸ E advertia sobre os riscos de a próxima Assembleia Geral

¹⁰¹⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessão do dia 15 de julho de 1829, p.111.

As referências à coação sofrida pelos deputados, por partidários de Oliveira Álvares, durante as sessões legislativas diárias em que se discutiu sobre a decretação ou não de sua acusação diante do Senado, seria desenvolvida e retomada em plenário no início da Segunda Legislatura durante a discussão do reconhecimento diploma de eleição do ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra para uma cadeira na Câmara dos Deputados pela província do Rio Grande de São Pedro do Sul. De acordo com Xavier de Carvalho – membro da comissão de poderes que, durante as sessões preparatórias, foi à admissão de Oliveira Álvares, porém, durante a discussão mudou de posicionamento e passou a se opor ao reconhecimento do referido diploma: “Quando se tratou o ano passado da sua acusação, não vimos nós estas galerias encherem-se de militares disfarçados e sem fardas, mas armados; militares que nos atacaram, que nos puseram em coação, que não nos deixaram votar livremente?” (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da segunda legislatura, sessão de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto & C.^a, rua do Hospício, 218, 1878, tomo primeiro, sessão do dia 29 de maio de 1830, p.269).

¹⁰¹⁸ Ao compararmos as composições da Câmara dos Deputados das duas primeiras legislaturas, verificamos que dos 100 representantes eleitos pela nação, para a Segunda Legislatura, apenas 38 foram reeleitos, pela mesma província ou não: José Cândido de Deus e Silva (pela província do Pará); Manuel Odorico Mendes e João Bráulio Muniz (pela província do Maranhão); Manuel do Nascimento [e] Castro e Silva e Antônio Joaquim de Moura (pela província do Ceará); Joaquim Marcelino de Brito (deputado na Primeira Legislatura pela província do Ceará, foi eleito pela província de Sergipe na Segunda Legislatura); Augusto Xavier de Carvalho (pela província da Paraíba); Pedro de Araújo Lima, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Luís Francisco de Paula Cavalcanti de

Legislativa ser dissolvida pelo imperador, pois, nas palavras do leitor, *já se sabe que a Câmara de 1830 justificará por seus desvios uma medida [a dissolução], que é no Brasil de tantas, e tão grandes consequências, atenta a impossibilidade de se juntar prontamente uma nova Assembleia!*¹⁰¹⁹

Verifica-se que após a deliberação contrária ao prosseguimento do processo em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, os *Diários* passaram a publicar pequenos resumos das sessões legislativas diárias e foram suspensos após a sessão do dia 07 de agosto, de modo a obrigar Antônio Pereira da Silva (compilador dos *Anais* na década de 1870) a recorrer aos periódicos para completar sua edição referente à sessão anual legislativa de 1829. Os motivos dessa suspensão podem ser tanto o recorrente atraso na publicação dos *Diários*, quanto a falta de interesse da Mesa da Câmara (sob a presidência de Araújo Lima, ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império) na continuação da publicação após a acirrada discussão travada em torno de Oliveira Álvares. Houve, inclusive, a veiculação em periódicos do período imediatamente posterior ao encerramento dos trabalhos legislativos da suspeita em relação aos atos da Mesa da Câmara dos Deputados – em especial de seu presidente, Araújo Lima e *membros influentes da Mesa* –, no sentido de atuar em favor do Governo, no exercício das amplas atribuições conferidas ao presidente da Mesa pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Nesse sentido, as considerações sobre a sessão anual legislativa de 1829 publicadas no jornal *A Aurora Fluminense*, em sua edição do dia 21 de setembro:

Eram da oposição o Presidente, e os Membros influentes da Mesa, que dirigiram os trabalhos da Câmara, e puseram em discussão o Orçamento no dia 27 de Julho, dois

Albuquerque e Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (pela província de Pernambuco) ; Caetano Maria Lopes Gama (deputado na Primeira Legislatura pela província de Pernambuco, foi eleito pela província de Goiás na Segunda Legislatura); Antonio Ferreira França (inclusive elegeu o filho pela província de Pernambuco), José Lino Coutinho, Miguel Calmon du Pin e Almeida, José Ribeiro Soares da Rocha, José da Costa Carvalho (pela província da Bahia); José Bernardino Batista Pereira de Almeida Sodré (pelo Espírito Santo); José Clemente Pereira e Joaquim Gonçalves Ledo (pelo Rio de Janeiro); Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Custódio Dias, José Antônio da Silva Maia, José Bento Leite Ferreira de Melo, Custódio José Dias, Antônio Paulino Limpo de Abreu, José Cesário de Miranda Ribeiro, João José Lopes Mendes Ribeiro, Cândido José de Araújo Viana e Lúcio Soares Teixeira de Gouveia (pelas Minas Gerais); Raimundo José da Cunha Matos (por Goiás) ; Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça (deputado na Primeira Legislatura pela província do Mato Grosso, foi eleito pela província da Paraíba – onde exercia o cargo de presidente provincial desde 12 de fevereiro de 1828 –, na Segunda Legislatura); Francisco de Paula Sousa e Melo, Diogo Antônio Feijó, José Correia Pacheco e Silva e Manuel Joaquim de Ornelas (por São Paulo); Diogo Duarte Silva (pela de Santa Catarina). Não tiveram nenhum deputado reeleito: Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Rio Grande de São Pedro do Sul.

¹⁰¹⁹ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 216, de 22 de julho de 1829, p.906.

meses depois dele ser entregue pelo Ministro da Fazenda? A demora de 12 dias para a impressão das 3 folhas de papel do Parecer da Comissão será devida aos Liberais? É a oposição que governa a Tipografia Nacional?... Grande desenvolvimento careciam todas estas ideias, que apenas havemos indicado; mas pode-se daí ver que fossem quais fossem os motivos, que levaram o Poder Moderador a não prorrogar a sessão atual, deixando de assim aparecer várias Leis, e outros resultados das fadigas dos Representantes do Brasil, é indubitável que eles no ano de 1829, mereceram bem da Pátria, e que souberam frustrar as esperanças, que em certas *coincidências* haviam depositado os ministeriais, e todos quantos não duvidam sacrificar os interesses da Nação a seus caprichos ou conveniência particular.¹⁰²⁰

Sublinhe-se que Governo já saíra desgastado pela discussão acerca da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e poderia ficar ainda mais fragilizado se fossem integralmente publicados os discursos dos deputados da oposição referentes ao assunto a ser tratado a seguir pela câmara temporária, o Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento para o ano financeiro de 01 de julho de 1830 a 30 de junho de 1831, mais o primeiro semestre de 1830, de acordo com o disposto na lei de 08 de outubro de 1828.¹⁰²¹ Ao não publicar a transcrição integral dos discursos dos deputados da oposição – pelos quais se defendia tanto um aumento das receitas (sem a criação de novos tributos, porém com a melhoria da arrecadação), quanto uma diminuição das despesas –, limitando-se, em alguns casos à publicação dos discursos dos diversos ministros e secretários de Estado em defesa da proposta de lei do Orçamento apresentada pelo Governo, protegia-se esse frente à ampla divulgação de uma eventual derrota diante dos primeiros. Além disso, com a aprovação de inúmeras deduções nas despesas elencadas pelo Governo, durante segunda discussão do projeto de lei do Orçamento (de 27 de julho a 27 de agosto de 1829¹⁰²²), e apesar da aprovação do

¹⁰²⁰ Neste sentido *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 242, de 21 de setembro de 1829, p.1017.

¹⁰²¹ De acordo com a lei de 08 de outubro de 1828, que alterou a contagem do *ano financeiro* de 01 de janeiro a 31 de dezembro, para 01 de julho a 30 de junho do ano seguinte, em seu artigo 12: “Para melhor desempenho das disposições antecedentes, se contará o ano financeiro de ora em diante do 1º de Julho ao último de Junho: o orçamento, portanto, que se apresentar na sessão de 1829, deverá (segundo este método) ser do 1º de Julho de 1830 até, 30 de Junho de 1831, e conjuntamente (por causa do método atual), abranger o 1º semestre do ano de 1830: e as contas, que se tomarem na dita sessão de 1829, só o serão do 1º semestre de 1828, para poder pôr-se em prática a alteração determinada” (*Coleção de Leis do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, parte primeira – atos do poder legislativo, p.95).

¹⁰²² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quarto, sessões dos dias 27, 28, 29, 30 e 31 de julho de 1829, p.172-173, 173-174, 176-177, 178 e 180; tomo quinto, sessões dos dias 01, 03,

requerimento elaborado por Vasconcelos no sentido de se enviar uma deputação para comunicar ao imperador a falta de tempo para a finalização da discussão de medidas legislativas importantes para o Estado (dentre as quais se destacavam os projetos de lei do Orçamento e de indenização das presas de guerra)¹⁰²³, o monarca não se dispôs a prorrogar a sessão anual legislativa de 1829¹⁰²⁴, tal como fizera na sessão do ano anterior. Assim, sem a aprovação do Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento, a despeito do disposto no artigo 15, §10 da Carta de 1824¹⁰²⁵, na sessão imperial de encerramento, realizada excepcionalmente¹⁰²⁶ na Câmara dos Deputados no dia 03 de

04, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26 e 27 de agosto de 1829, p.6, 11-13, 14-15, 16-17, 18-21, 21-23, 25, 26, 28, 30, 30-31, 35-36, 36-39, 40-49, 51, 53-54, 55-59, 62, 63, 64-74, 77-78 (Segunda Discussão).

¹⁰²³ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quinto, sessões dos dias 27, 31 de agosto e 01 de setembro de 1829, p.75-76, 83, 88-89.

Na sessão do dia 27 de agosto de 1829, Vasconcelos formulou um requerimento pelo qual solicitava que a Câmara dos Deputados enviasse uma deputação ao trono, para lhe informar que ainda não estavam concluídas as discussões das propostas de lei do Orçamento para o próximo ano financeiro e de indenização das presas, e diante desse quadro, “reclamando o bem do Estado”, expressar seu desejo de prorrogação da sessão anual legislativa de 1829 pelo tempo necessário à finalização dos trabalhos legislativos. Após ser questionada sua constitucionalidade (pelos deputados Luís Cavalcanti, Lino Coutinho e Souza França), na medida em que a referida prorrogação era de atribuição do imperador no exercício do Poder Moderador (*Constituição Política do Império do Brasil*, artigo 102, §5), e defendida por Vasconcelos (com o apoio expresso de Holanda Cavalcanti), o requerimento foi aprovado. Contudo, não há menção nos *Anais* em relação quer à escolha dos deputados que integrariam a deputação incumbida pela entrega dessa solicitação a dom Pedro I, quer a seu efetivo envio para expressar seus sentimentos ao imperador. Sob a presidência de Araújo Lima (ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império e deputado eleito pela província de Pernambuco), a Câmara dos Deputados enviou uma deputação para pedir a hora e o lugar da sessão imperial de encerramento e o arcebispo da Bahia, em seu discurso diante do monarca, simplesmente lamentou a *falta de tempo* para a finalização dos trabalhos “de suma importância e utilidade”; não houve qualquer menção ao pedido de prorrogação da sessão anual legislativa ordinária de 1829, aprovado dias antes em plenário (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quinto, sessões dos dias 27 e 31 de agosto e 01 de setembro de 1829, p.75-76; 83; 88-89).

¹⁰²⁴ Sublinhe-se que, ao contrário da solução adotada pela *Constituição Política da Nação Portuguesa* (artigo 83: “Cada uma das duas sessões da legislatura durará três meses consecutivos, e somente poderá prorrogar-se por mais um: I – Se o Rei o pedir; II – Se houver justa causa aprovada pelas duas terças partes dos Deputados presentes.”), na Carta brasileira de 1824 não havia a possibilidade de a prorrogação ser proposta e aprovada a partir de solicitação formulada pelos próprios deputados em plenário. Tratava-se de uma atribuição reservada ao Poder Moderador, após consulta obrigatória ao Conselho de Estado (artigo 101, §5, combinado com artigo 142).

¹⁰²⁵ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 15, §10: É da atribuição da Assembleia Geral: §10. Fixar anualmente as despesas públicas, e repartir a contribuição direta.

¹⁰²⁶ As sessões imperiais de encerramento anteriores (realizadas nos dias 05 de setembro de 1826, 16 de novembro de 1827, 20 de setembro de 1828 e 03 de maio de 1829) ocorreram no Paço do Senado (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Primeiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1875, tomo quarto, s.n.; *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quinto, s.n.; *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo quarto, s.n.; *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Quarto Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1877, tomos primeiro e quinto, s.n.).

setembro, sob a presidência do Bispo Capelão-Mór, dom Pedro I se limitou a proferir uma fala do trono de apenas uma oração: *Está encerrada a sessão*, precedida apenas pelo vocativo *Augustos e digníssimos senhores representantes da nação brasileira*.¹⁰²⁷ Aliás, a tensão política-institucional desse momento pode ser aferida pelo novo atentado sofrido pelo deputado May, logo ao sair da sessão do dia 26 de agosto de 1829, quando um *cabra* tentou assassinar o editor do jornal *Malagueta* na rua detrás do Carmo, *diante de todo um Povo*.¹⁰²⁸

Mesmo assim, pouco antes do encerramento dos trabalhos legislativos, de modo a informar seus leitores sobre as conquistas obtidas pelos deputados da oposição nas discussões legislativas sobre o Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento ainda em curso, no caso de a sessão anual legislativa ordinária não ser prorrogada pelo imperador – o que praticamente já era um fato consumado –, o periódico *A Aurora Fluminense* se vangloriava das vitórias obtidas pelo grupo de deputados da oposição ao Governo em plenário, frente ao questionamento de sua postura combativa feito pelo correspondente P.B. no *Diário Fluminense*:

Mas, pergunta, nosso antigo antagonista, *que vantagens tem colhido a Nação de tão longas, e acrimosas discussões, suscitadas, e nutridas obstinadamente pelos membros da atual oposição?* E nós lhes responderemos. As vantagens foram, além de outras, que não mencionaremos agora, e se podem ver na série dos trabalhos da Câmara, a redução de mais de 25 milhões no Orçamento para a despesa de ano e meio, *o acréscimo de 5 milhões na receita* por igual espaço de tempo, salvando-nos assim desse déficit de 7800 contos, que o Ministério apresentara, com inexplicável política, para necessitar novos tributos, e pesadas taxas, que acabassem de destruir a nossa triste Pátria. (...) Nada diremos sobre o ano de 1830, que tanto parece intimidar os amigos do Ministério: ele dará razão de si, e então verá, com quanta má fé se procura previnir desde já a opinião contra homens, que pela maior parte só querem – Ordem – Constituição – Imperador, e Monarquia Representativa.¹⁰²⁹

¹⁰²⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quinto, sessão imperial do encerramento realizada no dia 03 de setembro de 1829.

¹⁰²⁸ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 232, de 28 de agosto de 1829, p.976-977

¹⁰²⁹ *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 233, de 31 de agosto de 1829, p.982.

Sobre os ganhos político-institucionais obtidos pelos deputados da oposição na sessão anual legislativa de 1829, em especial nas discussões relacionadas à denúncia formulada em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra e ao projeto de lei do Orçamento para o próximo ano financeiro, ver *A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 242, de 21 de setembro de 1829, p.1017-1018.

Sobre as vantagens não mencionadas, provavelmente o jornal *A Aurora Fluminense* se referia não apenas às matérias orçamentárias, mas também à acirrada discussão travada, durante a maior parte da sessão de 1829, em relação a Clemente Pereira, Teixeira de Gouveia e Oliveira Álvares.

4.9 – E os (ex-)ministros-marqueses...

Durante as discussões sobre a acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, os deputados contrários à aprovação do decreto acusatório, de modo a possibilitar o prosseguimento do processo de responsabilidade, perante o Senado, utilizaram-se diversas vezes do argumento referente a não formalização de denúncias, até aquele momento – mesmo após a publicação da lei da responsabilidade –, em face de (ex-)ministros e secretários de Estado como responsáveis pela suspensão de algumas das formalidades que garantem os direitos individuais e/ou a decretação de comissões militares. Além disso, questionavam: se a criação dessas comissões militares era realmente um crime ou delito, porque os ex-ministros-marqueses envolvidos nos decretos relacionados a esse tema, expedidos nos anos de 1824 e 1825, ainda não tinham sido formalmente denunciados pelos deputados de acordo com o previsto pela lei da responsabilidade?

Sublinhe-se que, a partir da outorga da Carta de 1824, foram não apenas por diversas vezes suspensas algumas das formalidades que garantem os direitos individuais, como também criadas comissões militares em diversas províncias do Império do Brasil. Clemente Ferreira França (falecido antes da publicação da lei da responsabilidade), durante o período em que esteve à frente da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, suspendeu garantias e criou comissões militares nas províncias de Pernambuco¹⁰³⁰, do Ceará¹⁰³¹ e da Cisplatina¹⁰³²; João Vieira de Carvalho, à frente da

¹⁰³⁰ Através dos decretos de 26 de julho de 1824, referendados por Clemente Ferreira França, foram suspensas provisoriamente, para a província de Pernambuco, *as disposições do § 8º do art. 179 da Constituição Política do Império*, e criada uma comissão militar para julgar *os chefes e cabeças da facção de Manoel de Carvalho Paes de Andrade*, naquela província (reiterada pela Carta Imperial de 05 de outubro de 1824). Pelo decreto de 07 de março de 1825, esta comissão militar foi extinta. Contudo, nesse mesmo decreto foi determinada a execução imediata de todos os réus sentenciados, o envio dos réus pronunciados para o foro ordinário e a anistia dos não pronunciados pelo crime de rebelião, impondo-lhes *perpétuo silêncio*, de modo a lançar um *véu de esquecimento sobre as opiniões passadas* (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1886, p.47-48, 68-69; *Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885, p.30-31).

pasta dos Negócios da Guerra, agiu da mesma forma em relação às províncias da Bahia¹⁰³³ e da Cisplatina¹⁰³⁴; e Francisco Vilela Barbosa, como ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, em relação ao Rio Grande de São Pedro¹⁰³⁵. Se de um lado, o marquês de Nazaré falecera antes da sanção imperial da lei da responsabilidade; por outro, os demais ministros e secretários de Estados, envolvidos na decretação de comissões militares, após a outorga da Carta de 1824, não apenas ainda estavam na ativa, como também exerciam, dentre outros, os cargos de conselheiro de Estado e de

¹⁰³¹ Através do decreto de 05 de outubro de 1824, referendado por Clemente Ferreira França, foram suspensas provisoriamente, para a província do Ceará, *as disposições do § 8º do art. 179 da Constituição Política do Império*, e tornada extensiva a esta província a comissão militar criada na de Pernambuco (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1886, p.68).

¹⁰³² Através do decreto de 18 de maio de 1825, referendado por Clemente Ferreira França, foram suspensas, para a província da Cisplatina, *todas as formalidades, que garantem a liberdade individual* nos termos do artigo 179, §35. (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885, p.52).

¹⁰³³ Através do decreto de 16 de novembro de 1824, referendado por João Vieira de Carvalho, foram suspensas, para a província da Bahia, *as formalidades ordinarias nos processos crimes*, nos termos do artigo 179, §35, da Carta de 1824, e criada uma comissão militar para *julgar breve, e sumariamente os réus convencidos de assassinados do Governador das Armas Felisberto Gomes Caldeira* [primo de Felisberto Caldeira Brant, futuro marquês de Barbacena], *e de serem cabeças de revolta do dia 25 de Outubro proximo passado*. (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1886, p.82-83). Ver nos *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessão do dia 09 de junho de 1826, p.83-84, a leitura de ofício do então barão de Lages sobre a extinção desta comissão em virtude do julgamento dos chefes da sedição.

¹⁰³⁴ Através dos decretos de 19 e 20 de maio de 1825, referendados por João Vieira de Carvalho, foram criadas duas comissões militares, para província da Cisplatina, a primeira para *julgar breve, verbal, e sumarissimamente a todos os réus convencidos de rebeldia; e bem assim os desertores, que perpetrarem este crime depois da publicação do Decreto de Perdão da data de hoje, e que forem convencidos de terem desertado para o inimigo; sendo da mesma forma julgados os que por obstinados se não aproveitarem do referido indulto, nos prazos marcados* (extendida aos paisanos rebeldes da mesma província); e a segunda, para *julgar os individuos da Armada que desertarem da Esquadra do Rio da Prata*. Pelos decretos de 17 e 18 de fevereiro de 1828, referendados por Bento Barroso Pereira, estas comissões militares foram extintas (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885, p.53, 55-56; *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Parte Segunda – Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p.1-3).

¹⁰³⁵ Através do decreto de 19 de maio de 1825, referendado por João Vieira de Carvalho, foi criada uma comissão militar, para a província do Rio Grande de São Pedro do Sul, *para punir os rebeldes e desertores*. No dia seguinte, através de um decreto referendado por Francisco Vilela Barbosa, o decreto do dia 19 de novembro foi estendido para os indivíduos da Armada, em relação aos quais foi criada uma comissão militar para julgar aqueles que desertarem da Esquadra do Rio da Prata. Pelos decretos de 17 de fevereiro de 1828, referendados, respectivamente, por Bento Barroso Pereira e Diogo Jorge de Brito, essas comissões militares foram extintas (*Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885, p.54-56; *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Parte Segunda – Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p.2).

senador, ambos de nomeação pelo imperador, sendo que o segundo, a partir lista tríplice resultante do voto popular.¹⁰³⁶

Contudo, em relação aos conselheiros de Estado, todos senadores e titulares de pastas ministeriais em diversas ocasiões no decorrer do Primeiro Reinado¹⁰³⁷, verifica-se que foram poupados de terem seus atos, eventualmente contrários aos textos legais – além dos referentes à suspensão de garantias e à criação de comissões militares –, formalmente denunciados pelos deputados, de modo a se possibilitar a discussão e a aprovação de um decreto acusatório a ser lido perante o Senado, nos termos da lei da responsabilidade. Ou seja, apesar da questão referente aos (ex-)ministros-marqueses ter sido um tema tratado durante a discussão da lei, inclusive pela possibilidade de se denunciar ex-ministros e secretários de Estado; se os ex-ministros-marqueses-senadores não foram formalmente denunciados, é provável que tal fato se deveu não propriamente, ou tão somente, ao temor ante aqueles altos dignatários e/ou ao poder econômico-financeiro por eles detido¹⁰³⁸, mas ao significado e aos eventuais impactos político-

¹⁰³⁶ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 43: “As eleições [dos senadores] serão feitas pela mesma maneira, que as dos Deputados, mas em listas tríplices, sobre as quais o Imperador escolherá o terço na totalidade da lista”.

¹⁰³⁷ Ver no Anexo 2, a presença dos conselheiros de Estado no Senado e nas Secretarias de Estado durante o Primeiro Reinado.

Sobre a participação dos membros do Conselho de Estado nos processo de independência, em especial do “grupo de Nogueira da Gama” (conforme a denominação dada por Cecília Helena de Salles Oliveira, em oposição ao, também por ela denominado, “grupo de Ledo”) ver OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986); BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. *Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010. Marina

Para uma reflexão sobre a composição do Conselho de Estado, o perfil de seus membros e ligações pessoais e familiares entre eles – “as dinâmicas políticas e sociais do Primeiro Reinado”, de acordo com Eder Silva –, bem como considerações sobre a elaboração da lei da responsabilidade ver RIBEIRO, Eder da Silva. *O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade do Primeiro Reinado (1826 – 1831)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2010. Para uma reflexão sobre o papel das concessões de títulos nobiliárquicos e o apoio ao Governo durante o Primeiro Reinado ver OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. 2013, 223f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013, São Paulo.

¹⁰³⁸ De acordo com Cecília Helena de Salles Oliveira, ao analisar a concentração de rendas e recursos do Estado nas mãos de poucas famílias, durante o período joanino, afirma: “Homens como Fernando Carneiro Leão, Paulo Fernandes Viana, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, João Rodrigues Pereira de Almeida, Joaquim José Pereira de Faro, José Egídio Álvares de Almeida, Joaquim Carneiro de Campos, José Joaquim de Azevedo faziam parte desse grupo que, no decorrer do primeiro reinado, constituiu o núcleo das primeiras casas titulares do Império. (...) A movimentação política da Corte, no decorrer do período joanino, encontrava-se permeada ainda pelas pressões exercidas por grupos radicados em outras regiões que, por meio de relações mercantis e pessoais com proprietários fluminenses, procuravam defender e ampliar interesses. Muitos negociantes, estabelecidos anteriormente no Rio Grande do Sul, Pernambuco e Ceará, haviam se transferido para o Rio de Janeiro reajustando suas atividades, compondo

institucionais de se questionar a conduta de alguém responsável pela redação do próprio texto constitucional.¹⁰³⁹ De tal forma que, poder-se-ia questionar: se os redatores do texto constitucional praticavam atos inconstitucionais, não seria o próprio texto por eles redigido passível de questionamento? Além disso, de acordo com o artigo 142 da Carta de 1824, o Conselho de Estado devia ser ouvido não apenas *em todos os negócios graves, e medidas Gerais da pública Administração; principalmente sobre a declaração da Guerra, ajustes de paz, negociações com as Nações Estrangeiras*; como também, *em todas as ocasiões, em que o Imperador se proponha exercer qualquer das atribuições próprias do Poder Moderador, indicadas no Art. 101*, salvo as relacionadas à livre nomeação e demissão de ministros e secretários de Estado. De tal modo que, ao se denunciar formalmente um conselheiro de Estado por um conselho dado ao imperador em negócio relacionado a uma atribuição própria do Poder Moderador, qual o impacto dessa denúncia sobre o próprio monarca? Assim, apenas a partir do momento em que o imperador chamou para as Secretarias de Estado pessoas não ligadas diretamente à redação do texto constitucional foi que se tornou possível aplicar a casos concretos a lei da responsabilidade.

Nesse sentido, de muita cautela da parte dos deputados, a *acusação*¹⁰⁴⁰ do marquês de Baependi – conselheiro de Estado e ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda –, formulada por Vasconcelos, em emenda apresentada ao pedido de informações requerido por Teixeira de Gouveia, na sessão do dia 29 de setembro de

alianças com portugueses recém-chegados e tentando fazer concorrência com o pequeno, mas poderoso grupo, que havia se incrustado no interior da administração pública. Nesse sentido, a reorganização da Corte portuguesa no Rio de Janeiro significou a concentração de rendas e recursos do Estado nas mãos de poucas famílias, cujos negócios encontravam-se ramificados também em Portugal” (OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado defendida na FFLCH-USP em 1986), p.92). Dos oito nomes listados pela autora, três foram membros do Conselho de Estado responsável pela redação da Carta de 1824 e a irmã de Fernando Carneiro Leão era casada com Luiz José de Carvalho e Mello, futuro visconde da Cachoeira, igualmente membro da referida comissão (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918). Sobre

¹⁰³⁹ Em sentido diverso, apesar de também ter constatado a ausência de denúncias formais em face dos (ex-)ministros-marqueses, membros do Conselho de Estado, ver RIBEIRO, Eder da Silva. *O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade do Primeiro Reinado (1826 – 1831)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2010, p.101.

¹⁰⁴⁰ De acordo com a lei da responsabilidade (nesse momento já entregue ao imperador para ser sancionada), em seu artigo 8, segunda parte, a formulação feita por Vasconcelos em face do marquês de Baependi, então ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, foi uma *denúncia* e não uma *acusação*, a qual, de acordo com o mesmo texto legal, em seu artigo 18, era realizada – na etapa seguinte do processo de responsabilidade – por uma comissão de cinco a sete deputados no Senado, após a aprovação do decreto acusatório na câmara temporária.

1827¹⁰⁴¹, ou seja, após a entrega a dom Pedro I do texto do projeto de lei da responsabilidade para sanção. Cautela, aliás, presente por ocasião da entrega do referido projeto à apreciação do imperador, quando coube a Vergueiro fazer um discurso diante do monarca, no qual, ao ressaltar a importância do texto, ora entregue para sanção, silenciou-se em relação à aplicabilidade da futura lei em relação aos conselheiros de Estado. De acordo com o então deputado eleito pela província de São Paulo, em discurso proferido diante do trono:

Esta lei senhor, é da mais alta importância e pode chamar-se por excelência a lei prática da constituição. A lei que vela sobre os ministros de estado, vela sobre a execução de todas as leis, ela abraça no mesmo tempo a estabilidade e a glória do trono com todos os outros interesses nacionais.

A história das nações nos atesta os abalos que tem sentido os tronos e as calamidades, que tem sofrido os povos, por culpa de ministros de estado, que sacrificaram a confiança do monarca nos seus particulares interesses, e das suas aderências ou a criminoso desleixo e incapacidade impostora.

Para que, nos que servem a V.M Imperial, não fraqueie a fidelidade e o amor da justiça, convém firmá-los no dever pelo império da lei. E quando mais não fora, bastaria ver na

¹⁰⁴¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quinto, sessão do dia 29 de setembro de 1827, p.86. O pedido de informações formulado por Teixeira de Gouveia se referia aos decretos expedidos em 19 de maio e 13 de setembro de 1826 pelo marquês de Baependi, pelos quais se determinava “para se não deduzir nas Casas da Intendência de Minas Gerais, porção algum do ouro apresentado pela Sociedade de Oxembord [*Imperial Brazilian Mining Association*] a título de Direitos, pois esses Direitos deviam ser abatidos nos cem contos de réis depositados no Tesouro Público” (*Diário Fluminense*, volume 10, número 118 de 20 de novembro de 1827, p.488). Na argumentação de Vasconcelos, os decretos expedidos pelo ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda derogavam as leis relacionadas ao pagamento do quinto do ouro em espécie, o que significa que eles violavam ao disposto na lei e seu autor incorrera não apenas em abuso de poder, como também em dissipação das rendas nacionais.

Sublinhe-se que, apesar de a denúncia em face do marquês de Baependi não ter sido formalizada, o contrato firmado com a mineradora inglesa para a exploração do ouro na província de Minas Gerais, em especial na mina de Gongo Soco provocou inúmeras discussões não apenas em plenário, como também pela imprensa e foi objeto, inclusive, de comentários perplexos de Langsdorff em seus diários (LANGSDORFF, Georg Heinrich von. *Os Diários de Langsdorff* [online]. SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org). Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. Três volumes. Disponível em: <http://books.scielo.org>, volume 1, p.135-136). Acesso em: 18 de julho de 2016. Sobre a presença de companhias inglesas de mineração na província de Minas Gerais, no século XIX, a partir da análise dos relatos dos viajantes, bem como da preferência inglesa pela mão de obra escrava, mesmo após 1830, ver ALVES, Débora Bendocchi. Ernst Hasenclever em Gongo-Soco: exploração inglesa nas minas de ouro em Minas Gerais no século XIX. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, janeiro-março 2014, vol. 21 (nº 1), p. 281-298. _____. Uma região mineradora. Minas Gerais, Brasil, segunda metade do século XIX. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Colóquios, 2015 (10 de março de 2015). Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/67741>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

responsabilidade dos ministros, o pedestal sobre que repousa inabalável o mais eminente atributo monárquico, a inviolabilidade, para que esta lei seja digna de V.M. Imperial e dos ardentes votos de todos os brasileiros.

V.M.Imperial, sancionando a lei da responsabilidade dos ministros, dará o maior impulso à observância de todas as leis, e imprimirá o cunho da vitalidade e da perpetuidade na constituição do império, que o Brasil deve aos generosos sentimentos de justiça, que ornaram o coração de V.M.Imperial.¹⁰⁴²

Onde está a menção à responsabilidade dos conselheiros de Estado regulamentada pelo mesmo texto entregue à apreciação de dom Pedro I ? Esse silenciamento de Vergueiro diante do imperador é indicativo da cautela adotada pelos deputados que, mesmo após a *acusação* formulada por Vasconcelos em face do marquês de Baependi – a despeito da importância da regulamentação dos artigos 133 a 135 e 143 da Carta de 1824 através do texto ora apresentado à sanção imperial, o qual se converteria na lei de 15 de outubro de 1827, e da longa discussão entre acusador e acusado travada no *Diário Fluminense*¹⁰⁴³ –, apenas retomaria sua discussão após a abdicação de dom Pedro I, em setembro de 1831, quando o deputado mineiro ocupava o mesmo cargo ministerial do que fora por ele acusado no passado. Mesmo assim, com Vasconcelos à frente de uma Secretaria de Estado, deliberou-se em plenário pela não formalização da denúncia em face do ex-ministro marquês de Baependi, nos termos do parecer apresentado pela comissão especialmente criada para analisar a *acusação* formulada em 1827.¹⁰⁴⁴

¹⁰⁴² *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, tomo quinto, sessão do dia 11 de setembro de 1827, p.26.

¹⁰⁴³ Após a apresentação da *acusação* na Câmara dos Deputados, durante a sessão do dia 29 de setembro de 1827, a discussão entre o marquês de Baependi e o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos se transferiu para a imprensa, em especial o *Diário Fluminense* no decorrer dos meses de novembro e dezembro daquele ano. Para a defesa do ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, ver *Diário Fluminense*, volume 10, *Resposta às acusações feitas na Câmara dos Deputados contra o Marquês de Baependi*, separata do número 115, de 16 de novembro de 1827; republicado nos números 125 e 126, dos dias 28 e 29 de novembro de 1827, p.516-518, 519-521; e continuação da defesa nos números 127, 128, 129 e 130, p. 523-525; 527-528; 533; 536-537. As respostas de Vasconcelos foram publicadas na seção *Correspondências* do mesmo jornal, *Diário Fluminense*, volume 10, números 118 e 145, de 20 de novembro e 22 de dezembro de 1827, p.488-489; 597-598.

¹⁰⁴⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Segunda Legislatura, Sessão de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1878, sessão do dia 12 de setembro de 1831, p.156. O texto integral do parecer contrário à formalização da denúncia em face do marquês de Baependi foi publicado no jornal *Diário Fluminense* (*Diário Fluminense*, volume 18, número 65, de 17 de setembro de 1831, p.267).

Ou seja, face a um possível estranhamento do leitor diante do silêncio dos deputados em relação aos ex-ministros-conselheiros de Estado, no supracitado discurso proferido por Vergueiro diante do monarca, vislumbra-se um dos motivos pelos quais se poupou a Câmara de analisar uma *acusação* em face de um conselheiro de Estado (ainda que por atos praticados no exercício de um cargo ministerial): na fala do deputado eleito pela província de São Paulo não há qualquer menção ao fato de o texto apresentado à sanção imperial se referir também aos conselheiros de Estado. Vergueiro apenas se referia à responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, silenciando-se diante da responsabilidade dos conselheiros de Estado, os quais não somente detinham grande ao poder econômico-financeiro, mas também, sublinhe-se, foram os redatores do texto constitucional. O silêncio, aliás, esteve presente desde o momento da elaboração da lei da responsabilidade, a qual se limitou a reproduzir o texto da Carta de 1824, ao regulamentar seu artigo 143 referente à responsabilidade dos conselheiros de Estado. Questões de ordem político-institucional barravam a ação dos deputados em relação a esses altos dignatários do império. Como acusar de agir contra o texto constitucional quem foi responsável por sua redação? Ao se julgar a constitucionalidade de um ato praticado por um redator do texto constitucional, não se estaria questionando a própria gênese da Carta de 1824? Independente de qual seja o real motivo dessa omissão dos deputados em relação aos conselheiros de Estado, o fato é que nenhum deles foi formalmente denunciado no decorrer do Primeiro Reinado, quer pelos conselhos dados ao imperador enquanto membros do Conselho de Estado, quer pelos atos praticados no exercício de algum cargo ministerial.

* * *

Há consenso na historiografia em relação à vitória do Governo – e do imperador, em particular – em relação às denúncias formuladas em face dos ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império, da Justiça e da Guerra e, sobretudo, a não aprovação do decreto acusatório em face de Oliveira Álvares pela criação de uma comissão militar para julgar os *comprometidos* na *rebelião* ocorrida na província de Pernambuco no início de fevereiro de 1829.¹⁰⁴⁵ Contudo, o que nem sempre a

¹⁰⁴⁵ Nesse sentido, há consenso na historiografia em relação a esse episódio de modo a nele vislumbrar uma derrota dos deputados da oposição frente à ofensiva ministerial que, inclusive, implicou na *desarticulação momentânea da oposição que errou na mão ao considerar que o resultado eleitoral poderia trazer-lhe benefícios imediatos* (PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de

historiografia comenta é que o titular da pasta dos Negócios da Guerra, apesar de não ter sido acusado diante do Senado, pediu demissão do cargo e teve seu pedido aceito pelo imperador – por *justas razões* –, duas semanas após sua *absolvição* pela Câmara dos Deputados, por meio do decreto de 04 de agosto de 1829, referendado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Em seu lugar, assumiu interinamente o então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Clemente Pereira¹⁰⁴⁶ que permaneceu no cargo até a reforma ministerial de 04 de dezembro do mesmo ano, na qual foram demitidos todos os titulares de pastas ministeriais.

Ou seja, se o Governo – e, em particular, dom Pedro I – foi vitorioso ao obter a não aprovação do decreto acusatório em face de Oliveira Álvares, como explicar o fato de o titular da pasta dos Negócios da Guerra ter sido demitido (ou ter seu pedido de demissão aceito) pelo imperador *por justas razões* – sem a escolha de um novo titular para este posto, de modo a assumir interinamente Clemente Pereira –, ou mesmo a rápida fragilização do Governo após o encerramento dos trabalhos legislativos, a ponto de levar a demissão de todos os titulares de pastas ministeriais e a nomeação, no dia 04 de dezembro de 1829, de altos dignatários, com ampla experiência na administração pública. Creditar esse fato ao retorno de José Bonifácio¹⁰⁴⁷ que, adversário de Clemente

doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008), p.169-171, 217-221). No mesmo sentido, ver RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.162-163; COSTA, Vivian Chieregati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-independência*. 2013, 361f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.93.

¹⁰⁴⁶ O ofício de Clemente Pereira, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, com a comunicação de que assumiu interinamente o cargo de titular da pasta dos Negócios da Guerra foi lido na sessão do dia 04 de agosto de 1829 *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo quinto, sessão do dia 04 de agosto de 1829, p.15.

O decreto de 04 de agosto de 1829, referendado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha foi publicado no *Diário Fluminense* volume 14, número 31, de 06 de agosto de 1829, p.121.

¹⁰⁴⁷ De acordo com as *Notícias Marítimas* publicadas no *Diário Fluminense*, José Bonifácio chegou no Rio de Janeiro, vindo de Bordeaux, no dia 25 de julho de 1829, após mais de cinco anos de exílio (*Diário Fluminense* volume 14, número 24, de 29 de julho de 1829, p.96).

Sobre a participação de José Bonifácio na queda de José Clemente Pereira e indicação do marquês de Barbacena para *articular* um novo *ministério* em dezembro de 1829, ver AGUIAR, Antônio Augusto de (pseudônimo de Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena). *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.726-730, 747-756; CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquês de Barbacena*. Brasília: UnB, 1982 (1ª edição: 1936), p.82-83; SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume I – José Bonifácio*. São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988 (1ª edição: *José Bonifácio (1763-1838)*, 1945), p.244-245; _____. *História dos Fundadores do Império. Volume IV – A vida de D. Pedro I*. São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988 (1ª edição: *A vida de D. Pedro I*, 1952), p.29-30; CUNHA, Pedro Carneiro da. A Fundação de um Império Liberal: Primeiro Reinado, Reação e Revolução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização*

Pereira, convenceu o imperador a chamar o marquês de Barbacena – recém-chegado da Europa, juntamente com dona Maria II, rainha de Portugal; dona Amélia da Leuchtenberg, a nova imperatriz e seu irmão, príncipe Augusto – a *formar* um novo *ministério, exclusivamente composto de Brasileiros natos*¹⁰⁴⁸ é subestimar a força político-institucional adquirida por ambas as Câmaras do Corpo Legislativo, a qual em grande parte se devia à efetiva aplicação dos mecanismos de controle dos atos ministeriais, em especial da lei da responsabilidade, não apenas em seu sentido penal, mas também com suas implicações políticas, para as quais contribuíram o amplo apoio dado pela imprensa da oposição.

Igualmente, se foi vitorioso, não é compreensível a não prorrogação da sessão ordinária pelo monarca, de modo a viabilizar a aprovação do Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento (apresentado por Calmon no início na sessão do dia 15 de maio de 1829¹⁰⁴⁹), e assim cumprir com o disposto no texto constitucional. Além disso, porque a sessão imperial de encerramento foi excepcionalmente realizada na Câmara dos

Brasileira. Tomo II, volume 1: O Brasil Monárquico (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.391-395, 400;

¹⁰⁴⁸ ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D.Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de SOUTHEY* (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.189-198.

¹⁰⁴⁹ *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Quarto Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1877, tomo segundo, sessão do dia 15 de maio de 1829, p.77-79.

Sublinhe-se que a fixação do dia 15 de maio (pela lei de Orçamento de 08 de outubro de 1828, em seu artigo 8), como a data limite para a apresentação do *Balanço Geral e Orçamento*, de modo a interpretar o disposto na Carta de 1824, em relação a essa obrigação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, decorreu da demora na apresentação desses documentos na sessão anual legislativa de 1828 – os quais foram apresentados apenas na sessão do dia 10 de junho (*Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, tomo segundo, sessão do dia 10 de junho de 1828, p.77-79). A partir de então, foi definido através de uma norma jurídica o que se entendia pela locução *logo que reunida for*, inserida no artigo 172 do texto constitucional. Aliás, diante da não finalização da discussão da proposta de lei do Orçamento em 1829, bem como das inconsistências verificadas no *Balanço Geral e Orçamento* de 1831-1832 apresentado pelo marquês de Barbacena, a lei do Orçamento de 15 de dezembro de 1830 (aprovada após a reunião das câmaras nos termos do artigo 61 da *Constituição Política do Império do Brasil*, sob a presidência do Bispo-capelão mór – *Anais do Senado do Império do Brasil: Primeira Sessão da Segunda Legislatura – Ano de 1830*. Rio de Janeiro: Senado, 1914, tomo terceiro, sessões dos dias 17, 18, 19 e 20, p.485-509; 509-536; 536-560; 560-576), detalhou o procedimento a ser seguido na apresentação dos dados nos orçamentos das receitas e despesas do Governo a partir de então, em seus artigos 36 a 43 (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830 – Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, p.137-138).

De acordo com a lei de 08 de outubro de 1828, em seu artigo 8: “O Ministro da Fazenda apresentará d’aqui em diante na Câmara dos Deputados, até o dia 15 de Maio, impressos, o balanço geral da receita, e despesa de todas as províncias do ano findo, o orçamento geral de todas as despesas públicas das mesmas no ano futuro; e a importância de todas as contribuições, e rendas publicas” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte I, Atos do Poder Legislativo, p.94-95).

Deputados e, de modo provocador, o monarca se limitou a pronunciar duas sentenças, de caráter meramente protocolar: a vocativa – *Augustos e digníssimos representantes da nação brasileira* – e a que decretava o encerramento da sessão¹⁰⁵⁰?

A vitória dos deputados ministeriais, com a não aprovação tanto do decreto acusatório em face de Oliveira Álvares, quanto do Balanço Geral e projeto de lei do Orçamento para o ano financeiro seguinte, de modo a liberar o Governo de ter suas despesas diuturnamente questionadas pelo Corpo Legislativo, foi apenas aparente. Nesse sentido, os novos ministros e secretários de Estado¹⁰⁵¹, nomeados por dom

¹⁰⁵⁰ LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, p.160.

¹⁰⁵¹ O ministério, nomeado por dom Pedro I, no dia 04 de dezembro de 1829, era composto por quatro senadores e conselheiros de Estado – os marqueses de Caravelas (na pasta dos Negócios do Império), de Barbacena (na pasta dos Negócios da Fazenda, conselheiro de Estado a partir de 9 de março de 1830), de Paranaguá (na pasta dos Negócios da Marinha), e o visconde de Alcântara (na pasta dos Negócios da Justiça) –, um deputado – eleito pela província da Bahia, Miguel Calmon du Pin e Almeida (transferido da pasta dos Negócios da Fazenda para a dos Negócios Estrangeiros), e um militar de origem portuguesa o conde do Rio Pardo (na pasta dos Negócios da Guerra). Além disso, frente ao ministério anterior, composto em sua maioria por *brasileiros adotivos* (portugueses com cidadania brasileira, nos termos do art.6, inciso IV da Carta de 1824), o novo ministério era formado em sua maioria por brasileiros natos, sendo apenas o Conde do Rio Pardo português de nascimento. No entanto, sublinhe-se que, dentre os novos ministros e secretários de Estado nomeados, apenas o conde do Rio Pardo (então governador das Armas da corte e do Rio de Janeiro desde 1828) e o visconde de Alcântara (apesar de já ter sido nomeado em 1822 para o cargo, não tomara posse naquela ocasião) assumiam pela primeira vez o cargo. Os demais possuíam uma longa experiência com as Secretarias de Estado para as quais foram nomeados, e o imperador podia projetar o papel a ser desempenhado por cada um à frente de suas respectivas pastas. Cumpre-se lembrar que o visconde de Alcântara (João Inácio da Cunha, barão em 1825, visconde com grandeza de Alcântara em 1826), durante o período em que esteve à frente da Intendência Geral de Polícia, auxiliou José Bonifácio de Andrada e Silva, então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros a desarticular a sublevação das tropas impulsionada por Ledo, Clemente Pereira, Cunha Barbosa e apoio de Nóbrega na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Conforme narra Cecília Helena de Salles Oliveira, João Inácio da Cunha – nesse episódio que provocou a demissão de todos os ministros e secretários de Estado no dia 28 de outubro –, chegou a ser nomeado titular da pasta dos Negócios da Fazenda, porém não chegou a tomar posse (VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p.33; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986), p.271-277). Em relação ao marquês de Paranaguá, deve-se lembrar que ele (Francisco Vilela Barbosa) era o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros (recém-nomeado por dom Pedro I) por ocasião do decreto de 12 de novembro de 1823, referendado por Clemente Ferreira França (futuro marquês de Nazaré e titular da pasta dos Negócios da Justiça) e José de Oliveira Barbosa (futuro visconde do Rio Comprido e titular da pasta dos Negócios da Guerra), pelo qual se dissolveu da Assembleia Geral Constituinte de Legislativa de 1823. Contudo, foram por ele referendados os decretos de criação de um Conselho de Estado para a redação de um projeto de constituição a ser objeto de deliberação por uma nova assembleia “que legitimamente representa a nação” e de criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Além disso, à frente da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, Vilela Barbosa, não apenas participou da repressão à Confederação do Equador; como também, no início dos conflitos na Bacia do Rio da Prata, referendou o decreto de 20 de maio de 1825, pelo qual foi criada uma comissão militar para julgar os indivíduos da Armada que desertarem da Esquadra do Rio da Prata (*Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823*. Rio de Janeiro: Imprensa

Pedro I, no início de dezembro, através dos quais o monarca provavelmente buscava não apenas se fortalecer, cercando-se de pessoas de sua confiança e ampla experiência na alta administração pública, para assim se (re)aproximar da representação nacional – a qual fora renovada nas eleições de 1828 e 1829 para a Segunda Legislatura, cujo início estava marcado, nos termos da Carta de 1824, para o dia 03 de maio de 1830 –; mas também, reforçar sua imagem de monarca constitucional, fortemente abalada em virtude dos atos praticados por seus ministros e secretários de Estado no decorrer de 1829, em especial com a suspensão das formalidades que garantem as liberdades individuais nas províncias de Pernambuco e do Ceará¹⁰⁵²; e a conservação em seus cargos, bem como a realização de novas nomeações, de presidentes provinciais e comandantes militares considerados defensores de ideias absolutistas.¹⁰⁵³ Ou seja, precisava se mostrar forte para possibilitar o diálogo com os novos membros da Câmara dos Deputados que, em breve, retomaria seus trabalhos, os quais prometiam ser muito mais intensos do que foram os da Primeira Legislatura. Além disso, fortalecendo-se, dom Pedro I podia manter em funcionamento os corpos político-representativos – ou seja, o governo

Nacional, 1887, p.85-87; *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p.55-56).

¹⁰⁵² Teixeira de Gouveia, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, apesar de toda a discussão legislativa sobre os decretos de 27 de fevereiro daquele ano, novamente se utilizou do artigo 179, §35 da Carta de 1824 para autorizar a suspensão, se necessário fosse, por seis meses as formalidades que garantem a liberdade individual (dentre as quais relacionava, inclusive, a liberdade de expressão), na província do Ceará, para reprimir a *rebelião* em curso nessa província, *a fim de proclamarem ali o governo absoluto* (decreto de 31 de outubro de 1829 (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, Parte Segunda – Atos do Poder Executivo, p.309-310; *Diário Fluminense*, volume 14, número 109, de 07 de novembro de 1830, p.451). Conforme argumentou o periódico *A Aurora Fluminense*, em sua edição do dia 07 de dezembro – a primeira a circular após a substituição de todos os ministros e secretários de Estado ocorrida dias antes –, na qual tecia comentários sobre as possíveis causas da perda da confiança pública pelo antigo “ministério: é com esse sistema antinacional, que as Províncias se tem posto em combustão; (...) A Constituição foi amiudadas vezes iludida ou calcada aos pés; as garantias constitucionais suspensas por um modo ilegal; as Comissões militares, tribunal de ferro e sangue, entronizadas com afronta das Instituições pátrias” (*A Aurora Fluminense. Jornal Político e Literário*, número 275, de 07 de dezembro de 1829, p.1152).

Sobre esse episódio que envolve as rivalidades entre as oligarquias agrárias das vilas do Crato e de Jardim (sob a liderança, respectivamente, de José Martiniano de Alencar e de Joaquim Pinto Madeira), no Cariri cearense, mais tarde retomado pela *Sedição de Pinto Madeira* em 1831-1832, com arbitrariedades cometidas por ambos os lados, ver ARARIPE, José Caminha de Alencar. Jardim, evocações históricas e suaves lembranças. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CV, 1991, p.325-329. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/>. Acesso em: 15 de junho 2016; SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2009 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2006), p.245; LEITE, Maria Jorge dos Santos. *A influência das revoltas liberais no Cariri cearense e a “sedição de Pinto Madeira”*. ANPUH, XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: 2013, Natal-RN. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaaiscomplementares>. Acesso em: 15 de junho 2016.

¹⁰⁵³ Nesse sentido, a nomeação e/ou conservação de Gordilho da Barbuda (nobilitado em 1828) e de Garcia de Almeida, respectivamente, nas províncias da Bahia e de Pernambuco, mesmo após as acusações contra eles feitas em plenário, no decorrer das sessões anuais legislativas de 1828 e 1829.

representativo – e, desse modo, reafirmar sua adesão aos princípios constitucionais por ele proclamados na Carta de 1824. Nesse sentido, a nota escrita por dom Pedro I sobre o *ministério* por ele nomeado no início de dezembro de 1829:

Quando um soberano escolhe e nomeia um ministério *por convencimento* que assim deve fazer e que *para isso se não vê compelido na escolha*, nomeia infalivelmente aquelas pessoas em quem tem a maior confiança, e se sabe o que é um soberano ou o que um soberano deve ser procura nomear homens cuja verdade seja insufocável e que em todas as ocasiões lha apresentem como suas consciências e caracteres o exijam. Se o soberano assim obra, obra bem e se se enganar não é sua culpa, voluntária; Eu escolhi este Ministério que acabo de compor, de homens todos meus amigos (não desmerecendo este título os passados) e que estou certo que me quererão ajudar na empresa de salvar a Nação dos males que a ameaçam. É mui justo que primeiro que tudo eu lhe faça ver qual meu modo de pensar em geral o que me parece que muito poderá concorrer para um feliz resultado sobre os seguintes pontos: 1º O Ministério e cada um dos ministros em sua respectiva repartição deverá cingir-se à Constituição buscando por todos os modos executá-la literalmente. 2º Seguir em tudo e por tudo as Leis Regulamentares. 3º Expulsar depois de ter posto todas as suas forças para se evitem malversações, todos e quaisquer malversadores. 4º *Não jogarem a espada preta com as Câmaras sem serem provocados*. 5º Tratarem de arranjar as suas repartições economizando o mais possível. 6º Fazer propostas e discutí-las em Conselhos de Ministros, e mesmo de Estado se for necessário, para serem depois apresentadas às Câmaras. 7º Falarem-se sempre a verdade ainda em coisas de meu desprazer. Cingindo-se cada um e todos a isto a vitória é certa. (grifos meus)¹⁰⁵⁴

Ao ter a necessidade de afirmar, para si mesmo, que agia livremente – *por convencimento*, sem ser *compelido* – na escolha dos novos ministros e secretários de Estado, dom Pedro I reconhecia, nas entrelinhas, que havia sido pressionado a demitir os antigos titulares das diversas pastas ministeriais. Pressão provavelmente vinda dos membros do Corpo Legislativo, na medida em que aconselhava os novos membros do Governo a *não jogarem a espada preta*¹⁰⁵⁵ *com as Câmaras sem serem provocados*,

¹⁰⁵⁴ Apud SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império. Volume IV – A vida de D. Pedro I*. São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988 (1ª edição: *A vida de D. Pedro I*, 1952), tomo III, p.29-30.

¹⁰⁵⁵ De acordo com o Dicionário Bluteau, na versão reformada e acrescentada por Antônio de Moraes e Silva de 1829, “jogar a espada preta” é a descrição feita para o verbo *esgrimir*. Em seu dicionário de 1813, Moraes Silva definiu o verbo *esgrimir* sem a utilização do adjetivo “preta” – apenas afirmou, “jogar a espada” –, contudo, em ambas as obras (1813 e 1829) o verbo *esgrimir*, tem o sentido familiar/figurado de “haver-se com destreza em qualquer ação, ou no discurso” (MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario*

além de seguirem não apenas o texto constitucional, como também as leis regulamentares, dentre as quais se encontrava a lei da responsabilidade. Ou seja, o antigo *Ministério*, confiante de sua influência entre os membros do Poder Legislativo, provocou a indignação desses sem necessidade, de tal forma que, mesmo após o encerramento da sessão anual legislativa de 1829, as vitórias obtidas pelos deputados da oposição ainda ressoavam através da imprensa, de modo a impelir o monarca a nomear novos ministros e secretários de Estado. Frente a esse quadro, em que o imperador precisava se fortalecer – sem necessariamente *jogar a espada preta* – para possibilitar o diálogo, pode-se reiterar a pergunta: quais foram os vitoriosos ao não ser aprovado o decreto acusatório em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça e da Guerra perante o Senado? Os deputados ministeriais, e os por ele articulados para a defesa da causa ministerial, ou os deputados da oposição que, apesar de serem derrotados na votação do dia 19 de julho, obtiveram, de certo modo, a demissão de todo o *ministério* no final desse mesmo ano e a instabilidade do Governo durante todo o seguinte – o primeiro ano da Segunda Legislatura?

Conforme sublinhado acima, e lembrado por Holanda Cavalcanti aos demais deputados, a aplicação da lei da responsabilidade não visava exatamente a condenação e efetiva punição dos ministros e secretários de Estado por eventuais infrações por eles cometidas aos textos legais, mas sua fragilização moral perante seus pares e a opinião pública. Assim, apesar de toda a discussão relacionada ao titular da pasta dos Negócios da Guerra não ter resultado em sua acusação perante o Senado, a simples abertura do processo o fragilizou de tal forma que tornou impossível sua permanência no Governo – a despeito de toda defesa que lhe fez o imperador durante o período em que permaneceu no *ministério*. Em outras palavras, os deputados da oposição, mesmo sem obterem a aprovação dos decretos acusatórios em face dos ministros dos Negócios da Justiça e da Guerra, atingiram os objetivos teórico-políticos que fundamentavam o próprio instituto da responsabilidade dos ministros de Estado, de acordo com a concepção idealizada da experiência legislativo-constitucional britânica, apropriada tanto pela publicística e experiência legislativo-constitucional francesa desde a Revolução de 1789 e, em especial, após a Segunda Restauração; quanto pelos deputados reunidos nas Cortes

da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p.750; BLUTEAU, Raphael. *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1829, p.542).

Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. De um lado, de acordo com o texto constitucional, conforme o exposto por Benjamin Constant, a responsabilidade política dos ministros de Estado existia apenas diante do rei, enquanto Poder Moderador – neutro e irresponsável –, ao passo que a penal era atribuída ao Poder Legislativo; de outro, na prática político-institucional, através das discussões legislativas, os membros da Assembleia Geral, enquanto representantes da Nação, com o objetivo de consolidar o governo representativo proclamado pela Carta de 1824, buscaram atingir efeitos políticos através da utilização de um mecanismo de controle dos atos ministeriais de caráter penal. Ou, conforme proclamou Lino Coutinho, na sessão do dia 02 de junho de 1830, consciente dos ganhos políticos obtidos com o início do processo de responsabilidade: *Por que é que se [a Câmara dos Deputados] ganhou uma espécie de força moral no Brasil? Não foi pela acusação do ex-ministro da guerra, ainda que ela não passou?*¹⁰⁵⁶

¹⁰⁵⁶ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da segunda legislatura, sessão de 1830.* Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto & C.^a, rua do Hospício, 218, 1878, tomo primeiro, sessão do dia 02 de junho de 1830, p.297.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado na Introdução desta tese, desde o início dos trabalhos legislativos em 1826, membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, em especial os deputados da oposição, vislumbraram na regulamentação da responsabilidade penal, com efeitos políticos, dos ministros e secretários de Estado uma das principais estratégias para a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824, de modo a estabelecer limites às amplas atribuições conferidas pelo texto constitucional ao imperador, e assim tornar seu papel possível e viável, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos sociais das províncias representados no Corpo Legislativo. Houve um esforço construtivo, no sentido de se criar mecanismos e institutos jurídicos para a consolidação do texto outorgado por dom Pedro I, tanto através da regulamentação dos diversos dispositivos constitucionais que, para serem efetivamente aplicados, demandavam a elaboração de leis regulamentares; quanto através de mecanismos de controle propriamente ditos, parte dos quais – os referentes aos atos ministeriais – foram objeto de reflexão nesta tese. E, além da regulamentação e aplicação da responsabilidade penal com efeitos políticos, igualmente foi reconstituída a gênese, desde o início dos trabalhos legislativos, de outro mecanismo de controle dos atos do Governo: os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos. Esses não apenas auxiliaram os membros do Corpo Legislativo no desenrolar dos trabalhos legislativos, fornecendo-lhes as informações e os esclarecimentos indispensáveis à atividade legislativa; como também foram fundamentais na instrução e formalização de eventuais denúncias por crime de responsabilidade em face dos membros da Alta Administração do Império do Brasil.

No decorrer da tese, refletiu-se sobre como esses mecanismos de controle dos atos ministeriais não apenas foram formulados a partir da discussão legislativa, travada em ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, como também efetivamente aplicados às relações político-institucionais estabelecidas entre os membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Moderador, de modo a se obter efeitos políticos concretos, em especial ao se estabelecer um efetivo diálogo entre eles. Sublinhe-se que essas conquistas, obtidas a partir de formulações elaboradas na Câmara dos Deputados, por membros do grupo de oposição ao Governo, apenas foram possíveis em virtude de sua

aprovação – ou, pelo menos, de sua não rejeição¹⁰⁵⁷ e/ou censura – tanto pela maioria dos membros do Senado presentes em suas sessões legislativas diárias; quanto pelo Governo e, inclusive, pelo imperador, através do exercício do direito de veto com efeito suspensivo¹⁰⁵⁸, enquanto delegado privativo do Poder Moderador¹⁰⁵⁹. Ou seja, o projeto de lei da responsabilidade originário da Câmara dos Deputados ao ser objeto de deliberação pelos senadores, como todo projeto de lei de acordo com o processo legislativo estabelecido pela Carta de 1824, poderia não apenas ser rejeitado inteiramente, mas também, em sentido inverso, ser aprovado porém com emendas e/ou adições de tal natureza que impossibilitassem sua aprovação pelos deputados. Além disso, a discussão em plenário poderia ter sido obstruída quer por sua não colocação na Ordem do Dia – ou sua disposição dentre os últimos temas a serem tratados na sessão legislativa diária seguinte – pelo presidente do Senado¹⁰⁶⁰; quer pela utilização de dispositivos regimentais, com provável intuito procrastinatório, como por exemplo, por

¹⁰⁵⁷ Sublinhe-se que, de acordo com o projeto de Regimento Interno, lido pelo então visconde de Caravelas na sessão do dia 22 de maio de 1826, em seu artigo 78 (mantida a redação na versão final do Regimento Interno aprovado na sessão do dia 3 de agosto de 1831, em seu artigo 61): “O Projeto, que for rejeitado, não entrará em proposição no mesmo ano, e se na Sessão do ano seguinte tiver a mesma sorte não pode aparecer mais na mesma legislatura” (*Anais do Senado do Império do Brasil: Primeira Sessão da Primeira Legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 22 de maio de 1826, p.127; *Regimento Interno para o Senado*. Imprensa Nacional, 1831, p.18).

¹⁰⁵⁸ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seus artigos 13. “O Poder Legislativo é delegado à Assembleia Geral com a Sanção do Imperador”; 64. “Recusando o Imperador prestar seu consentimento, responderá nos termos seguintes. - O Imperador quer meditar sobre o Projeto de Lei, para a seu tempo se resolver - Ao que a Câmara responderá, que - Louva a Sua Majestade Imperial o interesse, que toma pela Nação”; 65. “Esta denegação tem efeito suspensivo somente: pelo que todas as vezes, que as duas Legislaturas, que se seguirem aquela, que tiver aprovado o Projeto, tornem sucessivamente a apresenta-lo nos mesmos termos, entender-se-á, que o Imperador tem dado a Sanção”; 66. “O Imperador dará, ou negará a Sanção em cada Decreto dentro do um mês, depois que lhe for apresentado”; 67. “Se o não fizer dentro do mencionado prazo, terá o mesmo efeito, como se expressamente negasse a Sanção, para serem contadas as Legislaturas, em que poderá ainda recusar o seu consentimento, ou reputar-se o Decreto obrigatório, por haver já negado a Sanção nas duas antecedentes Legislaturas”. Para uma interpretação desses dispositivos constitucionais, ver SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.207-209.

¹⁰⁵⁹ De acordo com a *Constituição Política do Império do Brasil*, em seu artigo 101, “O Imperador exerce o Poder Moderador”, §3. “Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembleia Geral, para que tenham força de Lei: Art. 62”. Atribuição que era exercida após consulta obrigatória ao Conselho de Estado, nos termos do artigo 142 do texto constitucional.

¹⁰⁶⁰ A atribuição do presidente do Senado em estabelecer a ordem do dia está prevista desde o projeto de Regimento Interno, lido pelo então visconde de Caravelas na sessão do dia 22 de maio de 1826, em seu artigo 2 (mantida a redação na versão final do Regimento Interno aprovado na sessão do dia 3 de agosto de 1831, em seu artigo 2): “O presidente (...) é o regulador dos trabalhos da Câmara, e o Fiscal da boa ordem. Compete-lhe: abrir, e fechar as Sessões segundo os dias, e horas estabelecidas: fazer ler, e assinar as atas: dar matéria para os trabalhos do dia seguinte: estabelecer o ponto da questão para a discussão: dividir as proposições: propor a votação: e declarar o resultado d'ela” (*Anais do Senado do Império do Brasil: Primeira Sessão da Primeira Legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 22 de maio de 1826, p.124; *Regimento Interno para o Senado*. Imprensa Nacional, 1831, p.1-2).

(reiterados) pedido(s) de adiamento para envio do projeto¹⁰⁶¹ a uma ou diversas comissões permanentes e/ou às especiais¹⁰⁶² do Senado para análise e elaboração de parecer(es) a ser(em) submetido(s) à votação em plenário.

Igualmente, em relação aos pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos, apesar de terem sido articulados no âmbito interno da Câmara dos Deputados, sem a consulta e aprovação pelos senadores ou a sanção pelo imperador, todos esses, (in)diretamente com o apoio do monarca, poderiam ter articulado objeções a sua implementação e consolidação como mecanismo de controle dos atos ministeriais. Nesse sentido, verificou-se tanto a relutância inicial dos ministros e secretários de Estado de prestarem as informações e os esclarecimentos solicitados; quanto o projeto de resolução proposto pelo marquês de Baependi, em meados de julho de 1830, no qual se vedava a possibilidade de os membros da Câmara dos Deputados unilateralmente anularem atos dos Poderes Executivo e Judiciário. Sublinhe-se que, caso fosse aprovado, esse projeto de resolução (in)diretamente limitaria a ação dos membros da câmara temporária em relação ao que fazer, no âmbito político-institucional, após as informações e os esclarecimentos serem prestados pelos ministros e secretários de Estado. Contudo, articuladas críticas ao projeto por Vergueiro, Borges e Almeida e Albuquerque, e realizadas três sessões diárias inteiramente dedicadas a sua discussão, o projeto apresentado pelo marquês de Baependi foi rejeitado pela maioria dos senadores presentes em plenário¹⁰⁶³, de modo a possibilitar aos deputados a plena utilização dos

¹⁰⁶¹ Sublinhe-se que durante a segunda discussão do projeto do Regimento Interno do Senado, foram incluídos os seguintes dispositivos (mantida a redação na versão final do Regimento Interno aprovado na sessão do dia 3 de agosto de 1831, em seus artigos 94 e 95): “Toda Proposição em qualquer estado, em que se ache a sua discussão, poderá ser remetida a uma Comissão, se a Câmara assim o resolver depois de ser requerido por um Senador, e apoiado por 8”; e “Os Pareceres das Comissões, e Indicações passarão por 2. discussões, mediando entre a sua leitura e 1.^a discussão pelo menos 3 dias, e da mesma sorte entre a segunda” (*Projeto de Regimento Interno do Senado aprovado para ir à 3^a discussão; Regimento Interno para o Senado*. Imprensa Nacional, 1831, p.26). Ou seja, eram inúmeras as possibilidades de se adiar a discussão de um projeto no Senado, as quais não se limitavam a seu envio a uma ou diversas comissões permanentes e/ou às especiais do Senado para análise e elaboração de parecer(es) a ser(em) submetido(s) a votação em plenário.

¹⁰⁶² De acordo com o projeto de Regimento Interno do Senado, lido pelo então visconde de Caravelas na sessão do dia 22 de maio de 1826, em seus artigos 115. “As Comissões permanentes duram toda a Sessão anual, e não terão menos de 3, nem mais de 7”; e 116. “As Comissões Especiais serão nomeadas para um determinado objeto, findo o que cessa a Comissão. O seu número é variável” – mantida a redação na versão final do Regimento Interno aprovado na sessão do dia 3 de agosto de 1831, em seus artigos 108 e 109 (*Anais do Senado do Império do Brasil: Primeira Sessão da Primeira Legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo primeiro, sessão do dia 22 de maio de 1826, p.128; *Regimento Interno para o Senado*. Imprensa Nacional, 1831, p.29).

¹⁰⁶³ *Anais do Senado do Império do Brasil: Primeira Sessão da Segunda Legislatura – Ano de 1830*. Rio de Janeiro: Senado, 1914, tomo I, sessões dos dias 14, 19, 20 de julho de 1830, p.434-439; 440-446.

mecanismos de controle dos atos ministeriais por eles articulados desde o início da Primeira Legislatura.

Ao se reconstituir o processo de articulação dos mecanismos de controle dos atos ministeriais, constatou-se que, se por um lado, os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos foram articulados e efetivamente aplicados desde o início dos trabalhos legislativos em 1826 – apesar da relutância inicial dos ministros e secretários de Estado de prestarem os esclarecimentos e as informações solicitadas; por outro, a responsabilidade penal dos titulares das diversas pastas ministeriais demandou um maior esforço de parte dos membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa para ter seu projeto de lei regulamentar devidamente aprovado e sancionado pelo imperador. E, provavelmente, no que se refere à tramitação do projeto de lei da responsabilidade no Senado, os senadores se sentiram impelidos a não adiarem a discussão desse projeto de lei regulamentar originário da Câmara dos Deputados, pois, conforme analisado nos dois primeiros capítulos, constituição e responsabilidade eram conceitos que estavam diretamente relacionados entre si nas monarquias constitucionais. De tal forma que – na medida em que não há poder sem responsabilidade e, por princípio de direito público, expressamente proclamado pelo texto da Carta de 1824 em seu artigo 99, a pessoa do imperador era inviolável e não responsável pelos atos praticados no exercício das atribuições que lhe foram constitucionalmente atribuídas –, não regulamentar a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado e dos conselheiros de Estado, prevista em abstrato pelo texto constitucional, era se contrapor à própria existência do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela *Constituição Política do Império do Brasil* ou, conforme proclamava Vasconcelos, de modo a parafrasear Benjamin Constant que vislumbrava na responsabilidade a *condição indispensável de toda monarquia constitucional*¹⁰⁶⁴: *Sem lei de responsabilidade não há constituição*.¹⁰⁶⁵ Ou seja, a regulamentação da responsabilidade era uma obrigação imposta pela Constituição de

De acordo com Justiniano José da Rocha, se esse projeto de resolução tivesse sido aprovado e seguido pelos membros dos Poderes Estatais, ter-se-ia evitado a Revolução de 07 de abril de 1831 (ROCHA, Justiniano José da. *Biografia de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851, p.18).

¹⁰⁶⁴ CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.1.

¹⁰⁶⁵ Trecho do discurso proferido por Vasconcelos na sessão do dia 09 de maio de 1826 em defesa da urgência de se elaborar uma lei da responsabilidade (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo primeiro, sessão do dia 09 de maio de 1826, p.34).

modo a sua ausência implicar no próprio questionamento da existência do texto constitucional. Dessa forma, não apenas os senadores não adiaram a discussão do projeto de lei da responsabilidade originário da Câmara dos Deputados, como também o imperador não pôde se furtar a sua sanção. A dom Pedro I era obrigatório ser um monarca constitucional, não apenas diante dos cidadãos brasileiros, mas também dos portugueses, aos quais outorgara uma Carta constitucional em 1826, antes de abdicar em favor de sua filha dona Maria da Glória – futura dona Maria II. Ou seja, de ambos os lados do Atlântico, o apoio dos liberais lhe era fundamental para manter-se, ou a seus filhos, nos tronos do Império do Brasil e do Reino de Portugal.

Nesta tese, reconstituiu-se não apenas a articulação político-institucional de mecanismos de controle aos atos ministeriais por membros da ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa, como também, o esforço por eles empreendido para os consolidar na prática legislativa, tornando-os de uso corrente no Corpo Legislativo, de modo a obter efeitos políticos efetivos e, dessa forma, contribuir para a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo proclamado pela Carta de 1824. Ao assim proceder, desvelou-se a ampla discussão travada durante a Primeira Legislatura sobre o tema da responsabilidade penal dos ministros e secretários de Estado, dotada de efeitos políticos, o qual se encontrava no cerne dos conceitos de *constituição* e de *governo representativo* partilhados pela doutrina e prática teórico-política em meados da década de 1820, antes das Revoluções ocorridas em ambas as margens do Atlântico no início da década seguinte. Ao serem efetivamente aplicados – os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos, a partir de sua articulação pela Câmara dos Deputados em 1826, e a lei da responsabilidade, desde a formalização de denúncias em face de ministros e secretários de Estado, no início de 1829 –, os mecanismos de controle dos atos ministeriais articulados no decorrer da Primeira Legislatura não apenas conferiram aos membros do Corpo Legislativo a possibilidade de efetivamente estabelecer alguns limites às amplas atribuições conferidas em abstrato ao imperador pelo texto constitucional, e assim tornar seu papel possível e viável, tendo em vista as aspirações dos diversos segmentos econômico-sociais das províncias representados no Corpo Legislativo; como também, auxiliaram na manutenção da unidade territorial do Império do Brasil e da monarquia constitucional proclamadas pela Carta de 1824, e (in)diretamente forneceram as bases para a discussão jurídico-parlamentar travada na década de 1860 sobre o poder pessoal do monarca, na qual o

conceito de responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, em especial pelos atos do Poder Moderador, assumiu o centro do debate, porém com novos contornos político-conceituais e com objetivos e consequências jurídico-institucionais distintas das verificadas na Primeira Legislatura.

Sublinhe-se que não apenas efeitos políticos, propriamente ditos, foram obtidos a partir da formalização de denúncias em face de ministros e secretários de Estado no início da sessão anual legislativa de 1829, seguida pela abertura do processo de responsabilidade em face de Oliveira Álvares; como também, através da argumentação utilizada pelos deputados contrários à aprovação do decreto acusatório, fundada em princípios basilares do direito penal clássico, (in)diretamente foi reiterada a necessidade e urgência de se finalizar as discussões dos projetos de código criminal e, de processo criminal – redigidos de acordo com os princípios criminais e processuais criminais proclamados em diversos parágrafos do artigo 179 da Carta de 1824 –, as quais foram finalizadas, respectivamente, nas sessões anuais legislativas de 1830 e 1832, graças, inclusive, à aceitação pelo Senado da realização de sessões conjuntas, nos termos do artigo 61 do texto constitucional. Assim, quanto mais a Constituição Política do Império do Brasil era regulamentada, mais se consolidava o sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo nela proclamado, na medida em que se possibilitava sua aplicação aos casos concretos. Além do mais, com o amplo debate travado através dos periódicos da Corte, foi ampliado o interesse da população em assistir às discussões legislativas, o que não apenas resultou em galerias sempre lotadas, como também impactou nos relatos feitos pelos periódicos então publicados nas demais províncias do império. Ou seja, com a aplicação da lei da responsabilidade, atingiram-se as finalidades desse instituto, de acordo com o pensamento de Benjamin Constant, na medida em que não apenas ministros e secretários de Estado foram efetivamente afastados, como também se contribuiu para *manter na Nação (...) um sentimento animado da vida política*.¹⁰⁶⁶

Diante desse quadro, não há que se falar em vitória dos deputados contrários à aprovação do decreto acusatório, pois, apesar de terem ganhado essa batalha travada em plenário, com o apoio (in)direto de dom Pedro I, sofreram sucessivas derrotas a partir de então, com o apoio ainda que silencioso da maioria dos membros do Senado: desde a

¹⁰⁶⁶ CONSTANT, Benjamin. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815, p.70-71.

queda de Oliveira Álvares, seguida dos demais titulares de todas as pastas ministeriais, como também o contínuo questionamento não apenas dos atos praticados pelos ex-membros do *ministério clementino*; como também do novo Governo nomeado em dezembro de 1829. A profecia de Holanda Cavalcanti se confirmou e não se limitou a queda de apenas um Governo.

Verificou-se que em relação a apenas um grupo de pessoas, a cautela dos membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa predominou a ponto de lhes tolher qualquer posicionamento mais contundente: refiro-me à apuração da responsabilidade dos conselheiros de Estado – todos membros do Senado –, quer pelos conselhos dados ao imperador, quer no exercício de um cargo ministerial. Em relação a esse grupo, especificamente ao papel por eles desempenhado dentro do Conselho de Estado, a precaução remontava ao momento da própria elaboração da lei que se limitou a reproduzir o texto constitucional. O silêncio em relação aos conselheiros de Estado mantido ao se entregar o projeto de lei da responsabilidade à sanção imperial, permaneceu e continuou durante toda a Primeira Legislatura. Porém, tal postura não implicava na não formulação de críticas aos atos ministeriais e aos presumíveis conselhos por eles dados ao imperador (presumíveis, pois os deputados não tinham acesso nem às atas, nem aos votos dados pelos conselheiros de Estado, mesmo após expressa solicitação enviada pela câmara temporária¹⁰⁶⁷). O que não se ultrapassava era o patamar da crítica geral, sem muitos detalhes e/ou provas das eventuais infrações aos textos legais por eles cometidas, de modo a elaborar uma denúncia concreta diante de um conselheiro-(ex-)ministro-marquês. O único episódio em sentido contrário foi o protagonizado por Vasconcelos no final da sessão anual legislativa de 1827, em relação ao marquês de Baependi, mas logo abandonado pelos deputados que, às vésperas das eleições para a Segunda Legislatura, não queriam ter surpresas desagradáveis tais como a não realização das referidas eleições.

Em relação aos conselheiros de Estado, em qualquer dos cargos que eles porventura exercidos, havia não apenas o temor ante o poder econômico-financeiro por

¹⁰⁶⁷ Nesse sentido, o não atendimento por Clemente Pereira (após consulta realizada no Conselho de Estado), da solicitação de acesso às atas do Conselho de Estado durante o processo de responsabilidade em face de Oliveira Álvares (*Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, quarto ano da primeira legislatura, sessão de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1877, tomo terceiro, sessão do dia 10 de junho de 1829, p.69-70; *Atas do Conselho de Estado*, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, Sessão 29ª de 06 de junho de 1829, p.79-80).

eles detido, ou mesmo ante as relações por eles mantidas diretamente com o trono, mas, sobretudo, o fato de eles terem sido os redatores do projeto de constituição outorgada por dom Pedro I à Nação no dia 25 de março de 1824. Ao se questionar a constitucionalidade de um ato praticado e/ou conselho dado por um redator do texto constitucional, no fundo se questionava a própria gênese do texto constitucional fruto de um Conselho de Estado instituído pelo imperador após a dissolução de uma Assembleia Constituinte. Ao se denunciar um conselheiro de Estado, estar-se-ia denunciando a própria Carta de 1824, de modo a impossibilitar a consolidação do sistema de governo monárquico hereditário constitucional representativo nela proclamado, bem como de suas disposições referentes ao território, à cidadania, aos direitos e liberdades individuais e suas garantias. Era muito risco a correr, por isso a cautela convertida em silêncio.

Nesta tese, narra-se como a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, prevista em abstrato pela Carta de 1824, não apenas foi devidamente regulamentada, como também o esforço despendido por membros de ambas as Câmaras da Assembleia Geral Legislativa decorreu não de uma causalidade, mas de uma estratégia articulada, sobretudo, pelos deputados da oposição desde as primeiras sessões diárias legislativas de 1826. A partir da argumentação por eles articulada no decorrer das discussões legislativas, amplamente fundamentada na doutrina teórico-política dos anos 1820, em especial na obra de Benjamin Constant, e nas experiências legislativo-constitucionais atlânticas, o projeto de lei da responsabilidade originário da Câmara dos Deputados, não apenas foi discutido e aprovado pelos membros do Senado, como sancionado pelo imperador. Além disso, após ser publicada no dia 15 de outubro de 1827, passadas as eleições para a Segunda Legislatura, a lei da responsabilidade foi aplicada a um caso concreto e, a partir de sua aplicação, mesmo com a não aprovação do decreto acusatório em face de Oliveira Álvares, foram obtidos efeitos políticos concretos, tanto imediatos quanto no decorrer das demais Legislaturas. Não há que se falar, portanto, que a lei da responsabilidade, apesar de aprovada, *em desuso caiu*¹⁰⁶⁸,

¹⁰⁶⁸ BROSSARD de Souza Pinto, Paulo. *O impeachment*. Porto Alegre: Globo, 1965 (1ª tiragem: 1964), p.43. Apesar de esse texto datar da década de 1960, no que se refere a sua interpretação sobre a responsabilidade durante o período imperial, em grande parte tributária dos debates travados sobre o tema na década de 1860, há um consenso na historiografia até os dias de hoje. Porém, paulatinamente, questionamentos a essa interpretação tem surgido em obras recentes não dedicadas especificamente ao tema da responsabilidade dos ministros e secretários de Estado durante o Primeiro Reinado.

pois a possibilidade de ser aplicada inibia em grande parte a prática de atos que pudessem infringir os textos legais.¹⁰⁶⁹

Por fim, sublinhe-se que as conquistas político-institucionais obtidas pelos membros da Assembleia Geral Legislativa, durante a Primeira Legislatura, dentre as quais a consolidação de mecanismos de controle dos atos do Governo tais como os pedidos de informações e solicitações de esclarecimentos e a responsabilidade penal com efeitos políticos dos ministros e secretários de Estado, não apenas foram preservadas durante todo o período imperial, como também foram mantidas após a Proclamação da República e, na contemporaneidade, necessitam de expressa previsão no texto constitucional, de tal modo que foram reiteradas na *Constituição da República Federativa do Brasil* de 05 de outubro de 1988 em seus artigos 50 e 85. Ou seja, conforme ressaltado, décadas depois, pelo marquês de São Vicente em relação a essas conquistas obtidas nas primeiras sessões anuais legislativas, em especial com a regulamentação da responsabilidade na Primeira Legislatura: *Esta lei é uma das conquistas gloriosas do poder Legislativo brasileiro nos tempos em que ele exercia todas as suas atribuições e era circundado de grande força moral.*¹⁰⁷⁰

¹⁰⁶⁹ Nesse sentido, sobre o papel desempenhado pela existência da lei da responsabilidade, independentemente de ser efetivamente aplicada, ver Tâmis Parron, ao tratar da mudança de atitude de Vasconcelos em relação à defesa explícita do contrabando de escravos, mesmo após a publicação da lei de 07 de novembro de 1831. De acordo com o autor: “elevado a uma posição central no governo, Vasconcelos baixou o tom encomiástico do contrabando, passando a estimulá-lo apenas por medidas administrativas. A mudança de atitude não admira, pois um ministro pregador da violação de uma norma do Estado podia ser enquadrado na lei da responsabilidade” (PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (dissertação de Mestrado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2009), p.149).

¹⁰⁷⁰ SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.343.

ANEXO 1 – CRONOLOGIA

1826

1º de janeiro – a declaração formal de guerra do Governo brasileiro em face da República das Províncias Unidas do Rio da Prata (datada do dia 10 de dezembro de 18250, assinada pelo visconde de Santo Amaro, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, foi aceita pelo Governo platino.

21 de janeiro – nomeação de novos ministros e secretários de Estado: Antônio Luíz Pereira da Cunha (então visconde de Inhambupe), José Joaquim Carneiro de Campos (então visconde de Caravelas), Manoel Jacinto Nogueira da Gama (então conde de Baependi), respectivamente, para as Secretarias de Estado dos Negócios dos Estrangeiros, da Justiça e da Fazenda. Foram mantidos os titulares das pastas dos Negócios do Império (José Feliciano Fernandes Pinheiro, nomeado para o cargo no dia 21 de novembro de 1825, substituído interinamente pelo barão de Lajes – de 20 a 13 de janeiro de 1826; e pelo visconde de Caravelas – de 23 de janeiro a março e de 13 de novembro de 1826 a 14 de janeiro de 1827), da Guerra (José Vieira de Carvalho, então barão de Lajes, nomeado para o cargo no dia 03 de agosto de 1824) e da Marinha (Francisco Vilela Barbosa, então visconde de Paranaguá, nomeado para o cargo no dia 17 de novembro de 1823).

22 de janeiro – decreto de nomeação dos senadores a partir das listas tríplices enviadas pelas províncias.

10 de março – dom João VI falece e deixa dom Pedro, seu primogênito, como sucessor ao trono português – assume a regência dona Isabel Maria.

29 de abril a 05 de maio – sessões preparatórias da Primeira Legislatura da Assembleia Geral Legislativa

06 de maio – sessão imperial de abertura da Primeira Legislatura da Assembleia Geral Legislativa, no Paço do Senado (instalado na antiga residência do conde dos Arcos).

09 de maio – criação da comissão de leis regulamentares na Câmara dos Deputados, composta pelos deputados Vergueiro, Vasconcelos, Costa Aguiar, Almeida e Albuquerque e Lino Coutinho.

29 e 30 de maio – apresentação de dois projetos de lei da responsabilidade um de caráter geral – para todos os empregados públicos, neles compreendidos os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado – elaborado por Vasconcelos, Vergueiro e Costa Aguiar, com restrições; e, outro particular – para os ministros e secretários de Estado e os conselheiros de Estado – elaborado por Almeida e Albuquerque, Lino Coutinho, e Costa Aguiar – com restrições. Início da 1ª discussão: sobre qual projeto discutir em 2ª discussão.

30 de maio e 16 de junho – projeto de lei da responsabilidade: discussão sobre qual projeto de lei discutir em 2ª discussão: se o geral ou o particular.

17 de junho – projeto de lei da responsabilidade: teve início a 2ª discussão na Câmara dos Deputados (a qual se prolongou até o dia 28 de junho¹⁰⁷¹).

10 de julho – projeto de lei da responsabilidade: teve início a 3ª discussão na Câmara dos Deputados (a qual se prolongou até o dia 21 de julho¹⁰⁷²).

05 de agosto – projeto de lei da responsabilidade, leitura no Senado do projeto de lei originário da Câmara dos Deputados.

12 de agosto – projeto de lei da responsabilidade, impresso o projeto de lei originário da Câmara dos Deputados, teve início a 2ª discussão no Senado (a qual se prolongou até o dia 30 de maio de 1827¹⁰⁷³).

¹⁰⁷¹ *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo segundo, sessões dos dias 17, 20, 21, 22, 23, 26, 27 e 28 de junho de 1826, p.184-186; 212-227; 231-247; 258-262; 269-280; 286-296; 300-313; 317-327.

¹⁰⁷² *Anais do Parlamento Brasileiro: câmara dos srs. deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, tomo terceiro, sessões dos dias 10, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21 e 29 de julho de 1826, p.105-107; 152-158; 162-172; 177-188; 197-203; 207-222; 246-249; 262; 366-368.

¹⁰⁷³ *Anais do Senado do Império do Brasil: Primeira Sessão da Primeira Legislatura – ano de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, tomo quarto, sessões dos dias 12, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 28 e 30 de agosto, 01, 02, 04 e 05 de setembro de 1826, p.60-63; 68-70; 73-79; 80-83; 88- 94; 95-100; 101-104; 108-111; 111-115; 137-144; 146; 169-171; 180-181; 183-188; 194-196; *Anais do Senado do Império do Brasil: Segunda Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1827*. Rio de Janeiro: Senado, 1910-1912,

05 de setembro – sessão imperial de encerramento dos trabalhos legislativos de 1826 no Paço do Senado.

12 de setembro – o então visconde de Barbacena foi nomeado general em chefe do Exército no sul do Império.

1827

21 de janeiro – nomeação de novos ministros e secretários de Estado: João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz – titular da pasta dos Negócios Estrangeiros e interino, da Fazenda), Clemente Ferreira França (marquês de Nazaré – titular da pasta dos Negócios da Justiça, falecido no dia 11 de março substituído interinamente pelo titular da pasta dos Negócios do Império, até a nomeação do novo titular no dia 18 de maio, Estevão Ribeiro de Rezende, então conde de Valença), Dom Francisco Afonso Maurício de Souza Coutinho (marquês de Maceió – titular da pasta dos Negócios da Marinha). Foram mantidos os titulares das Secretarias de Estado dos Negócios do Império (visconde com grandeza de São Leopoldo, nomeado para o cargo no dia 21 de novembro de 1825) e da Guerra (José Vieira de Carvalho, então conde de Lajes, nomeado para o cargo no dia 03 de agosto de 1824).

03 de maio – sessão imperial de abertura Assembleia Geral Legislativa – Segundo Ano da Primeira Legislatura, no Paço do Senado.

14 de maio – apresentação do *Balanço Geral e Orçamento* pelo marquês de Queluz (primo do marquês de Barbacena), ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Fazenda.

30 de maio – projeto de lei da responsabilidade, fim da 2ª discussão no Senado.

20 de junho – projeto de lei da responsabilidade, teve início a 3ª discussão no Senado (a qual se prolongou até o dia 13 de agosto¹⁰⁷⁴).

tomo primeiro, sessões dos dias 07, 08, 12, 17, 28, 29 e 30 de maio de 1827, p. 21; 22-24; 61-62; 106-107; 167-172; 173-178; 178-185

¹⁰⁷⁴ *Anais do Senado do Império do Brasil: Segunda Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1827*. Rio de Janeiro: Senado, 1910-1912, tomo primeiro, sessões dos dias 20, 21, 25, 26, 27 e 28 de junho, 03, 04, 06, 07, 08, 10, 11, 13 e 14 de julho de 1827, p.294-296; 298-302; 306-311; 312-319; 319-324; 325-330; 339-343; 346-350; 353-356; 368-370; 374-377; 380-386; 388-396; 405-412; 426-434; 435-442; *Anais do*

13 de agosto – projeto de lei da responsabilidade, fim da 2ª discussão no Senado.

29 de setembro – denúncia do marquês de Baependi, ex-ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, por Vasconcelos, fundamentado no texto constitucional e na futura lei da responsabilidade a ser sancionada pelo imperador. A discussão entre o marquês de Baependi e Vasconcelos, através do *Diário Fluminense*, durou de 16 de novembro (dia em que se realizou a sessão imperial de encerramento dos trabalhos legislativos de 1827) a 22 de dezembro. Contudo, esta *acusação* apenas seria retomada em setembro de 1831, ocasião em que não foi aprovada em plenário a formalização da denúncia em face desse ex-ministro-marquês.

14 de novembro – publicação da lei do Orçamento do Tesouro Público na Corte e na província do Rio de Janeiro.

16 de novembro – sessão imperial de encerramento dos trabalhos legislativos de 1827 no Paço do Senado.

20 de novembro – nomeação de novos ministros e secretários de Estado: três deputados – Pedro de Araújo Lima (Império), Miguel Calmon du Pin e Almeida (Fazenda), Lúcio Soares Teixeira de Gouveia (Justiça) –, dois senadores – marquês de Aracati (Estrangeiros) e Bento Barroso Pereira (Guerra) – e Diogo Jorge de Brito (Marinha).

1828

17 e 18 de fevereiro – decretos de extinção das comissões militares criadas na província Cisplatina para julgar os desertores tanto das tropas terrestres (criada pelo decreto de 19 de maio de 1825) quanto da Armada e de paisanos envolvidos na *revolução da Província Cisplatina* (ambas criadas por decretos de 20 de maio de 1825).

03 de maio – sessão imperial de abertura Assembleia Geral Legislativa – Terceiro Ano da Primeira Legislatura, no Paço do Senado.

05 de maio – apresentação e análise do diploma de reeleição de Teixeira de Gouveia, pela província de Minas Gerais, para a Câmara dos Deputados.

Senado do Império do Brasil: Segunda Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1827. Rio de Janeiro: Senado, 1910-1912, tomo segundo, sessões dos dias 16, 17 e 27 de julho, 07 e 13 de agosto de 1827, p.3-9; 69-70; 130; 168-170; 171-175, 182.

10 de maio – chegada ao Rio de Janeiro das notícias sobre o Reino de Portugal – com a dissolução da Câmara dos Deputados portuguesa por dom Miguel no dia 13 de março e as intenções deste de se proclamar monarca absoluto.

03 de junho – decreto de convocação da Segunda Legislatura e realização das eleições para o preenchimento das cento e duas cadeiras da Câmara dos Deputados (nesse momento, a província da Cisplatina ainda integrava o território do Império do Brasil).

09 a 12 de junho – Revolta dos Batalhões Estrangeiros no Rio de Janeiro.

15 de junho – demissão do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (Bento Barroso Pereira) e aceitação do pedido de demissão apresentado pelos ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império (Pedro de Araújo Lima), da Fazenda (Miguel Calmon du Pin e Almeida), da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia) e da Marinha (Diogo Jorge de Brito). Foram nomeados José Clemente Pereira, Francisco Cordeiro da Silva Torres e Miguel de Souza de Melo Alvim, respectivamente, para as Secretarias de Estado dos Negócios do Império (e interino da Justiça e da Fazenda), da Guerra e da Marinha. Na pasta dos Negócios da Fazenda, o titular José Bernardino Batista Pereira foi nomeado no dia 18 de junho. Na pasta dos Negócios da Guerra, no dia 24 de junho houve nova mudança, e assumiu o cargo Joaquim de Oliveira Álvares.

25 de junho – apresentação e análise dos diplomas de reeleição de Araújo Lima e de Calmon, respectivamente, pelas províncias de Pernambuco e da Bahia para a Câmara dos Deputados.

04 de julho – prisão de Martim Francisco e de Antônio Carlos na ilha das Cobras, logo depois de desembarcarem no Rio de Janeiro, vindos do exílio decretado por dom Pedro em novembro de 1823.

30 de agosto – ratificação da Convenção Preliminar de Paz entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio de Prata, sem prévia consulta à Assembleia Geral Legislativa.

09 e 10 de setembro – apresentação e análise do diploma de reeleição de José Clemente Pereira, pela província do Rio de Janeiro, para a Câmara dos Deputados.

20 de setembro – sessão imperial de encerramento dos trabalhos legislativos de 1828 no Paço do Senado.

22 de setembro – carta imperial de nomeação do deputado Tomás Xavier Garcia de Almeida para a presidência da província de Pernambuco, em substituição ao senador José Carlos Mayrink da Silva Ferrão (presidente provincial desde maio de 1825 e senador pela mesma província desde 1826) – posse em 15 de dezembro de 1828.

25 de setembro – retorno de Calmon du Pin para a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Batista Pereira é nomeado titular da pasta dos Negócios da Justiça.

08 de outubro – publicação da lei do Orçamento para o Tesouro Público na Corte e na província do Rio de Janeiro, pela qual se estabeleceu o ano financeiro de 1º de julho de um ano a 31 de junho do seguinte.

22 de novembro – demissão de Batista Pereira e retorno de Teixeira de Gouveia para a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

1829

01 de fevereiro – *Rebelião dos Afogados* – província de Pernambuco, no dia da realização das eleições para a Segunda Legislatura para as Câmaras Municipais e para os Juizados de Paz. A notícia desses acontecimentos chegaram no Rio de Janeiro no dia 24 de fevereiro.

09 de fevereiro – decreto de convocação extraordinária da Assembleia Geral Legislativa, *por assim pedir o bem do Império*.

27 de fevereiro – *Rebelião dos Afogados* – expedição de três decretos para conter o movimento: pelo primeiro se suspendiam provisoriamente as formalidades constitucionais que garantem a liberdade individual, pelo segundo se criava uma comissão militar para processar verbal e sumariamente os *cabeças da rebelião de facciosos* ocorrida no início de fevereiro daquele ano e pelo terceiro, determinava-se a imediata execução das sentenças nela proferidas.

02 de abril – sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa Extraordinária. As reuniões preparatórias ocorreram a partir do dia 28 de março.

03 de abril – Holanda Cavalcanti (com o apoio expresso de Custódio Dias) apresenta o tema dos decretos de 27 de fevereiro à discussão pela Câmara dos Deputados. A questão da possibilidade de se analisar esse tema em uma sessão extraordinária, foi enviada para análise pela comissão de constituição.

09 e 10 de abril – leitura e discussão do parecer da comissão de constituição favorável à análise conjunta da questão pelas comissões de constituição da Câmara dos Deputados e do Senado. Aprovação do adiamento da discussão da matéria até o início da sessão ordinária.

27 de abril – revogação dos decretos que suspenderam formalidades constitucionais que garantem a liberdade individual e criaram comissão militar criada para julgar os *cabeças* da *Rebelião dos Afogados*, ocorrida na província de Pernambuco. Porém, os deputados apenas souberam da revogação dos decretos de 27 de fevereiro através dos relatórios ministeriais apresentados na sessão legislativa do dia 06 de maio.

03 de maio – sessão imperial de abertura Assembleia Geral Legislativa – Quarto Ano da Primeira Legislatura, no Paço do Senado.

04 e 05 de maio – apresentação e análise do diploma de reeleição de Teixeira de Gouveia para a Câmara dos Deputados.

06 de maio – leitura dos relatórios de Teixeira de Gouveia e de Oliveira Álvares, respectivamente, ministros e secretários de Estado dos Negócios da Justiça e da Guerra, sobre os acontecimentos ocorridos na província de Pernambuco e as medidas adotadas pelo Governo em relação aos mesmos. Envio dos relatórios para análise pela comissão de constituição (Maia, Cunha Matos, Almeida Torres), cujo parecer foi apresentado na sessão do dia 29 de maio.

29 de maio – leitura do relatório da comissão de constituição no qual Teixeira de Gouveia foi *absolvido*, na medida em que o decreto por ele expedido foi considerado conforme o texto constitucional, porém, em relação a Oliveira Álvares, em virtude da criação de uma comissão militar na província de Pernambuco, foi formalizada a denúncia nos termos da lei da responsabilidade. Para a análise da denúncia formulada em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, foram escolhidos

para integrarem a comissão especial criada nos termos da lei da responsabilidade, em seu artigo 10, primeira parte: Vasconcelos, Galvão e Lino Coutinho.

02 de junho – leitura do parecer da comissão especial sobre a denúncia formulada em face de Oliveira Álvares, favorável à continuação do processo.

05 de junho – discussão e aprovação do parecer apresentado pela comissão especial. O início da contagem do prazo de oito dias para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra apresentar sua defesa ocorreu no dia 11, quando foi formalmente notificado.

10 a 12 de junho – discussão do parecer da comissão de constituição sobre a *absolvição* de Teixeira de Gouveia. Aprovação do parecer por 41 votos a 29.

20 de junho – leitura da defesa de Oliveira Álvares no plenário da Câmara dos Deputados (um dia após o término do prazo).

22 de junho – Escolha dos membros da comissão especial para reexame da denúncia em face de Oliveira Álvares a partir da resposta dada pelo denunciado: Araújo Bastos, Cruz Ferreira e Medeiro Gomes.

01 de julho – leitura do parecer da comissão especial para reexame da denúncia em face de Oliveira Álvares a partir da resposta dada pelo denunciado e do voto em separado proferido por Cruz Ferreira, ambos contrários à acusação do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra no Senado.

13 e 14 de julho – Primeira discussão do parecer da comissão especial sobre a resposta do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra – Joaquim de Oliveira Álvares.

15 a 18 de julho – Segunda discussão do parecer da comissão especial sobre a resposta do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra – Joaquim de Oliveira Álvares. Ver no Anexo 3 a relação dos deputados que votaram a favor e contra a aprovação do decreto acusatório a ser apresentado no Senado.

25 de julho – retorno de José Bonifácio ao Rio de Janeiro, após cinco anos e oito meses de exílio (desde 20 de novembro de 1823).

04 de agosto – (pedido de) demissão de Joaquim de Oliveira Álvares do cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Assumiu interinamente o titular da pasta dos Negócios do Império, José Clemente Pereira.

27 de agosto – Vasconcelos obtém a aprovação de seu requerimento referente à solicitação de prorrogação da sessão anual legislativa a ser apresentado ao imperador.

3 de setembro – sessão imperial de encerramento dos trabalhos legislativos de 1829 na Câmara dos Deputados – de acordo com o previsto pelo texto constitucional, sem a prorrogação pleiteada pelos deputados.

16 de outubro – retorno do marquês de Barbacena de sua missão na Europa, juntamente com dona Maria II (filha de dom Pedro I e rainha de Portugal), a nova imperatriz dona Amélia de Leuchtenberg e seu irmão príncipe Augusto.

31 de outubro – publicação do decreto (com a referenda de Teixeira de Gouveia, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça) de suspensão por seis meses, se necessário for, de algumas das formalidades constitucionais que garantem a liberdade individual, dentre as quais a liberdade de expressão, na província do Ceará.

04 de dezembro – nomeação de novos ministros e secretários de Estado: os marqueses de Caravelas, de Barbacena e de Paranaguá, o conde do Rio Pardo, o visconde de Alcântara e Miguel Calmon du Pin e Almeida, respectivamente, para as Secretarias de Estado dos Negócios do Império, Fazenda, Marinha, Guerra, Justiça e Estrangeiros.

ANEXO 2 – Conselheiros de Estado nas Secretarias de Estado (1822-1829)

Ministros	n/m	F/a	Secretaria de Estado
marquês de Inhambupe Antônio Luíz Pereira da Cunha # ^{V M} Senador (Pernambuco)	1760 1837	Leis 1786	20.01.1826 – 15.01.1827 – Estrangeiros 20 e 21.01.1826 – Fazenda (interino)
marquês de Baependi Manoel Jacinto Nogueira da Gama # ^{V C M} Senador (Minas Gerais)	1765 1847	Fil. 1789 Mat. 1790	17.07 – 10.11.1823 – Fazenda 21.01.1826 – 16.01.1827 – Fazenda
marquês de Santo Amaro José Egídio Álvares de Almeida # ^{B V M} Senador (Rio de Janeiro)	1767 1832	Leis 1788	21.11.1825 – 20.01.1826 – Estrangeiros
marquês de Caravelas José Joaquim Carneiro de Campos # ^{V M} Senador (Bahia)	1768 1836	Dir. 1797	17.07 – 10.11.1823 – Império e Estrangeiros 23.01 – 03 / 13.11.1826 – 14.01.1827 – Império 21.01.1826 – 15.01.1827 – Justiça 04.12.1829 – 12.08.1830 – Império
marquês de Paranaguá Francisco Vilela Barbosa # ^{V M} Senador (Rio de Janeiro)	1769 1846	Mat. 1796	14 a 19.11.1823 – Guerra (interino) 19/11/1823 - 20/11/1827 – Marinha 26.07 – 03.08.1824 – Guerra (interino) 10 a 14.11.1824 – Império (interino) 04.12.1829 – 19.03.1831 - Marinha
marquês de Queluz João Severiano Maciel da Costa # ^{V M} Senador (Paraíba)	1769 1833	Cân. 1792	17.11.1823 – 14.10.1824 – Império 15.01 – 20.11.1827 – Estrangeiros e Fazenda (interino)
marquês de Maricá Mariano José Pereira da Fonseca # ^{V M} Senador (Rio de Janeiro)	1773 1848	Fil. 1792	13.11.1823 – 21.11.1825 – Fazenda
marquês de Nazaré Clemente Ferreira França # ^{V M} Senador (Bahia)	1774 1827	Dir. 1797	10.11.1823 – 21.11.1825 – Justiça 15.01 – 11.03.1827 – Justiça
visconde de São Leopoldo José Feliciano Fernandes Pinheiro ^W Senador (São Paulo)	1774 1847	Cân. 1797	03 – 13.11.1826 – Império 15.01 – 20.11.1827 – Império 11.03 – 18.05.1827 – Justiça (interino)
marquês de Sabará João Gomes da Silveira Mendonça # ^{V M} Senador (Minas Gerais)	1781 1827	Mil.	19.11.1823 – 26.07.1824 – Guerra
conde de Lajes José Vieira de Carvalho ^{b c}	1781 1847	Mil.	28.10.1822 – 10.11.1823 – Guerra 03.08.1824 – 21.11.1827 – Guerra 20 a 23.01.1823 – Império (interino)

Legenda

integrou o Conselho de Estado criado, após a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, para a redação de um projeto de constituição.

^B Barão (Portugal) em 06.02.1818

^b Barão com grandeza em 12.10.1825

^V Visconde com grandeza em 12.10.1824

^W Visconde em 12.10.1826

^C Conde em 02.12.1825

^c Conde em 12.10.1826

^M Marquês em 12.10.1826

n/m – ano de nascimento / ano de falecimento

F/a – Formação / ano

Cân. – cânones

Dir. – direito

Fil. – filosofia

Mat. – matemáticas

Mil. – militar

ANEXO 3 – Votação do decreto acusatório em face do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra – Joaquim de Oliveira Álvares.

Votaram a favor da acusação – 32 votos	Votaram contra a acusação – 39 votos
Assis Barbosa * Avelino Barbosa Barbosa * Bráulio Muniz * Castro Silva # * (15 de julho) Costa Carvalho * Costa Vilar * Custódio Dias # * (17 de julho) Custódio José * Duarte Silva Feijó #*(07, 16 e 18 de julho) Ferreira de Melo * (17 de julho) Ferreira França # (18 de julho) Gomes da Fonseca* Holanda Cavalcanti # * (17 e 18 de julho) Limpo de Abreu * (06, 15 e 18 de julho) Lino Coutinho # * (06, 16 e 18 de julho) Luíz Cavalcanti * Machado Marcelino de Brito * Moura Nunes Pires Odorico # (06, 15 e 17 de julho) Ornelas Pacheco Paula Albuquerque Paula Cavalcanti # * (07 e 18 de julho) Salgado * Soares da Rocha Souza França # (07 e 16 de julho) Vasconcelos # * (06, 17 e 18 de julho) Xavier de Carvalho # * (06 e 16 de julho)	Albuquerque Arcebispo da Bahia × (16 de julho) Augusto da Silva Barros Leite Basto[s] × (06 e 16 de julho) Bispo do Maranhão × (17 de julho) Borja Pereira Brício Calmon × (17 de julho) Cardoso Castro Viana Chagas Clemente Pereira × (16 de julho) Costa Silva Cruz Ferreira × (07, 15 e 17 de julho) Cunha Barbosa Cunha Matos × (15 de julho) Ledo × (16 de julho) Leitão Lopes Mendes Malaquias Marques de Sampaio Medeiro Gomes Mendes Ribeiro Miranda Ribeiro × (18 de julho) Monsenhor Vidigal Monteiro de Barros Nabuco Pinto de Almeida Pinto Lago Plácido Martins Queiroz Carreira Reinau Rezende Costa Rocha Franco Silva Guimarães Souza Melo × (15 de julho) Teixeira de Gouveia × (18 de julho) Teles da Silva
Não compareceram: May # (07 e 15 de julho), Maia, Galvão, Pizarro, Costa Aguiar # (07 de julho), Almeida Torres, Lopes Gama, Serpa Brandão, Batista Pereira Se retiraram da sala – não votaram: Dormund # (18 de julho), Xavier Ferreira, Deus Silva	

Legenda

discursaram a favor da acusação
(...) dias que proferiram seus discursos
* Justificaram o voto

× discursaram contra a acusação
(...) dias que proferiram seus discursos

FONTES

A Aurora Fluminense, Jornal Político e Literário. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, dezembro de 1827 à dezembro de 1835. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/aurora-fluminense/706795>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

Abelha Pernambucana. Recife: Tipografia Fidedigna, de abril de 1829 a agosto de 1831. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/abelha-pernambucana/812919>. Acesso em 19 de julho de 2016.

Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874-1875, quatro tomos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Segundo Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1827. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto & C.^a, 1875, cinco tomos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acesso em 18 de julho de 2016.

Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1828. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876, quatro tomos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acesso em 18 de julho de 2016.

Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Quarto Ano da Primeira Legislatura, Sessão de 1829. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1877, cinco tomos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acesso em 18 de julho de 2016.

Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro Ano da Segunda Legislatura, Sessão de 1830. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1878, dois tomos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acesso em 18 de julho de 2016.

Anais do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão da Primeira Legislatura – ano de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, quatro tomos. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Anais do Senado do Império do Brasil. Segunda Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1827. Rio de Janeiro: Senado, 1910-1912, três tomos. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Anais do Senado do Império do Brasil. Terceira Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1828. Rio de Janeiro: Senado, 1913, dois tomos. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Anais do Senado do Império do Brasil. Quarta Sessão da Primeira Legislatura – Ano de 1829. Rio de Janeiro: Senado, 1914, dois tomos. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Anais do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão da Segunda Legislatura – Ano de 1830. Rio de Janeiro: Senado, 1914, três tomos. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Astréa. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, Tipografia do Diário, Tipografia de Torres, Tipografia da Astrea, junho de 1826 a agosto de 1832. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=749700>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

Atas do Conselho de Estado, volume II: Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

Bill of Rights – An Act declareing the Rights and Liberties of the Subject and Setleing the Succession of the Crown (1688), 1 William & Mary Sess 2 c 2. Disponível em:

<http://www.legislation.gov.uk/aep/WillandMarSess2/1/2/introduction>. Acesso em: 17 de abril de 2016.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino, aulico, anatomico, architectonico* (...). Coimbra: 1712 – 1728.

_____. *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1829.

BROTERO, José Maria Avellar. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829.

Carta Constitucional para o Reino de Portugal, Algarves e seus Domínios (29 de abril de 1826). Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/>. Acesso em 18 de julho de 2016.

CHATEAUBRIAND, François-René, vicomte de. *De la monarchie selon la Charte*. Paris : Imprimerie de Le Normant, 1816.

_____. *De l'Ancien Régime au Nouveau Monde – Écrits politiques* (textes choisis, présentés et annotés par Jean-Paul Clément). Paris : Hachette, 1987.

Coleção das Decisões do Governo do Brasil de 1821. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil (1822-1830). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876-1887. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Coleção das Leis do Império do Brasil (1821-1824). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886-1889, duas partes. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Coleção das Leis do Império do Brasil (1826-1830). Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876-1880, Parte Primeira – Atos do Poder Legislativo, Parte Segunda – Atos

do Poder Executivo. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Paris : Gallimard, 1997.

_____. *De la Responsabilité des Ministres*. Paris: H. Nicolle, 1815. Disponível em : <http://www.droitpolitique.com/spip.php?rubrique36>. Acesso em 19 de fevereiro de 2016.

Constituição do Estado de Massachusetts (Constitution of the Commonwealth of Massachusetts, 1780). Disponível em: <https://malegislature.gov/Laws/Constitution>. Acesso em: 21 de abril de 2016.

Constituição dos Estados Unidos (1787). Disponível em: http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm. Acesso em 18 de abril de 2016.

Constituição Política da Nação Portuguesa (1822). Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/>. Acesso em 18 de julho de 2016.

Constituição Política do Império do Brasil, outorgada por d. Pedro I no dia 25 de março de 1824 – disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 18 de julho de 2016.

Constitutions de la France. Constitution de 1791 (3 e 4 de setembro de 1791), *Constitution de l'An I* (Primeira República, 24 de junho de 1793), *do Ano III* (Diretório, 22 de agosto de 1795), *do Ano VIII* (Consulado, 13 de dezembro de 1799), *Constitution de l'An X* (consulado, 04 de agosto de 1802), *Constitution de l'An XII* (18 de maio de 1804); *Chartes Constitutionnelles de 1814* (Primeira Restauração, 04 de junho de 1814) e *de 1830* (Monarquia de Julho, 14 de agosto de 1830); *Acte Additionnel aux Constitutions de l'Empire* (Cem Dias, 23 de abril de 1815). Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la->

constitution/les-constitutions-de-la-france/les-constitutions-de-la-france.5080.html.

Acesso em: 18 de julho de 2016.

Correspondência com o barão de Mareschall. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, números 335, p. 147-168, abr./jun. 1982; 336, p. 213-237, jul./set. 1982; 337, p. 211-232, out./dez. 1982; 340, p. 155-160, jul./set. 1983; 341, p. 155-157, out./dez. 1983; 342, p. 255-26265, jan./mar. 1984; 343, p. 251-268, abr./jun. 1984; 344, p. 229-258, jul./set. 1984; 345, p. 153-172, out./dez. 1984; 346, p. 229-254, jan./mar. 1985; 347, p. 199-217, abr./jun. 1985; 348, p. 257-273, jul./set. 1985; 349, p. 153-175, out./dez. 1985.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos 9 – 1824-1833*. Recife: Fundarpe, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984 (Fac-símile da 1ª edição de 1965 do Arquivo Público Estadual).

DAUNOU, Pierre Claude François. *Essai sur les garanties individuelles que réclame l'état actuel de la société*. Paris : Chez Foulon, 1819.

Declaration what Offences shall be adjudged Treason, 25 Edw 3 St 5 c 2 (Estatuto de 1352). Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/aep/Edw3Stat5/25/2>. Acesso em: 17 de abril de 2016.

Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil – 1823. Edição fac-similar. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 6, 2003, três tomos. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em 18 de julho de 2016.

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (de 24 de janeiro de 1821 a 04 de novembro de 1822). Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>. Acesso em 18 de julho de 2016.

Diário de Pernambuco. Recife: Tipografia do Diário, a partir de novembro de 1825.

Diário Fluminense. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824-1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=706744>. Acesso em 19 de julho de 2016.

Documentos Históricos – Revolução de 1817. Volume CVII, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1955.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Brasília: Editora da UnB, 1984. O texto em inglês integral de *O Federalista* está disponível em: <https://www.congress.gov/resources/display/content/The+Federalist+Papers>. Acesso em 20 de abril de 2016.

LANJUINAIS, Jean-Denis. *Constitutions de la nation française*. Paris: Dondey-Dupré Père et Fils, 1832 (1ª edição:1819).

LEOPOLDINA, D. *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o governo. Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (1ª edição em inglês: 1698).

LOLME, Jean-Louis De. *Constitution de l'Angleterre*. Amsterdam: Chez E. Van Harrevelt, 1774. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

NABUCO ARAÚJO, Conselheiro José Paulo de Figueirôa. *Legislação Brasileira, ou Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brazil desde 1808 até 1831 inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas, coligidas pelo*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., sete tomos, 1838-1844 (tomo primeiro, 1837 [1808-1811]; tomo segundo [1812-1818], 1837; terceiro tomo [1819-1822], 1837; tomo quarto [1823-1824], 1838; tomo quinto [1825-1826], 1838; tomo sexto [1827-1828], 1841; tomo sétimo [1829-1831], 1844).

PAGÈS, Jean-Pierre. *Principes généraux du Droit Politique dans leur rapport avec l'esprit de l'Europe et avec la monarchie constitutionnelle*. Paris : Chez Bechet, 1817.

Plano da Virgínia (1787). Disponível em: <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=7&page=transcript>. Acesso em 18 de abril de 2016.

Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832.

Regimento Interno para o Senado. Imprensa Nacional, 1831

SIERRA Y MARISCAL, Francisco de. *Ideias Gerais sobre a Revolução do Brasil e suas Consequências*. Lisboa, 10 de novembro de 1823.

SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, s/d.

The Founders' Constitution, sob a supervisão Philip B. Kurland e Ralph Lerner. Disponível em: <http://press-pubs.uchicago.edu/founders/tocs/toc.html>. Acesso em: 19 de abril de 2016.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos senhores eleitores de Minas Gerais, 1827-1828. In: _____. *Bernardo Pereira de Vasconcelos* (organização e introdução de José Murilo de Carvalho). São Paulo: Ed.34, 1999, p.58-191.

VITROLLES, E.F.d'Arnauld, barão de. *Du ministère dans le gouvernement représentatif*. Paris: Dentu, 1815.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1985 (1ª edição em inglês: 1830).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, dois tomos.

_____. *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*. Pernambuco: Tipografia de M.F.de Faria, 1845.

AGUIAR, Antônio Augusto de. *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

ALENCAR, José; MELLO, F.I. Marcondes Homem de. Assembleia Constituinte de 1823. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, LXIV, parte I, Rio de Janeiro, 1901, p. 211-251.

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993 (a partir de tese de doutoramento apresentada na Universidade Nova de Lisboa em 1988 e defendida em 1989).

ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira de. *Escravos, súditos e homens: a noção de consentimento na polêmica Locke-Filmer*. 2006, 142f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Senac; Brasília: Funag, 2004 (1ª edição: 2001).

ALVES, Débora Bendocchi. Ernst Hasenclever em Gongo-Soco: exploração inglesa nas minas de ouro em Minas Gerais no século XIX. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, janeiro-março 2014, vol. 21 (nº 1), p. 281-298.

_____. Uma região mineradora. Minas Gerais, Brasil, segunda metade do século XIX. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Colóquios, 2015 (10 de março de 2015). Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/67741?lang=en>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

ALVES, João Victor Caetano. *O Conselho de Estado e o Princípio da Divisão de Poderes (1828 – 1834)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado em História e Cultura, 2008.

_____. *Ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827 – 1829)*. Franca: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em História e Cultura Política, 2013.

AMBROSINI, Diogo Rafael. *Do poder moderador: uma análise da organização do poder na construção do estado imperial brasileiro*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (1ª edição em inglês: 1983). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANINNO, Antonio. Imperio, constitución y diversidad en la América Hispana. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2008 (17 mai 2008). Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/33052>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

ARARIPE, José Caminha de Alencar. Jardim, evocações históricas e suaves relembrações. In: *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CV, 1991, p.325-329. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1991/1991-JardimEvocacoesHistoricas.pdf>. Acesso em 15 de junho 2016;

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822). In: *Revista de História das Idéias*. Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de História e Teoria das Idéias, vol. 14, 1992, p.233-259.

_____. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Horizonte, 2003.

_____. Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005, p.235-270.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1999.

ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D.Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história*

do Brasil de SOUTHEY (1ª edição: 1836). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

ARTOLA, Miguel. *Historia de España. La burguesía revolucionaria (1808-1874)* (1ª edição: 1990). Madrid: Alianza Editorial, 2006.

_____. *La España de Fernando VII* (1ª edição: 1999). Madrid: Espasa, 2008.

BAILYN, Bernard. The Idea of Atlantic History. In: *Itinerario*, vol. 20, n. 1, 1996, p. 19-44.

_____. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003.

_____. *Atlantic History. Concept and Contours*. Harvard, Harvard: University Press, 2005.

BARANGER, Denis. *Parlementarisme des origines*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840). In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (organizadores). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.49-70.

BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador a e politica imperial*. 2001, 414f. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. Autoridade e Poder Real: Benjamin Constant e a Carta Constitucional Portuguesa de 1826. In: *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: vol.10, 2004, p.7-22.

_____. Vontade irresponsável e poder responsável Benjamin Constant e o sistema representativo no Império. In: RIBEIRO, Gladys Sabina. (Org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política: 1822-1930*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p.131-148.

BARMAN, Roderick J.. *Brazil. The Forging of a Nation , 1798-1852*. Stanford : Stanford University Press, 1988.

BARRETO, Tobias. *Estudos de Direito* (publicação póstuma organizada por Sylvio Romero). Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1892.

BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2001, p. 91-130.

_____. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: FGV 2001. _____. O bom exemplo de Washington: o republicanismo no Rio de Janeiro (c.1830 a 1835). In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol.27, n.45, jan-jul 2011, p. 17-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n45/v27n45a02.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)* (1ª edição: 1998). São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822) nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2003, p.345-363.

_____. A Retórica da recolonização. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005, p.791-808.

_____. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.181-208.

_____. A Constituição Espanhola no Mundo Luso-Americano. In: *Revista de Índias*. Espanha: volume LXVIII, número 242, 2008, p.225-254.

_____; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2003, p.219-249.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política* (1ª edição: 1988 [França]; 1996 [Brasil]). Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.57-98.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006, 395f.. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BLACKBURN, Robert. *Monarchy and the Personal Prerogatives*. In: Public Law, Autumn 2004.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Sete volumes. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902, Volumes 1 (1883); 2 (1893); 3 (1895); 4(1898); 5(1899); 6(1900); 7(1902).

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil* (1ª edição: 1988). Brasília: OAB Editora, 2008.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

_____. A « causa » de D. Maria II (1826-1834). In : *Análise Social*, volume XXXIX (172), 2004, p.529-545.

BONNEFON, Joseph. *Le régime parlementaire sous la Restauration* (thèse Sciences politiques). Paris: V. Giard et E. Brière, 1905.

BRAZIER, Rodney. *Constitutional Practice: The Foundations of British Government*. Oxford: University Press, 2001.

_____. *Monarchy and the Personal Prerogatives- A personal response to Professor Blackburn*. In: Public Law, Spring 2005.

BROSSARD de Souza Pinto, Paulo. *O impeachment*. Porto Alegre: Globo, 1965 (1ª tiragem: 1964).

BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)*. 2011, 186f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de . *Historia dos principaes successos políticos do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1827-1830, três tomos: tomo I, 1827; tomo II, 1829; tomo III, 1830.

CALDEIRA, Jorge. Introdução. In: FEIJÓ, Diogo Antônio. *Diogo Antonio Feijó* (organização, apresentação e notas de Jorge Caldeira). São Paulo: Ed.34, 1999.

CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquês de Barbacena*. Brasília: UnB, 1982 (1ª edição: 1936).

_____. *A política exterior do Império, volume II: o primeiro reinado*. Edição fac-similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Brasília: Senado Federal, 1998.

CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal de Antigo Regime*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1998.

CARDOSO, José Luís. Novos Elementos para a História do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, 2010, p.167-192.

CARNEIRO, David. *História da Guerra da Cisplatina*. Brasília: Editora da UnB, 1983.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: A elite política imperial* (1ª edição:1980). *Teatro de sombras: A política imperial* (1ª edição:1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo (coord.). *Federalismos Latino-americanos: México / Brasil /*

Argentina. México: El Colegio de México, Fideicomiso Historia de las Américas, Fondo de Cultura Económica, 1993, p.51-80.

_____. Introdução. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos* (organização e introdução de José Murilo de Carvalho). São Paulo: Ed.34, 1999.

_____. História intelectual: a retórica como chave de leitura. In: *Topói*, Rio de Janeiro, n.1, 1999.

_____. Brasil. Naciones imaginadas. In: GUERRA, François-Xavier; ANNINO, Antonio (coord.). *Inventando la nación: Iberoamérica. Siglo XIX*. México : Fondo de Cultura Económica, 2003, p.501-530.

CARVALHO, José Vilhena de. *José Clemente Pereira: baluarte da Independência e do progresso do Brasil: vida e obra*. Rio de Janeiro: J.V.Carvalho, 2002.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. In: *Revista brasileira de História*, São Paulo, volume 18, número 36, 1998.

_____. A “República dos Afogados”: a volta dos liberais após a Confederação do Equador. In: *Simpósio Nacional de História*, 20, 1999, Florianópolis. História: fronteiras. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 485-499.

_____. “Aí Vem o Capitão-Mór” – As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil imperial. In: *Tempo*, volume 7, número 13, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, julho de 2002, p.157-187.

CASCUDO, Luís da Câmara. *O marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1934.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, volume 2: O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.9-67.

CASTRO, Zília Osório de. *Constitucionalismo vintista: antecedentes e pressupostos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1986.

_____. *Cultura e Política: Manuel Borges Carneiro e o vintismo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.

_____. (dir.). *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, Afrontamento, 2002, 2 volumes.

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento brasileiro e as relações internacionais (1826-1830)*. Brasília : UnB, 1981.

_____. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília : UnB, 2008.

CLÉMENT, Jean-Paul. *Chales X: Le dernier Bourbon*. Paris: Perrin, 2015.

_____. *Chateaubriand ou la la religion de la liberte*. In: CHATEAUBRIAND, François-René, vicomte de. *De l'Ancien Régime au Nouveau Monde – Écrits politiques* (textes chousis, présentés et annotés par Jean-Paul Clément). Paris : Hachette, 1987, p.9-70.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador dom Pedro I*. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1839, tomo II.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

COSTA, Vivian Chieregati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-independência*. 2013, 361f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA, Wilma Peres da. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005, p.53-118.

_____. *Entre Viena e Verona: Chateaubriand, a confluência dos tempos e dos mundos (1815-1822)*. Guarulhos: Unifesp-Filosofia e Ciências Humanas, s.d. Disponível em: www.humanas.unifesp.br/txtwilma.pdf. Acesso em 04 de maio de 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Pedro Carneiro da. A Fundação de um Império Liberal: Primeiro Reinado, Reação e Revolução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 1: O Brasil Monárquico (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.379-404.

DANTAS, Monica Duarte. Revoltas, Motins e Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal. In: _____ (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2008, p.9-67.

DE PLÁCIDO E SILVA, Oscar Joseph. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2014 (31ª edição revista e atualizada por Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho, 1ª edição: 1963).

Dicionário da Administração Pública Brasileira Online. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=5401>. Acesso em: 27 de junho de 2016.

DIPPEL, Horst. Constitucionalismo moderno. Introducció a una historia que necesita ser escrita. In: *Revista Eletrónica Historia Constitucional*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Oviedo: Seminario de Historia Constitucional "Martínez Marina", número 6, 2005, p.181-199. Disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

DOLHNIKOFF, Miriam (org.); SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

_____. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005 (tese de doutorado em História Econômica defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2000).

_____. *Império e governo representativo: uma releitura*. In: Caderno CRH, Salvador, vol.21, n.52, p.13-23, Jan./Abr. 2008.

_____. *A monarquia constitucional brasileira e o modelo de governo representativo dos oitocentos*. Texto apresentado na XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2010/02/Mesa-Especial-de-Debates.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2012.

_____; MAIA, Francisleide; SAEZ, Herman Lara; SALES, Pedro Paulo Moreira; GREGÓRIO, Vitor. *Representação política no Império: crítica à ideia do falseamento institucional*. In: LAVALLE, Adrian Gurza (org.). *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: Unesp, 2010, p.97-141.

DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica e eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834)*. 2009. 197 f. Tese de doutorado em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

ELLIOTT, John H. *Imperios del mundo atlántico*. Madrid: Taurus, 2006.

_____. *España, Europa y el mundo de Ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus Historia, 2010 (1ª edição inglesa: Yale University, 2009).

EZCURRA, Mara Polgovsky. La historia intelectual latinoamericana en la era del “giro lingüístico”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Cuestiones del tiempo presente, 2010 (27 octubre 2010). Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60207>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

FALCÃO, Luís Alves. Benjamin Constant: os Princípios e as Repúblicas. In: *Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política*, número 3, p. 190-221, 2011.

FALCON, Francisco. *A época pombalina. Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro*. (1a edição 1958) Porto Alegre : Globo, 1976.

FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do estado nacional brasileiro: A atuação política do Padre Carapuceiro (1822-1852)*. 2012. 351f. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado em História Social, 2012.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Historia de los conceptos. Nuevas perspectivas para el estudio de los lenguajes políticos europeos. In: *Ayer*, 48, 2002, p. 331-364.

_____. Des sujets aux citoyens ? Pour une sémantique historique de quelques mots espagnols d'appartenance politique. In: *Sujet et citoyen*. Actes du colloque de Lyon (11-12 septembre 2003), Aix-en-Provence, p. 297-332.

_____. Textos, conceptos y discursos políticos en perspectiva histórica. In: *Ayer*, 53, 2004, p. 131-151.

_____. Actores políticos e identidades narrativas en la España del siglo XIX. Reflexiones desde la historia conceptual. In: MENDIOLA, Alfonso; TORRES SEPTIÉN, Valentina (coord.). *El impacto de la cultura de lo escrito. Actas del Coloquio de historia cultural* (México, 11-12 de octubre 2004).

_____. El liberalismo como movimiento y como concepto político en la España del siglo XIX. Reflexiones sobre su inserción en el contexto europeo. In: FANDIÑO, Roberto Germán (coord.). *Sagasta y el liberalismo europeo*. Actas del Congreso internacional (Logroño, 2-4 de septiembre de 2004).

_____. Revolucionarios y liberales. Conceptos e identidades políticas en el mundo atlántico. In: CALDERÓN, María Teresa; THIBAUD, Clément (coord.). *Las revoluciones en el mundo atlántico: una perspectiva comparada*. Actas del Seminario internacional (Bogotá, 27-29 de octubre 2004).

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FRANCISCO FUENTES, Juan. *Diccionario político y social del siglo XIX español*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *O poder constituinte – Texto extraído da gravação das aulas de Direito constitucional comparado, proferidas na Faculdades de Direito da USP, 1973* (1ª edição: 1974). São Paulo: Saraiva, 1985.

_____. *Curso de Direito Constitucional* (16ª edição). São Paulo: Saraiva, 1987.

_____. *Estado de direito e Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2004 (1ª edição: 1988).

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio de Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Deputados Portugueses e Redatores Fluminenses na Construção da Monarquia Constitucional Portuguesa (1821-1822)*. 2010, 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Cartas sobre a revolução do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 51, Volume 76, p. 239-377, 1888.

FIORAVANTI, Maurizio. . *Los derechos fundamentales: apuntes de historia de las constituciones*. Madrid: Trotta, 1998.

_____. *Constitución: De la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Trotta, 2001.

FISHER, Louis. *Military Tribunals: Historical Patterns and Lessons*. The Library of Congress: Congressional Research Service Report for Congress, July 9, 2004. Disponível em: <http://fas.org/irp/crs/RL32458.pdf>. Acesso em: 18.03.2015.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835). In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol.27, n.45, jan/jul 2011, p. 47-73.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Introdução. In: *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal*. Brasil: Ministério da Justiça, 1994, p.7-34.

GAMES, Alison Games. Atlantic History : Definition, Challenges and Opportunities. In: *American Historical Review*, vol. 111, n. 3, 2006, p. 741-757.

_____; ROTHMAN, Adam (eds.), *Major Problems in Atlantic History: Documents and Essays*, Boston/New York, Houghton Mifflin Company, 2008.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Servir al Estado, servir al poder: la burocracia en el proceso de construcción estatal en América Latina*. Recebido via email, 2011.

GAUCHET, Marcel. Benjamin Constant: l'illusion lucide du libéralisme. In : CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Paris : Gallimard, 1997, p.9-110.

GAY, Oonagh; DAVIES, Nerys. Commons Briefing papers SN02666 – Impeachment. The House of Commons Library. Published Wednesday, November 16, 2011. Disponível em <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN02666>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

GLÉNARD, Guillaume. *L'exécutif et la constitution de 1791*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

GODECHOT, Jacques. A independência do Brasil e a revolução do Ocidente. In: MOTTA, José Guilherme. *1822: Dimensões* (1ª edição: 1972). São Paulo: Perspectiva, 1986, p.27-37.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX* (1ª edição: 1990). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRANADOS GARCÍA, Aimer; MARICHAL, Carlos. Introducción: La historia intelectual como lente de la metamorfosis de las identidades latinoamericanas. In: _____ (compiladores). *Construcción de las identidades latinoamericanas : Ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX*, México, El Colegio de México, 2004.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *O Brasil imperial. Volume II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas* (1ª edição: 1992). México : Editorial Mapfre, Fondo de Cultura Económica, 2010.

_____; ANNINO, Antonio (coord.). *Inventando la nación: Iberoamérica. Siglo XIX*. México : Fondo de Cultura Económica, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1835)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

_____; PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: Origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 2001.

GUISARD FILHO, Félix. A Chichorrada. In: *Correio Paulistano*, 26 de julho de 1934. Disponível em: <http://memorialguisard.com.br/>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

HAGUE, William. *William Pitt, the younger*. London: Harper Press, 2004.

HALE, Charles. The History of Ideas: Substantive and Methodological Aspects of the Thought of Leopoldo Zea. In: *Journal of Latin American Studies*, 1971, nº 1.

_____. Political and Social Ideas in Latin America, 1870-1930. In: Leslie Bethell (comp.). *The Cambridge History of Latin America. From c.1870 to 1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, t. iv.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité – présentisme et expérience du temps*. Paris : Seuil, 2003.

HAVAS, Nathalie. *La responsabilité ministérielle em France: contribution à une approche historique des responsabilités politique et pénale des ministres de la Révolution de 1789 à la Ve République*. Paris: Dalloz, 2012.

HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível. Direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.

_____. *Hercules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. Curitiba: Juruá, 2010.

HILL, Christopher. *O século das revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HILTON, Boyd. *A Mad, bad & dangerous people? England 1783-1846*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções. Europa 1789-1848* (1ª edição: 1962). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial, sua desagregação. In: ____ (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, volume 1: O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.9-39.

HOMEM, Francisco Salles Torres. O libelo do povo (1ª edição: 1849). In: MAGALHÃES, Raimundo (org). *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

HORBACH, Carlos Bastide. *Memória jurisprudencial: Ministro Pedro Lessa*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

HOUAISS, Antônio. *Webster's Dicionário Inglês-Português*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1998 (1ª edição: 1982).

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Volume I (arts. 1 a 27). Rio de Janeiro: Revista Forense, 1949.

JANCSÓ, István. Identidades políticas coletivas no desdobramento da crise do Antigo Sistema Colonial (1798-1822). In: *XVIII Simpósio Nacional de História/Anpuh*. Recife: UFPE, 1995.

_____. A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMERECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 1996.

_____. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil* (1ª edição: 1997). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.387-437.

_____; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Senac, 2000, p.129-175.

_____ (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2003.

_____ (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005.

_____; MACHADO, André Roberto de A. Tempos de reforma, tempos de revolução. In: LEOPOLDINA, D. *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p.17-49.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. 2005, vol.20, n.57, p.27-38.

_____; FERES JR., João (Orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC, Loyola, 2006.

JAVARI, Jorge João Dodsworth, Segundo Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979 (1ª edição: 1889).

JENNINGS, Sir Ivor. *Governo de Gabinete*. Brasília; Senado Federal, 1979 (1ª edição em inglês: 1936).

JOSEPH-BARTHÉLEMY, Joseph. *L'introduction du régime parlementaire en France sous Louis XVIII et Charles X*. Paris: V. Giard et E. Brière, 1904.

KAN, Bettina; LIMA, Patrícia Souza (seleção e transcrição das cartas). *D. Leopoldina: Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KNAUSS, Paulo. A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2014.

KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. In: *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 2, n.2, 2008, p.373-395.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (1ª edição: 1990). Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

_____. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês* (1ª edição: 1994). Rio de Janeiro: Contraponto, UERJ, 1999.

_____. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997.

KUGELMAS, Eduardo. *Pimenta Bueno, o jurista da Coroa*, In: SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857), p.19-41.

LAHMER, Marc. *La Constitution Américaine dans le Débat Français: 1795-1848*. Paris: L'Harmattan, 2001.

LANGFORD, Paul. *A Polite and Commercial People: England, 1727-1783*. Oxford: Clarendon Press, 2010 (1ª edição: 1989).

LANGSDORFF, Georg Heinrich von. *Os Diários de Langsdorff* [online]. SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org). Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. Três volumes. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

LANGUE, Frédérique. El espacio atlántico: conexiones imperiales, revoluciones, y comunidades mercantiles. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Reseñas y ensayos historiográficos, 2011(11 février 2011). Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60994>. Acesso em: 07.06.2011.

LAQUIÈZE, Alain. *Les origines du régime parlementaire em France (1814-1848)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

LEAL, Aurelino. *História Constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1824: A Confederação do Equador*. Recife: Massangana, 1989.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. A influência das revoltas liberais no Cariri cearense e a “sedição de Pinto Madeira”. In: ANPUH, XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: 2013, Natal-RN. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 15 de junho 2016.

LEMPIÈRE, Annick. La historia político-intelectual, de Francia a América Latina. In: *Prismas*, 2007, nº 11.

LIMA, Oliveira. *D.João VI no Brasil, 1808-1821*. Rio de Janeiro: José Olympio .

_____. *O movimento da Independencia. O Império Brasileiro (1821-1889)*. São Paulo, Rio: Companhia Melhoramentos, 1962 (1ª edição: 1921-1927).

_____. *Dom Pedro e Dom Miguel: a querela da sucessão (1826-1834)*. (1ª edição: Brasília: Senado, 2008.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história: lições introdutórias*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

_____. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2003, p.195-218.

_____. *As palavras e a lei: Direito, Ordem e Justiça na História do Pensamento Jurídico Moderno*. São Paulo: Ed.34, Edesp, 2004.

_____. *Curso de história do direito*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; Direito GV Método, 2006.

_____. Governo Misto e abolição de privilégios: criando o judiciário imperial. In: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles.; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. *Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010, p.p.149-184.

LUFT, Marcos Vinícios. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 2013, 238f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Discurso Político Monarquiano e a Recepção do Conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824). In: DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, n.3, 2005, p. 611 a 654.

_____. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. 2007, 421f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007.

LYRA, Augusto Tavares de. O Conselho de Estado. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1934._____. *Instituições Políticas do Império*. Brasília: Senado, 1979.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACÁRIO, Mariana Pedron. *José Clemente Pereira e o debate jurídico do Império: 1830-1850*. 2011, 90p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011.

MACAULAY, Neil. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACEDO, Jorge Borges de. *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de Geopolítica*. Lisboa : Instituto de Defesa Nacional, s.d.

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Editorial Confluência, 1959.

MAER, Lucinda; GAY, Oonagh. Commons Briefing papers SN03861 – The Royal Prerogative. The House of Commons Library. Last updated: 30 December 2009, p.5. Disponível em <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN03861>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

MAGALHÃES, Basílio de. A circular de Theophilo Ottoni de 1860. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, tomo LXXVIII, parte II, p. 145-387.

MAGALHÃES-GODINHO, Vitorino. *L'économie de l'empire portugais aux XVe et XVIe siècles*. Paris: SEVPEN, 1969.

MAIA, Fernanda Paula Sousa. *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: A Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MANSEL, Philip. *Louis XVIII*. Paris: Perrin, 2013 (1ª edição em inglês: 1981).

MARZAGALLI, Silvia. L'histoire atlantique en Europe. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2008 (24 septembre 2008). Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/42463>. Acesso em 13 de julho de 2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial* (1ª edição: 1986). São Paulo:Hucitec, 2004.

_____. La experiencia del Imperio del Brasil. In: GUERRA, François-Xavier; ANNINO, Antonio (coord.). *Inventando la nación: Iberoamérica. Siglo XIX*. México : Fondo de Cultura Económica, 2003, p.613-628.

_____. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. Volume II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.13-51)

MATTOSO, José (dir.). TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João (coord.). *História de Portugal. Volume V: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 2003.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO MORAES, Alexandre José de. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982 (1ª edição: 1871), dois tomos.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. *A Constituinte perante a história*. Rio de Janeiro: Tip. da Atualidade, 1863. Edição fac-similar. Coleção Memória Brasileira. Brasília: Senado Federal, 1996.

MELO, Antônio Joaquim de. *Biografias de alguns poetas, homens ilustres da província de Pernambuco*. Recife: Tipografia Universal, 3 tomos, 1856-1859.

Memória Estatística do Brasil (escrita c.1829). In: Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LVIII, Parte I (1º e 2º Semestres). Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1895, p.91-99.

MIRANDA, Jorge. *O Constitucionalismo liberal luso-brasileiro*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro*. São Paulo: Hucitec, 2009

MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império: a elaboração da Independência* (1ª edição: 1927). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981 (1ª edição: 1927), 2 tomos.

_____. *História do Império: o Primeiro Reinado* (1ª edição: 1939-1946). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, 2 volumes.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, barão de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (1ª edição: 1748).

MORAIS, Francisco. Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, LXII (1940), p. 137-335.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *A transformação dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. (org.); BARATA, Cipriano. *Sentinela da Liberdade e Outros Escritos (1821-1835)*. São Paulo: Edusp, 2008.

MORELLI, Federica; GÓMEZ, Alejandro E. La nueva Historia Atlántica: un asunto de escalas. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Bibliografías, 2006 (05 abril 2006). Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/2102>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

_____. Ignacio Fernández Sarasola. *Proyectos constitucionales de España (1786-1824)*. Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2004, 707 p. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Reseñas y ensayos historiográficos, 2006 (17 noviembre 2006). Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/2998>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____; NOVAIS, Fernando A.. *A Independência política*. São Paulo: Moderna, 1986.

MUNIZ BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco (atribuído à). *História da revolução do Brasil, no dia 7 d'abril de 1831, com peças oficiais e fac-símile da própria mão de Dom Pedro*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial de E. Seignot-Plancher, 1831.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Revan, 2003 (Tese de doutorado em História Social – 1992).

_____. A 'guerra das penas': os impressos políticos e a Independência do Brasil. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n.4, vol.8, dez.1999, p.41-66.

_____. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.95-136.

NGUYÊN-DUY, Iris. *La souveraineté du Parlement britannique*. Paris: L'Harmattan, 2011.

NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Impugnação à obra do Exr. Sr. Conselheiro João Manoel Pereira da Silva, Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil, Narrativa Histórica – 1871, na parte relativa ao comandante das armas e presidente da comissão militar da província do Ceará de 1824-1828*. Rio de Janeiro: Tipografia da Luz, 1872.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (1ª edição: 1979). São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, Ícone, 1999 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1986).

_____. Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. In _____. *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002, p.9-58.

_____. Teoria política e prática de governar: o delineamento do Estado imperial nas primeiras décadas do século XIX. In: _____. PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (org.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.15-54.

_____. Contribuição para o estudo do poder moderador. In: _____. BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. *Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010, p.185-235.

_____. A carta de 1824 e o poder do monarca: memórias e controvérsias em torno da construção do governo constitucional do Brasil. In: _____. BERBEL, Márcia (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, p.219-250.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. 2013, 223f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular dedicada aos Srs. eleitores e Senadores pela província de Minas Gerais, no quadriênio atual, e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma província, para a próxima legislatura*. In: MIRANDA, Aluísio Ribeiro de. *Serro: três séculos de história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972 (1ª edição: 1861), p.159-384.

PALMER, Robert R.. *The Age of Democratic Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1959, 1964, 2vols.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. 2007, 170f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2007.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (dissertação de Mestrado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2009).

PAULA, Sérgio Goes de. *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Ed.34,2001.

PEIXOTO, Rafael Cupello. *O poder e a lei: o jogo político no processo de elaboração da “lei para inglês ver” (1826-1831)*. 2013, 263p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2013.

PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007, 269f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.

_____. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. 2012, 302f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

PEREIRA, Miriam Halpern et al. (orgs.). *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 (Tese de doutorado em história apresentada na Universidade Federal Fluminense em 2008).

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata, 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2006.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Negociantes, independência e o primeiro banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios. In: *Tempo*, n.15, p.71-91, 2003.

POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian Moment: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition*. Princeton : Princeton University Press, 2003 (1ª edição: 1975).

_____. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. A angústia republicana: entrevista com J.G.A Pocock. In: *Lua Nova*. 2000, n.51, p.31-40.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição de 1967*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.

Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. Lisboa: 1904-1915, 7 volumes. Disponível em: www.arqnet.pt/dicionario. Acesso em 19 de julho de 2016.

POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. *Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no primeiro reinado*. 2010, 189f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil – colônia e império* (1ª edição: 1933). São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (1ª edição: 1942). São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967 (1ª edição: 1945).

Prismas. Revista de historia intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes UNQ Editorial Revistas, out.1997 – atual (periodicidade: anual).
<http://www.unq.edu.ar>

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *A teoria penal de P.J.A. Feuerbach e os juristas brasileiros do século XIX: a construção do direito penal contemporâneo na obra de P.J.A Feuerbach e sua consolidação entre os penalistas do Brasil*. 2008, 395f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2008.

QUIJADA, Mónica. ¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano del siglo XIX. In: GUERRA, François-Xavier ; QUIJADA, Mónica (coord.). *Imaginar la nación*. Münster/Hamburg, AHILA/Cuadernos de Historia Latinoamericana n° 2, 1994, p. 15-51.

_____. *Modelos de interpretación sobre las independencias hispanoamericanas. Lecciones sobre federalismo, número 3*. Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005.

QUINTAS, Amaro. *O Nordeste, 1825-1850*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, volume 2: O Brasil Monárquico* (1ª edição: 1962). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.193-241.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. São Paulo: Saraiva, 1986 (1ª edição: 1973).

RÉMOND, René. *Por uma história política* (1ª edição: 1988 [França]; 1996 [Brasil]). Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1839 – atual. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>. Acesso em 21 de maio de 2011.

Revista Eletrônica Historia Constitucional. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Oviedo: Seminario de Historia Constitucional "Martínez Marina" 2000-2010 (periodicidade anual). Disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

Revista Eletrônica Semestral Almanack Braziliense. São Paulo: FAPESP, IEB-USP maio de 2005 a maio de 2010. Disponível em: www.almanack.usp.br. Acesso em: 13 de julho de 2016.

Revista Topoi. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

REZENDE, Antônio Teles da Silva Caminha e Meneses, marquês de. *Elogio histórico de sua majestade imperial O Senhor D. Pedro , duque de Bragança*. Lisboa: Imprensa de Cândido Antônio da Silva Carvalho, 1837.

RIBEIRO, Eder da Silva. *O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade do Primeiro Reinado (1826 – 1831)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, FAPERJ, 2002 (Tese de doutorado em História Social – Unicamp, 1997).

_____; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.137-173.

_____; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.) *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Memória em bronze, estátua equestre de dom Pedro I. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999.

ROCHA, Antonio Penalves. *Visconde de Cairú*. São Paulo: Ed.34, 2001.

_____. *A recolonização do Brasil pelas cortes: histórias de uma invenção historiográfica* (1ª edição: 2001). São Paulo Ed. UNESP 2009.

ROCHA, Justiniano José da. *Biografia de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851;

_____. Ação; Reação; Transação. In: MAGALHÃES, Raimundo (org). *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009 (1ª edição: 1855).

RODRIGUES, Deise Simões. A teoria dos atos de fala como um método para a interpretação de textos. In: *Revista Litteris*, número 4, Março de 2010.

RODRIGUES, José Honório. *A Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *Independência: revolução e contra-revolução*. São Paulo: Francisco Alves, 1975, 5 volumes.

ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris : Gallimard, 1985.

_____. *La Monarchie Impossible: Les Chartes de 1814 et de 1839*. Paris: Fayard, 1994.

_____. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1995, vol. 15, nº30.

_____. *Pour une histoire conceptuelle du politique, leçon inaugurale au Collège de France faite le jeudi 28 mars 2002*. Paris: Seuil, 2003.

_____. Por uma história do político. São Paulo: Alameda, 2010.

ROUGE, Agenor de. *Formação Constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1914.

SANTA CRUZ, D. Romualdo Antônio de Seixas, marquês de. *Memórias* . Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

SANTANA, Elizabeth Jeanne Fernandes Santos. *Insalubridade, civilização e ensino em Cuiabá no início do século XIX*. Disponível em: <http://sbhe.org.br/>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *No calidoscópio da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil, 1822-1827*. 2015, 424f. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Manuel Pinto dos. *Monarquia constitucional: organização e relações do poder governamental coma Câmara dos Deputados (1834-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 1986.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. “A maior felicidade do maior número”. Bentham e a Constituição Portuguesa de 1822. In: *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: 1982.

_____. *A 2ª experiência constitucional portuguesa: 1826-1828*. Lisboa: [s.n.], 1988.

SANTOS, Maria José Moutinho. *Liberalismo, legislação criminal e codificação. O Código Penal de 1852. Cento e cinquenta anos da sua publicação*. In: Revista da Faculdade de Letras, História. Porto, III Série, volume 3, 2002, p.97-102.

SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. São Paulo: Editora 34, 2002 (1ª edição: 1857).

SCHMITT, Carl. *Théorie de la Constitution*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

SENA, Divino Marcos de. *Camaradas: Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. 2010, 203 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. *A construção da democracia : síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembléias Nacionais Constituintes do Congresso Nacional*. Brasília: Camara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Série temas do interesse do Legislativo; n. 5, 2003. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5084>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *A Cidadania nos Trópicos. O Ultramar no Constitucionalismo Monárquico Português (c. 1820-1880)*. 2004, 660f.. Tese (Doutorado em História do Direito). Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

_____. Nação federal ou Nação bi-hemisférica? O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o “modelo” colonial português do século XIX. In: *Almanack Braziliense*, n.9, maio de 2009, p.68-83.

SILVA, Ana Rosa Cloclet, *Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec-FAPESP, 2006.

SILVA, Daniel Afonso da. *Histórias de Bahia, histórias de Bras: cinco estudos sobre a crise do primeiro reinado na Bahia (1828-1831)*. 2007, 188f. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. A duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial. In: *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 55-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v10n19/2237-101X-topoi-10-19-00055.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2016.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871.

SILVA, José Afonso da Silva. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 1996.

SILVA, Luiz Geraldo. *Uma revolta barroca? Poder, hierarquia e estratificação entre escravos e libertos (Pernambuco, 1750-1815)*. Disponível em: http://www.poshistoria.ufpr.br/TEXTOS/_%20Uma%20revolta%20barroca.pdf. Acesso em 19 de julho de 2016.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A repercussão da revolução de 1820 no Brasil. Eventos e ideologias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.

_____. *Movimento constitucional e separatismo no Brasil (1821-1823)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

_____. *A Cultura Luso-Brasileira: Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.

SILVA, Ricardo Virgilino da. *O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo*. In: *Dados*. 2010, vol.53, n.2, p. 299-335.

_____. História intelectual e teoria política. In: *Revista de Sociologia e Política*. 2009, vol.17, n.34, p. 301-318.

SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres – volume I: os contemporâneos*. Brasília: Senado Federal, 1999 [1ª edição:1859-1860].

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno* (1ª edição: 1978). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1924)*. São Paulo: Hucitec, 2006 (dissertação de mestrado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2000).

_____. *Sob o império das leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2009 (tese de doutorado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 2006).

_____. À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do Processo Penal na primeira década do Império do Brasil. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil* (1ª edição: 1966). Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império*. (1ª edição: Evaristo da Veiga, 1934; Bernardo Pereira da Veiga e seu tempo, 1937; *História de dois golpes de estado*, 1939; *Diogo Antônio de Feijó (1763-1843)*, 1942; *José Bonifácio (1763-1838)*, 1945; *A vida de D. Pedro I*, 1952; *Três Golpes de Estado*, 1957; *Fatos e personagens em torno de um regime*, 1957; coleção completa com 10 volumes: 1957,

todos pela José Olympio, salvo *Evaristo da Veiga*, pela Cia. Editora Nacional, coleção Brasileira) São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1988.

SOUZA BANDEIRA. O que foi o Conselho de Estado no Império e o que poderia ser na República, *In: Evocações e outros escritos*. Rio de Janeiro: 1920.

SOUZA, Braz Florentino Henriques de. *Do Poder Moderador: Ensaio de Direito Constitucional contendo A análise do título V, Capítulo I, da Constituição Política do Brasil*. (1ª edição: 1864) Brasília: Senado Federal, 1978.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo-1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

STEELE, Ian K. Bernard Baylin's American Atlantic. On Bernard Bailyn, Atlantic History: Concept and Contours. *In: History and Theory*, nº 46, February 2007, 48-58.

STONE, Lawrence. The Revival of Narrative. Reflections on a New Old History. *In: Past and Present*. Oxford, 85, p.3-24, nov.1979.

TAUNAY, Affonso E. *O Senado no Império*. Brasília : Senado Federal, 1978.

Teaching Atlantic History. Syllabi Contributed by Members of the Atlantic History Seminar, Tenth Anniversary Conference, Harvard University, August 2005.
L'information se trouve également en ligne:
<http://www.fas.harvard.edu/~atlantic/syllabi/syllabi.html>

TENGARRINHA, José. A oratória política de 1820 a 1910. *In: Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

The Oxford English Dictionary. Oxford: Clarendon Press, 1933.

TILLET, Édouard. *La Constitution anglaise, un modèle politique et institutionnel dans la France des Lumières*. Aix-en-Provence: Presses universitaires d'Aix-Marseille, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos Americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (1ª edição: 1835).

TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. In: *Estudos Afro-asiáticos*, 26 (2), p.221-240, mar.-ago. 2004.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada: Teoria Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. *O Conselho de Estado*. Rio de Janeiro: 1965.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século IX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

URUGUAI, Paulino José Soares de Souza, visconde do. Ensaio sobre direito administrativo (1ª edição: 1862). In: *Visconde de Uruguai* (introdução e organização de José de Murilo de Carvalho). São Paulo, Editora 34, 2002.

VARELA SUANZES, Joaquín. La monarquía en el pensamiento de Benjamín Constant (Inglaterra como modelo). In: *Revista del Centro de Estudios Constitucionales*, nº 10, 1991, p. 121-138.

_____. *Estado y Monarquía en Hume*. In: *Revista del Centro de Estudios Constitucionales*, núm. 22, septiembre-diciembre, 1995, págs. 59-90.

_____. La monarquía en la teoría constitucional británica durante el primer tercio del siglo XIX. In: *Revista de Estudios Políticos*, nº 96, abril- junio, Madrid, 1997, p. 9-41.

VARELLA, Flávia Florentino. *Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage*. 2011, 127f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

VARGUES, Isabel Nobre. *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva, 1997 (a partir da dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1993).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil* (1ª edição: 1916). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

VASCONCELOS, Zacarias de Goes de. *Da natureza do Poder Moderador*. (1ª edição: 1860; 2ª edição revista e ampliada: 1862) São Paulo: Editora 34, 2002.

VEIGA, Luís Francisco da (sob o pseudônimo *um Fluminense amante da Constituição*). *A Revolução de 7 de abril de 1831 e Evaristo Ferreira da Veiga*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp., 1862.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. Bauru: Unesc, 2004.

_____. Os predicados da ordem: os usos sociais da justiça nas Minas Gerais 1780-1840. In: *Revista Brasileira de História*, 2005, vol.25, n.50, p.167-200.

VERDELHO, Telmo dos Santos. *As palavras e as idéias da Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: INIC, 1981.

VIDAL, Cécile. The Reluctance of French Historians to Address Atlantic History. In: *The Southern Quarterly*, Special Issue : Imagining the Atlantic World, vol. 43, n. 4, 2006, p. 153-189.

VIEIRA, Vera Lúcia. As constituições burguesas e seus limites contra-revolucionários. In: *Projeto História*, n. 30. São Paulo: EDUC, junho de 2005, p.99-126.

VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulário del análisis histórico* (1ª edição: 1980). Barcelona: Crítica, 1982.

WINTHROP, William. *Military Law and precedents*. Washington: Government Printing Office, 1920 [1ª edição: 1886].

WOOD, Gordon Stewart. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (1ª edição em inglês: 2002).